

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



NA COBERTURA DA RETAGUARDA

MULHERES ANGOLANAS NA LUTA ANTICOLONIAL
(1961-1974)



Dayane Augusta Santos da Silva

Tese de Doutorado
Brasília-DF, dezembro de 2021

Capa: Dayane Augusta Santos da Silva

Imagem: Ilustração de mulheres anônimas em uma das zonas político-militares do MPLA. Disponível em: Associação Tchiweka de Documentação – ATD.

Na cobertura da retaguarda: mulheres angolanas na luta anticolonial (1961-1974)/Dayane Augusta Santos da Silva; Anderson Ribeiro Oliva. – Brasília: Universidade de Brasília, 2021. 417 fl.

1. História africana – Angola – História. 2. Angola – Brasil – Portugal. 3. História do Colonialismo Português - Mulheres Angolanas - Luta de Libertação Anticolonial. 4. História Social e Política. I. Silva, Dayane Augusta Santos da. II. Oliva, Anderson Ribeiro.

NA COBERTURA DA RETAGUARDA

MULHERES ANGOLANAS NA LUTA ANTICOLONIAL
(1961-1974)

Dayane Augusta Santos da Silva

Orientador: Anderson Oliva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade de Brasília como requisito
parcial para obtenção do título de Doutora em
História

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Anderson Ribeiro Oliva (PPG-HIS/UnB) – Presidente

Prof. Dr^a. Diva do Couto Gontijo Muniz (PPG-HIS/UnB)

Prof. Dr. Gilson Lázaro (FCS-UAN-Angola) - suplente

Prof. Dr^a. Inocência Luciano dos Santos Mata (FLUL-Portugal)

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt Ivair Pinto (PPGH-UFF)

Em memória de Dona Lina, por amor.

AGRADECIMENTOS

Me faltam palavras para descrever o que foi concluir esta tese, mas não só, fechar um ciclo de mais dez anos de estudos. Este trabalho venceu despedidas, ansiedades, lutos, viradas políticas, aeroportos fechados, lockdowns e até uma pandemia global. Simplesmente indescritível. Dei à luz uma pesquisa que me apaixonou, fez-me enxergar o minúsculo, torná-lo grande e expandir essa capacidade que temos de ver e perceber o outro além de nós mesmos, embora, de alguma forma, buscando o semelhante. Para tanto, é tempo de agradecer.

Fazendo jus à minha história, primeiramente agradeço ao meu pai, Renato Augusto Moutinho da Silva (*in memoriam*) e Eulina Santos (*in memoriam*), e em especial à minha mãe, que merece todos os créditos por apostar na educação como herança inalienável. Sem a luta e renúncias dela, eu não teria chegado até aqui. Agradeço também a minha irmã, aos meus sobrinhos e familiares de Taguatinga/DF, para não esquecer minhas raízes e o caminho de casa.

Aos amigos que não se cansam de me incentivar: Luciana Cordeiro Limeira, Sinnara Barros, Alessandra Lima, Edilene de Oliveira, Alenne Surer, Katiúscia Paiva, Emília Silberstein, Renata Costa, Jaqueline Côelho, Luana Oliveira, Guilherme Moura, Mariana Sousa, Antônio Marques, Álvaro de Angelis, Vânia Santos, Thiago Oliveira, Carolina Sobreiro, Yamira Rodrigues, Anna Cristina Souza, Ismael Filho, Anilça Araújo, Deusdedith Junior e a Rafaela Araújo (*in memoriam*).

Agradeço à Capes/CNPq, que, por dois meses, custeou esta pesquisa até que eu abrisse mão da bolsa. Desejo agradecer ainda ao IFB, por ter me proporcionado a oportunidade de estudar ao longo de quase quatro anos com licença remunerada, por meio de edital de seleção interna para concessão de afastamento para participação de servidores em cursos de pós-graduação. À FAP/DF, agradeço a bolsa que me financiou a primeira visita técnica que fiz a Luanda, em 2018. Quem conhece Angola sabe o quanto é oneroso viajar para o país, e, por isso, esse financiamento, além de ampliar os horizontes de expectativas da pesquisa, permitiu uma contribuição inestimável.

Ao professor Anderson Oliva, meu orientador, agradeço por ter acreditado em mim e de certa forma aberto caminhos de pesquisa para o desejo que há muito me acompanhava, de enveredar para os estudos africanos. Nessa aliança acadêmica de mais

de cinco anos, tem me acompanhado, sendo generoso, paciente, lendo meus textos criticamente, desafiando-me, sem perder a amabilidade.

Agradeço aos professores que me acompanharam ao longo de meu percurso acadêmico e de várias maneiras deixaram suas marcas no meu modo de escrever, realizar entrevistas, interpretar documentos e perceber a história. Em reconhecimento desse ofício tão nobre e fundamental, nomeio alguns que, com aulas, orientação, ou até mesmo por admiração, estiveram presentes em diversos períodos do meu processo formativo: Nancy Aléssio Magalhães (*in memoriam*), Diva do Couto Gontijo, Celso Fonseca, Thiago Gil e Silvia Lara. Professores que carregou comigo no comprometimento de pesquisa, seriedade e envolvimento nos trabalhos de, e sobre, a História. Foram grandes referências em meu fazer historiográfico.

Agradeço à minha orientadora no doutorado-sanduíche, Inocência Mata. No Departamento de Letras da Universidade de Lisboa nos encontramos, conversamos e recebi orientações de pesquisa fundamentais para a composição do tema. Sou reconhecidamente grata pela acolhida calorosa, convite a palestras, conferências, jantares, em torno de um bom vinho, pela oferta de livros e materiais de pesquisa. Tornou o curto tempo de permanência em Lisboa mais aconchegante, agradável e foi interlocutora fundamental.

Agradeço também ao professor Marcelo Bittencourt, importante nos apontamentos sugeridos durante a banca de qualificação, principalmente com as indicações bibliográficas que expandiu os horizontes da pesquisa. Sem essas recomendações certamente teria sido mais difícil seguir adiante.

Nesta jornada dos estudos sobre Angola, devo meu reconhecimento ao professor e historiador João Pedro da Cunha Lourenço. Desde a primeira vez que fui a Luanda, vinculada à Biblioteca Nacional, foi ele quem abriu possibilidades de pesquisa e, nas longas conversas sobre a investigação, ajudou a perceber não ditos, olhando com mais cuidado os jornais de época, ampliando as possibilidades de análise. O professor João Lourenço apostou na pesquisa, indicou textos, jornais, intermediou contatos, tradução do resumo para as línguas nacionais. Sem ele, certamente, esta pesquisa seria outra.

Em Luanda, preciso agradecer ainda à professora Rosa Cruz e Silva, que respondeu gentilmente a meus e-mails, me acompanhou à OMA, foi mediadora e uma interlocutora primordial. Além dela, à professora Maria da Conceição Neto, pelo encontro marcante na lanchonete da faculdade de Direito, o suco de quissângua, e conversas sobre

a pesquisa, envio de textos e de informações úteis que depois foram incorporados à pesquisa.

Em Luanda, devo um agradecimento especial à Ester Braga, do Arquivo Nacional de Angola, à Wanda Lara, do Arquivo da Associação Tchiveka de Documentação, à Euclides Bartolomeu e Maria Mavungo Receado, da Biblioteca Nacional. Cada um deles, em seu lugar de orientação e facilitação da investigação, me atendeu gentilmente, me recebeu e foi grande colaborador na disponibilização do material de pesquisa. Sem esse material, esta pesquisa, no modo como se configurou, não seria a mesma.

Também agradeço à equipe da produtora Geração 80, na figura de Kamy Lara, que disponibilizou as entrevistas de mulheres das mais diferentes regiões do interior de Angola para visualização. Foi quando despertei para o problema de pesquisa aqui analisado e desenvolvido.

Quero agradecer também a acolhida fraterna das entrevistadas na OMA/MPLA, Rosa Pedro Afonso Garcia e Palmira Pascoal Bernardo; na LIMA/UNITA, Ruth Jamba, Miraldina Jamba, Helena Abel, Salomé Chiuhamu, Antonieta Cesaltina Kulanda e Guilhermina Bulenvulo; na AMA/FNLA, Maria José Antônio Bulenvu e Cipriana Domingos Miguel Kauaá (*in memoriam*) e várias outras. Mais do que entrevistadas, interlocutoras importantes, elas facilitaram e colaboraram com a pesquisa, nos depoimentos ou mesmo passando contatos, possibilitando acessos e indicando referências essenciais ao desenvolvimento desta pesquisa. Contribuíram como narradoras e como pensadoras, auxiliaram na delimitação do problema de pesquisa deste trabalho.

Ainda em Luanda, preciso agradecer àqueles que se tornaram meus amigos, os kambas: Felipe Vidal, Silas Romão, Marcos Kingongo 'Jinguba', Cabuinha Janguinha Moniz, Elizeth Alexandre 'Lizete' e Joana Sebastião 'Joaninha'. Quero citar ainda o artista guineense Nú Barreto, um grande amigo e referência em trabalhos no, e sobre o, continente africano. Não posso esquecer do angolano Lino Buambua, que facilitou meu contato com Miraldina Jamba, e da queniana Wangui Kimari, pelas indicações literárias. Esses dois últimos encontros foram particularmente rápidos e passageiros, mas bem simbólicos.

Em Luanda, tive oportunidade de conhecer ainda intelectuais mulheres de diferentes estados do Brasil que realizavam suas investigações e trabalho de campo, as brasileiras: Michelle Medrado, Yérsia Assis, Mille Fernandes e Luciara Ribeiro. Devo gratidão imensa a cada uma delas, pelo apoio. Em especial, à Miriane Peregrino, que me recebeu a primeira vez em Luanda, abriu as portas de sua casa, e generosamente me

incluiu em suas redes de afeto, mas também de trabalho. Agradeço também à intelectual romena Iolanda Vasile, pelas dicas arquivísticas e de lugares para ficar em Lisboa, sem falar nas conversas generosas sobre o tema da pesquisa, já que também desenvolve estudos de gênero em Angola.

Nas diferenças de pesquisas e áreas me encontrei com todas elas, nos apoiamos, incentivamos uma à outra e trabalhamos juntas, no mesmo período da realização do trabalho de campo, em Luanda.

Não posso esquecer de mencionar o auxílio dos funcionários da embaixada de Angola em Brasília, os angolanos Heitor Simão Ambrózio, Policarpo Quipungo e Luís Maria Bernardo da Conceição. Foram importantes nas informações e elucidações sobre os serviços de vistos, mas não só. Torceram pela pesquisa, me indicaram contatos, me ajudaram a comprar passagens. Para quem não conhecia o universo angolano, contar com a ajuda dos colegas da embaixada foi fundamental.

Em Lisboa, preciso agradecer a conversa e orientação que tive, facilitada pela professora Inocência Mata, com a professora Margarida Paredes. Como intelectual e ex-integrante da FAPLA/MPLA, foi uma grande interlocutora. A professora contribuiu cedendo materiais de pesquisa e indicando bibliografias. Sou reconhecidamente grata.

Ainda no universo português, agradeço em especial ao amigo angolano-luso, Aristotéles Kandimba, que me inseriu na rede do movimento negro português e me colocou a par das questões que circundam a vida do negro europeu e africano em Portugal. Foi nesse circuito político e cultural que conheci os angolanos Garcia Quitari, Odete Mingas e Miriam N'zinga Faria. Ainda hoje mantemos contato e são referências importantes para mim. Por meio dessas experiências, aprofundei meus conhecimentos sobre Angola, saímos, jantamos, fomos ao cinema, trocamos nossas produções. Em Lisboa, conheci o beninense Alex Idrissou, a quem também agradeço.

Sou grata ainda aos portugueses Manuel Ribeiro e à Marisa Ramos Gonçalves, que me receberam em sua casa. Agradeço as conversas, almoços, trocas acadêmicas, intercâmbio de culturas e por terem sido companheiros, ao longo de minha permanência em Lisboa. Agradeço ainda aos portugueses Carla Pinto e Ricardo Escarduça, amigos que aqueceram os dias de inverno.

Quero agradecer aos funcionários do Arquivo Histórico da Torre do Tombo, da Hemeroteca, do Arquivo Histórico da Defesa, da Sociedade de Geografia de Lisboa, e do Arquivo Histórico Militar. Na AHM, que foi o local onde permaneci por mais semanas, dado a quantidade de materiais que me interessava, agradeço principalmente a Alferes

Pais, que, no recesso do Natal de 2019, acompanhou a pesquisa. Neste arquivo, conheci também a historiadora portuguesa Silvia Correa, a quem agradeço pelo café e diálogos.

Em Lisboa, fiz a pesquisa de campo no período do inverno, mas nem o frio da cidade impediu a construção dessas redes afetuosas, essenciais para os dias mais humanos de pesquisa, conversas entre, e de, amigos, que marcaram esta investigação, mas não só. Encontros que levo comigo por onde eu for.

Já na volta para casa, passando pela África do Sul para fazer um curso de inglês na Oxford, que acabou não acontecendo devido à pandemia de Covid 19, fiz amigos importantes: a moçambicana Nádia Armando Mahesso, o angolano Eudoro Dias dos Santos, e os brasileiros Alex Barbosa e Ana Caroline Freitas. Devo o meu muito obrigado a essas pessoas. Em tempos difíceis, preocuparam-se, apesar de todos os percalços contextuais.

Sou reconhecidamente grata pelo apoio constante dos amigos/as e intelectuais negros/as Cristiana dos Santos Luís, Aline Pereira da Costa, Gardênia Nogueira, Natália Maria Alves Machado, Keila Meireles dos Santos, Nelson Inocência, Leonardo Ortegal, Alan Santos Passos, Ana Flávia Magalhães Pinto e Guilherme Lemos. Ao Leandro Bulhões, por me acompanhar desde a graduação e ser esse amigo afetoso e raro, que me faz crescer.

Agradeço também à Andressa Marques e Renata Mello, em momentos diferenciados, amigas-fortalezas, parceiras na academia e na vida. Nos acompanhamos há anos, e, a elas, agradeço o apoio e acolhimento.

Um agradecimento especial a Jonas Brito, desde o sanduíche de mestrado na Unicamp, um amigo que tem me acompanhado na caminhada e que fez e faz parte da história por trás desta tese, um grande interlocutor dos temas acadêmicos de/e sobre a vida. Agradeço também à Cláudia Miranda, que conheci no Colóquio de Decolonialidades e, desde então, se fez marcante em minha trajetória. Agradeço os diálogos, convites e amizade desinteressada. Até um tempo atrás, a presença negra na Universidade era exceção, mas felizmente esse quadro vem mudando. Cada vez mais nossa presença na Universidade cresce e se fortalece.

A estes intelectuais negras e negros sou grata por lutarem cotidianamente por uma Educação pública, de qualidade e inclusiva. Essa tese resulta de dinâmicas coletivas e ações individuais cotidianas que cavaram, e ainda hoje cavam, brechas nos espaços onde nossa presença foi historicamente negada. É parte, portanto, de um campo de disputas políticas, mas também dos afetos estabelecidos entre pessoas negras.

Dos colegas da pós-graduação, agradeço ao Rafael Nascimento, Patrícia Nogueira Silva, Suelen Gonçalves, Miranice Moreira, Rosenilson Santos, Ninha Brito e Yuri Soares. Além de outros encontros, fizemos disciplinas juntos, compartilhamos angústias e nos acompanhamos nesses mais de quatro anos dedicados à pós-graduação.

Sou reconhecidamente grata a Willian Pereira do Nascimento e família, Isabelle, Juliano, Kaylane, Bruno e Glaucia por acompanharem parte deste trabalho, oferecerem suporte e apoio. Ao Bui, especialmente, agradeço pelas apostas, afetos e descobertas.

Não posso deixar de agradecer àquelas pessoas que leram e comentaram versões preliminares dos capítulos desta tese; leituras que partiram do lugar do afeto, da consideração e partilha desinteressada, do desejo de ver a pesquisa crescer. A cada um de vocês, agradeço a generosidade e o olhar cuidadoso: Renata Costa, Gilson Lázaro, Natália Cabanilhas e Emília Silberstein. Agradeço, especialmente, ao Cláudio Tomás, que viu este trabalho se consolidar, em todas as formas possíveis e inimagináveis, lendo versões preliminares, mas não só, pelas conversas, partilhas, trocas, companheirismo presente e constante.

Enfim, esta tese foi marcada pela itinerância. Passei por muitos lugares, conheci pessoas, por mais de uma vez cruzei o oceano, tracei rotas, caminhos, histórias, aprofundei conhecimentos. Foi uma longa travessia de um ciclo que se encerra. E, como Beatriz Nascimento poeticamente afirmava, “descobri uma referência bela, eu sou atlântica. Uns foram por esse oceano, outros vieram por ele e eu estou aqui, fui e vim por ele, (...) vamos fazer uma ponte de Gilbatrar até África?, está é a dialética da minha vida”¹.

¹ NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias de destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 432.

“(…) Tivemos a dançar, cantar, porque recebemos nossa independência. O povo todo estava satisfeito. Três dias e ninguém ia a lavra”

Domingas Augusto Pango, rainha Nzinga

“Quando chegou a independência é assim, o comandante disse: no dia tal já não vamos ficar mais na mata. (...) Nós tá a ficar alegre, quando a gente subir com a bandeira, já temo paz, toda a gente ficou a dançar”.

Domingas Kissanga

“(…) As senhoras preocupavam-se com fubás, confissão de alimentação; enquanto os homens responsabilizavam-se pela caça, por exemplo, mel, hidromel, para o apoio aos guerrilheiros”.

Vitorina Massta

“Tchove tchove tchamalem tchamalem”

Ndaka Yo Wiñi

RESUMO

Apoiando-se nos aportes teóricos dos estudos de gênero em contextos africanos, esta investigação formula análise sobre a participação e as experiências de mulheres angolanas, algumas delas camponesas, no quadro da luta armada pela independência de Angola, entre os anos de 1961-1974. Insere-se no contexto em que este país africano ainda vivia sob o domínio do colonialismo português tardio, justificado com base em teorias luso-tropicalistas, assimilacionistas, e em plena luta armada. Este período é caracterizado por ser um momento de grandes mudanças no cotidiano dos povos angolanos em geral, apesar das sombras do *Estatuto do Indigenato* persistirem. Para tanto, avalio, assente em diferentes registros escritos, orais e visuais, levantados nos arquivos de Angola e Portugal, quais mecanismos se delinearam na atuação das angolanas na luta anticolonial. É neste contexto que busco reforçar a importância das atividades exercidas por essas mulheres, anônimas, na legitimação, manutenção e conservação da autoridade dos poderes locais bem como dos movimentos de libertação. Essas mulheres camponesas, entendidas nesta investigação como guerrilheiras, desenvolveram “tarefas militares”, nas atividades que executavam nas bases dos movimentos de libertação, e muitas vezes fora delas, cortando cafeeiros, as bananeiras, tirando os paus da estrada, cavando as fossas para os carros não passar, fazendo kisaka, fuba, por fim, trabalhando nas lavras. Dessa forma desempenhavam os intitulados por elas mesmos “trabalhos da revolução”, tarefas constituídas enquanto ações fundamentais de guerra, na cobertura e trabalho logístico de retaguarda. Trato do uso da força do trabalho agrícola e militar na sustentabilidade das zonas libertadas e na manutenção de uma economia anticolonial de pequena escala (agrícolas, trocas, criação de animais, víveres). Esta pesquisa, portanto, aponta para a existência de uma agência específica de mulheres, sustentada prioritariamente por meio do desempenho das atividades agrícolas, com alimentação e saberes associados à terra, mas não somente. A ideia aqui foi reconhecer que essas mulheres afirmaram suas vozes e capacidades de escolhas no contexto da guerra de libertação nacional. É uma investigação, portanto, que tenciona demarcar posicionamento contra a essencialização e universalização das experiências.

Palavras-chave: Angola; mulheres angolanas; colonialismo português; luta de libertação anticolonial; movimento de camponesas; trabalho agrícola-militar; história social e política de Angola.

ABSTRACT

Based on the theoretical contributions of gender studies in African contexts, this investigation analyzes the participation and experiences of Angolan women, some of them peasants, in the framework of the armed struggle for Angola's independence, between the years 1961-1974. It is part of the context in which this African country was still under the domination of late Portuguese colonialism, justified on the basis of Luso-Tropicalist, assimilationist theories, and in full armed struggle. This period is characterized by being a time of great changes in the daily lives of Angolan peoples in general, despite the shadows of the Indigenous Statute persisting. To do so, I assess, based on different written, oral and visual records, raised in the archives of Angola and Portugal, which mechanisms were outlined in the action of Angolan women in the anti-colonial struggle. It is in this context that I seek to reinforce the importance of the activities carried out by these anonymous women in legitimizing, maintaining and preserving the authority of local powers as well as of liberation movements. These peasant women, understood in this investigation as guerrillas, developed "military tasks", in the activities they performed at the bases of the liberation movements, and often outside them, cutting coffee trees, banana trees, removing sticks from the road, digging ditches for the cars do not pass, making kisaka, cornmeal, finally working in the fields. In this way, they performed what they themselves called "revolutionary work", tasks constituted as fundamental war actions, in the cover and logistical work of the rear. I deal with the use of agricultural and military labor power in the sustainability of the liberated areas and in the maintenance of an anti-colonial small-scale economy (agricultural, trade, animal husbandry). This research, therefore, points to the existence of a specific women's agency, supported primarily through the performance of agricultural activities, with food and knowledge associated with the land, but not only. The idea here was to recognize that these women affirmed their voices and capacity to make choices in the context of the national liberation war. It is an investigation, therefore, that intends to demarcate a position against the essentialization and universalization of experiences.

Keywords: Angola; Angolan women; Portuguese colonialism; anti-colonial liberation struggle; peasant women's movement; agricultural-military work; social and political history of Angola.

KIMBUNDU

KITETULWISU

Kudixamenena mu ikwatekesu ya mawulongesu mu kikexilu kya Afidika, ulongesu yu ibanga itongininu yatokala ni kubanga kwa ahatu mu mvunda ya kaphutu. Ibana kijingu ku wijidilu ni ibangelu ya ahatu ya Ngola, amukwa idimakaji, mu kikexilu kya mvunda kya mawuta yatokala ni dipanda dya Ngola, mu kaxi ka mivu ya 1961-1974. Yadilungu mu kikexilu kuma Ngola yakexile mu maku ya kaphutu yalaleka, yadiyukisa mu kikexilu kya mawijidilu luso-tropicalista, assimilacionistas, mu kitenenu kya mvunda ya mawuta. Mu yoso, mu kilembeketa kya *Kijila kya Mukwa Ixi*, ha mwene mu ujiminu wa kijila kye. Kithangana kyamono kala kithangana kya ilungululu ya makota mu izuwa ni izuwa ya athu ya Ngola mu yoso. Ku yoso, Ngisokelesa, yaxikama mu isoneku yengi yosoneke, ya kuzwela ni ya kuyala, jobalumuke mu ibakelu ya mikanda ya Ngola ni ixi ya Phutu, mu ifwa yebi yosokeke ithangana yakukala kwa ahatu ya Ngola ku mvunda ya kukaya kaphutu. Mu kikexilu kimoxi kya ilungululu ni ibilulu, ngisota kukolesa umbote wa ibangelu yene mubanga kwala ahatu ya, akambe kwaejiya, mu yoso kejiya kutanga ni kusoneka, mukubana okidi, mu ubakelu wa kituminu kya mawutenenu wa ididi, ha mwene ya isangela ya ufolo. Idimakaji ya ahatu enya, itwejiya ku utokwesu yu kala ahatu ya ita, mukubanga “ikalakalu ya makwenze”, mu ibangelu yakexile mukubanga mu maxamenenu ya isangela ya ufolo, mu ithangana yavulu bukanga dya, mukubatula mixi ya kafwe, mixi ya mahonjo, mukukatula mixi mu ikoka, mukukanda makungu phala makalu katena kubita, mukubanga kizaka, fuba, mukusuka, mukukalakala ku mabya, exikala mukubanga yene kwixana kwala ene “ikalakalu ya ita”, ikalakalu mu kikexilu kya katunda kya ita, mu uvungilu ni kikalakalu kya kwema.

Ngizwela mu kaxi ka nguzu kya kikalakalu kya udimakaji ni kya usoladi ku ukolesu wa ididi yakala ni ufolo ni ubakelu wa umamenu yakambe kaphutu kya kitala kyofele (wa udimakaji, ibilulu, usaselu wa yama). Ulongesu yu, mu yoso, ulondekesa uvwilu wa ahatu amwadikila bengebenge mu ikalakalu ya kudima, ni kudya ni mawijidilu jadibundu ku mavu, maji ki yene ngo. Kibanzelu baba yene ya kusasa ikexilu phala ahatu ya akolese dizwi dya ni mawutenenu ya kusola mu kikexilu kya ita ya ufolo wa ixi. Yene utokwesu yasemena kuxinda kididi mu kikexilu kya uyukisilu ni mu yoso ya ngongo yatokala ni mawijidilu.

Maba adijikudilu: kikexilu kya utuminu mu nguzu wa kaphutu; Mvunda wa ufolo wa kukaya kaphutu; kisangela kya idimakaji; kikalakalu kya udimakaji-kya masoladi; musoso wa mundu ni; wanji wa Ngola.

KIKONGO

NKUFIKA

Tubakidi luyekamu mu lusadisu lwa mbalu za unzayi wa mpila mambu matadidi mfwaninika a salu landila `nkento ye yakala mu Afilika, owunzayi wawu usongele olufimpu lwa nkomama ya akento a Ngola mu nkindu aluyalu keyamputuki ko. Ivambwidi umbangu ye nsala za akento a Ngola, a`nkaka avati ansengo, mu nkindu ya kimpwanza kya Ngola, mu `mvu wa 1961-1974. Yatulwa mu dyambu dya Ngola yazingilanga, mu luyalu lwa Mputulukezo lwa lungiswa mu mbadika za mpila luyalu lwa Mputulukezo, lukotesanga fu ye kadilu azingu kya kinzenza, mu nkati ankindu. Mu dyodyo oma matadidi o`nsiku wa musu nsi, kana una wakatulwa mu awisa. Tangwa ya fwanana ye nsoba za nene mu zingu kya `nkangu a Ngola. Mu dyodyo, ntezele sikidisa oma mena nswaswani masonekwa ma `mvovo ye ma mbona masongwa mu lundilu ma `nkanda ma Ngola ye Portugal, muna mpila zendele zayikakana ye nkomama akento a Ngola mu nkindu aluyalu keyamputuki ko. Mu dyambu dya nsoba, nzolele syamisa o`mfunu wa salu ya vangwa ya akento, akondwa nkumbu, awonso alembwa zaya tanga, mu mvana `nswa, mu simba kya kimfumu ya fulu ya ndikuka za lukuku. Akento yoyo avati ansengo, asongelo mu lufimpu lwalu nga makesa ma nkindu mu nungununa `salu ya masoladi` mu salu bavanganga mu ndikuka ya lukuku, ye ntangwa za`nkaka kwenda zengi kafe, mankondo, katula nti mu nzila, tima mawulu mpasi vo omakalu kemavyoki ko, ta nsaki, mfumfu, mu nsuka sala mu yana, kwenda vangi salu ibokelo kwa yawu `salu ya nkindu`, salu ya kubikwa nga vangu ya `mfunu ya nkindu, mu kakilu ye salu ya ndunda ya kamba kya nima.

Mvana basadilwa ya salu ya ngolo ye kisoladi muna simbinina efulu yakulwa ye simbilu ye ndunda za luyalu keyamputuki ko kya tezo kya kete (mvata nsengo, nsoba, ntwela abulu). Owunzayi wawu, uvovele zingilu kya kintumwa kya akento, kya simbininwa ntete mu mpwasi ampanga asalu ya mpata nsengo, ye ndilu ye nzayilu a `ntoto, kansi kemomo kaka ko. Engindu ovava zikedi mu vanga nkadilu mpasi vo akento yoyo basonga endinga zawu ye ndenda za sola vana kati ankindu a lukuku lwa nsi. Lufimpu lwa kani dya sasila nzengo za `mfunu ye mbundakesa za umbangu.

`Mvovo mya ngindu: Luyalu lwa Mputulukezo; Nkindu a lukuku lwa luyadu keyamputuki ko; Ndikuka ya akento avati ansengo; Salu ya mvata nsengo ya kisoladi; Lusansu lwa kintwadi; Ngyala ya Ngola.

UMBUNDU

ETETANDAKA

Okufetikila kovisimilo vyolonoŋgo vyatamba kelilongiso lyekāyilume vekalo lyavakwafilika, ekonomwiso eli lyatamba kupange walingiwa lakāyi vOngola kokuyakisa cikolonya kaputu. Upange owu ulekisavo ovilinga vyakāyi vOngola, vamwe pokati kavo olongunja vyokovapya, vulandu wokuyakisa cikolonya kaputu toke apa twatambwila eyovo lyOngola, okupisa kulima wo 1961-1974. Ekonomwiso eli lyalitokeka leci Ongola yakala vevumbiso lya cikolonya kaputu, lonjongole yokupunda ovohwasi vetu lungangala wokusiliŋginya omanu kupandele longusu yovota. Omo lyaco, ukanda wevumbiso lyolonungi vyofeka wanenelevo unepetele walwa. Ungangala wa kaputu wanena okulitepatepa kwapata ovofeka yOngola. Omo lyaco, esapulo eli lyopiwa kovikanda vyosimbu kwenda levi vyakonomwisiwa lakulu, lavina vyapakisiwa vovisoleko visangiwa mulo vOngola kwenda Koputu veswe lyeci cosi calingiwa lakāyi kokuyakisa cikolonya kaputu. Vepakiso eli ndiyongola okulekisa upange walingiwa lakāyi ufūlo lovikele vandisa capyāla vali enene vana kavakulihiwile, vakamukwavo kavatēlele okutanga lokusonēha kwenje vakwatisakovo olosoma kwenda ovitundo vyayakela eyovo lyOngola, muna ndakuti akāyi valwa vakala mwēle aswalali lokulitumbikavo kovopange okovapya ndeci wokulima okafe, ahondyo, epungu, lokuyikula atapalo, cosi eci vacilingila oco ofeka yetu iyovoke peka lyacindele. Vyosi vyalingiwa lakāyi nda kokulima lokutekula ovimōla cosi vacingila eyovo lyofeka. Upange owu wakāyi ulekisa opami lekolelo lyavo kokuyakisa cikolonya kaputu toke apa twakatambwila eyovo lyofeka yOngola.

Ociyika-londaka: Cikolonya Kaputu; Ovita Vyanena Eyovo; Ocisoko Colongunja; Vyupange Vovapya-Lundawavita; Esapulo Lyowiŋgi; Luvyali Wongola.

TCHOKWÉ

USULILO

Kulita nyi shimbi ja kulitesa mu ulite wa akwa afrika, alino longeso linyenika ha uhengwolo wa kulicinga ca mapwo nyi kulimika yi kaphuthu. Ngwe kutesa uthothombo wa mapwo ja mwangola, muunji wo apwile akwa minda, ha kwasa jita yaatwalile kulipanda, mu myaka kanunu makhulakaji livwa makumi asambano nyi kashi ndo kanunu makhulakaji livwa makumi shimbyali nyi awana 1961-1974. Shimbu jino te angola icili muupinji wa kaphuthu ha myaka inji, nyi kukawula ndako nyi malongeso a indele, kwononokena yako ya undele, hanga kanda eza kunyonga kulimika no. kashikha asele shimbi ya enya cifuci, cipwe kwapwile sango ja ukanjiso. Mu unji wa anangola, ha tangwa nyi tangwa kaapwile kusolola kwalumuna manyonga. kashikha ngunashindakenya ha yambo isoneko nyi imweso twacizanga muzuwu lya ishima yamwangola kuphuthu. Ha shimbu ya kwaluka nyi kwalumuna yako, thunashindakenya ulemu wa milimo ja wano mapwo mu unji wo kutwanyingikineko, akwo kalililongeseleko, kaasele ulemu, hanji thaci ja kuvumbika njize ja myanangana jo, cipwe izavu ja akwa malinjekela jo. Ha kuhengwola unji wa ngunja ja mapwo wano, kaana lumbunuka kupwa thujita, mumu kaasolwele "ndako ja uswalale" ha milimo apwile nyi kulinga mwilombo apwile nyi kusokola, shimbu jikwo kwekha, kaapwile nyi kwatetesa kafe, makonde, kusendumyona mingowa mu matapalo, kufula mena hanga makalu kanda apalika, kusohola matamba, kutwa unga, mba hi makaya kumande, ayino ye inasolola ngwo kaapwile nyi kulinga ize ene anavuluka ngwo "milimo ya kulimika" kupwa milimo ilemu ha kwasa jita cipwe ngwe wapwile ukwaso wa unyimenyime. Muze meembo apwile kwapulwila nyi kupwa muukulungunga kaapwile nyi kuthatwisa milimo ya kulima nyi uswalale hamuwikha mumu lya kulimika nyi kaphuthu canehenene uswale (milimo ya maande, kulela imuna). Lye longeso, mumu, linasolola ngwo cimwe cizavu ca phunga ya mapwo capwileko, ca shindakenyene ha milimo ya minda, kulitanda lyavu, lyo nyi yakulya yo nawa. mana jaco kaapwile ngwe ngwo mapwo wano kaapwile nyi uthothombo nyi mana a kusakula jila ya kwasa jita ya liphanda. kashikha kuhengwolace mucitwaha ulite wa kusolola umwenemwene kweswe nyi yeswe.

Upinji wa Kaphuthu; Ciyulo Ca Kulimika Nyi Kaphuthu; Cizavu Ca Njimi ja Amama; Ndundo Ja Njimi Amawande-Uswalale; Mijimbu Ja Mbunga Amwangola.

SUMÁRIO

Prelúdio - O que dizem os arquivos?	21
Introdução	45
Capítulo 1 - Mulheres negras, angolanas e historiografias	62
1.1. Articulando categorias, mulher-gênero-feminismo (s)	68
1.2. Interseccionando feminismos.....	74
1.3. O debate de gênero na historiografia de/e sobre Angola	84
1.4. Perspectivando abordagens	104
Capítulo 2 - A mulher na sociedade colonial angolana	108
2.1. À sombra do Estatuto do Indigenato: inserção político-social da mulher em Angola	113
2.2. A promoção social da mulher como projeto integral de colonização.....	131
2.3. Histórias úter-geracionais, as mães e a guerra	140
2.4. Da promoção para emancipação: a integração da mulher como projeto total de Revolução	153
Capítulo 3 - Narrativas de si e do outro: a nova mulher angolana	171
3.1. A arte no combate, ou o combate na arte.....	172
3.2. Significando a heroína nacional	191
3.3. Grandes narrativas em temáticas específicas, modos de experienciar, viver e narrar a guerra.....	213
Capítulo 4 - Mulheres, vida e trabalho nas zonas político-militares do MPLA	223
4.1. As bases de produção	226
4.2. Atividades econômicas.....	254
4.3. A sociabilidade nas bases	262
Capítulo 5 - A logística de guerra na cobertura da retaguarda: mulheres angolanas na luta anticolonial	287
5.1. Legitimidade e instrumentalização de símbolos em favor da luta anticolonial: o caso de Nhyakatolo e autoridades tradicionais.....	289
5.2. Atividades de guerrilha nas bases dos movimentos de libertação: tarefas militares agrícolas e tráfico de material	298
5.3. A ação anticolonial dos boatos sobre as retaguardas.....	326
5.4. Das informações motivadas por mulheres: as angolanas como testemunhas oculares de guerra	335
5.5. Canções como meio de contestação de guerra	339
5.6. “Mulheres de armas”: “nós fazíamos a cobertura da retaguarda”:.....	343
Considerações finais	348
Referências	354
Anexos	374

SIGLAS E ACRÔNIMOS

AMA – Associação da Mulher Angolana
ADN – Arquivo da Defesa Nacional
AHM – Arquivo Histórico Militar
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ATD - Associação Tchiweka de Documentação
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
CIR - Centro de Instrução Revolucionário
CVAAR - Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos refugiados
DGS – Direção Geral de Segurança
FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola
FAPLA/MPLA - Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FALA/UNITA - Forças Armadas de Libertação de Angola
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
ISCED - Institutos Superiores de Ciências da Educação
LIMA – Liga da Mulher Angolana
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
OSPAAL - Organización de Solidaridad com Ásia, África e América Latina
PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado
RM - Região Político-militar
OMA - Organização das Mulheres Angolanas
SCCIA - Delegação dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações
UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1. Mapa de Angola. Fonte. SUNGO, Marino Leopoldo. Disponível: https://kadila.net.br/angola-caracterizacao-e-formacao-do-pais/ . Acesso em 25/09/2021.	155
Figura 2. Mapa das regiões político-militares do MPLA. Fonte. FIGUEIREDO, Fábio. Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980. Salvador, 2012. p. 284.	156
Figura 3. ATD. Visita do Presidente da Rep. Popular do Congo. Autor: N/D. Publicação: MPLA. Local: Luanda/Angola. Data: 1976.	182
Figura 4. ATD. Recordando Amílcar Cabral, um ano depois do seu assassinato. Autor N/D. Publicação: Angola. Local: Amsterdã - Holanda. Data: 1974.	182
Figura 5. ATD. 3 de agosto - Dia de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Autor: Heriberto Echeverría. Publicação: OSPAAAL. Local: Havana/Cuba. Data: 1970-1971.	183
Figura 6. ATD. Campanha de solidariedade com Angola, para aquisição de livros de alfabetização. Autor: N/D. Publicação: African Relief Services Committee. Local: Ottawa – Canadá.	190
Figura 7. ATD. Homenagem ao Comandante Hoji Ya Henda. Herói do MPLA. Autor: N/D. Data: Ano N/D. Publicação: Departamento de Informação e Propaganda do MPLA. Local: Brazaville – Rep. Popular do Congo.	190
Figura 8. ATD. De uma coleção de postais do Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA (DOR). Ilustração: N/D. Data: 1978.	193
Figura 9. ATD. 2 de março - Dia da Mulher Angolana (OMA/MPLA). Autor: N/D. Publicação: Departamento de Informação e Propaganda do MPLA. (DIP). Local: Luanda/Angola. Data: 1976.	193
Figura 10. ATD. 4 de fevereiro - 15º Aniversário do Início da Luta Armada em Angola. Fotografia: Boubaker Adjali. Publicação: Departamento de Informação e Propaganda do MPLA (DIP). Local: Luanda/Angola. Data: 1976.	198
Figura 11. ATD. Cartão de Boas Festas. Edição: MPLA (Lusaka). Fotografia: N/D. Data: 1972.	198
Figura 12. ATD. De uma coleção de postais do Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA. Ilustração: N/D. Data: 1978.	199
Figura 13. ATD. 3 de agosto - Dia de solidariedade com o povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Autora: Berta Abelénda. Publicação: OSPAAAL. Local: Havana - Cuba. Data: 1968.	199
Figura 14. ATD. De uma coleção de postais para o XI Festival Mundial da Juventude e Estudantes. Edição do Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA (DOR). Ilustração: N/D. Data: 1978.	201
Figura 15. ATD. Comemoração do 10º aniversário do MPLA. Edição: MPLA (Brazaville). Ilustração: Rui de Matos. Data: 1966.	201
Figura 16. ATD. Campanha de Solidariedade com Angola, para angariação de fundos de alimentos. Autor: N/D. Publicação: Comité Mondlane. Local: Amsterdã/Holanda. Data: Ano N/D.	202
Figura 17. ATD. Edição do V Festival Mundial da Juventude e Estudantes em Varsóvia. Ilustração: António Domingues. Data: 1955.	205
Figura 18. ATD. De uma coleção de postais da Organização das Mulher angolana. Edição: OMA. Ilustração: N/D. Data: 1979.	210

Figura 19. ATD. Campanha de solidariedade com Angola. (Na fotografia, Luísa Inglês e seu filho Folo Caetano). Autor: N/D. Publicação: Afrikagrupp. Local: Estocolmo/Suécia. Data: Ano N/D	210
Figura 20. ATD. 1971, base Kanonguense da 3ª Região político-militar do MPLA. .	227
Figura 21. ATD. Shipango. 1971. Mulheres nas zonas político-militares do MPLA.	232
Figura 22. ATD. Mulheres, pasta - várias zonas do MPLA.	232
Figura 23. Fonte: ATD. Pasta, fotos para álbum DEC. Menina segurando arma.	234
Figura 24. ATD. Pasta, fotos para álbum DEC. Menino com arma envolta ao corpo.	235
Figura 25. ATD. Álbum, crianças. Crianças brincando de fotografar.	236
Figura 26. ATD. Crianças brincando na 2ª região político-militar do MPLA.	237
Figura 27. ATD. Trabalhos logísticos no Centro de Instrução Revolucionária do MPLA - CIR. Zona C. 1969-1970.	251
Figura 28. ATD. Pioneiros no Centro de Instrução Revolucionário do MPLA – CIR - caçando carne. 1969-1970	251
Figura 29. ATD. Meninas batendo fuba na 2ª região político-militar do MPLA.....	257
Figura 30. ATD. Plantação nas zonas do MPLA, referência a uma das bases da 2ª região político-militar.....	258
Figura 31. ATD. Referência a uma reunião ampliada na 2ª região político-militar do MPLA. Pasta, vida nas bases.....	258
Figura 32. ATD. No arquivo, a imagem faz referência a um casamento ocorrido na 3ª região político-militar do MPLA em 1971.	265
Figura 33. ATD. Atividades realizadas por mulheres na 3ª região político-militar do MPLA, Gika. 1969-1970.	277
Figura 34. ATD. Trabalho de mulheres na 3ª região político-militar do MPLA. Foto não datada.....	277
Figura 35. Augusta Conchiglia. Reunião com populações que viviam próximo `as bases da guerrilha desde a mobilização política que o MPLA lançou em 1966. Fotografia de reunião ocorrida na 3ª região político-militar do MPLA.....	278
Figura 36. Augusta Conchiglia. Mulheres e homens trabalhando nas lavras de uma das zonas político-militares do MPLA..	281

PRELÚDIO

O mar une, o mar estreita, o mar liga. Nós também temos o nosso mar interior, que não é o Kuanza, nem o Loje, nem o Kunene. (...) escolhi a minha rota no meio dos caminhos do Mundo, sempre à margem de tudo (mas não é a praia uma margem?).

Pepetela, Mayombe.



O QUE DIZEM OS ARQUIVOS?

Se o sujeito se constitui na experiência, e a experiência é a história do sujeito², a pesquisa resulta da vivência, dos afetos e desafetos, encontros e desencontros, da relação que necessariamente estabelecemos com outras pessoas, sejam facilitadores, investigadores e investigadoras, nacionais e estrangeiros, entrevistadas, arquivistas, orientadores ou sujeitos do passado. Inferência de pesquisa que envolve a simbiose entre pensamento, empiria e emoção, como um sistema interdependente, analogicamente às entranhas do estômago e o intestino³. O que indica a recusa à ideia de uma neutralidade, afastamento e frieza da pesquisadora em relação ao seu objeto de estudo.

Uso o termo pesquisa, no sentido de trânsitos, ação, movimento, propositadamente, na intenção de incluir e enfatizar o caráter ativo desse processo nos seus mais diferentes níveis, quer intelectuais quer emocionais. Pesquisa envolve cuidado, disciplina e método, mas também paixão, experimentação, generosidade, trocas e toda essa atividade não acontece sem movimento⁴. São dinâmicas iniciadas nos caminhos e rotas (no sentido literal do termo) que fazemos para a Universidade, arquivos e entrevistas. No contato, diálogos, balanços e reflexões que realizamos. No que observamos e deixamos de observar nesses trajetos.

No caso da pesquisa de campo em Angola, a movimentação convergiu também para o encontro e troca de experiências com jovens investigadoras negras brasileiras. Exemplos dessas intelectuais não nós faltam, como Yérsia Assis⁵, Mille Fernandes⁶,

² Uso o termo “experiência” nos termos de Joan W. Scott, para quem a experiência é a história do sujeito, e por meio dela é constituído. SCOTT, Joan W. Experiência. In SILVA, Alcione Leite da; SOUZA, Mara Coelho de Lago; e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs., *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55. Disponível em https://historiacultural.mpbnnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf. Acesso em 18/06/2021.

³ Referência à exposição “A vida secreta dos intestinos”, realizada em Lisboa de outubro de 2019 a janeiro de 2020. Disponível em <https://www.pavconhecimento.pt/pum-a-vida-secreta-dos-intestinos/>. Acesso em 18/05/2021.

⁴ Rigor, método e disciplina nos termos do CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

⁵ ASSIS, Yérsia. *África e seus legados: entrecruzando Brasil e Angola nos caminhos do ensino superior*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2021. Tese de Doutorado.

⁶ FERNANDES, Mille. *De Angola à Nilo Peçanha: traços da trajetória histórica e da resistência cultural dos povos kongo/angola na região do Baixo Sul*. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC. Salvador, 2020. Tese de Doutorado.

Santa Julia da Silva⁷ e Jacqueline Santos⁸, que têm despontado no cenário acadêmico do Brasil em relação à História de Angola. Todas investigadoras mulheres, negras, formadas em universidades públicas, das Ciências Humanas, de áreas e Estados do Brasil diferentes⁹.

Concordo com Patrícia Hill Collins quando ela explica que essas intelectuais negras têm feito uso do seu *status* de *outsider within* para produzir um pensamento capaz de refletir um ponto de vista especial. Em outras palavras, a pesquisadora expõe que intelectuais negras têm um ponto de vista particular sobre suas experiências (e de outras mulheres igualmente negras) e traz à luz questionamentos de domínio e objetividade sobre as quais as normas acadêmicas são edificadas¹⁰.

Seus trabalhos têm revisitado conceitos e questionado sentidos e, como Assis aponta, no resultado de suas pesquisas, considero ter “as novas perspectivas críticas que contribuem para a reorientação de conteúdo, auxiliando, assim, em outros modelos pedagógicos e mesmo indicando a importância de se aproximar do continente e suas dinâmicas com outras lentes e experiências”¹¹.

Dizer isso significa reconhecer a dinamicidade desse processo, calcado nos interesses e buscas intrínsecas às curiosidades da pesquisadora e pesquisador, marca da experiência com a História, nos usos e desusos que dela fazemos e na convergência do tema e fontes dos estudos desta tese especificamente.

Neste percurso, relativo à pesquisa da história das mulheres angolanas no contexto de luta anticolonial, à medida que o tema foi ganhando cores, rostos, emoções, subjetividades e o contato — por meio da experiência com as mais diferentes fontes de

⁷ SILVA, Santa Julia. *O Reino do Bailundo e os modos de viver e narrar as tradições: fragmentos de uma Angola Contemporânea*. Campinas: Unicamp, 2020. Tese de Doutorado.

⁸ SANTOS, Jacqueline Lima. *Imaginando uma Angola pós-colonial: a cultura HipHop e os inimigos políticos da Nova República*. Campinas: Unicamp, 2019. Tese de Doutorado.

⁹ Destaco ainda o trabalho da pesquisadora brasileira PEREGRINO, Miriane. *Luanda Slam: a literatura angolana fora da página*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Tese de Doutorado; e da doutoranda e investigadora romena no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, VASILE, Iolanda, cujo trabalho, que se desdobra sobre o papel desempenhado pelas mulheres no eclodir das lutas de libertação, de 1945-1961, em vias de conclusão, não citarei.

¹⁰ COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 31, N. 1, p. 99-127, Janeiro/Abril 2016. p. 99. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em 17/10/2018.

¹¹ ASSIS, op. cit., p. 58.

pesquisa, quer sejam jornais, documentos e relatórios oficiais, quer sejam entrevistas, fotos, convívio e influência de diferentes pessoas —, Angola, aos poucos, singularizou-se¹². “Fonte” aqui entendido nos termos de Henry Rousso, como o conjunto de vestígios do passado que os homens, mulheres e o tempo conservaram, voluntariamente ou não — sejam eles escritos, sonoros, áudio-visuais, fotográficos. Infelizmente minhas visitas foram realizadas especificamente à Luanda¹³. Sei que Angola não é Luanda. Esse país da África Central é formado por mais de 160 municípios e 18 províncias administrativas, várias línguas, povos e organizações políticas dentro do território angolano¹⁴. Mas, os percursos da pesquisa e as limitações orçamentárias e de tempo a pesquisa me forçaram a fazer esse recorte.

Na viagem que realizei em 2018, vários conceitos, representações e percepções foram alterados. Com intenção, busquei observar fenômenos outros, além dos problemas estruturais convencionalmente atribuídos à “África” e “africanos”, comuns também à sociedade brasileira. Como destaca Oliva, “o incômodo não está em divulgar os problemas enfrentados pelos países africanos, mas sim de somente fazer referência ao continente africano a partir desses problemas”¹⁵.

Como as mulheres reagiram ante os desafios impostos pela luta anticolonial? Quem são as mulheres angolanas? Como angolanas contam a sua própria história? Como a história e a memória sobre esse passado-recente se organizam? São perguntas que evocam temas vastos e complexos, que me acompanharam ao longo das visitas que realizei, mas que não tive a menor pretensão de esgotar. Encontrar caminhos, por meio das rotas que essas indagações apontaram, sim.

Em Luanda, a pesquisa foi construída através de alicerces que transcenderam as estruturas institucionais consolidadas. Foram tecidas no cotidiano, nos encontros com intelectuais angolanos/as, investigadoras brasileiras, nas conversas do táxi, no

¹² ROUSSO, Henry. O arquivo ou indício de uma falta. In *Revista de Estudos Históricos*. RJ, V. 9, n 17 (1996). p. 2 Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019> Acesso em 10/04/2020.

¹³ Estive em Luanda pela primeira vez em 2018, em visita técnica financiada pela FAP/DF, no âmbito do edital 01/2018 de seleção pública de propostas de apoio à participação em eventos, cursos de curta duração e visitas técnicas de natureza científica, tecnológica e de inovação. Retornei em 2019, para o doutorado-sanduíche.

¹⁴ APARÍCIO, Alexandra. Fontes e contextos do Arquivo Nacional de Luanda: entrevista com Alexandra Aparício. In *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. N. 12, 2017. p. 240. Disponível em <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/fontes-e-contextos-do-arquivo-nacional-de-angola-entrevista-com-alexandra-aporicio/> Acesso em 10/04/2020.

¹⁵ OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005)*. Brasília: tese de doutorado, UnB, 2007. 197.

restaurante, nas ruas. Conversas iniciadas muitas vezes no simples vislumbre da capa de um livro ou no “puxa-palavra”. Assim acessei pessoas, arquivos, documentos privados, bibliotecas e memórias.

Como se sabe, muitos homens e mulheres ativos nesse longo processo de luta de libertação eram pessoas letradas e produziam fontes textuais e visuais contra o colonialismo, em português e nas línguas nacionais, com o fito de convencer o maior número possível de pessoas à causa anticolonial.

Existem vestígios da multiplicidade dessas vozes nas fontes produzidas por angolanos e portugueses, concentradas tanto em Angola quanto em Portugal. Oral, escrito ou visual, trata-se de material vertido de diferentes linguagens, não dissociado do contexto daquele presente, produzido por indivíduos singulares, que a princípio buscavam a libertação política de Angola.

A leitura dessas fontes demanda uma recontextualização que implica compreender “a lógica, no tempo e no espaço, do ator ou da instituição que produziu este ou aquele documento”¹⁶. É provável que Henri Rousso pouco soubesse da história de Angola. No entanto, seu aviso serve de alerta ao lembrar-nos que existe um abismo entre aquilo que o autor do documento pôde ou quis dizer, o contexto que o manuscrito exprimiu e a interpretação que os historiadores fazem a partir dessa leitura. É processo que revela nossa alteridade com o tempo e o passado¹⁷.

Parte do acervo que consultei para constituir o contexto de guerras encontra-se no Arquivo Nacional de Luanda. No caso do século XX, Alexandra Aparício afirma existir em torno de 10 km de documentos especificamente dos anos de 1975¹⁸. No que tange aos estudos de gênero, dos anos 1961-1975, existe pouca concentração documental neste arquivo. Quanto ao período pesquisado, o Arquivo do MPLA, até o momento fechado para visitação, ou aberto para um público muito específico, concentra maior número de informações.

Por outro lado, o Arquivo da *Associação Tchivewa de Documentação* (ATD), um centro de documentações conservadas por Lúcio Lara, privado, e sem fins lucrativos, agrupa maior número de pesquisadores, em sua maioria estrangeiros, pela facilidade de acesso e organização¹⁹. Foi onde encontrei parte do material visual que analiso, como,

¹⁶ ROUSSO, op. cit., p. 89.

¹⁷ Idem. p. 90.

¹⁸ APARÍCIO, op. cit., p. 232.

¹⁹ Disponível em <https://sites.google.com/site/tchivewa/> Acesso em 12/02/2020.

por exemplo, o conjunto de cartazes e postais, publicados em forma de catálogo pela ATD, elaborados por estrangeiros e nacionais, com o fito de conferir visibilidade à participação de homens e mulheres na luta de libertação.

Neste acervo, localizei ainda fotos de mulheres e crianças anônimas que lutaram em zonas remotas, afastadas dos principais centros urbanos, precisamente onde ocorreu a guerra ou onde se refugiaram fugindo da repressão. São imagens reproduzidas e circuladas a serviço da luta de libertação, muitas delas usadas no imaginário e propaganda de guerra de diferentes partes do mundo, como a foto ou desenho clássico da heroína combatente, de uma mulher jovem e bonita, carregando o bebê nas costas ou no lado de um braço, e a arma na mão. É material atravessado por polissemias, alguns com autoria, outros sem autoria disponibilizado para consulta pela ATD.

Na escassez de material sobre o tema, outro ponto de partida na pesquisa foram os jornais. Na primeira ida à Luanda (2018), os consultei no acervo de jornais da Biblioteca Nacional. Na segunda viagem (2019), as consultas ocorreram na Biblioteca do Governo Provincial. No geral, os periódicos estão bem preservados, embora existam partes cortadas e outras notícias não tão visíveis, tendo em vista o tempo de uso, os danos causados por mofo e o estado geral de conservação. Nestes noticiários, figurados pela administração colonial portuguesa, salvo raras exceções, vigorou em todo o período analisado, de 1961 a 1975, a exotização e estereotipização das mulheres angolanas, tratadas como objetos, numa época em que eram poucos os meios de quebra das normas masculinistas e dos silêncios impostos às mulheres. Em norma, os limites eram outros.

A pesquisa nos jornais tratou de ampliar as possibilidades da investigação na busca de maior número de informações sobre as ações humanas de mulheres no passado (colonial). Em Luanda, o/a historiador/a têm à sua disposição um grande acervo de jornais, de mais fácil acesso do que na Hemeroteca de Lisboa, por exemplo. Nos arquivos luandenses o espaço onde os jornais estão depositados (no mesmo local da consulta), permite o contato visual e físico com o material pesquisado.

Jornais, documentos e relatórios oficiais são publicações que precisam ser lidos com cuidado. No caso dos periódicos, interessa saber se é direcionado ao público português ou angolano, se é separado por público-alvo, se foi censurado. E, como nos alerta Farge, lembrar que o material impresso existe para convencer e transformar a ordem dos acontecimentos. É “carregado de intenções, sendo que a mais singela e mais evidente

é a de ser lido pelos outros”²⁰ ; feito para atender a um grande número de pessoas e intencionalmente buscar divulgar e criar um pensamento. Desse processo depende a complexidade da história que produzimos.

Em ambas as bibliotecas, das visitas, exigiam vestimenta formal, blusa social ou que cubra os ombros, a habilidade no uso do catálogo manual, com títulos que muitas vezes não constavam no acervo. Mas existiam no catálogo e vice-versa, o uso de luvas e máscaras, nem sempre disponíveis.

O enfrentamento à desconfiança em torno de como as informações colhidas seriam usadas, foi outro fator frequente. Existe um aumento crescente de pesquisadores estrangeiros em Luanda, embora o retorno dessas investigações, em termos de publicação e circulação de obras, seja quase inversamente proporcional à presença destes no país. Ou seja, muita pesquisa sobre Angola, mas publicadas e produzidas para um público externo à Angola, nas quais os maiores interessados, portanto, não têm acesso ao que foi escrito e produzido.

No livro *Combater duas vezes – mulheres na luta armada de Angola*, Margarida Paredes, antropóloga, e uma das precursoras no tema em questão, já assinalava que, ao entrevistar antigas combatentes da Luta de Libertação do MPLA, através da colaboração da secretária-geral da OMA, Luzia Inglês, conhecida por “camarada Inga”, teve de “ultrapassar uma ligeira hesitação da secretária derivada da desconfiança que tinha ou tem para com os investigadores estrangeiros – *vocês só falam mal de nós!*”²¹.

Em seu percurso epistémico-metodológico, a pesquisadora narra que para entrevistar mulheres no ativo dos diferentes ramos das Forças Armadas Angolanas (FAA) (Marinha de Guerra, Força Aérea e Exército) precisou recorrer a “redes de influência, aliança e suporte que vieram a ser reconstruídas através das antigas afiliações a uma estrutura militar, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), o primeiro exército nacional”, da qual a autora fez parte²².

Tal hesitação e desconfiança talvez se justifiquem também com base no contexto de guerra, no qual informações não podiam circular livremente, uma vez que a censura estava estabelecida e a vigília e efeitos nefastos do que se dizia ou fazia tornaram-se uma constante²³. Apesar do temor, em Angola, no caso dos pesquisadores estrangeiros, o

²⁰ FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009. p. 10.

²¹ PAREDES, Margarida. *Combater duas vezes – Mulheres na Luta Armada em Angola*. Lisboa: V/H, 2015. p. 91.

²² Idem. p. 86.

²³ Não só. Para além da Guerra Civil, existia a ideia de manutenção no poder do Eduardo dos Santos.

acesso das pessoas em geral, e mulheres em particular, e mesmo nos arquivos, acontece tão somente em decorrência das redes de conhecimento, dos fluxos de informações e das influências entre pessoas conhecidas. Assim acessamos arquivos, bibliotecas e memórias.

Encontrei na produtora *Geração 80*, outro ponto de apoio na pesquisa do tema em Luanda. Na busca por vencer dificuldades inerentes à pesquisa de campo, no quesito deslocamento, como uma pesquisadora sozinha e dispondo de poucas redes de apoio em um país a princípio desconhecido, visualizei e transcrevi parte das entrevistas realizadas com mulheres das províncias de Angola (letradas e não letradas), produzidas para o documentário *Independência*²⁴. Do total das setenta entrevistas a que tive acesso por meio de uma lista com a referência das mulheres entrevistadas no projeto, visualizei e transcrevi algo em torno de quinze delas.

A intenção na visualização dessas entrevistas foi captar o universo de guerra em relação às outras províncias de Angola. O que permitiu reestabelecer um equilíbrio, evidente em termos de importância, entre o modo como a guerra foi vivenciada na capital e no interior do país. Exercício absolutamente necessário e indispensável como forma de compreender as dimensões apagadas em proveito quer de Luanda e/ou da região Mbundu, quer, de algum modo, os vestígios de uma outra interpretação da História. A ideia não foi encontrar a “verdade”, mas as reelaborações desse passado-presente (colonial), pelo contraste entre a memória individual e coletiva, e as especificidades daí assinaladas.

Na ATD, sob a coordenação da arquivista Wanda Lara e da historiadora Maria da Conceição Neto, já existe projeto em curso que objetiva transcrever todas as entrevistas realizadas ao longo do projeto mencionado, algumas delas já transcritas, embora não disponibilizadas ao público externo, ainda que o material visual esteja disponível para consulta.

Essas entrevistas foram realizadas por investigadores do projeto *nos trilhos da independência*, que juntou a Geração 80 e a ATD no compromisso de registrar as memórias (e histórias) dos que se envolveram na luta de libertação. É material que, além de revelar as memórias da situação colonial em Angola sob diferentes aspectos e

Críticas e questionamentos ao que ocorreu em Angola no pós-colonial também explicam esse controle todo.
²⁴ Com lançamento em 2015, *Independência* é documentário realizado pela Associação Tchivewa de Documentação e Geração 80. De ampla divulgação em Luanda e encontrado nos livreiros da universidade, supermercados, papelarias e bibliotecas, o vídeo envolve depoimentos de homens e mulheres, combatentes ou apoiantes da guerrilha, os conflitos entre os grupos nacionalistas que reivindicavam a libertação e a experiência revolucionária nas matas. O filme tece memórias da luta anticolonial até o período de conquista da independência.

perspectivas, materializa o amplo leque de possibilidades quanto à participação de mulheres camponesas que atuaram nesse processo de lutas.

Nem todas as entrevistas visualizadas foram publicadas no documentário *Independência*. Os depoimentos analisados são entrevistas curtas, de vinte a trinta minutos, realizadas em português, mas muitas vezes mediadas por um tradutor. As línguas — o kikongo, kimbundu, umbundu, entre outras foram e são fator determinante na comunicação entre entrevistados/as e entrevistadores/as e, durante a luta de libertação, entre os próprios combatentes.

Assim como o espírito de consciência política foi transmitido nas notícias das rádios em línguas nacionais, as canções de guerrilha, entoadas principalmente por mulheres, sobretudo dos meios rurais, são outra presença marcante tanto na chamada para a luta quanto nos lamentos de perda. Em algumas das imagens visualizadas, foi possível perceber a importância dessas canções na constituição da memória desse período, assim como a importância da figura feminina como peça central nessa sociedade.

Somado a isso, em Lisboa, na documentação pesquisada do Arquivo Histórico Militar, são frequentes, por exemplo, encontrar ocorrências de “sequestro”, “raptos”, “fuga”, “raptura” de mulheres e crianças pelos “in” (inimigos). Qual a intenção por trás desses sequestros se não houvesse um sentimento coletivo da importância dessas mulheres na manutenção da guerra? Tais contornos vão se delineando por meio dos depoimentos das mulheres, quer sejam camponesas quer sejam urbanas.

A visualização das entrevistas do projeto *nos trilhos da independência* ampliou minhas concepções sobre como mulheres das diferentes províncias de Angola, incluindo a capital, envolveram-se na guerra. Por meio do contato com esse material, ampliei o horizonte de expectativas quanto às atividades desenvolvidas pelas mulheres camponesas nesse processo de lutas, não na busca de “dar voz” a elas, mas na vontade de conferir visibilidade ao que já foi dito, embora muitas vezes não esteja escrito.

É certo que, como nos lembra Conceição Neto, o esquecimento ou reconhecimento dos fatos do passado podem passar por muitos fatores, como o estatuto social, questões de classe, gênero, raça, também por maior ou menor proximidade dos centros urbanos e locais de poder, mas “não menos importante será a capacidade das mulheres de se fazerem ouvir ou de ter alguém que fale em seu nome, como uma organização, um partido ou uma igreja”²⁵.

²⁵ NETO, Maria da Conceição. A memória como matéria inflamável: reflexões a partir do caso angolano. In *Mulemba*. 2016. p. 11. Texto não encontrado no google do Brasil, mas disponível no google de Portugal.

Como forma de complementar o material já consultado, realizei ainda entrevistas com pessoas que participaram direta ou indiretamente desse processo de lutas. Acessei as entrevistadas no boca a boca, por meio da indicação de conhecidos, angolanos/as e brasileiros/as, e das relações de confiança que foram tecidas no cotidiano. Isso também constituiu-se um limite, já que muitas das entrevistas concedidas foram realizadas por indicações de terceiros, que, nessa seleção inicial dos interlocutores, já indicavam nomes conhecidos.

E, como ocorreu com Messiant, as escolhas ulteriores, dependentes dos testemunhos já recolhidos, foram também fortemente marcadas pela situação do MPLA e de suas testemunhas. Ou seja, o trabalho de recolha de fontes orais confrontou-se com as circunstâncias do momento²⁶. Em ambas as visitas a Luanda, entrevistei mulheres do MPLA, da UNITA e da FNLA. Na primeira, a maioria delas foram da OMA/MPLA. Na segunda ida, concentrando-se na busca de mais material e entrevistas de mulheres me concentrei nos depoimentos das mulheres ligadas aos outros movimentos. Nos arquivos, procurei vozes de mulheres anônimas, não necessariamente associadas aos movimentos de libertação. Muitas não sabiam ler e escrever e não há fontes textuais produzidas diretamente por elas.

O trabalho de recolha de fontes orais confrontou-se, também, por assim dizer, com as dificuldades inerentes ao trabalho de campo, com a minha posição de uma mulher negra, no primeiro olhar, lida por angolanas e angolanos como “mulata”, brasileira e estrangeira. Autorizada a andar por Luanda de forma mais ou menos suspeita, cuja posição muitas vezes não era óbvia. Aliado a isso também tinha minha pouca experiência com a história do país, em uma relativa ignorância, dependente sobretudo de meus próprios conceitos e pré-conceitos, com a dificuldade de interrogar as entrevistadas e, por outro lado, interpretar os discursos associados e submetidos à linha de uma história oficial.

Portanto, em um primeiro momento, eram testemunhos dispersos, incompatíveis entre si. Aos poucos, no entanto, confrontando os depoimentos com os registros escritos,

No artigo a autora menciona que foi publicado na Revista de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, *Mulemba*, em 2016, conforme referenciei acima. Mas não consegui encontrar a versão online, no site da revista.

²⁶ MESSIANT, Christine. “Em Angola, até o passado é imprevisível”. A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, críticas, necessidades atuais de investigação. Construindo o passado angolano: as fontes e a interpretação. In *Actas do II Seminário Internacional sobre História de Angola*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000, p. 826.

começaram a fazer sentido, principalmente tendo em vista os processos de reelaboração e reconstrução desse passado-presente, muitas vezes banais, porém essenciais na singularidade dessa História, das experiências das angolanas na luta anticolonial.

Há um tempo, a historiadora Christine Messiant já chama atenção para o fato de como os usos e desusos das fontes orais, no caso vertente, podem ser tensos e de difícil apreensão, não uniformes em termos das informações que narram e, que variam muitas vezes com o tempo a critério de quem oferece determinado depoimento. E, em vista desse contexto, de como a produção tanto de depoimentos quanto de pesquisas históricas propriamente ditas podem constituir-se como um debate moral, do qual, neste trabalho, busco me distanciar. Messiant comentava ainda sobre a forma como seus depoentes variavam a narrativa de tempos em tempos, constituindo-se, assim, ao ser contrastado, como “um indicador de tudo que está por investigar”²⁷.

Ainda sobre as entrevistas, após suas realizações, a escolha para análise das informações se deu pela apresentação variada dos temas e pelas experiências com a luta anticolonial. Transcrevi algumas das entrevistas e, depois, selecionei episódios baseados nos tópicos centrais da tese, como contados pelas entrevistadas por meio de suas histórias e memórias. A depender da entrevistada, a duração da entrevista variou, em geral, entre 30 e 40 minutos. A maioria das entrevistas ocorreu na residência ou no local de trabalho das entrevistadas.

Conduzi a entrevista de modo a deixá-las livres para falar, com o mínimo de questionamentos diretos ou orientação, inclusive do ambiente. Nesse sentido, exprimiram-se livremente e (re) elaboraram suas memórias sobre a guerra e outras questões que consideravam relevantes em relação ao quadro de luta armada. A estrutura geral das entrevistas envolveu perguntas sobre: i) informações pessoais; ii) o envolvimento e as percepções sobre a guerra; iii) as experiências pessoais e o impacto da luta no cotidiano e vivência familiar; iv) os campos de atuação e atividades militares na guerra; v) as músicas que cantavam; vi) os acontecimentos da luta armada que foram marcantes para a entrevistada ou para a família; vii) a percepção do envolvimento das mulheres na luta. Os questionamentos foram complexificados paulatinamente. Por sua, assistir às entrevistas produzidas pela ATD aumentou minha compreensão sobre o tema, e sobre e o foco nas questões centrais da luta de libertação.

²⁷ Idem.

Como dito anteriormente, fazer pesquisa em Luanda demanda a construção de redes de apoio para a permanência do/a pesquisador/a e para o trabalho de consulta aos arquivos e a diferentes acervos bibliográficos. Existe um reconhecimento no valor da informação e na habilidade do seu uso. Neste sentido, os próprios angolanos têm criado e proposto alternativas para seus problemas, mesmo diante das tensões entre a memória/lembrança/evocação do passado e produção dos discursos sobre este passado-presente.

É habitual, por exemplo, a posse de registros documentais sob a tutela de pessoas comuns. Elas guardam documentos, material privado que muitas vezes não estão nas instituições públicas. Nesse contexto de luta anticolonial e pós-colonial, qualquer pessoa poderia portar documento. Essas e outras práticas de guarda de fontes escritas não produzem um arquivo, embora reconstituam a ideia do documento enquanto instrumento político e ideológico.

Maria da Conceição Neto menciona, por exemplo, que na época de sua participação no *Projeto Trilhos*, com visitas aos recônditos mais remotos dos centros urbanos, no norte e leste de Angola, as pessoas mostravam “documentos” da luta que eram distintos dos papéis preservados nos arquivos. A historiadora conta ainda que “as pessoas traziam e mostravam objetos para demonstrar como se vivia (ou sobrevivia) nas bases guerrilheiras e nos refúgios das matas”²⁸. Eram instrumentos que iam desde fontes escritas até flechas, canhangulos, painéis de ferro, cestos, etc.²⁹ Em outras palavras, era a forma de construir sentido e registrar a História. É material que se imbrica com a própria história do país.

Tais registros escritos não são publicizados com facilidade, e ter acesso à parte desse material demanda a construção de relações de confiança. Para acessar esse material, é necessário recorrer a uma política cotidiana, pequenos encontros, conversas, passeios, visualização de materiais outros que, muitas vezes, não possuem relação direta com o tema da pesquisa, embora contribuam pelo valor da informação e descoberta de formas outras, que não as oficiais, de acesso à história do país.

Essas relações também são usadas como instrumento de poder na vinculação estabelecida com o/a pesquisador/a. Sabe-se que o processo de comunicação, circulação e recepção da informação implica domínio de códigos “pertencentes a diferentes sistemas

²⁸ NETO, op. cit., 2016. p. 12.

²⁹ Idem.

do simbólico e hierarquias políticas e sociais”³⁰. Apesar disso, é forma menos burocratizada de acesso à informação, mas nem por isso menos importante.

Essa posse de documentos pode estar relacionada ao modo como aqueles que participavam da luta de libertação tinham que montar e desmontar acampamento, tendo em vista a perseguição da polícia política de Portugal, a PIDE/DGS. Muitas vezes cavavam-se buracos para guardar documentos de guerrilha, contendo estratégias de guerra ou propagandas que discursavam contra o colonizador. Na documentação do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, existem referências de militares que encontraram alguns desses documentos em lugares secretos e camuflados.

Nos boletins técnicos de informações, por exemplo, o chamado *perintreps*, encontrei descrições referentes a Luanda, de 1966, em que consta notícia de africanos de ideias consideradas subversivas que escondiam dinheiro ou papéis considerados importantes, “no interior do forro da berguilha das calças, na parte superior dos botões; esse forro, com a pequena abertura nas costuras, serve de algibeira”³¹. Ou seja, na “bainha das calças, dentro do forro”³².

Em outro documento, de 1964, a Polícia de Segurança Pública (PSP), no boletim de “propaganda, contrapropaganda e ações psicológicas” detecta no musseque Rangel, em Luanda, “um caixote que esteve enterrado, e no qual constatou haver documentos datilografados de propaganda comunista, cartas manuscritas, livros subversivos e de propaganda e emblemas diversos dos países da Cortina de Ferro”³³.

Deste mesmo ano, existem, inclusive, notícias de documentos que foram capturados em operações militares. Em uma dessas fontes, a referência de uma “lista de soldadas femininas”, constituída por “7 elementos”, para surpresa dos militares portugueses, que, no comentário do *perintreps*, afirma ser “a primeira vez que se referem elementos femininos combatentes”; quanto a participação direta, por parte das mulheres, na luta armada³⁴.

A apreensão de fontes angolanas foi tão recorrente que chegou a constituir sessão específica do *perintreps*, “documentos capturados”³⁵. Alguns estão escritos em línguas

³⁰ TAVARES, Ana Paula. A escrita em Angola: Comunicação e ruído entre as diferentes sociedades em presença. In *Angola on the move, transport routes, communications and history*. HEINTZE, Beatrix ; ACHIM, Von Oppen (eds). Frankfurt am Main: Verlag Otto Lembeck, 2008. p. 1.

³¹ Portugal (PT) - Arquivo Histórico Militar (AHM) – FO-007-B-12-3-243-65.

³² Idem.

³³ PT-AHM-FO-007-B-12-3-241-56.

³⁴ Idem.

³⁵ PT-AHM-FO-007-B-12-3-243-64.

nacionais e foram capturados em regiões fronteiriças. Além de documentos, foi comum a captura de munições e medicamentos, e a prisão de mulheres e crianças³⁶.

Uma vez iniciada a luta anticolonial, conforme aponta David Birmingham, o papel principal da polícia política portuguesa “consistia em seguir de perto a subversão negra”. Para tanto, a “polícia estava muito mais bem documentada quanto as alterações das aspirações rebeldes do que os próprios movimentos de libertação”³⁷. Assim construíram um aporte documental, armazenando fontes de diversas naturezas e formando grandes arquivos.

Esse material possui valor considerável, não apenas para discutir a história desse período, mas também para identificar seus protagonistas, observar as diferentes versões do nacionalismo, orientações e estratégias proclamadas, rivalidade e oposições internas e entre as organizações, as crises e conflitos. Apesar disso, esses documentos pouco dimensionaram as aspirações, sensibilidades, vidas e lutas de homens e mulheres anônimos na luta pela emancipação de Angola. E, conforme Messiant reforça, “é sempre indispensável, para descodificar e muitas vezes validar essas fontes, saber muito mais do que contêm e dizem os arquivos, e isso passa pelo confronto rigoroso com outros documentos e grande número de testemunhos orais”³⁸.

Sobre essa documentação física, na Europa, mais particularmente em Portugal, persiste todo um debate quanto à restituição ou não de patrimônios materiais e documentais, como no caso dos manuscritos retirados ilicitamente do país durante o período da guerra de libertação, confiscados pela polícia política de Portugal (PIDE/DGS) e que estão nos arquivos portugueses.

Ou seja, mudar de esconderijo constantemente fazia parte do cotidiano da guerra e perdiam-se muitos documentos nesses deslocamentos. Alguns paravam nas mãos dos portugueses, outros nas mãos de pessoas comuns, que, por reconhecerem o valor da informação, guardavam-no. Assim, guardar documentos podia ser interpretado como forma de sobrevivência, de construção de estratégia contra o inimigo ou mesmo de poupar vidas.

É evidente que depois os contornos vão se delimitando, e as pessoas passaram a guardar para lembrar, comprovar sua participação, mostrar aos filhos, como um

³⁶ PT-AHM-FO-007-B-13-42-76-49.

³⁷ BIRMINGHAM, David. Colonialismo vs. Nacionalismo. In *Breve História da Angola Moderna* [Séc. XIX-XXI]. Lisboa: Guerra e Paz, 2017. p. 122.

³⁸ MESSIANT, Op. Cit, p. 856.

instrumento de prova e validação das dificuldades vivenciadas no período de guerras. Independentemente disso, é historicidade e material que podem constituir chaves interessantes para compreender não apenas processos de construção de si, mas também caminhos intelectuais de sociabilidades que partem dessa experiência com o registro físico.

Em Lisboa, na visitação aos arquivos públicos, priorizei material que demonstrasse direta ou indiretamente como mulheres anônimas, principalmente das províncias de Angola, atuavam e usavam a guerra para proteger a si e as suas comunidades. Além da visualização dos depoimentos orais do *Projeto trilhos* e da realização de entrevistas, foi a forma que encontrei de vencer as dificuldades na constatação de que cada pessoa, homem, mulher, letrado, iletrado, das elites ou dos “povos”, pode ser importante no testemunho desse passado anticolonial.

Surpreendeu-me a gama de material manuscrito sobre o período de guerras no ultramar existente no Arquivo Histórico Militar (AHM). Interessou-me nesse arquivo o material do Arquivo do Ultramar, F7B, do comando militar de Angola de 1961 a 1975. Como mencionei, pesquisei especificamente nos chamados *perintreps*, que são relatórios técnicos de informações confidenciais com ordens de mobilização. Importou principalmente os relatórios de informação e contra-informação. Abri algo em torno de trinta e três caixas.

É documentação que sinaliza quanto à preocupação indireta do corpo militar com a participação das mulheres na luta de libertação. O foco não era nelas. Por meio dessas fontes, como dito anteriormente, militares portugueses mencionam a fuga e sequestro recorrente de mulheres e crianças angolanas pelos inimigos (“in”) ou pelas nossas tropas (“nt”).

Nesse acervo, por meio da leitura dos *perintreps*, foi comum a captura de roupas e utensílios domésticos necessários à retaguarda da guerra e também ocorrências como agressões à facada, paulada, furtos e roubos de rádio, de armas de fogo e de outros objetos; todos considerados “delitos” praticados também por mulheres, embora não em sua maioria, a depender do incidente. Nessa documentação, mulheres atuam na guerra como sujeitas e “objetos”, afinal não sabemos ao certo as inúmeras motivações que envolveram os sequestros.

Nesse arquivo, muito embora os registros estejam desclassificados, existiu certo impedimento na publicização das informações, por conterem dados pessoais de indivíduos que ainda estão vivos e participaram da guerra. Então, alguns dos documentos “confidenciais”, muitos deles nunca verificados, passaram por um processo de “expurgo” de informações, o que revelou o caráter paradoxal do arquivo. Ao mesmo tempo em que essa disponibilização dos documentos no espaço público dessacraliza as fontes, novos cultos se desenvolvem em torno delas, reforçando crenças sociais. É tema polêmico que esbarra no direito de acesso e publicização da informação.

Somados os esforços na busca dessa documentação do ultramar, visitei ainda o Arquivo da Defesa Nacional (ADN). No AHM, descobri de que forma mulheres angolanas impulsionaram a guerra, a partir da retaguarda, mesmo que com protagonismo, gerando inclusive a necessidade de visibilização da sua participação, por meio de propaganda política. No ADN observei formas diferenciadas da participação de mulheres anônimas na guerra.

É evidente que toda essa documentação militar deve ser lida com cautela, pois é a interpretação dos colonizadores sobre as mulheres angolanas, nessa época consideradas “indígenas” e/ou “terroristas”, de forma genérica, muitas vezes sujeitas à hegemonia de uma escrita colonizadora, sexista e racista.

Assim como o AHM, o Arquivo da Defesa Nacional (ADN) guarda fontes do Ultramar sobretudo dos anos de 1950 a 1975. São ocorrências escritas por militares portugueses que passavam pelo gabinete do Ministro da Defesa. É documentação pouco explorada, principalmente no tocante aos boletins de ocorrência da PIDE/DGS, em que mulheres angolanas das províncias, segundo os militares, “colaboram” com o regime colonial, ainda que, ao mesmo tempo, possam também estar gerando “boatos” ou “fazendo uso da guerra” para se beneficiar.

Encontrei maior volume de informações no material do Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN/2REP). Examinei informações de 1967 sobre atividades “dos inimigos” por distritos, nomeadamente no Bié, Lunda, Moxico, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cabinda, Cuanza Sul, Huíla, Malange, Moçâmedes, Uíge e Zaire, de 1965-1974. Foi onde encontrei, por meio de notícias intituladas de “*atividades terroristas em Angola*”, material em que as mulheres das diferentes zonas acima referidas, se comunicavam, filtrado, evidentemente, pela escrita do colonizador.

Ao todo, abri em torno de trinta e cinco caixas. Investiguei material que versava sobre a atitude das populações, sobre as organizações femininas angolanas, como a

Associação da Mulher Angolana (AMA) e a Organização das Mulheres de Angola (OMA), as informações da PIDE sobre Angola, os processos relativos à ação psicológica de contra-subversão. No ADN, pude enxergar a atuação de mulheres que, independentemente de saberem ler e escrever, criaram condições para que a guerra se mantivesse.

Se na documentação da AHM, militares versam sobre a presença dessas mulheres na luta de libertação, movimentação em termos migratórios e de objetos, necessários a retaguarda da guerra, nas fontes do ADN elas agem, falam nas entrelinhas e, como os militares portugueses não gostariam, “dão cabo da situação”.

No arquivo da ADN, nos relatos de notícias recebidas pela DGS, encontrei, por exemplo, informações de mulheres que trabalhavam nas lavras dos acampamentos dos movimentos de libertação, com o objetivo de (re) abastecê-los de gêneros alimentícios. Havia ainda relatos de mulheres que abandonaram regiões onde se encontravam para fugir da fome, tendo em vista a destruição das plantações, e de “africanas” prestando esclarecimento sobre os acampamentos dos movimentos de libertação, como o MPLA.

Examinei ainda documento que diz respeito ao pedido de pesquisa em relação ao comportamento da rainha Nhyakatolo, do Distrito do Moxico, que, em 1966, segundo consta na documentação, estaria “comprometida com os terroristas”, embora a princípio tenha sido considerada, pelos militares portugueses, uma aliada. O que faz crer que mulheres, independentemente das diferenciações sociais, barreiras sociais, econômicas, de escolarização, sabiam da guerra, informavam-se, participavam, lutavam e usavam a guerra a seu favor.

O que essa documentação coloca em causa? Além da ideia de que somente homens estiveram na linha de frente e participaram efetivamente da guerra, o entendimento de que as mulheres angolanas são muitas, tanto em suas diferenças quanto em seus campos de atuação. Revela ainda que foram as circunstâncias que as levaram à luta, inclusive a ponto de enfrentar o medo, desespero, dúvida, insegurança, sofrimento.

Em Angola, houve centenas de mulheres que participaram da luta, seja transportando cargas, na alimentação, cozinhando seja cuidando dos outros. Essas funções não eram secundárias em relação às funções de mulheres que seguiam nas linhas de frente da guerrilha. Ao contrário, foram essenciais na manutenção da guerra, como comprovam as entrevistas e documentações mencionadas e, simbolicamente, também levantaram armas. Resta saber as particularidades dessas dinâmicas.

Conceição Neto menciona que mulheres mentiram, foram espiãs e manobravam os portugueses em nomes de suas famílias e apoio à luta anticolonial. Viram pessoas morrerem, chorarem, sofrerem, sentiram dor, deslocarem-se e buscarem melhores condições de vida³⁹.

É fato que existiu um estatuto social que passou pelas dimensões de classe, gênero, raça, poder ou mesmo pela formação de organizações que falavam em nome de todas elas. Tais diferenciações influenciaram inclusive as distinções que existiram e ainda hoje existem no tratamento que durante e depois as consideradas “guerrilheiras” e “combatentes”⁴⁰ receberam. No entanto, esses estatutos não podem silenciar ou cristalizar essas participações apenas sob um ponto de vista. A construção de narrativas exemplares e heroicas constitutivas da criação de uma identidade nação⁴¹ não dá conta da multiplicidade e graus de importância de outros tipos de participação.

A historiadora Conceição Neto enfatiza que para cada figura dessas heroínas guerrilheiras existiram centenas de mulheres que cumpriram diferentes funções, no transporte de cargas, lavra, cozinha, cuidando uns dos outros, etc.⁴²

Com intenção de encontrar jornais lidos por pessoas comuns, e buscando entender quem eram essas mulheres angolanas, onde estavam, o que faziam, como atuavam ao longo desses treze anos de guerra, pesquisei ainda os jornais da Hemeroteca de Lisboa.

Visitei essa biblioteca de jornais tendo em vista o interesse na investigação do suplemento especial do Jornal ABC, *Tribuna dos Musseques*. Foi suplemento publicado dos anos de 1967-1969. É jornal que passou por censura. Encontrei inclusive material que versava sobre a censura desse jornal pela PIDE/DGS no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

No *Tribuna dos Musseques* encontrei textos do período acima referido que relatavam as atividades das mulheres nas ruas, experiências marcadas, segundo alguns relatos, pelo trabalho informal, na venda de alimentos da terra, produção agrícola, etc. São marcas, traços, vestígios, informações de como as mulheres estavam situadas como força de trabalho ao longo desse contexto de treze anos de luta anticolonial.

³⁹ NETO, op. cit., p. 8.

⁴⁰ No livro *Combates duas vezes*, Margarida Paredes explica que guerrilheiras foram as mulheres que usaram fardas, com arma na mão...etc. As combatentes as mulheres que combateram sem arma na mão. PAREDES, op. cit., p. 34.

⁴¹ NETO, op. cit., p. 8-11.

⁴² Idem.

A pesquisa aos jornais da Hemeroteca precisou ser feita antecipadamente assim como o agendamento da consulta aos jornais. Como já sinalizado, os jornais não ficam no mesmo local de consulta e, até serem transportados, leva tempo. Muitos desses jornais também estão em Luanda, no Arquivo da Biblioteca do Governo Provincial, e são de fácil acesso. Alguns desses jornais, principalmente do pós-1975, não estão em Lisboa.

Além da Hemeroteca, investiguei ainda nos Arquivos da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino. Em ambos os arquivos, para realizar pesquisas nos documentos oficiais e processos, existe necessidade de possuir um cadastro na base *digitarq*, que é um sistema de auxílio na busca de documentação pela internet⁴³.

Contudo, para realizar pesquisas em alguns arquivos específicos, como no caso dos documentos da PIDE/DGS, na Torre do Tombo, e dos manuscritos do Ministério do Ultramar, no Arquivo Histórico Ultramarino, é preciso estar no local da pesquisa, *in loco*.

Na Torre do Tombo, mais especificamente nos registros da PIDE/DGS, realizei pesquisas pelas palavras-chave “mulher”, no singular e no plural, e pelo nome das organizações femininas “OMA”, “AMA”, “LIMA”. Examinei todos os documentos que acabei a partir dessa busca inicial. Apesar de não ser o foco desta pesquisa, encontrei processos de presas políticas pela PIDE, angolanas e portuguesas que se juntaram aos movimentos de libertação de Angola.

Além disso, identifiquei material de propaganda política do MPLA, panfletos “manuscritos em papel de embrulho e de envelope dirigido aos governos dos Distritos” e também colocados no armazém da fábrica, na lavanderia, pelos correios, com os dizeres: “morte aos colonialistas”. “Patrícios. Fogem desta terra. Vão dentro da cidade. Aqui haverá grande terramoto contra os brancos. Sempre UPA”, “vamos contra os brancos nesta terra, morrer vivA. Temos que ir a vingança, esta vez será o último dia”. São documentos apreendidos pela Delegação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado com atividades “inconvenientes” dos movimentos de libertação, muitas delas protagonizadas por mulheres.

No Arquivo Histórico Ultramarino, por sua vez, embora não tenha encontrado material que verse diretamente sobre a participação das mulheres na luta anticolonial, examinei nas fontes do fundo do povoamento e nos relatórios de inspeção que descreviam a situação política em Luanda e nas províncias de Angola. É documentação que auxilia

⁴³ Disponível em Torre do Tombo: <https://digitarq.arquivos.pt/>; Arquivo Histórico Ultramarino - <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/>. Acesso em 19/02/2020.

na compreensão e redimensionamento do contexto da época, da forma como a guerra repercutia no cotidiano das pessoas.

Além disso, consulte o arquivo bibliográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, onde encontrei textos do campo dos estudos de gênero em Angola e Portugal que serviram de amparo ao entendimento de como mulheres comuns ergueram armas contra o colonialismo.

Enfim, dessa documentação, visitas a arquivos e bibliotecas mais diferenciados — Biblioteca Nacional de Luanda, Biblioteca do Governo Provincial de Luanda, ATD, Geração 80, AHM, ADN, Hemeroteca, Torre do Tombo, visualização e realização de entrevistas em Luanda — busquei indícios da participação das mulheres na luta de libertação.

É evidente que não usarei todo o material pesquisado na tese. Como afirma Silvia Lara, “para fazer história é preciso selecionar alguns deles e transformá-los em fontes de informação histórica”⁴⁴. Por ser tema com poucos registros escritos e mesmo de referências bibliográficas, houve a necessidade do uso e visita a arquivos diferenciados, a fim de dimensionar a vida social das mulheres angolanas para além do anedótico, como descrito em boa parte das fontes — daquelas produzidas no contexto colonial — do século XX.

Ainda como parte deste trabalho, os últimos dois meses que configuraram a pesquisa foram dedicados ao curso de inglês na *Oxford English Academy*, em Cape Town, África do Sul. Tendo em vista a crise global com o Coronavírus (SARS-COVID-19) e consequentes desdobramentos deste contexto pandêmico, o curso foi interrompido.

Tratou-se de contexto em que, a respeito do decreto de março de 2020 do presidente Cyril Ramaphosa, devido as medidas de restrição à circulação e cancelamentos de voos de companhias aéreas, permaneci retida em Joanesburgo, África do Sul, em *lockdown*, em hotéis próximos ao aeroporto, por cerca de duas semanas⁴⁵. E depois disso retorno ao Brasil na condição de brasileira repatriada. Sob pressão pública, com o apoio da embaixada e consulado do Governo Federal.

⁴⁴ LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. In *Revista do Programa de Pós Graduação em História*. V. 15, n. 28, 2008. p. 2. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7953/4740> Acesso em 12/04/2020.

⁴⁵ Mais informações ver em: <https://literaturacomunica.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Jornal-Literatura-Comunica-Brasileiros-no-Exterior.pdf> & <https://literaturacomunica.com.br/jornal-lc/>. Acesso em 02/11/2021.

Portanto, é pesquisa composta de documentação variada, muitos percursos e caminhos, idas e vindas. E que nasceu, por conseguinte, em três momentos: no pré-projeto, no trabalho de campo e na escrita. Contudo, profundamente demarcada pelas experiências e investigações de campo a partir de Luanda.

Notas de um percurso acadêmico

O interesse pela história de Angola surgiu ainda na graduação, quando participei de projeto de pesquisa-extensão em que estudei temas relativos às memórias e cotidianos dos estudantes angolanos, em cotejo com suas experiências na sociedade brasileira. Nesse projeto, transcorrido entre 2008 e 2012, como assistente de pesquisa, realizei e transcrevi entrevistas, articulando relatos orais e escritos com registros fotográficos, o que resultou em publicação de artigos, participação em eventos, oficinas e apoio técnico ao livro *Entreveres - memórias de estudantes angolanos e de moradores Kalunga (Brasil-Angola)*⁴⁶.

Ainda no âmbito desse projeto, juntamente com os docentes Selma Pantoja, Estevam Costa Thompson e Renata Costa, todos de longa trajetória e aproximação com a história de Angola, participei da organização do 1º Seminário Internacional *Em torno de Angola, narrativas, identidades e conexões atlânticas*, que obteve ampla participação de estudantes e pesquisadores da área.

Além de estar em contato direto com angolanos e angolanas, foi quando tive oportunidade de conhecer um pouco mais da história de Angola, embora, depois, já no mestrado, ainda não tivesse segurança suficiente para enveredar nos estudos africanos, focando-me nos estudos sobre o período colonial brasileiro, mais propriamente sobre a escravidão.

Aliando estudos que já havia realizado no campo da história das mulheres e experiência com a investigação sobre o período colonial brasileiro, no doutorado prevaleceu o desejo de investigação sobre a experiência de mulheres na sociedade colonial angolana, mais propriamente no contexto de luta anticolonial. Redefini os contornos da pesquisa depois de cursar a disciplina *História Cultural, Memória e Identidades* (1/2018), sob a orientação do professor Anderson Oliva, e, após uma visita

⁴⁶ MAGALHÃES, Nancy Alessio & MATSUMOTO, Roberta K. *Entreveres – memórias de estudantes angolanos e de moradores kalunga (Brasil-Angola)*. Brasília: LGE Editora, 2009.

técnica de um mês a Luanda, no âmbito do Edital FAP/DF 1/2018. Menciono “redefinição” compreendendo que o exercício de construção de um objeto de estudo seja constante. A própria pesquisa, em si, no caso do estudo aqui proposto, nasceu três vezes: no pré-projeto, durante a pesquisa de campo e na escrita.

Já em 2019, o período do doutorado-sanduíche vinculado à Biblioteca Nacional de Angola e ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, respectivamente sob a orientação do professor João Pedro da Cunha Lourenço e da professora Inocência Mata, foi oportunidade de consolidar o objeto de pesquisa e serviu como base e referencial nos estudos de/e sobre Angola.

Além da pesquisa de arquivo, realização e visualização de entrevistas, fortaleci os direcionamentos dados para a argumentação na tese com a participação no colóquio "*As Mulheres na Clandestinidade e na Guerrilha. O papel das mulheres na Luta de Libertação Nacional: 1950-1975*", promovido pela Biblioteca Nacional de Angola, no âmbito do Ministério da Cultura, em Luanda, entre o 27 e 28 de março de 2019; e com as publicações de artigos intitulados "*Mujeres angoleñas en la lucha anticolonial: historiografía, fuentes y memoria*", na revista digital de la *Escuela de Historia Universidad Nacional de Rosario, Páginas* e "*Gênero e os feminismos africanos*", na *Revista TransVersos*, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro⁴⁷.

No Brasil, o campo dos estudos de gênero com foco em África e da história das mulheres em Angola é recente. Concentra poucos trabalhos de pesquisa. Atendendo aos chamados de reflexões localizadas, no âmbito dos estudos de gênero no continente, ressalto as pesquisas de Jacqueline Maia dos Santos, Jacimara Santana, Júlia Tainá Monticeli Rocha, Thuila Farias Ferreira e Vera Fátima Gasparetto. Todas intelectuais brasileiras que têm despontado no cenário nacional e realizado estudos sobre a história das mulheres nos diferentes países do continente africano.

Podemos perceber, no entanto, através das publicações editoriais e acadêmicas, que nos últimos anos houve um aumento crescente dos estudos sobre o continente

⁴⁷ SILVA, Dayane Augusta Santos da. *Mujeres angoleñas en la lucha anticolonial: historiografía, fuentes y memoria*. In *Páginas, Revista digital de la Escuela de Historia Universidad Nacional de Rosario*. / año 13 – n° 32 Mayo-Agosto, 2021. Disponível em: <http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas>. Acesso em 14/06/2021; _____. *Gênero e os feminismo(s) africano(s)*. In *Revista Transversos*. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n°. 22, 2021. pp. 268-287. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/58416/38935>. Acesso em 01/10/2021.

africano. Os dias atuais são sintomáticos da realização e expansão desses estudos no Brasil e no mundo. Tal fato assinala que uma trajetória longa de pesquisa ainda nos aguarda na tentativa de desfazer os silêncios deixados por essa falta de debate e de produção sobre o conhecimento acerca as diferentes temáticas que envolvem os estudos sobre o continente africano.

INTRODUÇÃO

Mamã Domingas Antonio Kizembe, que não se lembra o ano do nascimento, explica que no tempo no colono, em 1961, período de início da luta armada em Angola, estava com 18 anos de idade⁴⁸. Com seu pai, na região do Cage [Mazumbo], trabalhava junto com “os tropas”, fazendo magia, como forma de proteger aqueles que iam na linha de frente da guerrilha, para “não pegar bala”. Naquele tempo, por ser uma moça virgem, relata que as tropas passavam por baixo de sua perna, comiam o capim que ela retirava com as mãos...com azeite de palma: “entra aqui [por debaixo da perna] e sai por trás, leva a arma e não olha mais”. Perguntada sobre o tipo de feitiço que fazia naquela altura junto com seu pai, explica que andava no capim, tirava folhas, pisava, torava com carne fresca, de caça. Matava a carne e depois fritava. Narra: “capim, pisa a banana, naquele tempo chamada muchimbua, aquele não tá bem rijo, pisa então (...) para toda a gente. Segundo Mamã Domingas, “o capim começava a fazer bola, a bola era o fungi. (...) Então começava a comer aí, tás a ver?”. Passado o processo, as tropas estavam preparadas.

Junto com o pai, na zona da primeira região militar do MPLA, cantava, dançava e participava dos batuques, relata: “nos fazia o feitiço com nosso pai”. Enviavam carnes às tropas, faziam ofertas, mandavam roupas e auxiliavam as tropas com o que existia ali em potencial. Aqui, começa a história da logística de guerra do período de luta anticolonial.

É evidente que esse depoimento não nos apresenta, tal como está escrito, as referências presentes no imaginário de guerra no período de luta anticolonial: do espírito guerrilheiro abnegado, com pinceladas heroizantes, disposto a correr todos os riscos pelo triunfo de uma causa. Contudo, não deixa de ser revelador da existência de um certo conjunto estratégico de táticas não convencionais de guerrilhas usadas em Angola por suas gentes. O cotidiano da guerrilha não seria preenchido apenas com ataques armados e contra-ataques. O relacionamento com as populações assim como toda uma série de outras atividades que se apartavam das ações militares foram mobilizadas como forma de garantir a participação dos/as populares. Encerrada essa história, evoco as intenções da presente pesquisa.

⁴⁸ G.80. Entrevista de Domingas Antonio Kizembe. Angola, 2010.

A investigação aqui proposta é um estudo sobre a experiência de mulheres angolanas anônimas que participaram da luta anticolonial em Angola, de 1961-1974. Interrogo as circunstâncias em que as sujeitas precisaram se posicionar e, ao fazê-lo, reconfiguraram suas histórias e papéis, abrindo novos caminhos para se pensar a mudança. Trata-se de pesquisa que acentua a atuação dessas mulheres, a partir dos trabalhos realizados nas zonas libertadas, em sua manutenção e sustentabilidade. No geral, locais de forte concentração de mulheres camponesas, velhos e crianças. Mas não somente, também fora dessas zonas, em atuações específicas, nas diferentes províncias de Angola.

Da gama de respostas desenvolvidas por mulheres no período de luta por independência, levanto casos no Moxico, Bié, Uíge, Lunda, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Huíla, Cuando-Cubango, Huambo, Cabinda, Malanje e Luanda. São regiões muito diferentes entre si. No entanto, o que busquei nas fontes, entrevistas realizadas e visualizadas, foi a variabilidade de atividades e atuações de mulheres anônimas na guerra. Ações coletivas e individuais nesse contexto específico. Tendo em vista o quadro da luta armada, compreendo tais atuações “subversivas” como conjunto “único”.

Para tanto, concentrei minhas pesquisas nos arquivos localizados em Luanda e Lisboa. E, além disso, no esforço de captar as nuances e dinâmicas da participação dessas mulheres anônimas, das províncias de Angola, realizei e visualizei entrevistas.

As regiões libertadas são aqui entendidas como regiões político-militares, onde “os movimentos de libertação se estabeleciam e reorganizavam a vida das populações, tanto no que diz respeito ao trabalho, assim como à saúde e o ensino, ao mesmo tempo em que prosseguiram com as operações militares”⁴⁹. Espaços onde forjavam-se, não sem contradições, uma unidade nacional. Constituíam pontos isolados e de ruptura com o governo colonial. Lugares em que a divisão sexual do trabalho não sofreu grandes alterações, contudo, permitiu a elas contribuir com a luta anticolonial, em seu envolvimento com novas tarefas, “dentro do princípio socialista então prevaiente de que a libertação da mulher seria possível pela sua integração”, no desenvolvimento dos “trabalhos sociais da revolução”⁵⁰: fazer kisaka pisada, fuba, lavras, cultivar hortas de

⁴⁹ RODRIGUES, Limbânia Jimenez. *Heroínas de Angola*. Luanda: Mayamba, 2010, p. 32.

⁵⁰ CASIMIRO, I. M. Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora. In: Antonio Sopa. (Org.). *Samora Homem do Povo*. 1ed. Maputo: Maguezo Editores, 2001, v. 1, p. 99-107. Disponível em <https://nigs.ufsc.br/files/2017/08/SAMORA-e-o-G%C3%A9nero-II-2001.pdf>. Acesso em 26/05/2021, p. 6.

autoconsumo, lavar e costurar roupas, fazer sabão⁵¹. O conceito referia-se às transformações de caráter social e econômico realizadas nestas áreas ou próxima a elas.

Continuando a realizar o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças e o preparo da alimentação, as mulheres tiveram acrescidas às suas atividades, tarefas ligadas à participação na luta: plantar, alimentar e ajudar os guerrilheiros, ocupar-se da segurança e manutenção das escolas, centros de saúde, de alfabetização, o carregamento de material de guerra para abastecer as frentes de batalha e tudo que envolveu a manutenção da guerra. Ou seja, atuavam, naquilo que para ela era o mais vital, o recrutamento dos combatentes e o apoio logístico. Houve agência, por parte dessas mulheres, na execução dessas tarefas?

Por definição, levando em conta as tarefas agrícolas e *militares* que executavam e os perigos que corriam, refiro-me a estas mulheres na condição de guerrilheiras, independentemente do manejo ou não de armas e uso de fardamento de guerra. Tenho conhecimento da discussão em torno das diferenças entre o que depois passou a denominar-se como “combatente”, “guerrilheira” e “mulher soldado”, principalmente no pós-independência.

O conceito de combatente a partir de um uso mais indiscriminado, como todo aquele que participou e possui experiência de guerra. A ideia da guerrilheira como aquela que possuiu treino militar e sacrificou a sua vida em nome de uma causa justa e de arma na mão; e a mulher soldado sendo aquela que entrou no lugar sagrado reservado ao homem, nas forças militares, em campos de treino, usando calças, e participou ativamente em combates antes reservado exclusivamente aos homens. Em Angola, esses estatutos geram grande discussão, em decorrência do reconhecimento e recompensação no pós-independência.

Convencionalmente, a guerrilheira é entendida como aquela que combate voluntariamente e de arma na mão em uma guerrilha⁵². Aquela que recebeu treinamento militar e possui atividades marcadas pela mobilidade, que atacam o inimigo de emboscada.

Em regra, nos primeiros anos de guerra de independência, suponho que os limites não estavam assim tão definidos. Essas concepções não eram tão rígidas. As angolanas camponesas tomavam parte na luta como guerrilheiras-enfermeiras, guerrilheiras-

⁵¹ RODRIGUES, Op. Cit., p. 56; 73; 74.

⁵² BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1986, p. 550.

professoras, guerrilheiras-agricultoras, guerrilheiras-costureiras e assim foram encorajadas pelos movimentos de libertação, inclusive em seus panfletos de propaganda, no incentivo de mães guerrilheiras a participarem na guerra⁵³. E, conforme evidencia Pepetela, a base era guerrilheira⁵⁴. Desse modo, como sugere a imagem que ilustra a contracapa desta tese, em pose que talvez carregue forma de se projetar para o futuro, nas tarefas que desenvolviam, compreendiam-se enquanto guerrilheiras⁵⁵. A grande maioria da população que formava as bases guerrilheiras de apoio da luta armada, na realização dos trabalhos revolucionários, em sua cobertura, era camponesa.

Dizer isso não é negar que com o andamento da luta existiram certas hierarquias sociais nessas zonas de guerra, principalmente com a demarcação dessas diferenciações, com distinções notáveis entre bases/guerrilheiras/quadros/direção. Essas diferenciações sociais foram surgindo a ponto até mesmo de justificar o estatuto posterior dessas mulheres anônimas, algumas delas camponesas, sem arma, de não guerrilheiras. Aqui a palavra “guerrilheira” é interpretada como uma categoria heterogênea, que foi sendo modificada ao longo do tempo, e adquirindo outros significados.

Mulheres que participaram da luta anticolonial tampouco fazem parte de um grupo homogêneo. Elas têm povos, línguas, contextos, experiências culturais e sociais distintas, possuem idade e níveis educacionais diferenciados. Constituindo a maioria da população, elas tornam-se imprescindíveis à guerra de independência.

Entre essas mulheres predominou o entendimento de que, por uma questão de “divisão de tarefas”, teriam sido incumbidas de atividades igualmente importantes para o combate⁵⁶. Assim, seriam as responsáveis pela “cobertura da retaguarda”, uma parte do todo que representava a luta anticolonial. Todavia, lado a lado e em colaboração com os homens. Conforme Marcelo Bittencourt assevera, no caso da OMA/MPLA, a rotina da militância feminina era mesmo de apoio. Porém, com exceção de alguns trabalhos, como os de vestuário e costura, cuidado com as crianças e alimentação, o cotidiano dos homens e das mulheres era semelhante⁵⁷.

Entretanto, o mais problemático nessa formulação, conforme Isabel Casimiro discute, “não foi o fato do trabalho das mulheres terem sido esquecidos, mas o de se ter

⁵³ ATD. OMA. As mulheres Angolanas, panfleto do MPLA, 1965.

⁵⁴ PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Leya, 2013, p. p. 67.

⁵⁵ Imagem retirada do arquivo da ATD. Angola, Luanda. 2019.

⁵⁶ *Jornal ABC*, Semanário de Informação e Opinião. Depoimento de Albina Africano, Secretária Geral da OMA. 1974.

⁵⁷ BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Universidade Federal Fluminense, UFF, 2002. p. 459. Tese de Doutorado.

concebido a batalha pela produção como uma relação e oposição entre a liderança heroica e masculina, e a passividade feminina, devido a sua ligação com a natureza e com o pré-capitalismo”⁵⁸. Ou seja, o entendimento de que, pelo trabalho prioritariamente manual e agrícola que executavam na guerra, e também pelo fato de tratar-se de maioria iletrada, estivessem salvaguardadas de interesses e campos de disputas enquanto mulheres. Tudo isso é evidentemente importante para compreender as posições que tomaram e as razões por que o fizeram. Sobre esse olhar, na definição das guerrilheiras, o próprio comandante Benigno Vieira Lopes, responsável pelo esquadrão Kami, em referência às “heroínas de Angola”, pertencentes a esse esquadrão, reforçara: “eram todas da intelectualidade. (...) e o MPLA era isso”⁵⁹.

Portanto, com base na perspectiva de uma história social, em suas formas de conviver, morar, perceber, comunicar, interagir, se relacionar, perceber, o que busco demonstrar é que elas escutam, têm sentido comum, formam opiniões, respeitam a organização e a estrutura tradicional e, também, usam a guerra em seu favor. Parto, portanto, de narrativas não necessariamente excepcionais, do lugar-comum, para o repensar das atividades dessas mulheres, sem evidentemente naturalizá-las.

Pela própria natureza, a guerra de guerrilha é uma batalha rudimentar. Precisa contar com o apoio desses sujeitos locais como princípio básico, daqueles que conhecem a região onde a guerra está acontecendo⁶⁰. Conta ainda com um número grande de voluntários para fazer policiamento, evitar roubos, elaborar armas artesanais, colher informações, recrutar pessoas, buscar água e cuidar da alimentação, fazer serviços de enfermagem⁶¹.

A luta de libertação exigia organização e uma logística de guerra que não permitia compartimentações isoladas. Tudo isso envolveu o modo como a guerrilha estava organizada e abriu caminhos de interpretação aos diferentes modos de inserção de mulheres integradas nos quadros tradicionais nas zonas libertadas dos movimentos de libertação, e em atuações também fora dessas zonas, nas províncias de Angola. As mulheres se tornaram necessárias à política de organização dos movimentos anticoloniais.

Nas áreas rurais de Angola, onde a guerra efetivamente aconteceu, as mulheres, mas não só, foram uma força importante de produção. Foram essenciais no trabalho com

⁵⁸ Ibidem, p. 13.

⁵⁹ BITTENCOURT, op. cit., 2002. p. 376.

⁶⁰ ADN – Manuel de tática de Guerrilha – Relatório de contra-informação – Luanda, 13.08.1962.

⁶¹ Idem.

a terra, nos trabalhos agrícolas, na produção de alimento para a subsistência do seu grupo familiar, e para setores que ultrapassavam o nível de parentesco⁶². Por já desempenharem esse papel nas diferentes sociedades angolanas, assim são inseridas e projetadas na guerra⁶³. Desempenhando papel fundamental, elas foram dominantes no campo da economia familiar e até hoje esse espaço é comandado por elas.

Com a guerra, não modificam estruturas, mas aproveitam seus níveis sensíveis para se inserir. Mulheres e homens tiveram suas vidas alteradas por causa da guerra. Nesta tese, considero fundamental a ideia de que foi a forma de organização tradicional que permitiu às mulheres camponesas ocuparem o papel de produtoras nas bases guerrilheiras. O controle do potencial produtivo da mulher estava regulado por estruturas tradicionais. Isso demonstra que o motivo para combater na guerra não se fundamentou necessariamente em uma formação política, mas na necessidade que essas mulheres sentiram de se protegerem e se unirem em torno de uma causa comum para o seu bem-estar e de suas famílias⁶⁴.

Mulheres e homens, de diferentes origens, experiências de vida e lógicas de pertencimento, que se encontravam no interior, nas bases militares, ou próximo a elas, muitas vezes aderiram ao projeto dos movimentos de libertação, ainda que os seus propósitos tenham sido os mais diversos. Nesse quesito, a concepção de “produção” foi profundamente modificada, entendida não apenas como de primeira necessidade, para a sobrevivência, mas como um instrumento de transformação da sociedade⁶⁵.

Com isso não quero incorrer no risco da essencialização e tratar os diferentes povos que constituíram a luta de libertação como se fossem um conjunto único e homogêneo. Tento traçar aqui a mecânica de guerra, de que forma a luta anticolonial ocorreu, foi estruturada, e sob que condições as mulheres angolanas, inclusive as camponesas, estiveram inseridas, nas diferentes atividades e possíveis campos de atuação. Isso se constitui numa maneira de conhecer as experiências dessas sujeitas sociais e, ao mesmo tempo, compreender a relevância da função que desempenhavam para legitimar o poder dos movimentos de libertação, resguardadas suas particularidades seja do MPLA, da UNITA seja da FNLA.

⁶² *Jornal ABC*, Semanário de Informação e Opinião. Depoimento do Etnólogo e antropólogo, Mesquitela Lima. 1974.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ CASIMIRO, Isabel. *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004, p. 52-54.

⁶⁵ Texto sem autoria. *A educação nas zonas libertadas da FRELIMO*. Disponível em <http://www.fao.org/3/ah644p/ah644p01.pdf>. Acesso em 05/08/2021, p. 3.

Assim, o objetivo deste estudo não é tanto descrever o que aconteceu, embora em alguma medida também aprofunde esse aspecto, mas o de saber “como”. Interessa observar que formas de pensar e maneiras de agir, a partir das primeiras, estiveram condicionando, e em que medida se dava o envolvimento das mulheres na história angolana nesse período.

Acredito que, não optando por uma região ou grupo específico, correria o risco de não sinalizar para particularidades e diferenças que existiam entre as mulheres das várias regiões de Angola. Todavia, com vistas a diminuir o risco aqui problematizado, de discorrer sobre uma mulher angolana genérica, sempre que possível, quando mencionado por elas nas entrevistas ou na documentação, sinalizo para o reconhecimento dessas diferenças. No geral, elas definem-se mais em termos de movimentos, mas a própria língua falada, no caso das entrevistas realizadas e visualizadas, já indica heterogeneidades e regionalismos.

Neste trabalho, o grande desafio foi discorrer sobre a condição e atividades dessas mulheres sem cair no risco de elaborar uma imagem estereotipada e vitimizada delas, reconhecendo a importância de identificar e entender sua situação a partir dos desafios que o contexto de luta anticolonial representava para suas convicções, suas vidas e as de seus familiares.

São elas que, neste contexto revolucionário, cedem sua força de trabalho, aparecem como agentes de mudança em suas próprias sociedades, e atuam em quadros complementares de guerrilha à luta de libertação.

Diferentemente do que foi registrado nos documentos fundadores do MPLA, particularmente no que se refere à unidade sem apreço de origens sociais, raciais e étnico-regionais, por exemplo, foi preciso respeitar as particularidades tradicionais locais, em termos de povos e reinos, para que se garantisse o apoio das mulheres na guerrilha. Isso garantiu a força e sustentáculo do trabalho feminino na retaguarda do combate armado, em que mulheres e homens, mas prioritariamente mulheres, executavam tarefas. Nessas zonas, homens e mulheres laboravam juntos.

Ressalto que a experiência das mulheres no processo de independência de Angola não foi resultado de um consenso. Evocou rejeições e divergências políticas no interior dos movimentos de libertação, mas foi sobretudo impulso às discussões e debates sobre a mulher na luta anticolonial. No caso da participação delas na guerra, ao mesmo tempo que se duvidava da capacidade daquelas que queriam combater na linha frente, havia um menosprezo da contribuição dos trabalhos revolucionários de apoio nas bases,

considerando-os de menor impacto, sendo esta mulher vista como beneficiária passiva da luta de libertação. O problema, além de diminuir, foi sobretudo considerar que o trabalho delas deveria se circunscrever apenas às atividades de apoio, quando não deveria haver restrições ao trabalho que a mulher pudesse ou não desempenhar.

Não podemos desconsiderar o fato de que os movimentos de libertação se viram obrigados a apelar à participação dessas mulheres na luta. O avanço e conseqüente desdobramento da guerra estava condicionado à atuação dessas mulheres nas zonas libertadas e nas províncias de Angola ainda sob domínio colonial.

Na guerra, a luta armada não foi uma experiência particular de Angola. Desde os anos 1950, movimentos nacionalistas de vários países do continente africano vinham se organizando como forma de conquistar a independência para seus países, como foi o caso de Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e outros, inscrevendo-os em um contexto amplo de lutas por independência. Isso gerou o interesse e apoio de potências estrangeiras como EUA, URSS, Cuba e China. Em Angola, a demarcação da independência foi o dia 11 de novembro de 1975.

Em várias partes do continente, a imposição da colonização europeia, enraizada em conceitos de inferioridade racial, do racismo colonial, sob as premissas de uma missão civilizadora, atuou como uma das principais causas do desencadeamento da luta anticolonial. E, à medida que os movimentos de libertação avançavam, foram sendo criadas novas estruturas sociais nos territórios dominados, em sua organização política e administrativa, as chamadas “zonas libertadas”. Em algumas regiões, a exemplo dos territórios ocupados por cabo-verdianos e bissau-guineenses, procedeu-se inclusive à eleição de Assembleia Nacional e Popular pelos povos que ali residiam⁶⁶. É também nesses lugares que os diferentes povos interagem durante a luta armada, e mulheres assumiram um papel importante.

Nessas várias partes do continente, em seus vários papéis, como guerrilheiras, combatentes ou soldadas, mulheres cumpriram funções estratégicas no processo revolucionário. Algumas delas chegaram a pegar em armas, como o foi o caso de uma das figuras proeminentes do MPLA e do nacionalismo angolano, Deolinda Rodrigues, e das quatro outras guerrilheiras angolanas que, em 1966, receberam treinamento militar, aprenderam o manejo de armas de fogo e, no Esquadrão Camy, participaram formalmente

⁶⁶ COUTINHO, A. S. B. Militantes invisíveis: as cabo-verdianas e o movimento independentista (1956-1974). In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 28 (1), 2020, p. 4. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n168316>. Acesso em 10/06/2021.

dos conflitos abertos. E, dado os confrontos e lutas estabelecidas entre os próprios movimentos de libertação angolanos, foram capturadas e levadas para o campo de Kinkouzu. Deolinda foi fuzilada pela FNLA, juntamente com as outras militantes do MPLA sequestradas na ocasião⁶⁷. Foi esse o destino das cinco guerrilheiras que, apesar dos apelos internacionais, foram executadas. Não obstante o mesmo inimigo, a relação entre os movimentos de libertação foi, também ela, de opositores velados, sobre um pano de fundo de generalizada e mútua desconfiança.

Suponho que foi principalmente após esse período, quando um grupo de mulheres solicitou treinamento militar e participou nesses combates abertos, fardadas e de armas na mão, entrando em lugar “sacralizado” aos homens, quebrando paradigmas de masculinidades, que passou a haver diferenciações mais demarcadas entre as próprias mulheres. Até então, “a referida dessemelhança entre as mulheres muitas vezes foi camuflada pela diferença de poderes entre elas e os homens, pois havia uma tendência a concentrar as reflexões apenas na desigualdade entre o masculino e o feminino”⁶⁸.

Em Angola, portanto, mas não só, hoje, associa-se a imagem da mulher guerrilheira à ideia mítica de uma figura heroica, guerreira, forte e corajosa⁶⁹. Exemplo de militarismo e sacrifício, símbolo de resistência ao colonialismo português e da Organização de Mulheres do MPLA. A imagem de Deolinda Rodrigues, por exemplo, está para o imaginário dos angolanos tal qual o nome dos intelectuais, poetas e revolucionários Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Mário Pinto de Andrade.

Com efeito, em Luanda, existe uma praça chamada Largo das Heroínas, na avenida Ho-Chi-Min, uma das principais da cidade, inaugurada na década de 1980, que presta homenagem às guerrilheiras angolanas do MPLA que tiveram suas vidas cerceadas em campo de batalha⁷⁰. Na escultura, as guerrilheiras carregam um livro, uma enxada e uma arma, símbolos construídos pelo MPLA e uma das bandeiras da luta anticolonial. São os rostos da memória oficial e do exemplo revolucionário. São igualmente imagens que incitam que seus observadores conheçam outras memórias e protagonistas dessa História.

⁶⁷ N’GANGA, João Paulo. *O pai do nacionalismo angolano – As memórias de Holden Roberto*. São Paulo: Editora Parma, 2008. p. 206.

⁶⁸ COSTA, R. *Colonialismo e gênero entre os Ovimbundu: relações de poder no Bailundo (1880-1930)*. 2014, p. 26. Tese de Doutorado

⁶⁹ Presente também na intrepidez de figuras lendárias como a da rainha Nzinga que com força e ousadia confrontou o colonizador, impondo-lhe severas derrotas. São formas de compreender estes sujeitos e produzir significados para um campo político. MATA, Inocência. (org). *A Rainha Nzinga Mbandi, História, Memória e Mito*. Lisboa, Colibri, 2012.

⁷⁰ Consta imagem no anexo VII da tese.

Na historiografia, cartazes, postais, representações toponímicas (nome de gente, ruas, avenidas, escola, praça, hospitais, etc.) e monumentos espalhados pelo país, as imagens e nomes dessas guerrilheiras são mobilizados e preservados⁷¹. São os rostos do exemplo revolucionário em que inclusive, intencionalmente ou não, mulheres camponesas com filhos, vindas dos arredores e de outras províncias de Angola, muitas delas fugidas da guerra, presentes em massa nas ruas de Luanda, estão ausentes.

O trabalho dessas mulheres com alimentação é legado não só do período de uma África pré-colonial, como também dos tempos de guerra, nas atividades agrícolas e sustentação guerrilheira. Assim demonstraram uma reconhecida capacidade em se envolverem em ações de preservação como também da liberdade usurpada durante a experiência colonial. Não foram raras as vezes que os colonialistas destruíram suas lavras com produtos químicos⁷². A alimentação envenenada foi responsável pela morte de muitas dessas mulheres⁷³.

Ou seja, ao mesmo tempo em que promovem as memórias de umas, operam uma política de esquecimentos, dinâmica incontornável a todo processo de construção e soberania de um Estado-nação. Existe uma visibilidade, homogeneizadora, no modo de aferir e afirmar o valor e participação das mulheres na guerra pelos movimentos de libertação, principalmente o MPLA, mas pouca atenção é dada a outros modos de insurgir-se na guerra.

Com tal assertiva, não tenho a pretensão de desconstruir esses mitos fundadores, principalmente por se tratar de forma ousada de reconstruir a história, em detrimento dos efeitos nefastos do colonialismo, como mencionado anteriormente, com a derrubada de monumentos coloniais, renomeação de escolas e ruas, até a edificação e celebração de personalidades que sacrificaram suas vidas em nome da independência do país. A ideia aqui é problematizar esses símbolos e não os tratar como algo dado.

No celebrado dia da Mulher Angolana, instituído em 2 de março, data da prisão de Deolinda Rodrigues e de suas camaradas guerrilheiras, comemora-se o papel desempenhado pelas mulheres na luta de resistência contra os portugueses. No entanto, questiona-se o reconhecimento, considerando que mulheres de outros partidos, e outras, sem agremiação política, não se veem representadas nesse ideário.

⁷¹ Maternidade Lucrecia Paim, Largo Irene Cohen, avenida Deolinda Rodrigues...etc.

⁷² *Jornal, o Angolense*. Entrevista Maria Mambo, da OMA. 6 de dezembro de 1974.

⁷³ *Idem*.

Conhecemos, pois, como figura pública, Deolinda Rodrigues e as quatro guerrilheiras, com atuação memorável na história de Angola. Contudo, elas não foram as únicas a combater durante a luta de independência e nem esta foi a única forma de contribuição feminina. Nesse sentido, que outras contribuições seriam essas? Que disputas políticas foram travadas nesse contexto? Em que espaços circularam, interagiram, produziram histórias e conhecimentos? Que histórias continuam esquecidas?

A luta contra as forças colonialistas revela a intricada relação entre a memória/lembrança/evocação do passado e a produção do discurso histórico sobre esse passado no presente, conforme afirma Maria da Conceição Neto em *Nós é que sabemos – reflexões em torno da Memória e da História*⁷⁴. Trata-se do choque entre diferentes versões da história, de disputas reveladoras de um longo silêncio sobre o passado angolano.

Sabe-se que “mulheres e homens vivem a experiência da guerra de maneiras diferenciadas e na sua diversidade as mulheres envolvidas também não viveram as experiências da guerra como um grupo homogêneo”⁷⁵. Ao prestar atenção em que fala, em que contexto, com que interesse, a compreensão do tema pode se desnaturalizar e permitir uma leitura mais cuidadosa do que tem sido considerado o período de luta anticolonial angolano. Para Gayatri Spivak, “essa operação de codificação não é meramente política/econômica, ela pode ser entendida também nos campos marcados pelo gênero e pelo colonialismo”⁷⁶.

Portanto, nos termos aqui inicialmente enunciados, foram principalmente as mulheres, algumas delas camponesas, que se responsabilizaram pela defesa logística e de cobertura da retaguarda. No entanto, houve aquelas que quebraram barreiras e combateram na linha de frente, algumas delas formalmente no exército das forças militares dos movimentos de libertação.

Nesse período, de luta anticolonial, surgiram os primeiros registros escritos sobre a condição feminina nos movimentos de libertação e a relevância de sua participação para a transformação social. Contudo, longe de ser considerada igual à dos homens, a elas não era permitido espaço nas decisões políticas⁷⁷. Dessas mulheres, também era cobrada uma

⁷⁴ CONCEIÇÃO, Neto. “Nós é que sabemos” – reflexões em torno da Memória e da História. In: Arquivo Nacional de Angola (org). Actas do colóquio da luta clandestina à *proclamação da independência nacional*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola/Ministério da Cultura, 2012, p. 187-194.

⁷⁵ Ibidem, p.79.

⁷⁶ SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 190.

⁷⁷ BITTENCOURT, op. cit., 2002. p. 586.

conduta moral infalível, quando comparado ao exigido dos homens⁷⁸. A ótica de gênero sustentada pelo discurso emancipacionista da OMA, por exemplo, da importância da mulher na luta de libertação e nova sociedade, nem sempre se constituiu enquanto um pressuposto da ideologia de libertação. Conforme poderemos verificar ao longo desta investigação, ocorreram limitações e arbitrariedades.

Por tratar-se de atividades consideradas menores na guerra de libertação, em sua posição de manutenção e sustentabilidade, no âmbito da divisão sexual do trabalho, o trabalho de algumas dessas mulheres ficou invisibilizado. Foi secundarizado. Não se trata de naturalizar uma situação que é contingencial. Não podemos nos esquecer de que elas foram a maioria entre as depois intituladas “combatentes”, pela natureza de suas atividades na guerra de libertação. Os resultados dessas participações são reveladores das contradições existentes na sociedade angolana em relação às compreensões sobre a mulher, entre as mulheres, e sobre as relações destas com os homens. Além de estabelecer modelos no período pós-independência.

As mulheres se tornaram necessárias à política de organização dos movimentos de libertação. Mas elas também instrumentalizaram essa oportunidade em garantia e benefício próprio, tendo em vista os efeitos e interferências diretas da guerra em seu cotidiano. Para tanto, tornam-se peças centrais, elementos-chave, na produção, no trabalho na agricultura para prover o sustento de suas famílias e dos guerrilheiros e cobrir suas necessidades comunitárias.

Como tal, entendo que elas desempenhavam um papel fundamental na manutenção de uma “economia de guerra”, de práticas próprias, em benefício da luta. Por economia de guerra anticolonial compreendo as atividades de pequena escala (agrícolas, trocas, criação de animais, víveres) que estiveram disponíveis e foram cultivadas a fim de sustentar os movimentos de libertação. É evidente que não houve uma regularidade em tais práticas, as bases do MPLA no Congo-Brazaville, por exemplo, em vista da suspensão dos recursos materiais da URSS, passariam por problemas como a fome e a falta de abastecimento, reduzindo e muito sua capacidade de combate. Contudo, o uso desses recursos produtivos exigiu cada vez mais energia humana como forma de manutenção desse estado de guerra.

A organização de uma estrutura elementar que garantisse as necessidades básicas e cotidianas de vida nessas regiões político-militares foi necessária. Foi nesta linha, de

⁷⁸ Idem.

atenção às insuficiências e escassez de todo tipo, que se organizou os trabalhos de base, da criação de lavras e busca de gênero alimentícios para o movimento, fazendo frente aos problemas mais imediatos. Diante disso, a própria concepção de “produção” foi profundamente modificada, interpretada não necessariamente como algo para atender uma necessidade, mas também um instrumento de modificação de realidades.

Conforme expôs Marcelo Bittencourt, “o bom humor dos militantes, apesar das dificuldades e da consciência do que se estava enfrentando, criaria a expressão “zonas político-alimentares”⁷⁹. Esse tipo de constatação não estava relacionado apenas à denominação das casas dos indivíduos que prestavam apoio aos militantes e suas famílias nos momentos de maior carência. A guerrilha atuava em áreas onde as possibilidades não eram muitas e, portanto, pequenas ações, como a realização de lavras para o movimento, ou em sua ausência, a escolha de plantas alimentícias, como uma forma de sobrevivência, ganhavam consistência, dadas as limitações concretas dos espaços. Isso também pode estar relacionado com a cobertura logística e de manutenção das bases do MPLA. Talvez com o próprio ritmo de sobrevivência em contexto de luta armada, um tempo lento, paulatino, ora de calma, ora de agitação, em um ambiente em que tudo era possível.

Nesta tese, tento me afastar da perspectiva de uma história exemplar, ainda que busque tornar visível formas de interação dessas mulheres anônimas com o discurso oficial, incluindo suas atividades de legitimação, indiferença e negação. Assim, com base nos depoimentos e na documentação, essas mulheres são aqui apresentadas como protagonistas da sua própria história; não como mulheres passivas que estariam presas na figura de “cozinheiras” dos guerrilheiros, na retaguarda, sem agência, sujeitas à passividade e sem nenhum tipo de ação sobre seus destinos.

Elas interferem no andamento da luta anticolonial através de ações coletivas e individuais, o que também contribui com a emergência de novas concepções sobre a mulher e o seu lugar na sociedade. E aqui chamo atenção para o conceito de agência, como algo que se constrói na prática da ação, com intencionalidade, ainda que dentro de uma condição subordinadora, no exercício das tarefas *militares*, que executavam nas bases guerrilheiras, e nas províncias de Angola. Essas mulheres possuíam projetos, planos, traumas e parecem ter investido no planejamento e execução de atividades agrícolas e *trabalhos da revolução*.

⁷⁹ Ibidem. p. 392.

Assim, busquei compreender como elas combinavam sua “agência” resistindo à dominação do colonialismo — em suas múltiplas opressões: gênero, raça, classe e colonial, praticados por séculos —, e também tentando manter seus projetos culturalmente constituídos nas “margens dos poderes”⁸⁰. Como Ortner expõe, “o poder raramente é um fim em si mesmo. Mas os subordinados inevitavelmente têm seus próprios projetos”⁸¹. E, como sujeitos sociais, atuam dentro de “muitas teias de relações que compõem seus mundos sociais”⁸².

Nas bases, a Organização de Mulheres dos Movimentos de Libertação cumpria o papel fundamental de operacionalizar a luta. Nas regiões militares do MPLA, essas mulheres camponesas estavam organizadas em brigadas de trabalho e ao mesmo tempo criavam-se escolas de alfabetização para crianças e adultos, nas quais mulheres e meninas estudavam e aprendiam, mesmo com aqueles sem formação de ofício⁸³.

Nessas zonas, predominava o “matricentrismo” como princípio organizador dessa sociedade, desse modelo de sociedade futura, pautada sobre agregados familiares e modo de organização própria, de produção econômica⁸⁴. Nesta tese, portanto, a história e experiência das angolanas anônimas que participaram da luta anticolonial, como mães guerrilheiras, nutridoras e agricultoras, também entram em cena.

De modo a sistematizar o tema e criar metodologicamente uma organização e coerência do trabalho, estruturei a tese em cinco capítulos, cada qual abordando temas centrais para a definição do objeto de pesquisa. São duas as perguntas-chave que juntas perpassaram a escrita dos capítulos: 1) como caracterizou-se, para mulheres anônimas, o período de luta anticolonial? 2) como foram as experiências de mulheres anônimas, algumas delas camponesas, nas zonas libertadas e nas diferentes províncias de Angola?

No capítulo 1, **Mulheres negras, angolanas e historiografias**, proponho uma discussão teórica e historiográfica sobre o campo dos estudos de gênero, a partir dos estudos feministas africanos, e especificamente da história das mulheres na luta anticolonial em Angola. Cruzando perspectivas, busco problematizar a categoria social “mulher”, reforçando a concepção de que formas de opressão e igualdade estão presentes na sociedade de maneiras diferenciadas. A ideia aqui foi me apoiar nas problematizações

⁸⁰ Ibidem, p. 69.

⁸¹ Ibidem, p. 73.

⁸² Ibidem, p. 74.

⁸³ *Jornal, o Angolense*. Entrevista Maria Mambo, da OMA. 6 de dezembro de 1974.

⁸⁴ Sobre os princípios do matricentrismo, ver em AMADIUME, Ifi. “Theorizing matriarchy in Africa: Kinship ideologies and systems in Africa and Europe, in OYEWUMI, Oyeronke (ed). *African gender studies: a reader*. Hampshire (England): Palgrave Macmillan, 2005 (83-98).

dos estudos de gênero para complexificar contextos localizados em Angola. As iniciativas das feministas africanas, como uma nova forma de cultura política pelas mulheres, têm favorecido a discussão. Desta feita, anco-ro-me no pensamento das feministas africanas, com prioridade ao enfoque sobre as experiências constitutivas da história das mulheres angolanas camponesas na guerra de independência. Conforme evidencio, elas não ficaram alheias a esse processo. Chamo atenção para o lugar situacional que os efeitos da colonização, a exploração e o racismo assumiram na experiência colonial. Não se pode desconsiderar o fator raça como elemento importante nas disputas existentes.

No capítulo 2, **A mulher na Sociedade Colonial angolana**, por sua vez, baseando-me principalmente em fontes jornalísticas, procuro repensar a mulher no período colonial angolano. A intenção é demonstrar como as ideias de “raça”, “civilismo”, “ensino” e inserção social” da mulher, considerada “indígena”, refletida nas leis e práticas coloniais dos anos 1960, ocorreram à sombra do Estatuto do Indigenato, um código normativo que desde os princípios do século XX diferenciava os indivíduos de raça negra ou dela descendentes dos portugueses. Formas anteriores de “coisificação” e “promoção da mulher”, período em que se acreditava que a colonização teria adotado um processo incompleto ao desconsiderar o papel da mulher na sociedade africana. Paralelamente, verso ainda sobre o contexto de exigência de posicionamento das mulheres em uma atmosfera de medo e insegurança com a luta anticolonial.

No capítulo 3, **Narrativas de si e do outro: a nova mulher angolana**, com base em registros imagéticos e da história oral, tento demonstrar como o MPLA deu visibilidade ao tema da participação das mulheres na luta anticolonial. Em um período em que não era comum o uso frequente da internet e televisão, a narrativa oral, por meio de transmissões auditivas, nas rádios, e a propaganda visual, cumpriam o papel de transmitir informações, apesar de nem sempre atingir segmentos mais vastos. O elevado índice de analfabetismo entre mulheres conferia ao material visual e auditivo, em português e nas línguas nacionais, a capacidade de mobilizar pessoas e criar paradigmas do que se passou a entender por “homem” e “mulher” nova.

Por fim, no quarto e no quinto capítulos, sintetizo os debates, tratando da experiência e atuação específica dessas mulheres nas bases guerrilheiras do MPLA, mas também fora delas. É onde encontra-se a essência do trabalho.

Especificamente no capítulo 4, **Mulheres, vida e trabalho nas zonas político-militares do MPLA**, também por meio de fontes imagéticas, traço um panorama dos trabalhos realizados por mulheres na logística e cobertura de retaguarda nas bases do

MPLA. Verso sobre as hierarquias e distinções que ali foram sendo criadas, e as relações socioculturais entre homens e mulheres, mas sobretudo entre mulheres nas zonas libertadas.

No capítulo 5, **A logística de guerra na cobertura da retaguarda: mulheres angolanas na luta anticolonial**, com base em depoimentos orais e fontes militares, argumento mais apropriadamente sobre a experiência de mulheres na luta anticolonial. Explico de que modo os símbolos e mundo tradicional tiveram de ser mobilizados e instrumentalizados para garantir a participação das mulheres na luta, como foi o caso da rainha Nhyakatolo e das diversas autoridades e chefias tradicionais, religiosos e curandeiros, que, por iniciativas bastante diversas, envolveram mulheres na resolução dos problemas conferidos pela guerra, em conjunto com os movimentos de libertação e até mesmo com os colonizadores⁸⁵. Amplio o foco para o relato das experiências de mulheres de outros movimentos de libertação e aquelas autônomas, que não se diziam associadas a nenhum movimento, e tento demonstrar como se movimentavam nessa estrutura de guerrilha. Muito provavelmente houve repetições.

As “outras vozes” aqui presentes trazem outras interpretações da história, representam o sucesso, como também os limites de um processo de lutas por independência movido inclusivamente por mulheres de vários povos e regiões de Angola na condição de protagonistas. Dessa forma, tratou-se de privilegiar narrativas anônimas não como uma história verdadeira, mas sim como parte do que lhe dá verossimilhança, para “compreender as experiências e as opções que também elas fizeram nessa história, e nem sempre segundo os mesmos critérios ou com o mesmo tipo de inquietações ou de certezas que outras mulheres na guerra. Como sugere Messiant, embora devam ser lidos cuidadosamente, dados o campo de disputas das memórias, os “discursos oficiais e os dissidentes constituem um recurso importante para os investigadores/as”⁸⁶.

O que entrelaça todas essas abordagens e perspectivas? Além de evidenciar outras lógicas de pertencimento, construir pontes e *diálogos*, entender as mulheres angolanas anônimas, camponesas, como sujeitos de suas próprias histórias, sob a condição de coautoras na luta contra o colonialismo, em “tarefas militares” que executavam nas bases guerrilheiras, e fora delas — cortando cafés, cafeeiros, as bananeiras, tirando os paus da

⁸⁵ Aqui, conforme Maria da Conceição Neto explica, as “autoridades tradicionais” devem ser percebidas como atores políticos, com agendas próprias e estratégias de poder, em busca de benefícios materiais e não somente simbólicos. NETO, 2021, Op. Cit.

⁸⁶ MESSIANT, Op., cit. 2000, p. 820- 834.

estrada, cavando fossas para os carros não passarem, fazendo kisaka pisada, fuba, por fim, trabalhando nas lavras.

No discurso hegemônico, atingiu a representação de “mãe guerrilheira”, “mulher povo”, o que conferiu a elas uma identidade e legitimidade. Dependente das necessidades e direcionamentos dos movimentos nacionalistas, é certo lutar contra o colonialismo pela independência da nação angolana, mas nem por isso menos propositivo no uso, manuseio e valorização dos costumes locais, de um mundo tradicional angolano.

Além de demonstrar a força de atuação dessas mulheres anônimas, com a presente tese, proponho a quebra de um paradigma que secundariza o trabalho das mulheres, algumas delas camponesas na luta de libertação. Elas participaram da guerra e levantaram armas contra o colonizador, percebendo-se enquanto guerrilheiras e assim ergueram suas armas: a enxada, o ancinho ou o facão. Tudo isso, além da ideia de resistência, acomoda potência específica de sujeitos agirem, ainda que estivessem sob condição de subordinação.

A releitura de trabalhos existentes, anunciados no primeiro capítulo desta tese, como as pesquisas de Maria do Céu Carmo Reis, Maria da Conceição Neto, Dya Kasembe e Paulina Chiziane, Margarida Paredes, Selina Makana, Marissa Moorman, Daiana Castilho Dias, entre outras pesquisadoras e pesquisadores, se propõe a repensá-los de modo a tecer comparações, cruzar testemunhos e contrastar histórias. Levando em conta os estudos de gênero concentrados em África, pretendi, sobretudo, criar condições para que mulheres anônimas afirmassem seus conhecimentos e relatassem suas experiências com e na guerra.

Para tanto, por tratar-se de um estudo sobre mulheres anônimas e com registro lacunar no que se refere à atuação delas nas fontes escritas, fiz uso de um conjunto diverso de documentos, realizei e visualizei entrevistas. O registro omissivo, ou mesmo sua ausência, não significa a inexistência de acontecimentos.

Nesses vários percursos metodológicos e de análises, procurei informações, dimensões e relações que as fontes escritas comunicavam por vestígios esparsos, levando em conta as escolhas realizadas dentro de um recorte espacial que continha outros. Esses registros desafiaram a noção de uma experiência única da mulher angolana na guerra, demonstrando modos de atuação, ajustes, negociações e resistências.

CAPÍTULO 1

MULHERES NEGRAS, ANGOLANAS E HISTORIOGRAFIAS

Em Angola, na acepção tradicional de luta contra as opressões e pró-direitos das mulheres, os feminismos africanos constituíram-se a partir dos anos 1970 da segunda metade do século XX, muito embora o debate sobre o feminismo (s) africano (s) só tenha entrado na esfera pública quatro ou cinco anos depois da guerra civil⁸⁷. De acordo com a historiografia especializada, sabe-se que a luta pela igualdade de direitos adquiriu progressiva expressão no quadro da luta armada. Desde então, as mulheres angolanas passaram a ser participantes ativas em várias atividades e campos de combate, “granjeando, assim, em parte, a admiração e os respeitos dos seus “camaradas” ou companheiros, porém pouco se sabendo da sua participação política ativa”⁸⁸.

O feminismo, nos termos conhecidos no Ocidente, teve pouca expressividade no contexto angolano. Não à toa, nas notícias dos jornais pesquisados entre os anos de 1960 e 1975, encontrei apenas vestígios das pautas de movimentos feministas do exterior, como EUA e Europa. Em um dos jornais, como é o caso do *Província de Angola*, de fevereiro de 1972, apenas uma foto pequena de Ângela Davis, com os dois dentes da frente pintados, e uma curta referência que discorria sobre sua dispensa “sob fiança e após 16 meses de prisão”. Declara Davis na nota: “sinto-me excelentemente capaz de defender até ao fim a minha causa justa”⁸⁹.

No entanto, é inegável que no século XX houve sim “movimentos” de mulheres angolanas nas lutas de independência em que combateram ao “lado dos homens”, conforme recorrentemente consta nos relatos de época, mas que, a partir daí, passaram a teorizar sobre suas próprias experiências⁹⁰. As lutas de libertação no continente serviram como base de formação para os feminismos africanos, portanto estes se confundem e se

⁸⁷ MOUZINHO, Aurêa; CUTAIA, Sizaltina. Reflections on Feminist Organising in Angola. In *Feminist African*. N. 22, 2017. Disponível em <http://www.agi.ac.za/agi/feminist-africa/22>. Acesso em 17/05/2021.

⁸⁸ FERREIRA, Aurora da Fonseca. A contribuição da mulher na formação do saber e do conhecimento. In *A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente*. MATA, Inocencia & PADILHA, Laura Cavalcante. Lisboa: Edições Colibri, 2018. p. 54.

⁸⁹ Arquivo da Biblioteca Nacional de Angola. *Jornal Província de Angola*, fevereiro de 1972.

⁹⁰ Utilizo o termo “movimentos”, deliberadamente, para indicar a mobilização de mulheres em várias direções e atividades; evocar as associações destas dinâmicas propriamente femininas com a política.

inserir também na luta política pela independência de Angola⁹¹. Contudo, como Mc Fadden explica, dado a especificidade do movimento de mulheres que se definiu por ideologias nacionalistas e noções normatizadas de igualdade de gênero, existiram tensões entre aquelas que negociavam com o Estado e certas instituições patriarcais e aquelas que optaram por uma postura feminista mais radical a respeito da postura do Estado com mulheres⁹². Suponho que é nessa intersecção que os feminismos emergem. Tal fato não quer dizer que antes disso já não houvesse lideranças femininas organizadas em Angola, mas não nos termos dos feminismos ocidentais da década de 1960⁹³.

Pode-se considerar que a luta pela igualdade de direitos enquanto conquista coletiva de mulheres remonta ao século XIX, assim como o vocábulo “feminismo”. Muito embora não possamos nos esquecer de que a “força das mulheres em África – através do modo como, há muito tempo, se organizam as estruturas familiares com linhagens matriarcais – é um exemplo de afirmação de poder das mulheres”⁹⁴. Nesse período, principalmente nos países de língua portuguesa, são poucos os estudos conhecidos sobre de que forma mulheres angolanas “regiam e podiam reagir de várias formas aos costumes que a sociedade da época lhes impunha”⁹⁵.

Dya Kassembe, por exemplo, escritora angolana ainda pouco conhecida na academia brasileira, possui produção literária e ensaística importante sobre Angola e organizou um livro de relatos e memórias sobre a tradição das mulheres de Kisama, antiga região angolana que se estendia por um grande território do Kwanza Norte ao Kwanza Sul⁹⁶.

No livro intitulado *As mulheres honradas e insubmissas de Angola*, Kassembe versa sobre as “mulheres da Angola pré-colonial, do processo de aprendizado que elas vivenciavam com as mais velhas e das estratégias que encontravam para, a partir do espaço que a tradição lhes conferia, construir sua autonomia e valorização social”⁹⁷. A autora busca “recuperar a própria história para fortalecer a identidade e promover a

⁹¹ FERREIRA, op. cit., p. 55.

⁹² MCFADDEN, Patrícia. Perspectivas feministas africanas de pós-colonialidade. In *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*. v. 04, n. 04, abril de 2020. p. 310. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/view/40935/22507>. Acesso em 24/07/2021.

⁹³ Conforme referência na introdução deste trabalho, com o caso da Rainha Nzinga.

⁹⁴ BAMISILE, Sunday Adetunji. *A procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo*. In: *Via Atlântica*, Vol. 24, p. 265. São Paulo: USP, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/58303>>. Acesso em: 28/07/2021

⁹⁵ *Ibidem*. p. 54

⁹⁶ KASEMBE, Dya. *As mulheres honradas e insubmissas de Angola*. Luanda Sul/Angola: Mayamba, 2010.

⁹⁷ RABELLO, Rosana Baú. Dya Kassembe e a representação das vozes de mulheres angolanas. In *Caderno Seminal Digital*, ano 23, nº 27, v. 1, jan-jun/2017. p. 126.

autonomia”⁹⁸. No entanto, embora iniciadas, as pesquisas sobre as mulheres em Angola pré-colonial, dentro e fora do país, estão ainda em curso. Quantas situações outras devem ter existido sem que conheçamos as formas de contestação à ordem vigente? Podemos imaginar, já que muito pouco sabemos sobre a posição da mulher na Angola pré-colonial.

Já no que se refere ao século XX, como destaca a socióloga senegalesa Fatow Sow, as lutas anticoloniais orientaram as mulheres em direção a interesses mais ligados às questões políticas do país do que à pauta feminista de luta contra o patriarcado⁹⁹. Eram militantes dos movimentos de libertação e, na luta armada, reagiram contra a opressão do poder colonial e, na condição de membros partidários, dificilmente criticavam o poder patriarcal encarnado nos líderes da independência, tais como Agostinho Neto, Lúcio Lara, Jonas Savimbi, Holden Roberto e outros.

Após o período de luta armada, entre os anos de 1960-1975, e avaliações críticas resultantes do processo de independência, progressivamente, abriu-se um maior espaço para o pensamento feminista na sociedade em geral, aquele que situava o debate de gênero em e a partir das questões e experiências do continente africano.

As notícias nos jornais pesquisados, para realização da pesquisa de doutorado agora apresentada, refletem a incidência desse pensamento localizado, de reivindicações situadas, principalmente depois do 24 de abril de 1974, quando o autoritarismo e a censura portuguesa à imprensa angolana supostamente deixaram de existir.

A matéria publicada no jornal *Diário de Luanda*, de 4 de julho de 1975, dá mostras desse movimento de maior abertura política ao pensamento feminista (s) africano (s). Nesta, em sessão intitulada “atualidade africana”, reclamava-se do acúmulo de funções econômicas e sociais executadas pelas mulheres africanas. O texto, resultado da elaboração de Documento da Comissão Econômica para a África (C.E.A), versa sobre o papel das mulheres na valorização do continente africano. Postula: “a sociedade africana continua a ser essencialmente tradicional e os setores da economia assenta em grande parte nas mulheres. Contudo, não é reconhecida”¹⁰⁰.

A reportagem apresenta ainda dados estatísticos estimando que, na data de publicação do texto, 60% a 80% dos trabalhos agrícolas em África eram executados por

⁹⁸ Ibidem. p. 127.

⁹⁹ SOW, Fatou. “The social sciences in Africa and gender analysis”. In: Iman, A.; Mama, A.; Sow, (eds.). *Engendering African Social Sciences*. Dakar: CODESRIA Book Series, 1997 apud CIRNE, Michelle. *A produção necessária das intelectuais feministas africanas no campo dos estudos de gênero e a agência do Codesria*. Revista África(s), v. 04, n. 08, p. 104-114, jul./dez. 2017. p. 110.

¹⁰⁰ Jornal Diário de Luanda, 4 de julho de 1975

mulheres, que mais de 80% das pequenas comerciantes também eram mulheres e mais de 50% do trabalho efetuado no desenvolvimento de trabalhos comunitários (construção de estradas, escolas maternais e primárias e centros de aldeia) também eram confiados às mulheres¹⁰¹.

O referido artigo enfatizava ainda o poder das famílias numerosas na maior parte de África, que, além de gerar filhos, conferia à mulher africana um certo prestígio social. No entanto, nem por isso, independentemente da gravidez, parto, aleitamento, deixava de trabalhar nos campos ou no mercado. Ou seja, identificava que a mentalidade e opiniões concernentes ao papel delas nas sociedades africanas eram profundamente marcados pela tradição. A publicação cita exemplos da situação da mulher no Marrocos, Zâmbia, Serra Leoa, Etiópia, África do Sul, Senegal e Costa do Marfim, Libéria, Gana e Nigéria, no objetivo de defender a ideia de que a emancipação das mulheres africanas teria que ser em escala continental.

Sem autoria individualizada, essas indagações provinham de grupos de mulheres emergentes, jovens, pensadoras, lideranças colaborativas, não declaradamente feministas, mas com pautas informadoras desse movimento, algumas delas tendo protagonizado a luta de libertação. Conforme referido anteriormente, questionamentos que possibilitaram maior abertura às pautas que davam centralidade às mulheres enquanto sujeitos históricos.

Apesar disso, as narrativas do combate à colonização têm sido construídas no masculino e as mulheres têm ocupado um espaço periférico, o que também sugere a continuidade das formas coloniais de poder na política interna angolana. Embora as mulheres tenham participado efetivamente da guerra, ainda assim não compuseram os postos de comando. Mulheres angolanas não foram reconhecidas, salvo o caso dos mitos nacionais construídos pela história oficial do país.

Em consonância com Maria Paula Meneses, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, por história oficial entendo a narrativa hegemônica e política construída no imaginário nacional coletivo que tem omitido, de forma consciente, a participação de outras organizações e sujeitos na luta de independência¹⁰². Assim, a história oficial reflete uma opção política tomada por um determinado grupo e desconsidera memórias e histórias subalternizadas¹⁰³.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² MENESES, Maria Paula. Autodeterminação em Moçambique: Joana Semião, entre a história oficial e as memórias de luta In *Discursos memorialistas africanos e a construção da História*/ MATA, Inocência. (Coord.) Macau, Edições Colibri, 2017. p. 51-52.

¹⁰³ Ibidem. p. 51.

Em relação ao caso de Moçambique, onde existe maior volume de publicações sobre as mulheres na luta de libertação, e em outros recortes recentes, do que em Angola, na mesma medida em que os movimentos de mulheres são muito mais plurais e independentes da supervisão do poder instituído, Meneses busca problematizar outras versões da história de luta anticolonial. Cita, por exemplo, o caso de Joana Semião, importante estrategista política, que usou engenhosamente os recursos associados à sua condição e disponibilizados pelo regime (direito, educação) para consolidar a sua posição e, paralelamente, desafiar o sistema que a representava como subordinada¹⁰⁴.

Segundo a pesquisadora, a história da participação política de mulheres nas lutas nacionalistas, como é o caso de Semião, revela antagonismos e tensões que permearam esse período. Além de incluir as mulheres na história, o caso é de “questionar e desafiar a própria ideia da história ‘oficial’ e problematizar a dicotomia entre o pessoal e o político, entre o ‘oficial’ e as histórias que se procura silenciar”¹⁰⁵.

No contexto pós-colonial, mulheres como Muthoni Wa Kirima (Quênia), Deolinda Rodrigues (Angola), Titina Ernestina Silá (Guiné-Bissau), Josina Muthemba Machel (Moçambique) tornaram-se referências femininas nacionais por suas participações na luta armada¹⁰⁶. É uma experiência compartilhada por muitos países do continente africano em seu amplo processo de lutas anticoloniais.

Em Angola, as guerrilheiras que morreram nos campos de batalhas defendendo suas causas — Deolinda Rodrigues, Irene Cohen, Egrácia dos Santos, Lucrécia Paim e Teresa Afonso — foram vanguardistas ao fincar suas bases em um espaço que a princípio era de maioria masculina, ocupando espaços que foram negados às angolanas. As cinco guerrilheiras citadas foram partidárias do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), tiveram ligação direta com a Organização das Mulheres Angolanas (OMA) e, portanto, suas histórias foram lembradas.

Nos livros de história, nos cartazes e monumentos espalhados pelo país, as imagens e nomes dessas guerrilheiras são as personificações do mito e da heroína em

¹⁰⁴ Ibidem. p. 67.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 75.

¹⁰⁶ Segundo Inocência Mata, o pós-colonial é uma noção relativamente antiga, que remonta aos anos 1970, e só adquire substância conceitual a partir dos anos 1980. Não se pode dizer que exista *uma* teoria pós-colonial; o que “parece aproximar as várias percepções, perspectivas e *insights* deste campo de estudos é a construção de epistemologias que apontam para *outros* paradigmas metodológicos. MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais - Desconstruindo genealogias eurocênicas. In *Civitas*. Porto Alegre. V. 14, n1, p. 31, jan-abril. 2014.

Disponível em <https://www.scielo.br/j/civitas/a/jxc4QhSqpW7xtDBWRPwczkj/?lang=pt>. Acesso em 25/01/2022.

Angola. Ou seja, como mencionei inicialmente, na introdução da presente tese, ao mesmo tempo em que promovem as memórias de algumas dessas mulheres, propagam uma política de esquecimentos do ponto de vista oficial. A escrita da história de Angola é parte desse processo e, no que tange à historiografia que trata do período colonial, ainda há muito a ser feito.

Na perspectiva de Paul Zeleza, historiador malawiano e crítico literário, essa ausência de mulheres na produção intelectual e no discurso político, mencionados anteriormente, faz parte de uma longa tradição intelectual que invisibiliza e marginaliza propositalmente as discussões de gênero na historiografia africana, mas não só. Para o autor, essa fixação em celebrar e estabelecer mitos históricos, ao recuperar e glorificar os grandes estados, cidades da África e líderes, não só consumiu a energia dos historiadores como também os cegou para as análises de gênero.

O historiador descreve uma longa lista de livros frequentemente usados na compreensão dos vários aspectos dos diferentes países do continente africano, que as subestimam, e demonstra manifestamente esses problemas¹⁰⁷. A marginalização de mulheres inclui-se ainda no conteúdo e bibliografia, publicações sobre mulheres africanas recebem poucos parágrafos no conjunto de obras.

O que significa dizer que essa historiografia considerada por Zeleza “nacionalista” foi um projeto emancipatório ao trazer a África e os africanos de volta à história, e ao mesmo tempo excludente¹⁰⁸. Ainda assim, a história das mulheres vai aos poucos ganhando expressão. Para o historiador, na história da África, as pesquisas que envolvem gênero ainda estão, em grande parte, no estágio de restauração de mulheres à história, de enfatizar sua contribuição, experiências, atuações, narrativas, em detrimento da escrita da história do gênero em si¹⁰⁹. É o desafio de trazer para a cena pública essas narrativas, e também complexificar, demonstrando suas ambiguidades, diferenças e desigualdades.

A maior parte do trabalho vem sendo realizado por diferentes pesquisadores, prioritariamente investigadoras interessadas na crítica dos preconceitos e distorções de cada campo no estudo das mulheres, em uma perspectiva multidisciplinar. Para tanto,

¹⁰⁷ ZELEZA, Paul. Gender biases in African historiography In: Aisha Imam; Amina Mama; Fatou Sow (eds). *Engendering African Social Sciences*. Dakar: codersia, 1997. p. 21. Disponível em https://www.cognella.com/pdf/korieh_sneak_preview.pdf Acesso em 17/02/2021.

¹⁰⁸ Ibidem. p. 17-26.

¹⁰⁹ Zeleza aponta que as historiadoras feministas têm agenda dupla quanto à necessidade de escrever a história das mulheres e a história do gênero. Para o autor, ambos os domínios são complementares e devem ser reforçados mutuamente. Ibidem. p. 30-31.

fazem uso de uma variabilidade de abordagens, métodos e técnicas para recuperar as experiências e vozes das mulheres¹¹⁰.

No entendimento do autor, para além da compreensão de uma história política e das grandes elites africanas, é importante recuperar as histórias sobre as “massas”, a história social e econômica. Analisar a exploração e a opressão não apenas em referência ao colonialismo¹¹¹. Ou seja, em um movimento duplo, de revisão da história e da historiografia, na demarcação de um posicionamento contra a essencialização e universalização das experiências.

1.1. Articulando categorias, mulher-gênero-feminismo (s)

Paulin J. Hountondji, em *Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os estudos Africanos*, expõe que o estudo de África, tal como desenvolvido até hoje por uma longa tradição intelectual, cujas correntes feministas estão englobadas, faz parte de um longo processo de conhecimento iniciado e controlado pelo Ocidente¹¹². Não por acaso, por história africana entende-se o discurso histórico *sobre* a África e não necessariamente um discurso produzido de África ou produzido por africanos, daí a distinção entre os estudos africanistas e africanos.

Hountondji defende que até bem pouco tempo atrás o conhecimento produzido sobre o continente, mesmo que por africanos, dentro ou fora das universidades ocidentais, era em sua maioria externo. Além disso, ressalta que havia uma tendência a investigar temas que eram do interesse de um público ocidental uma vez que, na maioria dos casos, “mesmo quando publicava-se em África, as próprias revistas acadêmicas africanas eram mais lidas fora do que dentro de África”¹¹³. Ou seja, a atividade científica *sobre* o continente era orientada para o exterior, “destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas dos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas”.¹¹⁴

O autor afirma que mesmo com os diferentes campos do saber científico regionais, sub-regionais e nacionais de África, da excelência das universidades, e centros de estudos africanos, qualificação de cientistas e investigadores, alguns dos quais com carreiras bem

¹¹⁰ Ibidem. p. 30.

¹¹¹ Ibidem. p. 21.

¹¹² HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In. *Revista crítica de Ciências Sociais*, 80, 2008. p. 151.

¹¹³ Ibidem. p. 157.

¹¹⁴ Ibidem. p. 57.

consolidadas, ainda há um longo caminho a ser percorrido com vistas ao desafio e à exigência colocada de “responder suas próprias questões e ir ao encontro das necessidades tanto intelectuais como materiais das sociedades africanas”¹¹⁵.

Em outras palavras, Mudimbe corrobora tal crítica, ao afirmar que a questão em causa é que os pesquisadores africanos usaram categorias de análise e sistemas conceituais de uma epistemologia ocidental quando os próprios africanos poderiam ler, desafiar e reescrever esses discursos como forma de explicar e definir sua cultura, história e existência¹¹⁶. Trata-se de uma visão ainda colonizada, voltada para o exterior, tributária das narrativas colonizadoras, presa a um modo de ver e de ler as experiências passadas em que a produção de imagens e discursos africanos permanecerá em grande parte externa ao continente¹¹⁷, construída a partir de referências e linguagens eurocêntricas.

Toyin Falola¹¹⁸ completa a crítica ao afirmar que repensar as humanidades na África significa ir em busca de uma *Africana*, “saber africano”, “erudição africana” ou “experiência africana”, de “um conjunto de estudos, conhecimentos e artefatos produzidos na África e relativos a ela”¹¹⁹, na ótica de uma história vista de baixo¹²⁰; e representá-la tanto como uma agenda acadêmica quanto política¹²¹. De acordo com o pesquisador, as humanidades devem redefinir seus problemas de pesquisa, colocando o que é africano no centro; “um complexo cultural, uma combinação de culturas políticas e valores estéticos diversos”¹²².

Significativamente, os feminismos africanos emergem nesse contexto, junto com outras vozes periféricas, na tentativa de construir conhecimentos situados, estabelecidos na vida e experiência de mulheres africanas. São construídos em África e na Diáspora e, embora remetam para a ideia de uma voz única, coletiva, dizem respeito a realidades específicas informadoras da diversidade do continente, composto por 54 países.

Para Ximena Ron Erráez, advogada equatoriana e mestre em Direito Constitucional, os feminismos surgidos e desenvolvidos em vários países latino-

¹¹⁵ Ibidem. p. 158.

¹¹⁶ MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda/Mangualde (Portugal): Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2013. p. 12.

¹¹⁷ PANTOJA, S. e THOMPSON E. As culturas africanas na encruzilhada dos mundos. In: PANTOJA, S.; BERGAMO, E. (Org.). *África contemporânea em cena – perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 5.

¹¹⁸ FALOLA, Toyin. Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África. In: *Afro-Ásia*, 36 (2007). p. 18.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Ibidem. p. 24.

¹²¹ Ibidem. p. 36.

¹²² Ibidem. p. 22-23.

americanos, especialmente Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, México, Guatemala, por parte de mulheres negras ou pertencentes a povos originários, compreende o que ela denomina de “feminismos poscoloniais”, ainda que não tenham utilizado o termo¹²³.

Define Erráez:

São movimentos político-sociais complexos e dinâmicos que buscam transformar as relações assimétricas de opressão entre os sexos, a partir do questionamento de categorias, conceitos e ideias, em relação ao gênero, com o objetivo de propor novos significados que considerem as experiências de mulheres vindas de realidades invisíveis. Esses feminismos estabelecem que a opressão sofrida pelo sexo feminino não pode ser homogeneizada, pois a opressão difere em cada caso, devido não só à questão de gênero, mas também à raça ou ao pertencimento a uma determinada etnia¹²⁴ (traduzido pela autora).

Não obstante, no que diz respeito à elaboração de determinado pensamento crítico, essas pesquisadoras têm ocupado espaço marginal tanto no âmbito político quanto acadêmico, o que pude constatar ao realizar pesquisa sobre essas pensadoras, invisibilizadas tanto no interior do campo dos estudos de gênero quanto nos chamados estudos africanos, este último concentrado nas problemáticas vindas da Diáspora¹²⁵.

Tais teorias nos convidam a questionar os lugares de produção de conhecimento e conceitos feministas hegemônicos, centrados nas mulheres ocidentais, de classe média, ou elite, brancas, educadas e urbanas. Pois, conforme ressalta Narayan, se as feministas “falham em ver os contextos de suas teorias, pressupondo que sua perspectiva tem validade universal, tendem a participar da dominação que a cultura ocidental tem exercido sobre culturas não ocidentais”¹²⁶. Ximena Ron Erráez endossa tal crítica¹²⁷:

Nesse sentido, o questionamento inicial das feministas pós-coloniais baseou-se no fato de que as mulheres de matriz cultural ocidental

¹²³ ERRÁEZ, Ximena Ron. Hacia la desoccidentalización de los feminismos – Un análisis a partir de las perspectivas feministas poscoloniales de Chandra Mohanty, Oyeronke Oyewumi y Aída Hernández In *Realis*, v 4, nº 1, Jan-Jun. 2014. p. 37-43.

¹²⁴ Idem. No original, *son movimientos político-sociales complejos y dinámicos que pretenden transformar las relaciones asimétricas de opresión entre los sexos, a partir de cuestionamiento de categorías, conceptos e ideas, en relación al género, con la finalidad de proponer nuevos significados que consideren las experiencias de mujeres provenientes de realidades invisibilizadas. Estos feminismos establecen que la opresión que padecen las personas de sexo femenino no puede homogeneizarse, en tanto la opresión difiere en cada caso, debido no solo a la cuestión de género sino además a la raza o a la pertenencia a un determinado grupo étnico.*

¹²⁵ A bibliografia sobre os feminismos africanos está basicamente em inglês. No Brasil encontrei poucas referências - todas disponíveis no site <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acesso em 08/11/2018.

¹²⁶ NARAYAN, op. cit., p. 284.

¹²⁷ ERRÁEZ, op. cit., p. 39.

posicionaram suas situações como centrais para as realidades subestimadas de seus pares não ocidentais, da mesma forma que historicamente "o masculino" tem sido considerado como o centro em oposição ao "feminino" descrito como a periferia¹²⁸ (traduzido pela autora).

Embora conceitualmente o feminismo construa-se “a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a história da mulher, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação”¹²⁹, a categoria social “mulher” não é universal, formas de opressão e igualdade estão presentes na sociedade de formas diferenciadas¹³⁰, o que assevera o valor da diferença e compreende os feminismos em sua pluralidade.

Na busca por descolonizar o conhecimento produzido no mundo ocidental, em *Conceitualizando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*, Oyèrónké Oyěwùmí, pesquisadora nigeriana e professora na *Stony Brook University*, em Nova York (EUA), explica que é necessário interrogar o gênero e os conceitos aliados com base nas experiências e epistemologias africanas¹³¹. Critica o uso do gênero como modelo explicativo e universalizante para compreender a subordinação e opressão das mulheres e afirma que o gênero, assim como a raça, é, antes de tudo, uma construção sociocultural¹³².

Ou seja, os grupos e sujeitos sociais, inscritos em determinados contextos e culturas, têm condições diferenciadas e elaboram o feminismo a partir das relações coletivas com seus grupos de pertença, na busca de direitos. Isso significa compreender que gênero e raça não podem ser analisados da mesma forma em todas as sociedades. Mas isso não significa o total abandono das teorias feministas, resulta na compreensão do gênero e do feminismo como algo plural, “feminismos”, com identidades e pautas específicas, sociais, negras, africanas, indígenas, pós-coloniais, etc.

¹²⁸ No original, *En este sentido, el cuestionamiento inicial de las feministas poscoloniales se sustentó en que a las mujeres de matriz cultural occidental posicionaron sus situaciones como centrales frente a las realidades subestimadas de sus pares no occidentales, de la misma forma como historicamente “lo masculino” ha sido considerado como centro frente a “lo femenino” calificado de periferia.*

¹²⁹ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 74.

¹³⁰ OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. Conceitualizando o gênero: os fundamentos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, COSTA-BERNARDINO, Joaze; TORRES-MALDONADO & GROSFUGUEL, Ramon. (Orgs.) 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p.173.

¹³¹ OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. *La invención de las mujeres – Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Colombia, Astraea, 2017.

¹³² Ibidem. p. 173.

Oyèwùmí argumenta que, provavelmente, a crítica mais importante das articuladoras feministas de gênero seja aquela feita pelas estudiosas afro-americanas que, além de terem sido pioneiras em questionar a agenda desse feminismo ocidentalista, insistiram que, nos Estados Unidos, o gênero não poderia ser compreendido fora da intersecção entre as categorias de raça e da classe. Tal posição “levou à necessidade de insistir na diferenciação entre as mulheres e de teorizar múltiplas formas de opressão, particularmente aquelas nas quais as desigualdades de raça, gênero e classe são evidentes”¹³³.

A autora questiona conceitos usuais nas teorias de gênero por serem baseados no modelo de família nuclear patriarcal “euroamericana”, praticamente “alienígena” para algumas regiões da África centro-ocidental. Explica a pesquisadora que “o problema não é que a conceituação feminista comece com a família, mas que ela nunca transcenda os estreitos limites da família nuclear”¹³⁴, quando na perspectiva africana existem diferentes organizações familiares.

Isso sugere que a lógica da família nuclear patriarcal, na qual muitas vezes o feminismo tradicional se ancora, é uma forma de família inapropriadamente universalizada, que, por sua vez, não se ajusta a realidades diversas e distintas como as africanas.

A pesquisadora expõe que o entendimento de conceitos feministas, como o gênero, para analisar realidades africanas marca o desafio desses novos estudos. A interpretação do gênero operando como inerente à natureza dos corpos, de maneira binária, masculino/feminino, homem/mulher, objetivo/subjetivo, racional/irracional, razão/emoção e o conseqüente privilégio masculino, que hierarquicamente ocupa posição superior, como categoria definidora, é externo a muitas culturas africanas.

Ou seja, endossa a autora, “quando as realidades africanas são interpretadas com base em demandas ocidentais, o que consideramos são distorções, disfarces na linguagem, e muitas vezes, uma falta de compreensão”¹³⁵. Esses fatos marcam a necessidade de repensar a categoria “mulher” e a subordinação do gênero a partir de preocupações imanentes às próprias realidades africanas.

Nesse sentido, não há como não compartilhar uma posição diversa às ideias de Oyèwùmí ao afirmar que “os significados e interpretações devem resultar da organização

¹³³ Ibidem. p. 173.

¹³⁴ Ibidem. p.176.

¹³⁵ Ibidem. p. 179.

e das relações sociais, prestando muita atenção aos contextos culturais e locais específicos”¹³⁶. Esses casos apresentam vários desafios aos discursos universalizantes das feministas euroamericanas, ou seja, a visão etnocêntrica e eurocêntrica dos estudos das/sobre as mulheres africanas.

Conforme aponta Uma Narayan em *O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental*, as feministas não ocidentais “enfrentam uma luta dupla para tentar encontrar sua própria voz: devem aprender a articular suas diferenças, não só em relação aos seus próprios contextos tradicionais, mas também em relação ao feminismo ocidental”¹³⁷.

Landaluze e Espel acrescentam que os feminismos ocidentais se chocam com a visão holística e comunitária das sociedades africanas nas quais o indivíduo possui um contexto e não pode existir fora dele. Apontam que a luta por igualdade deve estar centrada na comunidade ou família, mais do que nas mulheres¹³⁸ e que, nesta perspectiva comunitária dos feminismos africanos, busca-se a igualdade de gênero com a participação dos homens¹³⁹. Tal especificidade indica que a construção dos feminismos africanos não foi um movimento voltado exclusivamente para a igualdade entre mulheres e homens, mas para a complexidade dessa dinâmica social, abordando inclusive a opressão do gênero.

Assim, este trabalho ancora-se nas teorias feministas africanas, com prioridade no enfoque às experiências constitutivas da história das mulheres angolanas na luta anticolonial. Utilizo o termo “feminismos africanos” para referir-me a material bibliográfico produzido por feministas negras africanas, acadêmicas negras africanas e ativistas, que independentemente de seu país de origem, no continente africano ou na Diáspora, têm buscado refletir partindo do ponto de vista africano, embora reconhecendo a imensa heterogeneidade que opera dentro dos limites desse termo.

1.2. Interseccionando feminismos

Na Diáspora, as feministas africanas encaram o racismo diariamente¹⁴⁰. Sotunsa Mobolanle Ebunoluwa, no texto *Feminismo: a busca por uma variante africana*,

¹³⁶ Ibidem. p. 181.

¹³⁷ Ibidem. p. 284.

¹³⁸ ESPEL & LANDALUZE, op. cit., p. 50.

¹³⁹ Ibidem. p. 52.

¹⁴⁰ ESPEL & LANDALUZE, op. cit., p. 51.

menciona que as “mulheres de descendência africana que abraçam o feminismo negro”¹⁴¹ muitas vezes optam por essa escolha devido à ausência de uma estrutura existente adequada para suas necessidades individuais como mulheres africanas”, na Diáspora¹⁴².

Nesse sentido, não é de estranhar a autoidentificação das africanas com o pensamento das feministas negras, uma vez que são tocadas pelos racismos estruturantes, sendo elas negras e africanas. Esses fatores demonstram as tensões em torno do pensamento das feministas negras, pois embora não necessariamente as africanas sejam negras e sofram as opressões de raça na Diáspora, no contexto do continente africano tal estrutura toma outras proporções. O racismo também existe, embora com outras expressões. Como a raça é um aspecto importante para a reflexão feminista africana?

Patrícia Godinho Gomes narra que o significado de “raça” para os africanos vivendo em África não é o mesmo para os afrodescendentes do Novo Mundo¹⁴³. A pesquisadora chama atenção para o lugar situacional que a colonização, a exploração e o racismo, assim como as relações entre os africanos e os brancos, assumiu na experiência colonial fora de África, e o papel dessas diferenças para a compreensão do racismo e das práticas discriminatórias.

Gomes alerta, no caso da Guiné, e também no de alguns países de colonização portuguesa, que a mestiçagem justificou e foi motivo de relações vantajosas e distinções sociais. Uma vez que “os mestiços estabeleceram relações privilegiadas com o poder colonial, tendo acesso às vantagens que o regime oferecia”¹⁴⁴. Foi desse modo que se estabeleceram distinções sociais, hierarquias e desigualdades, e as diferenças socioculturais no contexto de luta pelo poder político apareceram. Assim, o conceito de raça deve ser “pensado e compreendido como um fenômeno profundamente relacionado às próprias possibilidades de acesso ao exercício da cidadania no contexto do Estado colonial”¹⁴⁵.

A investigadora explica que na Guiné-Bissau, a liderança do PAIGC, entre os quais Amílcar Cabral, pertencia a uma elite mestiça, com acesso às vantagens

¹⁴¹ O pensamento feminista negro é aqui entendido como um conjunto de teorias ou pensamentos especializados produzidos por intelectuais afronorte-americanas e afrobrasileiras, elaborados para expressar o ponto de vista de mulheres negras, na Diáspora. COLLINS, Hill. La política del pensamiento feminista negro. In *¿Qué son los estudios de mujeres?*, NAVARRO, Marysa & STIMPSON, R. Catharine (Orgs). Argentina, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 259.

¹⁴² EBUNOLWA, op. cit., p. 4.

¹⁴³ GOMES, Patrícia Godinho & FIQUEIREDO, Angela. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. In *Rev. Estud. Fem.* 24 (3) • Sep-Dec 2016. p. 917. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/JmRGJdv7d678THNVjbl7hjv/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20/07/2021.

¹⁴⁴ Ibidem. p. 918.

¹⁴⁵ Idem.

estabelecidas pelo poder colonial instituído, no que se refere à formação e emprego, que assume o poder e liderança no contexto do Estado independente.

No caso dos sujeitos considerados “indígenas”, excluídos do exercício de cidadania, com origem nos diferentes grupos étnicos de Bissau e que constituem grande maioria da população, historicamente, no quadro da colonização portuguesa, as possibilidades educativas, de acesso e ascensão social, foram limitadas. No período colonial, usufruem de uma instrução de base pelas missões católicas e depois, já no processo de construção do novo Estado nacional, são marginalizados, o que gerou fraturas, tensões e repercutiu inclusive nas relações de gênero, engendrando hierarquias e distinções sociais entre as próprias mulheres, particularmente entre as mulheres da cidade e do campo.

Portanto, são articulações que foram estruturando-se hierarquicamente em termos de classe e de gênero, em que o colonialismo teve impacto significativo, principalmente em vista da dicotomia campo-cidade, o que espelha e perspectiva, além das categorias de raça, as diferenças culturais e étnicas¹⁴⁶.

A autora procura evidenciar que, no continente, as mulheres africanas procuram resgatar sua identidade prioritariamente na luta dupla contra as opressões colonial e patriarcal. Ou seja, não há uma exclusão da raça, mas existem ali outros marcadores raciais, elementos que não podem ser desconsiderados, em vista da história e também do contexto social, cultural e político.

Segundo Gomes, mulheres que protagonizam a luta e apropriam-se do discurso nacional-emancipacionista dos movimentos de libertação tinham origem, em sua maior parte, nos centros urbanos da Guiné-Bissau, muitas delas com formação assegurada no período colonial. Ainda que, por outro lado, os movimentos de mulheres tenham emergido substancialmente com base nas experiências das mulheres que viviam no meio rural, a maioria delas sem acesso à educação formal e de qualidade¹⁴⁷.

Portanto, para a pesquisadora, o uso do conceito de gênero parece ser mais elucidativo das compreensões das desigualdades dentro e fora do continente¹⁴⁸, uma vez que o conceito de raça e o racismo assumem dinâmicas distintas no continente e na Diáspora.

¹⁴⁶ Ibidem. p. 918.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Ibidem. p. 909.

Sinalizar para essas diferenças não quer dizer necessariamente que não existam experiências comuns aos feminismos, mesmo que não sejam do mesmo tipo. Amparando-se no conceito de gênero, como forma de compreender as desigualdades estruturantes no Brasil e Guiné-Bissau, Gomes e Figueiredo, por exemplo, no diálogo da experiência comparada entre os feminismos, procuram a intersecção como um caminho de encruzilhada, lugar de encontros e também de saídas múltiplas ¹⁴⁹.

Assim, o debate de raça, como elemento estruturante da sociedade, compartilhado pela experiência colonial, e as relações de gênero, na articulação de ambas as identidades, são importantes para compreender as opções políticas dessas feministas africanas na Diáspora.

A riqueza da epistemologia feminista negra e africana reside na capacidade de desafiar conhecimentos epistemológicos universalistas, de desconstruir conceitos como “mulher” e “gênero” bem como questionar o modo de construção da verdade. Trata-se de epistemologias que problematizam experiências locais e globais, que devem ser analisadas segundo suas especificidades, e servem de estímulo para a comunicação de uma cultura de resistência das mulheres negras. E significa ruptura epistêmica nos estudos de gênero.

Significativamente, conforme a pesquisadora Thuilia Ferreira reforça, “a despeito da cor da pele, fatores históricos, culturais, sociais, geográficos e políticos podem conferir discrepâncias na forma como mulheres, igualmente negras, refletem sua condição a partir do gênero”¹⁵⁰. E, apesar de muitas feministas africanas identificaram-se também como feministas negras, os feminismos africanos têm o compromisso acrescido com os efeitos do colonialismo e as análises da situação feminina em seus diferentes contextos¹⁵¹.

A produção das pensadoras feministas africanas do continente e da Diáspora está basicamente em inglês, com poucas traduções para o português, e menos ainda para as línguas africanas¹⁵². Na Diáspora, boa parte dessas teóricas encontra-se na América do

¹⁴⁹ Ibidem. p. 912.

¹⁵⁰ FERREIRA, Thuilia Farias. *Africanas: gênero e feminismo em perspectiva afrocentrada*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2020. Dissertação de Mestrado.

¹⁵¹ SALAMI, Mina. *Sete questões no pensamento feminista africano*. Disponível em <https://www.ondjangofeminista.com/txt-con/2017/3/14/sete-questes-chave-no-pensamento-feminista-africano>. Acesso em 26/02/2021.

¹⁵² Em Angola, por exemplo, as feministas africanas Aurea Mouzinho e Sizaltina Cutaia, afirmam que em vista do entrave da língua, e o desconhecimento do arquivo rico de textos feministas que dispõe o continente africano, muito do que é traduzido e depois serve como referencial para as feministas, vem da América do Norte e do Brasil. MOUZINHO, Aurêa; CUTAIA, Sizaltina. Reflections on Feminist Organising in Angola. In *Feminist African*. N. 22, 2017. p. 15. Disponível em <http://www.agi.ac.za/agi/feminist-africa/22>. Acesso em 17/05/2021.

Norte. Os feminismos africanos, nesse sentido, serve também como referencial e contraste dos estudos do feminismo negro norte-americano. Trato especificamente do número de produções acadêmicas sobre os feminismos africanos, produções vindas de mulheres africanas do continente e da Diáspora. Grande parte dessas produções vem de mulheres africanas concentradas nos centros de pesquisas norte-americanos. Nos últimos anos, esses trabalhos vêm sendo traduzidos para o português. Com tal assertiva não tenho a pretensão de desvalorizar a tradição do pensamento feminista negro brasileiro.

Estamos aqui diante de tendências reflexivas que reivindicam uma abordagem mais localizada, diversa, sem desconsiderar a legitimidade das próprias africanas de comunicar/refletir acerca dos problemas que assolam as realidades de África.

Com efeito, o recente trabalho da pesquisadora Thuilia Farias Ferreira, intitulado *Africanas: gênero e feminismo em perspectiva afrocentrada*, endossa essa perspectiva ao refletir sobre os feminismos e questões de gênero no continente a partir do pensamento de intelectuais negras africanas, acadêmicas feministas e ativistas¹⁵³. De acordo com Ferreira, é da dialética entre academia e ativismo que surgem definições, temas e significação epistemológica do(s) pensamento(s) feminista(s) africano(s), dando centralidade à experiência e cultura das mulheres africanas, desse modo desafiando as definições do discurso ocidental normatizado.

Publicada em 2020, a dissertação considera, exclusivamente, escritos e estudos produzidos por africanas a partir do continente e da Diáspora. Segundo a pesquisadora, a maioria dos conceitos alternativos ao discurso ocidental que circula com maior incidência hoje foram cunhados por mulheres nigerianas, que “entre concordâncias e críticas dialogam em termos de teoria/produção acadêmica”¹⁵⁴, é o caso de Oyèrónkẹ Oyèwùmí, Ifi Amadiume, Chimamanda Ngozi Adichie, Amina Mama, Chikwenye Ogunyemi, Minna Salami, Besi Adeleye Fayemi.

Entretanto, independentemente do país africano, todos os formatos teóricos revelam a necessidade de refletir o contexto específico de cada mulher, bem como a partir dela, livrando-a dos resquícios de dominação colonialistas. São vias alternativas às perspectivas tradicionalistas ou ocidentalizadas sobre a mulher¹⁵⁵.

¹⁵³ FERREIRA, Thuilia Farias. *Africanas: gênero e feminismo em perspectiva afrocentrada*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2020. p. 8. Dissertação de Mestrado.

¹⁵⁴ Ibidem. p. 89.

¹⁵⁵ Ibidem. p. 117.

Ferreira assume que o “feminismo não foi importado do Ocidente e que existe uma longa história de resistência ao patriarcado na África”, antes mesmo do surgimento do “feminismo” enquanto designação e indicação de um projeto político global de luta por igualdade.

Com base em debate sobre os movimentos de mulheres nos países de língua anglófona, principalmente Nigéria e África do Sul, dos anos de 1960 a 2010, a autora frisa que a maioria das sociedades africanas, mesmo antes da presença dos colonizadores, tinha organizações de mulheres que controlavam e organizavam o comércio urbano e rural, o trabalho agrícola e mercados.

Com vistas a “conhecer e compreender as articulações teóricas acerca da condição da mulher e da equidade de gênero no continente a partir da produção de intelectuais africanas”¹⁵⁶, na investigação da pesquisadora fica o alerta de que “é preciso criar meios próprios – que entendam as formas da interação com o Ocidente e suas consequências, mas que busquem soluções na sua própria raiz”¹⁵⁷. Na tentativa de sintetizar os formatos conceituais que revelam parte dessas teorizações de mulheres negras africanas e afro-diaspóricas, ela explica:

O Mulherismo da afro-estadunidense Alice Walker se coloca como uma teoria que abrange a totalidade das pessoas, mas parte da mulher negra - aqui, na verdade, a finalidade são todas as pessoas - inclusive homens e pessoas brancas. Na proposta da nigeriana Chikwenye Ogunyemi, o Mulherismo precisa tomar distância não só do feminismo hegemônico, mas também dos feminismos negros da Diáspora, em prol das especificidades africanas no sentido geográfico, lembrando muito a ideia de afrocentrismo, de africanas em África para africanas em África, sem Diáspora. Já o Mulherismo Africana da afro-estadunidense Clenora Hudson-Weems, que ao se definir como aporte ideológico criado e destinado a todas as mulheres de ascendência africana, traz uma perspectiva que dialoga mais com a afrocentricidade, por ser pensada a partir da Diáspora para africanos em África e na Diáspora (sujeitos afro-diaspóricos)¹⁵⁸.

Como podemos perceber, trata-se de abordagens que propõem um princípio de definição e novas proposições para o estudo de gênero, ancorados nas experiências de mulheres negras, no caso do mulherismo de Walker, e africanas, no caso do mulherismo de Ogunyemi e Hudson-Weems. A grande preocupação formulada por essas designações

¹⁵⁶ Ibidem. p. 146.

¹⁵⁷ Ibidem. p. 146.

¹⁵⁸ Ibidem. p. 142.

conceituais, no entanto, é a recusa do termo “feminismo”, entendido como um conceito que aprisiona, um replicador de perspectiva dominante ocidental.

Contudo, conforme mencionei anteriormente, apesar da indecisão de teor terminológico, o esforço aqui não é de categorizar ou classificar as obras das intelectuais africanas, mas analisar algumas implicações teóricas que o uso do termo traz, enraizados nas experiências particulares das mulheres africanas do continente. Trato, portanto, de tais teorias, a partir das reflexões em torno das articulações mulher-gênero-feminismo (s) africano (s), pois independentemente de suas nuances conceituais, todos opõem-se efetivamente às estruturas sociais que promovem a discriminação e a opressão das mulheres¹⁵⁹.

É fato que, independentemente do continente ou da raça, as mulheres padecem da opressão e exploração em vista de sua condição como mulher. O que as intelectuais africanas, ativistas, mulheres autodeclaradas feministas africanas e as mulheristas africanas assinalam, resguardadas suas nuances, é o que os discursos que envolvem as mulheres africanas não podem escapar de outras questões históricas, como, por exemplo, a questão do colonialismo, da escravidão e do etnocentrismo.

De outro modo, há que se ter atenção à forma particular como as sociedades tradicionais africanas estão organizadas. A questão da maternidade, citando caso em que as diferenças são nítidas, é considerado fator de prestígio em várias dessas sociedades africanas. Significativamente, o “feminismo” passa a ser entendido como um conceito estrangeiro às condições dessas mulheres desde a sua criação, da *queima de sutiãs*, particularmente fazendo referência ao racismo e ao classismo, demonstrando o esvaziamento de uma perspectiva histórica e contemporânea centrada no continente africano.

No Brasil, a perspectiva mulherista de Clenora Hudson-Weems é muito difundida pelas intelectuais negras Katiúscia Ribeiro¹⁶⁰ e Anin Urasse¹⁶¹. Contudo, não necessariamente como uma teoria do feminismo africano, mas como um paradigma destinado a atender às necessidades das mulheres de descendência africana.

¹⁵⁹ BAMISILE, Op. Cit. p. 62.

¹⁶⁰ RIBEIRO, Katiúscia & NJERI, Aza. Mulherismo africana: práticas na Diáspora brasileira. In *Currículo sem Fronteiras*, v. 19, n. 2, p. 595-608, maio/ago. 2019. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/2d47/dfa528d9af54df758d0cc6cce91f0afcc9e7.pdf>. Acesso em 22/07/2021.

¹⁶¹ Ver em <https://pensamentosmulheristas.wordpress.com/autor/tradutoresnegros>. Acesso em 24/07/2021.

Na ótica de Hudson-Weems, nomear o mulherismo africana de “feminismo africano” é problemático, uma vez que é um conceito alheio às condições das mulheres africanas desde sua constituição¹⁶². Isso significa dizer que o “feminismo” envolve uma estrutura teórica e de agenda projetada para atender às necessidades e demandas das mulheres brancas.

De natureza particular, as mulheristas africanas partem de paradigmas próprios para se automearem e autodefinirem a si mesmas. Dessa mesma forma, estruturam uma perspectiva africana centrada na vida, experiências, lutas e desejos das mulheres africanas. O mulherismo africana prioriza “a opressão racial tendo como foco central os esforços na luta pela libertação e enfatiza a importância de parcerias orgânicas entre mulheres e homens africanos”¹⁶³. Segundo Hudson-Weems, as mulheristas africanas não travam uma guerra com os homens.

O “africana”, portanto, é uma terminologia que coloca as mulheres, homens e crianças descendentes de africanos como um total — a África no centro das vidas e dos conceitos africana¹⁶⁴. Ou seja, existe o reconhecimento da diversidade dos povos e nações africanas, porém tal dissemelhança não se opõe à ideia de uma unidade cultural.

De agenda própria, o mulherismo africana busca distanciar-se do feminismo branco e do feminismo negro¹⁶⁵ e, além do mais, no que diz respeito especificamente à terminologia, difere também do feminismo africano¹⁶⁶. Considera-se o feminismo africano um pouco menos problemático para as mulheres africanas do que é o feminismo em geral¹⁶⁷.

É paradigma pensado a partir do gênero, mas diferentemente da compreensão de Gomes, opera dentro da concepção de raça, seguindo o entendimento da afrocentricidade, na linha de Molefi Kete Asante¹⁶⁸. Nesse sentido, o sexismo é uma questão secundária, surgida de problemáticas em torno da raça, classe e economia.

¹⁶² HUDSON-WEEMS, Clenora. *Mulherismo africana, recuperando a nós mesmas*. Tradução de Wanessa A. S. P. Yano. 1ª ed. São Paulo: Editora Ananse, 2020. p. 39.

¹⁶³ Ibidem. p. 16.

¹⁶⁴ Ibidem. p. 64.

¹⁶⁵ No mulherismo africana de Hudson-Weems, as feministas negras são entendidas enquanto mulheres que adotaram parte das pautas do feminismo branco, principalmente no que se refere às circunstâncias particulares de uma suposta ausência de paradigmas próprios para se autodefinirem e nomearem, da busca de empoderamento e autoconhecimento. E, além disso, avançam com uma agenda contraditória a de uma perspectiva histórica e contemporânea centrada em África. HUDSON-WEEMS, op. cit., p. 46-7.

¹⁶⁶ Ibidem. p. 44.

¹⁶⁷ Ibidem. p. 38.

¹⁶⁸ Segundo Molefi Asante, a afrocentricidade significa “colocar os ideais africanos no centro de qualquer análise que envolva a cultura e o comportamento africano” ASANTE, Molefi Kete. *The Afrocentric Idea*. Philadelphia: Temple University Press, 1988. p. 6.

O mulherismo integra os homens negros africanos na luta, uma vez que também foram alvo das opressões do colonialismo. Com destaque na raça, refere-se a uma epistemologia regida por um pensamento panafricanista da história, que inclui a Diáspora, regido pelo saber revolucionário da vida das mulheres africanas em comunidade. A mulherista Hudson-Weens resume seu pensamento em dezoito princípios de uma *womanist african*, no qual contempla a centralidade da família, a comunidade e a maternidade. São bases fundamentais que operam por meio dos eixos de raça, classe e gênero.

Por ser gerado para responder às necessidades próprias das mulheres brancas, Hudson-Weens busca distanciar-se de qualquer aproximação com o feminismo de raiz europeia. Tal escolha justifica-se com base no evidente racismo que desde logo estabelecería uma incompatibilidade com as mulheres africanas¹⁶⁹.

Na busca de demarcação da diferença, a procura de uma “variante africana”, além do *Womanism africano* de Clenora Hudson –Weens dos EUA, o *Womanism* de Alice Walker, nos EUA; o *Womanism* de Chikwenye Ogunyemi e Mary Kolawole da Nigéria, cito como exemplo o *Stiwanism* de Molará Ogundipe-Leslie da Nigéria, o conceito de *Misovire*, cunhado por Werewere Liking, o conceito de *Femalism* de Chioma Opara, o de *Gynism*, cunhado pela filósofa e feminista africana, Pauline Marie Eboh, e o conceito de *Gynandism* de Chinweizu e Barnabe Bilongo¹⁷⁰.

Trata-se de construções teóricas endêmicas, de alternativas conceituais ao feminismo euro-americano, sobre as quais, por questão de tempo e espaço, não aprofundarei aqui. Tais formulações sugerem que os problemas da mulher africana, incluindo aí o assédio, violações, subjugação feminina, violência física, etc., devem ser resolvidos dentro do contexto da cultura africana, da experiência de vida no continente e da visão de mundo daí decorrente.

Quer dizer, no continente e fora dele, as ideias dessas intelectuais têm sido agentes de um pensamento reflexivo. Elas buscam designar a luta da mulher africana em seus contextos particulares e a possibilidade do uso de outras nomenclaturas e aportes que não se utilizem do feminismo ocidental¹⁷¹.

São intelectuais que confluem na preocupação de se distanciarem do “feminismo” tradicional, automeando-se e definindo um conceito novo, mais ajustado “às realidades

¹⁶⁹ BAMISILE, op. cit., p. 274.

¹⁷⁰ Ibidem. p. 262.

¹⁷¹ FERREIRA, op. cit., p. 35.

das tradições e dos valores da vivência da mulher em África”. Na ótica de Bamisile, “os womanist africanos são tendencialmente ou até claramente antifeministas, mesmo porque há em África um entendimento pouco aberto ou relutante para com intenções que se receiam ser imperialistas ou de imposição pós/neocolonial”¹⁷².

Ao discorrer sobre o aumento do ativismo no continente africano, Thuila afirma que isso é parte de um movimento que se fortalece principalmente nos anos 1990 devido aos debates e difusão de ideias no contexto internacional, maior financiamento de associações de mulheres e abertura política (de alguns países) com a formação de organizações femininas.

É fenômeno fortalecido também com o maior uso do termo “feminismo” por organizações de mulheres e nas produções teóricas de mulheres africanas¹⁷³. Nesse sentido, a academia e a internet têm se configurado em espaços-chave para a articulação de tais feminismos. Citando dados da *Association for Women’s Rights in Development*, a autora indica que “39% das organizações sobre gênero existentes em 2006 na África subsaariana foram formadas entre 1990 e 1999, e outros 32% entre 2000 e 2005”¹⁷⁴.

Ou seja, o pensamento desses feminismos, além de base estratégica política e reflexão sobre a condição da mulher, em perspectiva situacional, vem atendendo também à demanda das africanas por organização; “tão diversos quanto os contextos africanos são as formas de se pensar/teorizar a posição da mulher no continente africano”¹⁷⁵.

Conforme busquei demonstrar, os estudos que situam o debate de gênero em África buscam ir além da ideia simplista de que o continente é homogêneo e o gênero seja também um conceito universal.

Ao optar por uma perspectiva plural, voltada para a visibilidade das questões de cada país, sociedades ou grupos, as feministas africanas mostram que a emancipação que buscam não é apenas da dominação masculina, mas também do controle estrangeiro e do neocolonialismo¹⁷⁶. Nesse sentido, muitas vezes uniram-se aos homens na luta contra o imperialismo ocidental, o capitalismo e o racismo, deixando em segundo plano o sexismo, pois enquanto a África permanecia em cativeiro, a emancipação das mulheres em tese não seria “total”¹⁷⁷.

¹⁷² BAMISILE, op. cit., p. 277.

¹⁷³ FERREIRA, op. cit., p. 122.

¹⁷⁴ Ibidem. p. 66.

¹⁷⁵ Ibidem. p. 117.

¹⁷⁶ EBOH, op. cit., p. 7.

¹⁷⁷ Idem.

Assim, descolonizar o feminismo não significa apenas incluir as mulheres africanas nesse projeto maior de um feminismo ocidental, mas buscar pressupostos outros, perceber mecanismos de dominação e entender as relações entre o macro e o micro, no contexto africano. Com vistas a construir uma agenda feminista africana, Mc Fadden assinala¹⁷⁸:

Permitam-me concluir reiterando que os mais importantes desafios que encaramos como feministas africanas estão diretamente ligados ao imperativo de reconceitualizar a cidadania como noção e prática socialmente inclusiva, que precisa se tornar uma noção que atravesse disparidades e diferenças raciais, de classe, de gênero e de lugar, e nessa transgressão emergja como uma nova expressão de inclusão social e nacional. (...). Portanto, é ainda mais significativo que, no contexto africano, tornar-se pós-colonial implique em uma transformação radical da agenda feminista em uma política diária de contestação consistente com nossas demandas pela reestruturação do Estado e das instituições sociais chave, assim como pela criação de um sistema político, cultural e social alternativo, que amplie e estimule nossas energias criativas e espirituais e nossos modos de vida.

O (s) feminismo (s) africano (s), nesse sentido, compreende um projeto intelectual e ativista de interrogação, de desmembramento das estruturas e sistemas de poder – profundamente enraizadas nas concepções nacionalistas de Estado. Em resumo, são epistemologias que questionam conceitos universalistas, problematizando experiências locais e globais, que devem ser analisadas segundo suas especificidades.

Nos últimos anos, é da dialética entre ativismo e academia que surgiram definições, temas e significação epistemológica do (s) pensamento (s) feminista (s) africano (s), no continente e na Diáspora, dando centralidade a experiências de mulheres africanas. Debates e produções teóricas de iniciativas feministas africanas que desafiam as definições do discurso intelectual normatizado e afirmam o direito da existência e reconhecimento dos discursos críticos acerca dessas distintas realidades.

1.3. O debate de gênero na historiografia de e sobre Angola

Em Angola, no campo da história das mulheres, essa perspectiva crítica da escrita, quer sobre mulheres quer feita por mulheres, é recente. A primeira iniciativa no sentido

¹⁷⁸ MCFADDEN, 2020, op. cit., p. 312-313.

de realizar uma discussão historiográfica sobre a participação das mulheres no processo de luta contra o regime colonial foi da pesquisadora Maria do Céu Carmo Reis.

No artigo pioneiro publicado em 1987 na *Revista do Centro de Estudos africanos da USP*, designado “*Representation sociale de la femme dans le discours nationaliste: le cas de la génération des années 50 en Angola*”, a estudiosa demonstra como, dos anos de 1950 ao início dos anos 1960, a partir de histórias e situações sociológicas específicas, foi possível discernir o paradigma da representação social da mulher em Angola¹⁷⁹.

Reis narra que nas práticas culturais dos anos 1950, nesse momento de ebulição e emergência do pensamento protonacionalista angolano, de legitimidade de uma elite africana com vocação intelectual, a mulher não era percebida como sujeito histórico. No pensamento da pesquisadora, a representação da mulher estaria inscrita nos discursos nacionalistas de forma difusa e circunstancial¹⁸⁰. A dimensão feminina não era um critério¹⁸¹. Foi somente a partir do período que vai de meados dos anos 1950 ao início dos anos 1960 que a representação da mulher, na perspectiva da autora, toma forma, assumindo, portanto, contornos mais determinados.

Nesse contexto, dos acontecimentos que marcaram a história de Angola, as revoltas de 1961, do 4 de fevereiro e 15 de março, formam-se os primeiros “corpus” de textos políticos, propaganda, entrevistas, jornais, orientações gerais das primeiras estruturas organizacionais do movimento, elaborados por muitos dos atores do Movimento Literário-Cultural dos anos 1950, como Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Agostinho Neto.

Neste núcleo dirigente do MPLA, formado por homens, as mulheres vão lentamente integrando-se enquanto “militantes”¹⁸², desenvolvendo papéis acessórios, é verdade, mas também como uma força de apoio moral, às vezes material, o que aos poucos, libertando-se dos constrangimentos cotidianos, lhes permitirá gerir melhor os assuntos nacionais. Ainda que, na perspectiva da autora, para muitas dessas mulheres, a consciência política fosse gregária, devido ao papel que desempenhavam na família, e tingida de uma afetividade ao ‘acompanhar’ o noivo ou o marido¹⁸³.

¹⁷⁹ REIS, Maria do Céu Carmo. *Représentation sociale de la Femme dans le Discours Nationaliste: Le cas de la Génération des années 50 em Angola*. In *África, Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, nº 10, 1987. p. 140-161.

¹⁸⁰ *Ibidem*. p. 155.

¹⁸¹ *Idem*.

¹⁸² *Ibidem*. p. 156.

¹⁸³ *Idem*.

Maria do Céu Carmos Reis explica que, dado o declínio das famílias *crioulas*¹⁸⁴ a partir de meados do século XIX, acentuado no início do século XX, por medidas econômicas e políticas destinadas a consolidar o poder colonial, a mulher sofrera cruelmente com todas essas mudanças: perda de poder econômico, estreitamento de seu poder social, restrição à convivência familiar, onde desempenhavam o papel de mãe e guardiã do lar, acesso à educação dificultados, etc.

Portanto, para Reis, em 1961, não é de estranhar a ausência das mulheres em termos de sua participação nas discussões políticas. Quando ocorriam referências às suas presenças, elas eram em relação à sua condição de mãe e esposa, temas ligados à regulação dos problemas cotidianos, ainda que se tratasse de período de grande efervescência política, de constituição de diferentes corpos políticos, formulações de estratégias.

É desse conglomerado que começa a emergir uma certa representação da mulher, no programa maior do MPLA, que define os objetivos gerais da luta anticolonial e que confere às mulheres um papel como categoria específica. No pensamento da pesquisadora, a Organização da Mulher Angola (OMA) surge como resposta à necessidade de preparar as mulheres angolanas para a luta de libertação, definida enquanto a participação nas matas, a preparação da comida para os guerrilheiros, como mensageiras, etc¹⁸⁵. Nas palavras da autora, “para cimentar esta ação, a palavra de ordem dirigida especialmente às mulheres, e rica em carga emocional, faz a sua aparição: “Unidas vamos superar””¹⁸⁶ (traduzido pela autora).

A pesquisadora faz um levantamento dos elementos que contribuíram para a tessitura de uma representação social da mulher angolana enquanto entidade específica organizada, cuja existência só pode ser compreendida em seu contexto e no jogo de outras categorias necessárias ao entendimento da ideologia nacionalista. Reis explica que a divisão sexual do trabalho dará à mulher o papel de ajudar os guerrilheiros na realização de seu objetivo político-militar, principalmente como “cuidadoras dos guerrilheiros” e “provedoras de guerrilha”; “ela tornar-se mulher-gente”¹⁸⁷ (traduzido pela autora).

¹⁸⁴ A desagregação das elites *crioulas* deu-se com a cada vez mais frequente presença de colonos recém-chegados de Portugal e emergência de uma elite assimilada de pele mais clara e do litoral. Fatores raciais e regionais foram usados como armas para deteriorar as relações entre essas elites *crioulas* e dos novos assimilados. BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Universidade Federal Fluminense, UFF, 2002. p. 33. Tese de Doutorado.

¹⁸⁵ REIS, op. cit., p. 158.

¹⁸⁶ Idem. No original, “*pour cimenter cette action, le mot d'ordre adressé spécialement aux femmes et riche de la charge émotionnelle, fait son apparition: “Unies nous Vincrons”*”.

¹⁸⁷ Idem. No original, “*ele deviendra Femme-Peuple*”.

Nos termos da pesquisadora, a luta anticolonial permitirá à mulher tornar-se um sujeito, “mulher-pessoa”, e essa representação lhe dará uma identidade, uma consciência de pertencimento e de uma diferença. E, além disso, a legitimidade, uma força que a liberta como povo e especificamente como mulher¹⁸⁸. Para a autora, “Ser mulher-pessoa é qualificar a mulher de tal forma que sua condição de mulher, ainda que seja subsidiária, não possa parecer sem qualidade”¹⁸⁹ (traduzido pela autora).

Em outras palavras, é a representação que oferece a substância necessária para alimentar a guerrilha, em que velhas formas simbólicas, ainda que disfarçadas, da mulher-nutridora, reaparecem, enriquecidas com a grandeza do zelo pelo “herói”; parindo, fazendo existir o “novo homem” e em certo sentido participando da fundação dessa nova ordem humana em Angola, por meio da luta pela mudança social¹⁹⁰.

A publicação do artigo referido é de 1987. Contudo, é desde os anos de luta anticolonial que Maria do Céu Carmo Reis vem refletindo sobre a participação das mulheres na guerrilha. A estudiosa foi responsável pelo Departamento de Informação e Propaganda do MPLA, e membro do Departamento de Educação e Cultura deste referido movimento, tendo, inclusive, sofrido com a perseguição da PIDE.

A autora critica os condicionalismos e limitações que advêm da condição do ser social feminino na sociedade angolana. Apesar dos limites, busca reconstruir, a partir dos discursos nacionalistas, certas representações da mulher em Angola, historicizando-as. A abordagem da estudiosa leva em conta o espaço urbano específico de Luanda e um tempo preciso, que não é o da totalidade do processo nacionalista¹⁹¹.

Reis enfatiza que, embora a posição das mulheres tenha declinado no período anterior aos anos de 1961, devido às políticas dessa colonização tardia, ainda assim, elas também tomaram iniciativas que remodelaram suas vidas, representações sociais e desafiaram inclusive a ordem até então estabelecida.

Outra iniciativa no sentido de compreender a forma como as mulheres angolanas inserem-se na luta anticolonial, agora no sentido de levantar fontes e bibliografia, vem das historiadoras Maria da Conceição Neto e Christine Messiant e da antropóloga Nicásia Matias, embora tais investigações não tenham sido publicadas¹⁹².

¹⁸⁸ Ibidem. p. 159.

¹⁸⁹ Idem. No original, “*être femme-peuple c’est qualifier la femme de telle sorte que sa situation de femme, étant subsidiaire, ne peut apparaître presque sans qualité*”.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ REIS, Op. Cit. p. 160.

¹⁹² PAREDES, Margarida. *Combater duas vezes – Mulheres na Luta Armada em Angola*. Lisboa: V/H, 2015. p. 61.

No livro *Combater duas vezes – mulheres na luta armada em Angola*, Margarida Paredes informa ter sido uma iniciativa do Gabinete de Estudos e Projetos da OMA que, em 1990, encomendou a pesquisa ao Ministério da Cultura de Angola e nomeou as professoras referidas como responsáveis. Foi desta iniciativa que surgiu a comunicação intitulada *História da OMA e da Participação da Mulher Angolana na Luta de Libertação Nacional: Considerações acerca da Experiência*, apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, em setembro de 1996, na UFRJ, Rio de Janeiro, contudo, infelizmente, a cópia não se encontra disponível na internet¹⁹³.

Publicado no ano de 2008 em Luanda, *O livro da paz da mulher angolana – as heroínas sem nome*, organizado por Dya Kassembe e Paulina Chiziane, é outro empreendimento que constituiu trabalho multidisciplinar de 18 pessoas de diferentes nacionalidades — Angola, Moçambique e Noruega¹⁹⁴ — e reuniu um conjunto de depoimentos sobre os vários aspectos do cotidiano e vida de mulheres das diferentes áreas rurais de Angola.

É um livro de memórias femininas que também parte do registro da insatisfação de mulheres pela limitada participação nos vários processos de negociação da paz em Angola. Nesse processo de recolha de informações, as entrevistadoras ficaram surpresas, pois, ao buscarem falar da paz, *mulheres primeiro falavam das guerras*¹⁹⁵. Na perspectiva das autoras, é o “grito de milhares e milhares de mulheres angolanas que gostariam de ter tido a oportunidade de dizer algo, de ser escutadas, de poder explicar os seus anseios e vontade de construir uma nova nação”¹⁹⁶.

As histórias contidas no livro configuram poderoso arsenal de investigação e descoberta de como mulheres, comuns, nas diferentes áreas geográficas de Angola, reagiram ante os desafios impostos pelas guerras. Essas mulheres, ao recordarem experiências subjetivas, levantam questões sensíveis que muitas vezes incluíam lembranças traumáticas, muitas delas protagonizando a luta como guerrilheiras.

É um conjunto de relatos escritos a partir de testemunhos orais que possibilita um vislumbre das relações sociais no período do colonialismo tardio angolano. Pode-se observar indícios das interações entre pessoas, nas formas de se relacionar, perceber, comunicar, celebrar, conviver.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ KASSEMBE, Dya & CHIZIANE, Paulina. *O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome*. Luanda, Angola: Nzila, 2008.

¹⁹⁵ Ibidem. p. 14.

¹⁹⁶ Ibidem. p. 15.

Tal projeto inscreveu na memória e história de Angola narrativas não tradicionais de participação na guerra, os discursos das *heroínas sem nome*, relatos à margem das descrições dominantes de participação na história da luta anticolonial. O livro permite outras interpretações do cotidiano de guerra e, além disso, questiona representações de mulheres comuns supostamente a reboque dos movimentos de libertação.

Em Luanda, outro esforço embrionário no sentido de tratar o tema vem do historiador do Instituto Superior Politécnico Tocoísta (ISPT), Patrício Batsíkama. No artigo de 2014, intitulado *A mulher na luta de libertação e na construção do Estado-Nação*, publicado no *Dossiê Áfricas* da Revista Cantareira¹⁹⁷, o pesquisador escreve sobre a participação das mulheres nas Forças Armadas, na administração pública e no aparelho do Estado, abordando o caso específico de Luzia Inglês Van-Dunem, primeira general das FAA na reserva e ex-secretária da OMA/MPLA¹⁹⁸.

No texto, Batsíkama assinala que, apesar da multiplicação de vozes femininas nos espaços públicos, nas redes sociais e nas plataformas de discussões, o crescimento ainda é tímido na academia angolana¹⁹⁹. O historiador afirma existir discussões sobre esse assunto, da participação das mulheres na luta de libertação de Angola, ainda que não “orquestrada com pompa que alguns gostariam, talvez”²⁰⁰.

É um artigo que parte de uma perspectiva tradicional, à medida que continua vinculando tal participação a casos excepcionais, como a da figura histórica de Deolinda Rodrigues. O historiador opta por enfatizar a história de Luzia Inglês Van-Dúnem por sua peculiaridade, “rica e típica da mulher guerreira angolana”²⁰¹, não cita nomes de mulheres de outros movimentos que tenham pegado em armas (concretas e simbólicas) para alcançar a libertação de Angola, ou que não tenham o *status* e graduação de Luzia Inglês enquanto agente civil e militar.

Ao realçar aspectos importantes que conferem a Van-Dúnem certa distinção, Batsíkama afirma que suas origens “teriam servido de algum motivo para a sua elegibilidade, embora posto em evidência sua trajetória” e que sua aceitação na luta não “pode ser vista como um *favor machista*, mas por mérito”²⁰². Completa o autor:

¹⁹⁷ BATSÍKAMA, Patrício. A mulher na luta de libertação e na construção do Estado-Nação em Angola: o caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. In *Revista Cantareira* – Edição 25/Jul-Dez. 2016.

¹⁹⁸ Luzia Inglês é filha de Guilherme Pereira inglês, quem instruiu atos políticos subversivos entre 1957 e 1960.

¹⁹⁹ *Ibidem*. p. 76.

²⁰⁰ *Ibidem*. p. 75.

²⁰¹ *Ibidem*. p. 73.

²⁰² *Ibidem*. p. 80.

Filha de um pastor intelectual, a jovem Luzia Inglês tinha noção da importância de *Know-how*, tecnicidade profissional ou acadêmica e “ideologias anticolonialistas” para alcançar a independência. (...) é a mesma postura que tomou na liderança da *Organização da Mulher Angolana*, embora os contextos tenham mudado. Durante toda a luta de libertação, ela desempenhou as funções militares. (...) O presidente do MPLA conhecia o pai dela e a história social do “capitão” Inglês na instalação da Igreja Metodista em Angola, e isso parece-nos – na nossa humilde opinião – uma razão sensata²⁰³.

Segundo o autor, durante muito tempo, Luzia Inglês teve a “responsabilidade de trabalhar nas políticas de inserção das representatividades femininas e de reestruturação da família angolana”²⁰⁴, pois “entre vários problemas identificados, notava-se a pobreza simbólica da mulher”, fosse acadêmica, política, financeira ou econômica²⁰⁵. Os frutos dessa participação, portanto, resultaram na criação do “Novo Código da Família, Ministério da Família e Promoção da Mulher, na Constituição de Angola de 2010”²⁰⁶.

Para Batsíkama, a necessidade de revalorizar a mulher angolana justificava-se ainda com base nos dados do relatório do PNUD de 1997, no alto índice do analfabetismo entre as mulheres, cerca de 75%, ao passo que entre os homens era de 24%, o que as tornava supostamente, por não serem alfabetizadas, “mais vulneráveis”²⁰⁷. Nas palavras do historiador:

A cultura representa simbolicamente o valor sócio-histórico de um povo, de maneira que utilizar essa teoria na instituição do Estado-nação é importante para eliminar a pobreza simbólica que existe entre diferentes ‘grupos’ representativos que ocupam o território. Nesse aspecto, o empoderamento da mulher é uma opção desde que merecidamente resultado do próprio mérito²⁰⁸.

O referido autor deixa entender, por exemplo, que ter escolaridade e ocupar altos cargos é uma questão de “opção” e mérito individual da mulher, o que sabemos ser questionável já que o acesso à educação e aos espaços de poder em Angola é uma questão de controle social e política estrutural. Nesse caso, conectada ao patriarcalismo, mulheres são excluídas do direito à educação e a espaços de poder. Além disso, uma mulher

²⁰³ Ibidem. p. 82.

²⁰⁴ Ibidem. p. 84.

²⁰⁵ Ibidem. p. 85.

²⁰⁶ Ibidem. p. 72.

²⁰⁷ Ibidem. p. 83.

²⁰⁸ Ibidem. p. 86.

“empoderada” não necessariamente ocupa posições de poder na sociedade, nem tem total liberdade no exercício de sua função. Em uma sociedade desigual, o poder é mais uma questão de privilégio e acesso a recursos, do que de qualidades individuais.

É evidente que nesse artigo, embora não seja especialista no assunto, o autor escreve com vistas a valorizar a presença da Mulher na Luta de Libertação de Angola a partir de um caso exemplar, dando visibilidade ao tema. No entanto, ao longo do texto, continua preso à ideia da mulher como “educadora primária da criança”, “epicentro da coesão familiar”, “mãe que ressalva valores”, “centro da estabilidade entre várias famílias e clãs”²⁰⁹. O historiador não aborda as diferentes e múltiplas formas de participações da mulher para além do papel tradicional associado ao gênero, enquanto dimensão rígida, estática e congelada.

Em termos historiográficos, percebe-se, portanto, movimento endógeno de investigadores e investigadoras, angolanas e angolanos, no exame de temas, levantamento e produção de fontes e bibliografias ligadas à história das mulheres; ao mesmo tempo em que ocorre uma ampliação desse campo de estudos, buscam responder suas próprias questões e ir ao encontro das necessidades tanto intelectuais como materiais de sua sociedade.

No Brasil, na área de História, o primeiro trabalho sobre tal temática intitula-se *Um outro lado da guerra colonial – História de mulheres que participaram da luta pela Libertação de Angola (1961-1975)*, de Daiana Castilho Dias²¹⁰. Foi dissertação de mestrado defendida na Universidade de Brasília em abril de 2002, quando Luanda ainda vivia o calor da guerra civil. Dias realizou pesquisas nos arquivos de Lisboa, pois, à época, devido à situação de guerra civil em que Angola se encontrava, “os depoimentos direto com as mulheres tornavam-se claramente pouco prováveis”²¹¹.

Na tentativa de buscar relatos outros que não fossem de ex-guerrilheiros ou líderes de movimento, ligados a uma literatura dita “panfletária”, que promovia ações do movimento de Libertação, Daiana Dias investigou a história de mulheres angolanas nos arquivos da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE/DGS), alocados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

²⁰⁹ BATSÍKAMA. Op. Cit. p. 75.

²¹⁰ Por motivo que desconheço, o trabalho da autora não foi publicado na internet e não está disponível no repositório institucional da Universidade de Brasília. Tive acesso ao material pelo banco de teses e dissertações *impressas* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

²¹¹ DIAS, Daiana Castilho. *Um outro lado da Guerra colonial. História das Mulheres que participaram da luta pela libertação de Angola (1961-1975)*. Brasília: UnB, 2002. p. 5. Dissertação de Mestrado.

Com base na perspectiva de gênero, a pesquisadora examinou mais de 200 processos, individuais e coletivos, com o propósito de “observar, descrever e analisar as imagens de mulheres combatentes, formadas por seus companheiros de luta, pelas organizações em que participavam e pela política repressiva do Estado”²¹².

Dias discutiu a formação de imagens dessas mulheres, em geral, retratadas como “putas comunistas”, “companheiras de luta” e/ou “mães protetoras e cuidadosas”; ou personificadas na figura da “mulher combatente”. Na definição de Margarida Paredes, uma ex-combatente é aquela mulher que participou numa guerra com arma na mão e sobreviveu ao conflito²¹³. Completa Daiane Dias²¹⁴:

(...) três imagens diferentes foram atribuídas a essas mulheres: os colonialistas as tratavam como as “*prostitutas, analfabetas e terroristas*”, enquanto os Movimentos de libertação tentavam transformá-las em “*Deusas protetoras, guardiãs do futuro da Nação que estava por surgir*”. Os companheiros de luta viviam em constante conflito, pois deveriam “admitir” a presença de mulheres nas milícias sem enxergá-las sexualmente e mais ainda procurando transformá-las em “verdadeiros homens” sem, contudo, esquecer que eram o “sexo frágil” e que de maneira alguma significavam algum tipo de concorrência à sua dominação.

Segundo a autora, essas imagens vão impregnar e influenciar de tal maneira a sociedade que foi possível perceber, por meio da documentação, que as próprias mulheres estabeleciam comportamentos diferenciados durante a guerra de libertação, adotando comportamentos semelhantes àqueles ditos masculinos ou masculizantes, como, por exemplo, no uso de suas indumentárias de guerra.

Do ponto de vista da desconstrução de estereótipos e discussão sobre a demarcação de espaços por homens e mulheres no território de guerrilha, é uma pesquisa valiosa. A relação estabelecida entre a repressão do regime colonialista entre os homens e mulheres nacionalistas é perpassada por estruturas de poder e, para tanto, devem ser estudadas.

No entanto, presa à ideia de dar visibilidade e desconstruir a pluralidade de imagens negativas da mulher guerrilheira, explora pouco o papel de mulheres que desafiaram esse lugar comum. Elas também foram espiãs, informantes, instaladoras de bombas e, presentes ou não na diligência de organizações, desafiaram estereótipos.

²¹² Ibidem. p. 7.

²¹³ PAREDES, op. cit., p. 34.

²¹⁴ DIAS, op. cit., p. 121.

Apesar disso, sua abordagem é bastante diferente da realizada por Batsíkama, apresentando relatos de mulheres falando por si e atuando como sujeitos de sua própria história, ainda que homens e mulheres estivessem unidos na busca de um objetivo comum e tais diferenças, *a priori*, não pudessem aparecer.

Sobre isso, no texto *Biografia, memórias coloniais e legados pós-coloniais*, Paredes aponta que as africanas sofriam dupla marginalidade, como mulheres e colonizadas. Aqui, as categorias classe e raça também devem ser consideradas. Para a autora, ambas as condições de marginalidade as levaram a explorar novas formas de luta e solidariedade, “porque os movimentos de libertação subordinavam a emancipação das mulheres à prioridade da libertação nacional e, elas próprias, as mulheres que lutaram nas guerras anticoloniais, não se identificavam como feministas”²¹⁵.

Nesse sentido, à primeira vista, parece que não houve um diálogo entre a participação dessas mulheres nos movimentos de libertação e na luta feminista, embora as ideias de resistência e enfrentamento estivessem presentes enquanto prática.

No capítulo 3 da dissertação de Daiana, a pesquisadora destaca as histórias de vida de duas guerrilheiras renomadas, Deolinda Rodrigues e Irene Cohen, e evidencia, ainda, o caso da médica Ana Wilson e da primeira presidente da OMA, Mariana Ana Paz. No capítulo 4, intitulado *Nosso país é onde o coração está!*, Dias analisa a história de mulheres como Alda Espírito Santo, Noemia de Sousa e outras, algumas delas estrangeiras, que lutaram pelos mesmos ideais de liberdade e justiça na luta de libertação dos países sob domínio do colonialismo português. São mulheres que foram “ativistas” em vários movimentos e “marcaram não só a História de Libertação frente ao colonialismo português em seus países, mas, principalmente, influenciaram e conscientizaram muitas outras mulheres e homens que sonhavam com uma condição mais humana para o africano”²¹⁶.

Apesar de ela não ter anexado as transcrições das entrevistas que cita ao longo do texto, soma-se a isso um levantamento de nomes de ativistas nas lutas de libertação, que atuaram no contexto africano e na clandestinidade, com número de processo e pastas contidos no setor de processos da PIDE, levantamento que pode ser útil às pesquisadoras e pesquisadores.

²¹⁵ PAREDES, Margarida. Biografias, memórias coloniais e legados pós-coloniais. In *Revista Ideação*, nº 35, Jan./Jun. 2017. p. 405.

²¹⁶ DIAS, op. cit., p. 105.

As lutas de libertação dos países africanos serviram como base de formação para atuação de mulheres em diferentes espaços. As constantes batalhas contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo acabaram por demonstrar que as mulheres também têm um campo de atuação, ainda que sozinhas não consigam reagir contra a teia de elementos que as encarceram num lugar de submissão, inclusive historiográfica. Segundo Dias, “estas mulheres penetraram um espaço definido pelos homens para os homens e marcaram presença na guerrilha, onde atuaram nas mais diversas atividades”²¹⁷, embora raramente tenham seu papel reconhecido, como sujeitos da guerra.

Nesse sentido, o livro da antropóloga Margarida Paredes, *Combater duas vezes – mulheres na luta armada em Angola*, fruto de entrevista que a autora fez com mulheres que combateram em diferentes formações políticas e militares de Angola, como prisioneiras de guerra e dissidentes, configura extenso arquivo, “superior a uma centena de entrevistas, que visam contribuir para a construção de memórias no feminino em Angola, para o seu estudo e interpretação”²¹⁸. Explica Paredes que:

No sentido de resgatar o papel histórico e a memória da participação destas mulheres nas lutas de libertação, nos conflitos pós-coloniais e na construção dos novos estados-nação, mesmo daqueles que estão a ser construídos sob o signo de exclusões múltiplas, como é o caso de Angola, criei um arquivo de memórias de guerra no feminino porque estes testemunhos não só permitem salvar o dito para as gerações futuras, como permitem descentrar do ocidente as grandes narrativas e assim revelar as operações do imperialismo conceitual, intelectual (...) mais notadamente nas formas de colonialismo e racismo²¹⁹.

A investigação de Paredes é mais ampla do que a realizada por Daiana Dias, abordando, enquanto vivência, testemunho e resistência, a participação das mulheres angolanas no período de guerras, de 1961-2002, por meio de narrativas biográficas ancoradas na História Oral. A antropóloga portuguesa, e também antiga combatente das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA/MPLA) desde 1973, defendeu sua tese de doutorado em 2014, no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), e a publicou em formato de livro um ano depois. Margarida Paredes escreve na múltipla condição de ex-guerrilheira, escritora e antropóloga, cruzando sua história de vida com as teorias pós-colonial e feminista²²⁰.

²¹⁷ Ibidem. p. 121.

²¹⁸ PAREDES, 2015, op. cit., p. 45-46.

²¹⁹ PAREDES, 2017. op. cit., p. 407.

²²⁰ Ibidem. p. 397.

Segundo a investigadora, o livro surgiu de demanda das próprias combatentes angolanas que reclamavam da falta de visibilidade e acesso ao espaço público como sujeitos históricos²²¹, “muitas delas queixam-se de silenciamento e do fato dos homens se estarem a apropriar da História e do protagonismo neste processo”²²². Paredes afirma que o “desejo de protagonismo evidenciado pelas entrevistadas insere-se também na consciência subjetiva que as veteranas têm de que o reconhecimento das suas lutas contribuirá para maior representatividade política”²²³.

Para tanto, segundo a autora, a história das ex-combatentes, “suas companheiras de armas”, não pode ser estudada como uma categoria monolítica ou grupo homogêneo, porque, “como lembra Jacklyn Cock, estas mulheres têm idades, níveis educacionais, contextos culturais e vivências pessoais e políticas muito diversas”, daí a importância das intersecções de categorias que permeiam o racial, social, religioso etc., os quais operam no período de guerra atravessados pelo gênero²²⁴.

Paredes comenta que a história com nome, corpo, voz, emoção e esperança confronta-se com a teoria crítica dos estudos subalternos para quem o sujeito feminino foi silenciado, apagado e/ou marginalizado da História e discursos hegemônicos. Nessa perspectiva, na esteira de Gayatri Spivak²²⁵, ela argumenta que as mulheres africanas não têm estado em silêncio, mas que não têm sido ouvidas nem compreendidas, porque “outros/as” têm falado por elas ou em seus nomes. “Este perigo de constituir o “outro” apenas como objeto de conhecimento pode levar os intelectuais a intermediar a fala dos “subalternos” e a ter a ilusão de que podem falar por eles”²²⁶.

Nessa linha de pensamento, conforme dito anteriormente, na discussão de gênero proposta pela minha tese, interessa o lugar de enunciação das mulheres angolanas, anônimas, comuns, sua agência e seu protagonismo como formas de ação institucionalizada ou não, embora “seja impossível que o ‘subalterno’ seja ouvido sem interpretar os mecanismos de dominação de poder encobertos pela ideologia dominante, as relações desiguais”²²⁷.

²²¹ Ibidem. p. 46.

²²² Ibidem. p. 403.

²²³ Ibidem. p. 47.

²²⁴ Ibidem. p. 34.

²²⁵ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

²²⁶ PAREDES, 2015, op. cit., p. 50-51.

²²⁷ Ibidem. p. 51.

A pesquisa de Margarida Paredes permite compreender as lutas de libertação e guerra civil devido ao sentido presente nas narrativas das antigas guerrilheiras do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), assim como das mulheres-soldado das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) ou das ex-combatentes da Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA) e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Tais relatos nos convidam a revisitar os aspectos contextuais desses dois períodos, da independência (1960-1975) e da guerra civil (1975-2002), tratados como conjunto “único” por Margarida Paredes, ao buscar tecer comparações, cruzar testemunhos e contrastar histórias, mas não só. O que, do ponto de vista histórico, dado o caráter diferenciado desses momentos e suas peculiaridades, apesar de certas continuidades, em experiências, requer atenção.

A primeira guerra ocorreu quando Angola ainda estava sob jugo do colonialismo português e vivia à sombra do lusotropicalismo, ao mesmo tempo em que os grandes centros urbanos, como Luanda, passavam por um período de crescimento econômico e industrial, etc. A segunda ocorreu quando as elites angolanas abertamente — o que não significa que isso não ocorria antes — disputavam o poder, confrontando-se entre si. Momento em que houve maior número de mortos, maior introdução de arsenal armamentista e envolvimento direto de potências estrangeiras na disputa. Ocasão também em que as angolanas já estavam organizadas e inseridas nos destacamentos militares dos movimentos de libertação, estruturados efetivamente a partir de 1974. Como tal, dois períodos históricos que devem ser cuidadosamente historicizados.

Tanto o trabalho de Daiane Dias quanto o de Margarida Paredes utilizam a abordagem de gênero para contestar a desigualdade de poder entre homens e mulheres em Angola. Trata-se da consolidação de intelectuais mulheres, com trabalhos em nível de pós-graduação, em movimento que parte de fora para dentro, em relação ao campo de estudos de história das mulheres de Angola. São trabalhos precursores no tema, que fundam linhas de pesquisa na área do gênero, no Brasil e em Portugal, e ampliam as abordagens do assunto nos países de língua portuguesa. Aos poucos renovam esse campo de estudos com outras abordagens, não necessariamente totalmente novas, mas com perspectivas renovadas para análise das questões já colocadas e das novas interpretações a que foram submetidas.

O artigo designado *Intimating Nationalism: Gender in the MPLA'S maquis* da historiadora norte americana Marissa J. Moorman soma esforços em busca da

compreensão sobre as vivências de mulheres na guerra²²⁸. Publicado em 2016, é um texto que usa a experiência de pesquisa de trabalho anterior, sobre a música nos *musseques* de Luanda, para abordar questões de gênero²²⁹. Baseando-se nas memórias de jovens oficiais, em suas descrições da vida cotidiana nos acampamentos de luta, no tédio profundo de marchar, acampar e esperar, Moorman revela as nuances da convivência entre homens e mulheres, as quais também foram definidas pelo gênero.

Para a estudiosa, o tropo da família como elemento-chave que liga a nação continua sendo uma narrativa poderosa de determinação de papéis²³⁰. Moorman dialoga com publicação de Margarida Paredes sobre Deolinda Rodrigues e a influência da família metodista no seio da *família MPLA*, resultado de uma moral e uma ética herdadas do puritanismo protestante²³¹. Isso leva ambas as pesquisadoras a pensarem que os “dirigentes tenham sido levados a reproduzir modelos e padrões dessa cultura religiosa, em seu *modus operandi*, no movimento de libertação”²³². Paredes arrisca afirmar que o autoritarismo do MPLA do exterior, erudito e masculino, como a antropóloga descreve, pode ter relação com o paternalismo característico das missões metodistas²³³.

De acordo com Moorman, embora a família seja princípio norteador hegemônico para a compreensão do gênero e nação, também pode ser compreendida como um espaço dinâmico onde tensões se manifestam, como alegoria, não como metonímia, para a nação. Ou seja, interpretada não como um modelo estagnado, mas sim como um lugar onde o poder opera não apenas como símbolo²³⁴.

Para a pesquisadora, nas famílias MPLA e na família nacional em formação, as mulheres foram figuras “ambivalentes”, cujos papéis e imagens o movimento buscava definir. E, ainda que padrões retóricos como “pai da nação”, “pátria”, “filhos da terra”, estivessem presentes nas narrativas de nacionalistas angolanos, as mulheres não ficaram

²²⁸ MOORMAN, Marissa J. Intimating Nationalism: Gender in the MPLA’s maquis. In PANTOJA, Selma; BERGAMO, Edvaldo A. SILVA, Ana Claudia da. (Org’s). *Angola e as angolanas: memória, sociedade e cultura*. São Paulo: Intermeios, Brasília: PPGDSCI; FAPDF, 2016.

²²⁹ Marissa J. Moorman tem centrado suas pesquisas em repensar a nação e o nacionalismo do ponto de vista daqueles que não aderiram à luta armada. Distantes da luta de guerrilha, homens e mulheres angolanos criaram o capital social e cultural de enfrentamento, travando a luta em várias frentes. MOORMAN, Marissa J. Dueling bands and good girls: Gender, music, and nation in Luanda’s musseques, 1961-1974. In *International Journal of African Historical Studies*, 37,2 (2004). p. 255-288.

²³⁰ MOORMAN, op. cit., p. 189.

²³¹ PAREDES, Margarida. Deolinda Rodrigues, da família metodista à família MPLA, o papel da cultura na política, In *Cadernos de estudos africanos*, 20 (2010). p. 11-26. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8306>. Acesso em 08/02/2021.. p. 13; MOORMAN, Op. Cit. p. 192.

²³² PAREDES, op. cit., 2010. p. 14.

²³³ Ibidem. p. 21.

²³⁴ MOORMAN, op. cit., p. 190.

limitadas a seguir o exemplo dos homens, ao contrário, foram também força motora. Não estavam menos comprometidas com a luta pela nação do que os homens, embora estivessem situadas de maneiras diferenciadas em relação e dentro da luta anticolonial.

Segundo a pesquisadora, elas se engajaram em trabalhos que desafiaram as noções existentes de feminilidade. No exílio, por exemplo, Moorman menciona o caso daquelas mulheres que aprenderam novas habilidades em países do bloco soviético e dirigiram caminhões, transportaram armas escondidas, atuaram como espãs, alimentaram e trabalharam em logísticas e participaram na luta armada nas regiões militares do MPLA²³⁵. O que não só perturbou as noções de feminilidade prevalentes na sociedade angolana colonial tardia e dominantes nas lideranças do MPLA, como também despenderam energia retórica para conter os elementos subversivos desta obra²³⁶.

A estudiosa afirma que a propaganda que descreveu o envolvimento das mulheres procurava atrair e mobilizar aquelas que ainda não estavam envolvidas na luta anticolonial — como mãe, protetoras da comunidade, esposas e filhas. No entanto, tal retórica foi alternada entre o status ambivalente das mulheres, os contornos mutáveis de feminilidade e os discursos de quem produzia suas representações. A historiadora assume que o MPLA, via OMA, em seus pronunciamentos oficiais, apoiou a participação das mulheres na luta de libertação, ainda que, tanto dentro quanto fora do movimento, estivessem sob a tutela dos homens.

Moorman explica que existiam forças sociais e culturais que restringiam inclusive a vida íntima das mulheres. Dentro dos maquis e/ou do movimento em geral, por vezes, o MPLA assumia funções de estado, facilitando, por exemplo, as uniões entre guerrilheiros e guerrilheiras. Essas uniões proporcionavam uma forma de construção nacional baseada em um modelo revolucionário, mas que continuava sendo liderado por homens. As regras e restrições da vida íntima das angolanas e angolanos que participavam da luta de libertação buscava moldar a sexualidade e criar uma nova masculinidade que, pelo bem dessa nação emergente, era sexualmente disciplinada, monogâmica, educada politicamente e obediente aos mandos do movimento²³⁷.

O trabalho de Moorman acentua a falta de reconhecimento oficial das contribuições femininas e foca nas experiências, do ponto de vista de uma história social,

²³⁵ Ibidem. p.193.

²³⁶ Ibidem. p.194.

²³⁷ Ibidem. p. 195.

a exemplo do casamento, quando o MPLA torna-se a própria autoridade que sanciona o estabelecimento da família.

O último trabalho que gostaria de citar acerca da discussão de gênero e luta de libertação nacional em Angola é o da antropóloga queniana e doutora em estudos de gênero e sexualidade na Universidade da Califórnia, Berkeley, Selina Makana²³⁸.

Com pesquisa recente, tendo defendido sua tese de doutorado em 2017, Selina Makana explorou a relação complexa das mulheres com as guerras e a militarização. A pesquisadora narra as múltiplas formas como mulheres angolanas foram implicadas por essa interação nos conflitos armados de independência (1961-1975) e de guerra civil (1975-2002) angolana.

A antropóloga compartilha do consenso entre as pesquisadoras acima mencionadas sobre a invisibilização narrativa de mulheres na história nacional de Angola, apesar da tentativa, já sinalizada por Moorman, de visibilização propagandística e panfletária dos movimentos. Na concepção de Makana, outro elemento deve ser considerado: “implantação do tropo da maternidade”, no incentivo à participação de mulheres na luta. Ainda assim, o espaço altamente masculinista da luta armada contribuiu para a invisibilidade das combatentes²³⁹.

Na tese, Selina Makana escreve com vistas a restaurar a narrativa de mulheres para a história do nacionalismo angolano, demonstrando que elas também foram co-criadoras dessa história. O descontentamento anunciado pela própria pesquisadora é com as representações estereotipadas de mulheres africanas nas narrativas de guerra²⁴⁰.

A investigadora desenvolveu um trabalho de campo etnográfico que incluiu a realização de entrevistas orais (formais e informais) com vinte e cinco mulheres. Além de pesquisa nos arquivos de Lisboa e relatórios das Nações Unidas, do governo angolano, do MPLA e de ONGs (Human Rights Watch e Anistia Internacional). É um estudo que atravessa diferentes espaços geográficos no processo de pesquisa e escrita.

Segundo Makana, o gênero foi um princípio organizador da militarização na sociedade angolana. Ambas as guerras (de libertação e civil), foram organizadas, financiadas, comercializadas, consumidas e mantidas por esse princípio. E, apesar das restrições patriarcais dentro dos movimentos nacionalistas, a luta armada teria oferecido

²³⁸ MAKANA, Shieunda Selina. What the Body Remembers: Traumatic Narratives of War and the Wounded Female Body as Witness. In *The War Needed Women: Gender and Militarization in Angola, 1961-2002*. University of California: Berkeley, 2017. Degree of Doctor of Philosophy.

²³⁹ Ibidem. p. 14.

²⁴⁰ Ibidem. p. 18.

às mulheres uma oportunidade de representar sua agência como sujeitos políticos. Algumas mulheres viram o serviço militar como uma possibilidade de mobilidade socioeconômica ascendente²⁴¹.

Essa relação complexa, entre mulheres e a guerra, também de sua invisibilidade, teria levado estudiosos e ativistas a defender a ideia de que mais mulheres entrassem no mundo do combate como uma oportunidade de direitos iguais, em certo sentido, libertadora. Segundo Makana, fazer parte das forças armadas, principalmente após 1974, ano de criação do destacamento feminino armado do MPLA, proporcionava a elas uma oportunidade de expandir as normas de gênero que inicialmente as restringiam a papéis não combativos²⁴².

Para a pesquisadora, a entrada das mulheres nesses espaços talvez possa ser vista como uma estratégia para desafiar as noções hiper-masculinistas existentes à época²⁴³. Os corpos das mulheres soldados exigiram inclusão, transgredindo e subvertendo as fronteiras que as definiram, apesar de não ter eliminado ou mesmo corrompido o poder patriarcal dos movimentos nacionalistas.

A estudiosa argumenta que, embora as motivações de ingresso nas forças armadas tenham sido diferenciadas, as angolanas juntaram-se a diferentes instituições militares também porque tinham um forte senso de patriotismo e lealdade para com o país²⁴⁴. Outras usaram as guerras para redefinir os modelos de feminilidade africana e as ideologias de gênero que as viam e continuam a fazê-las apolíticas²⁴⁵.

Makana interpreta os testemunhos das mulheres angolanas como contra-narrativas que demonstram a agência e a resiliência das mulheres bem como o que elas percebem sobre os papéis que desempenharam no corpo político da nação. A luta armada teria oferecido às mulheres espaços para encenar sua agência como sujeitos políticos, protagonistas da própria história²⁴⁶.

Na tese, a pesquisadora queniana versa sobre a complexa relação entre maternidade e revoluções armadas, já que ambas envolvem o nascimento e o cultivo de uma nova nação. Em Angola, nos três movimentos — no MPLA, FNLA e na UNITA²⁴⁷

²⁴¹ Ibidem. p. 16.

²⁴² Ibidem. p. 85.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Ibidem. p. 98.

²⁴⁵ Ibidem. p. 139.

²⁴⁶ Ibidem. p. 41.

²⁴⁷ MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola; FNLA - Frente Nacional pela Libertação de Angola e UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola.

— o tropo da maternidade foi ferramenta mobilizadora de inclusão de mulheres na guerra. Entretanto, saber se esse “tropo da maternidade” ofereceu as mulheres uma identidade política emancipatória é um debate contínuo²⁴⁸.

Makana destaca que não basta realçar as contribuições das mulheres para as histórias nacionais desconsiderando seus traumas, formas de violência inscritas nos corpos das mulheres em tempos de guerra, processos de luto e reengajamento com a vida, porque essa historicização do passado reproduz uma memória coletiva baseada em apagamentos e silêncios. De acordo com a estudiosa, toda mulher angolana tem cicatrizes visíveis e invisíveis da guerra (estupros e outras formas de violência)²⁴⁹.

Essas pesquisas enfatizam a pertinência de se lembrar a presença da mulher na história e questionam os lugares tradicionalmente relegados a elas. Para tanto, considere conveniente esboçar, em traços gerais, um breve histórico dos estudos de gênero que associam mulheres angolanas e a guerra, fazer uma tessitura com esses estudos. Trabalhos sobre o papel das mulheres nas guerras, embora já iniciados, no tocante ao número de publicações, principalmente em língua portuguesa, estão muito aquém do desejado, ainda por elaborar. No exterior, existe maior divulgação do papel das mulheres da Organização das Mulheres Angolanas (OMA)²⁵⁰, constituída em 1961.

Nessa discussão historiográfica, como forma de agregar os estudos sobre a participação das mulheres angolanas na guerra de libertação, mencionados anteriormente, mapeei as histórias de sujeitas anônimas, não militarizadas, das diferentes áreas rurais de Angola, mulheres comuns, que participaram na cobertura da retaguarda, em uma perspectiva de histórias no plural. Faltam elementos sobre a participação das mulheres de áreas rurais, muito ou pouco afetadas pela guerra, para um melhor conhecimento do trabalho da mulher aí desenvolvido durante a luta anticolonial. Tal tema exigiu pesquisa criteriosa.

Também escrito em português, o artigo de Aurora da Fonseca Ferreira, “A contribuição da mulher na formação do saber e do conhecimento”, publicado em 2018, na 2ª edição da obra *A mulher em África, vozes de uma margem sempre presente*, organizada pelas pesquisadoras Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha, esboça um

²⁴⁸ Ibidem. p. 57.

²⁴⁹ Ibidem. p. 23.

²⁵⁰ FERREIRA, Aurora da Fonseca. A contribuição da mulher na formação do saber e do conhecimento. In *A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente*. MATA, Inocência & PADILHA, Laura Cavalcante. Lisboa: Edições Colibri, 2018. p. 54.

breve histórico sobre o papel da mulher angolana na libertação e independência do país e no pós-independência²⁵¹.

Ferreira corrobora a ideia inicialmente enunciada de que a conquista dos direitos de mulheres em Angola ganhou expressão, principalmente, com a luta de libertação. Expõe que, durante esse período, o lugar ocupado por elas na sociedade angolana, de modo geral, seria fruto de suas próprias conquistas.

A autora comenta a importância da Organização da Mulher Angolana (OMA) para a mobilização e alargamento das suas bases no pós-libertação. A OMA busca “estabelecer o papel da mulher angolana, politicamente enquadrada ou não, no desenvolvimento da luta de libertação nacional”, ainda que a situação das mulheres no âmbito dos objetivos da luta protagonizada pela União pela Libertação Total de Angola (UNITA) ou mesmo pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) não seja discutida, muito possivelmente pela não preservação dos arquivos dessas instituições, tendo em vista principalmente o contexto de guerra civil no pós-independência²⁵².

Segundo a pesquisadora, o longo pós-independência pode ser interpretado como um período de ruptura no quadro do processo geral de luta pela emancipação, “embora retomando a “tradição” ao propor a análise tradicional do lugar da mulher no sistema de produção e da relação entre família e trabalho”, situações colocadas como formas de opressão e exploração²⁵³.

Embora sem dados estatísticos, Ferreira narra que parece ter sido no pós-independência que as conquistas das mulheres ganharam um maior impulso, com o aumento do nível de instrução escolar, possibilidades de matrícula e educação pública e gratuita, impulsionadoras do nível escolar da população feminina²⁵⁴.

Em jeito de conclusão, podemos perceber que foi a preocupação de incentivar a um melhor conhecimento do comportamento da mulher, papel, função e, por conseguinte, compreender a sua luta nas sociedades africanas de Angola, que nos levou a mostrar quanto são necessários os estudos sobre as mulheres e as sociedades ou comunidades onde se inserem. Deste modo, pensamos poder ser possível saber em que medida a condição da mulher angolana (africana) teve causas e percursos idênticos a outros, em diversas partes do continente e do mundo²⁵⁵.

²⁵¹ Idem.

²⁵² Ibidem. p. 54-57.

²⁵³ Ibidem. p. 57.

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ Ibidem. p. 65.

Conforme Ermelinda Liberato afirma, em artigo que traça reflexões em torno da condição da mulher angolana nos 40 anos de independência, o que se sabe sobre as condições de vida da mulher angolana e em particular sua posição na sociedade (e guerras) é de longe muito mais complexo do que os documentos nos informam. A maior parte das mulheres angolanas continua em uma condição de desigualdade perante o homem, vivendo em condições precárias e reproduzindo essa situação para as novas gerações. De acordo com a pesquisadora, Angola é um dos países em África que mais apresenta desigualdade de gênero²⁵⁶. Assim, a “condição da mulher angolana continua longe daquilo que foi traçado e defendido quando da proclamação da independência e que constituiu um dos pilares de edificação e construção do país”²⁵⁷.

Henda Ducados, no artigo *Angolan Women’s Survival in Times of War in an All-Men’s Show*, argumentou que no pós-independência ocorreu uma maior invisibilização das mulheres na política formal e o reforço de estereótipos de gênero, ainda que as mulheres tenham participado da Luta de Libertação²⁵⁸. Ela explica que os interesses das mulheres ex-combatentes raramente foram priorizados em situações de pós-guerra, enquanto ex-combatentes do sexo masculino, com membros de suas famílias, foram foco de reintegração, reforçando o modelo do homem como mantenedor do lar.

A violência de gênero e o abuso sofrido por mulheres durante as guerras também foram negligenciados²⁵⁹. Para a autora, os interesses das mulheres ex-combatentes estão em segundo plano quando comparado aos de seus colegas homens nos períodos do pós-guerra. Sem direitos, as mulheres são subordinadas aos interesses do partido marxista, que relegam para segundo plano o debate de gênero. Margarida Paredes resume a ideia da seguinte forma:

Ducados considera que o machismo enraizado nos valores tradicionais africanos e nas práticas masculinistas latinas, herdadas dos portugueses, tornaram muito difícil às mulheres desafiarem o funcionamento da

²⁵⁶ De acordo com dados do *World Economic Forum de 2015*, entre os 31 países africanos que fazem parte da lista, Angola ocupa a posição 26, estando à frente apenas do Benin, de Guiné, da Costa do Marfim, do Mali e do Chade. LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de Independência. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. In *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24 (3): 398, setembro/dezembro/2016. p. 998. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2016000300997&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15/02/2021.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ DUCADOS, Henda. *Angolan Women’s Survival in Times of War in an All-Men’s Show*. Disponível em: <http://www.angonet.org/docs/pmu/Angolan%20Women's%20Survival%20-%20Henda%20Ducados.pdf>. Acesso em 16/02/2021.

²⁵⁹ Ibidem. p. 3.

sociedade angolana. (...) Na análise da OMA, argumenta que esta organização sofre das limitações comuns às organizações de mulheres em contextos dominados pelo partido único Marxista, em que os direitos das mulheres são subordinados aos interesses do partido, o que restringe a luta por uma agenda de emancipação feminina e empoderamento das mulheres²⁶⁰.

Tudo isso que significa que gênero não foi problemática central para os movimentos de libertação. Nesse longo processo de descolonização, Mbembe já sublinhara que muitos líderes da resistência hesitaram entre opções de princípio e alianças dúbias e, seguindo uma linha de ziguezague, situaram-se numa zona ambígua de incógnita dependência²⁶¹. Tal inadequação originou outras estruturas, incluindo o movimento de mulheres e o (s) feminismo (s) que nos anos 1970, conforme traçado inicialmente, buscaram compreender classe, gênero, raça, nacionalidade, tradição entre outras construções sociais na gênese da opressão e libertação das mulheres.

Portanto são poucos os trabalhos abordando tal temática, ainda que hoje as mulheres ocupem espaço importante no mundo em geral e na sociedade angolana em particular. Margarida Paredes faz referência a alguns trabalhos escritos em inglês e de pouca circulação nos países de língua portuguesa. Ainda assim os cito, embora eu não analise, como forma de referenciar outros desdobramentos do assunto em cena.

A pesquisadora menciona a pesquisa do antropólogo americano Don Barnett e Roy Harvey, no livro *The Revolution in Angola: MPLA, Life Histories and Documents*, sobre a História de Marsha, recruta que adere à guerrilha e, aos 14 anos, era a única mulher num grupo de 90 instruídos²⁶². Cita ainda obra publicada em 1984 pela OMA, *Angolan Women Building the Future, from National Liberation to Women's Emancipation*, na qual a organização defende que “as transformações sociais que a revolução promoveu terão contribuído para a emancipação da mulher, ao rejeitar valores tradicionais e coloniais”, ainda que não tenha considerado as relações desiguais entre homens e mulheres como uma contradição principal dentro do próprio MPLA²⁶³.

Faz referência também ao artigo intitulado *Men in Our Country Behave Like Chiefs, Women and the Angola Revolution*, de Catherine V. Scott, publicado em 1984 no

²⁶⁰ PAREDES, 2015, op. cit., p. 65 APUD DUCADOS, op. cit., p. 11-22.

²⁶¹ MBEMBE, Achille. *As formas africanas de auto-inscrição. Estud. afro-asiát.* [online]. 2001. vol.23, n.1. p. 5.

²⁶² BARNETT, Don & HARVEY, Roy. *The Revolution in Angola, MPLA, Life Histories and Documents*, New York, Campus Verlag. 1972. APUD PAREDES, 2015. p. 58.

²⁶³ OMA (Organização da Mulher Angolana), *Angolan Women Building the Future, from National Liberation to Women's Emancipation*, London, Zed Books. APUD PAREDES, 2015. p. 59.

livro *Women and Revolution in Africa, Asia and the New World*, que critica a OMA por evitar a análise de gênero dentro do MPLA, não tomando em consideração a opressão masculina sobre as mulheres do partido²⁶⁴.

Acrescento, por último, o artigo da pesquisadora holandesa Inge Brinkman, *War, witches and traitors: cases from the MPLA's Eastern Front in Angola (1966-1975)*, este, sim, acessível online, que trata das acusações, julgamentos e execuções de bruxas e traidores na Frente Oriental do MPLA em Angola (1966–75)²⁶⁵. No pensamento da estudiosa, são eventos que não se enquadram no retrato geral do MPLA como um movimento socialista e secular apoiado pela população angolana, sem recurso à força. O texto aborda questões de gênero na guerrilha, assim como, mais tangencialmente, a política do MPLA no interior do país durante a guerra.

Dos trabalhos aqui analisados, percebe-se, portanto, um maior número de publicações nos países de língua inglesa, havendo, assim, a necessidade de maior circulação do tema nos países de língua portuguesa. Para além de artigos, pesquisas de mestrado e doutorado, investigações que adensem as múltiplas perspectivas que a participação das mulheres angolanas nos eventos históricos de Angola permitiria uma compreensão mais ampla do assunto.

1.4. Perspectivando abordagens

Em Angola, os feminismos africanos constituem-se a partir de meados da década de 1970 do século XX, não exatamente como grupos, mas a partir de questões reflexivas, colocadas em seus contextos culturais e sociais. Antes disso, houve sim “movimentos” de mulheres angolanas que nas lutas de independência combateram ao “lado dos homens”. Não havendo, portanto, um diálogo explícito entre a movimentação dessas mulheres da luta armada e a luta feminista, embora as ideias de resistência e enfrentamento estivessem presentes enquanto práticas. Mais precisamente fazendo referência a um contexto maior da história — a história da escravidão, imperialismo, racismo, colonização, e a dominação de sujeitos não ocidentais.

²⁶⁴ SCOTT, Catherine V. Men in Our Country Behave Like Chiefs, Women and the Angola Revolution. In TÉTRAULT, Mary Ann (Org) *Women and Revolution in Africa, Asia and the New World*. South Carolina, University of South Caroline Press, 1994, p. 89-108 APUD PAREDES, 2015. p. 63.

²⁶⁵ BRINKMAN, Inge. War, Witches and traitors: cases from the MPLA's Eastern Front in Angola (1966-1975) In *The Journal of African History*, 44 (2003). p. 303-325.

As lutas de libertação serviram como base de formação para o surgimento de Organização de Mulheres dentro dos movimentos de luta armada e, mais tarde, dos feminismos africanos. Dado a especificidade das organizações femininas, definidas em e a partir dos movimentos nacionalistas de libertação, e as concepções tradicionais de igualdade de gênero, as tensões entre aquelas que pretendiam adotar uma postura negociada com o Estado e aquelas que adotavam uma postura mais radical, de cobrança de direitos, impunidade e denúncia das delações de violências mais extremas — tanto de pessoas comuns quanto de militares — a exemplo das violações femininas, intensificou-se.

Secundariamente, as narrativas de combate à colonização foram construídas no masculino e as mulheres ocuparam espaço periférico nessas discussões, ainda que tenham participado ativamente em todas as frentes de combate.

O capítulo traçou uma reflexão panorâmica sobre o campo dos estudos de gênero em Angola, e no exterior. Ao longo do tempo e discussões empreendidas, percebi a constituição de um campo de investigação temática e historiográfica dos estudos de gênero e da participação das mulheres nas guerras de libertação de Angola.

Devido às condições de guerra, a investigação tornou-se uma atividade complexa e a abordagem da participação das mulheres camponesas africanas, anônimas, foi pouco frequente; os imperativos da construção nacional encapsularam os relatos históricos na conformação de figuras míticas ou "heroínas", representando sobremaneira as mulheres que haviam participado dos combates de arma na mão.

Com exceção do trabalho de Kassembe e Chiziane, percebe-se um centramento em narrativas que abordam as experiências de mulheres integrantes da OMA/MPLA. Isso revela indícios de um problema maior, no que foi produzido em termos de fontes escritas, e não foi perdido em decorrência das guerras, e está disponibilizado para os investigadores consultar. É habitual, por exemplo, a posse de registros documentais sob a tutela de pessoas comuns. Elas guardam documentos, material privado que muitas vezes não estão nas instituições públicas. Nesse contexto de guerras, qualquer pessoa poderia portar documento. Essas e outras práticas de guarda de fontes escritas não produzem um arquivo, embora reconstituam a ideia do documento enquanto instrumento político e ideológico.

Foi com base em dinâmicas epistemológicas próprias, endógenas, de investigadores e investigadoras angolanos, exame de temas, abordagens diferenciadas, recolha de depoimentos, fontes escritas e produção bibliográfica, que o campo expandiu.

Tais estudiosas buscaram responder suas próprias questões e ir ao encontro das necessidades tanto intelectuais quanto materiais, de produção científica, sobre/de sua sociedade, mesmo diante das tensões entre a memória/lembrança/evocação do passado e produção dos discursos sobre este passado-presente. É movimento e interesse historiográfico que parte de dentro para fora, e depois se expande.

A agenda de investigação desenvolvida no campo intelectual angolano ao longo da segunda metade do século XX foi enriquecida pelas relevantes contribuições do Brasil (Daiana Castilho Dias), de Portugal (Margarida Paredes) e dos Estados Unidos (Marisa Morman e Selina Makana).

Atualmente, período em que as conquistas femininas ganham maior impulso, considero que o campo, como área de conhecimento sistematizado, está adquirindo formas mais definidas com trabalhos como os de Henda Ducados (2000), Emerlinda Liberato (2016) e Aurora Fonseca Ferreira (2018). Intelectuais angolanas que questionam as estruturas e discutem as condições de vida das mulheres angolanas, e em particular as suas posições na sociedade, destacando a violência e a negligência diante dos constantes abusos contra as mulheres.

Essas pesquisadoras valorizam não apenas a história das mulheres, mas também os estudos de gênero com interesse em reforçar a agenda de emancipação e empoderamento das mulheres como parte do legado da luta anticolonial. Apesar disso, ainda não existe um centro de estudos de gênero adequado em Angola, com vista a fomentar novas investigações nessa área.

No geral, as narrativas têm oscilado em torno das discussões sobre representações, das grandes narrativas, de caráter exemplar, atividades e discursos de organizações femininas, mas propriamente da OMA/MPLA, e gradualmente, na experiência de mulheres africanas anônimas. Avançando, portanto, dentro do que as condições dos testemunhos orais e registros escritos permitem.

Pretendi, portanto, realizar análise historiográfica panorâmica no que tange à escrita da história das mulheres em Angola, mas também no exterior. Ao mesmo tempo, realizar um balanço e avaliação resultante do que até agora foi produzido em torno da compreensão epistemológica do que foi a participação das mulheres na guerra, seus desdobramentos e significados, também na escrita da História.

Passados anos de guerra e a construção de processos democráticos próprios no longo pós-colonial, pensar Angola exige a realização de balanços e a reformulação de ideias, narrativas e quadros teóricos. O uso de fontes orais e escritas — que não são tão

escassas como imaginamos — nesse sentido, são importantes ferramentas neste processo de reflexão.

CAPÍTULO 2

A MULHER NA SOCIEDADE COLONIAL ANGOLANA

Na imprensa direcionada ao público-alvo português dos anos 1960 e de parte da década de 1970 — a exemplo dos jornais *Diário da manhã*, *Diário de notícias* e outros — a mulher de Angola foi lembrada pelo pitoresco. Portadora de imagem folclorizada, propagandeada em larga escala principalmente nas terras onde buscavam-se os visitantes, constituíam uma espécie de “cartão-postal” pelas características típicas das populações nativas de Angola.

Nas descrições referidas, as mulheres de Angola aparecem como “personagens figurantes” em um contexto que buscava aliar, por meio da propaganda das então “colônias ultramarinas”, a ideia de um ambiente tradicional a uma vontade de progresso, na época regido pelo signo da etnografia e do turismo²⁶⁶.

Nos periódicos, apresentavam-se como o arquétipo da “beleza da mulher autóctone”²⁶⁷, pormenorizada pelo “penteados característico da mulher bacongo”²⁶⁸, “os adornos da mulher muila”²⁶⁹, a “mulher fumando cachimbo”²⁷⁰, a “imagem de um dos penteados muito usados por mulheres nativas”²⁷¹, por fim enquanto “indígena”²⁷². Definições que as generalizavam pelas singularidades, muito embora, em alguns momentos, por meio de pequenos vestígios, nos jornais considerados de “massas” e do agrado de africanos e africanas, fossem retratadas com base na representação de um determinado estrato social ou categoria profissional, como no caso das quitandeiras, e a partir daí aparecessem subjetividades. Portanto, com foco em um público diferenciado.

Por exemplo, no jornal *Tribuna dos Musseques*²⁷³, suplemento especial da revista *ABC – Diário de Notícias*, publicados nos anos de 1967, 1968 e 1969 — e depois

²⁶⁶ *Jornal ABC – Diário de Angola*, agosto. 1963.

²⁶⁷ *Jornal Diário da manhã*, maio. 1964.

²⁶⁸ *Jornal do Congo*, setembro. 1963.

²⁶⁹ *Jornal o Lobito*, agosto. 1964.

²⁷⁰ *Jornal Diário de Notícias*, fevereiro. 1964.

²⁷¹ *Jornal do Congo*, setembro. 1963.

²⁷² *Jornal Diário da manhã*, junho. 1964.

²⁷³ O *Tribuna dos Musseques* é jornal que buscava “moralizar as pequenas iniciativas do habitante nativo suburbano e rural em matéria de promoção social”. Informações retiradas do proc. Nº 15.12.A/2. O pesquisador Marcelo Bittencourt menciona tratar-se de jornal criado pelo próprio diretor da PIDE em Angola, Aníbal de São José Lopes. No geral, a orientação do periódico era a de tratar coisas sociais, que afetassem o cotidiano dos angolanos. BITENCOURT, Marcelo. O futebol nos musseques e nas empresas

censurado pela PIDE/DGS, nas retratações das mulheres suburbanas, a quitandeira²⁷⁴ “é descrita como uma das figuras de tipologia local”²⁷⁵.

São tomadas enquanto figuras “educadas”, “respeitadoras”, “espontâneas”, que “conversam”, “sorriem” e “ganham honestamente com o negócio que fazem”. Ao mesmo tempo, como mulheres “sérias e colaboradoras insubstituíveis no abastecimento da cidade”, “de passo ligeiro”, “carne encarnada”, “vozeria castiça”, “base da formação da sociedade angolana”, “nota típica da terra africana”²⁷⁶. Apesar da romantização da luta dessas mulheres por sobrevivência, o texto nos lembra a presença e importância da atuação delas como força de trabalho nos circuitos comerciais do mundo rural e urbano de Angola dos anos 1960, mas principalmente em um de seus principais centros, como na cidade de Luanda.

Nas áreas rurais, o potencial de força de trabalho dessas mulheres foi, muitas vezes, empregado no trabalho forçado, na imposição do cultivo de produtos agrícolas (para consumo ou exportação), “mediante esquemas que iam da cultura obrigatória (algodão), até o encaminhamento, por falta de alternativa, para certas culturas voluntárias (milho)”²⁷⁷. E ainda que, por volta dos anos dez do século XX, tenha havido tentativa de coibir, ao menos formalmente, a utilização da força de trabalho feminina, fato é que isso não impediu que o recurso humano dessas mulheres fosse utilizado também na abertura e conservação de estradas, sol a sol, gratuitamente, e com alimentação precária, sob regime compulsório²⁷⁸. A força de trabalho de mulheres e crianças foi massivamente utilizada pelas autoridades portuguesas²⁷⁹.

A historiadora Selma Pantoja já nos lembrou a importância indispensável dessas mulheres no comércio de gêneros alimentícios em Angola desde o século XVII. A venda e trabalho na produção de gêneros agrícolas e alimentos básicos como peixe seco, carne,

de Luanda (1950-1960). In *Análise Social*, 225, LII (4º), 2017. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n225a08.pdf>. Acesso em 11/01/2022. p. 887.

²⁷⁴ *Jornal Tribuna dos Musseques*, maio. 1967. Segundo a matéria do *Jornal Tribuna dos Musseques*, quintandeira é uma ramificação de *quitanda*, vocábulo Kimbundo que significa sítio em que se pratica comércio.

²⁷⁵ *Jornal Tribuna dos Musseques*, maio. 1967.

²⁷⁶ *Jornal Tribuna dos Musseques*, maio. 1967.

²⁷⁷ HEIMER, Franz-Wilhelm. *Estrutura social e descolonização em Angola*. Paris, 1971. p. 633. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223893641S4fXU7py7Oh19YJ3.pdf>. Acesso em 24/08/2020, p. 633.

²⁷⁸ ZAMPARONI, Valdemir. Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas. In *Africana Studia*. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nº 7, 2004. p. 315. Disponível em https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/projetos/9585/zamparoni_africanastudia_2004_-_escravatura_ao_trabalho_forcado.pdf. Acesso em 17/08/2021.

²⁷⁹ Idem.

farinha, etc., é um dos exemplos das atividades dessas mulheres que muitas vezes como quitandeiras e pequenas comerciantes das cidades ou nos meios rurais forneciam o abastecimento alimentar das casas. E, no seu negócio, se uniam por afinidades etnolinguísticas e relações de parentesco²⁸⁰.

Descrições pormenorizadas que são exceções à regra, na medida em que, para o caso dos retratos contidos nos jornais de grande público dos anos 1960, como dito anteriormente, em geral são vistas no lugar da generalidade e folclorização; figuras para serem vistas, de longe, e não necessariamente interagir.

Essas imagens, amplamente divulgadas para apreciação do olhar imperial, ancoravam-se nas teorias de desumanização dos sujeitos colonizados, sua coisificação e animalização. Começando com os projetos europeus de escravização e colonização, em Portugal, já muito anteriormente, foi a Primeira Exposição Colonial Portuguesa de 1934 que definiu mais profusamente esse discurso.

Tratou-se de consequência visível do impulso de Salazar à política colonial, sobretudo da promoção do país como potência colonizadora no contexto internacional da época, da formação e fixação de uma visão imperial sobre o continente africano²⁸¹. A exposição humana²⁸² “expressava uma visualidade e um imaginário que se traduzira em práticas sociais, em valores e em relações de dominação que definiram uma política do olhar, onde o corpo tornava-se um espaço de inscrição, bem como de categorização racial e cultural”²⁸³.

Dessas exposições, em nome da propaganda do regime, de mais de trezentos pessoas, entre elas mulheres, homens e também crianças, vindas de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné, Macau e Timor, reproduziram-se os mais populares postais fotográficos que se compravam como *souvenirs*. Representações etnográficas, algumas décadas depois, muito popularizadas nos jornais de grande circulação²⁸⁴, como forma de combater o desconhecimento sobre os assuntos coloniais por parte das populações

²⁸⁰ PANTOJA, Selma. Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, Sécs. XVIII e XIX. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/pantoja.rtf>. Acesso em 18/04/2019.

²⁸¹ SERRA, Filomena. Visões do Império: a 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns. In *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM). V. 5, n. 1, jan./2016-jun./2016. p. 49. Disponível em <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4516>. Acesso em 17/08/2021.

²⁸² Os jardins zoológicos humanos foram muito populares na Europa e no EUA, entre anos de 1840 e 1940. VICENTE, Felipa. “Rosita” e o império como objeto do desejo”. Disponível em <https://www.buala.org/pt/corpo/rosita-e-o-imperio-como-objeto-de-desejo>. Acesso em 17/08/2021. p. 4.

²⁸³ SERRA, op. cit., p. 45.

²⁸⁴ Como no caso dos jornais Notícias Ilustrado, revistas Civilização ou Ilustração. Ibidem. p. 52.

portuguesas e, por outro lado, educar o público letrado e aqueles, na época em maior número, iletrados²⁸⁵.

Mais do que encenações visuais, referia-se a um amplo projeto de expansão ideológica-propagandística, de criação de sentimento de pertença a uma comunidade construída e imaginada além-mar²⁸⁶, no qual também podemos perceber as relações de poder e as formas de dominação sobre o Outro.

É nesse sentido que, nos jardins do Palácio de Cristal do Porto/Portugal, centenas de pessoas, ali entendidas como “indígenas”, muitas delas vindas dos espaços rurais das então referidas colônias, levadas de suas aldeias, são expostas aos olhares de um grande público. E, conforme Filomena Serra explica, “não se mostra para provar que um ser é “inferior” ou “diferente”, mas para provar que ele está no caminho da “modernidade” e da “civilização”²⁸⁷.

Olhar marcado pela afirmação de uma supremacia racial branca, centrado no exotismo e na ideia do “selvagem”, “inculto”, “primitivo”, sobretudo de mulheres. Como, por exemplo, no registro do postal fotográfico de “Rosita” ou “Rosinha”, depois chamada de jovem balanta. Exposta na fotografia de Domingo Alvão e reproduzida no Álbum Fotográfico da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, o postal evidencia a “beleza da mulher Bijagós”, natural da Guiné. Neste, aparece com o dorso à mostra e o braço levantado para melhor visualizar seus seios²⁸⁸. Postal em que essa mulher é descrita na condição de passividade e submissão, em um corpo nu que sugere, em sua montagem aparente, certa disponibilidade²⁸⁹.

Descrições que contribuía inclusive com as invenções, em retratos e descrições, de “tipos humanos”, no sentido de inventariar grupos e intencionalmente não permitir a identificação dos indivíduos. Assim, conforme mencionado inicialmente, foram representadas de forma a destacarem-se os pormenores do seu penteado, vestuário, ornamentação, artefatos, pela ideia do “exótico”²⁹⁰. Conforme demonstrou M’ Bokolo,

²⁸⁵ Ibidem. p. 49.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Ibidem. p. 57.

²⁸⁸ VICENTE, op. cit., p. 1.

²⁸⁹ Ibidem. p. 6.

²⁹⁰ Sobre o tema, consultar o texto de ROCHA, Liliane Oliveira; MATOS, Patrícia Ferraz de. Fotografias de Angola do século XIX: o Álbum Fotográfico-Literário de Cunha Moraes. In *Revista Tempos Espaços Educ.* São Cristovão, Sergipe. V. 12, n. 31, p. 173-174. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/11685>. Acesso em 17/08/2021.

“aprendia-se a ter uma visão simultaneamente colonial e racial, exaltando a legitimidade da colonização e a superioridade da raça branca”²⁹¹.

Tratava-se de concepções ancoradas em um racismo científico que inferiorizava, retirava a voz, agência e poder dos sujeitos do continente negro, percebidos, nessa exposição, nos postais e imagens veiculadas nos grandes veículos de comunicação, em miniatura, virgem, à espera de exploração, não só dos olhares, mas também de uma colonização branca portuguesa²⁹².

Nesse sentido, para justificar sua expansão colonial, perante si e outros, os administradores portugueses, mas não só, criaram o mito de sua superioridade civilizatória e racial. Tal mecanismo psicológico isentava-os de tomar conhecimento dos costumes e valores culturais dessa “cadeia de sociedades”, fazia com que os desprezassem e atribuísem a estes uma espécie de inferioridade, apoiada em teorias biologizantes, durante algum tempo aceitas como científicas²⁹³.

A ideia de inferioridade das populações negras fundamentava as concepções da “missão civilizadora” dos portugueses em Angola, também a partir de um parâmetro mais amplo, que foi o processo da colonização europeia — e carregava a perspectiva do trabalho como ato civilizacional²⁹⁴. Assim, desencadeia-se um processo de expropriação de recursos materiais e espoliação cultural, seguido de discurso justificador de exploração, sobretudo, no que se referia à utilização do trabalho forçado²⁹⁵. Na ótica de Zamparoni, “para os ideólogos do Estado colonial era essencial mostrar o trabalho assalariado e disciplinado como avanço civilizacional, um aporte cultural da Europa para o mundo”²⁹⁶.

Nesse sentido, descrições contidas, nos jornais de época, das mulheres de Angola são produzidas de modo específico, cunhadas pelo racismo, colonialismo e sexismo, ainda que com certo tipo de visibilidade — estereotipadas, habitantes da zona do não-ser²⁹⁷.

²⁹¹ M'BOKOLO, Elikia. “O Triunfo da ideia colonial”. In *África Negra. História e Civilizações, tomo II. Do Século XIX aos nossos dias*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 450.

²⁹² SERRA, op. cit., p. 51.

²⁹³ HEIMER, op. cit., 1971. p. 645.

²⁹⁴ REIS, Fidel Raul Carmo - *Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996) - A configuração do campo político angolano: contributo para o estudo das relações raciais em Angola*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2010. p. 36. Tese de doutoramento.

²⁹⁵ ZAMPARONI, op. cit., p. 302.

²⁹⁶ Ibidem. p. 302.

²⁹⁷ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

A dominação econômica e política dos europeus em África esteve acompanhada por um menosprezo de suas culturas, da dignidade coletiva e individual de seus sujeitos. É mecanismo que se encontra, em dosagens diferentes, ao longo das décadas, no processo de colonização portuguesa, e, por sua vez, em Angola.

Nas palavras de Isabel Castro Henriques, trata-se de “longo processo de construção e afirmação de violências que desvalorizou a humanidade dos africanos, em geral, das mulheres em particular, marcado pelos diferentes contextos históricos que se foram sucedendo”²⁹⁸, valorizando no mesmo movimento os benefícios do contato e integração, revelados através de imagens, práticas e atitudes que envolviam mulheres e homens africanas e africanos²⁹⁹.

2.1. À sombra do Estatuto do Indigenato: inserção político-social da mulher em Angola

Marcada por *nova política colonial*³⁰⁰ que começa a emergir no final dos anos 1950, “no quadro de uma estratégia de contra subversão”³⁰¹, a preocupação das autoridades portuguesas com as mulheres de Angola foi alvo de profundo e amplo interesse. Insere-se no contexto abrangente das políticas de “desenvolvimento”, “integração” e “incorporação” identificadas ou associadas com as ideias de “lusitanidade” e “portugalidade”, termos muito usados em Angola depois de 1961. Isso diz respeito a um conjunto de iniciativas estratégicas do governo português no sentido de manter um colonialismo inovado, de natureza econômica, mas prioritariamente política³⁰².

No livro *O processo de descolonização em Angola, 1974-1975*, Franz Heimer deixa entrever que os dez anos que se seguiram ao final dos anos 1950 foram marcados como um período de “crescimento acelerado”, de “forte expansão demográfica” e “esforço para tornar menos incisivas as clivagens raciais”³⁰³.

Reforçadas pelo sistema político e jurídico local que se articulou em Angola nos anos 1940 e 1950, essas distinções raciais, sociais, culturais e econômicas foram mantidas

²⁹⁸ HENRIQUES, Isabel Castro. *Mulheres africanas em Portugal – o discurso das imagens* (séculos XV-XXI). República portuguesa. Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, 2019. p. 9.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ HEIMER, Franz-Wilhelm. *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*. Um ensaio em Sociologia política. Lisboa, A regra do Jogo, 1980. p. 21.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Idem.

³⁰³ Idem.

pelo *Estatuto do Indigenato*, que ditava normas desde princípios do século XX na tentativa de diferenciar os indivíduos de “raça” negra ou dela descendentes dos portugueses³⁰⁴.

De acordo com esse *Estatuto*, qualquer pessoa branca, independentemente dos rendimentos, modo de vida ou comportamento social, podia ser considerada cidadã e, no dizer do documento, possuía a “ilustração, hábitos individuais e sociais pressupostos para sua integral participação na sociedade portuguesa”³⁰⁵.

O código “permitia a inclusão de todos os brancos, em virtude da cor da sua pele, mas apenas muitos poucos não-brancos e estes geralmente em posições marginais”³⁰⁶. E referendava, em termos forenses, o trabalho forçado aos considerados “indígenas”³⁰⁷, incluindo, como mencionei anteriormente, mulheres e crianças, com atividades voltadas para as estradas e outros trabalhos públicos³⁰⁸.

Conforme afirmou o historiador Fidel Reis, “essas classificações, objetivadas em relações sociais (em instituições diversas como o Estado, a família e a escola) e incorporadas pelas populações do espaço colonial produziram efeitos diversos”, seja no cotidiano ou nas categorias cognitivas³⁰⁹.

O *Estatuto* estabelecia a posição das pessoas, os direitos, deveres e penalidades a que estavam submetidas caso descumprissem as regras³¹⁰. Aqueles, considerados assimilados, desde que soubessem ler, escrever e comportarem-se como europeus possuíam alguns privilégios, mas sem conseguirem os mesmos direitos de um colono europeu³¹¹. Em sua grande maioria, eram assalariados ligados às funções públicas em postos médios como professores, tipógrafos ou atividades ligadas às missões religiosas.

³⁰⁴ NETO, Maria da Conceição. Breve Introdução Histórica In *Angola: Processos políticos na luta pela Independência*. MEDINA, Maria do Carmo (org), Luanda, Faculdade de Direito da UAN (2ª edição ampliada Coimbra, Almedina, 2012), 2003.

³⁰⁵ . Decreto-Lei de 1954, artigo 2º a 6º. Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/635399/details/maximized>. Acesso em 24/08/2020.

³⁰⁶ HEIMER, Franz-Wilhelm, op. cit. 1980. p. 21.

³⁰⁷ Em Angola, o termo vem da ideia de indivíduos ou populações nativas que nasceram ou residiam no território angolano e não passaram pelo processo de assimilação da cultura portuguesa, sendo o critério racial o elemento que remete a essa classificação jurídica e social. Portanto, poderiam haver indivíduos angolanos nativos que não possuíam essa classificação.

³⁰⁸ NETO, Maria da Conceição. Angola no século XX até 1974. In : *O Império Africano : séculos XIX e XX*. VALENTIM, Alexandre (orgs). Lisboa: Edições Colibri, 2000. p. 178.

³⁰⁹ REIS, op. cit, 2010. p. 118.

³¹⁰ JAHIC, Tea. *Angola e a luta pela emancipação nacional*. Croácia, Zagreb, 2014. p. 11. Monografia de Graduação.

³¹¹ TANGA, Lino. *O Ensino Indígena em Angola e o Papel dos Missionários*. Lisboa, 2012. p. 11 Dissertação de Mestrado.

Até o ano de 1961, período que pôs *fim jurídico* ao regime de indigenato, embora as barreiras sociais e econômicas, no modo de vida e acesso à cultura, permanecessem, o *código* regulamentava uma espécie de “caminhos de civilização”, visando atingir “o melhoramento das condições materiais e morais da vida dos indígenas”, “o desenvolvimento de suas aptidões e faculdades naturais”, sua “educação pelo ensino e pelo trabalho” e a “transformação dos usos e costumes considerados “primitivos”.

Essa clivagem racial sustentada ao longo da primeira metade do século XX aumentou com o reforço da imigração branca para Angola nos anos 1960, o que restringiu a ascensão social dos não brancos, apesar do discurso jurídico de que todos eram “iguais”, fundamentado na ideia de uma sociedade multirracial “integradora”, muito recorrente nesse período. Ou seja, houve um crescimento considerável da comunidade branca e o surgimento de uma nova geração de mestiços. Um “aumento do número de não brancos urbanos como também da sua proporção no conjunto da população não branca”³¹². E, como afirma Heimer, “para quem vivia em Angola, qualquer que fosse a cor da sua pele, era evidente que a dominação portuguesa tinha uma forte componente racial”³¹³.

Ou como explica Maria da Conceição Neto, em texto recente publicado no jornal português intitulado *Público*, sobre o início da guerra no Norte de Angola, em março de 1961, “os que exerciam poder ou dele retiravam privilégios (no mínimo um estatuto superior ao da maioria colonizada) estes tinham “cor”³¹⁴. O que significa que os representantes eram brancos e todos os brancos eram inerentemente “civilizados”, cidadãos portugueses, usufruindo direitos negados a uma maioria pelo *Estatuto do Indigenato*. Nas palavras da historiadora:

Um negro ou um mestiço podia, cumprindo várias condições, adquirir o estatuto de “civilizado”, passar de “indígena” a cidadão de pleno direito. O caminho contrário não existia: não havia brancos classificados como “indígenas” por não reunirem condições econômicas, culturais ou morais que os impedissem de ser cidadãos. Chegavam a Angola brancos pobres, com pouca ou nenhuma escolaridade, vindos de condições duras em Portugal, que aprendiam a primeira lição logo ao descer do navio: “carregar bagagem é para os pretos, deixa isso, pá”. Nas colônias, pessoas socialmente inferiorizadas na metrópole viam-se acima da maioria pelo simples fato de serem brancas. Sem esse “privilégio”, muitos voltariam a estar na base da

³¹² HEIMER, op. cit., 1980. p. 29.

³¹³ Ibidem. p. 20.

³¹⁴ NETO, Maria da Conceição. Março de 1961. O início da guerra no Norte de Angola. Disponível em <https://www.publico.pt/2021/07/22/politica/ensaio/marco-1961-inicio-guerra-norte-angola-1971216>. Acesso em 18/08/2021.

pirâmide social”. (...) A questão racial era omnipresente na África colonizada, independentemente do país colonizador ou das opiniões individuais. E, tal como noutros contextos acontece, a “cor” é o fator de identificação pessoal mais visível³¹⁵.

Em sintonia com o argumento de Maria da Conceição Neto, o historiador Fidel Reis explana que “a emergência destas classificações e o seu desenvolvimento enquanto categorias políticas e princípio organizador do mundo social, desenrola-se nesse contexto de dominação colonial”³¹⁶. Ou seja, “a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão social”³¹⁷.

A cor da pele era fator que não podia mudar numa sociedade de diferenciação racial instituída por lei, embora, como afirmou Conceição Neto, “não bastasse a “raça” para definir o estatuto sócioeconômico, o nível de vida e o índice de escolaridade, devendo este marcador ser conjugado com outros para compreender a realidade social e sua dinâmica”³¹⁸.

Com isso quero dizer que, em Angola, as ideias de “raça”, “civilismo”, “ensino”, e “inserção social” da mulher considerada indígena, refletidas nas leis e práticas coloniais dos anos 1960, ocorreram à sombra do *Estatuto do Indigenato*. As autoridades portuguesas buscaram conjugar os usos e costumes de mulheres consideradas indígenas com os princípios fundamentais do direito público e privado português.

Cito, por exemplo, o caso do Decreto-Lei de 1953, que alterou os princípios do *Estatuto* de 1929, em que “mulheres indígenas podiam ser investidas no cargo de chefe de povoação, quando fosse essa a tradição local”. Além disso, a celebração do matrimônio, que implicava a renúncia à poligamia e aos usos e costumes contrários ao casamento canônico³¹⁹. Contudo, isso demandava campanhas de “promoção social”. O sistema colonial português foi uma combinação de segregação, racismo e assimilação e isso afetou também as mulheres.

³¹⁵ NETO, Maria da Conceição. Março de 1961. O início da guerra no Norte de Angola. Disponível em <https://www.publico.pt/2021/07/22/politica/ensaio/marco-1961-inicio-guerra-norte-angola-1971216>.

Acesso em 18/08/2021. p. 39

³¹⁶REIS, op. cit., 2010. p. 18.

³¹⁷ KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora de Livros Cobogó, 2019. p. 34.

³¹⁸ NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. In *Lusotrópie*, 1997. p. 354. Disponível em https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1997_num_4_1_1105. Acesso em 24/08/2020.

³¹⁹ Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, op. cit., 1954, art. 13º, art. 30º.

Destaco que não me refiro apenas a um debate teórico, trata-se de leis, direitos sociais, políticos e econômicos que, apoiados nas citadas “racialização” e etnicidade, forneceram suporte doutrinário e legal a um regime segregacionista. Inclusive no uso de nomenclaturas, termos e expressões a serviço de uma política colonialista. Como Jean-Loup Amselle expõe “as etnias”, por exemplo, “procedem apenas da ação do colonizador que, em sua vontade de territorializar o continente africano, recortou entidades étnicas que acabaram sendo reapropriadas pelas populações”³²⁰.

A hierarquização das “raças” e das “etnias”, compreendidas a partir do lugar da imobilidade, como universos fechados e situados uns ao lado dos outros, racionalizou e objetivou um racismo específico, que se remetia à ideia do “selvagem” e “primitivo”, supostamente “interrompido” pela colonização europeia. Então, ancorados nessa ideia de um “tribalismo” de Estado, os portugueses buscavam legitimar um poder metropolitano absoluto baseado na superioridade dos europeus que inferiorizava os naturais da colônia e os fragmentava, ao separar; e depois, ao singularizar uma oposição à opressão³²¹.

Sobre tal ótica, embora não seja o tema aqui circunscrito, resalto que é necessário compreender como estruturava-se essa “cadeia de sociedades” que constituiu o continente africano antes da chegada dos portugueses. Longe de serem mônadas fechadas sobre si mesmas, historicamente, estavam interligadas em formas englobantes. Nessa perspectiva, a “etnia”, como numerosas instituições que se pretendem primitivas, não seria mais que um falso arcaísmo³²².

Além disso, perceber que esses dispositivos de estigmatização e desqualificação do Outro foram mobilizados em circunstâncias de desigualdades extremas, em que estava em disputa não só a luta política como também rivalidades em torno dos recursos econômicos de poder³²³.

³²⁰ AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In AMSELLE, Jean-Loup ; M'BOKOLO, Elikia (orgs). *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Tradução de Maria Ferreira; revisão da tradução de Alexandre dos Santos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017. p. 43.

³²¹ BARBEITOS, Arlindo. A raça e o racismo: algumas incidências sobre Angola. In Mulembra. 6 (12). 2016. p. 10 Disponível em <https://journals.openedition.org/mulemba/603>. Acesso em 20/08/2021.

³²² AMSELLE, op. cit., p. 43-45.

³²³ PINTO, Tatiana Pereira Leite. Modernidade x Tradição: homem novo e o “problema” racial e étnico em Angola. In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300885987_ARQUIVO_TrabalhoTatianaPintoAnpuh2011.pdf. Acesso em 20/08/2021.

A partir das formulações do Darwinismo social, isso fez parte de um rol de políticas imperialistas e neocolonistas, que desde de meados do século XIX e princípios do seguinte, fundamentou a coisificação e desumanização dos habitantes dos espaços ultramarinos³²⁴.

Conforme afirma Maria da Conceição Neto, até 1975, mais de 70% da população de Angola era rural e a ocupação portuguesa na maior parte das regiões tinha durado menos de cem anos³²⁵. Nas regiões das províncias, do interior de Angola, havia forte concentração de mulheres e crianças.

A historiadora menciona que, ao longo do século XX, apesar do maior envolvimento dos homens na agricultura, são as mulheres que asseguram o principal da produção camponesa para o mercado, que não era só interno. Tratava-se de produção agrícola integrada aos circuitos principais da economia colonial³²⁶. É essa população trabalhadora feminina que preocupava as autoridades coloniais e para quem suas políticas são voltadas sobretudo nos anos posteriores a 1960.

De tom colonialista, na escrita de Jean Marcus, um texto intitulado “Mulheres, feminilidade, feminismo”, publicado no jornal *Diário da Manhã*, em julho de 1965, considerava a mulher africana tradicional como “não civilizada”. Mas esse não seria um “um princípio” admitido pela maioria dos povos de várias regiões do continente africano, sendo a mulher africana considerada como aquela que possuía um “grau de independência apreciável”, que “cultivava a terra” e “alimentava os homens”, possuía traços guerreiros, “comerciava sem perigo”, “mesmo em tempo guerra”. Como ideólogo do colonialismo, insistia em afirmar que a mulher africana era a provedora de “virtudes ativas”, “condição primeira da liberdade”.

Nesse período, buscava-se sustentar a ideia de que a mulher africana, em geral, e angolana, em particular, estava mais propícia ao desenvolvimento de virtudes como do “amor” e de “civilização” do que os homens. No texto acima, o autor baseia-se no pensamento de que “a resignação da mulher africana podia muito bem, se as circunstâncias a isso se prestarem, dar lugar a uma “espantosa energia”. Tais

³²⁴ BARBEITOS, op. cit., p. 7.

³²⁵ NETO, Maria da Conceição, op. cit., 1997. p. 338.

³²⁶ NETO, Maria da Conceição. De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. In *Cadernos de Estudos Africanos* 33 (33), dezembro, 2017. p. 124. Disponível em <https://www.google.com/search?q=quando+referencia+se+repete+como+usar+ibidem%2C+idem&oq=quando+referencia+se+repete+como+usar+ibidem%2C+idem&aqs=chrome..69i57.10742j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 24/08/2020.

argumentações fundamentavam a existência e ênfase nas políticas dos anos 1960 voltadas para as mulheres de Angola, nos meios urbanos, mas principalmente nas áreas rurais.

No que se refere ao contexto da época, como explanou o historiador Fidel, a década de 1950 assinalou a passagem de uma cultura de contestação do jugo colonial, para uma de reivindicação de soberania territorial, como projeto político³²⁷.

Conceição Neto descreve, no que toca as implicações sociais e psicológicas surgidas a partir do quadro jurídico do *Estatuto do Indigenato*, o ambiente de secretismo, sem debates abertos, nos quais as desconfianças surgiam normalmente e os debates políticos ocorriam tão somente em pequenos agrupamentos de amigos, parentes e pessoas em quem se confiava³²⁸.

Essas desconfianças criavam cisões e incertezas, em Luanda e em outras províncias, entre os próprios “angolanos”, ainda que não se entendessem como tal. O contexto dos anos 1960 foi formado com base na herança de hierarquizações sociais e seus efeitos de insegurança, medo, dúvida, disputa e hesitações quanto a um posicionamento ou não de entrada na guerra. Para alguns, vivia-se um ambiente de insatisfações, amargura, melancolia, perdas; para outros podia ser interpretado como um período de euforia, de forte sentimento de realização em um momento no qual tudo era possível.

No livro *Luanda como ela era*, Rita Garcia, por exemplo, relembra uma Luanda sob o ponto de vista da “cidade dos impossíveis”³²⁹, de “extravagâncias”³³⁰, onde “o cheiro quente e húmido abria o apetite, à chegada”³³¹, a capital “irresistível”³³², de “vivência que se assemelhava a metrópole”³³³, onde os “dias corriam ao som da música e ondas do mar e dos pregões das quitandeiras”³³⁴.

A autora descreve a cidade como uma urbe de “arranha-céus”, de “marginal com linha de coqueiros que separavam a terra do mar,” onde a “população negra abastecia-se nos musseques ou no mercado indígena, também frequentado pelos brancos”³³⁵; local em

³²⁷ REIS, Op. Cit, 2010. p. 20.

³²⁸ NETO, Maria da Conceição. [Angola no século XX até 1974](#). In: *O Império Africano : séculos XIX e XX*. VALENTIM, Alexandre (orgs). Lisboa: Edições Colibri, 2000. p. 29.

³²⁹ GARCIA, Rita. *Luanda como ela era, 1960 – 1975 – Histórias e memórias de uma cidade inesquecível*. Lisboa: Oficina do Livro, 2016. p. 43.

³³⁰ *Ibidem*. p. 41.

³³¹ *Ibidem*. p. 15.

³³² *Ibidem*. p. 9.

³³³ *Ibidem*. p. 11.

³³⁴ *Ibidem*. p. 15.

³³⁵ *Ibidem*. p. 17.

que “encontros aconteciam sem convites formais”³³⁶ e nas “praias eram todos iguais”; os “miúdos cresciam juntos”.

É obra publicada em 2016 que parte do ponto de vista da imigrante portuguesa que vai viver em Luanda e desfruta de experiências e liberdades que se estruturavam nesse contexto de tensões raciais. No livro da jornalista Sofia Branco³³⁷, a escritora explica como, na década de 1960, as mulheres portuguesas vão se libertando “das teias dos usos e dos costumes que haviam amarrado as suas antecessoras aos deveres tradicionais de devotadas e submissas mães e esposas”, desbravando caminhos outrora vedados, intervindo mais no espaço público³³⁸.

A pesquisadora narra que, em certos aspectos, a guerra acabou por contribuir com a emancipação das mulheres portuguesas, que passaram a ocupar lugares do mercado de trabalho deixados vagos pela mobilização e intensa emigração. E, nos espaços africanos colonizados, enquanto os homens faziam a guerra, nas palavras da autora, “assumiam a gestão do lar, o sustento da família e o amparo dos mais necessitados”³³⁹. Algumas até questionando, interrogando e/ou opondo-se ao regime colonial. Maria Calafate Ribeiro reitera³⁴⁰:

Para muitas mulheres portuguesas a vivência em África foi o momento de início de vida conjugal fora das peias familiares tradicionais, de início de vida profissional fora do quadro esperado à saída dos liceus, das escolas técnicas ou da universidade e, nesse sentido, foi em termos individuais um momento emancipador. De um ponto de vista político, para muitas destas mulheres, aliás à semelhança dos homens, a vivência de África foi também o encontro com a realidade do que era o império, fora das imagens dos calendários das missões ou dos mapas escolares, foi a percepção sobre o que significava um grande território para um pequenino país colonizador, e foi muitas vezes o desvendar do logro enorme que sobre tudo isto se tecia e que levaria à inevitável e irreversível ruptura.

O texto publicado no *Jornal de Benguela*, em 1964, *A mulher portuguesa em África*, já sinalizava o papel das mulheres portuguesas em Angola³⁴¹. Escrito por Maria Olema dos Santos, branca e portuguesa, narra que, no período referido, a mulher branca

³³⁶ Ibidem. p. 23.

³³⁷ BRANCO, Sofia. *As mulheres e a guerra colonial – mães, filhas, mulheres e namoradas*. A retaguarda dos homens na frente de batalha. Lisboa: A esfera dos Livros, 2015. p. 10.

³³⁸ Ibidem. p. 22.

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ RIBEIRO, Margarida Calafate. *África no Feminino – As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial*. Lisboa, edições Afrontamento, 2007. p. 28.

³⁴¹ *Jornal de Benguela*, outubro. 1964.

é “a mestra que ensina”, “aconselha” e “cativa o amor”; a “assistente social”, que “confraterniza” e “civiliza”, pondo em prática os “preceitos da moral cristã”, que realizava, enfim, “a verdadeira política da democracia racial”³⁴².

Relata que, considerada “a base da moral mais firme e perdurável da comunidade portuguesa”³⁴³, a mulher branca metropolitana acompanhava o marido vivendo com ele a incerteza do futuro e, na apreensão da autora do texto, superava as dificuldades resultantes de uma terra onde “nada era feito e tudo era preciso realizar”³⁴⁴. Em Luanda, tratava-se de período de construção de novos edifícios, subida das cotações de café, criação de bancos, abertura de lojas, cinemas, hotéis e restaurantes³⁴⁵.

Conforme afirma Bosslet, “esse desenvolvimento industrial, porém, não ocorreu de forma idêntica em todas as partes da província. Ao contrário, concentrou-se em algumas regiões, sendo Luanda uma delas”³⁴⁶.

Em regra, os limites eram outros — o que apresenta indícios das formas de pensar de algumas das mulheres portuguesas, esposas que acompanhavam os maridos, colonas, em Angola. Quadro que possibilitou a algumas mulheres, como apontado anteriormente, o desfrute de certas liberdades e colaborou, “voluntária ou involuntariamente, consciente ou inconscientemente, para a produção do disfarce da guerra sob uma imagem de normalidade que o regime queria projetar”³⁴⁷.

Na compreensão de Maria Santos, nos anos 1960, a ida das imigrantes portuguesas para povoados e cidades do litoral, teria sido motivada por um “entranhado amor à terra e às gentes, amor sem egoísmos”, o que criava uma “convivência fraterna”, “sem preconceitos” e “complexos”, já que “a cor da pele não era fator de superioridade ou preferência”³⁴⁸. Assim, ajudavam maridos, filhos e irmãos, numa espécie de “nova cruzada contra infiéis”³⁴⁹, recebendo as mulheres consideradas de cor em suas casas,

³⁴² *Jornal de Benguela*, outubro, 1964; *Jornal o debate*, Abril, 1961; *Jornal o debate*, Junho, 1961.

³⁴³ *Jornal de Benguela*, outubro, 1964.

³⁴⁴ Segundo Margarida Ribeiro, a maioria das mulheres e famílias ficava nas cidades, mas também houve muitas que viveram nas matas, nas pequenas povoações ou mesmo nas bases dos quartéis. RIBEIRO, op. cit., p. 27.

³⁴⁵ GARCIA, op. cit., 2016. p. 67.

³⁴⁶ BOSSLET, Juliana. Lazer em Luanda. O controle do tempo livre dos trabalhadores e a manutenção da ordem colonial. In *Análise social*, 225, L II (4º), 2017. p. 834. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n225a06.pdf>. Acesso em 24/08/2020.

³⁴⁷ RIBEIRO, op. cit., p. 30.

³⁴⁸ *Jornal de Benguela*, outubro, 1964.

³⁴⁹ *Jornal o apostolado*, maio, 1961.

“ensinando-as, civilizando-as, através da compreensão cristã de uma vida nova, um mundo novo que ela jamais sonhara”³⁵⁰.

O texto chama atenção pelas ideias que veicula e por simbolicamente representar discursos e políticas sádicas de conquistas, dominação e seus regimes violentos de silenciamento; base justificadora das políticas coloniais vigentes ao longo dos anos 1960, conforme dito anteriormente, respaldadas no *Estatuto do Indigenato*, transvertido de um discurso “assimilacionista”. De fato, os estudos dos teóricos/as coloniais, juntamente com as legislações produzidas nos níveis central e local, nos oferecem outra dimensão da política portuguesa, revelando que a colonização não foi propriamente integracionista. Muito diferente dos textos e imagens propagandeados nos registros jornalísticos controlados pela metrópole.

Embora os impactos tenham sido mínimos, uma vez que a segregação racial continuou, para Heimer, nos anos 1960, o esforço da administração portuguesa para tornar menos pontiaguda essas fragmentações raciais desdobrou-se na reforma do sistema educacional que aboliu o ensino de adaptação reservado aos “indígenas”³⁵¹. Além disso, desdobrou-se também na expansão e penetração cada vez maior dessas medidas nas diversas províncias de Angola, o que poderia atingir populações mais vastas. E tornar as fronteiras existentes entre o mundo dos portugueses e as tantas populações que existiam naquele território mais permeáveis. Até então, cabia à Igreja Católica a responsabilidade da formação das crianças e mulheres dos territórios mais afastados dos centros urbanos.

Ainda segundo o autor, a aceleração da expansão colonial iniciada em fins dos anos 1950 criou um aumento do ensino primário da ordem de 420%, incidindo a maior parte nas áreas rurais de Angola. Tal expansão e reestruturação do ensino, além de buscar atender às exigências das populações africanas, na intenção de pacificá-las, também foram usadas como instrumentos capazes de promover uma aculturação dos sujeitos ali localizados. Constituíam um mecanismo de domesticação ideológica e cultural, na tentativa de um esvaziamento de identidade cultural³⁵².

Com essas políticas, “esperava-se, de maneira difusa, que de uma expansão do ensino resultasse algum benefício em termos de promoção social e de desenvolvimento

³⁵⁰ *Jornal de Benguela*, op. cit.

³⁵¹ HEIMER, op. cit., 1980. p. 21. O ensino de adaptação era uma espécie de ensino primário para crianças consideradas “indígenas”, entendidas como “não civilizadas”. De acordo com Heimer, foi a penetração missionária que teria levado ao progressivo estabelecimento de uma rede escolar paralela que, com o decorrer das décadas, viria a cobrir o conjunto do território angolano, embora em grau de densidade diversas. HEIMER, Franz-Wilhelm. Op. Cit, 1971. p. 640.

³⁵² *Ibidem*. p 641-642.

econômico, sem, no entanto, analisar a funcionalidade e disfuncionalidade que poderia ter”, sobretudo nas áreas rurais³⁵³.

Para a historiadora angolana Maria da Conceição Neto, a insistência no discurso antirracista não era tanto destinada aos habitantes da colônia, mas sim voltada ao exterior, a fim de combater a palavra de ordem “África para os africanos” e o hipotético racismo dos movimentos anticoloniais³⁵⁴. Além da evidente dificuldade dos portugueses, encarada por alguns como “especificidade”, no abandono do trabalho forçado, culturas obrigatórias e legislações discriminatórias³⁵⁵.

Heimer explica que nesse período houve forte migração africana, dos diferentes povos que habitavam o território angolano — *Ovimbundus*, *Bakongos*, *Mbundas* —, e outros, para Luanda, principalmente em decorrência da luta armada, e também tendo em vista a baixa qualidade de vida. Tal fato teria ocasionado uma possível regressão dos contingentes populacionais nos pequenos povoados das províncias³⁵⁶.

O período que se segue ao início da guerra de libertação é marcado por grandes investimentos portugueses em Angola³⁵⁷. Birmingham explica que “empresas que produziam têxteis, imobiliário, tinta para casas, alimentos secos, cigarros e materiais de construção proliferaram”. O fabrico da cerveja foi de tão grande êxito que além de abastecer Angola, era exportada também para o Congo ocidental. Contudo, o grande investimento teria sido no petróleo. No campo da educação, a criação de redes de escolas elementares e de ensino secundário, nos meios urbanos e rurais, inaugurou um novo período da história social de Angola³⁵⁸.

Segundo Heimer, os motivos para esta linha de pensamento dos portugueses, de “desenvolvimento” e “integração”, estavam associados às preocupações de natureza econômica³⁵⁹. No geral, o continente africano proporcionava aos colonizadores grande diversidade de riquezas — pedras preciosas, terras férteis, florestas, jazidas minerais, assim como potencial de exploração — em termos de densidade populacional e mão de

³⁵³ HEIMER, op. cit., 1971. p. 642.

³⁵⁴ Segundo Bosslet, tal percepção estava diretamente associada com o contexto do pós-guerra, marcado pela criação da Organização das Nações Unidas, pelo início da onda independentista na Ásia e na África” e pelo destaque de conferências internacionais do terceiro mundo, onde destaca-se a conferência de Bandung, realizada em 1955. BOSSET, Juliana. *A cidade e a guerra*. Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975). Niterói, 2014. p. 61-62. Dissertação de Mestrado.

³⁵⁵ NETO, Maria da Conceição, op. cit., 1997. p. 341.

³⁵⁶ HEIMER, op. cit., 1980. p. 22.

³⁵⁷ BIRMINGHAM, David. Colonialismo vs. Nacionalismo. In *Breve História da Angola Moderna* [Séc. XIX-XXI]. Lisboa: Guerra e Paz, 2017. p118.

³⁵⁸ BOSSLET, op. cit., p. 67.

³⁵⁹ HEIMER, op. cit., 1980. p. 22.

obra, proximidade e saídas marítimas, facilidade de acesso³⁶⁰. Contudo, em vista do alcance internacional e efeito irreversível da administração portuguesa, na defesa dos territórios ultramarinos, tornaram-se inquietações políticas, no quadro das medidas de “contra-subversão”.

Nesse sentido, as distinções legais entre habitantes de Angola foram abolidas, a legislação do trabalho e do sistema educacional, reformulada, ainda que, diferentemente do que o autor supõe, em princípio, as regras e práticas discriminatórias contra os angolanos não tenham sido abandonadas³⁶¹. Embora todos tenham sido legalmente declarados “cidadãos portugueses”.

Conforme apontou o sociólogo angolano Paulo de Carvalho, mesmo depois de abolido o *Estatuto do Indigenato*, “a cor da pele manteve-se como fator de diferenciação social, assim como outros fatores subjetivos que conduziam ao estabelecimento da diferença entre “civilizados” e “indígenas”³⁶². O acesso a bens, educação e saúde, bem como as oportunidades no mercado de trabalho levavam em conta tal diferença. O nível de ensino, falar e vestir ou o lugar onde morava, também. Valores da cultura portuguesa e europeia continuavam como princípios organizadores de condutas morais³⁶³. Eram critérios de seleção e de enquadramento social.

Dizer isso não significa supor que não tenha havido efeitos na aplicação dessas medidas, sobretudo nas áreas urbanas, onde Heimer supõe ter ocorrido maior mobilidade social, embora em um ritmo extremamente lento, pelo acesso a empregos que pressupunham formação primária limitada (empregados administrativos, enfermeiros, professores, monitores, etc), favorecendo o paulatino crescimento de uma burguesia angolana urbana, maioritariamente de brancos e mestiços³⁶⁴.

Ou seja, “a aplicação concreta de todas essas medidas exige avaliação crítica, que, via de regra, não atingiam os alvos declarados e/ou tomavam um rumo diferente”³⁶⁵. Em norma: um grande grupo de nativos, que em geral identifica-se mais em termos de grupos etnolinguísticos³⁶⁶. Antes do ano de 1961, oficialmente considerados “indígenas”, diferenciados em relação ao meio, possibilidade de acesso à instrução, emprego, bens e

³⁶⁰ M'BOKOLO, op. cit., 2001. p. 450.

³⁶¹ Idem.

³⁶² CARVALHO, Paulo. Angola: Estrutura Social da Sociedade Colonial. In *Revista Angolana de Sociologia*. 7/2011. p. 2. Disponível em <https://journals.openedition.org/ras/1185>. Acesso em 21/08/2021.

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ HEIMER, op. cit., p. 23.

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ CARVALHO, op. cit., p. 5.

nível de vida. Na ótica de Paulo de Carvalho, pessoas que viviam em comunidades de características diferenciadas das sociedades urbanas, do ponto de vista da organização política, administrativa, social, econômica e cultural³⁶⁷. Sobre Angola dos anos de 1960 e início da década de 1970, o cientista social explica:

Angola era, em 1970, um país agrário. Dez anos antes, cerca de 69% da população ativa estava empregue no setor agrícola, 19% no setor do comércio e serviços e apenas 12% no setor industrial. A estrutura de emprego da mão de obra modificou pouco, nesses dez anos, demonstrando ser lento o processo de industrialização. Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho, a população ativa estava assim distribuída, em 1970: 64% trabalhavam no setor agrícola, 22% no setor de serviços e 14% no setor industrial. Como se pode verificar, no início da década de 1970 apenas a sétima parte da população ativa de Angola trabalhava no setor industrial, quando pouco menos de dois terços dessa população vivia do setor agro-piscatório³⁶⁸.

De modo geral, como Heimer descreve, foi somente nos anos de 1970 que chegou a existir formação social angolana única, ainda que altamente heterogênea e de coesão precária, abrangendo toda a população do território angolano. Mesmo com a ideia da formação social angolana única, ressalto que Angola continuou a ser “extremamente complexa e caracterizada por clivagens de diferentes tipos, que existiam como que justapostos, enquanto em outros casos se reforçavam ou entravam em conflito”³⁶⁹.

Significativamente, Christiane Messiant defende que as divisões desdobradas das disputas e rivalidades entre os movimentos de libertação devem ser analisadas mais em termos da competição pelo poder político das elites angolanas do que como um simples produto das oposições entre grupos etnolinguísticos³⁷⁰. Tais antagonismos fundados nas diferenças sociais e culturais teriam formado dois tipos de elites angolanas geograficamente isoladas. A primeira delas, sendo uma elite minoritária de assimilados, mestiços ou negros, que a colonização distinguiu estatutariamente e, no final dos anos 1940 e década de 1950, seguiram para Portugal e Europa a fim de realizar estudos universitários. Dos laços afetivos e de solidariedade entre esses jovens teria surgido o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). Na ótica de Messiant, essa elite foi definida mais pela trajetória comum do que por vínculos etnolinguísticos e em razão

³⁶⁷ Ibidem. p. 6.

³⁶⁸ Ibidem. p. 7.

³⁶⁹ HEIMEIR, op. cit., 1980. p. 24.

³⁷⁰ MESSIANT, Christine. *Angola, Les Voies de L’Ethnisation et de la Décomposition Lusotopie*, Fev. 1994.

da cor da pele. O MPLA também construiu bases de apoio no exílio, no Congo-Brazaville. E, desde cedo, juntaram-se, alguns brancos progressistas, filhos de colonos.

A segunda elite, nascida da migração bakongo, urbanizada e exilada, entre o norte de Angola e o Congo Belga³⁷¹. Estabelecida em Léopoldville (hoje Kinshansa), onde formou-se a União Nacional dos Povos de Angola (UPA)³⁷², que depois viria a transformar-se na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), um movimento etno-nacionalista, dirigido por membros de famílias protestantes da aristocracia real congoleza³⁷³. David Birmingham explica que a FNLA chegou a obter patrocínio internacional e até estabelecer um governo provisório no exílio, obtendo apoio da China e América³⁷⁴. As diferenças existentes entre tais elites, segundo Messiant, são de ordem tanto histórica, como geográfica, social e cultural.

A historiadora Tatiana Pinto chama atenção para a compreensão de que a bipolarização existente nesse período, entre as elites dos movimentos de libertação, MPLA e FNLA, não pode ser entendida como se a luta de libertação fosse apenas de mbundus e bakongos³⁷⁵. O nascimento da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), em 1966, como dissidência da FNLA, “fixada inicialmente em território *chokwe e ganguela*, e não em uma área de predominância *ovimbundu*”, é indício dessa necessária ponderação³⁷⁶. Com o passar dos anos, desenvolveram base de exilados na Zâmbia recém-independente³⁷⁷.

Indícios que despertam a compreensão dos diferentes arranjos entre movimentos de libertação e grupos etnolinguísticos, como também a não transposição automática para o campo político dos três maiores grupos etnolinguísticos³⁷⁸. Lembrando-nos algo

³⁷¹ O Congo-Léopoldville, de colonização belga, que já foi também o Zaire, proclamou a sua independência em 30 de junho de 1960. A independência do Congo foi elemento importante na configuração dos acontecimentos em Angola. MABEKO-TALI, Jean Michel. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Luanda, Editorial Nzila, 2001. p. 72.

³⁷² A UPA (sigla da União dos Povos de Angola) foi fundada por Holden Roberto em Léopoldville, em 1958, no Congo Belga. É sucessora da UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), de 1955. A mudança da sigla de UPNA para UPA dizia respeito ao desejo de identificação nacional, e não apenas regional. N'GANGA, João Paulo. *O pai do nacionalismo angolano – As memórias de Holden Roberto*. São Paulo: Editora Parma, 2008.

³⁷³ PINTO, Tatiana Pereira Leite. Modernidade x tradição: homem novo e o “problema” racial e étnico em Angola In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. p. 2.

³⁷⁴ BIRMINGHAM, op. cit., 2017. p. 119.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ BITTENCOURT, Marcelo. *Dos Jornais às armas. Trajetórias da Contestação Angolana*. Lisboa: Veiga Editora, 1999. p. 140.

³⁷⁷ BIRMINGHAM, op. cit. 2017. p. 121.

³⁷⁸ LOURENÇO, João Pedro da Cunha. *La prensa de la Independência, la independencia de la prensa: El Diálogo de Luanda en el proceso de transición e independencia de Angola (Abril/1974-Novembro/1975)*. Programa de Doctorado en Historia Comparada Social, Política y Cultural. Bellaterra (Barcelona), septiembre/2006. p. 21-37. Dissertação de Mestrado.

simples: uma coisa é a luta anticolonial, a luta de libertação contra os portugueses. Outra coisa foi a diversidade desses movimentos, inclusive em termos de grupos etnolinguísticos. Tais diferenciações geográficas conduziram, historicamente, ao entendimento de formação dos três movimentos nacionalistas, a grosso modo como: MPLA-Mbundus, UPA/FNLA-Bakongos; UNITA-Ovimbundus.

Conforme a historiadora Tatiana Pinto menciona, de fato, “estatisticamente os movimentos de libertação conseguiram mobilizar com maior intensidade os grupos etnolinguísticos mencionados acima”³⁷⁹. Contudo, alguns estudos, como no caso do trabalho de Messiant, citado anteriormente, já advertiram para outras variáveis que também não podem ser desconsideradas.

No geral, esses foram grupos saídos de elites urbanas dentro e fora de Angola que, aos poucos, aglutinaram-se em três grandes movimentos, a UPA/FNLA, de 1958, com sede em Leopoldville; o MPLA, a partir de 1960; e a UNITA, de 1966³⁸⁰. Cada um desses movimentos tentou estabelecer suas redes de influência e todos eles apelaram para que os países vizinhos e aliados os apoiassem. A estes juntaram-se, durante todo o processo de luta de libertação, elementos provenientes das mais diferentes camadas sociais e de grupos etnolinguísticos, com as mais diversas razões de inconformidade e ressentimento com o regime colonial³⁸¹. Esses grupos formulariam projetos distintos para a futura nação angolana. Posteriormente passariam à luta armada em separado, disputariam as iniciativas nos planos político e militar, assim como se alinhariam em campos opostos no contexto geral da Guerra Fria.

As regiões de fronteira muitas vezes serviram como sustentáculos de uma guerra que não se fez apenas com armas. Ou seja, tudo isso ocorreu em um espaço de enorme dispersão e extensão territorial, tanto sociológica como geográfica.

Destaco que desses lugares clandestinos, que desde os anos 1950 lançavam as bases de organização e resistência anticolonial, “os laços de vizinhança e de parentesco, os contatos profissionais ou acadêmicos, as igrejas e grupos religiosos e as atividades culturais foram canais nos quais circularam ideias e documentos e se forjaram organizações embrionárias”³⁸². Formações que, no início e ao longo dos anos 1960,

³⁷⁹ PINTO, op. cit., p. 1.

³⁸⁰ Mas existe toda uma discussão em Angola no que diz respeito às datas de fundação desses movimentos. O MPLA, por exemplo, reclama a data de 1956 como fundadora do movimento, embora existam controvérsias.

³⁸¹ MABEKO-TALI, Jean Michel. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Luanda, Editorial Nzila, 2001. p. 52

³⁸² NETO, op. cit., 2000. p. 186.

revelariam sua importância por facilitar a união de muitos indivíduos sobre a bandeira única, da independência de Angola.

Portanto, diante da emergência dos diferentes discursos nacionalistas em Angola, insistiu-se na lusitanidade das populações, mas principalmente das mulheres, por meio do cristianismo e da considerada “*promoção social da mulher indígena*”. A instrução e a educação colonial foram elementos instrumentalizados em prol da defesa e domínio colonial³⁸³. Conforme expõe a pesquisadora Catarina Antunes Gomes, “por um lado, no primado da auto-referencialidade; por outro, na sua expansão por via da domesticação, conversão e normalização do diverso”³⁸⁴.

Assim ofereciam-se “cursos” promovidos pela Mocidade portuguesa e aulas de portugalidade que constavam inclusive nos currículos da formação de professores, embora, até meados dos anos 1960, os níveis de escolaridade fossem mínimos e a portugalização através das escolas só tenha atingido estreita faixa de estudantes³⁸⁵. As taxas de analfabetismo possivelmente eram menores em Luanda do que as correspondentes às outras províncias. Assevera Gomes:

A educação era encarada como (...) instrumento de promoção da adesão das comunidades à portugalidade, tornando-as imunes à “rebelião”. Será, pois, um ideal instrumental de portugalidade e os propósitos de afrontamento e neutralização das ideologias nacionalistas, que irão orientar a ação educativa colonial. Esse ideal de portugalidade servirá ao fortalecimento dos propósitos “integracionistas” e “assimilacionistas”, na medida em que todos quantos pensam sentem e agem à luz dos valores morais, espirituais e religiosos da Casa Lusitana são portugueses. Em rigor, a integração era uma mentalidade. Definia um estilo de vida. (...) Definida a portugalidade como “sinônimo de civilizar, de elevar e dignificar o homem. Elevar os povos atrasados ao nível do ser humano; e dignificá-los de seguida, conferindo-lhes a categoria de cidadãos livres no seio uma Pátria”, o ensino colonial recorria duplamente ao ahistoricismo, atribuindo, por um lado, uma qualidade a-histórica ao colonizado e constituindo-se, por outro, como uma espécie de história monumental para se descrever a si próprio³⁸⁶.

Criados em 1961, com o fim de formar raízes na quase totalidade dos Distritos das Províncias de Angola, os Centro-Extra escolares, por exemplo, foram uma das iniciativas

³⁸³ GOMES, Catarina Antunes. O mito da portugalidade no ensino colonial: a história e a razão metonímica. In *Mulemba*. 4(8)/2014. Disponível em <https://journals.openedition.org/mulemba/263>. Acesso em 24/08/2021

³⁸⁴ Ibidem. p. 1-2.

³⁸⁵ NETO, op. cit., 1997. p. 348.

³⁸⁶ GOMES, op. cit., p. 3-4; 6.

do governo português contra o que consideravam a “luta titânica” pela promoção da mulher jovem de Angola³⁸⁷. Na busca por englobar a educação feminina, formação artística e formação física, as mulheres da mocidade portuguesa feminina ensinavam enfermagem, culinária, corte e costura, primeiros socorros, puericultura, pintura, etc.

Esses centros de ensino escolares foram erguidos também nas áreas rurais de Angola e traziam consigo a proposta de “formar mulheres cristãs e portuguesas”. A sua principal atividade era, portanto, a formação moral e social na qual se inclui a formação de uma mentalidade especificamente portuguesa³⁸⁸.

De acordo com o documento, é projeto que buscava associar-se à escola, família e igreja na formação do “caráter da mulher portuguesa”. Portanto, assim como as missões religiosas, procurava penetrar em regiões onde não chegara anteriormente, reclamava o direito de fundar escolas à luz das verdades religiosas e possuía uma espécie de “ação docente”, na sua função salvadora, elementos, à época, considerados imprescindíveis à ascensão civilizacional³⁸⁹.

Na contramão do ideal instrumental de portugalidade, em Luanda houve organizações femininas católicas, como o caso do Grupo Feminino de Santa Cecília, de “importante papel na tomada de consciência de muitos jovens. Algumas das quais se juntaram a luta pela independência”, como o caso de Irene Cohen, uma das cinco guerrilheiras heroínas do MPLA³⁹⁰.

O grupo de Santa Cecília foi um coletivo de jovens mulheres urbanas, de diferentes faixas etárias, que organizava espetáculos de danças, teatro, poesias, desfiles de trajes tradicionais africanos, e possuía uma espécie de conscientização de pertença³⁹¹. Grande parte de suas integrantes “pertenciam a família onde a africanidade, a emancipação e a luta pela igualdade eram um dos pontos da educação dessas mulheres”³⁹².

Essas missões religiosas contribuíram na formação daqueles que seriam “futuramente a elite que levou à transformação de uma Angola colonial para uma Angola

³⁸⁷ *Revista Ilustrada*, 1968/1969.

³⁸⁸ *Idem*.

³⁸⁹ *Jornal o apostolado*, agosto. 1961.

³⁹⁰ NETO, Maria da Conceição. Igrejas cristãs e o nacionalismo angolano: o paradoxo católico. In *Mulemba – Revista da Faculdade de Ciências Sociais da UAN* – 2013, Vol. III nº 6. p. 16.

CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA. *História do MPLA*. (Vol. I 1940-1966). Luanda: 2008. p. 43.

³⁹¹ D’ANTAS, Lizete. *Grupo feminino de Santa Cecília e o clero católico progressista nos anos sessenta*. Luanda: Instituto Nacional das Industrias Culturais – INIC, 2012. p. 14.

³⁹² *Ibidem*. p. 35.

independente”³⁹³. Segundo a historiadora Conceição Neto, “as pessoas educadas nas missões, fossem católicas ou protestantes, tinham os seus próprios objetivos e expectativas, por vezes bem diferentes dos desejados pelos missionários”³⁹⁴. Tal condição indica que a suposta ligação à cultura portuguesa não impediu a futura afirmação da “angolanidade” presente nas reivindicações independentistas.

Em Luanda, a Igreja Metodista se destacou, sobretudo, em contraponto ao discurso da política colonial. A concessão de bolsas de estudo a filhos de membros africanos da Igreja evangélica foi um dos caminhos para a afirmação dessa elite, já que os recursos das famílias africanas não custeavam a continuidade dos estudos dos filhos que concluíam o ensino básico³⁹⁵. Foi o caso de Deolinda Rodrigues, que estudou no Brasil e depois nos Estados Unidos com bolsa de estudos desta Igreja.

Vale lembrar que, de acordo com Bosslet, citando dados de Cláudia Castelo, o grande número nos índices de analfabetismo em Angola não surpreende se levarmos em conta a soma total de analfabetos existentes em Portugal. A autora cita que “em 1940, 53,6% da população metropolitana com mais de sete anos era analfabeta. Em 1950, essa percentagem caiu para 41,7%, e em 1960, chegou a 33,1%”³⁹⁶.

Tudo isso faz supor que a presença portuguesa nos espaços coloniais foi moldada por pessoas com poucos anos de escolaridade. Ou seja, não foram pessoas da elite portuguesa que estiveram presente em presença nos espaços coloniais, onde as taxas de escolaridade eram baixas até os anos 1970, contando com 25,6% de analfabetos; e como afirma Conceição Neto, “onde as próprias elites que emergiram dos colonizados se escolarizaram e “ocidentalizaram” em grande parte fora da cultura portuguesa”³⁹⁷.

Portanto, a Angola dos 1960 e 1970 aparece-nos como um território habitado por diferentes sociedades africanas, com as quais a metrópole portuguesa — ela própria dependente economicamente de outras metrópoles — cria um intercâmbio desigual entre sociedades que variam ao longo do tempo. Com isso, buscava-se dismantelar redes africanas e substituí-las pelas dinâmicas políticas, econômicas e culturais dos europeus. Tal fato acentua a presença de portugueses em alguns territórios africanos tanto em termos numéricos quanto ao nível de influência³⁹⁸.

³⁹³ TANGA, op. cit., p. 61.

³⁹⁴ NETO, op. cit., 2013. p. 2.

³⁹⁵ CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA. História do MPLA. (Vol. I 1940-1966). Luanda: 2008. p. 43.

³⁹⁶ BOSSET op. cit., 2014. p. 31.

³⁹⁷ NETO, op. cit., 1997. p. 335.

³⁹⁸ HEIMER, op. cit., 1971. p. 640.

2.2. Promoção social da mulher como projeto integral de colonização

Ao longo de toda a década de 1960 foi unânime entre as autoridades portuguesas a ideia de que a mulher negra, africana, de Angola, deveria passar por um processo educativo e sistematizado de elevação social. A “*promoção social*” foi um conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo governo português, em Luanda, mas prioritariamente nas províncias, como forma de captar a simpatia das mulheres, na tentativa de desenvolver nelas o que consideravam como o “espírito da civilização portuguesa”.

Isso foi entendido como uma investida no sentido de “levar estas mulheres a introduzir no seu lar e seu meio os hábitos e costumes europeus, na ânsia de uma transição de uma sociedade rural, de fortes valores tradicionais e religiosos, para uma sociedade industrial”³⁹⁹. São resultados deste empreendimento os centros extraescolares e as brigadas de promoção e assistência social criados nesse período.

A brigada *Afris*, por exemplo, é mostra do que essas autoridades consideravam como “cruzada de bem pela *promoção social*”; um “movimento de paz nascido na guerra”. De acordo com uma das matérias do *Jornal do Congo*, datada de 1968, professores, enfermeiros, auxiliares sociais, militares e outros trabalhavam em 26 sanzalas do norte de Angola.

Nos moldes do *Estatuto do Indigenato* e, no dizer do documento, a *Afris* pretendia “rasgar claridades de civilização”, “eliminar rudezas”, “arrancar a mulher da condição de sua lavra para fazê-la nobre rainha do lar”, “levá-la a deixar a enxada para acariciar os filhos”⁴⁰⁰. Ou seja, nessa tentativa de trazê-las à civilização portuguesa e preparar jovens e mulheres consideradas “indígenas”, desenvolviam grupos de trabalho dedicados à promoção de atividades como labores e costura, alfaiataria, puericultura, culinária, catequese, etc.

Não muito longe desse tipo de iniciativa, existiu também a de militares portugueses, dos três ramos das forças armadas, que participavam da grande obra de “promoção social”, e assim como a brigada *Afris*, empenhavam-se no empreendimento de escolarizar os povos distantes, cuidar dos doentes e ensinar profissões, realizando também obras de

³⁹⁹ FERNANDES, J. A. Soares. *A mulher africana – alguns aspectos da sua promoção social em Angola*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966. p. 13.

⁴⁰⁰ *Jornal do Congo*, março. 1968.

interesse econômico⁴⁰¹. Isso fez parte do processo de introdução de hábitos portugueses no interior de Angola, marca dos anos 1960.

Nessa época, circundava principalmente nos veículos jornalísticos de grande circulação de Angola, como o *Tribuna dos Musseques*, a ideia da existência de um desnível cultural, por vezes bem acentuado, entre homens e mulheres⁴⁰², justificados com base na falta de atenção dos agentes colonizadores no caminho da elevação da mulher nativa, o que as tornava “atrasadas” em relação ao homem.

Além disso, fundamentado com base em razões ancestrais, que supostamente faziam com que as mulheres vivessem uma vida considerada de “exterior”, em razão de suas atividades nos trabalhos de lavoura, a trabalhos de sua lavra, havendo, portanto, pouco espaço de dedicação à família e ao lar.

Considerava-se a necessidade de as mulheres “racionalizarem o trabalho” na tentativa de fazê-las interessadas nos arranjos domésticos, conforto do lar e cuidados pessoais, “integrando-a no lugar de mulher que, não deixando de auxiliar o homem, desempenharia papel preponderante no lar, “no interior de suas casas e não no exterior”, como supostamente acontecia.

A título de exemplo, de acordo com relatório de governo dos anos de 1961-1963, do Distrito da Lunda, assinado pelo governador no Distrito Artur J. C. Carmona, levantado a efeito de condução da ação governativa e resolução dos problemas na região, constituíam obstáculos à “integração” da mulher angolana: o matriarcado, pois a mulher, considerada mais refratária às inovações, tinha ascendência sobre o homem; a poligamia, que segundo o documento abstinha o homem do trabalho nas lavras; a organização social, dado o sistema ancestral e, no campo da atividade agrícola, fazerem lavras alimentares a efeito da autossuficiência; o nomadismo e o tipo de economia⁴⁰³. As estruturas e costumes tradicionais dos povos da região da Lunda eram vistos como desviantes, por desafiar pressupostos e ideais ocidentais. Além disso, a ausência de uma estrutura patriarcal, nos moldes europeus, em algumas dessas organizações societárias, era usada como evidência para justificar a inferioridade cultural das africanas. Situar as diferenças culturais em relação ao gênero fornece um elemento poderoso para o racismo da administração portuguesa.

⁴⁰¹ *Jornal Diário da Manhã*, setembro. 1967.

⁴⁰² *Jornal Tribuna dos Musseques*. 1967.

⁴⁰³ AHU – Distrito da Lunda – Relatório de Governo – 1961-1963. p. 125.

Em vista disso, na vontade de levá-las a adquirir hábitos desconhecidos dos seus usos tradicionais e orientá-las a um trabalho ordenado⁴⁰⁴, investia-se na criação de cursos de Monitoras de Educação de Base, voltados para jovens e mulheres dos meios rurais. Oferecidos pelas juntas provinciais de povoamento⁴⁰⁵, esses cursos possuíam o propósito de ensiná-las os afazeres domésticos como a puericultura, costura, cozinha, já que, em tese, dominavam mais as tarefas das lavras do que as do lar. Criadas em setembro de 1961, as Juntas de Povoamento eram responsáveis pelos problemas que estavam na base não só da valorização econômico-social de territórios e gentes, como da elevação destas e sua integração com os elementos dos povos.

A mulher de Angola seria um catalisador, considerada um elemento dinâmico no processo de colonização aliado à tarefa de “promoção social”. Era trabalho que buscava, nas palavras das autoridades portuguesas, “dignificar” a mulher de Angola por meio do reconhecimento do seu papel na vida familiar e social dos africanos, entendida enquanto base e sustentáculo das sociedades africanas.

Isso fazia parte de uma estratégia ampla de governo que, além da tentativa de “civilizar”, buscava “ganhar a guerra” com a adesão das populações⁴⁰⁶. Ou seja, eram ações que não incluíam somente atividades de guerra, combate bélico ou desalojamento de inimigos. Ao contrário, procuravam seguir política já antiga: vencer a guerra pacificamente — considerando o papel de relevo da mulher nativa e a interdependência nas formas de vida social da sociedade africana.

Nesse período, circulava em Angola a ideia de que as populações deixavam-se influenciar pelos movimentos de libertação que, de acordo com os documentos de época, convenciam os populares a participarem da luta não só por armas, mas também por meio da oralidade e práticas sociais que faziam com que se posicionassem.

As populações do interior mantinham junto dos quartéis e residentes acampamentos de apoio que cultivavam e caçavam para o sustento da luta anticolonial. Os residentes das sanzalas, mulheres e homens, estavam em contato com aqueles que faziam a guerra, os ajudavam, levando e trazendo informações que fossem possíveis. E assim, acreditava-se que os movimentos de libertação adquiriam uma posição de superioridade diante das tropas portuguesas, já que conseguiam maior comunicação e circulação entre os populares.

⁴⁰⁴ Ibidem. p. 305.

⁴⁰⁵ FERNANDES, J. A. Soares. op. cit., 1966. p. 141.

⁴⁰⁶ *Jornal Tribuna dos Musseques*, junho. 1969.

Então havia a percepção de que, caso as massas rurais estivessem integralmente ao lado dos portugueses, isso seria um grande passo para permanência destes em Angola. Nesse sentido, a educação era encarada, simultaneamente, como instrumento de luta contra a insurreição anticolonial que se espalhava no território angolano, e como uma ferramenta de promoção da adesão das comunidades à portugalidade, de homens e mulheres⁴⁰⁷.

Alguns consideravam que a intervenção bélica contra os movimentos de libertação seria um complemento às ações psicológicas desenvolvidas junto às populações. Nesse sentido, a atividade das brigadas dos exércitos, por exemplo, que seria a de curar feridos com o trabalho de enfermagem, ensino, distribuição de comida, precisava ser ampliada. Supunha-se que as populações civis deveriam engajar-se mais em campanhas a favor da Pátria, que os trabalhos das populações civis deveriam tornar-se de caráter permanente, e os das tropas militares transitórios.

Em suma, a estratégia, que incluía atividades e campanhas de “promoção social”, também envolvia o comparecimento às sanzalas, a distribuição de alimentos, prestação de assistência social, sanitária, doação de roupas, melhoria de habitação e ensino das atividades domésticas. E, conforme assinalou relatório da Lunda referido anteriormente, dos anos 1961-1963, na “diminuição do espírito de credices, superstições e fetichismos; as mulheres, noções práticas de puericultura”⁴⁰⁸. Tais atividades, amparadas nos pilares da doutrina assimilacionista, gentes e meios⁴⁰⁹, deveriam ser realizadas em proximidade e convivência com as populações, nas suas aldeias⁴¹⁰.

O convívio entre os soldados e a população feminina africana também foi considerado fator de aliança da mulher de Angola com a causa nacional dos portugueses. Os laços sentimentais e afetivos entre a mulher africana e o homem branco com quem, muitas vezes, convivia e tinha filhos, eram postos à prova no período de guerra. Não é comum sublinhar, mas é fato que a colonização dependeu sempre do número de mulheres brancas, “colonas”, nos territórios do ultramar. A ausência dessas mulheres favorecia as relações afetivas-sexuais com as nativas. Esses laços engendraram uma descendência mulata muitas vezes compreendida pela administração portuguesa como um mal provocado pelo próprio “fato colonial”⁴¹¹. Assim, na colonização portuguesa, o aumento

⁴⁰⁷ GOMES, op. cit., p. 3.

⁴⁰⁸ AHU – Distrito da Lunda – Relatório de Governo – 1961-1963, p. 311-312.

⁴⁰⁹ Ibidem. p. 314.

⁴¹⁰ Ibidem. p. 312.

⁴¹¹ HENRIQUES, Isabel Castro. “A sociedade colonial em África: ideologias, hierarquias, quotidianos”. In

de número de mulheres brancas resultou na criação de fronteiras rígidas entre os portugueses e as comunidades. As operações de dominação criaram uma sociedade onde as diferenças geraram hierarquias de toda ordem. A estratégia dos portugueses, por sua vez, implicou a multiplicação de medidas que se destinavam a garantir a subserviência das angolanas e angolanos.

Portanto, a referência era a políticas de longo prazo, com vistas à ação colonizadora, evangelizadora e civilizadora dos portugueses em Angola. Política que se refletiu nas ações das autoridades portuguesas junto às mulheres de Angola.

Compôs esse quadro amplo de estratégias, o *Programa de ensino rural* em línguas nacionais, voltado prioritariamente para as crianças, embora atingisse também as jovens e mulheres das Províncias. A constatação de que as populações do interior desconheciam a língua portuguesa em sua quase totalidade foi problema de grande discussão em Angola dos anos 1960, e fez parte do pacote de políticas que buscavam a adesão dessas populações.

Então, um programa educacional de fato efetivo seria aquele que elevasse o nível de vida dos *pais das crianças* de modo a que estes pudessem oferecer alimentação, vestuário, condições de habitação e orientações condizentes com os ensinamentos vistos na escola. Sabe-se que muitas escolas, por exemplo, tiveram o regime alimentar local e nativo substituído pela gastronomia nacional metropolitana, por se considerar que fosse contrário ao interesse nacional.

Nos termos do regime colonial português, sendo as mulheres responsáveis pela educação dos filhos, deveriam orientá-los. Para tanto, tomando consciência do seu papel de esposa, de mãe e de irmã, colaboraria, paulatinamente, com a escola na obra de educação das novas gerações de homens e mulheres angolanos. Esses se constituem em indícios, vestígios, evidências, que justificam a recorrente insistência dos programas de governos na formação moral e social dessas mulheres.

Tal ensino convinha ao Estado e à Igreja na medida em que respectivamente fazia parte das suas obrigações subjetivas e funcionava como um meio insubstituível para atingir objetivos vistos como “salutares”⁴¹², portanto “benéficos para os povos e coadjuvante para as atividades docentes do Estado”⁴¹³. Acreditava-se que a *promoção da*

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUR, Kirti (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999. p. 261.

⁴¹² *Jornal o apostolado*, agosto. 1961.

⁴¹³ *Idem*.

mulher e da família africanas seria elemento indispensável à “ascensão civilizacional” desses povos.

Esses projetos assimilacionistas integravam, obviamente, um leque vasto de estratégias que incluíam o epistemícidio dos fazeres e saberes das populações do território angolano⁴¹⁴. Procedimentos que almejavam uma desarticulação e uma negação desses sujeitos/as como pessoas autônomas; e colocou a mulher de Angola, negra e africana, no centro das preocupações da administração portuguesa, legitimadas pelos propósitos da missão civilizadora.

Trato fundamentalmente de uma contextualização histórica que pretende tornar visíveis formas de violência epistêmicas exercidas pelas autoridades coloniais. Nesse âmbito, uma das preocupações mais caricatas das autoridades portuguesas durante os anos de 1960 teria sido a vasta obra de assistência e educação social⁴¹⁵, que buscava regressar as mulheres à vida de “interior”. No âmbito da reformulação da política colonial dos anos 1960, as mulheres levariam a seus lares “hábitos civilizados”, os “costumes de tradição cristã” e, além disso, formariam as novas gerações, elevando-as a outros estados de vida.

Assim, na tentativa de ampliar o ensino para mulheres “do interior” de Angola e com o objetivo de reestruturação das instituições africanas — houve inclusive o enfrentamento de tabus, como a utilização de rádios para emissões nas línguas nacionais dos povos predominantes. Tais programas teriam importância no campo da educação e da cultura, a serviço de interesses nacionais. Com a sua criação e por meio de uma rádio escolar orientada, buscava-se ampliar a difusão da língua portuguesa e aumentar o contato com populações isoladas⁴¹⁶.

Além de ter sido forma de se contrapor às campanhas dos movimentos de libertação contra o colonialismo junto a essas populações, mediante a capacidade de difusão e expansão dos ideais portugueses, funcionou como meio de aproximação de povos que não dominavam a língua portuguesa, incluindo um gigantesco contingente populacional de mulheres.

Em tom categórico, afirmava um dos autores dos documentos analisados, que era “preciso que as mentiras constantemente marteladas aos ouvidos das populações, em

⁴¹⁴ GOMES, op. cit., p. 4.

⁴¹⁵ *Jornal do Congo*, fevereiro. 1963.

⁴¹⁶ *Jornal ABC*, março. 1966.

línguas que dominavam, se contrapusesse a verdade que era deles. E não restava dúvidas que só a rádio, diante do seu poder de expansão, poderia atender a tal objetivo”⁴¹⁷.

A emissão de rádios nas línguas nacionais foi discussão polêmica. Houve quem afirmasse que a criação de programas nesses idiomas seria um “erro grosseiro”, mediante o esforço considerado gigantesco pelo governo português na difusão da “língua pátria”. Questionavam se a oferta de tais programas não constituiria um movimento retrógrado quando o objetivo era a difusão da língua portuguesa.

Contudo, outros acreditavam que apenas no longo prazo poderiam colher os frutos dos programas de governo em desenvolvimento, como as rádios em línguas nativas, a criação de escolas e a difusão do ensino, no qual os programas de “*promoção social*” voltados às crianças e mulheres de Angola estavam incluídos. Questionavam-se o porquê de não fazer dos programas em línguas nacionais veículos de difusão do português⁴¹⁸.

Em um dos textos publicados no *Jornal do Congo*, de 1963, contestava-se a falta de conhecimento das condições de vida dessas populações. Acreditava-se que no interior os educadores deveriam mais civilizar do que ensinar e para isso precisavam ter noção das realidades locais, e assim elaborar um programa de ensino que fosse de fato efetivo. O que demonstra um desconhecimento dos costumes e cultura dos povos que habitavam o interior de Angola. As populações rurais eram analisadas como um todo, mas desconsideradas na sua diversidade. Nesse caso, eram políticas realizadas a partir de Luanda e voltadas para províncias. E Angola, não é Luanda.

Buscavam-se soluções técnicas que atendessem às múltiplas realidades da vida nas províncias, afinal, naquele momento, já se reconhecia as dificuldades e mesmo a recusa no aprendizado da língua portuguesa⁴¹⁹. Lembrando que de acordo com o *Estatuto do Indigenato*, no “ensino e difusão, mas, como instrumento dele, poderia ser autorizado o emprego de idiomas nativos”⁴²⁰. Além disso, que a extinção da condição de “indígena” e aquisição da cidadania passava pelo domínio da língua portuguesa, o bom comportamento, a ilustração e hábitos pressupostos a condição de “civilizado”⁴²¹.

Ou seja, todas as preocupações até aqui esboçadas faziam parte de um projeto amplo de domínio e permanência dos portugueses em território angolano. Para isso,

⁴¹⁷ *Jornal ABC*, op. cit., 1966.

⁴¹⁸ *Jornal ABC*, op. cit., 1965.

⁴¹⁹ *Idem*.

⁴²⁰ *Estatuto do Indigenato*, op. cit, artigo 6º.

⁴²¹ *Ibidem*, artigo 56º.

desenvolviam planos que incluíam leis e medidas político administrativas de “*promoção social*” das populações, mas prioritariamente de mulheres.

Outro problema sinalizado quanto a esse conjunto de estratégias que envolviam a “*promoção social*” de crianças e mulheres em Angola era a considerada falta de formação dos professores. O ensino nas províncias muitas vezes foi ministrado por indivíduos de Angola com formação resultante do curso de Monitores promovidos pela Administração portuguesa. Tais professores falavam os idiomas nacionais com perfeição em comparação ao português.

Acreditava-se que a preparação desses monitores deveria ser maior que a dos regentes escolares. As regentes falavam melhor o português e ainda assim permaneciam em “desvantagem” em relação aos monitores por não dominarem as línguas nacionais. Assim, criticavam dizendo que a maior vantagem dos monitores no conhecimento das línguas nativas era desprezada, à medida em que o conhecimento imperfeito do português era utilizado⁴²².

De fato, conforme Maria da Conceição Neto discute, as estruturas tradicionais da maior parte das áreas rurais do território angolano estiveram pouco tempo sujeitas à ação direta da administração portuguesa⁴²³. As línguas africanas, por exemplo, não tiveram de lutar pela sobrevivência até o século XX. A “apropriação da língua portuguesa por povos de diferentes culturas, em graus diversos e com resultados diferentes não significa “portugualização”⁴²⁴. Assevera a historiadora:

Ao contrário do que por vezes se afirma, nunca houve lei que proibisse falar as línguas bantu mas, proibindo-as nas escolas e exigindo-se o abandono da sua prática como condição prévia para obter o estatuto de “cidadão civilizado”, essas línguas foram marginalizadas no desenvolvimento social e marcadas com o selo da inferioridade. Isso explica a opção pelo português como primeira língua (e depois como única língua) em alguns grupos sociais urbanos. Mas não esqueçamos que até 1975, mais de 70% da população de Angola era rural.

Então, o que busco demonstrar com esse conjunto de iniciativas do governo português na tentativa de “civilizar” e “promover” mulheres por meio de programas de ensino, distribuição de alimentos e roupas, ofertas de cursos, difusão, formação e

⁴²² *Jornal do Congo*, op. cit., 1963.

⁴²³ NETO, Maria da Conceição. As fronteiras por dentro da nação – divisões étnicas, sócio-econômicas e sócio-políticas numa perspectiva histórica. In *Angola: a crise e o desafio democrático*. Luanda, 24 a 26 de agosto de 1992. p. 8-9.

⁴²⁴ NETO, op. cit., 1997. p. 338-339.

investimento no aprendizado da língua portuguesa é que esse processo de colonização tardia, em última instância, seria incompleto, sem o envolvimento das mulheres de Angola. Acreditava-se que a colonização teria adotado um processo incompleto na obra de elevação das massas angolanas ao desconsiderar o papel fundamental da mulher na sociedade africana⁴²⁵. Sem esquecer, evidentemente, que também constituíam esforços de desmobilização de um setor importante, principalmente das áreas rurais, de apoio aos guerrilheiros.

Por meio do esquema de um ensino técnico-profissional e experiências de ações socioeducativas, buscava-se alcançar uma espécie de síntese cultural, uma assimilação, que não rompesse necessariamente com os costumes do meio familiar africano, mas, ao mesmo tempo, enfraquecesse, progressivamente, suas instituições. Dessa forma ocorreria a instrumentalização da tradição no objetivo do desenvolvimento para novas formas de vida social.

Acreditava-se que a mulher, pelo simples fato de não ter sido alfabetizada, ou, pelo pouco contato com a vivência e culturas estranhas, conservasse uma certa “pureza africana” que poderia ser traduzida, no caso do meio rural, como uma lembrança do tempo de não ocupação colonialista. Tal posicionamento tornou-se motor de comando de algumas atividades, posturas políticas e militares dos colonizadores.

Isso demonstra a importância das mulheres para as autoridades administrativas portuguesas; como pilar de uma sociedade e de um colonialismo que, na busca de sua integralidade, não podia existir sem elas, sem sua participação efetiva.

Quer dizer, havia um reconhecimento de que a mulher possuía um papel central nas sociedades africanas⁴²⁶. O estudo que buscava compreender alguns aspectos da “promoção social” da mulher africana em Angola, publicado em 1966, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, de J. A. Soares Fernandes, revela:

(...) É que as instituições do dote, da poligamia, do levirato, do sororato, da família extensa e outras não parecem susceptíveis de reforma com vista à adaptação a uma economia moderna e a um estilo de vida compatíveis com um estado de desenvolvimento econômico e social. Impõe-se, por certo, o respeito de tais instituições e a tomada em consideração da sua influência sobre o comportamento das populações.

⁴²⁵FERNANDES op. cit., 1966. p. 179.

⁴²⁶ De acordo com Laís Rodrigues, a *matrilinearidade* é um dos fatores que evidenciam o protagonismo feminino em Angola. Isso significa que a mulher tem papel de grande relevância, funções determinantes na contagem de parentesco. Ou seja, pertencem a organizações sociais onde elas são tradicionalmente o centro. RODRIGUES, Laís Helena Custódio. *Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda*. Brasília: PPG-DSCI, 2016. p. 92. Dissertação de Mestrado.

Mas tudo isso dentro de certos limites, porque a tendência é para o *enfraquecimento* progressivo dessas instituições, e não para um *revigoramento*.⁴²⁷

Ou seja, supunha-se que as mulheres dos meios rurais eram mais apegadas à tradição e por isso representavam verdadeiros pilares, por fortalecer os costumes e as culturas das sociedades tradicionais africanas⁴²⁸. Por meio delas, era esperado que tais políticas alcançassem a família, aldeia ou comunidade, minorando o peso dos afazeres agrícolas tradicionais e as “elevassem socialmente”. Uma vez promovida, ao expor os seus pontos de vista, explicaria a “outrem” as vantagens da monogamia, a injustiça do dote, a forma como devia constituir-se um lar cristão, os benefícios de uma família nuclear e pouco extensa⁴²⁹.

Em outras palavras, o regime colonial pretendeu esvaziar as estruturas tradicionais de poder, subjugar-las e submetê-las aos seus interesses. A assimilação foi uma política ideológica para “a exploração desenfreada e de forma nenhuma o colonialismo abriu a grande massa dos angolanos a possibilidade de se integrarem e participarem do poder político”⁴³⁰. Importava assegurar a ocupação e progresso dos territórios e sua fixação como povoadores, nas terras onde consideravam ter jogado a vida como soldados, nos sentidos figurado e concreto dos termos⁴³¹.

Essas políticas mapeiam, apontam vestígios, sinais, dos lugares que ocupam ou quiseram que as mulheres ocupassem na década de 1960. A situação das mulheres em Luanda e outras províncias não pode ser plenamente compreendida desconsiderando esse quadro mais amplo, que abraça o fenômeno social em que as inscreve.

2.3. Histórias úter-geracionais, as mães e a guerra

Após 1961, a participação das mulheres na luta anticolonial exigiu delas um posicionamento. Havia todo um clima de medo, insegurança, dúvida quanto ao futuro, revoltas. E, se antes havia hesitações quanto à entrada ou não na guerra, após o início oficial da luta armada, para algumas mulheres, principalmente aquelas que viviam nas

⁴²⁷ Ibidem. p. 181.

⁴²⁸ Ibidem. p. 162.

⁴²⁹ Ibidem. p. 170.

⁴³⁰ NETO, op. cit., 1992. p. 9.

⁴³¹ *Jornal ABC*, julho. 1966.

aldeias do interior de Angola, tal fato se reconfigura. Tendo isso em vista, como mulheres nascidas antes, nos anos de 1940 e 1950 do século XX, e gerações seguintes, elaboraram concepções específicas de sua participação na luta?

Não foram todas as mulheres que participaram da luta de libertação de Angola, nem sequer eram integralmente jovens e determinadas. E as que entraram nem sempre tinham o ímpeto de mudança estrutural. Algumas foram inseridas na guerra, compelidas a, em sentido estrito, lutar pela sobrevivência e buscar por direitos. Outras foram por vontade própria, fardadas e organizadas nas forças militares dos movimentos de libertação. Outras ainda, coagidas ou voluntariamente, inserem-se mais no final da luta anticolonial, em 1974. São narrativas que não podem ser entendidas de forma generalizada.

As circunstâncias que levaram à participação das mulheres de Angola na luta são múltiplas e singulares. Para as que nasceram nas províncias, por exemplo, em alguns casos, a entrada na guerra motivada pelo enfrentamento às dificuldades que afetavam sua vida no campo do trabalho e pessoal — analfabetismo, políticas que não atendiam necessidades locais, fome, deslocamentos incessantes, lavras destruídas, raptos.

O envolvimento na luta como devoção aos filhos, na garantia de um futuro melhor, em defesa do direito de viver e também a libertação do território angolano, mas não inicialmente como algo central são motivações diferentes das mulheres que viviam nos grandes centros urbanos de Angola, nas cidades, onde os efeitos da guerra teriam menor impacto quando comparado às regiões do interior⁴³².

Muitas daquelas que se conheceram na luta provavelmente não teriam uma relação de proximidade ou estariam juntas, defendendo a mesma causa, em outro contexto. As famosas guerrilheiras angolanas talvez não se conhecessem em outra circunstância. Três delas, Lucrecia, Teresa e Engrácia, de origem camponesa, oriundas das zonas rurais de Angola, em outra ocasião, talvez não tivessem contato com Deolinda Rodrigues e Irene Cohen, cidadinas. Deolinda, de formação religiosa e universitária Metodista, com seus estudos e viagens por diversos países, desde muito cedo passou a compor os quadros revolucionários do MPLA, com concepções articuladas aos objetivos de luta. Foi uma das dirigentes destacadas, membro do comitê diretor e uma das líderes da OMA, a organização feminina⁴³³.

Irene Cohen, de muito cedo, ligou-se às atividades da Associação dos Naturais de Angola (Anangola), organização de caráter nacionalista que divulgava “a cultura nacional

⁴³² BOSSLET, op. cit., p. 2014.

⁴³³ RODRIGUES, Limbânia Jimenez. *Heroínas de Angola*. Luanda: Mayamba, 2010. p. 37.

emergente mediante encontros, apresentação de obras, declamação de poemas de poetas angolanos revolucionários como Agostinho Neto, Antônio Jacinto e outros”⁴³⁴. Por volta de 1963, incorpora-se ao grupo católico progressista de Santa Cecília⁴³⁵. Vigiyadas pela PIDE, “parte dos seus membros compreendeu a necessidade de lutar pela liberdade política de Angola”⁴³⁶.

E, embora existam discursos que legitimam e valorizam a participação delas enquanto heroínas, essas mesmas mulheres os interpretam, aceitam ou rejeitam (em termos parciais), a depender do seu contexto. Vale ressaltar que os discursos produzidos a partir dessa vivência são construções sociais, podendo ser modificados dependendo do contexto e saberes específicos.

Com isso quero dizer que não existe forma de analisar as experiências das mulheres que participaram, voluntariamente ou por imposição, na luta anticolonial, sem relacioná-las com o contexto social mais amplo, exposto anteriormente, que são os discursos normatizadores e políticas daí decorrentes sobre/para essas mulheres na sociedade.

Conforme analisou o historiador angolano Fidel Reis, houve um conflito duplo nesse período: o que opunha colonizador e colonizados; e, aquele entre os próprios movimentos de libertação, a FNLA e o MPLA, e mais tarde, a UNITA. E, simultaneamente, o desencadear da luta anticolonial⁴³⁷.

A partir disso, como forma de compreender a tomada de posição dessas mulheres diante das adversidades que se impunham na época, analisei os relatos de algumas das entrevistas realizadas por Dya Kassemble e Paulina Chiziane e publicadas no *Livro da Paz da Mulher Angolana – as heroínas sem nome*⁴³⁸. Resultado de projeto realizado em 2006, envolvendo mulheres de diferentes estratos sociais de seis províncias de Angola — Bié, Cabinda, Huíla, Kwanza Sul, Luanda e Malanje —, é obra que busca demonstrar como a mulher foi afetada pela guerra nas diferentes áreas geográficas onde os depoimentos foram recolhidos⁴³⁹.

Por meio da publicação dessas entrevistas, lidas individualmente, mas selecionadas com base na idade e datas de nascimento (aproximadas) dessas mulheres, separei as narrativas em três grandes grupos, como forma de identificar as gerações a que

⁴³⁴ Ibidem. p. 59-60.

⁴³⁵ D’ANTAS, op. cit., 2012. p. 35-42.

⁴³⁶ RODRIGUES, op. cit., 2010. p. 62.

⁴³⁷ REIS, op. cit., 2010. p. 20.

⁴³⁸ KASSEMBE, Dya; CHIZIANE, Paulina. *O livro da paz da mulher angolana – as heroínas sem nome*. Luanda: Nzila, 2008.

⁴³⁹ Ibidem. p. 11

pertenceram e suas escolhas, motivações, no contexto de guerras⁴⁴⁰, sem querer partir de uma perspectiva estanque na forma como pensavam e agiam. Ressalto que as datas de nascimento possuem margem de erro, pois em vários casos foram identificadas com base na diferença entre a data de realização do projeto e a idade informada.

A geração é aqui compreendida como uma escala móvel do tempo; “incontestavelmente uma estrutura que a análise histórica deve levar em consideração, o que, diga-se de passagem, contribui — se é que isso é preciso — para reabilitar os acontecimentos”⁴⁴¹. É vista, portanto, em compassos, como uma “história em sanfona”, que ao dilatar ou encolher move-se ao sabor da frequência dos fatos inauguradores. É elástica.

No seio dos movimentos de libertação, por exemplo, conviveram várias gerações que despertaram para o debate político em contextos distintos. A cultura política de seus integrantes foi forjada sobretudo no tempo de suas juventudes. A geração é, nesse caso, conforme afirmou Sirinelli, uma “unidade de medida”⁴⁴². Ou seja, pelo viés das culturas políticas, o domínio político também é afetado pelas gerações.

Os relatos da primeira geração analisados são compreendidos como de mulheres nascidas nas décadas de 1940 e 1950 e que cresceram em plena vigência do *Estatuto do Indigenato*. Mulheres que viram suas mães vivenciarem o contexto jurídico da falta de direitos civis, a lida em atividades pouco remuneradas e profissões menores, a falta de escolaridade e a sujeição aos trabalhos forçados em plantações, roças de café, como criadas na casa dos colonos brancos, trabalhos nas estradas, caminhos de ferro.

Trata-se de geração de mulheres que se envolveram na guerra com crianças nas costas, algumas de arma na mão, solteiras ou casadas, e que cresceram numa época de pouco ou nenhuma opção na conquista da cidadania. A participação das mulheres dessa geração na luta anticolonial, como podemos perceber nos relatos abaixo, teve relação direta com os sistemas de classificações colonialistas, que sustentavam diferenças e hierarquizações, presentes em Angola, ao longo de todo o século XX.

Conforme afirmou Selina Makana, a maternidade é altamente considerada em diversas culturas africanas e, por esse motivo, além de informar a identidade social dessas

⁴⁴⁰ Para fins metodológicos, tomei de empréstimo o método usado pela historiadora Georgina Vásquez, que ao realizar análise sobre a experiências de mulheres que não foram mães ao longo do século XX, divide-as em três grandes grupos geracionais. VÁSQUES, Georgina. *Da mãe que não fui: a experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX*. Universidade do Paraná. Curitiba, 2015. Tese de doutorado.

⁴⁴¹ SIRINELLI, Jean- François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína.(orgs) *Usos e Abusos da História Oral*. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 133-134.

⁴⁴² Ibidem. p. 135-136.

mulheres, moldou seu envolvimento político. A luta anticolonial teve um impacto significativo na vida das mulheres e nas estruturas sociais das famílias angolanas⁴⁴³.

Nos relatos analisados no *Livro da paz da mulher angolana*, identifiquei narrativas em que elas expõem as dificuldades encontradas e que as teriam motivado a participar da luta anticolonial. São evidências do clamor da mulher africana e angolana diante dos obstáculos à sua integração social⁴⁴⁴. Constatei como tiveram escolhas fundamentadas com base nas experiências cotidianas, pela experiência do vivido ou daquilo que foi lembrado.

Por exemplo, no relato de A. C., 65 anos, nascida aproximadamente em 1941, no Quilenda, a entrevistada declara que “*no tempo do colono era sofrimento. Se não trabalha na fazenda e na lavra do branco, não come. Se não lava roupa do branco não come. Eu fazia capuca de banana, (...) branco proibia a capuca porque estraga negócio dele, de vinho para os pretos, lá na loja*”. Narra que, tendo em vista essas disputas, morreram famílias inteiras⁴⁴⁵.

Explica B. M., 60 anos, nascida próximo do ano de 1946, natural do Moxico, que foram as mulheres que fizeram “guerra com os prortuguês”. Assinala: “*você mulher ir sozinha na mata, luta contra português, ninguém te mandou. Você só querer acabar vingança de prortuguês contra nossa terra*”. Expõe que eram muitas as mulheres que combatiam nas matas, e que ali era lugar onde o gênero ficava em segundo plano. Conta: “*ali você esquece o que é mulher*”. Narra que os homens fugiam, e as mulheres tinham que se defender com a sua arma, embora com um dos filhos nas costas e o outro agarrado na calça da farda⁴⁴⁶.

Soba, de 58 anos, nascida por volta de 1948, no bairro de Zunza, explica o trabalho que fazia com os militares vindos de muitos lugares de Angola. Relata que “*um tropa*” que vai à frente de combate não pode entrar em casa sem fazer a limpeza do corpo e do espírito, “*para não contaminar a família com os espíritos imundos de todos os lugares onde passou*”⁴⁴⁷. Narra: “*todos filhos de Angola. Mas o que cessou a guerra não foram as armas, mas a união entre as pessoas*”.

⁴⁴³ MAKANA, Shieunda Selina. What the Body Remembers: Traumatic Narratives of War and the Wounded Female Body as Witness. In *The War Needed Women: Gender and Militarization in Angola, 1961-2002*. University of California: Berkeley, 2017. Degree of Doctor of Philosophy.

⁴⁴⁴ KASSEMBE; CHIZIANE, op. cit., 2008. p. 12.

⁴⁴⁵ Ibidem. p. 55.

⁴⁴⁶ Ibidem. p. 35.

⁴⁴⁷ Ibidem. p. 63.

T. A., de 61 anos, com data de nascimento por volta de 1945, explica que onde “*estavam a guerra não chegava, mas sofriam de fome e nudez*”. Narra: “*As sementes faltavam, a comercialização era impossível, até os animais domésticos fugiram para se refugiar nas matas*”⁴⁴⁸.

Outra entrevistada, M.F., de 51 anos, nascida aproximadamente em 1955, afirma que “*a guerra fez sofrer muita gente, destruiu famílias...*”. Explica: “*naquela altura tinha de se fugir à guerra com as trouxas na cabeça, se esconder tipo bicho na mata, é por causa da guerra que primeiro o meu pai morreu na tropa e depois a minha mãe*”⁴⁴⁹.

Como já assinalado, algumas dessas mulheres, na década de 1960, entre os quinze e vinte anos de idade, muitas com filhos, outras com suas mães, participaram, direta ou indiretamente da guerra, não necessariamente por opção. Com isso identifico um rastro geracional nessas motivações, não como algo rígido e imutável, ainda que me ancore em uma periodização temporal regular, mas como algo flexível e que articula saberes apoiados na experiência. É como afirma Selina Makana, uma década de violência colonial e subjugação racial foi caminho forte o suficiente para ativar a memória coletiva das angolanas⁴⁵⁰.

A ideia aqui é a da compreensão das condições históricas que criaram a atmosfera social e política de Angola no período de luta anticolonial. E, por sua vez, estimularam o envolvimento direto ou indireto dessas mulheres na guerra. Essas breves referências permitem esboçar o quadro social da época, já descrito anteriormente, mas reafirmado com base nas palavras da historiadora Conceição Neto:

Numa apreciação rápida da governação colonial, não há grande variação ao longo deste período, no que a maioria esmagadora da população de Angola diz respeito: o trabalho forçado (o “contrato” dos homens, muitas vezes por anos seguidos, mas também o trabalho forçado de mulheres e crianças nas obras públicas); os impostos discriminatórios e excessivos; a expropriação de terras ancestrais transformadas em fazendas de colonos ou de grandes empresas, obrigando à deslocação de comunidades inteiras; o cultivo forçado de géneros coloniais, como o algodão, sacrificando culturas alimentares; os abusos dos comerciantes desrespeitando de modo cada vez mais arrogante as regras não escritas de convivência que lhes haviam permitido, muitas vezes, uma pacífica instalação junto dessas populações rurais... Eram outros tantos motivos de descontentamento,

⁴⁴⁸ Ibidem. p. 130.

⁴⁴⁹ Ibidem. p. 43-44.

⁴⁵⁰ MAKANA op. cit., 2017. p. 62.

que se traduziam com frequência na emigração para colônias vizinhas (do norte e do nordeste de Angola para o Congo Belga, por exemplo)⁴⁵¹.

Todo esse quadro espelha os cruzamentos que consolidaram a luta contra o governo colonial português. São referências que se inscrevem em um quadro familiar, associações, redes de sociabilidade e/ou política que construídas nessa permanente interação “entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”, sobreviveram com base na transmissão oral de uma geração a outra⁴⁵².

A segunda geração de mulheres nascidas nas décadas de 1960 e 1970 iniciou sua vida em plena guerra, sendo filhas da geração anterior, dos anos 1940 e 1950. Nasceram no período em que o colonialismo tardio tentava se impor, agora sob a justificação lusotropicalista. São crianças e jovens que participaram da guerra com suas mães, e tinham entre dez e quinze anos na década de 1970, período do recorte deste estudo. Ou seja, participam da guerra na condição de crianças, mas nem por isso foram menos afetadas.

Foram geradas numa Angola que vivia à sombra do *Estatuto do Indigenato*, assimilacionista⁴⁵³, em plena luta armada. Lembro, no entanto, conforme M’ Bokolo explica, que “a política de assimilação foi de difícil aplicação prática, uma vez que os povos africanos tinham demonstrado uma grande capacidade de resistência cultural; para muitos europeus, considerados “inassimiláveis”⁴⁵⁴.

No excerto, o “triunfo da ideia colonial”, M’ Bokolo faz lembrar que, muito antiga, a teoria da assimilação já não tinha muitos partidários no século XX, embora fosse praticada em muitos espaços coloniais. Essa teoria dava lugar a um vasto debate sobre a noção de igualdade. Com efeito, muitos administradores, portugueses, por exemplo, revelaram-se reticentes à ideia de tratar os seus administrados colonizados como cidadãos de pleno direito. As diferenças econômicas e sociais entre a metrópole e as suas colônias dificultavam a implantação de um modo de vida e organização uniforme.

Tratou-se, portanto, de geração de crianças e jovens que participaram da guerra junto com os pais e configuraram, de alguma maneira, na engrenagem do tempo, o sentido de luta e reação ao colonialismo, fundamentadas por meio de experiências diretas e na memória dos mais velhos. São as crianças e jovens pertencentes a essa geração que

⁴⁵¹ NETO, op. cit., 2000. p. 184-185.

⁴⁵² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

⁴⁵³ M’BOKOLO, op. cit., p. 455.

⁴⁵⁴ Idem.

supostamente poderiam experienciar a vida em uma Angola liberta das explorações e opressões coloniais. É também a geração que convive, de modo mais aberto, ainda que, a depender da região, com certo secretismo e desconfiança, com os discursos contra o regime vigente nos anos 1960.

Refiro-me especificamente às experiências de discriminação racial, social e econômica, próprias do sistema colonial português, vividas também no seio das famílias ou ainda no microcosmo das comunidades do interior de Angola. Mulheres e crianças foram afetadas pela luta anticolonial de forma desigual aos homens. Assim como também reagiram, em termos de envolvimento e possibilidades de participação na luta, de forma desigual Não quero com esse exercício interpretativo reduzir as trajetórias e experiências dessas mulheres.

Como já referi, havia mulheres africanas angolanas negras e brancas; mulheres africanas angolanas negras que se identificavam em termos de grupos etnolinguísticos; mulheres africanas angolanas negras camponesas; mulheres africanas angolanas negras e brancas cidadinas; mulheres africanas angolanas, negras e brancas, que, ainda durante a guerra, saem das províncias e vão para os grandes centros urbanos. Ou seja, são múltiplas as referências e histórias em termos de envoltura na guerra. Nesse exercício interpretativo, busco, no entanto, evidenciar as motivações, escolhas e o envolvimento de mulheres anônimas no quadro da luta armada.

Por exemplo, M., 36 anos, nascida por volta de 1970, explica que no tempo da guerra ninguém falava do amanhã, apenas do momento [tempo presente], “*não fala do futuro com as crianças*”. Narra: “*ficávamos sempre juntos, mães e filhos. Mas a nossa relação não era propriamente de união; era pressão*”⁴⁵⁵. Esse posicionamento também poderia representar a vontade e o desejo de um tempo no qual houvesse amanhãs e não fugas, perdas e danos.

Tendo participado de vários combates, M.B., de 45 anos, nascida por volta de 1961, menciona o fato de o pai ter morrido por conta dos conflitos ocorridos na região onde residia. Afirma ter visto outros membros da família serem massacrados sem poder reagir e daí veio a raiva que a teria levado a se alistar voluntariamente na vida militar, “*apesar de ser mulher*”⁴⁵⁶. Explica que como militar e mulher dedicou-se a “*apaziguar conflitos, a proteger as crianças, jovens e mesmo alguns militares da parte oposta que estivessem*

⁴⁵⁵ KASSEMBE; CHIZIANE, op. cit., 2008. p. 61.

⁴⁵⁶ Ibidem. p. 41.

*em dificuldades ou fossem feitos prisioneiros... ”*⁴⁵⁷. Sugerindo a sensação de descarte e os conflitos desdobrados dessa participação irreparável no pós-independência, afirma: *“enquanto a guerra existia nós éramos úteis”*.

Algumas dessas antigas guerrilheiras são hoje grandes figuras políticas de Estado; outras, como podemos perceber no relato de M.B., não foram reconhecidas e viveram/vivem em situações-limite, ou até na total indigência⁴⁵⁸. Daí seguem-se muitos ressentimentos e outros conflitos de toda ordem.

C. H., de 43 anos, nascida aproximadamente em 1963, raptada por duas vezes, quando regressava para sua casa, vinda da Missão, menciona que algumas jovens ficavam nas Missões *“porque os familiares pensavam que lá estariam em segurança”*⁴⁵⁹. Expõe que a tortura começava com a privação de água para beber e se lavar, com a falta de alimentos, que fazia com que comessem terra.

F. L., de 46 anos, nascida em torno de 1960, no Gabela, revela que seu negócio — onde cozinhava o funge, a kisaka, rama, abóbora, peixe grelhado, cozido —, não parou por causa da guerra. Explica: *“os militares apareciam e diziam: dá lá comida. E você tinha que dar, não havia outra maneira, eles não pagavam, mas estavam com fome. Era prejuízo, mas que fazer?”*⁴⁶⁰. Narra que nesse tempo, *“quando a guerra vinha, tinha que misturar o funge, o calulu e fugir”*⁴⁶¹. Contrariando noções preconcebidas, afirma que foi no tempo da guerra que ganhou mais dinheiro, por existirem menos comerciantes concorrentes⁴⁶².

Com isso busco demonstrar que existiram arranjos e rearranjos para o envolvimento das mulheres de Angola na luta anticolonial. Na memória de inconformidade e inquietações resultantes do contexto normatizador colonial mais amplo, discursos se assemelham e aparecem em gerações diferentes. Ao mesmo tempo em que mulheres se constroem narrativamente enquanto sujeitos de suas próprias histórias. As lembranças da pressão exercida pelo colonialismo enquanto regime político, o massacre de familiares, deslocamentos forçados, torturas e privação de coisas básicas, como o ato de beber água e se lavar, demonstram que muitas daquelas que apoiaram os esforços de guerra tiveram

⁴⁵⁷ Idem.

⁴⁵⁸ MABEKO-TALI, op. cit., p. 38.

⁴⁵⁹ Ibidem. p. 105.

⁴⁶⁰ Ibidem. p. 84.

⁴⁶¹ Idem.

⁴⁶² Idem.

sua participação motivada pelo desejo de proteger seus entes queridos e tangencialmente libertar o país.

L.C, por exemplo, explica que pela terra foram colonizados, “*por ela tivemos todas as guerras. As guerras que existiram foram pela libertação da terra. É tempo de acarinhar a terra e apoiar as mulheres que desde sempre souberam extrair dela, o sustento de gerações*”⁴⁶³.

Selina Makana argumenta que o estado de luto de muitas mulheres de Angola, aguçadas pela perda de algum ente querido, e pelos sentimentos de tristeza, dor e raiva resultantes desse processo, foram elementos que as impulsionaram e compeliram, como um chamado à ação, a se unirem à luta anticolonial⁴⁶⁴. Portanto, a tristeza e o luto de uma mãe pelos seus entes poderiam ser entendidos enquanto uma extensão de sua aflição pela nação⁴⁶⁵. Na perspectiva da autora, tal posicionamento pode ter significado a necessidade de vingar a humilhação e a morte de seus familiares⁴⁶⁶.

Há odepoimento de um terceiro grupo de mulheres que, por sua vez, não citam a idade nem a data de nascimento, podendo pertencer à primeira ou segunda gerações. São mulheres que explicam diretamente o porquê de sua luta contra o colonialismo.

M. Soba diz que defendeu o país mesmo sem ler e escrever, o que recusa determinismos e generalizações que possam ser construídos socialmente a respeito de mulheres analfabetas. Menciona que ela e o marido levavam “*nas costas a criança e no ombro a arma*”; “*as armas nos ombros das mães foram os primeiros objetos que seus filhos tocaram*”. Explica que as mulheres que pegavam o comando de suas famílias, e mesmo com a guerra, eram zungueiras, lavradoras, mães e buscavam água longe para fazer fubá na pedra⁴⁶⁷. Sobre as crianças, os filhos dessas mulheres, o testemunho de uma das mulheres da UNITA, publicado no Jornal Notícia, de 1974, reafirma⁴⁶⁸:

Vi crianças, senhores, conhecerem as armas pelo seu nome. Vi miúdos brincarem em clareiras de mussambas, jogos de guerra, e ouvi-os discutir táticas de defesa e ataque, e demonstrarem uns aos outros o que se deve fazer quando as granadas caem por perto. Vi os seus rostos endurecerem à passagem de helicópteros. E vi-os marchar em arremedos de soldados, abc de uma arte levada às últimas

⁴⁶³ Ibidem. p. 77.

⁴⁶⁴ MAKANA, op. cit., 2017. p. 50 – 55.

⁴⁶⁵ Idem.

⁴⁶⁶ Idem.

⁴⁶⁷ KASSEMBE; CHIZIANE, op. cit., 2008. p. 95.

⁴⁶⁸ Jornal Notícia. 1974.

consequências: luta de homem contra homens, para matar ou morrer.
469

A.M.S. expõe que o sofrimento que viviam tornou os irmãos e a família unidos. Afirma: “*nas matas a vida era dura e sentiam muito ódio e angústia de viver naquelas condições tão desumanas*”⁴⁷⁰. M. F. completa: “*a guerra afastou muitas pessoas do trabalho das lavras. Naquele tempo era só fugir, quem ia na lavra era morto*”⁴⁷¹.

A. M., guerrilheira, cita que foi o destino que a levou às matas, até um envolvimento ingênuo de criança nas coisas da luta, já que era ainda menina quando entrou na guerra. Menciona que na mata, mesmo com a guerra, realizavam eventos como casamentos e festas de batizados. Expõe: “*era um Estado dentro do Estado*”⁴⁷².

Uma outra guerrilheira narra que entrou nas matas a partir do Congo. Fazia parte de um grupo de coristas da igreja e por influência do pastor que falou a elas da situação do país e importância da contribuição de mulheres na luta, achou a causa importante e se alistou⁴⁷³. O testemunho de G. expõe que ainda adolescente foi iniciada nas ideias revolucionárias e por isso aderiu à luta sem saber o porquê das coisas. Narra: “*sai da luta para a massambala*”⁴⁷⁴.

G. F., de Gabela, explica que nesse período viviam em *zig-zag*, ora as pessoas “*viviam acalmia, dançavam, namoravam, casavam e de repente tudo desaparecia*”⁴⁷⁵. Expõe outra entrevistada que “*a vida nas matas era dura, mas pessoas humanas e a solidariedade maior*”⁴⁷⁶; “*os olhos das mulheres podem ser testemunhos da história*”⁴⁷⁷.

Outra guerrilheira, também sem idade e data de nascimento, explica que se alistou ao exército aos 14 anos, depois de ver sua casa derrubada. Narra que assistiu impotente o massacre de sua família. Tendo isso em vista, fez trabalho clandestino, mobilizou amigas para participar na luta de libertação de Angola. Conta que nem o marido sabia de suas posições políticas e que o dia mais feliz de sua vida foi quando os militantes clandestinos foram chamados para uma reunião e quando entrou na sala seu maior espanto foi ver que

⁴⁶⁹ *Jornal Notícia*. 1974.

⁴⁷⁰ KASSEMBE; CHIZIANE, op. cit., 2008. p. 20.

⁴⁷¹ *Ibidem*. p. 115.

⁴⁷² *Ibidem*. p. 133.

⁴⁷³ *Ibidem*. p. 135.

⁴⁷⁴ *Ibidem*. p. 141.

⁴⁷⁵ *Ibidem*. p. 183.

⁴⁷⁶ *Idem*.

⁴⁷⁷ *Ibidem*. p. 136.

o marido estava lá. Explica: “foi o dia mais feliz da minha vida. Fez-me feliz saber que, aquele homem, para além de marido, era companheiro”⁴⁷⁸.

Em outro depoimento, uma testemunha, de nome desconhecido, explica que independentemente das crenças políticas, mulheres de diferentes gerações perderem seus maridos e haveres e hoje zungam por todas as cidades, para sustentar suas famílias⁴⁷⁹.

São concepções transmitidas oralmente, passadas de mães para filhas, por gerações, e que mantiveram a guerra ao longo de treze anos, sustentaram ações, atividades e o comportamento de gerações, na luta contra o regime colonial. A luta anticolonial foi também uma *questão de famílias*.

Em Angola, por exemplo, como capital simbólico, é muito recorrente ouvir relatos de pessoas que tiveram familiares envolvidos na guerra. Um tio, um primo, o irmão, o vizinho. Deolinda Rodrigues era irmã de Roberto de Almeida e prima de Agostinho Neto. Lucrécia Paim tinha um irmão mais velho que já estava envolvido na luta anticolonialista e tendo isso em vista toda a família estava em perigo⁴⁸⁰. Engrácia, filha de camponeses, que foi morar com a tia, encontrava-se nos Dembos quando começou a luta armada⁴⁸¹.

Nesse sentido, busco realizar um exercício interpretativo como forma de compreender as motivações de mulheres anônimas para participar na guerra. No geral, a partir das entrevistas aqui analisadas, motivações, escolhas e envolvimentos justificados também com bases em ingerências da administração portuguesa no cotidiano, direitos e instituições africanas. De fato, como Conceição Neto aponta,

Essas sociedades africanas, privadas de autonomia política e afetadas na sua base econômica, preservaram muitas das suas instituições e sistemas de valores como uma forma de resistência, consciente ou inconsciente, à desagregação e alienação cultural que a situação colonial tendia a impor-lhes. Por outro lado, o regime colonial não parece ter querido destruir o quadro social tradicional, mas apenas explorá-lo, esvaziá-lo de poder e submetê-lo aos seus interesses. A política dita de “assimilação” foi uma camuflagem ideológica para a exploração desenfreada⁴⁸².

⁴⁷⁸ Ibidem. p. 139.

⁴⁷⁹ Ibidem. 135.

⁴⁸⁰ RODRIGUES, op. cit., p. 69.

⁴⁸¹ Ibidem. p. 73.

⁴⁸² NETO, Maria da Conceição. As fronteiras por dentro da nação – divisões étnicas, sócio-econômicas e sócio-políticas numa perspectiva histórica. In *Angola: a crise e o desafio democrático*. Luanda, 24 a 26 de agosto de 1992. p. 8-9.

Em algumas províncias, a casa não estava separada dos campos agrícolas em que mulheres trabalhavam, nem muito menos dos campos de batalha. A “casa”, entendida nos termos de Makana, como uma complexa rede de relações sociais que envolve família, amigos, conhecidos e muitas vezes até os inimigos⁴⁸³. Em tempos de guerra, o lar muitas vezes foi o primeiro espaço de mobilização de mulheres⁴⁸⁴. Como sustentou Selina Makana, de acordo com as palavras de uma de suas entrevistadas, ex-combatente, “*a luta precisou de mães*”⁴⁸⁵.

Uma das principais estratégias dos movimentos de libertação para garantir e facilitar a entrada das mulheres na guerra foi a criação de organizações femininas dentro dos movimentos, ainda que as atuações de mulheres já existissem, mas não de forma organizada. Logo, podemos deduzir que muitas das que apoiaram as organizações femininas fizeram isso também por conta da participação de seus familiares, ativos nesse contexto de lutas.

Tanto no livro de Dya Kasembe e Paulina Chiziane, quanto nas entrevistas que realizei durante o trabalho de campo em Luanda, as quais examino mais detidamente no capítulo cinco desta tese, identifiquei narrativas que frisavam a herança de luta contra o colonialismo como respeito aos mais velhos. São recorrentes as narrativas que evocam a atuação política da mãe e/o do pai como responsáveis pelos movimentos políticos das gerações seguintes.

A mulher de Angola exercita-se nesse papel de mãe e trabalhadora no quadro de estruturas familiares tradicionais e, ao mesmo tempo, submetidas a um estatuto jurídico incerto, em decorrência do colonialismo. Elas assumem importância social ampla no quadro dos desequilíbrios sociais provocados pelo contexto da guerra, aceleração das correntes migratórias para a cidade e posicionamento em relação ao regime colonial, participando direta ou indiretamente da guerra.

Com essa tentativa de organizar o tempo em gerações, busco demonstrar que os sentimentos e experiências vivenciados a partir do contexto colonial e da guerra de libertação não foram lineares e muito menos teriam correspondido ao padrão descrito e construído pelas autoridades portuguesas com base no “mito da mulher de Angola”: sem agência, autóctone, indígena, carente de alfabetização e educação sanitária.

⁴⁸³ MAKANA, op. cit., 2017. p. 1-12

⁴⁸⁴ Ibidem. p. 39.

⁴⁸⁵ Ibidem. p. 38.

Pelo contrário, conforme afirmou Selina Makana, essas mulheres constroem-se enquanto sujeitos da história e, em sua agência, entendida não apenas como sinônimo de resistência ou capacidade de satisfazer interesses próprios ou coletivos, movimentam-se. Aperfeiçoam sua capacidade de ação a partir — e em resposta a — das situações de subordinação que vivenciavam no cotidiano⁴⁸⁶.

Ao mesmo tempo que havia um desejo de participação, existia também o sentimento de falta de um outro mundo possível. Ou seja, trata-se da história de grupos (gerações) heterogêneos que contraria inclusive o ideal de “mulher” no mundo ocidental. Portanto, questiona representações, estereótipos e discursos a respeito das mulheres de Angola.

Como busquei sustentar, não houve uma única maneira de mulheres participarem e contribuírem com a luta anticolonial. As experiências, motivações e níveis de envolvimento foram múltiplos e dependeram de diferentes fatores, incluindo onde residiam, o modo como a guerra afetou o cotidiano, o movimento de libertação a que pertenceram — se pertenceram —, suas bases etnolinguísticas.

A guerra destrói os meios básicos de sobrevivência de muitos sujeitos: aldeias, abrigos, estradas, acesso às comodidades básicas, zonas agrícolas, lavras, meios de produção, redes afetivas e de proteção. As conexões com a família e a comunidade são afetadas e isso atingiu diretamente as mulheres, mas prioritariamente aquelas das zonas rurais, o que fez com que as mulheres não apenas experimentassem a guerra de maneira diferente dos homens, mas também que fossem mobilizadas de modo muito particular, não necessariamente desprovido de contradições e complexidades.

2.4. Da promoção para emancipação: a integração da mulher como projeto total de Revolução

Em Angola, a década de 1970 representou uma ruptura em relação às práticas sociais dos anos 1960. Tecnicamente o país ainda era uma colônia portuguesa, embora, a depender da região, fosse chefiado pelos movimentos de libertação, com áreas de influência evidentemente definidas. A Frente Nacional de Libertação de Angola (UPA-FNLA) possuía zonas de influência principalmente na região Norte de Angola. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) possuía várias zonas

⁴⁸⁶ MAKANA, op. cit., 2017. p. 57.

autogestionadas. A província e capital Luanda foi considerada a 1ª Região político-militar (RPM)⁴⁸⁷. O enclave de Cabinda, com as florestas de Mayombe servindo de cenário para a guerrilha, era a 2ª Região político-militar⁴⁸⁸. Mbah explica que o enclave de Cabinda assegurava, do ponto de vista econômico, o controle militar de uma das regiões mais estratégicas de Angola, onde se localizava a maior reserva petrolífera do país. O MPLA tornava-se, por assim dizer, um interlocutor incontornável.

Ainda como áreas de influência do MPLA, a partir de 1966, no território da Zâmbia, foi inaugurada a sua 3ª Região político-militar, integrando as províncias do Moxico e do Kuando-Kubango⁴⁸⁹; considerada o mais importante centro de guerrilha criado pelo MPLA e o que mais teria causado problemas ao exército colonial português. E, a partir de 1968, período de “generalização da guerra”, são criadas a 4ª Região político-militar englobando as províncias da Lunda, Malanje e Kuanza Norte. A quinta Região político-militar, criada em 1970, compreendendo as províncias do Huambo, Bié Benguela e Kuanza Sul; e por último a 6ª Região político-militar, na província da Huíla. No entanto, a ação mais efetiva da guerrilha não se manteria constante durante todo o período da luta armada.

Sobre este ponto, Marcelo Bittencourt assinala que “a Região Político-Militar” foi um recurso organizacional da estratégia guerrilheira do MPLA que, ao mesmo tempo em que favoreceu a ideia de que o movimento atuava de forma constante em toda a extensão da região, esteve muito longe de acontecer⁴⁹⁰. Nestas regiões, a atuação mais efetiva do MPLA ocorreu no Moxico e em parte do Kuando-Kubango⁴⁹¹. Em outras localidades, não conseguindo consolidar seus acampamentos. Devido a guerra, essas regiões foram sendo construídas e reconstruídas durante todo o período de luta anticolonial. Tal fato sugere que essas zonas não foram continuamente “libertadas”.

⁴⁸⁷ Luanda foi declarada como 1ª região político-militar após os ataques do 4 de fevereiro, quando angolanos irromperam ataques à Cadeia de São Paulo e Casa de Reclusão, dando início à Luta Armada. MBAH, Jean Martial Arsene. *As Rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) – 1961-1975*. Luanda: Mayamba, 2010. p. 233. A data do início da luta armada é marcada por muitas controvérsias. Não entrei no mérito da questão.

⁴⁸⁸ MBAH, op. cit., p. 234

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ Bittencourt. Op. Cit. 2002. p. 439.

⁴⁹¹ Idem.



Figura 1. Mapa de Angola. Fonte. SUNGO, Marino Leopoldo. Disponível: <https://kadila.net.br/angola-caracterizacao-e-formacao-do-pais/>. Acesso em 25/09/2021.

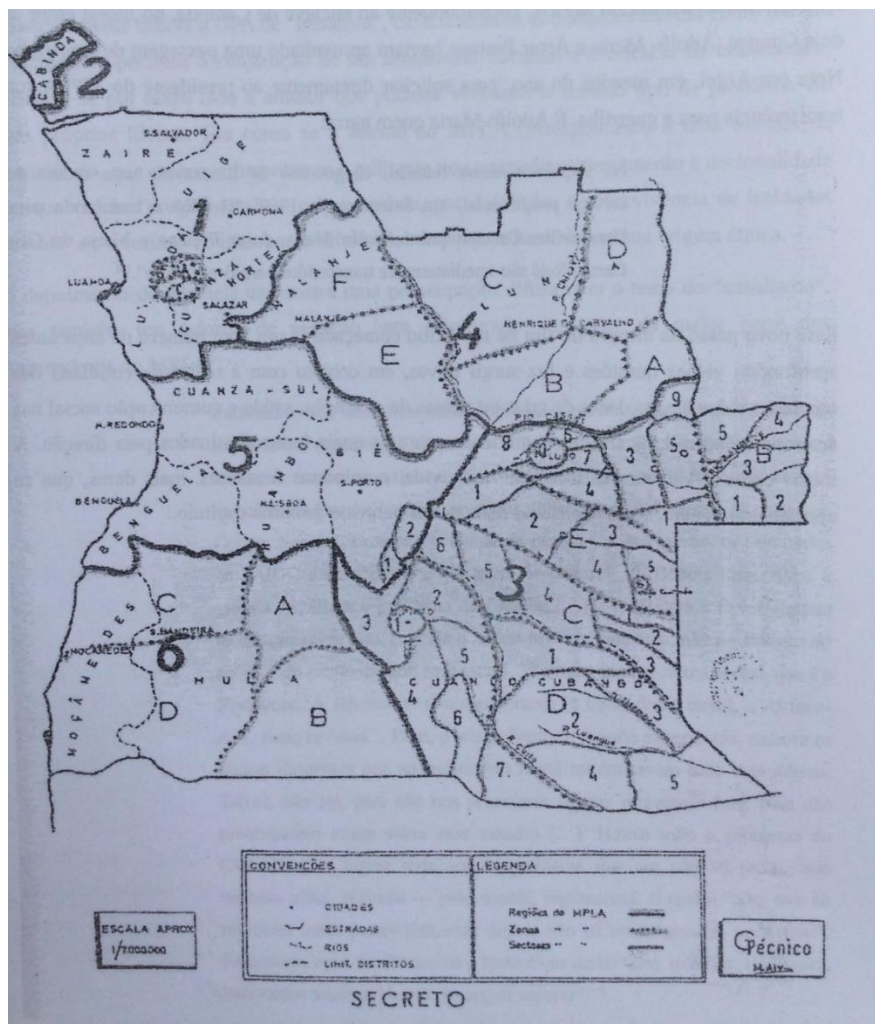


Figura 2. Mapa das regiões político-militares do MPLA. Fonte: FIGUEIREDO, Fábio. Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980. Salvador, 2012. p. 284.

Em 1966 surge no espaço político e militar angolano a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que vinha reforçar a luta contra o colonialismo português, no Centro e no Leste do país. Nessas áreas, esses movimentos agiam de modo independente e enfrentavam o desafio de seus próprios problemas. Para alguns, a ideia da independência aparecia acompanhada de medo e pânico; outros a viam com euforia e excitação. Foi época marcada por um sentido de realização de que tudo poderia acontecer em uma Angola livre.

Os anos de 1970 foram também momento de consolidação de expectativas e experiências com a nova possível sociedade do futuro; pessoas se relacionavam, e, embora receosas, quebravam barreiras. As afinidades políticas promoviam solidariedades outrora impensadas. Depois do 25 de abril de 1974, quando foi derrubado o regime ditatorial português, o “uso feito das liberdades políticas refletiu uma “descompressão” que ninguém quis ou não pôde conter, e que rapidamente ultrapassou os limites daquilo que havia sido até então o sistema político angolano”⁴⁹².

Foi o momento que possibilitou a definição e discussão de tendências políticas em maior liberdade, e que permitiu aos movimentos de libertação participarem de eventos públicos, como comícios, cerimônias e organizações sindicais, em que debatiam-se programas e ideários na busca de politizar as massas populares.

Como parte dessas novas possibilidades de vivenciar o político e reconstruir essa Angola futura, a sociedade angolana se desfaz e se refaz em um curto período de tempo, alterando substancialmente a formação social de sua estrutura. Particularmente, os meses de outubro/novembro de 1974 são de importância crucial, pois marcam o momento que os três movimentos de libertação puderam mostrar uma certa disposição para colaborar entre si, uma vez que o 25 de abril passou a representar uma abertura de perspectivas históricas imediatas para a independência de Angola⁴⁹³.

É período de continuidade da guerra de libertação, mas que permite aos movimentos anticoloniais saírem das matas e ir para as cidades, principalmente para Luanda, na busca de consolidar posições políticas em uma esfera mais ampla, “alterando os termos de toda a luta pela escolha de um modelo de descolonização”⁴⁹⁴. E os estudantes que viviam no exílio ou faziam parte da rede clandestina retornam a Angola a fim de participar da reconstrução do país. Para Heimer, os três movimentos seguiram estratégia idêntica na medida em que, por um lado, buscavam garantir apoio das suas bases tradicionais e, por outro, tentavam mobilizar apoios e simpatias maiores⁴⁹⁵.

Nesse período, os três movimentos de libertação já possuíam suas organizações de massa para mulheres e jovens e as utilizavam com vistas a fazer propaganda política, junto às massas populares, de boca em boca⁴⁹⁶. Nas grandes cidades e, em menor medida,

⁴⁹² HEIMER op. cit., 1980. p. 42-43.

⁴⁹³ Ibidem. p. 56

⁴⁹⁴ HEIMER, Franz-Wilhelm. op. cit., 1980. p. 43-46

⁴⁹⁵ Ibidem. p. 63.

⁴⁹⁶ Idem.

nas aldeias e vilas, trabalhavam em ações de mobilização⁴⁹⁷. As divergências entre os movimentos apareciam mais através dos contatos, alianças políticas, atividades desenvolvidas e linguagem competitiva do que em programas explícitos de governo.

Heimer cita que nesse período as possibilidades de outros partidos políticos competirem com os três movimentos de libertação para conseguir apoio da população não branca tornaram-se praticamente inexistentes. A maioria dos partidos desapareceu desse cenário em novembro/dezembro.⁴⁹⁸

Seguindo estilos diferentes, mas na busca de conquistar a simpatia dos populares, mulheres vinculadas às organizações femininas dentro desses movimentos (muitas das quais participavam diretamente da luta de libertação) saíram das matas com os movimentos anticoloniais e passaram à fase de consolidação de suas estruturas, (re) organizando-se coletivamente nas cidades e aldeias. Atuavam no trabalho de distribuição de alimentos, coordenando campanhas colaborativas, doando roupas, mantimentos, trabalhando na alfabetização e, enfim, responsabilizavam-se por todo um trabalho de formação e logística pré-existentes a esse contexto de reestruturação social da sociedade angolana.

Essas ações buscavam atingir uma “*promoção social*” da mulher angolana, que diferentemente daquela buscada pelo colonizador, visava uma *emancipação* feminina, conceito que entra para a esfera pública, segundo as notícias de jornais aqui analisadas, a partir de 1974 e passa a ser manejado cada vez mais na voz de mulheres angolanas, urbanas e rurais, na tentativa de garantir os espaços conquistados com a luta de libertação, embora a guerra ainda estivesse em curso. Mas o que, nas vozes dessas mulheres, viria a ser a emancipação?

Em texto publicado no *Diário de Luanda*, em março de 1975, uma das componentes da Liga da Mulher Angolana (LIMA) responde, em termos simples: “emancipar é tornar alguém maior e mais responsável”⁴⁹⁹. Explica que no caso da mulher angolana, emancipar seria retirá-la do estado de subserviência em que se encontrava, submetida ao longo de anos à opressão e exploração do colonizador, e fazê-la ocupar o lugar a que tinha direito como esposa, como mãe, como operária ou intelectual.

Emancipar seria torná-la livre e responsável, entendendo liberdade e responsabilidade enquanto direito de escolha consciente do que elas mesmas julgavam

⁴⁹⁷ Idem.

⁴⁹⁸ HEIMER, op. cit., 1980. p. 60.

⁴⁹⁹ *Jornal Diário de Luanda*, março. 1975.

melhor para elas, respeitando limites da liberdade do outro. Com isso, queriam ser “dignificadas”, “defender a família” e “crianças”, em “pé de igualdade com os homens”. Narra a depoente: “*só sereis livres se vos sentiredes emancipada, dignificada e respeitada*”⁵⁰⁰.

A partir das transformações decorridas desse contexto político depois de 25 de abril de 1974, passa a existir uma mudança na chave do que é entendido por “*promoção social da mulher*”. Ou, pelo menos, em termos de visibilidade. A entrada das mulheres nos movimentos anticoloniais, através das organizações femininas, OMA, LIMA ou AMA, passa a pressupor a *emancipação* dessas mulheres como algo inserido no próprio processo de libertação de Angola.

É construída a ideia de que foi por demonstrar desenvoltura nos domínios da guerra, “alcançando vitórias”, por meio de fatos concretos, que a mulher tem a força necessária para lutar por sua emancipação. Elas buscam demonstrar à sociedade angolana que estavam no nível de sua *promoção*⁵⁰¹. É evidente que isso gerou discussões de várias ordens.

Havia setores dentro dos movimentos de libertação que entendiam que as mulheres já estavam emancipadas por também “verterem o seu sangue pela liberdade de Angola”⁵⁰². Subtendia-se que a própria participação na luta de libertação já fazia delas “livres”. Nesse cenário era vivo o reconhecimento do papel crucial que as mulheres, embora não se conhecessem, pertencessem a diferentes classes e grupos sociais, desempenharam durante a luta de libertação nacional. Em um dos comícios da UNITA, um dos dirigentes, que discursa para centenas de mulheres, confirma⁵⁰³:

(...) vieram de longe, a pé. Nas matas as mães já fizeram quilômetros e quilômetros e agora só pedimos aos papás que respeitem as mães. Que não as considerem mais como objeto, mas que as considerem como companheiras dos momentos felizes e dos momentos tristes. Como a mulher participou de arma na mão para a liberdade de Angola, é preciso também que ela seja respeitada mesmo que ela tenha uma ideia diferente daquela que por sistema está habituada. Pedimos que ela seja respeitada⁵⁰⁴.

⁵⁰⁰ Idem.

⁵⁰¹ Ibidem. Junho, 1975; Entrevista Miraldina Jamba, Luanda, 2018.

⁵⁰² *Jornal Diário de Luanda*. 1975.

⁵⁰³ Não aprofundarei o debate, contudo, lembro que trata-se de pressupostos que normalizam a heterossexualidade. A própria heterossexualidade é construída com base no pensamento binário, nos quais os papéis de gênero giram em torno das percepções do que seriam expressões sexuais apropriadas ao homem e à mulher.

⁵⁰⁴ Idem.

Para além da vontade de emancipação, ampliava-se ainda o leque do que até então foi compreendido enquanto “exploração” e “opressão” da mulher de Angola. Houve um alargamento dessas concepções bem como da compreensão de seus limites. Passaram a ser compreendidas também enquanto crítica às concepções tradicionais africanas, principalmente no que diz respeito à prática de alambamento⁵⁰⁵, a poligamia, falta de instrução e o espírito de submissão que supostamente incitavam⁵⁰⁶.

Segundo texto publicado em dezembro de 1974 no *Angola/Revista*, *O papel da mulher na Revolução*, e replicado com título diferente no *Diário de Luanda*, *A mulher na Revolução angolana*, o pensamento tradicional africano também levantava sérios obstáculos à integração da mulher na luta de libertação, pelo fato de as impedir de participar das atividades políticas, culturais e sociais dos movimentos, embora o colonialismo tenha mesmo piorado essa situação⁵⁰⁷.

Uma tese fundamental que deriva dessa compreensão é o fato de as mulheres africanas terem sofrido uma dominação dupla, gerada pelo colonialismo e pela dominação masculina dos sujeitos colonizados. Na perspectiva de Oyèrónké Oyěwùmí, no texto intitulado *La colonización de las mentes y los cuerpos: Género y Colonialismo*, não é que houve dois colonizadores, mas sim duas formas de opressão como resultados do processo de colonização em relação às mulheres africanas⁵⁰⁸. Os europeus colonizaram as mulheres africanas como africanas e como mulheres africanas. E assim desfrutaram da dominação, exploração, inferiorização racial e marginalização de gênero.

Conforme discuti no primeiro capítulo desta tese, Oyèrónké Oyěwùmí considera importante realizar a combinação dos fatores de raça e gênero porque as mulheres europeias não ocuparam a mesma posição na ordem colonial que as mulheres africanas⁵⁰⁹. Segundo a investigadora, seguindo a lógica de uma pirâmide, primeiro situavam-se os homens (europeus), depois as mulheres (europeias), os nativos (homens africanos) e o Outro (as mulheres africanas). As mulheres africanas colonizadas ocupavam a categoria residual e sem especificidade “o Outro”⁵¹⁰; qualquer outra coisa,

⁵⁰⁵ Tradicionalmente, o alambamento ou ilembu, ou lobolo, insere-se em contexto que envolve a aliança entre duas famílias e o pagamento do dote.

⁵⁰⁶ *Jornal Diário de Luanda*.

⁵⁰⁷ *Angola/Revista*, op. cit.; *Jornal Diário de Luanda*.

⁵⁰⁸ OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. La colonización de las mentes y los cuerpos: Género y colonialismo. In *La invención de las mujeres – Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Colombia, Astraea, 2017. p. 209.

⁵⁰⁹ Idem.

⁵¹⁰ Ibidem. p. 209.

sendo objeto ou inumano, o que tornaria pior cada vez mais a condição da mulher nesses contextos.

Ou seja, a colonização, além de ser um processo de racialização e inferiorização dos sujeitos colonizados, foi também procedimento no qual se institucionalizou e legitimou a hegemonia masculina nas sociedades africanas⁵¹¹. O Estado patriarcal foi sua manifestação definitiva, no qual inclusive, na perspectiva da investigadora, muitos colonizados, seguindo a direção do colonizador, abandonaram sua história e valores para abraçar os europeizados⁵¹².

Suponho, portanto, que já existia esse tipo de apelo nos anos 1960, mas foi sobretudo nesse período de maior abertura política, nos anos 1970, que essas ideias puderam circular e tiveram maior aceitação na esfera pública. O contexto das discussões sobre a emancipação feminina e o alargamento das concepções de “opressão” e “exploração” entram na ordem do dia.

Foi esse cenário aberto de disputas que permitiu o reconhecimento de que as mulheres camponesas, principalmente aquelas que viviam no meio rural de Angola, eram grande maioria na luta anticolonial. Além disso, eram um elemento importante no processo produtivo de bens materiais.

Verificava-se que a participação na luta de libertação das mulheres das cidades era menor que das mulheres do interior, mais afetadas pela guerra⁵¹³. E que mais de 80% do povo de Angola vivia no interior, o que fazia com que em Luanda o aspecto da luta armada por vezes fosse esquecido⁵¹⁴. Corrobora o documento⁵¹⁵:

(...) O nosso povo é constituído por 85% de camponeses e os restantes 15% estão distribuídos pelas outras três grandes classes; a dos operários e a pequena burguesia nacional. (...) Nas discussões políticas das nossas reuniões, por vezes, esquece-se que estamos em guerra e, portanto, preocupamo-nos muito com aspectos secundários da nossa vida, com contradições secundárias e deixa-se esta principal que é a tarefa de libertação do país, a contradição entre o povo angolano, todo ele, e os inimigos que invadiram o nosso território.

Portanto, sem o enfrentamento dos entraves que representavam “obstáculos à integração da mulher na luta de libertação”, a “revolução” seria incompleta”, pois não

⁵¹¹ Ibidem. p. 256.

⁵¹² Ibidem. p. 252.

⁵¹³ *Jornal Diário de Luanda*. 1975.

⁵¹⁴ Idem.

⁵¹⁵ Idem.

permitiria o total envolvimento da mulher nos aspectos políticos, econômicos e sociais de Angola⁵¹⁶. Nos termos de documento da OMA, “revolução é a revolta de um povo com o fim de mudar um regime político, econômico e social”⁵¹⁷. É não apenas a conquista da liberdade pelos homens, mas também, conforme afirma a fonte, “momento de quebra dos tabus que consideravam a mulher como um ser inferior aos homens fazendo dela um objeto das mais variadas discriminações”⁵¹⁸.

Por força de expansão do domínio português em Angola, a mulher havia sido forçada a trabalhar como mão de obra barata. Para tanto, discutiam-se as condições derivadas dos hábitos e costumes herdados do colonialismo, como o sentimento de inferioridade, o racismo, o espírito de passividade e servilismo⁵¹⁹.

Essa discussão foi tema-base para debate no *1º Seminário Regional da OMA* e norteou os estudos-ações que buscavam melhores formas de conquista da emancipação da mulher angolana. Era uma análise mais acurada das condições de exploração e opressão da mulher. Entendia-se a mulher angolana a partir de diferentes classes e níveis sociais, como camponesas, operárias, domésticas, quitandeiras, funcionárias, intelectuais, etc⁵²⁰. A mulher de Angola era vista e reafirmada na condição de trabalhadora.

Uma das primeiras conquistas das mulheres teria sido pegar em armas ao lado dos homens, fosse para atacar o inimigo ou defender sua base e filhos⁵²¹. As angolanas reclamavam o fato de terem se organizado de forma autônoma e independente ao observarem nas matas o dia a dia dos guerrilheiros e, por meio de suas experiências, se auto-organizarem, prestar assistência aos guerrilheiros, também através de “manobras políticas e militares da luta revolucionária”⁵²².

Por outro lado, apoiando os homens não apenas como companheiros, mas “sobretudo criando uma estrutura que foi da educação das crianças, sua escolarização, até ao amanho das terras e à enfermagem, não esquecendo, como é evidente, o processo de conscientização da mulher angolana”⁵²³, ações protagonizadas por mulheres, conforme afirmam, de forma autônoma e independente.

⁵¹⁶ Idem.

⁵¹⁷ ANTT. O membro da OMA e a Revolução – OMA Brazaville. 26.01.1965.

⁵¹⁸ Idem.

⁵¹⁹ *Jornal Diário de Luanda*. 1975.

⁵²⁰ Idem

⁵²¹ *Jornal Diário de Luanda*. 1974-1975.

⁵²² Idem; Entrevista Guilhermina

⁵²³ Idem

A intervenção da mulher na luta anticolonial foi vista como algo fundamental para o desenvolvimento do processo de conquista da liberdade. Aconteceu tão somente por meio de participação ativa, direta ou indireta, na luta anticolonial e depois, no médio e longo prazo, no processo de “enfrentamento” indireto, por não envolver uma confrontação mais aberta contra os homens, pela *emancipação feminina*⁵²⁴.

No período de quase sobrevivência e consolidação da luta de libertação contra o colonialismo português, não era aceitável que as lutas fossem diferenciadas⁵²⁵. Em todas as entrevistas realizadas e analisadas, as mulheres fizeram questão de ressaltar que lutavam “ao lado dos homens”. Buscava-se a unidade dos angolanos e das forças políticas de Angola. A princípio, a luta pela emancipação da mulher foi tema considerado secundário para os movimentos de libertação; paulatinamente, quando os movimentos mostraram disposição para colaborarem entre si, o tema começou a ser debatido.

Passa a existir um entendimento de que a situação da mulher, quer dentro da ordem jurídica portuguesa, ainda em vigor, quer dentro dos conceitos tradicionais africanos, deixava muito a desejar. Portanto, no quesito “libertação da mulher”, novas estruturas e concepções políticas precisariam alterar esse estado de coisas, colocando-a em um plano de igualdade com o homem.

Maria do Céu Carmo Reis explica que foi por meio de organizações revolucionárias que a mulher pôde iniciar seu processo de emancipação. Em um primeiro momento anticolonialista, com a possibilidade de sair da situação de exploração e alienação imposta pelos colonizadores por meio do trabalho forçado, salários diminutos, racismo. Posteriormente, no período da “reconstrução nacional” de Angola, buscar-se-ia caminhar rumo à *emancipação* da mulher angolana⁵²⁶.

A título de exemplo, promovido pelo governo de transição, no quadro da *Semana de Unidade Nacional*, em junho de 1975, ocorreu o primeiro encontro oficial entre as delegações das três organizações femininas ligadas aos movimentos de libertação, com o fito de acompanhar mais de perto os problemas e aspirações da mulher angolana.

É momento em que as representantes femininas dessas organizações que têm espaço de voz lamentam a não existência de mulheres no governo de transição. Ou seja, embora tenham participado nas cidades, aldeias e maquis da luta anticolonial, não estiveram presentes nas mesas de negociações desse processo de independência.

⁵²⁴ *Jornal Diário de Luanda*. 1974

⁵²⁵ *Idem*.

⁵²⁶ *Jornal Diário de Luanda*, op. cit., 1974-1975.

Nesse encontro, as mulheres da OMA lembraram que como a mulher de Angola esteve presente nos momentos mais difíceis da luta de libertação, e nesse momento de reabertura continuavam a participar, era preciso que o governo de transição levasse em consideração seu papel em nível nacional.

As mulheres da LIMA recordaram que muitas daquelas, presentes na *Semana de Unidade Nacional*, sabiam manejar armas e nenhuma delas era inferior a qualquer homem que fosse consciente dos seus deveres e do momento que atravessavam. Fez referência à luta armada em que centenas de mulheres foram obrigadas a participar nas matas do norte, do centro e o do leste de Angola.

As mulheres da FNLA congratularam o governo de transição pela ideia de inclusão das organizações femininas na *Semana de Unidade Nacional*⁵²⁷. E, além disso, colocaram-se como parte integrante nos debates que envolviam as questões e problemas internos de Angola naquele período.

Segundo o texto, cogitava-se a junção das organizações femininas em uma só. Pretendia-se promover mais encontros entre o governo e as organizações da mulher angolana e, como uma organização única, em conjunto, discutir os problemas e soluções comuns que atendessem a todas as mulheres. Ao final do encontro, foi recomendada a necessidade de comunicação junto às bases, no sentido de incentivá-las a conviverem mais e se enquadrarem para que as divergências que certamente existiam pudessem ser desvanecidas⁵²⁸.

Apesar das contradições e pressões de todo tipo no que se refere às oposições entre os movimentos e essas organizações, foi um período de tentativa de redução das divergências e dicotomias ultrassimplistas que ignoravam a constelação complexa dessas organizações.

Como demonstrei anteriormente, quando não se fazia diretamente, nas frentes de batalha ou na luta clandestina, ainda assim a mulher não deixava de ser abalada pela guerra, dado a sua condição de “angolana”, e as circunstâncias de eventuais laços familiares com pessoas envolvidas na luta de libertação nacional, o que as envolvia diretamente, fazendo delas alvo direto de represálias e ao mesmo tempo mantenedoras de agregados familiares⁵²⁹.

⁵²⁷ *Jornal Diário de Luanda*, julho. 1975.

⁵²⁸ *Idem*.

⁵²⁹ *Idem*.

O planejamento da luta de libertação desenrolava-se, quase sempre, nas cidades. O recrutamento das primeiras mulheres combatentes acontece no seio de uma pequena burguesia angolana que vivia nos grandes centros urbanos, mas foi sobretudo nas áreas rurais, onde a mulher desenvolvia atividades com agricultura e o trabalho com as lavras, que a guerra expandiu e se consolidou. A participação dessas mulheres, cujo alcance ainda vem se definindo, ocorreu de diversas maneiras.

Nas matas, as pequenas atividades como a recolha da água dos rios, transportada na cabeça, após caminhadas de longas distâncias, as refeições que chegavam àqueles que estavam na frente de combate, que não matava a fome, mas fornecia o mínimo de calorias para se manter de pé, as informações repassadas no boca a boca eram trabalhos considerados vitais por garantirem a continuidade da guerra.

Com a convocação das primeiras frentes de combate contra o colonialismo português, reflexo dos anos de guerra, generalizou-se o recrutamento das massas populares, entendendo o recrutamento no sentido mais amplo do termo, não apenas para o serviço militar e de armas na mão.

Data de 1974 a criação de unidades militares femininas das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA/MPLA), período em que os movimentos de libertação buscavam garantir a participação de homens e mulheres na luta anticolonial⁵³⁰. Mbeto Traça explica que muitas foram as mulheres urbanas de todas as idades que no cumprimento da ordem “*todos para o interior*”, participaram das atividades militares. Foi ocasião em que várias mulheres puderam se alistar e envolver-se em combates no interior do país. Na época, participar da luta anticolonial, por meio das forças militares dos movimentos nacionalistas, era visto com grande prestígio.

Segundo Margarida Paredes, tais destacamentos femininos foram um dos mecanismos usados para que mulheres angolanas pudessem fazer parte da história militar do país⁵³¹. Makana completa ao afirmar que “a presença da mulher soldado ofereceu a possibilidade de interromper esses binários de gênero e limites rígidos de soldado”⁵³². Assim, essas mulheres desestabilizavam a ordem social do aparato militar.

Em relação às mulheres não militares, diante da falta de preparação técnica de algumas delas, investiu-se na mobilização de seu potencial, na produção agrícola e no

⁵³⁰ TRAÇA, Mbeto. *Do EPLA ÀS FAPLA*. Luanda, Mayamba, 2013. p. 136.

⁵³¹ PAREDES, Margarida. *Combater duas vezes – Mulheres na Luta Armada em Angola*. Lisboa: V/H, 2015.

⁵³² MAKANA, op. cit., 2017. p. 65-86.

transporte de material de guerra — para abastecimento das bases militares distribuídas pelo interior — e até em atividades quase anônimas nos domínios da saúde, educação, enfermagem, tendo em vista as dificuldades, limitações humanas e materiais de toda ordem decorrentes da guerra.

Essas mulheres sofreram as dificuldades angustiosas e difíceis da luta de libertação e, nesse período de reconstrução nacional, cobrava-se o reconhecimento dos papéis desenvolvidos e mais do que isso, sua emancipação. Para tanto, as mulheres das cidades, mas principalmente das aldeias, passam a ser incentivadas a participar de organizações de massa, a fim de garantir direitos nas primeiras linhas de luta.

Com isso, buscava-se demonstrar aos maridos, filhos, irmãos, que a mulher tinha a mesma capacidade de planejamento e execução do homem. As discussões sobre a emancipação da mulher envolviam também o exercício da democracia, na garantia e busca de igualdade perante a lei, e o desejo de maior participação política. A maneira como se travava os debates de reconstrução nacional passava a determinar o modo como essa possível emancipação poderia ser vista posteriormente. Maria Mambo Café, militante do MPLA desde 1962, e conseqüentemente da OMA, comenta, em 1974, que era necessário⁵³³ :

(...) redobrar a vigilância revolucionária, intensificar a mobilização das massas femininas, aumentar e organizar as companhas de alfabetização, politizar a mulher tendo em conta a sua promoção social, cultural, política e econômica. (...) A costura, a criação de creches, a interpretação de canções revolucionárias, das danças populares, etc.

São reflexões que partiam da experiência na guerra. Ou seja, teorias fundamentadas na vivência, por ouvir dizer ou como testemunha ocular, que sinalizavam justificações e modos de atuação da mulher de Angola na luta.

Foi inclusive parte dos objetivos de um dos primeiros projetos de estatuto da OMA, publicado na *Angola/revista*, em dezembro de 1974, a luta pela liquidação da dominação portuguesa e contra todas as formas de opressão, assim como o estabelecimento de uma sociedade que favorecesse, como dito anteriormente, a “promoção social”, política e cultural da mulher angolana, para que, dessa integração, ela pudesse atuar em plena igualdade de direitos na vida dessa futura nação⁵³⁴.

⁵³³ *Jornal Diário de Luanda*. 1974.

⁵³⁴ *Angola/Revista*, dezembro. 1974.

Além do recrutamento de quadros para tarefas específicas, o programa de ação imediata para a OMA, no ano acima referido, incluía atividades como a intensificação da mobilização das massas femininas dos centros urbanos e das zonas rurais, a organização de campanhas e reuniões que possibilitassem um espaço de comunicação e explicação do papel da mulher na luta de libertação nacional, o aumento nas campanhas de alfabetização, a politização da mulher angolana por meio das suas tarefas cotidianas, no objetivo de sua promoção, o realce do papel da mulher como educadora em função da nova sociedade e por fim sua preparação política e militar, entre outras tarefas.

Portanto, nesse processo de reconstrução nacional, momento em que, até então, politicamente, Angola era ainda colônia portuguesa, ampliavam-se os esforços dos movimentos de libertação para que fossem consolidadas organizações femininas integracionistas.

Teciam-se linhas de orientação para que não atuassem apenas tendo em vista os programas de seus movimentos, mas na perspectiva de englobar e representar o maior número possível de mulheres angolanas. Era orientação que envolvia a região de Luanda e também outras províncias do país⁵³⁵. Período no qual a própria concepção de povo passa a ser rediscutida, entendida enquanto “os filhos de Angola”, sem que necessariamente a cor da pele predominasse, ainda que fosse questão central. Portanto, indiscriminadamente⁵³⁶, a liberdade, autodeterminação e independência apareciam como horizontes possíveis.

Depois do Acordo de Alvor, de janeiro de 1975, assinado entre as autoridades portuguesas e os três movimentos de libertação com os princípios para a partilha de poder após a obtenção da independência, o governo português decidiu evacuar o território angolano. Uns colonos vão embora, outros, descendentes dos portugueses, brancos, mas nascidos em Angola, ficam, mas a grande maioria da população branca de Angola deixa o país.

Com efeito, conforme Mabeko Tali discute, “o desmembramento da sociedade colonial angolana deixava cada comunidade num vazio estrutural e referencial”⁵³⁷. Até então, o regime colonial consistia em ordenar essa cadeia de sociedades no lugar que considerava por bem atribuir, em uma espécie de tutela patriarcal e eurocêntrica;

⁵³⁵ *Província de Angola*, fevereiro. 1975.

⁵³⁶ *Ibidem*.

⁵³⁷ MABEKO-TALI, op. cit., p. 265.

entusiasta no esvaziamento de qualquer problemática política na relação com a autoridade.

O vazio referencial político havia sido construído pela ideia de “portugalidade” das terras, dos seus habitantes, politicamente regidos pela metrópole. A decaída do regime colonial e o posterior desmembramento “das colônias ultramarinas” deixavam os colonizados — especialmente os que habitavam nos grandes centros urbanos, e prioritariamente, os descendentes de portugueses — sem referências políticas⁵³⁸. Para estes, a dificuldade era evidente: escolher entre permanecer em Angola ou regressar a Portugal. E, para os que nasceram em Angola, correndo o risco de, nas palavras de Mabeko Tali, “desaparecer com o império ou contrair alianças político-sociais com algum dos protagonistas do processo iniciado na colônia com o 25 de abril”⁵³⁹.

Ainda segundo o investigador, para os angolanos/as, a queda do império colonial e conseqüente retirada dos portugueses indicava outras dimensões, a ideia do regresso à África. E, no caso da sociedade angolana, isso representava a escolha entre três organizações armadas, divergentes, que disputavam o poder entre si. Nessa ocasião, “tudo se fazia em termos de campo, em termos do “pró” do “contra” um ou outro dos campos em presença”⁵⁴⁰. Reitera:

Nas incertezas sociais e identitárias que se seguiram ao 25 de abril, não só o povo dos subúrbios luandenses como também uma ampla camada da elite africana tinha encontrado a sua referência: o MPLA e Neto. Atestam-no as grandes manifestações populares dessa época a favor do MPLA, no próprio momento em que este movimento ainda se debatia na sua crise no exterior de Angola. Ser “anti-Neto” – ou como tal considerado – tornou-se, pelo jogo das palavras de ordem – e pelo mecanismo de arrastamento próprio das multidões em tempos de exaltação -, sinônimo de ser “anti-povo”. (...) os vícios discursivos da época, maniqueístas à discrição, fizeram o seu trabalho”⁵⁴¹.

Na perspectiva de Heimer, essa foi uma operação difícil pois um grande contingente de pessoas resolveu voltar para Portugal. São os “retornados”, uma das temáticas preferenciais do debate sobre o colonialismo português. Regressam por

⁵³⁸ Para Mabeko-Tali, em Moçambique e em São Tomé, por exemplo, o problema da referência política – ou pelo menos, do espaço político – não se apresentou muito fortemente, já que não houve concorrência entre a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) ou o Movimento de Libertação de São Tomé (MLSTP) – e outros movimentos armados. Ao contrário do que ocorreu em Angola. Idem.

⁵³⁹ Idem.

⁵⁴⁰ Ibidem. p. 266.

⁵⁴¹ Idem.

diferentes motivos, em vista da insegurança, dureza de um contexto de guerras, por questionar a capacidade administrativa na iminente troca de um governo, depois da independência, estabelecido por pessoas negras⁵⁴².

Não podemos nos esquecer que esses colonos, maioritariamente fugidos da pobreza em Portugal, alheios à política internacional e aos bons ventos de mudança no continente africano, estavam em um território que mal conheciam, beneficiando-se dos privilégios que a discriminação racial lhes concedia. Contudo, temerosos de uma retaliação violenta, em vista do número muito superior de negros que os rodeavam⁵⁴³. Em 11 de novembro de 1975⁵⁴⁴, Portugal transfere a soberania do país para os “angolanos”, e não para uma instância política concreta, o que já sinalizava uma guerra civil⁵⁴⁵.

Nesse período, verifica-se um êxodo de aproximadamente 90% dos colonos, gerando um vácuo em seções importantes antes ocupadas por uma pequena burocracia branca, de mestiços e pelas classes econômicas — comerciantes, empresários. Após a independência, desenrola-se uma reintegração à sociedade angolana de grupos de pessoas que haviam sido marginalizadas pelo sistema colonial (guerrilheiros/as, exilados/as e prisioneiros/as políticos/as). Empresas abandonadas por proprietários brancos, para manter suas atividades econômicas, passam a ter um controle estatal mais rígido.

Assim, emerge uma pequena burguesia não branca, e as clivagens raciais legadas do período colonial, entre brancos e não brancos, tornam-se menor, já que os brancos eram uma minoria residual, e não mantinham um poder econômico e/ou político vital enquanto grupo. Pessoas de origens diferenciadas cruzavam informações, culturas e ideias, criavam-se outros hábitos e, também, expectativas de mudança de vida, expressos cada vez mais em reivindicações de toda ordem.

A luta pela emancipação da mulher, que não podia ser separada da luta do homem, passa a ser entendida enquanto libertação do humano, como pessoa que pensa, reflete e age. Importante referir, conforme explicou Lola Young, em ensaio crítico sobre o livro de Franz Fanon⁵⁴⁶, que o uso do termo “homem” conota uma qualidade fenomenológica

⁵⁴² HEIMER, op. cit., 1980. p. 75.

⁵⁴³ NETO, op. cit., 2018. p. 3.

⁵⁴⁴ Segundo Mbah, enquanto o presidente Agostinho Neto, em nome do MPLA, proclamava a independência da República Popular de Angola (RPA) em Luanda, a 11 de novembro de 1975, Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi proclamaram, respectivamente, na cidade do Huambo (centro de Angola), a República Democrática de Angola (RDA). MBAH, op. cit., 2010. p. 25.

⁵⁴⁵ Ibidem. p. 77.

⁵⁴⁶ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

de humanidade, que inclui homens e mulheres⁵⁴⁷. Contudo, seu uso é ambivalente, às vezes conotando “homem negro”; outras vezes “ser humano”. Não se trata simplesmente de identificar o uso sexista de um pronome genérico; aborda a questão ontológica das mulheres negras. Young fala de mulheres negras que foram excluídas do debate, “como pessoas desaparecidas”⁵⁴⁸. Explica: “aquelas que tem pouco ou nenhum poder são categorizadas assim não apenas por não ter nada, mas por não serem nada; elas são excluídas porque são consideradas nada”⁵⁴⁹.

No entanto, neste momento de maior abertura política, dado o encaminhamento da luta anticolonial, são mulheres narradoras, sujeitas falantes, em primeira pessoa, que oferecem novas perspectivas aos debates contemporâneos nascentes sobre a emancipação da mulher de Angola. Sem desconsiderar as discussões que envolviam o colonialismo, os assuntos de interesse nacionais, com o fim do sistema colonial, e, sim, a educação dos filhos.

Conforme assinalou Heimer, apesar da instabilidade política, resultada dos desdobramentos da luta anticolonial, tal contexto emerge em um quadro maior, da busca da sociedade angolana em formular questionamentos e criar condições para os próprios problemas. Apesar do discurso de unidade nacional, isso não implicava o menosprezo e abandono das diferentes cadeias de sociedades ali presentes, como sustentado pela administração portuguesa. Configurou-se, paulatinamente, na recuperação/fortalecimento de suas habilidades de autorregulação, revalorização e ativação dos patrimônios culturais tradicionais⁵⁵⁰.

⁵⁴⁷ YOUNG, Lola. “Mission Persons: Fantasising Black Women in Black Skin, White Masks”. In READ, Alan. (ed) *The Fact of Blackness. Franz Fanon Visual Representation*. London: Bay Press, 1996, p. 88. Disponível em: https://monoskop.org/images/4/43/The_Fact_of_Blackness_Frantz_Fanon_and_Visual_Representation_1_996.pdf. Acesso em 01/09/2021.

⁵⁴⁸ KILOMBA, op. cit., p. 108.

⁵⁴⁹ YOUNG, op. cit., p. 88.

⁵⁵⁰ HEIMER op. cit., 1971. p. 29.

CAPÍTULO 3

NARRATIVAS DE SI E DO OUTRO: A NOVA MULHER ANGOLANA

Para Teresa de Lauretis, a construção do gênero ocorre por meio das várias tecnologias do gênero — o cinema, internet, mídias sociais, imagens — e discursos institucionais — teoria — com o poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e “implantar” representações de gênero⁵⁵¹. Em Angola as artes gráficas foram uma das tecnologias do gênero pensadas e usadas como representações sociais para comunicar ideias e incentivar ações nas lutas de libertação, muito embora a música e a literatura fossem mais conhecidas. Textos sobre as mulheres angolanas, escritos e imagéticos, presentes em diferentes trabalhos, devem ser pensados como representações.

As representações imagéticas são aqui entendidas enquanto discursos, linguagens que conferem sentidos à realidade vivida, e nela, as relações sociais são estabelecidas. Em outras palavras, “são tentativas de reconstruir, interpretar ou reinventar as realidades observadas diretamente ou descritas por terceiros, a partir dos ‘filtros’ culturais carregados pelos observadores”⁵⁵².

Discursos imagéticos como fontes históricas têm sido pouco utilizados como forma de entender as relações humanas e sociais em Angola, principalmente no período de luta anticolonial. Logo, a ideia aqui é compreender a inserção das mulheres nesse processo de lutas por meio das imagens, cartazes, postais, panfletos, fontes escritas e orais produzidas pelos movimentos de libertação ou sobre estes nas décadas de 1960 e 1970. O conjunto dessas fontes pode trazer à tona elementos que poderiam passar despercebidos numa abordagem tradicional, mas que aqui se tornam centrais para nossa investigação.

⁵⁵¹ LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). *Tendências e Impasses: O Feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 228.

⁵⁵² OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005)*. Brasília: tese de doutorado, UnB, 2007.

3.1. A arte no combate, ou o combate na arte

Desde a década de 1950, assim como os movimentos políticos independentistas que se organizavam na clandestinidade, diferentes artistas também construía a dimensão nacionalista angolana⁵⁵³. Em um período em que a internet e a televisão não existiam, a narrativa oral e visual cumpria o papel de transmitir informações, apesar de nem sempre atingir segmentos mais vastos. A ação de guerrilha foi um dos exemplos de práticas conhecidas por meio de boatos⁵⁵⁴.

Maria da Conceição Neto explica que até 1975 os angolanos viviam numa sociedade sem televisão e sem vídeo, na qual relativamente poucos iam ao cinema. Apesar disso, ouvia-se muito as rádios e, sobretudo, conversava-se muito. O programa de rádio “Voz de Angola Combatente”, transmitido pela rádio Brazaville (República do Congo), foi um dos instrumentos de difusão das ideias do MPLA, “funcionando durante muito tempo como único canal de ligação regular e de risco não muito elevado com os que estavam em território angolano”⁵⁵⁵. Parte do trabalho realizado nessa rádio era executado pelas mulheres da OMA que buscavam, por sua vez, ampliar seu raio de ação junto aos refugiados na Zâmbia e ao longo da fronteira angolana⁵⁵⁶.

A FNLA também investiu na emissão de um programa de rádio a partir de Léopoldville (atual Kinshasa), “A Voz de Angola Livre”, apesar de não ter o mesmo alcance da primeira em território angolano⁵⁵⁷. Por seu poder de comunicação, ambas as rádios se tornaram importantes instrumentos de luta no período da luta armada pela independência.

No interior de Angola, a leitura era praticada por uma minoria, sob influência missionária. Então, “muito mais pobre de imagens visuais do que é hoje (...), era principalmente a riqueza das palavras e a capacidade expressiva do narrador” que informava as pessoas⁵⁵⁸. O veículo de informação basilar da sociedade angolana era a

⁵⁵³ LARA, Wanda. *Arte e combate – Cartazes e postais do acervo da ATD*. Luanda: Associação Tchiveka de Documentação, 2017. p. 9.

⁵⁵⁴ BITTENCOURT, Marcelo. História, Memória e Luta: possibilidades e dificuldades. In: Arquivo Nacional de Angola (org). *Actas do colóquio da luta clandestina à proclamação da independência nacional*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola/Ministério da Cultura, 2012. p. 30.

⁵⁵⁵ Ibidem. p. 29.

⁵⁵⁶ BITTENCOURT, op. cit., 2002. p. 460.

⁵⁵⁷ Ibidem. p. 30.

⁵⁵⁸ CONCEIÇÃO, Neto. “Nós é que sabemos” – reflexões em torno da Memória e da História. In: Arquivo Nacional de Angola (org). *Actas do colóquio da luta clandestina à proclamação da independência nacional*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola/Ministério da Cultura, 2012. p. 192-193.

expressão oral. Nesse quesito, a imagem passou a cumprir papel importante à medida que construía e circulava ideias de forma didática e lúdica contra o colonizador.

Como dito anteriormente, nas artes gráficas encontramos representações sociais e imagens de gênero que investem na construção de um corpo generizado a partir de diferentes tecnologias sociais, dentre elas, a mídia e as artes. Em tempos de luta armada, a produção de cartazes e postais foi um meio de produção e reprodução de representações que favoreceu, pela própria natureza, a divulgação de notícias e acontecimentos circunscritos ao período.

São narrativas estéticas que surgem da necessidade de modificar a realidade angolana ou ainda da simples descrição da vida nos *maquis*⁵⁵⁹, pois como consta nas referências de época, havia grande contingente populacional, de homens e mulheres angolanas, não alfabetizados⁵⁶⁰.

De acordo com documento da OMA, sobre a situação da Mulher em Angola, resultado de *Seminário sobre a Formação Revolucionária*, no ano de 1965, a porcentagem de alfabetização entre mulheres era ainda mais baixa⁵⁶¹. Os índices de analfabetismo atingiam a quase totalidade da população feminina em razão da sua exclusão da escola no período colonial. A escola era vista como um lugar exclusivamente masculino, embora o acesso aos angolanos/as em geral fosse difícil e funcionasse como critério de discriminação racial e exclusão social.

Outro fator relevante nessa discussão é o domínio da língua portuguesa já que entre as populações que habitavam o território angolano falavam-se várias línguas⁵⁶². Contudo, o fato de a maioria das mulheres não saber ler, escrever, ou ter conhecimento do português, não significa deduzir que estivessem excluídas do acesso à participação política e informação.

⁵⁵⁹ Sanzala significa aldeia pequena ou pequena comunidade do mato; maquis, por sua vez, é um termo usado tanto para identificar uma formação vegetal da região do Mediterrâneo como para designar grupos de resistência franceses que lutaram contra os alemães e tropas colaboracionistas na França ocupada nos anos da Segunda Guerra Mundial. A palavra “maquisards” é usada no plural. Sobre essa palavra especificamente, ver em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maquis> e <https://almanaqueDOSconflitos.wordpress.com/2017/11/27/maquis-du-mont-mouchet/>. Acesso em 15/12/2021.

⁵⁶⁰ ATD. OMA. A mulher em Angola. Seminário para a Formação Revolucionária. 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

⁵⁶¹ Idem.

⁵⁶² Segundo Jaime Carneiro, atualmente além do português com o estatuto de língua nacional, faz parte desse arsenal o Kikongo, Chokwe, Umbundu, Kumbundu, Nganguela e Kwanyama. CARNEIRO. Jaime Madaleno da Costa. *Reflexões sobre a situação em Angola*. Luanda: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda, 2018. p. 53.

O elevado índice de analfabetismo conferia ao material visual o papel de mobilizar determinadas lutas, ao mesmo tempo em que se criavam paradigmas físicos, raciais, morais, políticos, estéticos e mentais na busca do que passou-se a entender por “homem novo” e “mulher nova”. Ou seja, o acesso à informação foi incentivado e divulgado por meio de diferentes aportes: imagens, rádio, panfletos, textos jornalísticos, etc.

Foram nos textos mimeografados em folhas de papel muitas vezes em línguas nacionais, imagens gráficas, conversas e organização cotidiana que mais frequentemente expressavam-se ideias contra o colonialismo e afirmavam-se uma identidade angolana⁵⁶³, “permitindo num curto espaço de tempo o acesso a conhecimentos que a ausência do domínio da leitura (e dos meios da sua divulgação) não autorizavam”⁵⁶⁴.

Nesse sentido, é importante estarmos atentas ao caráter dialógico dessa documentação, baseada em um mundo em que as conversas e a mobilização de representações sociais imagéticas foram essenciais.

Para tanto, a partir do material gráfico do livro *Arte e combate* — cartazes e postais do acervo do ATD, publicado em 2017, pelo Centro de Documentação da Associação Tchiveka, pretendo identificar diferentes imagens, papéis, valores e significados atribuídos às representações da “mulher nova”. Tal análise será realizada em contraste às descrições imagéticas das representações do “homem novo”. Os significados e representações sociais são aqui entendidos como aquilo que foi dito, escrito e compartilhado sobre as novas mulheres angolanas.

O referido livro foi publicado como forma de homenagear e preservar a memória social de autores e organizações identificadas ou anônimas que documentaram o período de 1961 a 1975, da luta armada. Segundo dados da ATD, parte desse material, em sua quase totalidade, vem do espólio de Lúcio Lara à guarda desta associação e de uma coleção de cartazes de Luandino Vieira⁵⁶⁵, oferecida à ATD⁵⁶⁶.

Sabe-se que as organizações clandestinas trabalhavam para fazer panfletos, imagens ou reproduzir textos de interesse diante da necessidade de forjar apoios e

⁵⁶³ LARA, op. cit., p. 9.

⁵⁶⁴ D'ALMEIDA, Luísa. As imagens em movimento: uma fonte necessária para a investigação e o ensino da História Moderna de Angola colonial e pós-colonial. A cinemateca nacional como arquivo histórico fílmico – um projeto esquecido? IN *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola*, construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Angola: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

⁵⁶⁵ Escritor e tradutor luso-angolano. Entre outras funções, de 1975 a 1992 dirigiu a Televisão Popular de Angola e o Instituto Angolano de Cinema. Também foi filiado ao MPLA.

⁵⁶⁶ LARA, op. cit., p. 10.

fortalecer a luta armada contra o colonizador⁵⁶⁷. Desafiar as “imagens de controle”⁵⁶⁸ que definiam homens e mulheres negros/as angolanos/as como menos humanos, exóticos, pitorescos ou “mais naturais” constituía um dos desafios principais dessa geração de apoiadores/as da luta anticolonial: das imagens que negavam a subjetividade dos povos africanos, ao ponto de, muitas vezes, o Outro simplesmente desaparecer. A dominação envolve tentativas de objetificação dos grupos dominados e, como objetos, homens e mulheres, foram definidos e nomeados por outros⁵⁶⁹.

Conforme analisei no segundo capítulo da presente tese, a ideologia dominante na era do colonialismo português tardio estimulou a criação de imagens inter-relacionadas socialmente sobre a condição da mulher. De acordo com Collins, essas “imagens de controle” são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana”⁵⁷⁰.

Nesse sentido, das ações que desafiavam e combatiam também esses modos específicos de representação, é de 1963, por exemplo, documento da Delegação dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCIA), para a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que reclama da distribuição de panfletos “subversivos” em Luanda e nas províncias de Angola⁵⁷¹.

Segundo dados presentes na fonte, tratava-se de panfletos já conhecidos dos boletins da polícia, intitulados “vitória ou morte” e editados em Leopoldville pelo MPLA, sendo redistribuídos por todo o território angolano. Em outro panfleto, sem data mencionada, questionava-se: “o que queremos nós? Por que lutamos? Queremos independência, queremos uma revolução social que liberte o homem ao mesmo tempo que a terra. (...) por ambas juramos ‘vitória ou morte’”⁵⁷².

O volume propagandístico desse material, circulado quer pela imprensa, radio estrangeira quer por indivíduos responsáveis por essa difusão, justificou, inclusive, de acordo com o documento, a necessidade de uma “máquina de contra-propaganda” que anulasse o efeito desse material sobre as pessoas. Narra o primeiro documento referido:

O atrevimento que levou o partido a estender a sua propaganda deletéria à própria capital, parece ser um indício dos bons resultados obtidos em

⁵⁶⁷ Ibidem. p. 11.

⁵⁶⁸ COLLINS, Patrícia Hill. *Mammies, Matriarcas e Outras imagens de controle*. In. *O pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

⁵⁶⁹ Ibidem. p. 138.

⁵⁷⁰ Ibidem. p. 136.

⁵⁷¹ ANTT. Propaganda, panfletos na cidade. Luanda, 7 de fevereiro de 1963.

⁵⁷² ANTT. Propaganda do MPLA. Sem data.

outras zonas de mais fácil penetração. Aliás, esta propaganda criará um ambiente que acentuará o clima de insegurança, e não deixará de influenciar os europeus residentes nas Províncias, levando-os para o seu lado, a fim de garantirem a sua subsistência na Província⁵⁷³.

Como no caso dos panfletos, para o caso do material gráfico analisado, além dos publicados pelas organizações nacionalistas internas, muitos foram elaborados em países estrangeiros e em grandes centros mundiais, onde a luta de independência havia conquistado aliados⁵⁷⁴, entre os quais os mais ativos foram Cuba, Canadá, Grã-Bretanha, Holanda e Suécia⁵⁷⁵. Ou seja, fica evidenciada a relação direta entre o socialismo e os processos revolucionários de outros países.

Na coleção analisada, existem cartazes produzidos pela OSPAAAL, *Organización de Solidaridad com Ásia, África e América Latina*, criada em 1966, “para exercer a função de “elo” na comunicação com os países subdesenvolvidos desses três continentes. A OSPAAAL funcionava como um canal de efetiva colaboração cubana com os movimentos de libertação nacional e grupos revolucionários das décadas de 1960 e 1970.

A tiragem do material é de 2017, mas o ano original de publicação das imagens varia, no caso dos cartazes de 1968 a 1975; e dos postais de 1955 a 1979, publicados em diferentes períodos do recorte temporal considerado na pesquisa: 1961-1975.

Os cartazes e pôsteres representam eventos e momentos singulares dos anos da guerra de independência ao denunciar o colonialismo e celebrar fatos, datas e personagens importantes na luta armada. Compõem rico repertório de papéis, valores e imagens significativos do contexto de luta anticolonial que, apesar de não ocupar necessariamente o lugar hegemônico no imaginário coletivo, são igualmente parte constituinte deste.

Foi considerado uma arma de propaganda anticolonial nos países africanos de língua oficial portuguesa a ser divulgada tanto nas cidades quanto nos campos. Nesse sentido, tais imagens foram construídas a partir do projeto de construção de uma identidade nacional, fundamental no engendramento dos laços de pertencimento que fortaleceram a luta.

Tal material fazia emergir uma série de características inter-relacionadas e largamente disseminadas, com variações, no continente africano no geral, e, em Angola,

⁵⁷³ ANTT. Propaganda, panfletos na cidade. Luanda, 7 de fevereiro de 1963.

⁵⁷⁴ CASTRO, Cláudia Gomes; BAGGIO, Kátia Gerab; DORELLA, Priscila Ribeiro. Imagens de uma revolução: historiografia e os cartazes de propaganda política cubanos In *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 15, jan./jun. 2015. p. 212.

⁵⁷⁵ LARA, op. cit., p. 11.

em particular. A associação entre África e raça negra é a primeira dessas particularidades. O que se ligava à certeza da ineficácia dos projetos assimilacionistas da administração portuguesa. Em segundo lugar, a ideia de um nativismo difuso, corporificado nas representações de África como um espaço de solidariedade ampla e realizações coletivas. O historiador Fábio Baqueiro Figueiredo postula que “essa visão estava relacionada à ideia de que a conquista e a dominação colonial haviam interrompido a trajetória civilizacional do continente africano — uma trajetória percebida como largamente unitária”⁵⁷⁶. E, por último, uma certa relutância em admitir as categorias que enfatizavam as diferenças ali existentes.

Esse conjunto de particularidades constituiu a base intelectual comum a partir da qual diversos atores políticos, confrontados com circunstâncias contextuais, esboçaram um ideal de futuro, estabeleceram modelos, métodos, programas e elaboraram justificações com base em disputas concretas, internas, e supranacionais⁵⁷⁷. A ideia sobre a identidade nacional emerge sobretudo como uma construção discursiva, produzida e reproduzida, transformada e desarranjada, discursivamente⁵⁷⁸. Como referi anteriormente, tal aspiração passa a compor a poesia, as músicas, as fotografias, cartazes, postais. É nesse panorama que passam a se expressar prioritariamente em termos de um nacionalismo africano⁵⁷⁹.

Segundo historiografia especializada, esse nacionalismo tinha, entretanto, a dupla tarefa de conformar uma nação a partir das diferentes “sociedades” ali presentes, dentro das fronteiras traçadas pelo colonialismo europeu no final do século XIX. E, por outro lado, a raça e o racismo — e sua superação — permaneciam como referências importantes para a articulação das denúncias e reivindicações sociais, culturais, políticas, econômicas produzidas nos discursos nacionalistas⁵⁸⁰. Fato é que independentemente dos projetos nacionalistas, em Angola, também em outras regiões do continente africano, como no caso da Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique, o uso e muitas vezes defesa da ideia de uma “tradição africana” foi parte indissolúvel de um projeto modernizador.

⁵⁷⁶ FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. *Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980*. Salvador: IFBA, 2012. p. 98-99. Tese de Doutorado.

⁵⁷⁷ Idem. p. 99.

⁵⁷⁸ CAFUSSA, Alberto Colino. As implicações da identidade nacional na projeção externa de Angola. In: *Mulemba*. 5 (9)/2015. Disponível em <https://journals.openedition.org/mulemba/358>. Acesso em 14/09/2021.

⁵⁷⁹ Por tratar-se de discussão ampla, que envolve o pan-africanismo, as relações entre etnia, nação e raça em territórios específicos, e uma rede de alianças internacionais, não adensarei as discussões sobre a formação dos nacionalismos africanos na época das independências. Para mais informações, consultar a primeira parte da tese de Fábio Figueiredo, referida na nota acima.

⁵⁸⁰ FIGUEIREDO, op. cit., p. 27.

Segundo Fábio Figueiredo, os nacionalistas que se orientavam para projetos mais “moderados” tendiam a optar pela preservação das formas de autoridades existentes, mesmo quando se reconhecia, nos documentos formais, a incapacidade da tradição e se afirmava a necessidade de um processo modernizador⁵⁸¹. Como exemplo cita os casos do Uganda, em que o rei do Buganda, entidade política “tradicional” que abrangia a maior parte do território colonial, tornou-se o primeiro Presidente do país independente — e da Costa do Marfim, em que os chefes foram tanto os organizadores principais, como o canal mais importante dos movimentos populares, o que poderia ser percebido como um meio de modernização das estruturas tradicionais⁵⁸². O pesquisador lembra ainda a proposta de Lumumba, de “reservar às “chefaturas tribais” um lugar de honra nas instituições do Estado independente, ou a acusação de Nkrumah de que a política colonial procurava indispor os chefes e seus liderados”. E haveria outros exemplos⁵⁸³.

Em sua ótica, a proposta de uma aliança (ou pelo menos de uma trégua) feitas às autoridades “tradicionalistas” era uma manobra política para ganhar tempo e reduzir a oposição aos projetos de transformação social em curso. Lembrando ainda de que a insígnia “autoridades tradicionais”, “chefias”, etc, escondia uma gama de significações distintas entre si⁵⁸⁴. Enfim, como o historiador assevera, “o certo é que pareceu necessário aos dirigentes incorporar em documentos formais a questão da etnicidade como instrumento político ou como recurso identitário da ação social coletiva, em nome do igualitarismo”⁵⁸⁵.

Em outras palavras, a instrumentalização da etnicidade, em sua forma “tribal”, foi mobilizada por um grande número de atores políticos africanos, independentemente de suas tendências políticas, não só em Angola, mas também no continente africano, conforme o historiador Fábio Figueiredo analisa⁵⁸⁶. Essa superação de uma identidade “tribal” (muitas vezes conflituosa por natureza) foi percebida como uma das principais incumbências das organizações nacionalistas africanas⁵⁸⁷, também das que os representavam. Ligava-se diretamente à própria organização da luta política anticolonial, como um instrumento para a obtenção de uma unidade nacional⁵⁸⁸.

⁵⁸¹ Ibidem. p. 150.

⁵⁸² Idem.

⁵⁸³ Ibidem. p. 151.

⁵⁸⁴ Ibidem. p. 151-152.

⁵⁸⁵ Ibidem. p. 149.

⁵⁸⁶ Ibidem. p. 132-153.

⁵⁸⁷ Ibidem. p. 140.

⁵⁸⁸ Segundo Figueiredo, a década de 1960 e as independências africanas representaram uma renovação na antropologia africanista e forçaram o debate sobre o que era — e o que significava — a “tribo”. A noção

Quero dizer que para o caso do nacionalismo angolano, destacava-se a união de todos os “povos” residentes no território angolano a partir, principalmente, da valorização de suas culturas. No entanto, conforme o historiador João Paulo Henrique Neto destaca, é necessário entender que embora se afirmasse que a cultura angolana seria a base da identidade nacional, a “construção desta foi certamente uma seleção dos aspectos culturais que os próprios construtores desta ideia consideravam ser legitimamente angolanos”⁵⁸⁹. Lembrando, ainda, que a questão identitária se tornou um dos aspectos discutidos como capital político pelos movimentos nacionalistas angolanos, justificando inclusive crises internas, dentro do MPLA, e entre os próprios movimentos independentistas.

Os episódios de ruptura vividos pelo MPLA, a crise de 1962-1964, a Revolta do Leste e a Revolta Ativa⁵⁹⁰ evidenciam como os fatores que definiam a identidade nacional foram instrumentalizados, principalmente em vista das questões étnica, racial e regional, inclusive para conter críticas internas e combater movimentos opositores⁵⁹¹.

E, conforme assinala, tais imputações se tornaram muito comuns na relação entre os movimentos de libertação angolanos, principalmente nos momentos em que a conjuntura política pedia argumentos contrários às forças opostas.

Nas construções discursivas aqui referidas, ser angolano resultava de uma projeção rumo à construção de uma identidade coletiva, compartilhada e unida em forma da causa de outros países da África nesse processo amplo de luta anticolonial. Isso exigia inclusive o conhecimento das lutas de libertação de outros povos, como de Moçambique, Guiné, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde. Também exigia a comemoração dos dias patrióticos do movimento e das organizações internacionais que simpatizavam com a luta, de forma a construir a memória social de enfrentamento como demonstram as imagens

corrente de que a existência de “tribos” explicava o “tribalismo” nos novos Estados africanos começou a ser contestada e inaugurou a noção de etnicidade como um recurso mobilizável por atores políticos. *Ibidem*. p. 58.

⁵⁸⁹ PINTO, João Paulo Henrique. A guerra de libertação e as crises internas do MPLA — usos e abusos da ideia de identidade nacional angolana. In *A identidade nacional angolana — definição, construção e usos políticos*. Rio de Janeiro: UFF, 2016. p. 17.

⁵⁹⁰ A crise de 1962-4, quando Viriato da Cruz aponta a questão da participação dos mestiços no Comitê Diretor do MPLA como problemática, o que acabou por ampliar a discussão para além dos cargos diretivos do movimento; A Revolta do Leste, como um movimento iniciado em função dos problemas na gestão da guerrilha, onde o autoritarismo e o privilégio dos comandantes eram uma constante. Foi quando Daniel Chipenda, importante dirigente do MPLA, adere a reivindicações e soma-se justificações de caráter étnico e regional. E por fim a Revolta Ativa, que foi manifestação das bases militares do norte de Angola, que acusavam brancos e mestiços de desfrutarem privilégios dentro do MPLA. Crises e rupturas vividas dentro do MPLA, em que a questão identitária foi acionada de acordo, inclusive, com as necessidades políticas do movimento. PINTO, op. cit., p. 257-259.

⁵⁹¹ *Ibidem*. p. 257.

de números 4 e 5. Sob essa perspectiva, a ideologia do “homem novo” e da “mulher nova” foi bastante difundida.

Como afirma Jacimara Santana, em estudo que analisa discursos sobre as mulheres veiculados na revista *Notícia* durante os dez primeiros anos após a independência de Moçambique, nos anos 1960 era inaceitável que movimentos dedicados à proposta de libertação do colonialismo se definissem em termos de “etnia”⁵⁹². Havia um combate e censura ao que se entendia como “tribalismo”, “regionalismo”, ou “modos de organização social e de produção tradicionais”⁵⁹³. É visível a preocupação em excluir, silenciar e/ou ignorar qualquer tipo de diferença no projeto político de união, de uma grade identitária, em torno da luta pela emancipação nacional.

Isso não escondeu as diferenciações existentes mesmo nos movimentos de libertação formados por indivíduos de diferentes pertencimentos étnicos ou identitários. Como forma de demonstrar tal diversidade, na região da Lunda, por exemplo, por informação da africana chamada Laurinda Felix, de 13 anos de idade, que tinha sido raptada de uma das missões religiosas do interior de Angola, é citado em documento da DGS em que quicocos, quimbundos e luenas faziam parte do MPLA⁵⁹⁴.

A historiadora confirma que no período de lutas e, mesmo após a independência, reivindicava-se a construção de uma sociedade construída por toda a população, embora dirigida pela vanguarda de um movimento revolucionário⁵⁹⁵. Por “movimento nacionalista revolucionário” entende-se a reconstrução de uma nova ordem social, com novo corpo dirigente e sistema político⁵⁹⁶. Sob esse clima de contradição e negação, elaborava-se nova concepção sobre o angolano e a angolana aparentemente isentos de contradições, já “capturados” pela ótica homogeneizante da identidade nacional.

⁵⁹² SANTANA, Jacymara Souza. *Mulher e notícias: os discursos sobre as mulheres de Moçambique na revista tempo (1976-1985)*. Salvador, 2006. p. 28.

⁵⁹³ *Ibidem*. p. 67.

⁵⁹⁴ ADN-DGS – Atividades terroristas em Angola – Distrito da Lunda, 20 de agosto de 1970.

⁵⁹⁵ *Ibidem*. p. 29.

⁵⁹⁶ *Ibidem*. p. 29.

Os angolanos teriam se apropriado e reconstruído a ideia de África e a noção do africano a partir de seus próprios termos. No primeiro destaque, como no caso da figura 3, trata-se da celebração de homens africanos, negros, alguns deles com fardamento militar e origens diversas. A diversidade e formação política desses dirigentes, assim como a identificação (positivada) em termos de raça, não devem passar despercebidos. Referindo-se à visita de Marien Ngouabi a Angola, celebra-se a união do MPLA e a República do Congo-Brazaville, área fronteira com Angola, região estratégica importante para o MPLA, onde, no exílio, organizou-se e estruturou-se a guerra de libertação.

A própria imagem já indica, em palavras, tal associação: “juntos combatemos e juntos venceremos”. Na quarta imagem, observa-se o nacionalista africano Amílcar Cabral, provavelmente o teórico mais conhecido do nacionalismo nas colônias portuguesas. Uma entidade política, que representava a Guiné e Cabo Verde, e buscava resolver, no discurso, as contradições existentes nos nacionalismos africanos no geral, no objetivo de uma reivindicação política unitária.

Nesse contexto, conforme aponta Fábio Figueiredo, os diferentes projetos políticos em disputa, durante as décadas de 1960 e 1970, “precisavam manipular discursivamente as entidades coletivas e estipular o papel que deveria caber ao Estado ou de seus substitutos no contexto das zonas libertadas”, respectivamente o movimento e depois partido neste jogo de mudanças constantes⁵⁹⁷.

A quinta imagem, por sua vez, acena para uma solução nacional que preserve em alguma medida, a autodeterminação. Uma fórmula genérica, englobante e abstrata no interior da qual as especificidades são diluídas e caminham apenas para um único direito nacional à independência, inclusive como recurso imagético discursivo. Até mesmo no âmbito internacional, essas ideias são significativamente incorporadas, dedicadas a um anticolonialismo engajado, como no da fundação da Organização de Solidariedade com os povos de África, Ásia e América Latina (OSPAAAL). Em resumo, ideias que celebram a África e a expulsão dos colonizadores portugueses daquele continente. É interessante notar como essa visão política e estética, alicerçada nas imagens, mas não apenas, torna-se gradualmente consagrada ao longo de toda a década de 1960-1970, e posteriormente.

⁵⁹⁷ FIGUEIREDO, op. cit., p. 174.



Figura 3. Fonte: ATD. Visita do Presidente da Rep. Popular do Congo. Autor: N/D. Publicação: MPLA. Local: Luanda/Angola. Data: 1976.

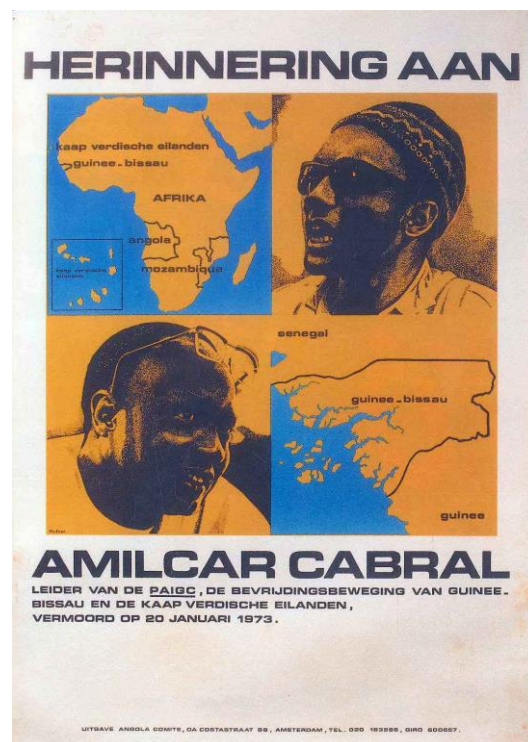


Figura 4. Fonte: ATD. Recordando Amílcar Cabral, um ano depois do seu assassinato. Autor N/D. Publicação: Angola. Local: Amsterdã - Holanda. Data: 1974.

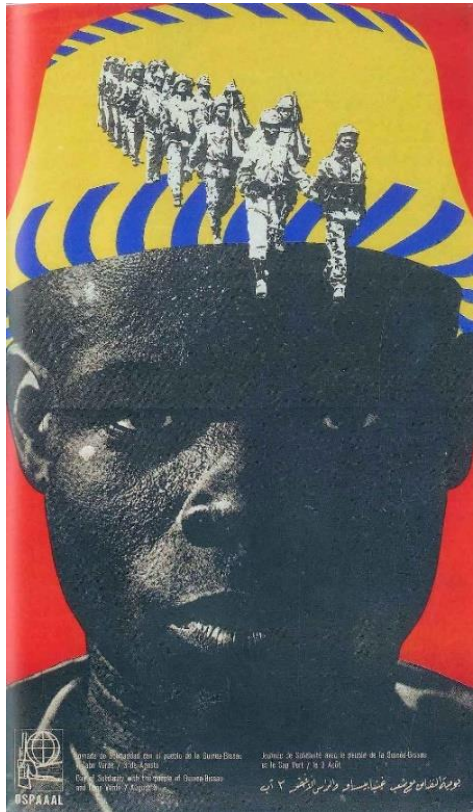


Figura 5. Fonte: ATD. 3 de agosto - Dia de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Autor: Heriberto Echeverría. Publicação: OSPAAAL. Local: Havana/Cuba. Data: 1970-1971.

Nesse período, imagens e textos que celebram uma outra África e localizam os africanos — no passado e presente — daquele momento histórico são mobilizadas. O continente africano é realocado em posição de importância na trajetória histórica da humanidade. Significativamente, mantêm-se expressões — imagéticas e vocabulares — positivadas, apesar de outras ideias sobre a *superioridade africana*⁵⁹⁸ estarem sendo elaboradas e receberem sentidos diferenciados. De qualquer modo, o ponto principal a reter nessas formulações é a introdução no debate público da reivindicação, a partir de dentro, de um espaço geográfico africano enquanto uma comunidade de pertencimento, o que faziam não só, mas principalmente, em termos de uma identidade de “raça”, a que se emprestavam as funções tradicionalmente assumidas pela nação⁵⁹⁹.

Além do mais, buscava-se construir alianças concretas, inclusive fora do continente, que possibilitassem um “cooperativismo” ou “solidariedade” negras, muitas vezes amparadas nas ideias e debates presentes nos Congressos Pan-africanistas e do movimento da negritude. Em uma das reuniões pan-africanas, realizada na primeira

⁵⁹⁸ LOPES, Carlos. A Pirâmide invertida- historiografia africana feita por africanos. In: *Actas do 'Colóquio Construção e Ensino da História de África* Lisboa, Linopazas, 1995. p. 25.

⁵⁹⁹ FIGUEIREDO, op. cit., p. 92-102.

Conferência de Estados Africanos Independentes, em abril de 1958, na capital de Gana, já independente, Acra, discutia-se, por exemplo: o anticolonialismo, anti-imperialismo, antirracismo, unidade africana e o não alinhamento. Entre outras pautas, como a relação entre os países africanos independentes, estão o apoio aos movimentos de libertação africana, a relação entre a África independente e as Nações Unidas, as disputas no contexto do continente africano que envolvia a guerra fria⁶⁰⁰.

Embora em outras dimensões, o que pode ser observado também em um dos mais importantes movimentos intelectuais negros da década de 1950: *a negritude*⁶⁰¹. De acordo com o pesquisador brasileiro Muryatan Barbosa, “originada em Paris, nas redes de interação entre intelectuais negros vindos de várias partes do mundo (África Ocidental, Antilhas, Caribe e EUA), tornou-se um movimento cultural notório no contexto internacional”⁶⁰². Buscavam afirmar a ideia central da contribuição do negro à civilização ocidental⁶⁰³. Um tema visibilizado e aprofundado nos mais diferenciados meios e formas artísticas, literárias e historiográficas⁶⁰⁴.

Ou seja, como o investigador Márcio Paim atesta, no contexto das independências no continente, entendidos por alguns dirigentes políticos africanos como projetos políticos de transformação, trata-se de movimentos que criam bases para que dirigentes políticos africanos e movimentos de libertação pudessem dialogar, discutir e estabelecer estratégias de luta anticolonial; o que é próprio do contexto intelectual e político da época, repercute e reflete nos discursos dos nacionalismos africanos. Como podemos perceber também nas imagens. Apesar dos desacordos em termos de estratégias, os quais não abordarei aqui, essas enunciações chegam a assumir enorme significação prática, dedicadas a um anticolonialismo muito mais militante⁶⁰⁵.

⁶⁰⁰ PAIM, Márcio. Pan-africanismo: vertentes políticas, libertação africana e a eliminação da unidade pan-africana pelos golpes de Estados e Assassinatos políticos. In. *Revista Convergência crítica*. N. 8. 2016. p. 163-4. Disponível em <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/36516>. Acesso em 16/09/2021.

⁶⁰¹ BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. In *África*, São Paulo. V31-32, 2011/2012. p. 142-143.

Disponível em <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/115352>. Acesso em 15/09/2021.

⁶⁰² Idem.

⁶⁰³ Autores como Aimé Césaire, o guineense Léon Damas e o senegalês Sédar Senghor, contando também com a participação de Birgao Diop, Franz Fanon, Ousmane Soce e outros destacaram a centralidade e qualidades intrínsecas à “raça negra” em suas teorias, denunciando os efeitos do racismo na construção da identidade africana. Segundo Oliva, “foram as contribuições ideológicas da negritude e do pan-africanismo que possibilitaram a visualização de leituras positivas e compartilhadas de um comum pertencimento à África. OLIVA, op. cit., p. 26-27.

⁶⁰⁴ Para mais informações sobre o pan-africanismo e o movimento da negritude, ver os trabalhos dos pesquisadores Marcio Paim e de Muryatan Barbosa.

⁶⁰⁵ Embora a nomenclatura pan-africanismo seja homogeneizadora trata-se de vertentes políticas. PAIM, op. cit., p.153.

Isto é, o impacto das ideias e dos debates levantados por movimentos como o pan-africanismo e a negritude refletiu a variedade de estratégias adotadas na forma de afirmar a identidade negra africana; nessa tentativa de criar uma unidade de ação política e cultural entre os povos da África, mas não somente, também da Diáspora. Trato, por isso, como expressões importantes na consolidação de ideias anticoloniais e posteriormente nas formulações dos diversos grupos políticos em formação. Movimentos de ideias que foram paulatinamente definindo-se até culminarem na ideia de um nacionalismo tipicamente africano.

O elo principal era justamente a reação ao colonizador, na qual o colonialismo e o racismo ou a luta contra esses dois fenômenos articulou as sociedades africanas mais do que outras identidades⁶⁰⁶. Tal constructo foi analisado sob diferentes óticas e posteriormente reconhecido como uma historiografia nacionalista, na forma de um fazer histórico. Buscava-se “escrever a História dos povos de África, longe do binômio colonizador-colonizado, exceto quando esta fornecia argumentos favoráveis à superioridade africana”⁶⁰⁷.

Contudo, apesar do mérito de colocar os africanos como agentes de sua própria história, os defensores da ideia de uma *pirâmide invertida* foram duramente criticados pois, ao construírem uma escola de pensamento como resposta à historiografia de perspectiva eurocêntrica e racista dos séculos XIX e XX, acabaram por adotar a mesma perspectiva metodológica e dicotômica do colonizador: tradicional versus moderno, oral versus escrito, cultura de subsistência versus de produtividade, povos civilizados e primitivos, etc.

Assim, a ideia da superioridade africana não existiu sem o simbolismo do olhar sobre a África com base na inferioridade. Conforme aponta Oliva, “ser africano ou encontrar uma definição para a identidade africana no início do século XX ou do XXI parece ser uma atividade marcada por antagonismos e paralelismos”⁶⁰⁸.

É importante notar que os discursos de igualdade e luta contra a colonização construídos por meio dessas imagens não encobriram a polarização da sociedade, cujos contornos definem papéis, ações de corpos, ser e estar no mundo.

⁶⁰⁶ OLIVA, op. cit., 2007. p. 110.

⁶⁰⁷ Ibidem. p. 28.

⁶⁰⁸ Ibidem. p. 25.

Nas imagens referidas acima, parecem consensuais os discursos que homogeneizam os sentidos da nação e pertencimento a uma identidade nacional⁶⁰⁹. Além disso, havia uma abordagem que se valia da questão racial para se construir uma identificação entre os angolanos. Com efeito, analisadas as representações do “novo homem” e “mulher nova”, ressaltam a cor negra de suas peles, embora nem todos os angolanos fossem assim identificados. A questão étnica e racial foi um dos elementos centrais na mobilização das bases⁶¹⁰, embora fosse fundamental considerar esses componentes associados a questões ideológicas, econômicas, regionais, de formação educacional, etc⁶¹¹.

Sobre isso, o historiador João Pinto explica, por exemplo, que o MPLA buscava se aproximar das massas, ainda que estivesse em contradição com a definição de identidade nacional defendida em suas fontes: Angola baseada na ideia da unidade de luta sem distinção de raça, classe, gênero ou étnica⁶¹², a priori um dos fundamentos do próprio movimento. Assim, “homens novos” e “mulheres novas” construía-se com base na negação da diversidade.

Na já referida pesquisa de João Paulo Henrique Pinto, intitulada *A identidade nacional angolana — definição, construção e usos políticos*, o autor investiga, a partir da análise de documentos fundadores do MPLA, as discussões étnicas e raciais internas ao movimento, que resultariam em dissidências. Conforme discuti anteriormente, “a questão identitária se tornou um dos aspectos que foram discutidos durante as crises do MPLA, servindo como um importante capital político tanto para a direção quanto para os revoltosos”⁶¹³. Tais discussões alargavam o debate que certamente já ocorria entre a população de Angola⁶¹⁴.

O historiador cita o caso de Viriato da Cruz, um dos membros do Comitê Diretor do MPLA, que apontava a questão racial como problema central dos movimentos de libertação angolanos. Cruz defendia que a presença dos mestiços na direção desses movimentos era um problema à luta de libertação, já que poderia prejudicar o desenvolvimento da luta anticolonial por promover a concorrência com outros negros e

⁶⁰⁹ BARBOSA, M. F. Nação, um discurso simbólico da modernidade. *Crítica Cultural*, Palhoça, v. 6, n. 1, jan./jun. 2011. p. 203-216.

⁶¹⁰ PINTO, op. cit., p. 189.

⁶¹¹ PINTO, Tatiana Pereira Leite. Modernidade X tradição: homem novo e o “problema” racial e étnico em Angola In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. p. 17.

⁶¹² Ibidem. p. 190.

⁶¹³ PINTO, João Paulo Henrique. *A identidade nacional angolana – definição, construção e usos políticos*. Rio de Janeiro: UFF, 2016. Dissertação de Mestrado.

⁶¹⁴ Ibidem. p. 152.

se tornar alvo de propaganda política interesseira de movimentos oposicionistas⁶¹⁵.

Completa:

A preocupação apontada por Viriato da Cruz de que as massas angolanas não se sentiriam representadas em um movimento liderado por mestiços, apesar de ser uma análise pessoal, demonstra um pensamento corrente à época sobre a questão racial entre os angolanos. Atingidas cada vez mais pelo recrudescimento do colonialismo, as massas pareciam, de fato, ver na questão racial um dos fatores que definiam a identidade nacional, sendo os angolanos identificados como negros⁶¹⁶.

Segundo o investigador, em documento importante capturado pela PIDE de 1968, o MPLA tentava formar seus militantes usando abordagem que se valia da questão racial e dos problemas do colonialismo para construir uma identificação entre os angolanos⁶¹⁷. Na fonte, definia-se que “somente negros e mestiços nascidos em Angola poderiam ser considerados angolanos, excluía-se os brancos da identidade nacional que se buscava para a Angola independente”⁶¹⁸.

Tais argumentos, apesar da questão racial como importante mobilizador de luta anticolonial, entravam em conflito com os princípios defendidos pelo MPLA e pelo próprio Agostinho Neto, ao advogar a necessidade de unir todos os povos angolanos em uma só unidade nacional, sem distinção de cor, raça, religião, classe e gênero.

O argumento do tribalismo, por exemplo, foi acionado diversas vezes pelo MPLA para retirar a legitimidade de movimentos como a FNLA, de base étnica bacongo muito nítida, e a UNITA, de maioria ovimbundu, ambas acusadas de dividirem a nação. A grande questão aqui é como o racismo colonial participa dessa construção sobre o tribalismo. Terminologias como “tribo”, “etnia”, “exótico”, dentre outras, foram amplamente utilizadas para corroborar as teses de superioridade racial dos europeus em relação às sociedades africanas no geral. E, como afirmou o sul-africano Archie Mafeje, em artigo publicado em 1971:

Em muitos casos, as autoridades coloniais ajudaram a criar essas coisas chamadas “tribos”, no sentido de comunidades políticas; esse processo coincidiu com a preocupação dos antropólogos com “tribos”, e o

⁶¹⁵ Ibidem. p. 154.

⁶¹⁶ Ibidem. p. 180.

⁶¹⁷ Ibidem. p. 188-189.

⁶¹⁸ Idem.

reforçou. Isso forneceu a base tanto material quanto ideológica para o que ficou conhecido como “tribalismo”⁶¹⁹.

Nota-se, portanto, que o “tribalismo” era sempre a falha do outro. Discussões de teor étnico e racial com finalidade política foram usadas por movimentos e partidos políticos em função do contexto, nem sempre havendo congruência entre discurso e prática. João Pinto explica que havia “uma maleabilidade em relação à identidade nacional definida principalmente pelos interesses políticos”.⁶²⁰

A dificuldade de retratar ou denominar outras formas de organização social cultural e política dos povos presentes em Angola parece ser uma experiência compartilhada tanto pelos angolanos quanto pelos estrangeiros que os retratam neste espelho conceitual imagético. Pois na definição desses negro/a (s)-africano/a (s) a determinação de quem são esses “negro/a (s)-africano/ (s)” ecoa. Nesse sentido, as diferenças ali presentes, o espaço político do gênero e outros grupos periféricos ao que até então vinham sendo produzidos em termos da construção de uma “história única” sobre Angola, pode ter representado uma ameaça à narrativa uniforme dos fatos uma vez que tais temas foram dissipados nos “relatos” (imagens) gloriosos da nação.

Nas ilustrações a seguir (imagens de número 6 e 7), produzidas no Canadá e em Brazaville, na República Popular do Congo, respectivamente, percebe-se a montagem de ideias no sentido de ilustrar a importância da formação para os novos quadros nacionais (imagem 6) e a construção da figura masculina como força de autoridade, guia, nas guerras (imagem 7), e o que daí resultava ou pode resultar. Cabe assinalar que a destruição das imagens do colonizador fez parte desse processo de instauração de uma Angola “nova” independente e pretensamente descolonizada. Não se trata apenas de um formar um Estado “moderno” e independente, mas também de construir o ideal de cidadãos e cidadãs de acordo com os novos parâmetros de modernidade e desenvolvimentos pretendidos⁶²¹. O passado cultuado foi justamente aquele fundado nas imagens das grandes lideranças revolucionárias e não aquele da experiência colonizadora⁶²². Por essa

⁶¹⁹ MAFEJE, Archie. The ideology of “tribalism”. In *The Journal of Modern African Studies*. V. 9, n. 2, p. 253-261, 1971. p. 254 APUD FIGUEREDO, op. cit., p. 58.

⁶²⁰ Ibidem. p. 182.

⁶²¹ CHINCHILLA, Julieta. (2021). La construcción de una “nueva” mujer argelina: diario de una guerrillera. In *Revista Paginas*, 13(32), p. 7. Disponível em <https://doi.org/10.35305/rp.v13i32.511>. Acesso em 21/09/2021.

⁶²² PANTOJA, Selma Alves. Historiografia africana e os ventos sul: desenvolvimento e história. In: *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 8, dez. 2016. p. 58.

perspectiva, até então pouco celebrada, Angola possuía uma história tão rica quanto a portuguesa.

Nesse sentido, as imagens insistem na importância do MPLA na luta anticolonial, e enquanto discurso sobre a realidade angolana, “estabeleceu identidades, distribuiu papéis e posições sociais, exprimiu e impôs crenças comuns, instalou modelos formadores, delimitou territórios e apontou para os que são amigos e os que devem combater”⁶²³.

Trata-se de período em que tanto os discursos da linguagem escrita quanto fotográfica (de imagens visuais) foram necessários para produzir e fixar significados. A imagem foi extremamente poderosa, em termos da exploração da representação visual, como um conceito e uma prática. Imagens normalmente o são, principalmente quando mobilizam o espectador em níveis mais profundos do que podemos explicar de modo mais simples⁶²⁴.

A homenagem ao comandante Hoji Ya Henda (José Mendes de Carvalho), por exemplo (figura 7), considerado pelo MPLA como o patrono da juventude, morto na III Região Militar, no Moxico, em 1968, aos 24 anos, ao que parece, simbolicamente, mobiliza a ideia de uma juventude que sacrificou a vida na guerra em nome da independência. Além de exemplo revolucionário, trata-se de “notas” sobre o contexto angolano, inserido em discursos mais amplos: o retrato do herói a partir do discurso oficial do contexto de guerra.

⁶²³ OLIVA, op. cit., p. 34.

⁶²⁴ HALL, Stuart. O Espetáculo do Outro. In *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. p. 140.

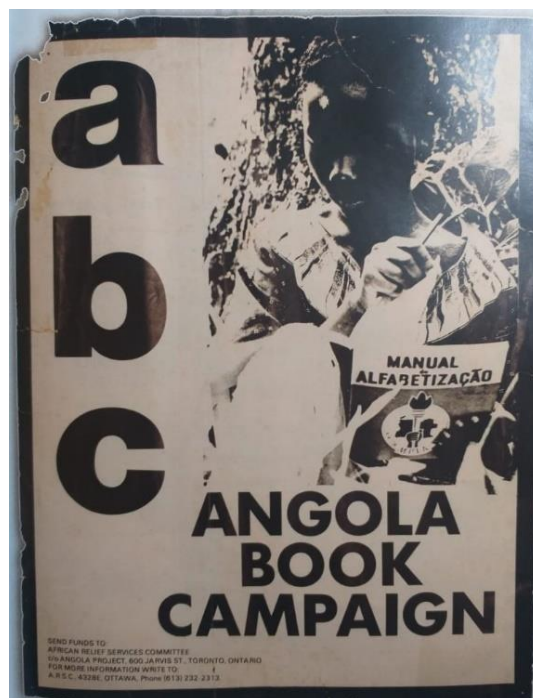


Figura 6. Fonte: ATD. Campanha de solidariedade com Angola para aquisição de livros de alfabetização. Autor: N/D. Publicação: African Relief Services Committee. Local: Ottawa – Canadá.



Figura 7. Fonte: ATD. Homenagem ao Comandante Hoji Ya Henda. Herói do MPLA. Autor: N/D. Data: Ano N/D. Publicação: Departamento de Informação e Propaganda do MPLA. Local: Brazaville – Rep. Popular do Congo.

Portanto, até aqui, a leitura sugerida nos cartazes, reforça a ideia de que as dinâmicas desenvolvidas no contexto das lutas de independência no continente africano possuíam a capacidade não só de influenciar como também determinar o rumo dos

acontecimentos históricos. Cartazes, postais, panfletos, fotografias converteram-se em instrumento político utilizado tanto pelos angolanos, como por aqueles apoiadores da luta. Nesse contexto, narrativas desenvolvidas a partir de uma nova orientação, da emergência dos nacionalismos africanos, inauguraram histórias com a necessidade de afirmação e legitimidade de um Estado-Nação em construção. As ações personificadas em algumas lideranças políticas do período de luta anticolonial, mais tarde compreendidos como ícones nacionais, exemplo de bravura e coragem, estruturou o material analisado. Assim como seriam organizadas as relações entre homens e mulheres, a partir de elementos diversos e, por vezes, conflituosos em termos de identidades socioculturais.

3.2. Significando a heroína nacional

Na coleção aqui analisada não existem imagens de mulheres e homens de outros movimentos, muito menos daqueles sem agremiação política, o que nos adverte quanto ao olhar atento sobre o referido material, afinal ele transmite o falso entendimento de que a luta foi construída apenas pelo MPLA. Pensadas em conjunto, sinalizam um acúmulo de elementos repetitivos ao pensar ou imaginar Angola no contexto de independência.

Embora associadas ao MPLA como um forte marcador social, as mulheres são descritas como figuras genéricas. São representações que em geral as associam ao seu status de esposa, mãe, irmã. Ou na posição de cuidado, mesmo no sentido figurado do zelo com a pátria. No verso do postal da figura de número 8, por exemplo, encontrei legenda explicativa dizendo que “a mulher angolana é oficina onde se forja o “homem novo” da nova Angola rumo ao Socialismo”⁶²⁵. Ela não é uma pessoa, um ser com existências própria, é uma oficina. Na interpretação de Tatiana Pinto, tratava-se de “promover a moral do trabalho e do comportamento revolucionário e apresentá-la aos seus pares, não somente nos discursos (escritos e visuais), mas especialmente por meio de “boas ações”.

Em tais representações, as mulheres aparecem como guardiãs dos princípios da cultura angolana sobretudo porque a elas estavam reservadas a função de educadoras das novas gerações, receptáculo da cultura, além de reprodutoras. O que fica expresso, no entanto, nas imagens que se seguem, são as tensões e ambiguidades próprias desse contexto mais amplo do quadro da luta armada. Nessa tentativa de visibilizar a heroína

⁶²⁵ LARA, op. cit., p. 105.

nacional, por exemplo, observa-se (figuras 8 e 9), a opção por descrever mulheres jovens, urbanas, educadas, em desvantagem das representações de mulheres de meia-idade, casadas, com filhos, das zonas rurais — que foi o perfil de uma grande maioria de mulheres que participou da luta de libertação angolana e combateu nos maquis.

As mulheres de classe média urbana são as eleitas para ser protagonistas e agentes de promoção social. É propaganda de gênero realizada com intencionalidade política. O heroísmo, como característica generalista de todas as combatentes, não entrava em contradição com a ideia da mulher como guardiã de uma identidade nacional⁶²⁶. Talvez, representada assim, como forma de demonstrar a um público internacional, ou vice-versa de que a guerra de independência as conduziu a uma modernidade. E como Julieta Chinchilla sugere, impulsionar um discurso sobre a mulher que não somente buscava expressar a sociedade moderna e igualitária que aspirava, mas também que pudesse ser reconhecida, à época, pelo ator-chave da autodeterminação dos povos, a Organização das Nações Unidas⁶²⁷. Não à toa, a OMA atuava nos fóruns internacionais, informando e divulgando o trabalho realizado pelo MPLA em prol da luta pela independência. Ações entendidas como fundamentais, inclusive na tentativa de persuadir instituições e países pouco favoráveis ao movimento, como no caso da África Austral⁶²⁸.

Por esses testemunhos, celebra-se a participação voluntária das mulheres a um espaço público e político até então “proibido”. Exaltam-se suas ações na guerra e o desejo constante de servir a uma causa justa. Fomentar entre as mulheres uma identidade nacional foi uma das ações de mobilização do MPLA e da OMA.

⁶²⁶ CHINCHILLA, Julieta. (2021). La construcción de una “nueva” mujer argelina: diario de una guerrillera. In *Revista Paginas*, 13(32). p. 7. Disponível em <https://doi.org/10.35305/rp.v13i32.511> . Acesso em 21/09/2021

⁶²⁷ Ibidem. p. 4

⁶²⁸ BITTENCOURT, op. cit., 2002. p. 459.

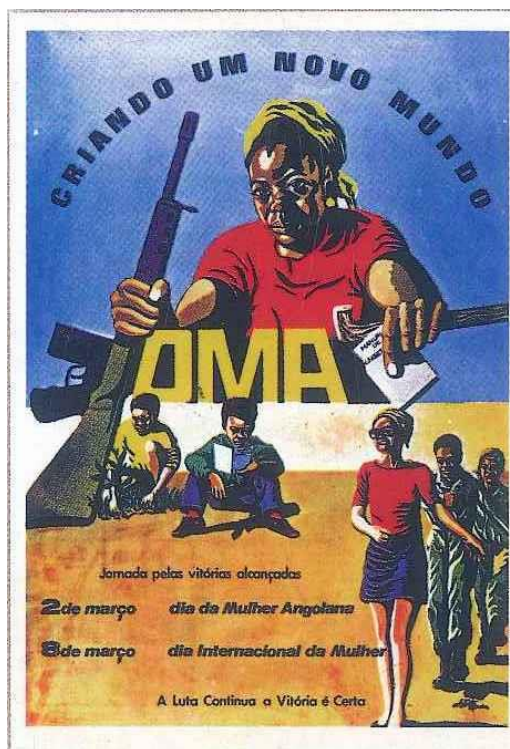


Figura 8. Fonte: ATD. De uma coleção de postais do Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA (DOR). Ilustração: N/D. Data: 1978.

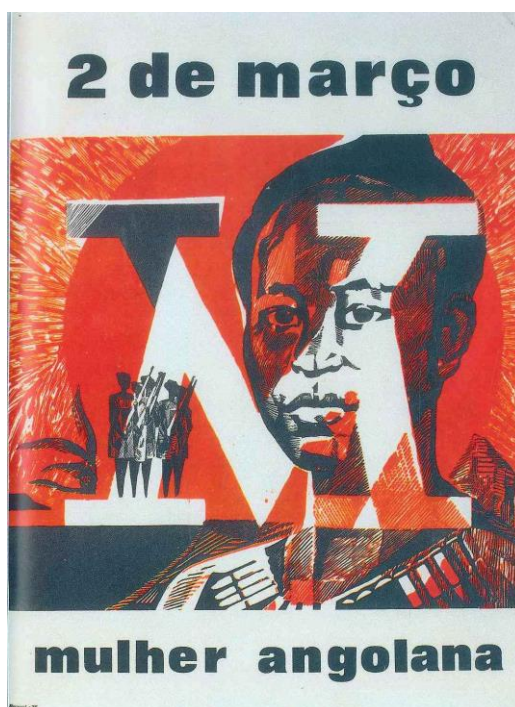


Figura 9. Fonte: ATD. 2 de março - Dia da Mulher Angolana (OMA/MPLA). Autor: N/D. Publicação: Departamento de Informação e Propaganda do MPLA. (DIP). Local: Luanda/Angola. Data: 1976.

Conforme referi, na coleção aqui analisada, o tom geral das imagens, nas composições de gênero, revela, nos modelos de conduta e de corpos, limites e

possibilidades de uma mulher normalmente jovem, forte, destemida, corajosa, patriótica e grande mãe. Oficialmente, é uma dimensão das representações sociais femininas, constitutivas de políticas identitárias, embora existam outras representações. Tal concepção mistificada “afasta-se das teorizações justificativas do colonialismo português que o antecederam, tendo todas o racismo como espinha dorsal, numa atitude de objetificação ou coisificação desta mulher”⁶²⁹.

Ainda assim, esse novo quadro não escapou das contradições da estrutura binária de representação racial. Foi a tentativa, mas não só, de substituir as imagens “negativas”, que dominavam (e ainda hoje dominam) a representação, por várias imagens “positivas” de pessoas negras africanas, de suas vidas e cultura, por sua celebração. A grande questão é que o aspecto negativo não foi necessariamente deslocado⁶³⁰. Contudo, expandiu a gama de representações raciais e a complexidade do que significava ser homem e mulher “africanos”, “angolanos”. Tratando-se, no conceito de Hall, de uma “estratégia para contestar o regime racializado de representação”⁶³¹. Nunca é demais lembrar que a publicidade foi uma das formas pela qual o projeto imperial ganhou forma visual. Explica Hall que:

(...) este discurso racializado está estruturado em um conjunto de oposições binárias. Há a poderosa oposição entre “civilização” (branco) e “selvageria” (negro). Existe a oposição entre as características biológicas ou corporais das “raças” “negra” e “branca” polarizadas em seus extremos – significantes de uma diferença absoluta entre espécies ou “tipos” humanos. Estão presentes as abundantes distinções agrupadas em torno da suposta ligação, por um lado entre “raças” bancas e o desenvolvimento intelectual – requinte, aprendizagem, conhecimento, crença na razão, presença de instituições desenvolvidas, governo formal, leis e “contenção civilizada” em sua vida emocional, sexual e civil, os quais estão associados à “cultura”⁶³².

Assim, nas imagens aqui analisadas, podemos observar homens e mulheres negros africanos imponentes, organizando-se politicamente na esfera pública. Tal estratégia joga com o “olhar”: desmonta um regime racializado de representação e, ao mesmo tempo,

⁶²⁹ PINTO, Alberto de Oliveira. O colonialismo e a “coisificação da mulher no cancionero de Luanda, na tradição oral angolana e na literatura colonial portuguesa. In PINTO, Alberto de Oliveira. *Angola e as retóricas coloniais, roupagens e desvendamentos*. Lisboa, Cafilisa – Soluções Gráficas, Ltda, 2012. p. 243.

⁶³⁰ HALL, op. cit., p. 218.

⁶³¹ Ibidem. p. 216.

⁶³² Ibidem. p. 167-8.

opera outras estruturas, de representações visuais mais complexas. Conforme discuti, ainda que parta de uma dialética das semelhanças e, portanto, homogeneizadora.

Lembro que a narrativa nacionalista encontrada nos cartazes e postais se alicerça na construção do masculino como principal e maior referência. Conforme mencionado anteriormente, nas imagens aqui já discutidas, é interessante notar os destaques as lideranças dos movimentos de libertação, como Amílcar Cabral, Agostinho Neto e outros, responsáveis diretos pelo desenvolvimento e manutenção da luta armada. A eles foi atribuído que a urgência da luta pela conquista da independência estava além das disputas político-jurídicas em seus territórios, sendo preciso avançar também a um novo modelo de sociedade. Tais ações eram personificadas nas lideranças políticas dos movimentos de libertação, não apenas por seus heroísmos, mas também por aquilo que construíram sobre eles⁶³³.

Sob a inscrição identitária de “mulher angolana”, as imagens suprimem as diferenças de idade, região, condição social, religião, racial e étnica. São representadas em sua unicidade, no geral ocupando lugares tradicionais segundo sua “natureza”, dada pela dimensão biológica da mulher. Apesar dessa representação, da “mulher angolana” numa imagem homogeneizada, fixa e nacional, a diversidade escapa, nas imagens de número 13, 17, 18 e 19, nas vestimentas e cores, mostrando alguns traços dessa diversidade, embora as de maior circulação, principalmente na província de Luanda, sejam as de número 10, 11 e 12. Vale ressaltar que a imagem do “homem angolano” tampouco se diferencia do modo como as “mulheres angolanas” são retratadas. Esconder as diferenças foi uma das opções de construção dessa identidade nacional.

Em *Marcas da Etnicidade — Indumentária e pertença étnica no Curoca, Sudoeste de Angola*, Milena Argenta faz lembrar a importância dos processos de construção identitária, nas categorias de nomeação e estratégias de diferenciação sutis, que reafirmam fronteiras e inscrevem essas populações no limite de cada grupo étnico específico. A autora apresenta uma “descrição etnográfica da indumentária enquanto um

⁶³³ No caso do MPLA, Bittencourt analisa que Agostinho Neto, por exemplo, entendido na condição de herói e mártir foi também o mito que se criou sobre ele. BITTENCOURT, Marcelo. Angola: intelectuais e luta pela independência. In *Anais do X Encontro Regional de história*. UERJ, 2002. p. 6.

signo de comunicação visual, que torna pública e visíveis as concepções estéticas e os diversos aspectos da vida social a elas vinculados”⁶³⁴. Explica⁶³⁵:

(...) dedicarei minha análise a alguns aspectos que configuram as experiências cotidianas que se expressam simbolicamente através da indumentária, e procurarei demonstrar o modo como a imagem exibida pelos sujeitos em seus corpos através das vestimentas e adornos corporais opera enquanto linguagens nas relações intra e interétnicas. (...) Estamos diante de dois processos que se desenvolvem simultaneamente: diferenciação e manutenção das fronteiras entre os grupos nas sutilezas das pronúncias da mesma língua, na ocupação do território e nos discursos sobre procedências; identificação e ampliação do pertencimento evidenciado por uma cultura material, cosmologia e organização sociais comuns. (...) Meu interesse particular está nos signos de classificação visível, como as vestimentas, pinturas, tatuagens, adereços e adornos corporais, penteados, e além de outros elementos que no plano estético e relacional demarcam publicamente o pertencimento, incluindo os sujeitos que ora se diferenciam em grupos específicos, numa identificação à cultura pastoril dos mucubais.

Para Argenta, as vestimentas e adornos corporais “expressam experiências cotidianas compartilhadas e constitutivas dos processos de identificação e delimitação do pertencimento”⁶³⁶, de modo que “a indumentária e a imagem exibida pelos sujeitos constituem-se enquanto marcas de experiências étnicas”⁶³⁷.

A antropóloga explica que com os processos de nacionalização de Angola, cuja ênfase está na tendência à homogeneização e diferenciação sobre bases, emergem novas configurações identitárias. As entrevistas que realizou na região do Curoca, no sudoeste de Angola, sobre suas vestimentas e modos de vestir associados aos meios urbanos, também expressaram concepções binárias nós/eles, civilizado/primitivo, rural/moderno, etc, características do colonialismo enquanto um regime moral e epistemológico⁶³⁸. Contudo, revela que “nas práticas relacionadas à composição das vestimentas e adornos corporais, o tradicional e o moderno, o antigo e o novo não estão em confronto. Os sujeitos são ativos, criam e recriam suas vestimentas tradicionais”⁶³⁹.

Assim, com base na argumentação de Argenta, suponho que “há graus variados de identificação dependendo da localização e da proximidade destes sujeitos com a vida

⁶³⁴ ARGENTA, Milena. *Marcas da Etnicidade – Indumentária e pertença étnica no Curoca, sudoeste de Angola*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. p. 25-26. Dissertação de Mestrado.

⁶³⁵ Ibidem. p. 100.

⁶³⁶ Ibidem. p. 25-26.

⁶³⁷ Ibidem. p. 28.

⁶³⁸ Ibidem. p. 72.

⁶³⁹ Ibidem. p. 97-98.

política nacional”, o que pode também ser identificado nesses cartazes, nas imagens que escapam a essa tentativa de homogeneização⁶⁴⁰. Por trás da tentativa de um discurso nacional, conforme nos informa a estudiosa, há trânsitos, incorporações, ressignificações e identificações múltiplas que escapam aos olhos de um observador pouco atento⁶⁴¹. As concepções correntes de tradição e modernidade enquanto polos antagônicos estão ancoradas em pressupostos dicotômicos característicos do pensamento colonialista”⁶⁴². Portanto⁶⁴³:

A análise detalhada dos usos dos adornos e enfeites corporais aponta o seu caráter simbólico, em sua relação com diversos aspectos da vida social que caracterizam as experiências cotidianas. (...) A composição contemporânea dos adornos revela a dinamicidade deste modo de vestir e decorar o corpo, que se atualiza nos fluxos entre pessoas e lugares com criatividade e inovação, envolvendo escolhas e ressignificações.

Quero dizer que, nesse contexto de transformações, a construção dessas novas subjetividade não ocorreram sem tensões e ambiguidades. E, por vezes, buscou-se equilibrar certas inovações com as lógicas estabelecidas do que era entendido como “homem” e “mulher” na sociedade angolana. Nas três imagens a seguir, por exemplo, a mulher aparece com a arma e o filho no braço. Na última, com certas diferenciações, apenas com uma arma. São representações correntes em Angola, apesar de pouco discutidas, no geral interpretadas como algo dado: as mulheres participaram na guerra com arma na mão e o filho no braço, portanto, eram guerrilheiras.

⁶⁴⁰ Ibidem. p. 92.

⁶⁴¹ Ibidem. p. 97

⁶⁴² Idem.

⁶⁴³ Ibidem. p. 158.

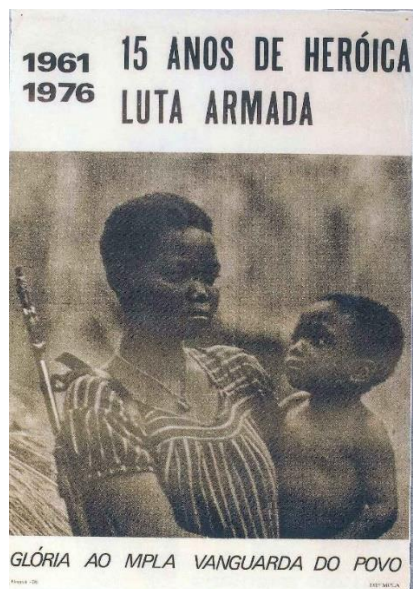


Figura 10. Fonte: ATD. 4 de fevereiro - 15º Aniversário do Início da Luta Armada em Angola.
Fotografia: Boubaker Adjali. Publicação: Departamento de Informação e Propaganda do MPLA (DIP).
Local: Luanda/Angola. Data 1976.

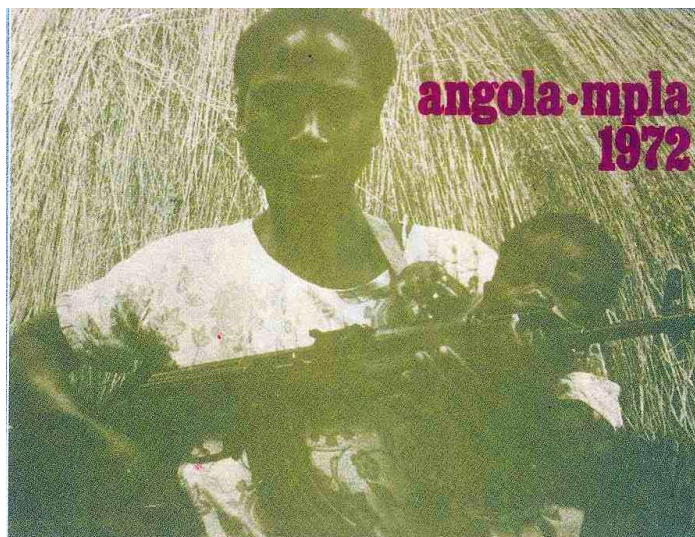


Figura 11. Fonte: ATD. Cartão de Boas Festas. Edição: MPLA (Lusaka). Fotografia: N/D. Data: 1972.

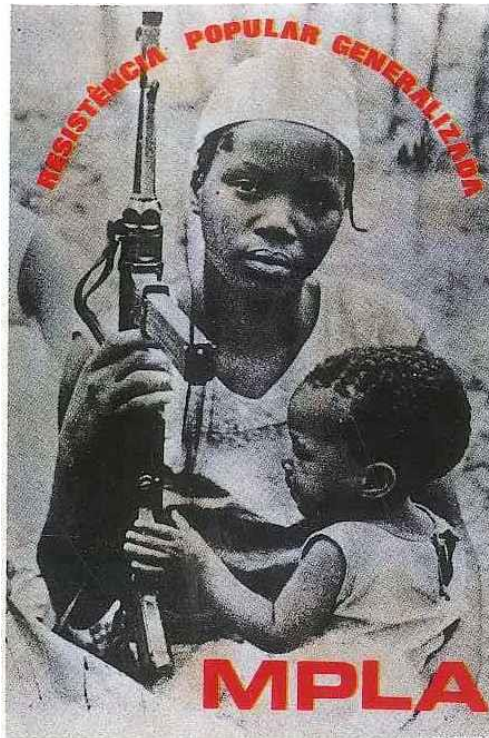


Figura 12. Fonte: ATD. De uma coleção de postais do Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA. Ilustração: N/D. Data: 1978.

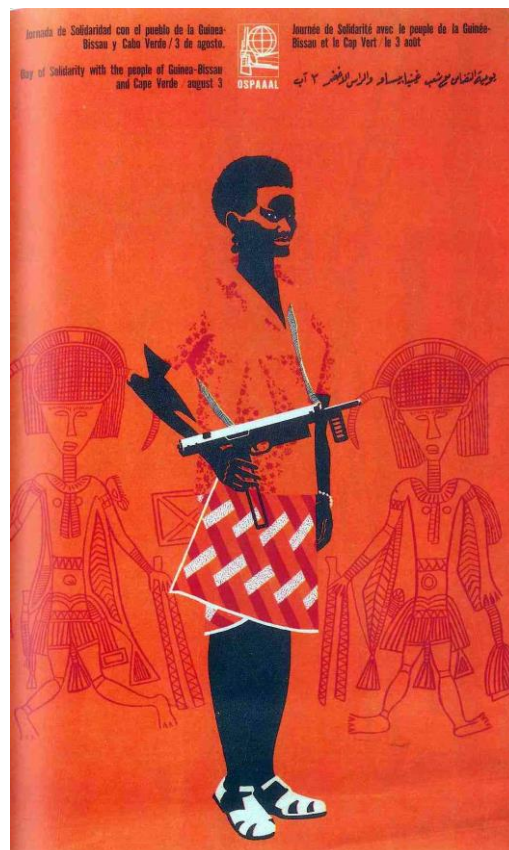


Figura 13. Fonte: ATD. 3 de agosto - Dia de solidariedade com o povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Autora: Berta Abelénda. Publicação: OSPAAAL. Local: Havana - Cuba. Data: 1968.

É significativo no que tange à participação das mulheres na luta armada contra o colonialismo as veiculadas imagens em que elas aparecem carregando as crianças nas costas ou nos braços carregando também uma arma de fogo. Demarca uma posição política ao mesmo tempo em que sustenta um papel tradicional. Projetava-se o papel reprodutivo das mulheres para uma esfera mais abrangente. De acordo com Julieta Chincila, nesse processo, a mulher era pensada como uma espécie de guardiã, convertendo a família no último refúgio para os valores e tradições que o sistema colonial havia desestruturado⁶⁴⁴. Era a “nova mulher” com a tarefa dupla de mãe e combatente. Esses “novos” papéis sociais nos auxiliam na compreensão da construção da heroína nacional na sociedade angolana.

Estas imagens compõem as representações da “nova mulher”, subsumida na mulher-guerrilheira, mulher-mãe, apesar de essas não terem sido as únicas formas de participação das mulheres na luta armada. Guardadas as nuances dessas publicações nesse período de lutas, tanto nos cartazes quanto nos postais, o gênero foi gradativamente precedendo o sexo. O que não quer dizer que foram passivas nesse processo de indiferença e negação. Então, nas imagens seguintes, temos a figura masculina como fonte de equilíbrio, um guia, representado aqui na imagem do patrono da juventude, Hoji Henda (figura 14). Diante da subversão que significava, para mulheres, a presença nos maquis, a figura do homem poderia representar uma figura paterna que oferecia proteção para mulheres (figura 15). Em tais discursos, observa-se como a mulher aparece recorrentemente sob a proteção de uma figura masculina ou em tarefas que as atrelavam ao lugar do cuidado ou educativas (figura 16), para “ajudá-los”.

⁶⁴⁴ CHINCHILLA, op. cit., p. 7.

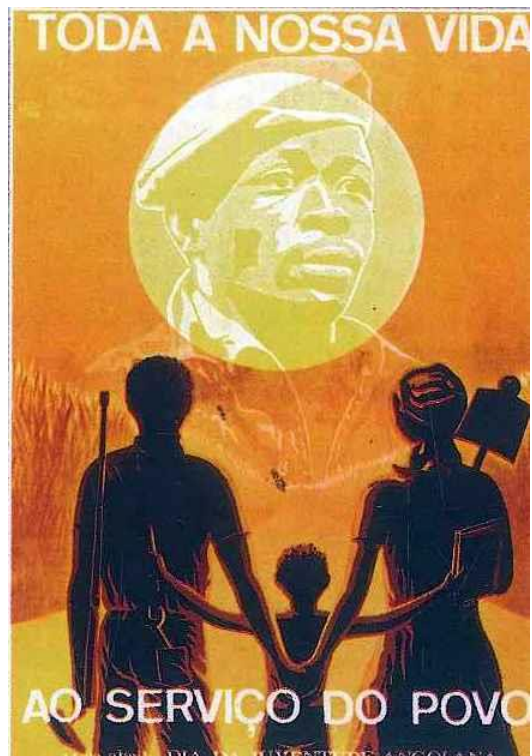


Figura 14. Fonte: ATD. De uma coleção de postais para o XI Festival Mundial da Juventude e Estudantes. Edição do Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA (DOR). Ilustração: N/D. Data: 1978.

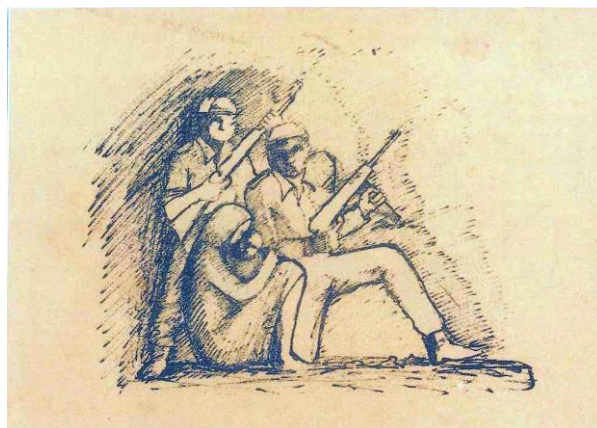


Figura 15. Fonte: ATD. Comemoração do 10º aniversário do MPLA. Edição: MPLA (Brazaville). Ilustração: Rui de Matos. Data: 1966.

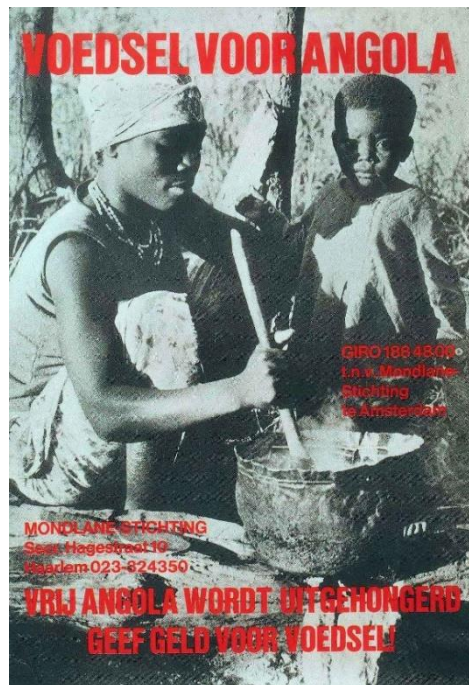


Figura 16. Fonte: ATD. Campanha de Solidariedade com Angola, para angariação de fundos de alimentos. Autor: N/D. Publicação: Comité Mondlane. Local: Amsterdã/Holanda. Data: Ano N/D.

Tal recurso narrativo, construtor da ideia da mulher enquanto guerrilheira, pode ser encontrado significativamente nos registros do Seminário para Formação Política da Mulher — planejado pela Organização da Mulher Angolana (OMA) no período de 10 de outubro a 7 de novembro de 1965. Encontrado no acervo da Tchiweka, o texto *A mulher em Angola*, em que observa-se uma quebra com os discursos sobre o “ser mulher” na sociedade angolana e no contexto da luta armada, revela, assim como as imagens, parte do que foi a invenção dessa “nova mulher angolana”⁶⁴⁵.

No documento, são tecidos questionamentos sobre a situação das mulheres em Angola. Pergunta-se: “se a situação do homem já é precária, que dizer sobre a mulher? ”; “se perante o colonialismo português, o homem de Angola é um ser inferiorizado, propositalmente deixado numa ignorância espantosa, que dizer da mulher? ”. No texto, apresenta-se um quadro típico das mulheres angolanas. Segundo a fonte, sujeitadas pelo colonialismo ao analfabetismo em massa, à falta de assistência médica, a uma vida sem dignidade, liberdade e direito de saber, pensar e progredir. Segundo o referido texto:

Não é a propaganda criminosamente falsa do colonialismo que revela a situação da Mulher em Angola; o índice altíssimo da mortalidade

⁶⁴⁵ ATD - OMA. A mulher em Angola. In *Seminário sobre a Formação Revolucionária*. Centro de Instrução Revolucionário – CIR. Luanda, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

infantil, do analfabetismo, de vícios (alcoolismo, prostituição, etc.), a ignorância e a inércia em todos os sentidos, a miséria e a inconsciência é o que o atestam⁶⁴⁶.

O documento expõe a vida da mulher angolana nos centros urbanos e no meio rural. Nas cidades, “a mulher angolana é essencialmente doméstica”, embora estivessem presentes nas escolas de enfermagem e nas fábricas, no trabalho nas ruas. Reclama o fato de não haver mulheres no comércio ou como funcionária de escritório. No texto, denunciam ainda a prisão de mulheres que não tinham consigo a ficha de identificação e a falta de salário ao trabalhar para uma nova “patroa”; “são presas a fim de servir a qualquer senhora colonialista”⁶⁴⁷.

Em relação à vida das mulheres nas aldeias, denunciam a exploração da mão de obra feminina ao sublinhar o trabalho dessas mulheres como mão de obra barata e “disponível a qualquer momento por meio da violência ou mesmo morte”⁶⁴⁸.

A estrada precisa de reparo? O chefe de posto ou o administrador do conselho quer cultivar um pomar, alargar a hora? Ou o seu forno precisa de mais lenha? Querem eles o corpo viçoso de uma preta? Para satisfazer tudo isso, não há nada mais fácil. Assalta-se e prende-se a mulher de Angola de madrugada ou de noite. (...) não é raro verem-se mulheres em estado adiantado de gravidez a trabalharem na conservação de estradas, debaixo da chuva, do sol e ainda sob o chicote ameaçador do capataz branco ou do capanga preto inconsciente.

A mulher de Angola é descrita como pessoa que entende a força do colonialismo em seus aspectos mais nefastos, principalmente aquele que nega a elas o direito de “colaborar com o homem na formação e avanço de sua pátria”, “servir o país” e “colaborar na edificação de uma Angola próspera e livre do colonialismo”⁶⁴⁹.

No texto, afirmam estarem decididas a desempenhar o “papel que o país esperava delas, tanto sob a condição de mãe e esposas digna, de humildes, mas cômicas serviçais, como sob a condição de médicas dedicadas que ou sejam quais forem”. Narram que “a mulher de Angola quer vida, a liberdade que lhe compete, como ser humano e participante de um mundo consciente”⁶⁵⁰.

⁶⁴⁶ Idem.

⁶⁴⁷ Idem. p. 2

⁶⁴⁸ Ibidem. p. 3

⁶⁴⁹ ATD. OMA. A mulher em Angola. In *Seminário sobre a Formação Revolucionária*. Centro de Instrução Revolucionário – CIR. Luanda, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

⁶⁵⁰ Idem. p. 3.

Tal discurso aponta-nos para a existência de um esforço no sentido de universalizar o “ser mulher” e sua participação na luta armada. O EU coletivo manifesta-se, com base não só nos escritos produzidos por homens, contado no masculino e sob ótica estrangeira, mas também pelas próprias mulheres angolanas. Elas elaboraram interpretações para o que vivenciaram ao entrar em contato com o colonialismo. E ambos, homens e mulheres angolanos, reformataram códigos, elaboraram conceitos, noções de pertencimento e estranhamento.

Nesse sentido, as mulheres de Angola deveriam participar da luta armada, por estarem diretamente interessadas nas mudanças do país e transformação no tratamento historicamente dado a elas ainda que sua atuação fosse em atividades que não as desvinculassem do considerado sexo frágil, como significado nas imagens desses discursos que as representam no exercício do papel tradicional de cuidadora dos outros: dos filhos, família, marido, dos soldados da pátria.

O mesmo discurso que projetava as mulheres para o espaço público era enfático na defesa que fazia circular acerca de seus deveres e no comprimento das funções nem sempre, mas também, associados à emancipação política do país.

Com efeito, nos cartazes e postais, apesar de não existir referência explícita a respeito dessa “nova mulher”, percebe-se a construção nas imagens dessa mulher do entre-lugar, que vive o presente (demarcado pelo contexto de luta armada, de uma resistência popular generalizada) ao mesmo tempo em que olha o futuro (esse universo possível, de uma Angola livre e independente, do lugar do desenvolvimento, bem-estar, harmonia, onde a “nova mulher” poderia emergir e “criar um novo mundo”) sem esquecer de seu passado tradicional (balizado em seu papel reprodutivo e trabalho produtivo, no dever materno como um exercício público). Como mães, elas trabalham, produzem e sustentam o país durante todo o processo de luta de libertação⁶⁵¹. E, na condição de uma “nova mulher”, na figura da “mãe patriótica” que entrelaça seu trabalho reprodutivo com a política do nacionalismo, na vontade e prontidão inclusive de sacrificar seus filhos pela nação, assume o dever de defender ideias emancipatórias de gênero⁶⁵², “ao lado dos homens”. Não à toa, o postal de Antônio Domingues, imagem a seguir, de raízes angolanas e santomenses, um dos artistas estrangeiros mais conhecidos e que apoiou a luta de independência de Angola⁶⁵³, feito em referência à edição do V Festival Mundial

⁶⁵¹ MAKANA, op. cit., 2017. p. 47.

⁶⁵² Idem.

⁶⁵³ LARA, op. cit., p. 11.

da Juventude e Estudantes em Varsóvia (1955), além da referência da imagem, vem acompanhado de um texto em língua kimbundu falando dos dilemas que essas mulheres vivenciavam em seus cotidianos, o cotidiano resultados desse ambiente emergente de guerra⁶⁵⁴.

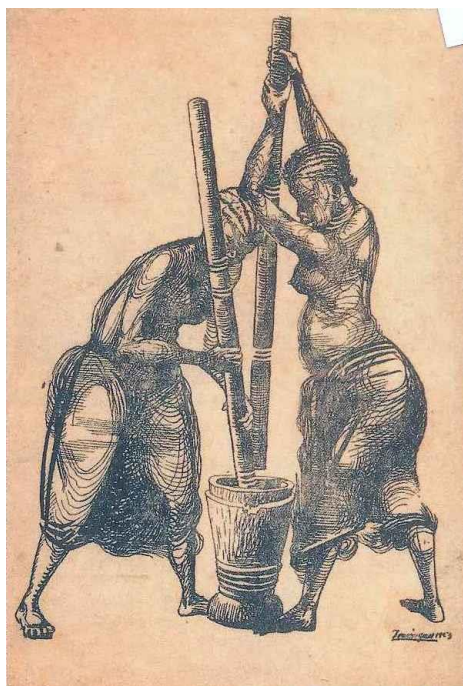


Figura 17. Fonte: ATD. Edição do V Festival Mundial da Juventude e Estudantes em Varsóvia. Ilustração: António Domingues. Data: 1955.

Letra da Canção em Kimbundu
(Verso)

Muimbu Ua Sabalu

Mon' etu ua Kasule
A mu tumisa ku S.
Kexiriê ni madukumentu
Aiué!
Mon' etu uaririle
Mama uasalukile
Aiué!
A mu tumisa ku S. Tomé
Mon' etu uai kiá

⁶⁵⁴ Ibidem. p. 89.

Uai mu purá iá
 Aiué!
 A mu tumisa ku S. Tomé
 Mon'etu uolo banza
 O'xi é onzo ié
 A mu tuma kukalakala
 Olo mu tala, olo mu tala
 - Mama, muene uondo vutuka
 Ah! Ngongo ietu iondo biluxa
 Aiué
 A mu tumisa ku S. tomé
 Mon'etu k'avutuké
 Kalunga ua mu rié
 Aiué
 A mu tumisa ku S. Tomé⁶⁵⁵

O fragmento descreve a história do filho mais novo que teria sido enviado a São Tomé em busca de um sonho. O texto não explicita manifestamente as motivações de sua ida ou as aspirações desse filho. O filho mais novo foi enviado “sem papéis”, foi sentido, chorou. Os pais cortam o cabelo dele, e não podem ligar. A mãe “enlouqueceu”. Na canção, o filho mais novo é enviado para São Tomé por terceiros, mas com a anuência dos pais. A estrofe diz “eles o enviaram para São Tomé”; “nós o mandamos trabalhar”; “nosso filho aí está sonhando, para seu país, para a sua casa”. O filho não volta, a morte o levou embora.

A canção versa sobre as dificuldades e ambiguidades desse momento de uma luta mais organizada contra o colonialismo português⁶⁵⁶. Além disso, do compromisso das

⁶⁵⁵ No livro de cartazes e postais, a letra da canção vem em kimbundu e francês. Fiz a tradução do francês para o português. Neste caso, possivelmente, o texto pode ter sofrido alterações. No original: Notre fils cadet/ On l'a envoyé à St. Tomé/Il n'avait pas de papiers/ Aiué!/Notre fils a pleuré/Maman est devenue folle/ Aiué!/On l'a envoyé a St. Tomé/Notre fils est parti/Ll est parti dans leur cale à eux/Aiué!/On l'a envoyé a St. Tomé/On a coupé ses cheveux/On n'a pas pu le lier/Aiué!/On l'a envoyé a St. Tomé/Notre fils là-bas songe /À son pays à sa Maison/On l'a envoyé travailler /On le regarde, on le regarde/Mamn il revendra/Ah notre sort sera meilleur/ Auié!/On l'a envoyé a St. Tomé/Notre fils n'est pas revenu/La mort l'a emporté/Aiué/ On l'a envoyé a St. Tomé.

Em português, Nosso filho caçula / Mandamos ele para São Tomé / Ele não tinha papéis / Aiué! / Nosso filho chorou / Mamãe enlouqueceu / Aiué! / Mandamos ele para São Tomé / Nosso filho saiu / Ele saiu no porão / Aiué! / Mandamos ele para São Tomé / Cortamos o cabelo dele / Não podíamos amarrá-lo / Aiué! / Mandamos ele para São Tomé / O nosso filho ali sonha / Sobre o país dele na casa dele / Mandamos ele para trabalhar / A gente olha pra ele, olha pra ele / mamãe vai viver de novo / Ah nossa sorte vai ser melhor / Auié! / Mandamos ele em São Tomé / Nosso filho não voltou / A morte o levou / Aiué / Nós mandou-o para São Tomé. LARA, op. cit., p. 89.

⁶⁵⁶ Outra interpretação possível pode estar relacionada a corrente migratória, imposta pelas autoridades portuguesas, para a realização de trabalhos nas roças de São Tomé e Príncipe. Angola foi um fornecedor clássico de trabalhadores. HENRIQUES, Isabel Castro. “A sociedade colonial em África: ideologias, hierarquias, quotidianos”. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUR, Kirti (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999. p. 236.

mulheres, no sentido mais amplo, com responsabilidades que poderiam causar, inclusive, a perda de entes queridos, e, ainda assim, mantinham-nas firmes em suas obrigações e exigências como mães.

A imagem de Antônio Domingues, por outro lado, chama atenção por conectar o receptor com as experiências e demandas cotidianas e mais especificamente expressar diferenciações sutis das diferentes populações tradicionais que habitavam, e ainda hoje habitam, o território angolano.

Na imagem, em um dos lados, a referência a uma mulher com os bustos de fora, cabelos trançados e ornamentados. O rosto, os cabelos e os adereços sem uma coloração específica visto tratar-se de postal. Do outro, uma mulher com indumentária ornamentada, que recai sobre os ombros e braços, também de cabelo trançado, ao que parece, em outro formato.

Sabe-se que a indumentária, a língua e os penteados caracterizam os povos de determinada região, sobretudo no que diz respeito aos traços culturais. Nos povos ovibumbus (de regiões como Benguela, Huambo, Bié e partes da Huila e Cuanza Sul), podem-se observar penteados tradicionais que identificam as mulheres desses povos, são os característicos “odondi”, “apunga” e o “omalafa”⁶⁵⁷. São exemplos que apresentam vestígios de como a identidade étnica pode ser projetada em uma imagem exibida no corpo, e podem apresentar-se em interação, não só na imagem, mas também no contexto de guerras. Como Milena Argenta reforça, é esse corpo engajado em experiência e relações que atua no plano da insígnia pública, e insere essas populações visivelmente no plano social, a partir dos sinais e símbolos de diferenciação e pertencimento que nele se inserem⁶⁵⁸.

Ainda do Seminário para Formação Política da Mulher, mencionado anteriormente, em texto sobre *o papel da mulher na luta armada*⁶⁵⁹, a OMA descreve as funções que as mulheres poderiam desempenhar em campo de batalha, que poderia ir “desde o preparar o pão do guerrilheiro, tratar os feridos, até o fazer parte das milícias nas sanzalas e pegar na arma para lutar contra os portugueses nos maquis”. A OMA definia o lugar das mulheres na luta, pois, ao se tratar das guerras, esses espaços foram

⁶⁵⁷ OMA. In *Heroínas, Revista da mulher angolana*. Luanda, nº 3, novembro de 2014. p. 39.

⁶⁵⁸ ARGENTA, op. cit., p. 106.

⁶⁵⁹ ATD – OMA. O papel da mulher na luta armada. In *Seminário sobre a Formação Revolucionária*. Centro de Instrução Revolucionário – CIR. Luanda, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

previamente definidos. Tal concepção, expressa-se nos cartazes e postais, assim como nos documentos de época, produzidos e editados pelas delegações de apoio ao MPLA.

Ainda de 1965, em outro texto, sobre a *evolução histórica da mulher na sociedade*, tais propósitos evidenciam-se quando ressaltam que, aos poucos, caso se preparasse, poderia “manter melhor a saúde dos seus filhos, educá-los melhor e ser mais útil ao país”⁶⁶⁰. Ou seja, reafirma-se o papel feminino de gênero pelo qual a mulher não tem existências próprias; é um ser que vive para os outros; para cuidar dos outros: filhos, país, casa, marido, pátria.

Assim, o preparo estaria relacionado à alfabetização e ao domínio nas áreas da alimentação, habitação, higiene e cuidados com os filhos e a casa. O desempenho dessas tarefas não estava, todavia, dissociado de uma formação política, técnica e militar. Campos de estudos e atuação política importantes para a OMA, que poderiam possibilitar uma mudança de comportamento social, na forma de pensar e agir dessas mulheres.

A produção desses discursos — textuais e imagéticos — acerca das mulheres angolanas tem sido registro importante para acessar práticas, conceitos e visões de mundo de uma época. Dentre estes, o que se entendeu por participação feminina na luta armada durante as décadas de 1960 e 1970. As evidências desse discurso podem ser identificadas nas imagens em que mulheres aparecem em campanhas de solidariedade de fundos para alimentos (imagem 16), nessa visão mais clássica da mulher guerrilheira armada com filho no braço (imagens 9,10,11, 12) ou ainda na ideia da mulher que é protegida pelos guerrilheiros que iam à linha de frente (imagem 15), em condição de passividade. A mulher, tutelada por esse ator considerado universal, como uma personagem secundária. Trata-se de expressões, sinais, indícios que evocam tais enunciados.

Obviamente esses discursos não atingiram a todas as diversas mulheres dos diferentes povos que habitavam o território angolano, embora em seu conjunto tenham evocado credibilidade para elas, sendo um momento propício de reflexão sobre a experiência e atuação dessas mulheres angolanas na experiência anticolonial.

Estes discursos integram o conjunto documental do Seminário da OMA que na época visava preparar as mulheres para as tarefas a serem realizadas “até a vitória do povo angolano sobre os colonialistas portugueses”⁶⁶¹. Naquele momento, “o importante era

⁶⁶⁰ ATD-OMA. A evolução histórica da mulher na sociedade. In *Seminário sobre a Formação Revolucionária*. Centro de Instrução Revolucionário – CIR. Luanda, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

⁶⁶¹ ATD-OMA. Programa de atividades. In *Seminário sobre a Formação Revolucionária*. Centro de Instrução Revolucionário – CIR. Luanda, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

fazer o necessário para a luta de libertação avançar”, embora os limites do que precisava ser feito estivessem confusos. Tal como em várias outras partes colonizadas que lutaram pela independência, também em Angola o objetivo primeiro da libertação do território angolano impôs-se em relação às outras demandas políticas como, por exemplo, a da emancipação feminina, que entra na esfera pública oficialmente apenas em 1974.

Em geral, como os textos e imagens sugerem, referiam-se às mulheres de maneira genérica e somente depois, aos poucos, tais mulheres foram transformando-se em pessoas distintas, em sujeitos singulares, ainda que, mesmo assim, com base em narrativa mitificadora.

Significativamente, na coleção da ATD, encontrei um postal e um cartaz de apenas duas mulheres guerrilheiras: de Deolinda Rodrigues (figura 18), uma das primeiras mulheres a fazer parte do corpo diretor do MPLA, na condição de chefe do Departamento de Assuntos Sociais, e Luzia Inglês (figura 19), general da FAPLA/MPLA a quem, em meados dos anos 1970, Agostinho Neto solicitou que reorganizasse a OMA. Mulheres ícones para o MPLA, por serem referências de relevo no movimento de libertação e expoentes máximos da participação da mulher angolana no quadro da luta armada, e também, por isso, particularizadas em suas subjetividades.

Tais limites, no próprio processo de luta anticolonial, sofrem nuances em seus contornos, no sentido de serem “definidos”, com imagens, ações concretas na administração, na linguagem escrita e visual. O próprio estilo dos documentos escritos/imagéticos vai sofrendo transformações. Diversifica-se, diferencia as/os protagonistas, amplia aspectos. Difunde-se a ideia de que Deolinda Rodrigues foi uma das fundadoras do MPLA, o que também valida a percepção de que o MPLA foi um movimento construído por homens e mulheres de diferentes trajetórias e inclinações políticas. Morta e assassinada no contexto de luta de libertação, tendo sua memória constantemente lembrada. O que contrasta com a imagem de Luzia Inglês que permanece viva, um quadro do movimento, e depois partido, como liderança de mulheres, na imagem e registros escritos, rememorada como um exemplo a ser seguido, pela convicção e sentido de missão em nome de um dever maior que foi o da luta anticolonial.



Figura 18. Fonte: ATD. De uma coleção de postais da Organização da Mulher Angolana. Edição: OMA. Ilustração: N/D. Data: 1979.

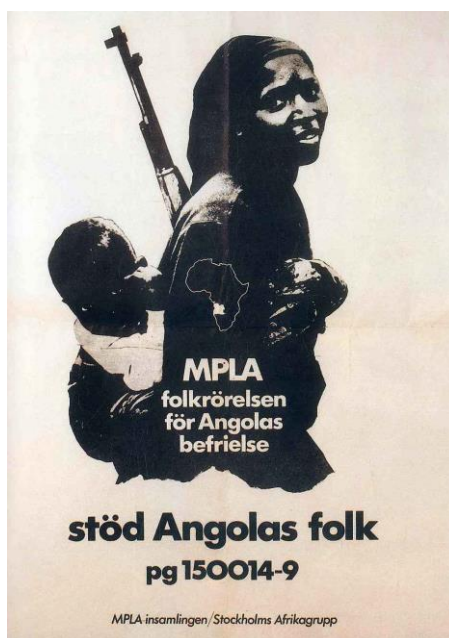


Figura 19. Fonte: ATD. Campanha de solidariedade com Angola. (Na fotografia, Luísa Inglês e seu filho Folo Caetano). Autor: N/D. Publicação: Afrikagrupp. Local: Estocolmo/Suécia. Data: Ano N/D

Esses discursos estavam cheios de toques angolanos “autênticos”, entretanto, observa-se que são notas inseridas em obras produzidas não só dentro, mas também fora, sobre Angola, como no caso da imagem de Luzia Inglês, originada em Estocolmo/Suécia (figura 19). As outras imagens aqui analisadas são de lugares como: Ottawa/Canadá

(figura 4), Brazaville/República Popular do Congo (figura 5), Lusaka/Zâmbia (figura 11), Havana/Cuba (figura 13), Amsterdã/Holanda (figura 15), entre outros. O uso da imagem de mulheres, como signos, torna-se uma arena de contestação e luta. Em termos gerais, com uma caracterização simples, vívida, memorável, facilmente compreendida e amplamente reconhecida. Proponho essas observações como forma de acentuar a complexidade e a ambivalência da representação de mulheres nessas imagens. Mas não como uma prática exclusiva da OMA/MPLA, apesar da imagem fazer referência direta a este movimento, mas como algo maior, representativo da participação das mulheres, e da construção da ideia de uma “nova mulher”.

Do ponto de vista da indumentária e do traje, por exemplo, o lenço na cabeça é algo comum no traje das mulheres angolanas, vestidas com panos, dos pés à cabeça. O lenço faz parte da forma como as mulheres se apresentavam. Não é algo exclusivo das mulheres da OMA, uma vez que as mulheres dos outros movimentos também portavam lenços na cabeça. No caso das mulheres da OMA, o uso da camisa vermelha e o lenço amarelo representam as cores partidárias do MPLA. As mulheres da LIMA/UNITA usam camisa verde e o lenço em tons de verde, vermelho e amarelo. Trata-se da apropriação de um signo próprio de mulheres camponesas, na singularização dessa “nova mulher” de Angola. No trabalho que as camponesas realizam nas lavras, nota-se o uso dos lenços, talvez como uma forma de se proteger do sol ou ainda, quem sabe, por algo relacionado com a ornamentação do cabelo ou da cabeça.

Muito além do ponto de vista da indumentária e do traje, o uso do lenço por Deolinda Rodrigues e Luzia Inglês, nas imagens aqui analisadas, pode significar ainda a associação/ligação que particularmente o MPLA buscava com um socialismo africano de base operário-camponesa. Decerto uma transposição simbólica, associada à grande massa de mulheres que participaram da luta anticolonial, para os meios urbanos. Uma forma de politização desses signos ou de trazer as camponesas, informá-las, inseri-las no contexto de formação dessa “nova mulher”. Essa mulher, heroína nacional, que independentemente do seu nível social, trajava-se como uma mulher comum.

O uso desses signos relaciona-se com as premissas políticas do MPLA, segundo as quais a base da transformação angolana vinha do campo, com influências arraigadas a uma suposta cultura tradicional angolana. Na prática, todos esses signos jogavam com a ideia da autenticidade. Simbolicamente, tratava-se de algo não relacionado à norma etnocêntrica aplicada às mulheres angolanas; mas não totalmente fora de um sistema

classificatório sobre as mulheres, já que, em certa medida, também foi construída como “Outra”.

Trata-se de um campo não estático, em que foram operadas e deslocadas também com base na afirmação dos novos padrões emergentes durante e após a luta anticolonial. Na busca de internacionalizar o discurso sobre a mulher e, como já foi referido, de expressar a sociedade moderna e igualitária a que se aspirava, manejava-se com os signos, inclusive no uso do mapa do continente, referido no braço de Luzia Inglês (imagem 19), como forma de reivindicar uma particularidade dentro desse amplo território.

Este conjunto plural e heterogêneo de referências imagéticas que compõe o imaginário coletivo da sociedade angolana acerca da experiência anticolonial não sintetiza por si só o que representou a “nova mulher” angolana naquele momento histórico específico. Pensadas em bloco, indicam um acúmulo de elementos repetitivos que ancoram a construção da memória da luta anticolonial em Angola e alimentam sua história. Nas imagens aqui analisadas, construídas entre os anos de 1955 e 1979, período que vai do início da luta armada até quatro depois de conquistada a independência, projeta-se uma ideia nacional da luta de libertação. Assim, com base nas imagens e na invenção de uma angolanidade positivada, como matéria-prima, fontes, para se buscar esse passado e escrever essa história, Angola seria assim refletida na segunda metade do século XX:

Angola = independência e celebração de heróis nacionais

Angola = raça negra, superioridade

Angola = união dos países africanos de língua portuguesa

Angola = unidade política

Angola = luta e colaboração

Angola = Agostinho Neto

Angola = OMA

Angola = luta armada

Angola = tradição e resistência

Angola = espaço mítico de invenção identitária

Angola = sociedade moderna

Angola = novo homem e nova mulher

3.3. Grandes narrativas em temáticas específicas, modos de experienciar, viver e narrar a guerra

Publicado no semanário *Angola, Órgão da Liga Nacional Africana* no ano de 1974, o texto *O Papel da Mulher na Revolução Angolana*, de autoria desconhecida, reflete de maneira mais específica, direta e crítica os problemas decorrentes da libertação da mulher como uma necessidade da Revolução; interpretados também como uma espécie de entrave na concepção mais ampla desse vir a ser “nova mulher”.

Em Angola, nas outras colónias e em certos países Africanos, os jovens são submetidos aquilo que se chama “ritos de iniciação” que embora variando na forma, consoante as regiões têm em comum o fato de pretenderem inculcar nas raparigas o espírito de submissão em relação ao homem. É-lhe dito que o seu papel é o de terem filhos, cuidarem do marido e da casa. Outras manifestações desta concepção do sistema de educação tradicional sobre a posição inferior da mulher na sociedade são por exemplo: o alambamento que é o processo tradicional de casamento, pelo qual o pretendente oferece aos pais da noiva bens materiais (gado, terras, tecidos, outros utensílios ou mesmo dinheiro, conforme as regiões) face aos quais os pais decidirem pela entrega ou não da filha, transformando-a assim num mero objeto de compra e venda⁶⁶².

O texto versa sobre um conjunto de concepções que representam interdições à participação das mulheres na luta de libertação, considerando as posições que as colocam em situação de inferioridade social e produzida pela alienação que as impedem de “participar nas tarefas políticas, culturais e sociais, prendendo-as exclusivamente à produção agrícola ao serviço do marido”, ou aos serviços privados⁶⁶³. Nesse discurso, ressalta-se ainda que o sistema colonial português piorou tal situação com a dupla opressão e exploração de gênero e raça, com as múltiplas opressões: gênero, raça, classe e colonial, praticados por séculos.

São discursos anticolonialistas que denunciam e problematizam os significados de “ser mulher” na sociedade colonial angolana, impedidas tanto pelos julgamentos dos colonizadores, quanto pelos próprios homens angolanos. Estes últimos, “na exploração econômica da mulher, a sua transformação em produtor sem direitos, a serviço do

⁶⁶² ATD. *Angola revista*. Dezembro, 1974. p. 5.

⁶⁶³ Idem.

proprietário — esposo ou do proprietário — pai”, como parte de um processo que se elaborava e refinava⁶⁶⁴. Suas orientações diziam respeito aos temas considerados tradicionais como o alambamento, por representar forma de compra da mulher contrária aos princípios da independência e igualdade de direitos, o casamento com menores e os impedimentos existentes em torno dos estudos/alfabetização de mulheres.

No início do ano de 1965, no *relatório de atividades do MPLA e da OMA*, a organização denuncia o apego demasiado às tradições, limitadoras da adesão das mulheres angolanas à luta, aprisionando-as aos modelos normativos de “seres passivos” e “domésticos”. Algumas vezes egoístas, priorizando o interesse pessoal e o da família. É uma crítica às mulheres em geral, mas que já identifica e expõe os impedimentos e limites criados à construção da ideia dessa “nova mulher”.

Por sua vez, nas histórias contadas nas reuniões do *Seminário sobre a Formação Revolucionária* realizado pela OMA, também de 1965, narravam-se exemplos de feitos memoráveis que, independentemente de terem ou não ocorrido, promoviam o debate acerca da “passividade” feminina, colocando-a sob suspeita. É o caso da história de Têmuna⁶⁶⁵.

A OMA conta que Têmuna tinha 17 anos quando se juntou às forças revolucionárias que lutavam pela libertação de Angola. Pelo relato, informa-se que as mulheres jovens que participavam nos combates eram alistadas no exército regular como os homens e faziam trabalhos internos como fabricar sandálias, procurar água boa para beber, transportar e cuidar dos feridos, cultivar e preparar a comida para os guerrilheiros.

Expõe que os homens ficavam encorajados com o trabalho das mulheres, pois elas bordavam nas palmilhas das sandálias palavras de ordem como: Abaixo os inimigos! Vitória ou morte! Libertar a pátria ou morrer por ela! Coragem!. Além disso, cuidavam dos doentes, ajudavam com lenha, comida. Mandavam aos guerrilheiros informações sobre as suas famílias para que pudessem lutar encorajados sem se preocupar com as famílias.

Enfim, dando mostras de uma ativa e diversificada participação, mas que carrega um traço único, comum, homogêneo, lutando na guerrilha para cuidar dos outros, dos soldados, para atender às suas demandas nos alimentos, serviços, enfermagem,

⁶⁶⁴ MACHEL, Samora. Os fundamentos da alienação da mulher. In MANOEL, J. & LANDI, G (orgs). *Revolução africana, uma antologia do pensamento marxista*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2019. p. 235.

⁶⁶⁵ ATD. OMA. Programa de Atividades da OMA. In *Seminário de Formação Revolucionária*. CIR, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

informações e até mesmo de “encorajadoras” dos combatentes. Isso sugere inclusive uma dependência material e psicológica daqueles que partiam para os *maquis*, dessa produção de base, fato que deve ser considerado e não deve ser deixado de lado. O texto refere que essas mulheres “mandavam aos guerrilheiros informações sobre as suas famílias para então lutarem encorajados sem se preocupar”.⁶⁶⁶

A OMA narra que a situação dependia das bases em que essas mulheres estavam. No posto de Tèmuna a situação era mais difícil porque não tinham só que se defender, mas também ir atrás de comida e roupas para os guerrilheiros. E que era “graças a persistência de todo o povo” que conseguiam melhorar as condições da luta armada⁶⁶⁷.

Segundo a organização, Tèmuna foi enviada à região vizinha para informar aos camponeses sobre o programa político e organizar a guerrilha⁶⁶⁸. Simultaneamente, na história, os portugueses incendiavam casas e inventavam boatos dizendo que os combatentes eram os responsáveis, com o objetivo de o povo não colaborar com os guerrilheiros. Por isso o trabalho de Témuna e das outras camaradas da região se concentravam na mobilização e “conscientização” do povo.

Para tanto, a guerrilheira se disfarçava de vendedora e ia de sanzala em sanzala⁶⁶⁹, para não ser reconhecida pelos inimigos que controlavam os caminhos, na busca de obter informações sobre a guerrilha. Na sanzala de Tèmuna, havia uma anciã influente com quem criou vínculos e organizou a mobilização. O texto narra que, como o filho da anciã estava no exército dos portugueses e vinha de vez em quando visitar a família, Tèmuna foi se informando sobre as atividades deles.

Ela conversava com a anciã sobre o custo de vida na outra sanzala, os impostos cobrados e o valor da luta de libertação para acabar com aquela vida explorada pelos senhores ricos e opressores. Na elaboração da OMA, a anciã foi compreendendo a real intenção dos guerrilheiros e assim passou a transmitir às outras senhoras o que aprendia com Tèmuna, até que um dia seu filho contou que o exército inimigo cobraria impostos daquela sanzala no dia 15 do próximo mês.

⁶⁶⁶ Idem.

⁶⁶⁷ Idem.

⁶⁶⁸ O texto não faz referência direta ao nome da região vizinha.

⁶⁶⁹ Sanzala é como habitualmente denomina-se uma povoação tradicional africana, composta por algumas cubatas. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/sanzala#:~:text=%5BAngola%5D%20%5B%20Hist%C3%B3ria%20%5D%20Povoa%C3%A7%C3%A3o.2>. Acesso em 24/03/2021.

Ouvindo a informação, logo Tèmuna partiu para o *maquis*⁶⁷⁰ e informou aos camaradas sobre o plano dos inimigos para o dia 15. No dito dia os guerrilheiros cercaram a sanzala e prenderam os soldados inimigos. Explica que o fim principal era pegar suas armas e que aos poucos foram libertando aquela zona até que o poder foi dado ao povo. Tèmuna foi protagonista pela sua atuação e poder de informação.

É óbvio que se trata de história romantizada sobre a participação das mulheres na luta de libertação. Conta a história de uma mulher jovem que entra cedo para as forças revolucionárias, militares e com astúcia, no espírito de libertar a pátria, sacrifica inclusive sua vida. Nas atividades e tarefas que, inclusive, em parte, correspondem às construções imagéticas sobre essa “nova mulher”.

No propósito de organizar, aumentar a participação e engajar essas mulheres na luta, a OMA contava histórias como a de Tèmuna, a fim de despertar nelas um espírito participativo, cultivar ideias de feitos memoráveis. Com isso, ao mesmo tempo, agia na tentativa de aproximar mulheres camponesas, mulheres comuns, anônimas, dessa narrativa.

Lembro que na clandestinidade, a princípio no Congo Leopoldville, depois, no Congo Brazaville, a OMA atuou junto aos refugiados mobilizando e conscientizando a participação de mulheres na luta de libertação⁶⁷¹. Nesse contexto, nas atividades executadas principalmente por mulheres, tiveram importância significativa. Inseridas em espaços como a organização de mulheres do MPLA e no Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos refugiados (CVAAR), utilizavam esses espaços como forma de inserir-se na luta, e também, por meio dessa atuação específica, discutir o alcance e as limitações de suas ações, de certa forma, contrapondo-se à suposta inferioridade das funções por elas exercidas⁶⁷².

O CVAAR destinava-se a dar assistência médica aos feridos de guerra de Angola e prestar apoio médico-profilático e social às populações angolanas, principalmente as refugiadas nas Repúblicas do Congo Léopoldville e Congo Brazaville. Ao longo da fronteira (Congo/Angola) resolvia os problemas mais imediatos de abrigo, distribuição de alimento, vestuário, instrumentos agrícolas, assistência médica, social e moral.

⁶⁷⁰ O sentido de *maqui* empregado no texto é o de “mato”, como normalmente as pessoas se referem a campos isoladas, onde já não se encontram povoados ou qualquer estrutura de urbanização, mas pequenos agrupamentos, dispersos pelo território.

⁶⁷¹ BITTENCOURT, op. cit., 2002, p. 365.

⁶⁷² MPLA. História do MPLA, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p 200.

Ocupava-se dos problemas sociais resultantes da guerra de libertação. Não se pode negligenciar as possibilidades de negação e estratégias utilizadas por mulheres para introduzir-se na guerra.

Nos exemplos que usam, por exemplo, como forma de convencer mulheres, nas explanações dos feitos memoráveis, elas dizem: “*antes de fazermos uma lavra, estudamos bem o terreno, limpamos o capim e arranjamos as sementes*”; “*antes de fazermos uma coisa precisamos de estudar bem porque muitas vezes na lavra, por engano, semeamos jinguba num terreno favorável ao milho*”⁶⁷³. Fazem uso de metáforas da vida cotidiana de mulheres camponesas, na busca de engajá-las no desenvolvimento de tarefas diárias de avanço da luta de libertação de Angola. Ou seja, a OMA mobilizava e conscientizava mulheres, porém, ao mesmo tempo, atuava como forma de não entrar em choque com as lógicas e condicionalismos locais. A participação dessas mulheres era de fundamental importância na logística de guerra.

Portanto, na perspectiva da OMA, essa “nova mulher” seria alguém com força, iniciativa, capacidade crítica, criativa e organizacional, além de espírito de sacrifício não limitado segundo conveniências pessoais e coragem para enfrentar os colonizadores em nome dos angolanos e da independência. O objetivo primeiro da luta implementada pela MPLA, que era a independência, não bastava sozinho. Afinal, quem aproveitaria dos resultados da independência não seriam seus autores, as protagonistas, mas os filhos delas.

Entendendo as mulheres como fundamento de suas comunidades e famílias, nada mais necessário, então, que justificasse sua atuação, junto dos homens, seja por meio do trabalho nas bases do movimento de libertação seja até mesmo pegando em armas, na guerra anticolonial⁶⁷⁴. A ideia era envolver as mulheres camponesas na identificação e busca de soluções para os próprios problemas, necessidades, anseios, aspirações. Interessante e engenhosa construção que interpela as angolanas para a luta “apesar” de ser mulher e “por conta” de seus filhos.

Como podemos perceber ao longo do capítulo, os discursos sobre o papel das mulheres angolanas foram sofrendo alterações ao longo do processo de luta anticolonial, à medida também em que as próprias mulheres foram relatando as versões de suas atuações e especificando suas participações na luta para além das ideias generalizantes de

⁶⁷³ ATD. OMA. Programa de Atividades da OMA. In *Seminário de Formação Revolucionária*. CIR, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

⁶⁷⁴ Idem.

suas atividades. Como busquei evidenciar, foram muitas as atividades, formas de participações e motivações de entrada na luta.

Em geral, nos registros escritos consultados, encontrei apenas indícios dos depoimentos/testemunhos diretos dessas mulheres, de mulheres anônimas. Com exceção dos casos exemplares, ainda que associadas à OMA, trata-se de mulheres genéricas, falando em nome de outras mulheres, homens falando sobre as mulheres, e/ou estrangeiros representando as mulheres, não elas falando diretamente. Trata-se de vozes diferentes e de tensões no interior de um conflito, inclusive na afirmação da capacidade das angolanas.

De outra parte, já em meados dos anos 2000, passados mais ou menos 26 anos da guerra de independência, no livro pioneiro de Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*, em entrevista concedida e gravada na cidade de Luanda, a pesquisadora apresenta o testemunho de duas irmãs angolanas que participaram da luta armada: Ana Inglês e Luzia Inglês⁶⁷⁵. É estudo que resulta de uma série de entrevistas, mais precisamente de registros escritos de testemunhos orais que delineiam o arco dessas participações, a partir do ponto de vista de mulheres letradas, com histórico familiar de envolvimento na formação do nacionalismo, que pegaram em armas e depois torna-se, no caso de Luzia Inglês, como já foi mencionado aqui, dirigente.

Na entrevista de Ana Inglês, presa política entre os anos de 1961 a 1963, ela afirma ter participado de ações políticas como mensageira, encarregada de levar a correspondência do padrinho para o pai, que habitava no Sambizanga. O pai, depois, levava toda essa informação para a mata e de lá enviava alguém que sabia qual encaminhamento deveria ser dado. Descreve que na *prisão do forte do Quibaxe* foi duramente violentada/estuprada por militares, inclusive na presença das próprias filhas⁶⁷⁶.

Narra que uma vez na cadeia, era sua tia Tété (Teresa Pilor) quem buscava as roupas de oito em oito dias para serem lavadas. Na prisão do quartel do Comando Geral da Polícia, conta que encontrou uns policiais negros que eram favoráveis à luta de libertação, embora fingissem ser amigos dos colonialistas. Eram eles que a informavam sobre os amigos “F-feridos, G-graves, M-mortos e P-presos”. Sua tia levava essa informação nas costuras da roupa e dois dias depois chegava a Brazaville.

⁶⁷⁵ ATD. MATEUS, Dalila Cabrita. *A PIDE/DGS na guerra colonial: 1961-1974*. Lisboa: Terramar, 2003. (Entrevistas anexas).

⁶⁷⁶ ATD. MATEUS, Dalila Cabrita. Entrevista de Ana Inglês. In. *A PIDE/DGS na guerra colonial: 1961-1974*. Lisboa: Terramar, 2003. p. 352.

Pela entrevista, Ana Inglês informa que, quando percebiam que os pretos poderiam estar ligados ao MPLA, mudavam-na para outra prisão⁶⁷⁷. Explica que na cadeia onde esteve presa existiam 554 mulheres na mesma condição que ela, sendo que, destas, somente 6 não morreram.

Luzia Inglês, por sua vez, relata sua experiência de refugiada em 1961, nas matas, onde permaneceu por três anos vivendo com as populações locais. Afirma ter feito treinamento militar aos dezenove anos, em 1967, tendo em vista seu desejo de participar de uma atividade anticolonial em que pudesse contribuir com a luta, com a vida de sacrifício e de renúncias, comprometida que era com o projeto patriótico de libertar seu país⁶⁷⁸.

Luzia Inglês descreve o primeiro período da luta armada como um momento em que não havia apoio tático, nem assistência quanto à saúde, vestuário e alimentação. Relata que sobreviviam sem roupa, medicamentos e resistiam com armas rudimentares, como as catanas⁶⁷⁹. No período das guerras, nas áreas rurais, a população local obrigava-os a falar a língua tradicional, pois se aparecesse a tropa portuguesa e os ouvisse logo iriam dizer que estava ali gente estranha e refugiada.

Naquele contexto, para uma pessoa começar a estudar tinha que requerer, se inscrever e esperar até que aprovassem ou não o ingresso da criança na escola. Em geral, eram consideradas dispensadas da escolarização, deviam limitar-se a aprender os trabalhos domésticos. Ainda assim, afirma ter estudado.

Luiza Inglês explica que, em 1968, já havia uma guerrilha mais desenvolvida e organizada. O MPLA tinha armamento automático, botas militares, fardamento, sabão, condições higiênicas diferentes das que existiam na guerrilha da 1ª Região Militar. Nesse período da guerra, já havia abastecimento que os países “amigos” mandavam para Angola como comida, leite, roupa, pilhas e etc. Já possuíam rádio e ouviam as notícias. Nesse ano a ex-guerrilheira estava com vinte anos⁶⁸⁰.

Na mata, a morte era uma coisa assustadora. Todavia, durante a luta de libertação nacional, ocorreram menos mortes do que depois da independência, já na guerra civil. A combatente informa que depois da independência as pessoas morriam aos montes nos combates. Ao contrário da luta de libertação, quando já existia uma tática de defesa, de

⁶⁷⁷ Idem.

⁶⁷⁸ ATD. MATEUS, Dalila Cabrita. Entrevista de Luzia Inglês. In. *A PIDE/DGS na guerra colonial: 1961-1974*. Lisboa: Terramar, 2003. p. 352.

⁶⁷⁹ Instrumento de trabalho agrícola, faca.

⁶⁸⁰ ATD. MATEUS, op. cit., p. 456.

modo que os portugueses gastavam muito material e ficavam convencidos de que não havia mais nada ali⁶⁸¹.

Afirmou ter lucidez quanto aos verdadeiros inimigos do povo angolano: não eram os portugueses, mas sim o sistema colonial e que essa compreensão veio do MPLA, porque a FNLA não fazia esse trabalho de esclarecimento. Segundo a depoente, a FNLA dizia que “o inimigo é tudo o que é branco, tudo que é branco”, e o MPLA pensava “como é que o inimigo é branco, se os russos e outros países socialistas nos dão ajuda! E os membros das organizações humanitárias dos países da Europa também são brancos!”.

Expõe que tiveram que usar termos práticos para as pessoas perceberem que não foi o branco em si, mas sim o sistema. Conta que o MPLA, na figura de brancos como Lúcio Lara, Ruth Lara, a esposa do Agostinho Neto, o Dunduma, que fizeram a educação política de todos os guerrilheiros que vinham das matas e alguns, aqueles mais radicais, até abandonaram o MPLA, voltando para a FNLA.

Como podemos perceber, por meio do depoimento da ex-guerrilheira Luíza Inglês, que depois veio a ocupar papel de destaque na liderança da OMA, apesar do discurso unificador, a luta de libertação foi também um campo de disputas pelo reconhecimento das diferenças racial e étnica presentes em Angola, discussão que perpassou os debates dentro e entre os movimentos, e até no planejamento imagético do que viria a ser o “novo homem” e a “nova mulher”. No caso do MPLA e da FNLA, essas argumentações foram usadas como justificativas para demarcar a impossibilidade de união entre as partes. Entre o MPLA e a UNITA, o impedimento veio do número de brancos e mestiços vindos da pequena burguesia luandense que fazia parte do primeiro, não reconhecida pelos outros movimentos⁶⁸².

Para tanto, as acusações de que não representavam o povo angolano, mas sim uma pequena parcela (étnica, racial ou regional) tornaram-se recorrentes e demarcaram a relação entre os movimentos de libertação. Além de argumento político sólido, também tinha peso aos olhos das massas, “não sendo, portanto, somente mais um discurso limitado ao universo da política institucional”⁶⁸³.

Como esbocei anteriormente, tal preocupação foi motivo de cisão dentro do próprio MPLA, da ideia de que as massas angolanas não se sentiriam representadas em um movimento liderado por mestiços, o que demonstra preocupação corrente à época em

⁶⁸¹ Idem.

⁶⁸² PINTO, op. cit., p. 144-145.

⁶⁸³ Ibidem. p. 257.

relação à questão racial, e está demarcada nos cartazes e postais, na ideia da formação do “novo homem” e da “nova mulher”. Podemos considerar, no entanto, que a forma como o MPLA formava seus e suas guerrilheiras também se valia de abordagem racial, articulada com os problemas do colonialismo, para se construir uma identificação entre as angolanas⁶⁸⁴.

Vale destacar, do testemunho de Luiza Inglês, que a questão racial não deixou de ser elemento importante de mobilização das bases, ainda que muitas vezes contrastasse com o que afirmava os documentos fundadores do MPLA. A ex-guerrilheira enfatiza, por exemplo, o fato de que não faziam guerra contra os portugueses, mas sim contra o regime colonial português⁶⁸⁵. Explica que na guerrilha, quando iam atacar um lugar, tinham de fazer o reconhecimento da área e localizar os quartéis, saber onde estava a população civil, fosse ela branca, preta ou mestiça.

Luzia Inglês esteve refugiada nas matas na região de Nambuangongo de 1961 a 1964, ano em que chegou ao Congo. Na entrevista revela ainda como a repressão colonial vitimou sua família, inclusive seu irmão que teria sido usado como colaborador do sistema.

Sobre isso, cabe ressaltar que o historiador Marcelo Bittencourt assinala que os angolanos que se refugiavam na mata tinham de se sujeitar a quem os acolhia, dependiam de quem pudesse ajudar, inclusive mudando de organização política caso fosse necessário⁶⁸⁶.

A entrevista das irmãs guerrilheiras traça um perfil de mulheres atuantes na luta, como presas políticas. São depoimentos que evidenciam as diversas facetas da participação e atuação das mulheres na guerra, também de testemunhos convencionais, por assim dizer, por referirem-se a testemunhos de guerrilheiras associadas aos quadros políticos de um estado-nação pós-guerra, associadas às lideranças do MPLA, como movimento e depois partido. Suas articulações políticas junto a esse movimento e trabalho como presas políticas e guerrilheiras podem ter sido fundamentais para que alcançassem alguma visibilidade.

As representações sociais das combatentes, nos cartazes e postais e nos documentos analisados da OMA, veiculam imagens de mulheres jovens que, se, por um

⁶⁸⁴ Ibidem. p. 188.

⁶⁸⁵ Ibidem. p. 360.

⁶⁸⁶ BITTENCOURT, op. cit., p. 82.

lado, lutavam pelo fim do sistema colonial português, por outro, reivindicavam um lugar nessa sociedade nascente⁶⁸⁷.

A “nova mulher angolana”, assim como o “novo homem”, seria a projeção da criação desse Estado Nacional pós-colonial, uma ideia construída a partir deste contexto de guerras, durante e também depois, que passa a orientar a conduta, os modos de agir e pensar da sociedade angolana em relação aos novos tempos, independentes, e aos “novos” homens e mulheres dessa sociedade. Com isso criava-se ambiente propício ao surgimento das ideias que sinalizavam que a “revolução” não poderia ocorrer sem a participação das mulheres, e também a concepção de que elas se tornariam “capazes” desenvolvendo tarefas aliadas à luta anticolonial.

Não obstante, muitas dessas mulheres não atuassem, necessariamente, com vistas ao reconhecimento de suas tarefas como guerrilheiras. Ainda que, com o passar dos anos, aos poucos, ter se tornado uma atividade de prestígio, depois associado a posições de dirigência, que junto dos homens, concorriam a colocações elevadas na sociedade.

Portanto, por meio da interpretação de cartazes e postais, e também com base nos registros escritos, exponho formas distintas de visibilização das angolanas na luta anticolonial. Ao contrário do que existe em termos de narrativas dos livros de história e mesmo no que toca a construção de uma historiografia que assevera tal presença, como podemos perceber, não houve um esquecimento, mas sim um investimento discursivo de mobilização como material de propaganda de guerra.

Observar tais determinantes ilustra as complexidades dessas articulações, com a formação desses novos/as sujeitos/as em emergência e as contingências históricas. A presença das mulheres na guerrilha já não é novidade. Há variadas formas discursivas sobre a atuação delas na guerra que ainda permanecem pouco visíveis na narrativa historiográfica. Os exemplos acima reconstituem um cenário de possibilidades dessa participação, não desconsiderando as muitas outras formas de atuação.

⁶⁸⁷ MATEUS, Dalila Cabrita. Coordenação de Atividades da OMA. In *A PIDE/DGS na guerra colonial: 1961-1974*. Lisboa: Terramar, 2003.

CAPÍTULO 4

MULHERES, VIDA E TRABALHO NAS ZONAS POLÍTICO-MILITARES DO MPLA

A fotografia, como investimento discursivo de material de guerra, também foi usada no embate de ideias durante a luta pela independência de Angola e no pós-colonial. Os que defenderam a luta anticolonial recorreram a imagens de diferentes tipos, mais ou menos elaboradas, para registrar, conceituar, divulgar e incentivar ações de guerra e afirmar uma tendência nacionalista. Os membros de organizações clandestinas internacionais trabalhavam com o que conseguiam para fazer panfletos, cartazes, postais, fotografias ou reproduzir textos⁶⁸⁸.

Foi assim que se destacou a jornalista italiana Augusta Conchiglia, cujas fotografias de zonas de guerrilha do MPLA serviram de apoio à formulação de vários cartazes⁶⁸⁹. A imagem de Luísa Inglês transportando um bebê às costas, na figura dezenove (p. 211), explorada anteriormente, em um dos cartazes analisados, e republicada no livro de Conchiglia, por exemplo, é parte do que compõe esse material.

As idas de Conchiglia e de Stefano de Stefani, assim como de outros jornalistas, fotógrafos, militares e historiadores, como o canadense Jacques Roy, o britânico Basil Davidson, o coronel argelino Mokhtar Kerkeb e o também argelino Boubaker Adjali-Kapiaça, às bases do MPLA, em diferentes frentes, foram frutos da estratégia de Agostinho Neto para divulgar, nos países ocidentais, a Luta de Libertação Nacional de Angola⁶⁹⁰. Cabe ressaltar, no entanto, que esse tipo de ação não se circunscreveu apenas ao MPLA.

O livro intitulado *Seis portuguesas em terras da UNITA*, publicado pela editora Bertrand, em 1988, sobre a organização política e social na Jamba, antigo baluarte de Jonas Savimbi, é parte desse processo. É um livro de depoimentos de mulheres portuguesas com relatos acerca de uma sociedade construída em função da urgência da guerra, assente em um sistema de trocas de serviços⁶⁹¹.

⁶⁸⁸ LARA, Wanda. *Arte e combate – Cartazes e postais do acervo da ATD*. Luanda: Associação Tchiveka de Documentação, 2017. p. 10.

⁶⁸⁹ Idem. p. 11.

⁶⁹⁰ CONCHIGLIA, Augusta. *Agostinho Neto, da guerrilha aos primeiros anos da independência*. Luanda: Fundação Agostinho Neto, 2019. p. 5.

⁶⁹¹ ROQUE, Fátima; SILVA, Helena; VILHENA, Luiza; PALLA, Maria; AVILEZ, Maria; PINTO, Maria.

E, se nos atentarmos ao circuito social desse material, com suas etapas de produção, circulação e consumo, é possível perceber que foram as estratégias de agenciamento político desses instrumentos, por meio de filmes, documentários, cartazes, narrativas orais, que garantiram a produção de um imaginário social de guerra e paralelamente um enquadramento da memória⁶⁹². Muitas dessas imagens são conhecidas do grande público angolano, apesar de não se conhecer a autoria de muitas delas.

Em uma das entrevistas que realizei, por exemplo, com uma das integrantes da OMA, Cristina Dibala, quando questionada sobre os esquecimentos da História, ela mostra a foto de uma das heroínas de guerra do MPLA, esboçada no capítulo anterior, no cartaz de número dez (p. 199), e diz que foi uma de suas camaradas na guerrilha. Ela tinha a fotografia, da mulher com criança e arma na mão, mas não lembrava o nome. Segundo a depoente, são figuras que passaram “no barulho das luzes”, pessoas e nomes esquecidos, já que, como a própria depoente expôs, “a memória é seletiva”⁶⁹³.

Trata-se de depoimento que expressa certo desconforto com esse discurso homogeneizante e forma de enquadramento da história da luta anticolonial. Conteúdos que despertam sentimentos de afetos, pesar e nostalgia para uns, mas que também são usados como meios de conhecimento e informação para aqueles que observam as fotografias pautados em outros tipos de sensibilidades. Fragmentos que devido à interferência subjetiva de quem registrou os acontecimentos, “mesmo se detendo na ação que se desenrolava à sua frente, ou seja, o objeto/pessoa a ser fotografado, a posição em que irá fotografar ou o ângulo escolhido, interferirá no resultado da imagem e em seu sentido”⁶⁹⁴.

Nos termos de Ana Maria Mauad, a fotografia é aqui interpretada como “resultado de um trabalho social de produção de sentidos, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente”. Estabelece, assim, relação, tanto de um ponto de vista sintagmático, ao veicular um significado organizado, quanto paradigmática, ao tratar-se de um conjunto de escolhas possíveis⁶⁹⁵.

Seis portuguesas em terras da Unita. Lisboa, Bertrand, 1988.

⁶⁹² MAUD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual em perspectiva histórica. In *Revista Brasileira de história da Mídia*. V. 2, nº 2 (2013). p. 7.

Disponível em <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/download/4056/2379>. Acesso em 20/03/2021.

⁶⁹³ Entrevista de Cristina Di Bala – OMA/MPLA - Luanda, 2018.

⁶⁹⁴ SONEGO, M. J. F. A fotografia como fonte histórica. In *História*. Rio Grande, 1 (2): 113-120, 2010. p. 4. Disponível em <https://periodicos.furg.br/hist/article/download/2366/1248>. Acesso em 20/03/2021.

⁶⁹⁵ MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. In *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 73-98, 1996. p. 7. Disponível em https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. Acesso em 20/03/2021.

Do espólio de Lúcio Lara, sob guarda da ATD, pesquisei 38 pastas da coleção de fotografias digitais. Trata-se de acervo fotográfico significativo, tanto no que se refere ao conteúdo e informações veiculadas nas imagens quanto pelo volume, que a depender da pasta variou. Algumas delas foram retiradas em 1968 por Conchiglia, e republicadas em seu livro⁶⁹⁶. Outras, sem autoria, publicadas e documentadas supostamente apenas com objetivo de registrar as diferentes facetas de um combate que não se fez apenas com armas. Fotografias que podem ter sido retiradas nas bases do MPLA nos territórios do Congo-Brazaville, da Zâmbia ou nas matas do Leste.

Nesse arquivo digital fotográfico, identifiquei registros dos mais variados temas. São imagens que cobrem encontros e momentos específicos de parte da luta anticolonial e nos contam histórias efêmeras, de um cotidiano marcado pela guerra, do manejo de armas, do refúgio e educação nas matas, dos quilômetros que se percorria, das reuniões entre pessoas. Nessas pastas, havia fotografias dos anos de 1961 a 1974, cujas imagens reconstituem, discursivamente, o período de luta analisado, e aqui são consideradas como “falas” que, numa relação de complementariedade com os registros escritos, enriquecem as reflexões propostas. Trata-se de elaboração do vivido resultado de um investimento de sentido mediante o saber de ordem técnica⁶⁹⁷.

Em relação especificamente aos registros das vivências das angolanas no período de guerra anticolonial, concentrei-me nas pastas/fotografias que retratavam o cotidiano delas. Foi um primeiro recorte desse material, no qual analisei as pastas que tratavam do trabalho nas bases, nas várias zonas de guerra do MPLA, na 2º e 3º regiões militares, fotografias dos guerrilheiros, mulheres e crianças, dos trabalhos logísticos no Centro de Instrução Revolucionário (CIR), da atuação da OMA nos anos 1960 e, enfim, de tudo que possibilitasse captar a multiplicidade de atuação e experiência de mulheres comuns na guerra de independência, para além da ideia de uma participação com arma na mão. Deste recorte inicial, selecionei algumas fotografias para discussão.

⁶⁹⁶ Em 1968, no interesse de registrar o avanço da luta e apoio da população da Frente Leste, Conchiglia fotografou as zonas controladas pelo MPLA, as bases de Mandume III e da zona C, a sul da Frente Leste, situada na região de Lumala-N’guimbo. Parte desse material é publicado no livro da autora. Trata-se de um ramo específico da fotografia, a fotojornalismo. CONCHIGLIA, op. cit.

⁶⁹⁷ MAUAD, Op. Cit, 1996, p. 3.

4.1. As bases de produção

Nas pastas pesquisadas, nos registros dos diferentes momentos da guerra anticolonial, independentemente das coleções, sobressai a participação de mulheres nas atividades agrícolas, no trabalho das lavras, batendo fubá, carregando palha, servindo comida, com baldes na cabeça. São fotografias que evocam ações coletivizadas, pouco publicizadas como material de propaganda, ainda que tenham sido produzidas com esse objetivo.

Enquanto componentes de um todo de significações, parte dessas fotografias revela pistas das atividades das mulheres camponesas nas bases do MPLA. Elas reúnem e separam homens e mulheres, informam e enaltecem, deduzem comportamentos e valores. Nesses registros, interessou-me o trabalho logístico realizado por homens e mulheres, para atingir a autossustentabilidade das “zonas libertadas”, aqui compreendidas enquanto áreas político-militares que estiveram sob o domínio e liderança dos movimentos de libertação, quando Angola era ainda uma colônia portuguesa.

Procurei informações, dimensões e relações que as fontes escritas não comunicaram, levando em consideração as escolhas realizadas dentro de um recorte espacial que continham outros elementos. Interessou sobretudo o sentido maior de descrição de vida nas bases. Tais registros fotográficos desafiaram a noção de uma experiência única da mulher angolana na guerra, demonstrando modos de atuação, ajustes, negociações e resistências. Ou seja, asseveraram uma agência que, além da ideia de resistência, acomodou uma capacidade muito específica de mulheres agirem, ainda que estivessem sob uma condição subordinadora⁶⁹⁸.

Compreendidas enquanto documentos históricos, essas fotografias informam tanto uma experiência coletiva, como revelam ou reforçam aquilo que socialmente buscou-se perenizar de si mesmo para o futuro. A exemplo, cito a já discutida e amplamente publicizada imagem da mulher guerrilheira, com arma e filho no braço, esboçada tanto por meio de cartazes quanto na fotografia abaixo⁶⁹⁹.

⁶⁹⁸ MAKANA, Selina. Motherhood as Activism in the Angolan People’s War, 1961–1975. In *Meridians: feminism, race, transnationalism* 15, no. 2 (2017): 353–381. p. 12.

⁶⁹⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion, MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 406-407.



Figura 20. Fonte: ATD. 1971, base Kanonguense da 3ª Região político-militar do MPLA.

Como já foi discutido, é imagem que se tornou emblema da luta de libertação, foi reproduzida como material de propaganda de guerra, e a simples menção à mulher guerrilheira já remete o grande público aos fatos e seus resultados. É uma imagem/fotografia que sinaliza inclusive uma intenção dessas próprias guerrilheiras em serem vistas nesse lugar de memória já que fotografar ou se fazer/deixar-se fotografar não é jamais um ato neutro. Imagem ambivalente que associa o papel da mulher revolucionária ao militarismo, como se fossem suplementares⁷⁰⁰.

No entanto, como demonstrei na análise dos cartazes e da construção que se realizou em torno da figura dessa “nova mulher”, já percebemos que a imagem não fala por si só, é preciso que perguntas sejam feitas, pois “se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo”⁷⁰¹. Assim, não pode ser interpretada fora das circunstâncias em que foi concebida. O que não foi enquadrado para um contexto de propaganda de guerra mais aparente, também é importante para esse contexto narrativo.

A fotografia acima, elaborada tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento, é um testemunho, uma das versões de como esse passado de lutas foi configurado. Mostra um fragmento da realidade, apenas um enfoque, de um aspecto determinado. Ela é “indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele”⁷⁰². Mauad nos lembra que os estudos sobre história e fotografia já indicam a função política de algumas fotografias,

⁷⁰⁰ Paredes lembra que nas guerras “os papéis militares são genderizados. No entanto, o sexo e o gênero não salvaguardaram as mulheres-militares de serem alvo do inimigo”. PAREDES, 2015, op. cit., p. 203.

⁷⁰¹ MAUAD, op. cit., 1996. p. 8.

⁷⁰² KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020. p. 121.

“que garante a transmissão de uma mensagem, para dar visibilidade às estratégias de poder, ou ainda, suas disputas”⁷⁰³.

Logo, nesse arquivo fotográfico, busquei não a narrativa sintetizadora dos grandes fatos e vultos históricos, mas o desvendar de singularidades/especificidades históricas de uma época, compreendidas a partir de seu caráter polifônico. O desafio que se colocou foi o de chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico, a uma rede de significações que interagiram dialeticamente na composição do acontecido⁷⁰⁴. A “fotografia, neste sentido, atuou como importante meio através do qual se pode reestruturar os quadros de representação social e os códigos de comportamento dos diferentes grupos socioculturais, em contextos e temporalidades diversos”⁷⁰⁵.

Estamos, portanto, por esses registros mencionados, diante de uma boa pista: do vínculo direto e imediato entre luta de libertação, trabalho, atividades e mulheres nas bases dos MPLA. Conforme sinalizei inicialmente, pautando-me em material fotográfico, cartazes, postais, registros escritos, é necessário que se compreenda que não houve um esquecimento, mas sim um investimento discursivo de propaganda de material de guerra, na tentativa de visibilizar e mobilizar a participação de mulheres angolanas, dos diferentes espaços de Angola na luta de libertação nacional.

O que esses registros fotográficos sinalizaram, de modo não necessariamente intencional, foi a movimentação de homens e mulheres nas bases do MPLA, nas atividades agrícolas — compreendidas como militares — ali realizadas.

Em um de seus artigos, *Motherhood as activism in the Angola People's war, 1961-1975*, no esforço de ampliar e diversificar os estudos sobre as lutas pela liberdade em África, em referência ao trabalho executado por mulheres camponesas nas bases da UNITA, Selina Makana já reforçara a importância de observar a relação entre maternidade e trabalho produtivo nessas áreas libertadas, possibilitado pela figura de uma mãe patriótica, em que o dever materno foi utilizado como algo público, de salvaguarda nacional⁷⁰⁶.

⁷⁰³ MAUD, op. cit., 2013. p. 3.

⁷⁰⁴ O olhar fotográfico pode tanto, enquanto agente de uma memória, legitimar uma escolha, quanto esquecer outras. Segundo Anne Marie Granet-Abisset, é complementar a fonte oral, uma vez que compartilham a mesma lógica, da memória e do esquecimento, da presença e ausência, mediadas pela interpretação de um intermediário, o pesquisador ou o fotógrafo. GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. In. *Proj. História*. São Paulo, 24, jun. 2002. p. 8 Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10610/0> Acesso em 20/03/2021.

⁷⁰⁵ CARDOSO; MAUAD, op. cit., 1997. p. 411-412.

⁷⁰⁶ MAKANA, op. cit., 2017. p. 2-8.

Makana destaca que a luta contra o colonialismo exigiu trabalho árduo, e também o esforço de coletividades no “sustento da nação”⁷⁰⁷. Assim, ainda que não fossem efetivamente ligadas aos movimentos nacionalistas, muitas mulheres encontraram inspiração para aderir à ação política por meio de seu papel como mães⁷⁰⁸. A pesquisadora narra que nas zonas da UNITA as mulheres camponesas foram encorajadas a apoiar esse esforço revolucionário desempenhando trabalho nos campos, o que não era muito novidade para essas mulheres, já que tradicionalmente, na maioria das culturas africanas, o trabalho delas fora de casa incluía o cultivo de alimentos nos campos agrícolas e locais de mercados.

Makana evidencia que, para as mulheres da UNITA, o trabalho nos campos se tornou um microcosmo da nação, do qual participavam através de seus papéis reprodutivos e regenerativos, cuidando dos assuntos da “grande família”, produzindo comida para alimentar os filhos e soldados que participavam na linha de frente do combate, tratando os soldados feridos⁷⁰⁹. Essas mulheres que viviam nas bases estavam atentas às tarefas agrícolas de retaguarda.

A maternidade, portanto, além de ser uma forma de as mulheres arcarem com os custos da reprodução social por meio do trabalho agrícola, também teria impulsionado um cuidado patriótico, no comprometimento com a melhoria da sociedade. A figura da mãe e mulher entrelaçadas, no esforço revolucionário de um desempenho eficiente nos campos.

Selina Makana observa que o trabalho agrícola era atividade costumeira; as mulheres camponesas não viam seu envolvimento no campo como algo restrito. Muitas mulheres caminhavam longas distâncias para fornecer comida aos soldados, abastecendo-os com alimentos e também transportando lenhas⁷¹⁰. É o que normalmente mulheres das diferentes zonas rurais de Angola fariam com ou sem guerra. A pesquisadora explica⁷¹¹:

Um informante observou como as mulheres nos campos foram incentivadas a dedicar seus esforços à produção agrícola o máximo possível: “Trabalhamos constantemente nos campos. Nós nos organizaríamos de forma que enquanto algumas mulheres e meninas estivessem no campo, outras ficassem nos acampamentos para preparar comida, e outras ensinariam as crianças sobre os males do colonialismo. No dia seguinte, faríamos um rodízio. Trabalhamos constantemente.

⁷⁰⁷ Ibidem. p. 13.

⁷⁰⁸ Idem.

⁷⁰⁹ Idem.

⁷¹⁰ Ibidem. p. 14.

⁷¹¹ Ibidem. p. 13.

Alimentamos nossos filhos e a nação”. Em meu trabalho de campo, encontrei muitas mulheres que se lembram de caminhar longas distâncias de suas casas até os arbustos para fornecer comida aos soldados. Se a cidadania significava entregar-se à luta, a maternidade deveria ser encarada como uma espécie de trabalho produtivo que implicava cuidar dos soldados. Mesmo aquelas que não se viam como tendo qualquer fidelidade ao movimento ou aquelas que eram muito jovens não podiam escapar do ato de ser mãe da nação. (...) Como mulheres rurais, elas “estavam acostumadas com o trabalho agrícola” e, portanto, não consideravam seu envolvimento nos campos como restritivo (tradução da autora)⁷¹².

Makana revela ainda um aspecto importante de como mulheres camponesas que viveram sob a repressão do regime colonial reconfiguraram sua educação tradicional e rural, conferindo à maternidade posto-chave de autorrealização e reconhecimento⁷¹³.

Para a antropóloga queniana, a compreensão da experiência de exploração e opressão, aliada a muitos aspectos considerados desumanizantes, fez com que muitas mulheres do campo saudassem a proposta dos líderes nacionalistas. Assim, constituindo-se enquanto sujeitas políticas e, em sua agência, a maternidade passou a ser interpretada como um ato político, uma contribuição vital para a luta pela liberdade do país⁷¹⁴.

Selina Makana nos lembra que as relações de gênero e maternidade foram reconfiguradas em diferentes economias coloniais em todo o continente africano. Na maioria das vezes, em vista da expropriação de terras e exploração de mão de obra.

Assim, à medida que os homens foram obrigados a trabalhar forçosamente nas plantações de algodão e café, a agricultura familiar tornou-se uma atividade predominantemente feminina. Ou seja, a maternidade assumiu forma valiosa de trabalho produtivo, arcando com os custos de reprodução social e do trabalho agrícola não

⁷¹² No original, One informant noted how women in the camps were urged to devote their efforts to agricultural production as much as possible: “we were constantly working in the fields. We would organize ourselves so that while some women and girls were in the fields, others would be left in the camps to prepare food, and others would be teaching the children about the ills of colonialism. The next day we would rotate. We worked constantly. We fed our children and the nation.” In my fieldwork, I encountered many women who recalled walking long distances from their homes into the bushes to supply food to soldiers. If good citizenship meant giving oneself to the struggle, then motherhood had to be taken as a kind of productive labor that entailed taking care of the soldiers. Even those who did not see themselves as having any allegiance to the movement or those who were too young could not escape the act of mothering the nation. (...) As rural women, they “were used to agricultural labor” and they therefore did not see their involvement in the fields as restrictive.

⁷¹³ Ibidem. p. 15.

⁷¹⁴ Idem.

remunerado. A participação das mulheres teria sido amplamente limitada a papéis de apoio devido à cultura e também natureza da luta armada⁷¹⁵.

Levando a abordagem de Makana em consideração, não é de estranhar o modo como essas populações são recrutadas e passam a atuar nos campos das zonas libertadas, desenvolvendo papel proeminente na manutenção dessas áreas⁷¹⁶. O que a imagem clássica da mulher com arma na mão pouco dimensiona.

Sendo a guerrilha um movimento de revolta, ficaria fragilizada caso não contasse com o auxílio da população. As mulheres, então, no exercício de uma maternidade patriótica, nos quartéis, ou ao redor deles, onde concentrava-se boa parte das populações, por meio do trabalho agrícola, foram consideradas essenciais na luta pela liberdade de Angola, tornando-se sujeitos políticos⁷¹⁷. E, partindo do espaço que a tradição lhes conferia, construíram sua valorização social. Isso significa que apesar do discurso não racialista, multiétnico e nacional defendido pelo MPLA em seus documentos e representações discursivas, a direção e os próprios militantes, não desconsideravam a força de outros elementos mobilizadores para a luta de libertação.

Com efeito, não é sem razão que as fotografias das zonas libertadas pelo MPLA, nas atividades de retaguarda, evidenciavam como trabalhos costumeiros, especialmente de mulheres, das diferentes zonas rurais de Angola, foram utilizados como armas de guerra, no fazer da “mãe patriótica” uma imagem revolucionária. A imagem a seguir, por exemplo, capta a multiplicidade de mulheres presentes e envolvidas na luta anticolonial, nas bases do MPLA. O que faziam? Que posições ocupavam? Como viviam?

⁷¹⁵ Ibidem. p. 10.

⁷¹⁶ A UNITA, por exemplo, nasce com o plano de realizar a luta a partir do interior, do intuito de montar bases no Planalto Central angolano. É projeto sofisticado com a criação da Jamba, já no pós-independência, na segunda guerra. ROQUE, Fátima; SILVA, Helena; VILHENA, Luiza; PALLA, Maria; AVILEZ, Maria; PINTO, Maria. *Seis portuguesas em terras da UNITA*. Lisboa, Bertrand, 1988.

⁷¹⁷ Ibidem. p. 21.



Figura 21. Fonte: ATD. Shipango. 1971. Mulheres nas zonas político-militares do MPLA.



Figura 22. Fonte: ATD. Mulheres, pasta - várias zonas do MPLA.

Ambas as imagens foram localizadas na pasta intitulada “mulheres”, resultado de um compilado de fotos de guerrilheiras, solicitadas por mim à responsável do arquivo, em diferentes frentes de batalha na luta anticolonial. Aos olhos de observador pouco atento, parece apenas um conjunto de pessoas reunidas sem propósito aparente. É imagem que mostra as angolanas junto com suas crianças com panos de diferentes cores. O que, como já foi discutido, pode sinalizar o pertencimento a determinados povos⁷¹⁸. Mas que, neste caso particularmente, por uma limitação do momento, em uma linguagem fotográfica em preto e branco, torna mais visível o padrão e menos as cores. As diferenças nos padrões das roupas, por exemplo, de como as formas e os contrastes se transformam em uma questão visual importante por conta da ausência da cor. E talvez, no contraste entre imagens, no olhar para a lente na figura 22, carregue formas de se projetar para o futuro através de pose elaborada.

Na maioria das imagens, a presença de crianças figura como algo marcante. Não apenas para referenciar a participação dessas mulheres enquanto mães ou conferir prestígio e reconhecimento pelo elevado número de filhos. Com suas mães ou não, como seres sociais, os infantes também se envolviam na luta e realizavam atividades nas bases. Nesses espaços, os laços estabelecidos extrapolavam a ideia de consanguinidade ou parentesco. Não havia diferenças entre filhos e primos.

Como as fotografias sugerem, adaptado à idade de cada um, todos eram chamados a contribuir, preparando-os para qualquer eventualidade. Colaboravam a imagem e semelhança dos adultos. Quiçá, no cuidado com os outros membros dessa grande família extensa, como é o caso dos irmãos mais novos ou doentes. Ou ainda, no repasse de informações, vigias dos campos cultivados, cuidando e caçando animais e na venda de alimentos.

Nas bases, além da frequência nas escolas revolucionárias, participar em outras tarefas configurava-se como parte da educação dessas crianças, jovens e mulheres. O “trabalho tornava-se, ele próprio, uma categoria epistemológica fundamental na concepção de educação nas escolas das zonas libertadas”⁷¹⁹.

Nessas áreas, os infantes cresciam no espírito de integração no quadro da luta armada, no estreitamento de laços entre elas e as/os guerrilheiros. Pretendia-se moldar a figura desses sujeitos, mulheres e homens “novos”, ao mesmo tempo, produtivos e

⁷¹⁸ ARGENTA, op. cit.

⁷¹⁹ Texto sem autoria. *A educação nas zonas libertadas da FRELIMO*. Disponível em <http://www.fao.org/3/ah644p/ah644p01.pdf>. Acesso em 09/08/2021. p. 8.

combatentes⁷²⁰. Aprendia-se a recorrer a iniciativas próprias e criadoras para fazer face às faltas de uma vida marcada pela guerra.

Nesses vestígios fotográficos, aqui entendidos como relatos de testemunhos visuais⁷²¹, em uma das zonas político-militares do MPLA, uma delas aparece diante de uma câmera (figura 23). Trajada de vestido e olhando para a lente, a criança segura uma arma. O signo de linguagem da roupa, de sua expressão facial, postura corporal e enquadramento fotográfico: todos esses elementos indicam particularidades da participação desses infantes na guerra. Eles participam da luta, podendo ter testemunhado incidentes mais duros.



Figura 23. Fonte: ATD. Pasta, fotos para álbum DEC. Menina segurando arma.

Na imagem seguinte, um menino que também fita a câmera com roupas mais despojadas e uma arma envolta ao seu corpo, um pouco menor à de sua estatura (figura 24). As distinções entre ambas as fotografias se expressam no contraste entre o vestido dela e os trajes do menino.

São imagens que contêm uma ideia e, ao mesmo tempo, nos confrontam com ela. Acontecimento e ideia estão conectados. Nelas, o particular pode ser igualado ou lido a partir de concepções mais universais ali presentes. Contudo, as somas desses elementos

⁷²⁰ Idem.

⁷²¹ BERGER, John. *Para entender uma fotografia*. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2017. p. 130.

não conseguem esgotar aquilo que pode ser lido através das aparências mais visíveis. Nesse sentido, pode ser vista também como uma simplificação⁷²². Ou seja, a aparência desse evento particular fotografado implica outros, como, por exemplo, o fato de as crianças não estarem isoladas.



Figura 24. Fonte: ATD. Pasta, fotos para álbum DEC. Menino com arma envolta ao corpo.

Os espaços das bases eram para esses pequenos sujeitos sociais lugar de trabalho, travessuras e costura de redes a fim de suportar um cotidiano marcado pela dureza da guerra e pesadas hierarquias sociorraciais, específicas do contexto colonial⁷²³. Recordo que muitas dessas crianças não tiveram acesso ao ensino regular, por tratar-se, sobretudo, das áreas rurais de Angola, onde o acesso era dificultado. E mesmo nos centros urbanos existia uma marcante segregação do acesso às escolas e dos espaços escolares entre portugueses e angolanos. Conforme expliquei no capítulo dois da presente tese, em muitas regiões só havia o ensino missionário, não havendo, portanto, escolas primárias.

A guerra altera o cotidiano dessas populações e, no nível educacional, fortalece redes não formais de espaços educativos. Será nessas zonas que as crianças se juntam para frequentar as aulas, trabalhar, brincar e conviver entre si. Muitas vezes, nesse

⁷²² Ibidem. p. 118.

⁷²³ LOPES, Cristina Maria Gomes. Quotidianos das crianças na Guiné Colonial. In. *A Infância em contexto colonial*. Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2018. Dissertação de Mestrado. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/16702/1/disserta%C3%A7aoVFinalComCapa.pdf>. Acesso em 09/08/2021.

ambiente, como uma família única, dissolviam-se fronteiras de pertencimentos. Como podemos perceber, nessas áreas, não havia infraestruturas que dessem conta da formação integral dessas crianças. Em algumas zonas, foram construídas cabanas ou barracas. Em outras, onde as condições eram mais difíceis, improvisava-se utilizando as copas das árvores, os troncos e os assentos de madeira⁷²⁴. Paralelamente, como expus no terceiro capítulo da presente tese, introduziam-se as rádios como meio de propagação da luta anticolonial e, ao mesmo tempo, ampliava o “ensino a distância” nas línguas nacionais, no quadro da luta armada.

Nas bases, no quesito divisão sexual do trabalho, as crianças eram socializadas consoante o gênero. Dessa forma, muitos meninos, já crescidos, participavam dos treinamentos militares⁷²⁵. E as meninas tomavam sua responsabilidade na luta nas atividades mais ligadas à esfera doméstica, ajudando suas mães nas atividades de retaguarda, ou servindo como substitutas.

Ou seja, os papéis sociais de gênero eram transmitidos aos mais jovens, embora os limites não fossem assim tão demarcados. Sem a supervisão dos adultos, esses pequenos desfrutavam de maior liberdade. Como a imagem do arquivo do MPLA a seguir sugere, com duas crianças brincando de fotografar. Ou, na imagem seguinte, de fazer arminhas de madeira com a insígnia do MPLA.



Figura 25. Fonte: ATD. Álbum, crianças. Crianças brincando de fotografar.

⁷²⁴ NETO, Manuel Brito. História e Educação em Angola: do colonialismo ao MPLA. Campinas, SP. 2005. p. 87. Dissertação de Mestrado.

Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252396>. Acesso em 11/10/2021.

⁷²⁵ Idem.



Figura 26. Fonte: ATD. Crianças brincando na 2ª região político-militar do MPLA. Zona A. Tchimbuidindi- Tchipungo-Tchimpense.

A vida dessas crianças estava submetida ao cotidiano de guerra, alimentação limitada e muitas vezes falta de vestuário e calçados, como a fotografia deixa entrever. Dessas crianças era exigido o comportamento dos adultos, ainda que, quando se tratava de brincar, elas soltassem sua imaginação, sonhos, fantasias e agissem como qualquer criança em tempos de paz. Elas não viviam indiferentes aos conceitos e preconceitos estabelecidos no regime colonial, e depois, no período de luta de libertação.

É importante ressaltar que nesse momento, o nascimento e a morte dessas crianças andavam juntos, pelas condições precárias, doenças, envenenamentos e circunstâncias adversas da luta armada. Tal fato revela uma relação muito íntima e próxima entre crianças e adultos.

Recaía sobre as mães as maiores responsabilidades pelo nascimento e sobrevivência das crianças. Muitas delas, nascidas nas bases e/ou nas matas, filhos e filhas dos que lutavam pela independência de Angola, receberiam nomes de revolucionários: Fidel, Henda, Inga, Deolinda, Engrácia. A par da importância da formação de quadros, essas crianças, posteriormente jovens, já no pós-independência, são enviadas para formar-se no estrangeiro.

A prática de adotar nomes de revolucionários era mais uma forma de invocar proteção e liberdade para essas crianças. Os nomes estavam relacionados à personalidade dos indivíduos, expressando a força que poderia permear a vida dos que nasciam.

Escolher nomes revolucionários é uma prática que ainda hoje mantém-se em diferentes lugares de Angola. Muitos pequeninos iam com suas mães para as lavras, amarrados às suas costas ou no peito, que não interrompiam as tarefas nas bases do MPLA.

Ou seja, meninas e meninos não aparecem apenas como expectadores, são também protagonistas de uma vida formada nas bases. Porém, é evidente que a alegria, a fantasia e contentamento manifestava-se de forma intensa, às vezes nem se dando conta da dureza da guerra, ainda que vissem, se alimentassem e dormissem nessas zonas.

As infâncias aqui assinaladas não são homogêneas, têm contradições e ambiguidades. Nesse sentido, o que as fotografias invocam é exatamente aquilo que não é mostrado⁷²⁶. Busco me referir, no entanto, ainda que rapidamente, visto a recorrente presença de crianças nessas fotografias, ao universo infantil em tempos de guerra, nas zonas libertadas do MPLA. Microcosmos que apresentam semelhanças, distinções e peculiaridade distintas do universo materno, ainda que retratado em referência a este.

Quero com isso ressaltar que na luta anticolonial, mulheres e crianças desempenharam papel crucial, em diferentes cenários, destacando-se sua atuação na retaguarda, podendo ainda atuar na linha de frente, em caso de ofensivas imprevistas. Destaco experiências subjetivas com a guerra.

Mulheres e crianças não foram objetos passivos dessa história, havia engenhosidade em suas ações, que consistiam em usar qualquer coisa mínima que estivesse à mão para fazer valer sua presença na luta anticolonial, ou de projetar-se em relação à guerra. No caso das crianças, em até recriar uma zona de “atemporalidade” como forma de viver/preservar experiências, para insistir no que potencialmente pudesse ser permanente.

Ou seja, havia grande contingente populacional nas áreas dos movimentos de libertação e, como demonstrou Makana, isso não era exclusividade das bases militares do MPLA. Nessas várias zonas, a base guerrilheira era fundamentalmente camponesa. Eram, sobretudo, mulheres, velhos e crianças que viviam nas zonas libertadas. É de 1964, por exemplo, o relatório imediato de que na base de kinkouzu, liderada por Holden Roberto, dirigente da FNLA, haveria cerca de 3.200 pessoas para alimentar, sugerindo que os caminhões carregados de feijão, fubá e peixe acabaram depressa porque o pessoal era muito numeroso⁷²⁷. Tal documento, assim como as fotos, aponta as dimensões em

⁷²⁶ BERGER, John. *Para entender uma fotografia*. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2017. p. 40. Tradução de Paulo Geiger.

⁷²⁷ ANTT. Relatório Imediato. República Democrática do Congo. Assunto: Kinkusu. 9 de novembro de

presença e contingente populacional nessas áreas libertadas. A FNLA, no entanto, possuía base no Norte, dos dois lados da fronteira entre Angola e o Congo-Léopoldville⁷²⁸.

Nas bases militares do MPLA, o trabalho foi colaborativo, dependente essencialmente de participação “voluntária”, em seus vários níveis. Não podemos generalizar, mas muito das mulheres que trabalhavam nas áreas consideradas libertadas, deixaram de colaborar com o sistema colonial para organizar-se coletivamente, junto aos movimentos de libertação, na busca de enfrentar o desafio de seus próprios problemas. Não se tratava apenas da independência, mas de manifesta rejeição das componentes do domínio colonial que violentavam o cotidiano das camponesas que optavam por atuar nas bases dos movimentos de libertação.

Na Baixa do Cassange, por exemplo, ocorreu a primeira e paradoxalmente mais ignorada das revoltas do ano de 1961. Naquela região a população africana rondaria os 170.000 habitantes, entregues à produção alimentar nas culturas tradicionais do milho, da mandioca, do feijão, do amendoim, de palmeira dendém e do tabaco, que os camponeses em parte consumiam e outra parte destinavam aos mercados urbanos. Ali, as camponesas já haviam demonstrado insatisfação pela interferência direta que a cultura obrigatória de algodão teve sobre a dinâmica da produção linhageira nas áreas concessionadas pelo domínio colonial. A cultura forçada do algodão “arrebata-as de suas lavras e aldeias, sujeitando-as a um trabalho intensivo nos campos da Cotonang”⁷²⁹.

Em texto clássico sobre a revolta camponesa *Baixa de Cassanje: algodão e revolta*, a moçambicana Aida Freudenthal já assinalara a importância desse episódio de contestação das condições de trabalho impostas sob domínio colonial, onde mulheres e crianças em serviço sem remuneração atuavam como força de trabalho precarizado⁷³⁰.

A população local do norte de Angola era forçada a cultivar algodão em certas áreas, com exclusão de alimentos, e os 31.652 produtores do distrito de Malange eram obrigados a vender toda a sua colheita a um preço fixo, muito inferior ao valor de mercado internacional⁷³¹. Insatisfeitos, os camponeses e as camponesas passaram a desafiar abertamente as autoridades portuguesas e os agentes da empresa de algodão, Cotonang.

1964.

⁷²⁸ BITTENCOURT, op. cit., 2002. p.482.

⁷²⁹ FREUDENTHAL, Aida. A Baixa de Cassanje: algodão e revolta. In *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 18-22, 1995-1990. p. 245-248.

⁷³⁰ NETO, Maria da Conceição. Breve Introdução Histórica In *Angola: Processos políticos na luta pela Independência*. MEDINA, Maria do Carmo (org), Luanda, Faculdade de Direito da UAN (2ª edição ampliada Coimbra, Almedina, 2012), 2003. p. 22.

⁷³¹ FREUDENTHAL, op. cit., p. 252.

Freudenthal ressalta que o tempo da revolta, criteriosamente escolhido, coincidiu com a época das chuvas, momento apropriado de plantação da sementeira de algodão, que requer trabalho intensivo. Período também que os deslocamentos se tornavam mais difíceis para os estranhos à região devido aos rios caudalosos, altura do capim, picadas de insetos e bichos venenosos⁷³².

Constituindo grupos numerosos, assaltaram instalações oficiais e privadas portuguesas, danificaram viaturas, pontes, jangadas, incendiaram os armazéns da Cotonang, derrubaram o pau da bandeira portuguesa, queimaram sementes de algodão e rasgaram cadernetas indígenas. Os camponeses e camponesas da Baixa adotaram táticas de luta muito diversificadas como o derrube de árvores, destruição de pontes, arrastamento de jangadas pelas correntes dos rios, refúgio em matas inacessíveis, abandono das lavras e sanzalas, emboscadas e ataques pela retaguarda seguidos de retirada⁷³³.

Aqui reconhecemos as táticas de combate profundamente enraizadas nos procedimentos guerrilheiros da luta anticolonial, como a utilização de armas artesanais, ou no uso de ofensivas militares, por parte do MPLA, ligadas às condições meteorológicas. O historiador Marcelo Bittencourt já nos informa que, seguindo os militares portugueses e a própria PIDE, “até aproximadamente novembro, durante o período da seca, optava-se, grosso modo, por ações de sabotagem, especialmente em estradas, dada a superioridade militar dos portugueses”⁷³⁴. Depois, a partir deste mês, mas no período de chuvas, “passavam a realizar emboscadas e ataques, dada a maior dificuldade de mobilização do aparato militar português no terreno, a demora na prestação de socorro aos postos ou grupos de militares sob ataque”⁷³⁵.

No caso da revolta da Baixa, não necessitando de orientação ou de instruções externas para o uso dessas táticas de guerra. De fato, “os camponeses da Baixa do Cassange contaram apenas com as próprias forças, num desequilíbrio evidente perante as forças coloniais”⁷³⁶. Revela um dos chefes da revolta que

(...) Preferimos morrer. Antes de nós cultivarmos o algodão para vocês, nós tínhamos o nosso gado e as nossas lavras. (...) Agora nós não temos

⁷³² Ibidem. p. 257.

⁷³³ Ibidem. p. 265.

⁷³⁴ BITTENCOURT, op. cit., 2002. p. 449.

⁷³⁵ Idem.

⁷³⁶ Ibidem. p. 266.

o nosso gado, nós não temos as nossas lavras. Nós não temos nada enquanto o vosso algodão está a crescer.⁷³⁷

Apesar do controle da empresa de algodão sobre os camponeses dessa vasta região, constituindo uma força do poder colonial, surpreende a capacidade de resistência das populações. A intrepidez no desafio a administração colonial revela o desejo dos camponeses em restabelecer o “equilíbrio” perdido nos cultivos alimentares e retorno às práticas ancestrais da vida camponesa pré-colonial⁷³⁸.

Aida Freudenthal narra que em 1961 nenhum movimento nacionalista angolano reivindicou a paternidade da revolta, não foi reclamada qualquer continuidade entre ela e os movimentos do 4 de fevereiro ou do 15 de março, embora nos manifestos, panfletos e declarações nacionalistas posteriores fosse frequente a referência e reclamo às condições de trabalho desumanizantes e aos salários de miséria como motivos para justificar os levantes nacionalistas⁷³⁹, pautando as insatisfações que giravam em torno não só de Luanda, como também de outras regiões de Angola.

A pesquisadora sugere que os descontentamentos que antecederam os levantes dos movimentos nacionalistas angolanos foram utilizados como capital simbólico para mobilizar pessoas, e reforçar o desejo de mudança preexistente.

Ou seja, a Revolta da Baixa, não se constituiu apenas em mera reação contra a cultura do algodão, foi um movimento que adquiriu caráter mais amplo de discórdia contra a exploração colonial portuguesa. A revolta de caráter etno-nacionalista, camponesa, beneficiou a luta posterior contra o regime colonial, exprimindo motivos de entrada na luta, denunciando o poder colonial, a desumanização do trabalho, os impostos pesados, associando as culturas obrigatórias ao poder do branco europeu. A constituição de um movimento solidário entre camponeses conferia-lhes uma unidade imprescindível à resolução de problemas cotidianos.

Busco demonstrar com o caso da Baixa do Cassange que, diante dos processos de dominação colonial, não faltaram tentativas dos movimentos de libertação de integrar socialmente a população camponesa pela via do trabalho e combinação com a cultura local nas áreas dos movimentos de libertação. O mundo rural passa a ser instrumentalizado embora, muitas vezes, desconsiderado em termos culturais e políticos.

⁷³⁷ Ibidem. p. 270.

⁷³⁸ Ibidem. p. 271.

⁷³⁹ Ibidem. p. 273.

Assim, buscava-se um diálogo entre as realidades sociais locais e as instituições em formação no âmbito do Estado moderno.

Vale assinalar que durante os períodos anteriores à independência tanto os guerrilheiros quanto os militares portugueses disputavam o apoio dessas populações, na tentativa de conquistar “corações” e “mentes”⁷⁴⁰. Então, o número de pessoas nessas bases representava uma espécie de capital simbólico para os movimentos de libertação.

Essas mulheres, pertencentes a diferentes povos, sob a ideia nacionalista de nova sociedade “modernizadora”, realizavam o cruzamento de suas atividades tradicionais com as demandas da guerrilha. Elas acumulavam as atividades agrícolas com os cuidados que dedicavam às crianças e guerrilheiros, muitas vezes simultaneamente. Ou seja, realizavam a difícil tarefa de conciliar as atividades domésticas — no âmbito da divisão sexual do trabalho — e as tarefas militares. A divisão sexual do trabalho não sofre alterações nas zonas libertadas⁷⁴¹. Não houve um repensar das tarefas reprodutivas da mulher. O trabalho nas bases, portanto, foi oportunidade de tentar uma via diferenciada, gerenciada por africanos.

Em texto clássico de Basil Davidson, historiador inglês, jornalista e escritor que durante a luta anticolonial visitou as bases da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, conduzidas respectivamente por Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Eduardo Modlane, podemos perceber parte da dinâmica de funcionamento de algumas dessas regiões libertadas⁷⁴². Publicado em 1974 no jornal *O correio* e intitulado “A luta pela independência na África ‘portuguesa’”, Davidson narra que o mais importante não era o que estava sendo escrito sobre a resistência armada dos africanos, mas sim como os movimentos de libertação agiam nas áreas, grandes ou pequenas, que libertavam do controle português.

O historiador relata que, nessas áreas, os africanos administravam sua vida e construía novas instituições e estruturas sociais que pudessem fazer frente ao sistema colonial. Nas palavras do jornalista, situação em que os africanos deixavam de ser “auxiliares”, “servos” ou “subordinados” de uma economia destinada, exclusivamente, a beneficiar Portugal. Assim, organizavam-se de forma autônoma e de modo a renovar os processos nativos de desenvolvimento social e cultural. Isto é “na renovação de processos

⁷⁴⁰ HEYWOOD, Linda M. Angola and the Violent Years 1975-2008: Civilian Casualties. In *Portuguese Studies Review* 19 (1-2), 311-332, (2011). p. 318.

⁷⁴¹ CASIMIRO, Isabel. *Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora*. Disponível em <https://nigs.ufsc.br/files/2017/08/SAMORA-e-o-G%C3%A9nero-II-2001.pdf>. Acesso em 26/05/2021.

⁷⁴² DAVIDSON, Basil. A luta pela independência na África portuguesa. In *Jornal o correio*. 1974. p. 6.

que já existiam antes do domínio estrangeiro, mas que foram interrompidos e desfigurados pelos efeitos desse domínio e assim permaneciam”, até o período de escrita do texto⁷⁴³. Na ótica de Davidson, nesses lugares “encontravam povos há muito explorados, empenhados em modernizar sua vida e em governar-se de maneira não só diferente do passado, mais ou menos distante, como do domínio colonial”⁷⁴⁴.

Para o pesquisador, na definição dada pelo líder angolano Dr. Agostinho Neto, em 1970, tentavam especificamente, nessas áreas, libertar e modernizar os povos por meio de uma dupla revolução, contra as estruturas tradicionais que os dividiam em pequenos grupos e Estados étnicos rivais e contra o regime colonial. A ideia era fundar e desenvolver instituições de autogoverno, que pudessem superar a herança da autocracia estrangeira e de uma África antiga que os separava⁷⁴⁵.

Na descrição de Davidson, em algumas áreas libertadas, já estava bem adiantada a criação dessa nova sociedade, sem intervenção direta dos colonizadores. Outras, haviam sido tomadas pelos portugueses ou estavam sujeitas a incursões terrestres e bombardeios frequentes. Nesses lugares, muitas vezes, o trabalho era interrompido quando se encontrava em seu estágio inicial. Em outras palavras, havia várias regiões político-militares no território de Angola e no geral, na ótica do pesquisador, em termos organizacionais, nas “atividades” e “atmosfera”, todos os três movimentos de libertação estavam intimamente ligados e seguiam os mesmos critérios básicos⁷⁴⁶.

É evidente que, como o historiador Marcelo Bittencourt explica, a denominada “região político-militar” foi um recurso organizacional da estratégia guerrilheira do MPLA que, ao mesmo tempo que favoreceu a ideia de que o movimento atuava militarmente e de forma constante em toda a extensão de uma determinada área, muitas vezes, a depender da região, esteve longe de acontecer⁷⁴⁷. A densidade populacional de algumas regiões, como no caso da Frente Leste, da 3ª região político-militar do MPLA, nas áreas mais afastadas da fronteira com a Zâmbia, por exemplo, não favoreceu o controle militar durante muito tempo. No entanto, estando ou não organizadas de acordo com o conceito de zona libertada que seria adotada pela PAIGC, na Guiné-Bissau, e pela Frelimo, em Moçambique, não podemos nos esquecer do cotidiano que era vivido em boa

⁷⁴³ Idem.

⁷⁴⁴ Idem.

⁷⁴⁵ Idem.

⁷⁴⁶ Idem.

⁷⁴⁷ BITTENCOURT, op. cit., 2002, p. 440.

parte nas bases montadas pelo MPLA. Dos exemplos retirados de sua experiência pessoal, Davidson declara que:

Viajando em 1970 pelas áreas da Angola Oriental sob controle do MPLA, deparei com uma das “incurções” periódicas do exército português. As unidades de combate do MPLA estavam se deslocando, e com elas a população local que protegem. Os povoados da selva foram provisoriamente abandonados; os serviços sociais, como escolas e serviços médicos, estavam também desorganizados. Seriam necessárias semanas para tudo se organizar novamente. Era um momento difícil, e os sofrimentos causados por essas guerras coloniais estavam bem à mostra. Apesar disso o movimento nacional sobrevivia, seja com suas unidades de combate, com suas comissões populares ou seus grupos coordenados de trabalhadores dedicados a esta ou aquela atividade social e cultural, e prontos a retornar ao trabalho tão logo o perigo passasse. A situação é diferente nas áreas em que o perigo já há muito foi afastado⁷⁴⁸.

Optando pela vida nas áreas libertadas, essas pessoas, nas palavras de Davidson, deixavam de lado “os antolhos da tradição ou sujeição, racismo ou tribalismo, desespero ou falta de confiança”⁷⁴⁹. Agiam mediante um processo de participação voluntária que propunha uma mudança de suas vidas e mentalidades. Não se tratando de utopia, a vida cotidiana era dura, cheia de fadiga e fome e ameaçada pela morte violenta. Nem todos compreendiam o que estava sendo feito. Porém, a despeito de todas as confusões, persistiam.

Sem perder de vista que Davidson foi convidado pelas lideranças do MPLA para fazer o relato sobre essas zonas, o caráter propagandístico e até ligeiramente romântico da vida nas bases, de outra perspectiva, o relato do historiador inglês aponta evidências, indícios, sinais de um universo pouco acessível em tempos de guerra, a organização e estruturação das bases do MPLA. Pode-se observar, no entanto, que o pesquisador prioriza enfatizar os esforços das lideranças dos movimentos na condução e construção dessa “nova sociedade”.

Basil Davidson fala dos objetivos e das metas a serem alcançadas. Faz um elogio ao talento dos líderes desses movimentos, porta-vozes que, em sua perspectiva, os povos africanos tiveram a sorte de encontrar. Contudo, nesse texto de jornal, de caráter propagandístico, também se posicionando sobre o tema, pouco pormenoriza os aspectos que descrevem a convivência cotidiana e atividades desenvolvidas por esses povos,

⁷⁴⁸ DAVIDSON, op. cit., 1974.

⁷⁴⁹ Ibidem. p. 7.

naquilo que lhe era mais vital para o destino da guerrilha, o recrutamento de pessoas e apoio logístico, que foi o que estruturou a existência material dessas regiões. Situação em que homens e mulheres foram encarados como elementos produtivos organizados, desenvolvendo atividades econômicas, de sobrevivência, gerenciadas por africanos.

Por outro lado, no livro *Os camponeses Africanos e a Revolução*, originalmente publicado na revista inglesa *The Journal of Peasant Studies*, no número de janeiro de 1974, quando ainda estava acontecendo a guerra, Davidson deixa pistas dessas particularidades, refletindo brevemente sobre as guerras anticoloniais nos países de colonização portuguesa.

Relata que os problemas camponeses deveriam interessar tanto aos que se dedicam ao estudo da história de Portugal quanto àqueles estudiosos dos nacionalismos africanos. A primeira razão, em vista da grande maioria dos membros desses movimentos nacionalistas africanos, e até muitos dos seus dirigentes mais destacados, ter origem direta de populações camponesas⁷⁵⁰. A segunda, tendo em conta a constituição dessas lutas na África portuguesa, caracterizadas como “lutas de camponeses”, na sua grande maioria, regidas por povos que apoiavam os movimentos de libertação e neles combatiam. Povos cujo sistema econômico, nas zonas libertadas, não sendo já de subsistência, no sentido pleno do termo, na perspectiva de Davidson, se encontravam “muito mais perto dessa subsistência que a maioria das populações geralmente definidas como campesinato”⁷⁵¹.

O pesquisador discorre que nessas regiões geográficas, ou de parentesco, permaneciam povos camponeses em que a “autossuficiência” econômica e cultural orientava seus modos de viver e compreender o mundo⁷⁵². Assim, se envolviam em graus diferentes de apoio ou de participação⁷⁵³. Inicialmente hesitante, até se transformar em um empenho cada mais vez mais vasto, difundindo-se aos poucos e continuamente sob novas populações.

No esforço de compreender o envolvimento de povos camponeses na luta anticolonial que, no curso e estrutura gerais de sua vida cotidiana, tinham sido relativamente pouco afetados pela ocupação colonial, apesar de posição estratégica periférica para o desenvolvimento das guerras, Davidson relata o caso do grupo

⁷⁵⁰ Para Davidson, os camponeses são designados como as populações africanas que vivem nas áreas rurais de Angola, Moçambique e Guiné. DAVIDSON, Basil. *Os camponeses e a Revolução*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1975. p. 45.

⁷⁵¹ Ibidem. p. 6.

⁷⁵² Ibidem. p. 7.

⁷⁵³ Ibidem. p. 15.

linguístico ganguela⁷⁵⁴, mais especificamente dos povos Bundas, que vivem na “área centro-meridional do grande distrito oriental de Moxico, estendendo-se desde a fronteira da Zâmbia, para ocidente, numa extensão de cerca de duzentos e quarenta quilômetros”⁷⁵⁵.

Para Davidson, as “descrições antigas do Bundas são, como as suas aldeias, poucos e difíceis de encontrar”⁷⁵⁶. Ligados entre si por elos de família, mais ou menos independentes uns dos outros, estes pequenos núcleos populacionais estavam subordinados à liderança de um chefe, perante o qual se levavam as questões importantes do grupo. Antes da ocupação efetiva dos portugueses, politicamente, os Bundas estavam organizados de maneira bastante corrente em muitas regiões da África centro-ocidental.

Ocupantes de um vasto território, ainda que pouco produtivo, o envolvimento dos Bundas na luta anticolonial situava-se numa “identidade cultural e num mínimo de lealdade política a chefes cujo poder secular, até onde tinham algum, derivava dos privilégios conferidos pela tradição ancestral⁷⁵⁷”. Baseavam-se em um “sistema de crenças acerca da humanidade e do meio ambiente, que, em si mesmo, era o produto da sobrevivência e desenvolvimento deste povo”⁷⁵⁸.

Contudo, tratava-se de territórios relativamente férteis, que quase nada tinham a oferecer em termos de produtos exportáveis, onde poucos portugueses estavam dispostos a instalar-se. Na perspectiva de Davidson, os Bundas e seus vizinhos terão sentido o “processo colonizador” nas exigências de prestação de trabalho gratuito e na obrigação de pagar os impostos⁷⁵⁹. No ano de 1960 com uma população total de 49.805 habitantes, para o número de 63 brancos.

No extremo oposto de populações diretamente e mais afetadas com a colonização, cujas razões para se lançarem na luta anticolonial são suficientemente evidentes, os Bundas adeririam às atividades do MPLA. Tendo vivido durante um breve período de 1970 entre os Bundas, Basil Davidson narra que a despeito das mudanças cotidianas em vista da guerra, poucas delas de fato alteraram as características básicas de sua organização. Acrescenta

⁷⁵⁴ Os povos ganguelas são: luenas, luvalas, bundas, luimbis, cangalas, ambuílas, luchazes, camachis, etc. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_de_Angola. Acesso em 09/04/2021.

⁷⁵⁵ Ibidem. p. 15- 16.

⁷⁵⁶ Ibidem. p. 17.

⁷⁵⁷ Ibidem. p. 18

⁷⁵⁸ Ibidem. p. 18

⁷⁵⁹ Ibidem. p. 19-20

As hostilidades tinham levado muitos deles a refugiarem-se na Zâmbia. Outros tinham abandonado as suas aldeias ribeirinhas, tradicionalmente erguidas ao longo da orla arborizada dos grandes canais de savana através dos quais correm, em todas as estações do ano, os seus rios, frescos, cristalinos e cheios de peixe. Estes haviam-se retirado para as florestas, construindo novas aldeias em áreas onde os guerrilheiros os podiam proteger dos assaltos portugueses, ou então, quanto tal proteção era incerta ou difícil, viviam em acampamentos frágeis, de curta duração, cultivando pequenos campos de milhete ou de outras culturas em clareiras abertas nas florestas e regressando sempre que podiam pescar nos rios ⁷⁶⁰.

Depois de 1965, os Bundas aderem à luta anticolonial em grande número, a ponto de permitir que o MPLA contasse com a região como uma de suas principais bases no Leste de Angola⁷⁶¹. Para Davidson, como o domínio colonial buscava dismantelar a autoridade dos Bundas, a atuação desses povos talvez se justifique com base na tentativa de restauração da autoridade dos antepassados e dos seus porta-vozes na terra.

Nesse resumido contexto histórico, portanto, a revolta dos Bundas, que se inicia na segunda metade dos anos 1960, junto ao MPLA, pode ser interpretada de algumas maneiras: 1) com um ato dentro do quadro tradicional da resistência anticolonial camponesa; 2) como mais uma tentativa de restaurar seu antigo modo de vida, restituindo a autoridade dos antepassados e de seus porta-vozes na terra; 3) a libertação dos Bundas das exigências coloniais⁷⁶².

Davidson deixa entender que para os Bundas conceitos como “nacionalismo” eram termos vagos. Contudo, em suas concepções, e “objetivos tradicionalistas”, conseguir uma vida boa poderia significar “fazer renascer esse passado vividamente lembrado que existia antes da chegada das tropas e dos coletores de impostos portugueses”⁷⁶³. Fica evidenciado que os portugueses não somente despertavam um sentimento de perda e indignação entre os camponeses, como também proibiam as formas explícitas de valores culturais locais.

Na ótica do investigador, para integrar as populações camponesas, no seu fazer tradicional, o MPLA, em um movimento de resistência, modernizante e também tradicional, com suas lideranças de origem rural e formação urbana, inverteriam posições integrando povos de diferentes sociedades nas zonas libertadas, e luta anticolonial. Isto é, integrando-os em um movimento de resistência que continuava a ser “simultaneamente

⁷⁶⁰ Ibidem. p. 20

⁷⁶¹ Ibidem. p. 22

⁷⁶² Ibidem. p. 22.

⁷⁶³ Ibidem. p. 23.

modernizante e tradicional, mas em que os elementos de modernização iriam se sobrepor cada vez mais”⁷⁶⁴, de velho tipo para uma nova sociedade, conforme discuti no capítulo 3.

Na retórica do MPLA, não era novidade que para ganhar legitimidade, e se projetar como um governo possível a todos os angolanos, incorporar essas populações, tornava-se imprescindível. A utilização da mão de obra africana pelos administradores portugueses mantinha um caráter forçado — “serviçais”, “trabalho assujeitado”, “contratos”, “impostos”, levando os camponeses a lugares e atividades agrícolas independentes⁷⁶⁵. As zonas político-militares surgiam também como resposta.

De modo geral, pode-se afirmar que essas populações rurais se inseriam no conjunto da economia colonial portuguesa sobretudo através do comércio e fornecimento da mão de obra não qualificada, da qual só poucos e remotos núcleos de povoação terão escapado. Completa Conceição Neto:

Do ponto de vista social, escapavam os “civilizados” comprovados, não abrangidos pelo estatuto do indigenato, bem como alguns “indígenas” em situação excepcional, o que no meio rural incluía por exemplo agricultores mais abastados, como alguns da zona do café, catequistas católicos mesmo sem Bilhete de Identidade e, na maioria dos casos, os chefes tradicionais reconhecidos pela autoridade colonial e seus parentes muito próximos. O trabalho forçado e o “contrato” incidiram negativamente na organização econômica e social das populações rurais, naturalmente; mas, por outro lado, puseram em contato, dentro do espaço nacional e ao serviço do setor mais moderno da economia, populações de diversas origens étnicas e regionais⁷⁶⁶.

Nessas áreas de guerrilha, quase nada acontecia sem o apoio da população, sem a participação ativa dos que ali viviam e conheciam bem a região. Isso pode ser aferido nos detalhes mais simples, como da organização de um transporte de canoa para atravessar um rio, na pesca, e nos trabalhos logísticos em geral. Também no uso de estratégias anteriores a 1961, que buscavam convencer os líderes das aldeias para permitir que setores táticos fossem gerenciados por representantes do MPLA.

⁷⁶⁴ Ibidem. p. 26.

⁷⁶⁵ NETO, Maria da Conceição. As fronteiras por dentro da nação – divisões étnicas, sócio-econômicas e sócio-políticas numa perspectiva histórica. In *Angola: a crise e o desafio democrático*. Luanda, 24 a 26 de agosto de 1992. p. 7.

⁷⁶⁶ Ibidem. p. 8.

Além de mobilizar suas populações, esses líderes locais forneceriam alimentos, pessoal, assistência e informações à luta de libertação⁷⁶⁷. São essas lideranças locais que contribuem com os movimentos de libertação, nas bases que pouco diferiam, em estrutura e edificações, dos aldeamentos tradicionais, auxiliando nas zonas libertadas, ou mesmo tornando a região/aldeia uma área “liberta”.

Eram iniciativas que envolviam o uso das estruturas e a participação das autoridades tradicionais, pela criação de alternativas de vida. Isso envolvia os diferentes vínculos ali estabelecidos, de parentesco, vizinhança e das relações de trabalho, entre chefes tradicionais, religiosos, curandeiros, em conjunto com as populações. Isso pressupôs a integração de mulheres e homens nas zonas libertadas, sem que alterassem os estereótipos de divisão sexual do trabalho. Conforme nos informa Casimiro, “a vida nas zonas libertadas reproduzia as formas de solidariedade das suas comunidades de origem e, também, a divisão sexual de trabalho existente”⁷⁶⁸.

Privadas de autonomia e afetadas em sua base econômica, as estruturas tradicionais de grande parte das áreas rurais estiveram reféns de formas diversas do colonialismo português; “preservaram muitas das suas instituições e sistemas de valores como uma forma de resistência, consciente ou inconsciente, à desagregação e alienação cultural que a situação colonial tendia a impor-lhes”⁷⁶⁹.

De acordo com Maria da Conceição Neto, o sistema colonial parece não ter pretendido destruir o quadro social tradicional, mas, ao invés disso, esvaziá-lo de sentido, de poder, e submetê-lo aos seus interesses. Ou seja, os diferentes povos das zonas rurais continuaram a ver nos chefes tradicionais os verdadeiros representantes da comunidade, os intermediários com os antepassados e garantidores da ordem e equilíbrio entre o homem e a natureza.

Isso quer dizer que “o poder político propriamente dito foi se dissolvendo, mas os seus antigos representantes permaneceram importantes para a comunidade, ao nível da ideologia e do simbólico, quando não também em outros domínios”⁷⁷⁰. Com o cuidado de se analisar, obviamente, caso a caso.

⁷⁶⁷ No texto *UNITA and Ethnic Nationalism in Angola*, Linda Heywood mostra que não foi movimento exclusivo do MPLA. O sistema de governo construído na Jamba, região central de Angola, segue mesma estratégia. HEYWOOD, Linda M. UNITA and Ethnic Nationalism in Angola. In *The Journal of Modern African Studies* / Volume 27 / Issue 01 / March 1989. p. 16.

⁷⁶⁸ CASIMIRO, op. cit., p. 4.

⁷⁶⁹ Idem.

⁷⁷⁰ Ibidem. p. 9.

Em vista disso, a desconfiança inicial dessas populações camponesas, aos poucos, transformar-se-ia em adesões generalizadas, levando em conta o uso da língua local — que evidentemente facilitou ou dificultou uma possível integração social de uns e outros — e a valorização dos conhecimentos e técnicas agrícolas africanas, nas lavras, mas também nas bases do movimento. Espaços que foram adaptados e reorganizados em função das circunstâncias e condicionalismos locais de guerra.

O MPLA buscava ampliar gradativamente suas zonas de controle, incluindo povos de diferentes grupos etnolinguísticos, ao mesmo tempo que tentava minimizar disputas internas. Lembrando que a depender da região houve graus diferenciados de identificação e envolvimento desses sujeitos com os movimentos de libertação. Contudo, é notável a adesão dessas populações. No interior das províncias, por exemplo, a bandeira do MPLA demarca visivelmente alguns desses territórios, expressando o apoio dessas populações ao movimento⁷⁷¹. Conforme sinaliza Argenta, muitas vezes promovendo o elo entre a comunidade e a nação⁷⁷².

Assim estabelece bases e um modelo autônomo de luta. Uma espécie de “sociedade de retaguarda”, na qual o conceito de “matrifocalidade” se assume como princípio organizador, no modo de organização econômica e de sustentáculo dessas áreas, construída em função da emergência de guerra, ao qual aparentemente nenhum modelo tradicional se aplicava, visto a integração de certos valores africanos e a projeção simultânea de um futuro, por meio desse modelo, em formação, de transição, que se colocava.

Para tanto, percebe-se nas fotos, e descrições de época, através de pormenores cotidianos, a grande diversidade de maneiras com as quais os camponeses apoiavam os movimentos de libertação, por meio de empenho ativo. Em vários casos, contando também com a atuação de pessoas recém-capturadas que passavam a viver nessas zonas, retidas em decorrência das disputas de guerra com os portugueses e mesmo entre os próprios movimentos de libertação.

São pessoas que atuavam no trabalho logístico, em que mulheres e homens, mas principalmente as primeiras, ocupavam-se da responsabilidade da manutenção dessas áreas, também em vista de sua condição social e trabalhos costumeiros locais. As imagens fazem referência às atividades que aconteciam no Centro de Instrução Revolucionária (CIR), na cidade de Dolisie, também conhecida como Loubomo, que fica

⁷⁷¹ PAREDES, op. cit., 2015. p. 210.

⁷⁷² ARGENTA, op. cit., p. 92.

na República Democrática do Congo e faz fronteira com Angola; espaço também do romance de Pepetela, *Mayombe*.

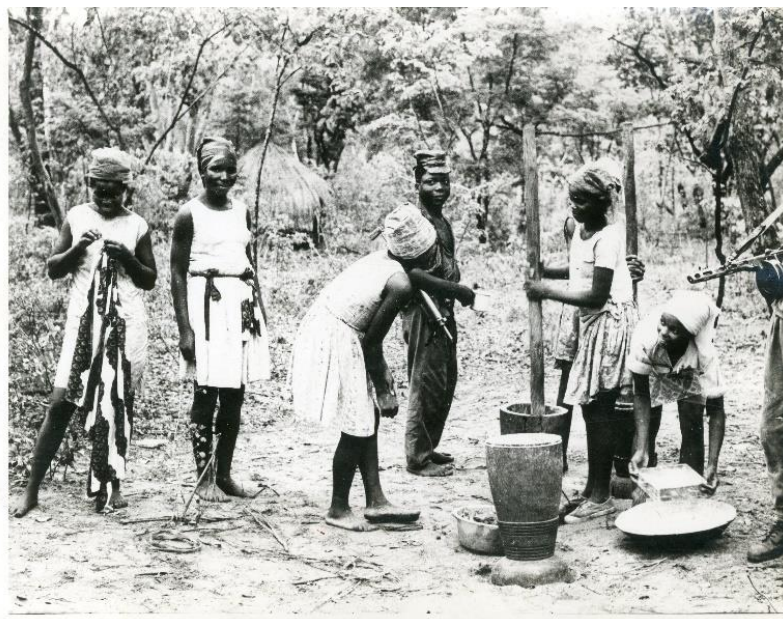


Figura 27. Fonte: ATD. Trabalhos logísticos no Centro de Instrução Revolucionária do MPLA (CIR). Zona C. 1969-1970.



Figura 28. Fonte: ATD. Pioneiros no Centro de Instrução Revolucionário do MPLA (CIR) - caçando carne. 1969-1970

No Instituto Central de revolução, depois transformado em Centro de Instrução Revolucionária (CIR)⁷⁷³, onde muitas mulheres instruídas politicamente recebiam treinamento militar, algumas delas vindas das missões protestantes e encaminhadas pelo MPLA para atividades nas áreas de saúde e educação — os camponeses, homens e mulheres, conjuntamente com os filhos, desenvolviam atividades para manutenção da guerrilha, conforme as imagens acima deixam entender. Não apenas no preparo da alimentação e nutrição, mas também na caça. Tratava-se essencialmente de tarefas voluntárias em que as pessoas davam o seu trabalho e mantinham relações de troca com o próprio movimento. Concebido em 1965, para uma maior operacionalidade dessas regiões, os CIRs foram criados como forma de orientar a formação guerrilheira.

A base da alimentação nas zonas libertadas era a fuba. Nessas lavras, em geral, coletivizadas, produzia-se o milho, a mandioca, legumes e frutas. Comia-se peixe seco ou de rio, carne de caça e de animais domésticos como galinhas e aves. Nessas áreas, as camponesas são chamadas tanto para cozinhar e costurar fardas, como para realizar discussões sobre o colonialismo e o papel que, estando ali, deveriam/poderiam assumir em tempos de guerra. Os horários de trabalho alternavam-se segundo as necessidades.

Algumas aprendiam a manejar armas, fazer a guarda das bases e desenvolviam papel decisivo em caso de ataque pelas forças portuguesas. E, a despeito do estatuto igual no desenvolvimento de atividades para a revolução, mesmo manejando armas, não possuíam a mesma condição social das camaradas de guerra, urbanas e instruídas.

Como Mabeko-Tali nos informa, não podemos esquecer os resquícios e vícios que o sistema colonial deixou como legado para essas sociedades, “compartimentando-os em grupos sociais por via legislativa e na prática cotidiana, conforme características somáticas e classificações sociais e religiosas: indígena/assimilados, brancos/negros, mestiços/negros, católicos/protestantes”⁷⁷⁴. Ao contrário dos negros, brancos e mestiços eram considerados forçosamente instruídos. Essas dinâmicas, além de influir na formação do MPLA e justificar crises, muito provavelmente reverberaram nas sociabilidades ocorridas nessas zonas de guerra, onde as populações e os combatentes em geral conviviam em simbiose.

⁷⁷³ ANTT. Propaganda da OMA. 18 de julho de 1970. Referência de possível mudança de nome de “Instituto Central de Revolução” para “Centro de Instrução Revolucionária”.

⁷⁷⁴MABEKO-TALI, Jean Michel. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Luanda, Editorial Nzila, 2001. p. 79.

A participação no MPLA e a progressiva convivência nas áreas libertadas, entre pessoas vindas de diferentes lugares de Angola, com trajetórias de vida, sociais e também ideológicas diversas, fez aparecer contradições específicas da sociedade angolana. Para tanto, existiram certas hierarquias sociais e étnico-raciais nessas zonas de guerra.

Essas mulheres, ainda que estivessem em presença e desenvolvendo tarefas aliadas à luta pela independência, não andavam de roupa camuflada. Fato que podemos perceber nas fotografias acima, já discutidas, mas também nas outras, que expuseram a presença das camponesas nas zonas libertadas. Andar fardada conferia às mulheres militares certo prestígio. Contudo, considero que foi uma dinâmica que atuou de modo mais continuado principalmente depois de 1974, quando foram estabelecidos os destacamentos militares femininos do MPLA, e a participação de mulheres nas Forças Armadas de Libertação de Angola passou a ser usada também como arena para ocupar espaços públicos.

Nas bases, e muitas vezes fora delas, como dito reiteradamente, o trabalho dessas mulheres camponesas, como guerrilheiras, incluía o cuidado com as crianças, os feridos, a produção de alimentos e cuidar do bem-estar da comunidade⁷⁷⁵. Muitas delas, cansadas da participação forçada nos trabalhos com os colonos portugueses, carregando pedras, cozinhando, lavando em troca de fuba tulha-munguluta (fuba de milho seco não tratado, moído muitas vezes com o seu “sapupu”, a espiga completa), peixe seco e sardinha, demonstravam insatisfação pelo estado das coisas⁷⁷⁶.

Além das tarefas com alimentação, nessas zonas, o trabalho de lavoura era feito à mão, assim como a busca de água e lenha. As mulheres gastavam tempo preparando a fuba⁷⁷⁷, como esboçado anteriormente, base da alimentação nessas áreas. A terra, como principal recurso de sobrevivência, justificou e foi também argumento para a luta e entrada dessas mulheres na guerra de libertação, uma vez que o colonialismo significou o desapossamento da terra e a subordinação dessas camponesas aos ditames da autoridade colonial⁷⁷⁸.

Então, nessas áreas, dado o tempo de guerra, e dificuldades inerentes ao conflito, muitas delas geravam e criavam os filhos, cultivando nas lavras o sustento da família e

⁷⁷⁵ KASSEMBE, Dya; CHIZIANE, Paulina. *O livro da paz da mulher angolana – as heroínas sem nome*. Luanda: Nzila, 2008. p. 19.

⁷⁷⁶ Ibidem. p. 21.

⁷⁷⁷ Ibidem. p. 49.

⁷⁷⁸ QUITARI, Garcia Neves. Agricultura familiar em Angola: as armadilhas conceituais da classificação dicotômica. In *Mulemba, Revista Angolana de Ciências Sociais*. Angola 40 anos de independência: memória, identidades, cidadania e desenvolvimento. 5 (10) | 2015. p. 11.

também o apoio aos quartelamentos e unidades dos combatentes⁷⁷⁹. Praticava-se uma agricultura familiar que assegurava a subsistência básica e permitia a troca direta de alguns produtos. Mulheres e crianças atuavam em brigadas de trabalho, executando tarefas nas fazendas coletivas do MPLA. Em tais unidades, o trabalho era organizado em grupos e comitês de ação. Todas as pessoas que se estabeleciam nessas zonas deviam permanecer em algum organismo de base⁷⁸⁰. Muitas mulheres que viviam nessas zonas, passaram a identificar a luta de libertação como a defesa dos seus interesses como mulheres.

4.2. Atividades econômicas

Nessas zonas, com o desenvolvimento da luta político-militar, a tarefa de organização e responsabilização das ações coletivas que envolvia as camponesas ficava a cargo das lideranças das organizações femininas dos movimentos de libertação. Visto tratar-se de regiões libertadas do MPLA, a OMA incumbia-se de alfabetizar e sensibilizar as angolanas em relação aos efeitos do colonialismo em Angola e incentivar o envolvimento na luta⁷⁸¹. Em 1972, pelo trabalho de alfabetização nas bases e zonas libertadas do MPLA, chegando inclusive a receber a medalha “Nadjezda Krupskaja”, o prémio de alfabetização da UNESCO⁷⁸². Interessava a propagação de teorias e práticas da guerra de guerrilha.

Para tanto, conforme mencionei, existiram programas de ação, em um quadro de reforço da participação cada vez mais ativa das camponesas. A organização política, sanitária, econômica, social, militar e paramilitar, de informação, relações internacionais e mobilização foram setores de atuação da OMA, dentro e fora dessas zonas⁷⁸³.

Considerando a emancipação da mulher como um processo implícito no quadro geral da luta de libertação nacional, nas zonas libertadas, a colaboração MPLA-OMA realizava-se por meio da investida na unidade de todas as combatentes. Ou seja, a criação da OMA respondia mais às necessidades de arregimentação de populações para luta

⁷⁷⁹ KASSEMBE; CHIZIANE, op. cit., 2008, p. 87.

⁷⁸⁰ ATD. MPLA. *O que deve ser estudado nos grupos e comitês de ação*. 1965.

⁷⁸¹ ATD. OMA. I Seminário. Declaração Geral. 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

⁷⁸² MPLA. História do MPLA, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.33.

⁷⁸³ Idem.

anticolonial, que uma preocupação mais efetiva do MPLA com a demanda dessas militantes enquanto mulheres.

Nas zonas político-militares, como forma de garantir a participação das mulheres (camponesas), interessou o “estudo pormenorizado das possibilidades de adaptação das disponibilidades agrícolas de cada região a uma alimentação rica e racionada”; um projeto de “planificação imediata de um sistema de auto abastecimento”; o desenvolvimento da produção que provia “as necessidades vitais dos guerrilheiros com a mobilização das massas para a criação de lavras coletivas e desenvolvimento do espírito coletivo de trabalho”; a “criação de gado” e de “armazéns de estocagem para abastecimento em circunstâncias imprevistas”; e até a “introdução de métodos de agricultura moderna” que visava incentivar a policultura⁷⁸⁴. Todos esses se constituíam em campos de atuação da OMA, setores cuja responsabilidade recaiu sobre as mulheres, mais especificamente em relação à organização econômica destas regiões.

Em outras palavras, a OMA desenvolveu esforços no sentido de criar um sistema de produção agrícola com lavras coletivas, cultivar gado caprino e bovino a fim de prover as necessidades alimentares dos guerrilheiros⁷⁸⁵. A produção de artesanato e os ateliers de costura para a angariação de fundos também fez parte de tais empenhos. Não atoa, em agosto de 1969, a partir do Congo-Brazaville, no contexto do lançamento da campanha “todos para o interior”, do anúncio oficial em torno da decisão de transferência da Direção do MPLA para o interior de Angola, o Presidente Agostinho Neto lançava a palavra de ordem: “criar uma escola e uma lavra em cada acampamento”⁷⁸⁶.

Politicamente, isso obrigava o alargamento e intensificação do trabalho coletivo nas zonas, demandas de trabalho invariavelmente realizadas ao nível de comunidades, assentadas sobre o apoio feminino, nas atividades e decisões relacionadas do Movimento, como a promoção dos serviços sociais elementares, a produção de alimentos, além de outras tarefas associadas com o apoio às unidades combatentes, motivada também por incessantes campanhas contra o analfabetismo⁷⁸⁷.

Ou seja, o MPLA “primou pela inserção dos efetivos de guerrilha nas comunidades rurais, contribuindo para a produção agrícola que constituiu, deste modo, a base do seu sustento”⁷⁸⁸. Isto significa que, muitas vezes, o desenvolvimento da atividade

⁷⁸⁴ Ibidem. p. 8.

⁷⁸⁵ MPLA, op. cit., p. 294.

⁷⁸⁶ Ibidem. p. 47.

⁷⁸⁷ DAVIDSON, op. cit., 1975, p. 27.

⁷⁸⁸ MPLA, op. cit., p. 285

agrícola não alcançou grandes extensões de terra, mas o suficiente que proporcionasse o alimento das populações e dos guerrilheiros⁷⁸⁹. Na II e III regiões, por exemplo, essas mulheres eram incentivadas a cultivar a mandioca, o milho, a ginguba, o feijão e a dedicar-se a apicultura⁷⁹⁰. A extensão da guerrilha significava que o MPLA tinha sob a sua responsabilidade cada vez mais populações integradas nas zonas libertadas ou refugiadas nos países vizinhos. E o fato de alguns destes territórios, como os citados acima, da Frente Norte, apresentar terras férteis para a agricultura, pecuária, pesca e caça significava que o movimento ali operante, como no caso do MPLA, não teria dificuldade em obter abastecimento alimentar⁷⁹¹.

Como parte das atividades agrícolas-militares, percorriam grandes distâncias a procura de alimentos, lenha, de paus para construir as casas e recolha de plantas medicinais para o tratamento de várias doenças. Recorriam a tratamentos locais com cascas de árvores para fazer remédios, tônicos e tratamentos de anemias. Desde a escassez de medicamentos ao sal e sabão, as carências eram enormes. Tendo isso em vista, algumas estratégias de sobrevivência foram adotadas como forma de garantir o sustento dessas populações guerrilheiras. O sal, por exemplo, que era obtido por pessoas que se dirigiam ao Ambriz, na província do Bengo, era cuidadosamente guardado em pequenos frascos de penicilina. Explica Luíza Inglês:

Púnhamos o jindungo no frasquinho de penicilina e atirávamos o bago de sal dentro do frasco, era só para temperar, e esse jindungo posto no prato já ajudava a dar um sabor diferente a comida, porque não havia sal para pôr na panela... a pessoa poupava ao máximo esse sal ainda, que tenha só de molhar o dedo no sal a comida, o sal era escasso, senão cozinhamos mesmo assim⁷⁹².

Em função da urgência de guerra, cada um contribuía com o que podia, ou sabia, e recebia conforme as necessidades particulares iminentes. Como forma de suprir tais carências, também foram úteis a solidariedade internacional, de países africanos e socialistas, que adicionavam esforços no envio de bens alimentares diversos, roupas e calçados, apesar de nem sempre satisfazer as necessidades mais imediatas dessas

⁷⁸⁹ Idem.

⁷⁹⁰ Idem.

⁷⁹¹ Ibidem. p. 35.

⁷⁹² MPLA, op. cit., p. 286.

populações⁷⁹³. A mobilização era estado permanente, acompanhada da ideia de humanização da guerra.



Figura 29. Fonte: ATD. Meninas batendo fuba na 2ª região político-militar do MPLA.

⁷⁹³ Idem.



Figura 30. Fonte: ATD. Plantação nas zonas do MPLA, referência a uma das bases da 2ª região político-militar.



Figura 31. Fonte: ATD. Referência a uma reunião ampliada na 2ª região político-militar do MPLA. Pasta, vida nas bases.

As fotos pesquisadas não possuem autoria registradas no arquivo, algumas foram apresentadas com legendas, embora muitas vezes somente com o nome da pasta e/ou o ano. As imagens analisadas e aqui apresentadas foram selecionadas previamente pela responsável do arquivo e as escolhas posteriores, muitas vezes, ficaram dependentes do material cedido. Como refleti no prelúdio desta presente investigação, comumente, os arquivos estão muitas vezes submetidos a essa seleção prévia. A fotografia de número 29, por exemplo, parece mais construída/produzida, ainda que procure revelar um aspecto espontâneo.

As fotografias que vão dos números 29 a 31, no geral, fazem referência aos trabalhos, atividades e reuniões realizados na 2ª região político-militar do MPLA, situada em Cabinda, um enclave angolano entre o Congo-Kinshasa ou ex-Zaire e o Congo-Brazaville ou República do Congo; atuações que se deram mesmo antes da formação dos destacamentos militares femininos desse movimento, em 1974.

As bases muitas vezes funcionavam próximas às aldeias, junto de populações que compartilhavam a responsabilidade de manutenção dessas áreas. Eram lugares escolhidos por serem inacessíveis, espalhados na mata e distanciados uns dos outros por alguns ou muitos quilômetros, que ofereciam as condições para que o MPLA pudesse atuar. Como sugerido nas fotos, podemos identificar a presença de camponeses, mulheres, crianças e trabalhadores.

E, como dito anteriormente, dado as características sociais dessas zonas, com povos tendentes a se agrupar, devido às aproximações étnicas ou linguísticas, o MPLA se organizava de modo a combater as diferenças. Nas zonas libertadas, projetava-se uma nova forma de vida, misturando as dimensões tradicionais com uma sociedade de novo tipo, na forma de vida em termos de saúde, educação, produção e defesa das populações. Buscava-se desconstruir política e economicamente o regime colonial, sob novas bases.

Na 2ª região do MPLA, ainda que não se tratasse de maioria alfabetizada, foi comum a distribuição de panfletos voltados ao povo de Cabinda convocando civis a destruir pontes, cavar buracos nas estradas, atacar os carros dos portugueses, destruir postos de comunicação⁷⁹⁴. A apologia de uma revolução social que libertasse o Homem, no sentido genérico e universalizante, que reduz automaticamente a existência de mulheres, ao mesmo tempo que a terra⁷⁹⁵.

⁷⁹⁴ ANTT. Panfletos do MPLA. 24 de janeiro de 1963.

⁷⁹⁵ Idem.

Não obstante sugira campos de atuação feminino na guerra de independência, nas bases do MPLA, mas também fora delas, tento demonstrar a forma de agência específica na garantia de uma cobertura de guerra nas áreas libertadas, pela habilidade de mulheres nos trabalhos agrícolas, em sua autossustentabilidade.

Desde a sua gênese, essas zonas foram apresentadas como parte da estratégia de luta contra o colonialismo, de resistência, e dessa forma foi assim encarada tanto para os movimentos de libertação quanto pelas autoridades portuguesas. Assim, o MPLA foi obrigado a apelar à participação das mulheres, como indivíduos, mas também como mães, irmãs, militantes e camaradas. No discurso hegemônico, na representação da “nova mulher”, de mulheres voltadas às questões nacionais, o que conferiu a elas uma identidade e legitimidade⁷⁹⁶, e abriu oportunidades políticas de participação.

Busco ressaltar que o poder e sucesso do MPLA dependeu do trabalho e diálogo permanentes com os camponeses e as camponesas de cada região, da sua colaboração, como sujeitos sociais, da sua própria libertação. A “participação da mulher era vista como necessária, pois de todos era fundamental a inclusão no movimento”, e autossustentabilidade das zonas libertadas⁷⁹⁷.

Como reação colonial à luta armada, na tentativa de impedir o contato dessas populações com a guerrilha e facilitar a vigilância, houve inclusive, em algumas regiões de Angola, a exemplo do Bié, o reordenamento de populações, uma investida da administração colonial portuguesa no sentido de agrupar as populações camponesas em grandes aldeamentos estratégicos com lavras comuns⁷⁹⁸. Para os portugueses, forma de estabilização da economia, muitas vezes constituída como um fator de segurança maior que qualquer exército com aviões e tanques⁷⁹⁹.

Essa ofensiva se daria também no quadro de ações ligadas às técnicas de ocupação e utilização do solo pelos camponeses/as angolanos/as. Integrados/as em comunidades rurais, viviam da agricultura e/ou de atividades afins. A tradicional agricultura de queimada, largamente praticada em Angola, foi considerada uma técnica que correspondia às necessidades dos que as praticavam. Uma solução pobre que dificultava a adoção de novas técnicas e “prejudicava” o equilíbrio entre o homem e a natureza⁸⁰⁰.

⁷⁹⁶ CASIMIRO, op. cit., p. 14.

⁷⁹⁷ Ibidem. p. 12.

⁷⁹⁸ CASTELO, Cláudia. O projeto-piloto de extensão rural do Andulo (Angola): conhecimento, desenvolvimento e contra-subversão. In *Open Edition Journals Ler História*. Lisboa, 76, 2020. p. 7. Disponível em <https://journals.openedition.org/lerhistoria/6347>. Acesso em 30/04/2021.

⁷⁹⁹ Idem.

⁸⁰⁰ RÔLO, Jerônimo da Silva. *Reordenamento Rural em Angola, contribuição para o seu estudo*.

Não apenas, também a tradicional organização socioeconômica, assentada na não apropriação individual da terra, a que se atribuía uma valorização mágico-religiosa, foi entendida como obstáculo sério às medidas de inovação e utilização do solo. Pretendia-se implantar “programas e experiências de várias ordens no sentido de conseguir uma modificação dos métodos de utilização do solo capazes de proporcionar a “promoção” das populações rurais”⁸⁰¹.

O historiador Marcelo Bittencourt assinala que também no leste de Angola, em regiões próximas a Zâmbia, em 1968, preocupados com o avanço dos movimentos de libertação, os portugueses intensificaram os aldeamentos na região, com o controle das terras férteis pelas tropas coloniais. Entre outros fatores, o que levava as populações a produzir menos. Com isso, “criava-se uma espécie de bloqueio às ações do movimento que, rapidamente, seria transformado em uma vigorosa contraofensiva das tropas portuguesas”⁸⁰².

Para tanto, durante o final dos anos 1960, projetos de “reordenamento rural” atuaram conjuntamente com “organismos de apoio ao agricultor africano ‘tradicional’, com vistas a estimular a produção e melhorar a qualidade dos produtos destinados aos mercados”⁸⁰³. Angola tinha a produção agrícola como principal atividade econômica.

Em documento sobre a situação de Angola, em julho de 1962, a efeito da atuação do exército e das autoridades administrativas portuguesas, registra-se que em toda a região Norte as autoridades coloniais organizavam o sistema de manter as populações em concentrações. Refere o documento que a população era ali sujeita a uma seleção: os que sabiam ler e escrever eram enviados para Luanda. Os iletrados, velhos, mulheres e crianças permaneceriam nas concentrações. Os homens capazes seriam incorporados ao exército para combater o MPLA e a UPA, e os velhos, as mulheres e crianças ficariam “protegidos” pelas autoridades coloniais⁸⁰⁴.

Isso fez parte de um rol de políticas no campo político-social e jurídico que tentava criar a falsa imagem de boa convivência e igualdade de direitos entre negros e brancos, justificar o papel “civilizador dos portugueses”, e igualmente conter o avanço da guerrilha com a evacuação dessas populações para as bases dos movimentos de libertação.

Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966. p. 14. Dissertação de Licenciatura.

⁸⁰¹ Idem.

⁸⁰² BITTENCOURT, op. cit., 2002. p. 446.

⁸⁰³ NETO, op. cit., 1992. p. 9-10.

⁸⁰⁴ ATD. Documento sobre a situação em Angola. Segundo relato de angolanos chegados do interior do país. Informação de 5 de julho de 1962.

Segundo Claudia Castelo, o plano de contra-subversão do distrito do Bié, que “preconizou que a população rural fosse toda aldeada em 1971 contava com 1.358 aldeias, das quais 453 tinham milícias, algumas 20 enquadradas por guardas da PSP⁸⁰⁵. Mesmo assim, “a valorização das práticas e conhecimentos dos africanos e empatia humana para com estes eram vistas de forma negativa por elementos do quadro administrativo, comerciantes e outros colonos”⁸⁰⁶. De algum modo, esse fato contribuiu com a concentração dessas populações nas zonas libertadas, nas áreas estratégicas de luta anticolonial, distintas dos aldeamentos portugueses, em uma via gerenciada por africanos. No âmbito do colonialismo tardio e luta de independência, foi um processo atravessado por ambiguidades, tensões e negociações.

4.3. A sociabilidade nas bases

Segundo Basil Davidson, nas áreas libertadas havia zonas pacíficas, outras mais sujeitas às incursões terrestres e bombardeamentos frequentes, outras com menor densidade populacional. Em muitas ofensivas queimavam-se todos os bens materiais dessas populações. Tais conflitos afastavam as pessoas do trabalho nas lavras, ocorriam raptos, fuga das atividades agrícolas, mortes⁸⁰⁷. Além disso, empecilhos para se trabalhar no campo por causa das minas terrestres. Pessoas sofreram de fome, nudez, faltaram sementes, a comercialização passou a ser impossível, os animais domésticos fugiram⁸⁰⁸. Mulheres faziam as covas a fim de enterrarem seus mortos⁸⁰⁹.

Curiosamente, no entanto, conforme explica Linda Heywood, como as operações militares estavam confinadas a algumas regiões específicas, muitas vezes eram bastante previsíveis fazendo com que civis, prioritariamente mulheres, não fossem diretamente afetados com os desdobramentos da guerra. Nos primeiros anos de guerra de independência, principalmente⁸¹⁰.

Assim, as consideradas “zonas de proteção”, eram lugares longe dos espaços onde as forças armadas e guerrilheiras atuavam efetivamente. Os serviços eram não monetizados. Ademais, havia ainda localidades, nas matas, e proximidade das aldeias,

⁸⁰⁵ Ibidem. p. 10.

⁸⁰⁶ Ibidem. p. 8.

⁸⁰⁷ KASSEMBE; CHIZIANE, op. cit., 2008, p. 115.

⁸⁰⁸ Ibidem. p. 130.

⁸⁰⁹ Ibidem. p. 153.

⁸¹⁰ HEYWOOD, op. cit., 2011. p. 312.

onde civis poderiam encontrar refúgio da violência militar⁸¹¹. Significativamente, no início da guerrilha no leste de Angola, havia poucas armas. O treino era feito com paus e algumas SKS-45⁸¹².

A vida nas bases, durante o período de luta anticolonial, continuava alternando momentos em que as pessoas viviam a fundo esse estado ameno, dançavam, namoravam, educavam seus filhos, com momentos de exaltação, com o desaparecimento de tudo, as notícias e narrativas de raiva e tristeza, a experiência da perda, luto, deslocamentos, refúgios incessantes, como Davidson deixa entender⁸¹³. Luzia Inglês, que fez treinamento na 3ª Região Militar, na base de Mandume III, descreve:

(...) muito trabalho! Carregar e descarregar material, trabalho para a subsistência, cultivávamos mandioca, batata, kisaka, minqueleca, macunde, feijão, por vezes recebíamos das ajudas humanitárias alimentação em conserva que vinha nos barcos, era preciso descarregar dos barcos para carregar nos caminhões, descarregar dos caminhões para os armazéns, participei da construção de armazéns, aprendi até a nivelar terrenos, aprendi a fazer painéis de barro, sangas, cestos, ia buscar argila para fazer sangas e painéis, aprendi a caçar gazelas na Primeira Região, ficava entre as duas redes, usávamos o termo “Gambambua”, ficava no meio, assustava o animal que ia parar na rede, aprendi a apanhar bagre com cestos, apanhava peixinhos, isso para poder comer um pouco de peixe. Fizemos treinos militares, passamos por vários bombardeamentos, por vezes davam-nos pausas de um mês e quando menos esperávamos eles vinham com helicópteros, avionetas e os bombardeios vinham atrás.⁸¹⁴

Então, apesar de estarem nas matas, muitas vezes viviam um período de “estabilidade” inclusive com a realização de casamentos, festas de batizados, confraternizações, instantes de divertimento e convivência⁸¹⁵. Momentos de relaxamento com canções, tambores, danças⁸¹⁶ e até práticas esportivas⁸¹⁷. Havia alfabetização, que incluía mulheres de todas as idades e as crianças, com os livros que o MPLA imprimia na Argélia⁸¹⁸.

⁸¹¹ Idem.

⁸¹² CONGHIGLIA, op. cit., p. 65.

⁸¹³ KASSEMBE; CHIZIANE, op. cit., 2008. p. 183.

⁸¹⁴ OMA. Entrevista de Luzia Inglês, Secretária-Geral da OMA. In *Heroínas, Revista da Mulher Angolana*. Luanda, nº 04, janeiro de 2016. p. 23-24.

⁸¹⁵ Ibidem. p. 133.

⁸¹⁶ CONGHIGLIA, op. cit., p. 103;116.

⁸¹⁷ OMA. Entrevista de Luzia Inglês, Secretária-Geral da OMA. In *Heroínas, Revista da Mulher Angolana*. Luanda, nº 04, janeiro de 2016. p. 24.

⁸¹⁸ CONGHIGLIA, op. cit., p. 81 – 91.

A educação era indispensável não apenas para a formação dos soldados e combatentes, mas também para a futura formação dos diversos quadros dirigentes que contribuiriam em uma Angola independente. Não podemos nos esquecer de que havia a ideia de que a participação da mulher na luta armada poderia garantir uma participação futura na gestão econômica, política e social desse novo mundo. Criaria, portanto, as condições objetivas para sua emancipação nessa sociedade do futuro, processo intimamente imbricado com a luta de libertação nacional e o possível estabelecimento de um regime democrático em Angola⁸¹⁹.

Nas bases, a escolarização era valorizada como um caminho possível de aprendizado do nacionalismo, quase usada como sinônimo de desenvolvimento, na busca de uma identificação com a nação angolana de forma acrescida. A “educação dos jovens e meninas deveria ser priorizada, mas com base no mérito e nas capacidades individuais”⁸²⁰. A educação articulava-se dialeticamente com a produção e o combate⁸²¹. Era nesse contexto que “essas capacidades deveriam ser criadas e as bases do Estado moderno construídas, não a posteriori”⁸²². Combatentes e povo trabalhavam juntos nas lavras⁸²³. Nestas dinâmicas, mulheres participavam em todas as atividades das bases militares⁸²⁴.

Moorman revela que em muitas dessas áreas libertadas do MPLA, as lideranças assumiram o trabalho de sancionar o casamento. Segundo a historiadora, o casamento foi tema consistente em relatos de mulheres nos maquis e na política de exílio. Foi forma de substituição de negociata entre famílias pela aliança revolucionária. Devemos considerar os jogos de poder envolvidos nessas interações ao invés do simples confronto. Assim, o MPLA assume funções de estado, mesmo sem ocupar o Estado, mas diante dos seus próprios membros⁸²⁵.

⁸¹⁹ ATD. OMA. I Seminário. Declaração Geral. 10 de outubro a 7 de novembro de 1965. p. 11.

⁸²⁰ GOMES, Patrícia Alexandra Godinho. “As outras vozes”: percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. In *Revista Odeere*. Bahia, Programa de pós-graduação em relações étnicas e contemporaneidade. Ano. 1, n. 1, 2016. p. 127. Disponível em <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1536>. Acesso em 26/05/2021.

⁸²¹ Texto sem autoria. A educação nas zonas libertadas da FRELIMO. Disponível em <http://www.fao.org/3/ah644p/ah644p01.pdf>. Acesso em 06/08/2021.

⁸²² Idem.

⁸²³ Ibidem. p. 95.

⁸²⁴ Ibidem. p. 115.

⁸²⁵ MOORMAN, Marissa J. Intimating Nationalism: Gender in the MPLA’s maquis. In PANTOJA, Selma; BERGAMO, Edvaldo A. SILVA, Ana Claudia da. (Org’s). *Angola e as angolanas: memória, sociedade e cultura*. São Paulo: Intermeios, Brasília: PPGDISCI; FAPDF, 2016. p. 194-195.

Na perspectiva da historiadora, as uniões entre guerrilheiros e guerrilheiras eram relativamente fáceis de se firmarem, pois possibilitavam uma forma de construção nacional baseada em um modelo de família revolucionária, sob a liderança dos homens, que demonstravam o desejo de se casar das lideranças às quais estavam atreladas, muitas vezes ao comandante da coluna.

A fotografia abaixo, de número 31, por exemplo, faz menção a um casamento, realizado em 1971, na zona da 3ª região militar do MPLA. A imagem sugere o preparo ou o próprio casamento em uma das bases do movimento. Encontrei-a em um compilado de fotos de várias áreas militares do MPLA. Na pasta existem duas versões dessa mesma fotografia, mudando apenas o tratamento da imagem, o que sinaliza a importância do evento, já que a imagem foi tratada mais de uma vez. Na imagem a seguir, percebemos como a povoação das bases e como a vida nessas zonas eram dinâmicas.



Figura 32. Fonte: ATD. No arquivo, a imagem faz referência a um casamento ocorrido na 3ª região político-militar do MPLA, em 1971.

As relações entre guerrilheiros e camponesas não eram diferentes, apesar de gerar alguns conflitos. A depender dos costumes locais, tinham que argumentar com as famílias, especialmente os responsáveis diretos, que insistiam no alambamento, não obstante as tentativas do MPLA de persuadir as populações locais a suspender essas exigências durante a luta anticolonial. Segundo o depoente de Moorman, alguns locais

chegavam a recorrer inclusive a remédios rituais para evitar as relações entre suas filhas e os guerrilheiros⁸²⁶.

Em outros, a longa ausência dos companheiros guerrilheiros levava as mulheres a se casar novamente. No geral, as regras e restrições como nenhuma relação sexual antes do casamento, poligamia, alambamento, sugerem que o movimento, além de moldar a sexualidade, tentava criar uma nova masculinidade que, na linguagem do movimento, conforme Davidson descreve, prezava pela liberdade e um comportamento sexualmente disciplinado e obediente à autoridade⁸²⁷.

Havia ali hierarquias sociais que distinguiam as camponesas das guerrilheiras e que influenciaram inclusive as escolhas individuais das grandes lideranças. Isso assinala certas vantagens das consideradas guerrilheiras em relação às mulheres camponesas que realizavam tarefas agrícolas militares nas bases. Lutar fardada e de arma na mão significava pertencer a uma elite de determinada zona de guerra. Tal identidade militar foi uma das formas de estabelecer hierarquia nas bases dos movimentos de libertação. Mas não foi a única.

Paredes descreve que “as masculinidades altamente valorizadas na cultura militar parecem ter sido um capital social do qual as mulheres se apropriaram para se empoderarem e ascenderem a posições de autoridade nas estruturas militares na sociedade”⁸²⁸. Posições celebradas e vistas com certo prestígio social.

Conforme assinalam as fotografias analisadas, ao descrever as mulheres na maior parte das vezes em presença dos filhos, principalmente das camponesas, mas não só, esperava-se o pleno desenvolvimento de uma mãe consciente, disposta a orientar e encorajar os filhos na defesa dessa nova nação emergente.

Segundo documento oficial da OMA, sobre seus membros e a revolução, essa mulher deveria ser “firme, ter espírito de combate e de iniciativa para encarar todos os aspectos da luta que seria difícil e longa, no sentido militar, político e econômico”⁸²⁹.

No objetivo de manter o equilíbrio social e moral tanto nas povoações, quanto nos maquis, desenvolveriam atividades em várias frentes de combate, como guerrilheiras. E participariam, inclusive, de formações revolucionárias, para saber como poderiam colaborar. Essas mulheres deveriam tomar parte na luta para a libertação de Angola

⁸²⁶ Ibidem. p. 197.

⁸²⁷ Ibidem. p. 85.

⁸²⁸ PAREDES, op. cit., 2015. p. 419.

⁸²⁹ ANTT. O membro da OMA e a Revolução. Brazzaville. 26 de janeiro de 1965.

fazendo o treino militar, que incluía o trabalho agrícola. Ou seja, apesar de certos níveis de diferenciações, nos documentos fundadores do MPLA, em cada mulher angolana deveria haver uma guerrilheira.

É óbvio que não podemos generalizar, a depender da região e do movimento, existem diferenças gritantes em como essas pessoas vivenciaram a guerra e os conflitos em geral que não pode ser capturado em uma única análise. No entanto, são questões que atravessam o cotidiano dessas mulheres nesse período de lutas.

Vale ressaltar que o trabalho em cada região militar tinha suas peculiaridades, algumas regiões com mais ou menos equipamentos e armamentos bélicos. Em 1968, por exemplo, período em que a guerrilha já estava mais desenvolvida, a 3º R. M. tinha mais condições materiais do que a 1º R.M., como acesso a armamento automático, botas militares, fardamentos, sabão e isso se refletia no trabalho das bases, também motivou disputas e desavenças internas ao MPLA. No caso da base de Mandume III, da zona C, a sul da Frente Leste, da 3ª região do MPLA, e do Centro de Instrução Revolucionário (CIR), com estrutura até para a realização de encontros e conferências entre as lideranças do MPLA⁸³⁰. Segundo o pesquisador Marcelo Bittencourt, em princípios de 1969, o MPLA marcaria presença nos distritos do Bié, Cuando Cubango, Moxico, Luanda e Malange, ainda que, em muitas das vezes, sem conseguir consolidar acampamentos mais estruturados formalmente⁸³¹.

Também conhecidas como “terras do fim do mundo”, onde o descaso colonial se faria presente em maior grau, o desempenho mais efetivo do MPLA se daria no Moxico e em parte do Cuando Cubando, na 3ª zona político-militar⁸³². Lugares onde o isolamento das populações era frequente, a educação formal mínima, a experiência e o contato com as outras regiões de Angola dificultoso⁸³³. Essa situação fortalecia os laços de solidariedade étnicos e regionais dos diferentes grupos etnolinguísticos ali presentes: tchokwe e ganguela. No caso do MPLA, “entre os tchokwe a receptividade dos quicocos foi grande, enquanto nos ganguela, se destacaram os luchazes, bundas e luenas”⁸³⁴. Nessa região, vivia-se da agricultura de subsistência. De acordo com Bittencourt, os poucos indivíduos com alguma formação educacional constituíam o primeiro critério de

⁸³⁰ Não aprofundarei a história das regiões político-militares, nem as crises ocorridas nessas zonas. Faço um esforço no sentido de entender as dinâmicas de funcionamento dessas áreas, onde sem dúvida o trabalho feminino, por meio da agricultura, e solidariedade ali formada, destacava-se.

⁸³¹ BITTENCOURT, op. cit., 2002. p. 440.

⁸³² Ibidem. p. 434.

⁸³³ Idem.

⁸³⁴ Ibidem. p. 435.

recrutamento do MPLA e, depois, justificaria a transferência, em larga escala, de militantes recrutados e formados na 2ª região⁸³⁵, incluindo aí vários quadros da OMA, que passariam a ser identificados pelos habitantes da região, como *camundongo ou kambokoyo*. Ou seja, “os que vieram do Norte”.

Na frente leste, a rotina da guerrilha exigiria muito a participação das mulheres. Ruth Neto explica que a OMA conscientizava e mobilizava as populações, mas algumas vezes entrava em choque com algumas tradições. Explica que com “*os sobas e aqueles mais velhos era impossível*” e que, mesmo as mulheres, “*não aceitavam muita coisa*”. Contudo, mobilizavam-nas com base no essencial: saúde, educação e alfabetização⁸³⁶.

Sobre as relações que o MPLA estabelecia com essas populações, é importante assinalar que elas também variavam com base na região. O referido historiador salienta que no norte da colônia, por exemplo, essas relações foram cruciais para a sobrevivência da frente, no reabastecimento das tropas, ações sobre as fazendas das regiões e o auxílio das populações. No leste, pela baixa densidade populacional, buscava-se a expansão do apoio⁸³⁷. Conforme referi anteriormente, nessas bases instaladas próximas a Zâmbia, mas também nos outros acampamentos do MPLA no interior do território angolano, era frequente o esforço de alfabetização de adultos e crianças, bem como as aulas de política e táticas de guerra⁸³⁸.

Como já mencionado, nesses espaços, o cotidiano da guerrilha apresentou problemas, a exemplo da fome. Do ponto de vista logístico, já em fins de 1968, em algumas bases instaladas na Zâmbia, a falta de alimentos reduziria o abastecimento para uma refeição diária, o que dificultava a permanência de muitas pessoas nessas zonas. Com base na referência de relatório de um dos enfermeiros-chefe da 3ª região, instalado na base de Mandume III, Bittencourt alerta para o efeito desmobilizador da fome sobre a população, especialmente sobre as crianças⁸³⁹. Relatórios de ex-militantes do MPLA retratavam igualmente a situação de escassez que viviam as populações em fins dos anos 1960, mais precisamente a partir de 1969. Ainda na 3ª região, mas já em 1972, crise agravada também diante da suspensão pela União Soviética de auxílios e o crescente sentimento de insatisfação⁸⁴⁰. Nesses referidos anos, muitas bombas de napalm e

⁸³⁵ Idem.

⁸³⁶ Ibidem. p. 458.

⁸³⁷ Ibidem. p. 465.

⁸³⁸ Ibidem. p. 466.

⁸³⁹ Ibidem. p. 467.

⁸⁴⁰ Ibidem. p. 622.

herbicidas foram jogados sobre o solo angolano. Com o solo contaminado e constantes ataques sobre as plantações, os/as camponeses/as não tinham como manter suas culturas de subsistência⁸⁴¹. O sofrimento era acentuado pela dificuldade de mobilidade, sistematicamente condicionada pelas orientações da guerrilha e ataques coloniais.

Na 2ª região, por exemplo, houve ainda casos de corrupção, em que muitas vezes os guerrilheiros, além de não disporem de alimentação adequada, também apresentavam carência de medicamentos, apesar do movimento muitas vezes ter recebido esses produtos⁸⁴². Segundo Bittencourt, os intitulados “atravessadores” construía esquemas para o desvio desses materiais para os mercados de Brazaville. De forma parecida, houve também ocorrências de comandantes que buscavam ter alguém para carregar sua mochila e/ou, na distribuição dos mantimentos e vestuários, ficar com uma parte maior, uma farda nova, etc⁸⁴³. Contudo, trata-se de casos que não avançaram muito, em termos do volume ou recorrência, até porque os recursos existentes nessas zonas, naquele contexto de grandes carências, não permitiam isso⁸⁴⁴.

Assim sendo, os problemas da guerrilha foram muitos e refletiram-se nas dificuldades crescentes de manutenção das bases, na convivência e relações entre pessoas e críticas aos comandantes dos movimentos. No MPLA, especialmente na frente leste, estavam presentes militantes mestiços e brancos, além das esposas brancas de alguns dirigentes⁸⁴⁵. Como busquei demonstrar, uma situação alarmante, em função da presença do colono, algo que evocava disputas raciais muito fortes. Além desses problemas de ordens estruturais, havia também o alcoolismo, ansiedade, indignação, depressão, falta de responsabilidades, brigas e disputas constantes, violência sexual e perseguição. Todo esse quadro espelha o “caldeirão de base”, associado ao cotidiano e à convivência nas zonas político-militares do MPLA, onde as mulheres foram encarregadas de sua manutenção, e seus problemas acabaram por ficar encobertos por questões mais “evidentes”⁸⁴⁶. A convivência e disputas entre mulheres permaneciam ofuscadas pelas “grandes questões” do MPLA.

A mobilização das mulheres camponesas foi algo premente em todos os movimentos de libertação. Essas zonas formam-se em períodos diferentes no longo

⁸⁴¹ Ibidem. p. 468-9.

⁸⁴² Ibidem. p. 591.

⁸⁴³ Ibidem. p. 587.

⁸⁴⁴ Ibidem. p. 588.

⁸⁴⁵ Ibidem. p. 576.

⁸⁴⁶ Ibidem. p. 587.

espaço de tempo da luta anticolonial, 1961-1975. Contudo, multiplicam-se a partir da década de 1970 do século XX⁸⁴⁷. A divisão da frente leste do MPLA em sub-regiões, por exemplo, acabaria por resultar na divisão das bases, ainda que não se tratasse de uma partilha nítida⁸⁴⁸.

Fato é que as camponesas ingressaram na luta armada e como guerrilheiras continuaram realizando suas atividades costumeiras. Não desassociaram necessariamente o binômio guerra e fazer ‘tradicional’.

Ressalto que não estamos diante de concepções estáticas e essencialistas do uso do conceito “tradição” como algo duro, cristalizado e imutável. Trabalho com a concepção de Gérard Leclud para quem a noção de tradição refere-se, antes de tudo, à ideia de uma posição e de um movimento no tempo⁸⁴⁹. A tradição seria a inscrição da permanência do passado no presente, uma sobrevivência em ação, o legado vivo de um momento passado sob certas condições, transferido para um novo contexto. Enfim, um efeito social carregado de sentidos.

Nesse contexto, de luta anticolonial, a experiência do passado é incessantemente reincorporada ao presente, mas modificada, dentro do que as condições de sobrevivência permitiam. Assim, a tradição pode sofrer alterações no intento de atender às realidades condicionadas pelas dinâmicas da história.

Com isso, busco sublinhar que as mudanças, ainda que sob um contexto pretensamente revolucionário, operavam sobre o pano de fundo de continuidade, agregando mulheres à luta anticolonial, por meio de um fazer costumeiro. Tarefas constituídas como elemento-chave para a subsistência de agregados familiares e, durante a guerra, também das comunidades situadas próximas e nas bases dos movimentos de libertação, pelo papel decisivo que já desempenhavam historicamente. Trata-se da manutenção de uma economia de guerra, assentada sobre trabalho feminino, por meio da valorização do trabalho e saberes localizados. Assim, reduziam-se as dependências externas.

⁸⁴⁷ MENESES, Maria Paula. Sobre os movimentos de libertação africanos e o 25 de Abril (É apenas Fumaça). Disponível em

https://open.spotify.com/episode/75PKICvTpDg0YQC4Tgv9Sq?si=olwzkNF7S_mhw_392F8B9g&utm_source=whatsapp. Acesso em 11/05/2021.

⁸⁴⁸ BITTENCOURT, op. cit., 2002. p. 619.

⁸⁴⁹ LENCLUD, Gérard. La Tradition n'est plus ce qu'elle était... Sur la notion de tradition et de société traditionnelle em ethnologie. In *Terrain*, 9, p. 110-123. Disponível em <https://journals.openedition.org/terrain/3195>. Acesso em 06/04/2021.

Com efeito, não é possível descartar a ideia de que essas populações, predominantemente camponesas, presentes nas bases do movimento de libertação, não eram capazes de fazer escolhas mais ou menos conscientes do seu passado, na elaboração de ações de guerra. Os limites são confusos, mas nas bases, aos poucos, o apoio foi se transformando em participação, depois, com o andamento da luta anticolonial, em esforço mais profundo.

Diferentemente do que atestam os documentos fundadores do MPLA, escritos sob o signo da unidade sem apreço de origens sociais, raciais e étnico-regionais, é possível perceber, no entanto, a instrumentalização do uso das estruturas tradicionais como recurso de guerra. No que diz respeito às tarefas agrícolas, por um lado é valorizada enquanto indicador de autenticidade e antiguidade, mantenedor de uma estrutura das zonas de guerrilha, elemento vital de retaguarda, por outro é menosprezada e combatida por representar um entrave à noção de desenvolvimento e progresso.

O que se sobressai, no entanto, nessas atividades materiais, nas bases dos movimentos de libertação, são as políticas de negociação que continuavam a ser, simultaneamente, transformadoras e tradicionais. Em texto da OMA, sobre a *Evolução história da mulher nas sociedades*, tal dessemelhança pode ser contrastada:

(...) em Angola e noutros países da África, os ricos podiam ter muitas mulheres que trabalham nas lavras juntos com os escravos. Naquele tempo e ainda hoje, a riqueza media-se quer pelo número de bois quer pelo número das mulheres. Os homens dedicavam-se à caça e ao artesanato, quer dizer, à fabricação de instrumentos de ferro, madeira, tecidos, óleo e vinho de palma, extração de cera e mel, etc., enquanto a mulher ia à lavra para cultivar o sustento da família. (...) Entre os Ovambos no sul de Angola, *num dia as mulheres trabalhavam nas lavras individual e no outro dia iam todas à lavra do marido ou do pai*. Por toda a África Ocidental dos nossos dias, só a mulher se dedica à olária, isto é, ao fabrico de objetos de barro. O homem faz objetos de metal. Nessa altura, *a mulher não dizia o que sentia sobre o trabalho que lhe destinavam e nem tinha ocasião de dar provas práticas da sua capacidade de trabalho noutros ramos além do lar e da agricultura*. (...) E qual é o resultado? *As mulheres não podem participar ativamente na edificação do país e têm uma atividade muito limitada por falta de conhecimentos*⁸⁵⁰.

Portanto, conforme assinalado anteriormente, embora próximas dessas elites políticas nacionalistas, e cumprindo papel essencial na manutenção dessas áreas

⁸⁵⁰ATD-OMA. A evolução histórica da mulher na sociedade. In *Seminário sobre a Formação Revolucionária*. Centro de Instrução Revolucionário – CIR. Luanda, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

libertadas, muitas dessas camponesas eram por estes desvalorizados em termos culturais e políticos. Conforme o documento da OMA assinala, o trabalho agrícola era visto como uma atividade “limitada por falta de conhecimentos”, que não dava “provas da capacidade” das mulheres, em outros ramos e áreas do conhecimento⁸⁵¹.

Todavia, nas zonas libertadas, foram os saberes sobre o ambiente, o ciclo agrícola e a organização técnica e produtiva dessas mulheres, que garantiram as sobrevivências e o posterior alastramento desses territórios. Havendo uma relação de ajuda mútua através de trocas e serviços entre os camponeses/as africanos/as e o MPLA. Mantinha-se ali relações de solidariedade de caráter econômico, racial, social, cultural, político e militar. Como defende Marcelo Bittencourt, “esses vínculos de solidariedade foram capazes de unificar grupos e favorecer a composição de alianças, ao mesmo tempo em que foram apresentados como obstáculos à unificação de grupos oponentes⁸⁵²”.

Mas, conforme ressaltai, a questão da trajetória social, se letrado ou não, intelectual ou burocrata, branco ou negro, mestiço ou negro, urbano ou rural, informava as decisões nessas zonas. Essas hierarquizações e dicotomias foram muito frequentes nas regiões político-militares do MPLA. No entanto, como Paulin Houtondji expõe, pensar o “letramento” ou o estudo das sociedades “iletradas” é forma de caracterizar as sociedades negativamente, assim caracterizadas negativamente, por algo que não possuem: “a literância”. Seu uso pode ser hierarquizante e colonial. De modo que interessa observar os modos e dispositivos através dos quais o conhecimento foi transmitido sem recurso à escrita; o impacto concreto de transmissão sobre o conhecimento produzido nessas áreas⁸⁵³.

Tal fato assinala que apesar da rejeição pelo MPLA de todas as discriminações, esses contrastes muitas vezes agravaram a situação interna do movimento, e se refletiram na estrutura das bases⁸⁵⁴. Não é por que o movimento afirmava a unidade sem distinção de raça e classe sociais que as diferenças não apareciam, ainda mais nas zonas libertadas, onde a junção de trajetórias e o convívio entre as pessoas eram intensificados.

Em documento de 1965, por exemplo, da *Declaração Geral do I Seminário da OMA*, essas diferenças se manifestam no reclamo de algumas africanas acerca da colaboração MPLA-OMA. Na fonte, por existir “certa confusão no espírito de algumas

⁸⁵¹ Idem.

⁸⁵² BITTENCOURT, op. cit., 2002. p. 449.

⁸⁵³ HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In. *Revista crítica de Ciências Sociais*, 80, 2000.p. 153.

⁸⁵⁴ MABEKO-TALI, op. cit., p. 84.

militantes”, ressalta-se que as angolanas estavam sujeitas e à disposição da disciplina político-militar do MPLA; que competia à direção da OMA servir de elo entre o MPLA e as outras mulheres; e que cabia à OMA, subordinada aos interesses da direção única do MPLA, a resolução dos problemas especificamente femininos⁸⁵⁵. Nesse caso em particular, observam-se interrogações das próprias angolanas, motivadas pelo desconforto em relação às estruturas organizacionais e vínculos MPLA-OMA.

Sobre a participação ativa da mulher na luta anticolonial, o documento assinala que a participação da mulher era frequentemente travada pela existência de preconceitos sociais; que a integração às vezes era limitada pelos “complexos” das próprias mulheres e de outras camaradas, circunscrita também pelo “espírito egoísta” e “de amor à “estabilidade” de algumas delas.

De acordo com a fonte, a participação da mulher na luta também era freada pelo “espírito mercenário” daquelas mulheres que, colocando-se a serviço da Revolução, o faziam mais no intuito de alcançar e exigir regalias e privilégios; pela permanência de algumas delas nas fronteiras e nas cidades do exterior — no exílio ou em regiões mais estáveis de guerra — e também papel adverso que jogavam o regionalismo, tribalismo, o espírito de intriga e boato.

Observam-se, portanto, alguns pontos de tensionamento em relação à presença e participação dessas mulheres na luta anticolonial. Problemáticas surgidas das críticas e inquietações das próprias mulheres angolanas, com base na experiência de vida nas bases e fora delas. Ambiguidades típicas de um contexto em plena transformação.

Preconizava-se que o estreitamento da colaboração entre homens e mulheres, nas tarefas concretas de luta, a exemplo do trabalho agrícola, liquidaria os problemas e preconceitos que limitavam sua participação. Assim como o combate à ociosidade.

Com efeito, nas zonas libertadas, trabalhava-se com vistas a instruir as camponesas também no objetivo de construir quadros de representação entre as elites rurais nos órgãos da direção e condução da luta armada. Havia a ideia de que para a luta contra o colonialismo prosseguir, era preciso formar e alfabetizar as pessoas.

O nó da questão, contudo, era o da participação efetiva na guerrilha, e papel desempenhado por aqueles que nela se envolviam, no que dependia o destino da luta armada naquilo que para ela era indispensável, a parte logística. Situação que jogava com duas questões-chave fundamentais que envolviam a legitimidade do movimento: 1) a

⁸⁵⁵ ATD. OMA. I Seminário. Declaração Geral. 10 de outubro a 7 de novembro de 1965. p. 12.

concepção de quem eram os verdadeiros libertadores; 2) de quem poderia governar o futuro Estado independente.

Ou seja, era passando pelo front de batalha, com as forças de ocupação, que se adquiria legitimidade para reclamar um lugar em parte dessa elite política que defendia a independência do país. Afinal, com o alastramento desses territórios libertados, quem iria gerir o poder? Com que finalidade e métodos?

Em entrevista concedida em 2013 ao jornalista José Rodrigues no programa *Café da Manhã* da rádio Luanda Antena Comercial (LAC), uma das militantes do MPLA, Maria Mambo Café, reconhecendo que as origens de classe no MPLA levantavam problemas políticos graves, asseverava:

(...) Houve quem me dissesse, não vás no interior porque vais morrer [mas] na altura o Gilberto Aires Teixeira da Silva, o Gika, estudante na URSS, que estava a fazer medicina e também abandonou os estudos, foi para o *maquis* da IV região e estava em missão de serviço a Lusaka, disse-me: “não aceites ficar aqui, vai para o interior, vais sofrer muito, aquilo não é fácil mas isto é que te vai dignificar, o que tu fizeres lá ninguém vai-te tirar, ninguém vai adulterar porque há-de ser o teu lugar, eu te digo vai, sou teu amigo, não tenhas medo, aguenta o sacrifício mas vai”, e eu fui. (...) *A base guerrilheira era fundamentalmente camponesa e os ideólogos, a massa pensante vieram das cidades, das universidades de Portugal, então tinha de haver uma clivagem, [na mata] não havia doutores, tínhamos de descer ao nível do povo*⁸⁵⁶.

Em outra audiência, cedida pela pesquisadora Margarida Paredes, a guerrilheira da Frente Leste, Olívio Tchindongo, também discorre sobre essas tensões existentes nas zonas libertadas, ou próximas a elas.

(...) ser guerrilheira na mata era pertencer ao círculo privilegiados dos que conheciam o “segredo do guerrilheiro”. O povo que vivia à volta das bases não conhecia o “segredo dos guerrilheiros” e não estava autorizado a entrar nas bases, para evitar traições. Mas as guerrilheiras tinham acesso à senha e contrassenha que lhes permitia penetrar nas bases e aí residir. *Ser guerrilheira era uma promoção e significava pertencer à elite da zona. A hierarquia na mata era estabelecida através da identidade militar de guerrilheira e muitas delas casaram com guerrilheiros. A maior parte destas mulheres foi abandonada pelos companheiros após a independência, ex-maridos que hoje são generais*

⁸⁵⁶ CAFÉ, Maria Mambo. In *Café da manhã*, rádio Luanda Antena Comercial – LAC. http://cafelac.podomatic.com/entry/2013-11-03T12_44_47-08_00. Acesso em 28/04/2021

e as ignoram nos corredores dos ministérios que eles calcorreiam à espera da patente ou da reforma que as retire das margens sociais e lhes devota alguma igualdade⁸⁵⁷.

Como Maria Mambo Café relata, o discurso da luta anticolonial se fragilizava diante da distância entre os guerrilheiros, as lideranças e as populações que desejavam libertar. O exílio estabeleceria diferenças em termos de moradias, viagens e posse de bens. Nas zonas político-militares, essas dicotomias, guerrilheiro/camponês, letrado/não letrado, urbano/rural, eram inevitáveis, principalmente no conjunto de pessoas que se juntaram às bases dos movimentos de libertação e foram atores diretos no processo da luta anticolonial, como as mulheres camponesas. Essas dicotomias também revelariam os efeitos do colonialismo e do eurocentrismo nas lideranças do MPLA. Isto posto, estabeleciam-se hierarquias entre quem combatia ou não na linha de frente, quem trabalhava nas bases ou fora delas. Como Mabeko-Tali explica, “o elemento distintivo na reivindicação da legitimidade política é, neste caso, a legitimidade adquirida, pela participação na luta de libertação e, no interior desta, pela participação direta, de armas em punho, no combate libertador”⁸⁵⁸.

Significativamente, é fato que essas populações camponesas cooperaram nessas zonas através da recusa, da desobediência e do desafio da luta armada por meio de suas atividades tradicionais e atuação subsidiária da movimentação nacionalista.

As africanas adotavam táticas de luta tradicionais, usadas inclusive na revolta da Baixa do Cassange, como o abandono das lavras dos portugueses, refúgio nas matas e trabalho na retaguarda dos movimentos de libertação. Utilizando suas armas artesanais, apuravam táticas de combate costumeiras na resistência africana de períodos anteriores à luta anticolonial.

Como M’Bokolo analisa, em estudo sobre a problemática da resistência, “na sua forma, na sua duração, no seu conteúdo sociológico e ideológico, na base geográfica em que assentavam, na sua recorrência eventual, as resistências assumiram diversidade extrema em função de diversos fatores”⁸⁵⁹: o tipo de organização política, o grau de violência da interferência estrangeira, fase da dominação colonial, a organização social e

⁸⁵⁷ PAREDES, op. cit., 2015. p. 284.

⁸⁵⁸ MABEKO-TALI, op. cit., p. 252.

⁸⁵⁹ Ibidem. p. 381.

cultural anterior à colonização⁸⁶⁰. No contexto de luta anticolonial, o quadro foi confuso e ao mesmo tempo complexo.

Trato, portanto, de “resistências”, de ações e reações, que formavam um nexo sutil entre antigos padrões e os novos, nacionais e modernizadores, cujos contornos passam a ser desenhados na conjuntura de luta anticolonial, no convívio mais próximo entre dirigentes, militantes, guerrilheiras e populações, nessas zonas político-militares, onde as mulheres desempenharam papel fundamental⁸⁶¹. Em outras palavras, atuam com os múltiplos fenômenos de antecipação e de recuperação, utilizando antigos sistemas e modos de expressão, em função das circunstâncias e relações de forças demandadas no momento, como as fotografias a seguir sugerem.

Conforme M’ Bokolo explica, “menos estudadas, por serem mais dificilmente acessíveis ao investigador”, em termos de documentos, a resistência dessas populações exprime as relações dialéticas de submissão, de rejeição e de conflito entre as sociedades camponesas e o Estado colonial⁸⁶².

Assim, embora não tenham sido grandes, nas bases do MPLA, as mulheres camponesas não deixaram de opor uma resistência vigorosa à administração portuguesa. A amplitude e a vivacidade da resistência mediam-se pelo arsenal mobilizado: operações agrícolas militares, agrupamentos de mulheres e aldeias, participação nas bases de produção, adesão a uma resistência organizada em bases tradicionais. A depender da situação, defendendo a terra, bens, com base em interesses individuais, comunitários e nacionais, essas mulheres mobilizaram forças sociais resultantes da própria dinâmica do processo colonial e suscitaram fecundas reorganizações nos termos da luta anticolonial ou no interior desta.

⁸⁶⁰ Idem.

⁸⁶¹ Idem.

⁸⁶² M’BOKOLO, Elikia. “Conquistadores e resistentes”. In *África Negra. História e Civilizações*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 383.



Figura 33. Fonte: ATD. Atividades realizadas por mulheres na 3ª Região região político-militar do MPLA, Gika. 1969-1970.



Figura 34. Fonte: ATD. Trabalho de mulheres na 3ª região político-militar do MPLA. Foto não datada.



Figura 35. Fonte: Augusta Conchiglia. Reunião com populações que viviam próximo às bases da guerrilha desde a mobilização política que o MPLA lançou em 1966. Fotografia de reunião ocorrida na 3ª região político-militar do MPLA.

Todas as fotos reproduzidas anteriormente chamam atenção para um universo pouco explorado do período de luta anticolonial, da vida nas áreas libertadas, e presença de mulheres no que estruturou a autossustentabilidade dessas zonas. Na foto de número 35, a maioria delas com lenços na cabeça, nota-se a maciça presença de mulheres. Uma delas, inclusive, com uma criança sentada ao lado, séria e compenetrada, fita a autora da fotografia. Repara-se também que as mulheres estão de um lado e os homens do outro. Como se, nesses espaços, a divisão do gênero fosse algo naturalizado, e, talvez aceito, embora não sem críticas. O que busco demonstrar, no entanto, são as dinâmicas de funcionamento, de sociabilidades e formas de operar no contexto de guerra.

Além de eventos públicos, como os casamentos, alimentação e trabalho coletivizados, nas bases, a sociabilidade se dava por meio de encontros entre guerrilheiros e o povo. Tanto nessas áreas, quanto próximas a elas, ocorriam reuniões públicas com as populações ali presentes. Os responsáveis do MPLA exprimiam-se em português, mas contavam com tradutores locais para fazerem-se compreender. Ocasão em que se discutiam os problemas políticos, sociais e militares específicos de cada região.

Conchiglia narra, por exemplo, com base nas zonas que visitou, da 3ª região da Frente Leste do País, integrando as províncias do Moxico e do Cuando-Cubango, que os povos apresentavam suas queixas em Tchokwe ou Luvale⁸⁶³. As lideranças buscavam explicar as razões da luta anticolonial e ao mesmo tempo falavam dos problemas cotidianos mais imediatos⁸⁶⁴, nas línguas nacionais.

Mesmo datada de 1966, a imagem nos faz lembrar tanto os Seminários dos Comitês de Ação, quanto as Assembleias realizadas no período do chamado “Movimento de Reajustamento”. De acordo com Marcelo Bittencourt, o início deste Movimento se deu na Sub-Região Norte da 3ª Região, em 1972. Ocorreu em vista da situação de enfraquecimento das atividades guerrilheiras e reflexos dessa situação sobre o estado do MPLA⁸⁶⁵. Proposto por quadros que compunham o escalão intermediário, ou seja, militantes que não ocupavam postos expressivos, sejam militares ou políticos no MPLA, o reajustamento objetivava discutir os problemas da guerrilha e da população que a acompanhava. Segundo este historiador, “aquilo que muitos outros movimentos e partidos políticos à época chamavam de “retificação ideológica”⁸⁶⁶. Explica:

A proposta era de que nas assembleias de reajustamento se realizasse um extenso e ao mesmo tempo profundo trabalho de recolha de todas as acusações, reclamações, enfim, de todos os problemas apontados pelos militantes e pela população. Nessas assembleias, seriam eleitos os militantes ativos, que passariam a fazer parte do grupo que iria dirigir tais encontros. A partir desse quadro geral seria elaborado então um mapa das questões que travavam o movimento. A concepção era de que, após esse levantamento minucioso, seria possível alcançar as soluções de base para se resolver os problemas⁸⁶⁷.

Caracterizada por debates livres, nas assembleias, buscava-se a participação de todos os envolvidos na luta: militantes de base, guerrilheiros, pioneiros e população. Conforme referido, ocasião em que se discutia diferentes problemas do cotidiano, desde questões privadas, como quem mantinha ou não relações sexuais com quem, passando por queixas de roubo, desvio de material de movimento e até acusações de assassinato⁸⁶⁸. Os “intervenientes levantavam esses casos individualmente, após se dirigirem ao centro do círculo, como geralmente era disposta a assembleia, muitas vezes congregando mais

⁸⁶³ CONGHIGLIA, op. cit., p. 15.

⁸⁶⁴ Ibidem. p. 132.

⁸⁶⁵ BITTENCOURT, op. cit., p. 608.

⁸⁶⁶ Ibidem. p. 609.

⁸⁶⁷ Ibidem. p. 610.

⁸⁶⁸ Ibidem. p. 611.

de 200 pessoas”⁸⁶⁹, como é sugerido na imagem de número 35. Os integrantes da mesa poderiam ser questionados e até substituídos.

Conforme o historiador referido expõe, o Movimento de Reajustamento, representava uma alteração na forma de gestão, uma iniciativa diferente daquilo que, até então, os militantes estavam acostumados. A “centralização exercida pela direção e consubstanciada na figura do presidente Agostinho Neto dava lugar à proliferação de arenas para discussões gerais ou, mais frequentemente, dos problemas do cotidiano”⁸⁷⁰. Assim, muitos militantes e dirigentes do MPLA, reconheceram na oportunidade dada nas Assembleias do Reajustamento, uma brecha para se discutirem antigos problemas e tentar encontrar soluções de compromisso as mais abrangentes possíveis⁸⁷¹. É movimento que ocorre em várias áreas do reajustamento na 3ª região, também motivo de cisões dentro do próprio MPLA⁸⁷².

Bittencourt assinala, por exemplo, que a Sub-Região Norte era mais favorável ao presidente Agostinho Neto, em virtude de filiações de caráter étnico-regional; enquanto a Sub-Região Sul se alinhava com Daniel Chipenda. E como reajustamento teve início na parte norte da 3ª Região, a direção saiu favorecida na montagem da Comissão Provisória de Reajustamento e do Estado-Maior. A divisão da Frente Leste em sub-regiões, que seria respeitada no processo de Reajustamento, acabaria por resultar na divisão das bases, ainda que estas não obedecessem a uma partilha nítida, em relação aos grupos etnolinguísticos existentes. O recuo da guerrilha para os acampamentos instalados na Zâmbia pressionava nesse sentido.

Ou seja, o Movimento de Reajustamento fora pensado para deslindar os problemas internos do MPLA. Não faço referência a essas reuniões como um espaço democrático nos termos do mundo contemporâneo. No entanto, no caso dos encontros do Movimento de Reajustamento, como um momento que representou uma espécie de autocrítica mais profunda. Tratava-se de questões de difícil solução e acomodação. Diferentes fatores como o regional, étnico, racial e militar já haviam entrado num processo incontornável de transformação em arma política. O campo estava aberto para oposições.

Significava, portanto, sociedades comunitárias sujeitas a grande disciplina, de sistema baseado na solidariedade, alicerçado no trabalho feminino. Os “vínculos de

⁸⁶⁹ Ibidem. p. 611.

⁸⁷⁰ Ibidem. p. 614.

⁸⁷¹ Ibidem. p. 616.

⁸⁷² Ibidem. p. 618-619.

solidariedade”, aliás, alguns dos quais estabelecidos muito antes da luta armada, os elos entre famílias e região de origem, os de ordem geracional e outros estabelecidos na vida guerrilheira, nos ajudam nas aproximações e compreensões de como depois se estabeleceram alianças dentro do próprio MPLA, e nestas zonas militares. Essas mulheres camponesas, a partir do espaço que a tradição lhes conferia, construía sua autonomia e valorização social, atuando na legitimidade e sobrevivência da autoridade do MPLA. Nas matas, em meio à guerra, muitas vezes diante da escassez de recursos, não tinha como ser diferente, criavam-se modelos condicionados à luta. É neste sentido que, “apesar do discurso não-racialista, multiétnico e nacional defendido e difundido pelo MPLA, a direção e os próprios militantes não desconsideravam a força desses fatores quer como elementos mobilizadores para a luta”, quer como capazes de transformar ou ainda instrumentalizar, os problemas internos do movimento⁸⁷³.



Figura 36. Fonte: Augusta Conchiglia. Mulheres e homens trabalhando nas lavras de uma das zonas político-militares do MPLA.

As duas fotografias anteriores, de números 35 e 36, conduzem o receptor ao universo do labor nas zonas libertadas do MPLA. A lavra foi cenário de saberes, modos de vida, crenças, circulação de ideias, entoada de canções, lugar do cuidado, assim como

⁸⁷³ BITTENCOURT, op. cit., p. 624.

espaço onde ocorriam sequestros. Mulheres e homens executavam tarefas e se dispunham a encarar os diferentes aspectos de uma luta que não se dava apenas no plano das armas.

Nesse caso, incidindo sobre a organização do trabalho e na estrutura da família extensa, impactando as formas de organização da vida comunitária. Imagens que ao mesmo tempo que nos conectam ao universo de luta anticolonial também mascaram uma dura realidade escondida além da imagem. Mulheres e homens constituídos enquanto uma massa homogênea e submetidos a condições penosas de trabalho. Fotografias constituídas ainda na finalidade de atrair sujeitas à luta, de demonstrar a organização guerrilheira, em um contexto de promoção social.

Heywood menciona, por exemplo, o fato de que sempre que se espalhava o boato de que um menino ou homem africano tinha ido para um dos movimentos de guerrilha, os membros de sua família passavam a sofrer intimidação da PIDE⁸⁷⁴. Ainda que não estivessem em zonas libertadas, os civis rurais não estiveram isentos dos abusos cotidianos resultantes desse conflito armado, de guerra anticolonial. Isso teria levado pessoas a prisão, principalmente a partir de 1950, quando a PIDE acelerou suas campanhas para identificar e responsabilizar pessoas suspeitas.

Por essas e outras Makana supõe que muitos daqueles que apoiaram a OMA, LIMA, AMA, e se voluntariaram nas áreas libertadas, fizeram porque tinham membros da família que eram ativos nos movimentos de libertação, e não necessariamente por conta de uma consciência feminista particular⁸⁷⁵.

Os que ficavam nas aldeias não podiam evitar os abusos físicos e verbais dos colonos portugueses. Aldeias inteiras sofriam quando suas lavras eram envenenadas com produtos químicos. As civis camponesas, portanto, não estavam à parte desse processo.

E, embora tenha sido mais nos últimos anos da era colonial de Angola que houve um aumento mais visível de uma violência militar, os povos das zonas libertadas, ou daqueles que viviam nas proximidades onde essas áreas estavam localizadas, enfrentaram outras formas de violência⁸⁷⁶.

Embora a frequência possa ter variado, a pesquisadora Inge Brinkman aponta, por exemplo, que, principalmente após os anos 1970, as acusações e execuções de traidores na Frente Oriental do MPLA (1966-1975) tornaram-se cada vez mais frequentes⁸⁷⁷.

⁸⁷⁴ HEYWOOD, op. cit., 2011, p. 316.

⁸⁷⁵ MAKANA, op. cit., 2017, p. 8.

⁸⁷⁶ HEYWOOD, op. cit., 2011, p. 317.

⁸⁷⁷ BRINKMAN, Inge. War, Witches and traitors: cases from the MPLA's Eastern Front in Angola (1966-1975) In *The Journal of African History*, 44 (2003). p. 9.

Segundo a investigadora, isso se deveu às ofensivas militares portuguesas que tornaram a vida nas matas insuportável. O tema está ligado a debates mais amplos sobre coerção e consentimentos, brutalidade e legitimidades em tempos de guerrilha.

No contexto da luta armada, a guerra muitas vezes significou a destruição quase completa da vida nas aldeias, fome. Era muito perigoso viver em locais descentralizados. Essa conjuntura deu lugar a um ambiente de suspeição constante, de todos aqueles que não estavam sobre o controle do MPLA, e poderiam ser potenciais colaboradores dos portugueses. Ainda que não viesse de fato a comprometer seriamente o movimento, os arquivos da PIDE são repletos de relatórios fornecidos por pessoas que fugiram para os assentamentos portugueses, agindo como guias das tropas coloniais, descrevendo o tipo de armas, indicando acampamentos⁸⁷⁸. Sem mencionar as pessoas infiltradas nas fileiras da guerrilha enviada pelos portugueses. Acrescentam-se ainda os problemas do MPLA com a “unidade”, ameaçada de muitas formas, inclusive com rumores, palavrões, crítica aos comandantes, que poderiam preocupar. Tratava-se de potenciais ameaças para os guerrilheiros e se a culpa desses crimes pudesse ser comprovada, os acusados poderiam ser punidos como traidores. No entanto, os limites para o que constituía e significava a “traição” não pareciam assim tão definidos⁸⁷⁹.

Nessas áreas e fora delas, a acusação de traição, mais frequentemente iniciada pelos próprios guerrilheiros, poderia ser colocada contra qualquer pessoa⁸⁸⁰. Como o MPLA muitas vezes esteve sujeito, em seus comitês, às hierarquias políticas locais, chefes e líderes de aldeia muitas vezes foram denunciados aos guerrilheiros e depois sentenciados por traição e feitiçaria⁸⁸¹. Lembro que muitos dos comandantes guerrilheiros eram homens jovens, e seus líderes, principalmente no início da luta armada, vinham do exílio, ou de outras regiões. Nesse sentido, o fato de esses guerrilheiros terem realizado julgamentos e condenado pessoas à morte constituiu uma grande mudança, principalmente na disputa pelo poder político em certas localidades de Angola⁸⁸².

É uma abordagem questionadora do retrato geral do MPLA como um movimento socialista que teria apoiado a população angolana sem recurso à força. Além disso, que

⁸⁷⁸ Ibidem. p. 6.

⁸⁷⁹ Ibidem. p. 7.

⁸⁸⁰ Idem.

⁸⁸¹ Ibidem. p. 18.

⁸⁸² Ibidem. p. 14.

contradiz os documentos oficiais desse movimento no que diz respeito à tradição e religião⁸⁸³.

Brinkman relata que, embora a frequência possa ter variado, muitos eram críticos da forma como os guerrilheiros tratavam o “seu povo” e, com base em suas entrevistas, ficou claro que não permaneciam nessas áreas libertadas por vontade própria. Denunciavam condições extremamente duras e perigosas. Alguns afirmaram que teriam sido sequestrados de suas aldeias e que os guerrilheiros ameaçaram matá-los. Ademais, que faltava serviço de saúde e educacionais⁸⁸⁴. Tais denúncias evocam os avisos por parte da direção do MPLA que recomendava cuidado aos guerrilheiros com atitudes de arrogância, a não contrariedade das tradições populares, evitando relações sexuais com mulheres já pretendidas e respeito às autoridades e chefias tradicionais. As advertências assinalam para a existência desses tipos de comportamentos⁸⁸⁵.

Heywood acrescenta que esses arbitrários criaram níveis tão altos de medo na população que poucos ousavam questionar a autoridade dessas lideranças⁸⁸⁶. Nas palavras da pesquisadora, membros do MPLA e da UNITA foram igualmente culpados nesses aspectos.

São evidências que sugerem que ali existiram pessoas que ameaçavam a suposta unidade desse microcosmo, ainda que estivesse sob a tutela do MPLA. Elas eram advertidas e, caso seu comportamento não melhorasse, poderiam receber penas mais severas⁸⁸⁷. Nas bases ou nas aldeias, essas acusações e desentendimentos poderiam envolver rivalidade entre povos e famílias.

Inge Brinkman sustenta que existiu indícios de que algumas mulheres aproveitavam essa oportunidade para denunciar seus maridos violentos aos guerrilheiros. E como o espancamento poderia ser considerado fator de divisões, alguns líderes levavam à frente a denúncia. Em outros casos, essas mulheres se envolviam com os guerrilheiros e, para afastar outros homens, usavam a notícia para se proteger⁸⁸⁸.

Ou seja, ainda que o MPLA defendesse a participação das mulheres na luta anticolonial, não parece que elas, mesmo nas bases dos movimentos, tivessem muitas chances de diminuir o controle masculino.

⁸⁸³ Ibidem. p. 4.

⁸⁸⁴ Ibidem. p. 7.

⁸⁸⁵ BITTENCOURT, op. cit., 2002. p. 439.

⁸⁸⁶ HEYWOOD, op. cit., 2011, p. 318.

⁸⁸⁷ BRINKMAN, op. cit., p. 7.

⁸⁸⁸ Ibidem. p. 19.

Nas áreas libertadas, acusações, julgamentos e execuções poderiam ser temas políticos. As relações com a comunidade deveriam ser cuidadosamente zeladas. Não à toa, no início da década de 1970, ao perceber que uma negociação que envolvesse os movimentos de libertação e os portugueses era a única maneira de terminar o conflito, mais uma vez, devota-se atenção aos laços com a população em antecipação à suposta ideia de um voto popular⁸⁸⁹.

Ao longo da guerra anticolonial, houve intenção de conquista da lealdade política dos povos, ainda que tenha sido fase passageira. Nas diferentes formas de violência, de uma forma ou de outra, as angolanas não estiveram à parte deste processo, foram afetadas com a guerra.

Todo esse quadro espelha os cruzamentos que consolidaram a luta contra o governo colonial português. Essas reflexões surgem de material fotográfico digitalizado, das bases dos movimentos de libertação, mais especificamente da 2ª e 3ª regiões militares e de outras zonas do MPLA.

Podemos perceber, portanto, com base nesses registros fotográficos, outros níveis de sociabilidade, em meio à guerra, padrões de comportamento e normais sociais. Assim como podemos perceber também de que maneiras as mulheres agiam e interagem — ou não — com as formas de organização da luta anticolonial, introduzidas pelo MPLA, nas zonas libertadas. Nessas áreas, homens e mulheres circularam, interagiram, produziram histórias e conhecimentos, configurando-se enquanto agentes de mudança.

Essas imagens são ao mesmo tempo o próprio ato e sua memória. Contudo, pautando-me apenas na fotografia, não foi possível sinalizar para as diferenças entre as mulheres das várias regiões onde as bases militares foram estabelecidas. No entanto, busquei centrar nas tarefas realizadas pelas mulheres camponesas nas bases do MPLA, cuja finalidade foi legitimar o poder desse movimento (ao mesmo tempo que conservar estruturas e poderes locais).

É material pertinente sobretudo para apreender as representações, a pluralidade de olhares, as intenções e o envolvimento com as tarefas militares dos movimentos de libertação nas zonas político-militares do MPLA. Por vezes, obrigadas a entrar na engrenagem de guerra, as angolanas inventam novas fórmulas socioculturais e econômicas capazes de permitir a preservação dos seus espaços de habitação, no que toca

⁸⁸⁹ Idem.

às necessidades das comunidades, sem, todavia, recusar as dinâmicas das mudanças em curso.

CAPÍTULO 5

A LOGÍSTICA DE GUERRA NA COBERTURA DA RETAGUARDA: MULHERES ANGOLANAS NA LUTA ANTICOLONIAL

Em Angola, nas narrativas sobre a guerra de independência, é comum o reconhecimento de que mulheres comuns contribuíram na luta anticolonial. Jovens e senhoras, com filhos ou não, “lutavam”, “treinavam”, “transportavam material”, “trabalhavam nas lavras”, “colaboravam em ações sociais”, “estudavam com livros capturados”, “entoavam canções de guerrilha”, “atuavam nos postos de guarnições”, chegando, inclusive, não obstante os poucos registros escritos, a participar em embates abertos. O que ressalta as inúmeras atividades e tarefas desenvolvidas por mulheres comuns, muitas delas não letradas, na Guerra de Libertação Nacional.

A documentação produzida pelo MPLA e apreendida pela PIDE/DGS previa atuações distintas e contextuais, conjecturando modos de atuações que se dariam nas cidades, nas vilas, nas aldeias, nos departamentos públicos, nas atividades particulares e nas zonas de combate⁸⁹⁰. Nessas modalidades de atuação, das mulheres do interior, esperava-se a não cooperação com os colonizadores e o auxílio no que toca ao informe de situações vivenciadas nas comunidades, principalmente rurais⁸⁹¹. Na espionagem e trocas de informações.

Assim, nas atividades particulares, sugeria-se a escuta das conversas dos patrões e observação dos lugares onde guardavam armas e munições. Nas zonas de combate, o atendimento às necessidades básicas como na obtenção de medicamentos, roupas e alimentos de todas as espécies que deveriam ser encaminhados para os “guerrilheiros” e, não sendo possível, armazenados em local secreto⁸⁹².

É documento que sinaliza a preocupação no envolvimento de mulheres que, independentemente do uso de fardas e serviços militares mais formais, eram responsabilizadas pela cobertura de uma das frentes que compunha o todo da luta anticolonial, a retaguarda⁸⁹³. Assim atuaram em diferentes frentes, e colaboraram por

⁸⁹⁰ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 271- Angola, 1960 – 1974.

⁸⁹¹ ADN – OMA - O papel da mulher na revolução angolana. 22.10.1964.

⁸⁹² Idem

⁸⁹³ Entrevista de Guilhermina Tchiteculo - (LIMA/UNITA) - Luanda, 2019.

motivos não necessariamente associados ao nacionalismo angolano, mas que, na emergência do cotidiano, demandou delas uma tomada de posição.

Como forma de garantir atuação e colaboração dessas mulheres, nas diferentes zonas rurais de Angola, existiu todo um arranjo político entre os movimentos de libertação, as autoridades e lideranças locais. No espaço da aldeia, onde muitas dessas mulheres viviam, que era também seu lugar de habitação, havia hierarquias indissociáveis à organização dessas comunidades⁸⁹⁴. Assim, na tentativa de criar vínculos com as comunidades ali estabelecidas, e assegurar participações, muitas vezes, foi necessário mobilizar as hierarquias locais. Ou seja, símbolos específicos, como os “reis”, as “rainhas”, os “sobas”, os “regedores”, incluídos na categoria mais abrangentes de “autoridades tradicionais”, que encarnavam a resistência da luta de libertação, foram frequentemente mobilizados⁸⁹⁵.

O aparato e as estruturas tradicionais anteriores à luta armada não podem ser desconsiderados. Foi um campo de disputas e negociações. Devido à legitimidade das chefias tradicionais, seu prestígio e poder, junto às comunidades, fruto também das dinâmicas internas dessas sociedades, assumem-se como elementos de ligação entre populações, movimentos de libertação e mesmo instituições do Estado português.

Busco demonstrar que existiu uma série de arranjos que direta ou indiretamente fundamentou e garantiu a presença dessas mulheres na luta anticolonial ao mesmo tempo em que, nas brechas, possibilitou uma atuação própria, além das estruturas, às quais estavam atreladas.

⁸⁹⁴ HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade. O desmantelamento da terra africana e a construção da angola colonial* (c. 1872-c. 1926). Sumário pormenorizado da lição síntese apresentada a provas para obtenção do título de professor agregado do 4º grupo (História) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003. p. 9.

⁸⁹⁵ Nas diferentes regiões do interior de Angola, o poder tradicional encontrava-se dividido entre diferentes representações políticas. De acordo com Isabel Penoni, a título de exemplo, dos dados oficiais da administração do Alto Zambeze, de 2013, “só no município existem 464 “autoridades tradicionais”, sendo uma rainha, 12 regedores (representante tradicional no nível das comunas), 105 sobas (representante a nível das chefias), 288 sobetas (relacionadas a núcleos de povoações e familiares específicos), 6 ajudantes de regedores e 52 ajudantes de sobas. Todos considerados “autoridades tradicionais”. PENONI, Isabel. Cilende: o baile das máscaras no Festival da Cultura Luvale (Angola) In *Revista de antropologia USP*. São Paulo, v. 3, n. 1, julho, 2018, p. 224.

5.1. Legitimidade e instrumentalização de símbolos em favor da luta anticolonial: o caso de Nhyakatolo e autoridades tradicionais

Nesta disputa, sobre a situação no Distrito do Moxico, ocorrida em maio de 1966, foi assim que personalidades como a rainha Nhyakatolo⁸⁹⁶, incluída na categoria mais abrangente de “autoridades tradicionais”, na fonte, intitulada “autoridade administrativa”, foram mobilizadas pela governança administrativa e militar portuguesa a falar aos sobas, lundas e luenas da margem esquerda do Zambeze⁸⁹⁷.

Na descrição do documento, a rainha diz estar muito “zangada” com a fuga dos povos Nhaulembe, Sachinongo, Zenzengoma, Chiaze e Muema e aconselhou os africanos e, também as africanas (embora a fonte não cite, mas pela descrição e dados gerais podemos concluir que eram incluídas), a colaborarem com as autoridades portuguesas. Alguns dos sobas presentes, segundo a ocorrência, prometeram denunciar, no futuro, ações de pessoas consideradas “subversivas” e “infiltradas”⁸⁹⁸.

Nessa ocasião, foi distribuído pelos sobas fubá, vinho e peixe seco, sinalizando o processo de negociação em troca de apoio político. Aproveitando a presença da rainha Nhyakatolo, as autoridades administrativas portuguesas organizaram alguns grupos de emissários para contatar as populações fugidas, devido à guerra⁸⁹⁹. É grande o fluxo de populações que, devido às condições precárias de sobrevivência, tendo em vista o cotidiano profundamente alterado, deslocam-se para outras cidades e até países. O documento evidencia que a reunião decorreu em boa harmonia apesar de, contudo, os africanos (e as africanas) presentes “mostrarem-se indiferentes ao que fora dito”⁹⁰⁰.

Na busca de convencimento e garantia de participação, ainda segundo essa documentação, em junho do referido ano, consta a informação de que correu notícia,

⁸⁹⁶ Aristóteles Kandimba, no *Livro dos nomes de Angola*, significa Nakatolo [na-ka-tó-lo]/Nyakatolo [Nia-ka-tó-lo] como um nome que “diz-se provir de Katolo (gergelim) ou de Kutolola (bater com grande estalada). Explica que Nyakatolola é cognome das rainhas do povo Valwena ou Luvale. Sua Majestade Nyakatolo Tchilombo é a atual rainha. Narra que sua alcunha é “símbolo do poder de alguém que tem como objetivo provocar, intimidar, infundir medo, fazer com que seus inimigos se sintam ameaçados, aterrorizados”. KANDIMBA, ARISTÓTELES. *O livro dos nomes de Angola*. Luanda: Alende edições, 2019, p. 232. Ver imagem da rainha no anexo I da presente tese. O mapa da carta étnica de Angola, por sua vez, onde o leitor pode visualizar a região dos luvales, encontra-se no anexo II.

⁸⁹⁷ ADN - PIDE/ANGOLA. Situação no Distrito do Moxico, 11.06.1966.

⁸⁹⁸ Idem

⁸⁹⁹ Idem

⁹⁰⁰ Idem

“com certa insistência”, que a rainha Nhyakatolo soube, previamente, que os povos do Lumbala iam fugir para a Zâmbia⁹⁰¹.

Denunciava-se que a rainha também fugiria, e que seu filho, Jaime Jamba, teria interferido diretamente na fuga desses povos⁹⁰². São solicitadas averiguações no sentido de se constatar se há algum fundamento na notícia que, por ter colaborado anteriormente com as autoridades portuguesas, foi tida como *boato*.

No mês seguinte, a autoridade administrativa portuguesa mandou comparecer ao posto administrativo os vários sobas Luenas e Lundas da região para ouvirem a rainha Nhyakatolo sobre os incidentes ultimamente verificados na área de Lumbala, sobre a fuga do povo Luena para a Zâmbia⁹⁰³.

De acordo com o documento, a referida rainha, falando aos sobas, não sem fazer eco de sua admiração, lamentou o fato de o povo da margem direita do rio Zambeze, desde Lumbala a Caripande, ter abandonado o território nacional sem motivo justificado. Explicou que se tinha deslocado à área fronteiriça com o fim de conseguir o regresso do seu povo, sem que tivesse obtido qualquer resultado.

Nessa mesma ocasião falou um soba Lunda que destemidamente, segundo a fonte, disse aos luenas que “não prestavam para nada” e que os lundas colaboravam com os brancos por se considerarem portugueses. Manifestou que recebeu mensagem da Zâmbia pedindo sua colaboração na luta de libertação, mas que teria “recusado terminantemente”. Na descrição do documento, “este arrazoado deixou os luenas boquiabertos, inclusive a própria ‘rainha’, que cumprimentou o soba orador, não dando mostras do seu estado displicente”⁹⁰⁴.

Em agosto do mesmo ano, é referido na documentação que, de acordo com alguns africanos residentes na área da Zâmbia, a rainha Nhyakatolo estaria comprometida com os movimentos de libertação e, desde o início, “teria conhecimento das atividades dos mesmos, na área sob a sua influência, sem de fato ter dado qualquer informação às autoridades portuguesas, embora, quando convidada, simulasse colaborar”⁹⁰⁵.

Foi um movimento que deixou confusas as autoridades administrativas e militares portuguesas, visto, como registrado na fonte, não se compreender como a máxima autoridade tradicional dos luenas não tivesse conhecimento do que se passava, em

⁹⁰¹ Idem

⁹⁰² Idem

⁹⁰³ ADN – PIDE/ANGOLA - “Rainha” Nhacatolo – 29.07.66.

⁹⁰⁴ Idem.

⁹⁰⁵ ADN - PIDE/ANGOLA - Quartel IN na Zâmbia - 04.08.1966.

pormenor, em sua zona de influência, onde os principais sobas, inclusive aqueles que fugiram com medo da repressão das tropas portuguesas, por serem “cúmplices dos movimentos de libertação”, fossem seus parentes. Portanto, questionava-se no documento: “ou a rainha Nhyakatolo tem entendimentos com o inimigo” ou então “não exerce nenhuma influência sobre o seu povo”⁹⁰⁶.

Na fonte, é referido que o soba Sachinongo e a soba Nhaulembe, tia da rainha Nhyakatolo, eram dos sobas que mais se comprometiam com os movimentos de libertação⁹⁰⁷, motivo que levava ao receio de alguns, de regresso da Zâmbia para Moxico, da perseguição portuguesa⁹⁰⁸. É registrado também que “elementos “terroristas” que atuavam em Lumbala dispunham de barcos de borracha para atravessar o rio e que o chefe seria o filho da rainha⁹⁰⁹. Caminhos, abrigos, pontes, rios e sua gestão eram não só instrumentalizados a serviço da guerra, como também autorizava o poder político local a criar as condições para assegurar a circulação, abrindo e fechando rotas.

Em maio de 1967, aparece informação de que a rainha Nhyakatolo pretendia transferir a sua residência para o Luso, alegando que não se sentia segura naquela área, por ser considerada amiga dos portugueses. É registrado ainda que o motorista da rainha já tinha desaparecido há um tempo e só depois ela teria dado conhecimento às autoridades administrativas portuguesas⁹¹⁰.

A rainha Nhyakatolo vem de uma linha de sucessão feminina e matrilinear dos povos luvale-luenas, tendo direito, portanto, a muitos maridos. Em Angola, seu poder foi consolidado no século XIX, “depois da guerra com outras chefias vizinhas, em território das atuais Repúblicas de Angola e da Zâmbia, pelo controle de Nana Kandundo, o mais importante mercado de alimentos e borracha da África Central”⁹¹¹.

Ana Paula Tavares, pesquisadora angolana, explica que em 1918, “o recrutamento e outras atividades ligadas ao trabalho forçado, levaram Nhyakatolo Kutemba, neta da anterior e falecida em 1956, a ameaçar a abandonar o território da colônia de Angola”, levando outras chefias locais bem como povos a se refugiarem em outros países⁹¹². É um reinado, portanto, que se confronta com os colonos portugueses.

⁹⁰⁶ Idem.

⁹⁰⁷ Idem.

⁹⁰⁸ Nessa mesma documentação é referido que as populações contactadas em território zambiano, junto à fronteira com Angola, pretendiam regressar, com exceção de soba Sachinongo e a soba Nhaulembe.

⁹⁰⁹ ADN – PIDE/ANGOLA - Atividades terroristas em direção a Angola - 01.06.1966.

⁹¹⁰ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terroristas – Zona Leste – 20.05.1967.

⁹¹¹ TAVARES, Ana Paula Ribeiro. *História e Memória – estudo sobre as sociedades Lundas e Cokwe de Angola*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 79.

⁹¹² Idem

Neste jogo diplomático, percebe-se como a rainha Nhyakatolo bem como sobas, mobilizam, homens e mulheres, voluntária e intencionalmente, a desenvolverem atividades de guerra. Os portugueses precisavam do apoio das populações das regiões, provavelmente da mão de obra, por tratar-se de zona agrícola, e queriam que a rainha persuadisse seus povos. É atividade de sensibilização de autoridades locais, apelo à população rural, na busca de se conseguir uma base de guerra.

Então, resultado de acordos políticos, relações diplomáticas, de solidariedade e condicionamento da vida econômica e social dos respectivos povos, mulheres comuns passam a atuar na guerra. Ou seja, é também a partir das diferentes realidades sociais e organizativas de muitas regiões do interior de Angola, que as africanas se posicionam na guerra. Sobre essas sociedades, o pesquisador Fernando Pacheco explica:

As sociedades a que se reportam os chamados poderes tradicionais são sociedades linhageiras cuja organização social é fundada no parentesco e cujo substrato filosófico-religioso se baseia no culto dos antepassados. Em situações em que uma comunidade linhageira se impõe a outros por via da anterioridade da ocupação do território e das alianças, que vai estabelecendo, gera-se um poder político que é justificado como privilégio herdado dos antepassados da linhagem dominante⁹¹³.

Com efeito, pelo poder político, legitimado pela história e cultura das populações que representavam, anterior ao poder de Estado dos portugueses, quer do ponto de vista geográfico, social quer estrutural, essas autoridades tradicionais conformavam uma ideia de autodefesa dessas populações. Seja na vida comunitária, nos aspectos ligados a organização dos trabalhos agrícolas, força de trabalho e organização dos sistemas de troca.

É nessa estrutura que as mulheres das comunidades, principalmente das áreas rurais, gerenciam seu cotidiano e se estabelecem nesse contexto de guerra. Estabelecidas em comunidades, pela natureza dos grupos, baseados em laços de parentesco, de amizade, afetivos, de trabalho, igreja, escola, respeito a lideranças locais, grupos formados socioculturalmente, situam-se nem sempre com base em orientações políticas precisas, mas apoiadas em posicionamentos particulares ao seu *ethos* de grupo ou interesses espontâneos. Isso aponta também para o fato de que a relação entre os movimentos de libertação e as autoridades tradicionais têm uma história que se fortalece na luta de

913 PACHECO, Fernando. *Autoridades Tradicionais e Estruturas Locais do Poder em Angola: Aspectos Essenciais a ter em conta na Futura Administração Autárquica*. Luanda, 2002, p. 5. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/pacheco.pdf>. Acesso em 24/11/2020.

libertação, segundo a qual, em certos lugares, sobas e outras lideranças tradicionais, são integrados ou, a depender da situação, afastados, ignorados, diante das demandas de guerra.

Segundo Pacheco, fruto de controvérsias, a própria rainha Nhyakatolo teria sido acusada de colaborar com os portugueses e logo depois integrada pelo MPLA, já no pós-guerra⁹¹⁴. Fato é que a rainha Nhyakatolo sendo chefe do povo do Alto Zambeze, na zona B, da 3ª região político-militar da Frente Leste de Angola, controlada pelo MPLA, foi alvo do interesse português, pelo poder de mobilização e legitimidade de seu povo⁹¹⁵.

Entrevistada pela jornalista Sueca Birgitta Largestrom, Nhyakatolo explica que sensibilizava seu povo para que “contribuísse com víveres (alimentos) e dinheiro na resistência”⁹¹⁶. Por sua atuação histórica na luta contra o colonizador, a sueca reconhece a rainha enquanto chefe tradicional e símbolo vivo da tradição cultural não só do povo Luvale, mas de Angola inteira⁹¹⁷. Conforme a documentação apresenta, por muitas vezes o reinado de Nhyakatolo viu-se confrontado com os colonos portugueses. Largestrom acrescenta que “os portugueses precisavam de mão de obra da região e queriam que a rainha lhes fornecesse as suas gentes. Ela aconselhava o povo a fugir e a emigrar se fosse necessário. Os portugueses ficavam em litígio com a rainha, a qual nunca se deixou intimidar”⁹¹⁸.

Nhyakatolo explica que a mulher desse período era muito dedicada e cumpria escrupulosamente as suas obrigações. Perguntada sobre as mulheres que se distinguiram sem passar pelo casamento, destaca o caso de Nyamutel Passo que, segundo testemunhas oculares, “ganhava o seu sustento dedicando-se a agricultura além de pesca e artesanato. Com os lucros destas atividades chegava a adquirir gado e aves de capoeira”. A entrevistada explica que era tão responsável que na ausência dos homens a chefia da aldeia era dela⁹¹⁹. E acrescenta, “a minha vida assemelhava-se muito a dos meus antecessores embora com uma saliente diferença, o recrudescimento da luta de libertação nacional”⁹²⁰.

⁹¹⁴ Idem.

⁹¹⁵ LAGERSTRÖM, Birgitta. *As angolanas*. Stockholm, Suécia, 2009, p. 100-101. Disponível em <http://www.diva-portal.se/smash/get/diva2:291616/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em 24/11/2020

⁹¹⁶ Idem

⁹¹⁷ Idem.

⁹¹⁸ Ibidem, p. 98.

⁹¹⁹ Idem.

⁹²⁰ Ibidem, p. 100

(...) atendia as pessoas junto com os anciãos, os aristocratas, para a solução de vários problemas, como casos de roubo, questões de amor etc. Todos os assuntos que se passaram na aldeia. Sou portuguesa, dizia eu quando me exigiam que assim dissesse. Entretanto aquilo que fazia não era o que dizia. Sensibilizava o meu povo para que contribuísse com viveres e dinheiro na resistência⁹²¹

Sobre o reconhecimento e legitimidade como rainha, as próprias mulheres angolanas sugerem o nome de Nhyakatolo como importante, por seu papel mobilizador na luta de libertação. A angolana Palmira Bernardo, membro do comitê nacional da OMA, narra:

(...) outra experiência que eu tive também foi de conhecer a rainha Nhyacotolo, a originária e isso foi em função de militantes que eram da minha sessão [da OMA], a sessão que eu coordenava e elas falavam muito: ah! nós temos aqui a nossa rainha, a nossa matriarca, mas não se fala nada dela, ninguém diz nada, ninguém... Eu disse, mas como é que é? O que é isso? (som inaudível) e explicaram-me quem era, não, é a rainha, a rainha tá lá, vive lá no palácio, tá na área do palácio, mas nós também gostaríamos que a nossa mãe também passasse a participar, disse certo? Certo, tudo bem. Então, numa outra jornada do 2 de março (dia das mulheres angolanas), eu disse: ai, se existe essa rainha, eu vou trazer essa rainha praqui. Eu tenho que ter essa rainha aqui num ato, e então lá programei aqui, a rainha pra vir, ela tava muito zangada, porque ela já estava, se encontrava aqui no país há um tempinho e nunca lhe tinha convidado, e então lá os secretários, não sei quê, não quiseram que ela viesse. Eu aí que sacrifício, eu preparei tudo isso, que a rainha não vem, não, eu vou pra lá buscar a rainha, a rainha vai ter que vir. Eu disse, eu não aceito. Então, eu vou para o palácio, muito aflita, eu vou e então eu ouvi o desabafo dos secretários. Eu me desculpei em nome da Organização e eu disse: olha, mas doravante, isso será diferente, a rainha estará sempre em todas as atividades conosco e assim foi. Eu consegui trazer a rainha Nhyacatolo para a OMA no primeiro ano (som inaudível) foi um ano bonito, (som inaudível) interprovincial, vestimos a rainha, ela gostou, ela chorou e então deixamos as portas abertas para nos anos que a OMA pretendesse a rainha estava sempre ali. A rainha era do Leste. A outra rainha também, que eu também fui desenrascar foi a do 4 de fevereiro, a rainha Engrácia, também foi uma luta, eu tive que ir na casa dela também, programávamos e ela não vinha, programávamos e ela não vinha, também havia esses (som inaudível) naquele tempo a senhora não vinha, neste a senhora vai ter que vir. A senhora tem que vir. Eu sempre teimosa, sempre lutei pelo aquilo que eu queria, então eu fui à casa da rainha. (...) também tinha uma história diferente para contar, e a mim interessava essas histórias. (...) isso fez eu conhecer um pouco mais da luta da mulher, do envolvimento da mulher na luta de libertação nacional⁹²².

⁹²¹ Idem.

⁹²² Entrevista de Palmira Pascoal Bernardo – OMA/MPLA - Luanda, 2018.

Como discuti no primeiro capítulo desta tese, o 2 de março, o Dia da Mulher Angolana, é um bom exemplo de um fato histórico que merece discussão, pois essa data está mergulhada em tensões. As mulheres dos outros movimentos não se reconhecem nessa data. O caso citado pela entrevistada pode ser exemplar na medida em que nos incita a interrogar e criticar cuidadosamente os fatos mais comuns, importante também para compreensão da história dos nacionalismos em Angola. Ao longo da guerra, mas principalmente no pós- independência, como Messiant explica, “é adotada e cristalizada uma entre as diversas histórias oficiais do nacionalismo e do partido”. O que parece interessante ressaltar, no entanto, é como essa construção esteve sujeita não apenas a uma “nova visão da história”, mas também a sua “produção”⁹²³. Embora se apresente como geral, ainda que com estatuto de parcialidade. Para Messiant “o discurso histórico continua a ocupar um lugar central no poder simbólico do MPLA e, logo, na defesa do poder de Estado”⁹²⁴.

Como assinala Palmira Bernardo, para além da apropriação de uma entidade regional por um dos movimentos de libertação, a rainha estava zangada porque talvez não lhe tenha sido dado o reconhecimento que esperava. Nesse sentido, as próprias angolanas reconhecem e valorizam seu papel como matriarca, dado seu capital simbólico como uma mulher política, diplomática e forte militarmente. Tal fato aponta que nessa seara existiram interesses em jogo muito mais diversos e complexos do que imaginamos, como, por exemplo, na forma como os discursos foram produzidos e reproduzidos.

Ainda assim, esses possíveis elementos de uma outra verdade histórica precisaram encontrar direito de cidadania e coexistência com o discurso oficial para manter o apoio e permanência dessas mulheres na luta, antes, mas também depois da independência. Quando não se criou uma ideia de continuidade na narrativa oficial de Estado. O discurso oral, quando confrontado com as fontes escritas, demonstra a importância dessas negociações. Trata-se de uma versão em que emergem histórias apagadas e desvalorizadas, fatos, grupos e sensibilidades, mesmo que atravessadas por um sentido de “verdade oficial” associado à história do MPLA. Como podemos perceber, existe de fato uma tensão inerente às diferenças entre os discursos oficiais e os dissidentes⁹²⁵.

⁹²³ MESSIANT, Op. Cit., 2000, p. 811.

⁹²⁴ Ibidem, p. 816.

⁹²⁵ MESSIANT, Op. Cit., 2000, p. 820.

Nhyakatolo é “autoridade tradicional” que contribuiu com a participação de mulheres comuns na luta anticolonial. Assim, busco demonstrar como esses símbolos mobilizadores, além de representar os interesses de grupos, comunidades ou sociedades, colaboraram para que mulheres camponesas se posicionassem na guerra.

Como observo ao longo do texto, na documentação da PIDE, existem casos em que homens, mulheres e crianças não querem ficar junto de determinado sobado, por não ter um soba considerado de prestígio entre os populares, antes preferindo habitar sobado com familiares próximos⁹²⁶. Isso, além de demonstrar a movimentação de mulheres em vista da reputação de seus sobas, deixa entrever suas escolhas no período de guerra.

No Distrito do Moxico, por exemplo, há o registro de notícias de pessoas infiltradas, responsáveis por contatar sobas que eram adeptos da emancipação do território angolano. Estes haveriam de fornecer nomes de pessoas de confiança a fim de conseguir uma mobilização política das populações. Ou seja, sobas dispostos a lutar pela independência, convocados, por conseguirem a adesão de muitas pessoas, incluindo aí a garantia da participação das mulheres⁹²⁷.

Percebemos, então, a importância dos/as sobas enquanto lideranças intermediárias entre os movimentos de libertação, as autoridades portuguesas e a comunidade. Em regiões distantes, onde o acesso era difícil, muitas vezes em decorrência do contexto de guerras, as informações, negociatas, usos e desusos da tradição, adquiriram ritmos próprios. As tradições estiveram sujeitas a mudanças, variações e adaptações em decorrência do contexto de guerra.

Ao levar as mensagens seja dos movimentos de libertação seja das autoridades portuguesas às comunidades e as demandas das comunidades de volta aos primeiros, rainhas e os/as sobas se sobressaíam como figuras-chave, exercendo o poder da mediação, transitando de acordo com seus interesses, ao mesmo tempo em que estimulavam pessoas comuns a refletir sobre o seu posicionamento na guerra.

No Distrito do Bié, em 1969, a soba Chizanda, da região do Moxico, é acusada de instigar a população a não colaborar com as autoridades e tentar convencer as “milícias” a não atuarem contra os movimentos de libertação. Na fonte, afirma-se que todos os

⁹²⁶ ADN – PIDE/ANGOLA – Apresentação de populações – 05.09.1969.

⁹²⁷ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terroristas no Distrito do Moxico – 20.10.1966.

homens das milícias colaboravam com a soba⁹²⁸. A soba Nhamingochi parece ter sido outra colaboradora direta com um dos movimentos de libertação, no caso o MPLA⁹²⁹.

Existe ainda ocorrência de disputas entre sobas que apadrinhavam os movimentos de libertação e aqueles que apoiavam os portugueses. Na fonte, é relatado o caso de um soba que teria “aversão aos brancos e pretos que colaboravam com as autoridades”⁹³⁰. Tal fato gerava ameaças, disputas, revoltas e inimizades.

Encontrei também registros de sobas e outros nativos que fizeram propaganda antiportuguesa, exibindo, para tal, panfletos em que se viam “pretos acorrentados”⁹³¹. A prisão de sobas por suspeita de possuírem armas de fogo e conhecerem os “detentores de armamento”, sem os denunciarem às autoridades⁹³². Há denúncia contra o soba Nhalucatula que, ao manter contato com pessoas do MPLA, ofereciam-lhes gêneros alimentícios e outros artigos que adquiriam no comércio local⁹³³. Nas fontes, existem ainda notícias de que sobas deixaram transparecer estarem comprometidos com algo que ainda não tinha sido “possível averiguar concretamente”⁹³⁴.

No Distrito de Lunda, em 1968, segundo afirmaram “algumas mulheres”, todos os sobas tinham conhecimento de que o “inimigo” ia atacar o aquartelamento local das tropas portuguesas⁹³⁵. Isso deixa entrever o papel desempenhado pelas autoridades tradicionais, fazendo um jogo de disputas e alianças tanto com portugueses, quanto com os movimentos de libertação, garantindo uma base na luta anticolonial. Embora referindo-se a outra região, Maria José Antônio Bulenvulu sintetiza⁹³⁶:

Nessa revolução enquanto os missionários viessem, o pai, reverendo, participava dessas reuniões com os missionários, os regedores, regedores eram praticamente os sobas, espécie de reis. Então os reis, existem os regedores, existiam os sobas, os sobas eram subalternos dos regedores, quer dizer, os reis tinham os sobas, os sobas eram subalternos dos reis. Então, o rei tinha que participar, que é os regedores na altura, eram chamados regedores, para que esses também tivessem, soubessem o que estava a acontecer. (...) porque eram reuniões clandestinas ainda, porque era perigoso (...) nesse contexto de sentido

⁹²⁸ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 19.02.1969.

⁹²⁹ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico - 19.03.1970.

⁹³⁰ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades subversivas – Distrito do Bié – 19.04.1969.

⁹³¹ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.240 - Angola, 1959-1971.

⁹³² AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.244 - Angola, 1959-1971.

⁹³³ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.246 - Angola, 1959-1971.

⁹³⁴ Idem.

⁹³⁵ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terroristas em Angola – Distrito de Lunda – 13.09.1968.

⁹³⁶ Entrevista de Cipriana Domingues Miguel Kauaa e Maria José Antônio Bulenvulu– AMA/FNLA - Luanda, 2019.

não tinha outra força senão despertá-los e dizer que um dia a África vai ficar livre.

O que significa que nesse período de guerra de libertação, essas autoridades eram requisitadas em favor de interesses nacionalistas, e também, ao mesmo tempo, portugueses. Assim, atuavam na tentativa de construir e consolidar um senso das transformações políticas em curso. Não se tratava apenas de ações deliberadamente isoladas.

Busco demonstrar que tal movimentação simbólica afetou diretamente as mulheres das comunidades, principalmente do meio rural; aquelas que lutaram e se deslocaram nessa conjuntura de guerra, numa relação dialética entre diferenciação e pertencimento, aproximação e afastamento, articulação de conjunturas local/regionais e nacionais.

Além de perceber como os movimentos de libertação, lideranças locais e portuguesas instrumentalizavam esse campo de disputas, as angolanas posicionavam-se e atuavam em diferentes frentes, fabricando sua participação. São sujeitas ativas, criando e recriando sua colaboração na guerra, apoiando-se em estruturas tradicionais, ao mesmo tempo, incorporando os elementos da luta de libertação, fazendo escolhas dinâmicas. Nesses fluxos participativos, identifiquei atuações e experimentações realizadas por mulheres angolanas, comuns, na luta anticolonial.

Assim, percebe-se que a atuação das mulheres camponesas, do interior de Angola, ocorreu por meio de atividades cooperativas, redes locais de solidariedade, ditas tradicionais, base de apoio da luta anticolonial, essenciais à engrenagem de um todo, não sustentável, sem as atividades dessas mulheres.

5.2. Atividades de guerrilha nas bases dos movimentos de libertação: tarefas militares agrícolas e tráfico de material

Foram várias as emissões nas rádios, em línguas nacionais, dando instruções a essas populações para se dedicar à produção agrícola e criação de animais domésticos⁹³⁷. Na zona leste de Angola, por exemplo, em 1967, foi registrada ocorrência de africana que reclamava o fato de sobas receberem, por diversas vezes, galinhas, porcos, cabritos e fubas como forma de obter apoio. A angolana conta que o “acampamento formado por

⁹³⁷ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.244 - Angola, 1959-1971.

40 pessoas, entre eles **12 homens**, onde se encontra o soba, prestava assistência aos movimentos de libertação no que diz respeito a alimentos”⁹³⁸.

É descrição de acampamento constituído por mulheres que aponta o indício de que tanto a africana que vai à DGS quanto aquelas que apoiam os movimentos de libertação faziam uso de habilidades comuns e tradicionais — uso do poder da palavra e trabalho com alimentos — já muito utilizada/mobilizada no cotidiano para se posicionarem em tempos de guerra. Essas sujeitas, ativas nesse processo, criam e recriam situações a partir do que experienciavam naquele contexto. Como reafirmou a angolana Vitorina Massata, tal como os sobas, “mobilizando e trajando apoio ao povo, o povo no apoio aos guerrilheiros, autênticos ativistas políticos da guerrilha”⁹³⁹.

Na documentação da PIDE existem referências de grande número de mulheres que trabalhavam nas plantações agrícolas sob a vigilância de grupos armados⁹⁴⁰. Regularmente, africanas dirigiam-se às lavras a fim de cultivarem e se reabastecerem de gêneros alimentícios⁹⁴¹. Em uma das bases da UPA, o trabalho era realizado por cerca de 30 pessoas, mulheres em sua maioria, “protegidas” por 6 a 9 homens armados, com a missão de cultivar e colher os produtos das lavras⁹⁴².

O abastecimento interno das bases dos movimentos de libertação foi realizado pela população rural, mas prioritariamente pelas mulheres. Por “base”, compreendo lugar próximo de lavras de grandes plantações de mandioca e milho, composto por núcleos de cubatas feitas por diferentes técnicas (taipa, palha, pedra, barro) e coberta de palha, onde povoações africanas abrigavam-se e, no período de luta anticolonial, sustentava, muitas vezes, de forma temporária, os movimentos independentistas. A angolana Vitorina Massata explica: “de cada vez que os portugueses atacavam eles retiravam-se e criavam nova base em outra localidade; mudavam de base, mas não muito distante da antiga”⁹⁴³.

No interior de Angola, as grandes bases da retaguarda eram localizadas em regiões próximas às fronteiras, como as da Zâmbia ou Zaire. As bases menores iam sendo formadas de acordo com o crescimento dos grupos combatentes. Concentravam-se nas matas, onde ficavam as populações consideradas pelos movimentos anticoloniais “libertadas” e “independentes”⁹⁴⁴. Na documentação é mencionado que entre às 4 e às 7

⁹³⁸ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Zona Leste – 18.07.1967.

⁹³⁹ G.80. Entrevista de Vitorina Ntumba Massata. Angola, 2013.

⁹⁴⁰ ADN – DGS/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 26.02.1972.

⁹⁴¹ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 03.03.1971.

⁹⁴² AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.246 - Angola, 1959-1971.

⁹⁴³ G. 80. Entrevista de Vitorina Ntumba Massata. Angola, 2013.

⁹⁴⁴ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades do MPLA – 01.03.1968.

da manhã (para evitar que fossem referenciados pelos aviões), dedicavam-se à cultura alimentar⁹⁴⁵.

De acordo com a descrição de uma das fontes documentais do Arquivo Histórico Militar, no que se relaciona às atividades do MPLA na frente leste, nas bases, a situação geral no que dizia respeito à alimentação não constituía um grande problema, salvo no que respeitava ao sal⁹⁴⁶.

A pesca e a caça asseguravam uma base sólida a que se juntavam os produtos das culturas praticadas pelas populações tradicionais. Além das culturas costumeiras (milho e a mandioca), de acordo com o documento, o MPLA introduzia as culturas da batata, do pepino, da cenoura, da cebola, da couve e do arroz, com vistas à obtenção de uma alimentação variada. Assim, permitiam não só o abastecimento da guerra, como pensavam também na exportação de excedentes para as populações deslocadas, que ficavam nas áreas fronteiriças⁹⁴⁷.

Augusta Conchiglia, repórter-fotográfica que registrou e filmou a guerra de libertação a partir das “zonas libertadas” do MPLA, em 1968, narra que “as bases militares estavam a uma certa distância das povoações, as quais tiveram de mudar de modo de vida, deixando as clareiras onde estavam tradicionalmente ocupadas, para se esconderem no mato”⁹⁴⁸. Informa que assistiu a vários encontros entre guerrilheiros e o povo, quando os responsáveis do MPLA se exprimiam em português, mas contavam com tradutores locais, como aqueles que falavam Tchokwe ou Luvale, para se fazerem compreender.

Conchiglia narra que o povo apresentava suas insatisfações, muitas vezes ligadas às “precauções com as dificuldades do acesso às lavras”. E afirma que a autossustentabilidade das “zonas libertadas”, controladas pelo referido movimento, estava entre os objetivos principais de guerrilha⁹⁴⁹. Nesse sentido, os trabalhos realizados nas lavras dessas bases, essencialmente executados por mulheres, eram fundamentais.

A angolana Antonieta Cesaltina Kulanda explica que cada base tinha que ter automaticamente uma lavra que a apoiasse⁹⁵⁰. Diz que aqueles que saíam do interior para os acampamentos tinham que passar pelas bases para encontrar apoio alimentar. Expõe

⁹⁴⁵ Idem.

⁹⁴⁶ Idem.

⁹⁴⁷ Idem.

⁹⁴⁸ CONCHIGLIA, Augusta. *Agostinho Neto, da guerrilha aos primeiros anos da independência*. Luanda: Fundação Agostinho Neto, 2019, p. 15.

⁹⁴⁹ Ibidem, p. 16.

⁹⁵⁰ Entrevista de Antonieta Cesaltina Kulanda - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

que os recrutas e os mancebos que deveriam seguir para os acampamentos de treino militar passavam em determinadas bases a fim de serem reabastecidos. Então, conforme a depoente evidencia, “cada base tinha que ter uma lavra, tinha que produzir”⁹⁵¹. Guilhermina Tchiteculo acrescenta

(...) faziam a agricultura ao lado das bases. Então, sustentavam os militares. Havia mesmo milho, havia mandioca. Havia esses produtos todos. Havia uma base central, onde se levavam as coisas, para ali fazer a distribuição e mesmo os militares, sobretudo os instruendos, faziam aquela marcha deles para as bases próximas e traziam a comida para onde se encontrassem. E as senhoras estavam na alfabetização, são as mesmas, na agricultura, na mobilização, e é assim. Eu, por exemplo, além de trabalhar no hospital com outras colegas, ia mesmo nas emboscadas para ensinar os socorros urgentes⁹⁵².

Nessas bases, além das culturas anteriormente referidas, havia o plantio de ginguba, massangano, massambala, batata-doce, etc. As lavras eram coletivas, “não era cada pessoa com a sua lavra, não”⁹⁵³. Então, próximo às bases, praticava-se a agricultura. Esses territórios, depois, no caso da UNITA, foram divididos em Regiões Militares (RMs)⁹⁵⁴. Embora, historicamente, fossem organizações anteriores, como podemos perceber na discussão realizada no capítulo quatro, com as regiões político-militares do MPLA. As regiões político-militares seriam divididas em “zonas de influência” e assim sucessivamente⁹⁵⁵. Em termos de hierarquia, cabe ressaltar que as regiões militares abrigavam toda uma estrutura política, militar, administrativa, de logística⁹⁵⁶. Uma região militar poderia configurar-se em duas ou três províncias e um rio, por exemplo. E, dentro das províncias, uma, duas, três povoações poderiam ser uma base.

Em função da urgência de guerra, essas regiões militares são constituídas no período de luta anticolonial, mas depois, já no pós-independência, com a guerra civil, foram fortalecidas⁹⁵⁷, principalmente com a criação das forças militares dos movimentos de libertação, nomeadamente as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

⁹⁵¹ Idem.

⁹⁵² Entrevista de Guilhermina Tchiteculo - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

⁹⁵³ Entrevista de Salomé Epolua Chiuhamu. Luanda - LIMA/UNITA - 2019.

⁹⁵⁴ Entrevista de Antonieta Cesaltina Kulanda - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

⁹⁵⁵ BITTENCOURT, op. cit., 2002. p. 448.

⁹⁵⁶ Acredito que a consolidação das RM's da UNITA tenha ocorrido já dos anos 1980.

⁹⁵⁷ Cesaltina Kulanda, por exemplo, pela idade, fala com base na memória dos pais, mas muito provavelmente se refere também às bases fortalecidas no interior de Angola no pós-independência. Muito possivelmente a interlocutora se refira a este período, também pela sua faixa etária. Contudo, optei por manter a entrevista, dado a riqueza de informações, além do fato de muitas das informações veiculadas virem da experiência de seus pais, como militantes da UNITA, desde meados de 1973/1974.

(FAPLA/MPLA) e as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA/UNITA). Essas estruturas inicialmente simples tomaram formas e contornos cada vez mais estruturados, apesar do contexto de guerra. É experiência que se repete sob novas bases. A Jamba, por exemplo, base-sede da UNITA, criada por volta de 1979, considerada a capital da zona libertada, perto da fronteira com a Zâmbia, onde congregava-se comunidade de camponeses vindos das regiões de conflito, cultivava lavras e treinava guerrilheiros, era lugar inteiramente rodeado de mato, onde concentravam-se vários acampamentos a que chamavam “bases”, “cada uma destinada a um fim específico, espalhadas nas matas, distanciadas umas das outras por alguns ou muitos quilômetros”⁹⁵⁸.

Nessa base, que pouco diferiu dos aldeamentos tradicionais, funcionou bastante tempo a capital da UNITA. Num lugar escolhido por ser recuado e inacessível, viviam cerca de doze mil pessoas⁹⁵⁹. Ali funcionou uma economia de guerra própria, “baseada essencialmente na redução ao mínimo das dependências externas, na valorização do trabalho e do saber”⁹⁶⁰. E como em várias áreas libertadas, houve lavras individuais e outras de experimentação, onde se produzia o milho, a mandioca, legumes, frutas, e as mulheres cultivavam⁹⁶¹.

Como podemos observar, tanto o MPLA como a UNITA combatiam com bases dentro do território angolano. Busco ressaltar, no entanto, o grande desafio de criação dessa sociedade de retaguarda condicionada à luta de libertação, onde os modelos tradicionais se aplicavam, mas precisaram ser reajustados dado as condições de guerra, e projeção simultânea futura, e mulheres destacavam-se, nos trabalhos militares agrícolas, e autossustentabilidade dessas áreas. Nesses locais praticava-se agricultura familiar que assegurava a subsistência básica e permitia-se trocas simbólicas.

Pelo que observei nos depoimentos, principalmente das mulheres da UNITA, muitas delas se referiam à organização e estruturação das bases do período pós-independentista. Momento em que a divisão sexual do trabalho, nessas zonas, me parece mais demarcado, especialmente depois de 1973, com a criação da LIMA, a organização de mulheres da UNITA. No caso da Jamba, onde a mobilização de mulheres se circunscreve a “limpeza do hospital, o reforço das fardas, o arranjo dos caminhos, a

⁹⁵⁸ ROQUE, Fátima; SILVA, Helena; VILHENA, Luiza; PALLA, Maria; AVILEZ, Maria; PINTO, Maria. *Seis portuguesas em terras da UNITA*. Lisboa, Bertrand, 1988, p. 39; 90.

⁹⁵⁹ *Ibidem*, p. 49.

⁹⁶⁰ *Idem*.

⁹⁶¹ *Idem*.

assistência aos sem família, o transporte de materiais para a frente”⁹⁶², onde mulheres são chamadas tanto para costurar fardas como para reunirem-se com a LIMA para discutir seus direitos e o papel que deviam assumir na guerra⁹⁶³. Algumas mulheres entrevistadas ancoram-se na memória dos mais velhos, ou seja, falam a partir do discurso partidário daqueles que viveram o período de luta anticolonial, já que essa era a temática das entrevistas. Portanto, o que busco frisar é a agência e protagonismo dessas mulheres nestas zonas ditas libertadas no período de luta anticolonial. Suponho que as experiências dessas mulheres nas bases, ainda que surjam refletidas na memória dos trabalhos realizados durante o período da guerra civil, são derivadas e desdobradas das estruturas formadas nesses longos treze anos de guerra de libertação.

As experiências dessas mulheres, mas também aquilo que sabemos a partir do que seus pais contaram, na maioria das vezes, surge marcada “por uma certa dose de reconstrução retrospectiva em função dos interesses em jogo no presente”⁹⁶⁴. Como Messiant nos lembra, vale ressaltar que “não existe uma fonte exclusivamente autorizada ou decisiva nem para a compreensão de um fato nem sequer, na maioria das vezes, para o seu simples estabelecimento”⁹⁶⁵.

Ainda sobre as bases, Francisca Zombo reitera que caso fossem destruídas pela guerra, as estruturas de cubatas e lavras eram montadas novamente em outro setor. Explica:

(...) então as mulheres tinham que buscar lenha para pôr no quartel, água (som inaudível). Tinham tamborões, encher os tamborões, se forem dois tamborões, tinham que encher os dois tamborões, três ou quatro para os militares banhar e beber, fazer de comer, tinham que lenhar, tinha que cobrar a fuba. Na altura ainda tínhamos comida, nós tínhamos que (...) as massas populares tinham que associar comida a (som inaudível) se for 3 kg de fubá (som inaudível), 3 kg, mandioca, banana, ginguba, a kisaka quando saísse das lavras, tinha, tinha sempre um portão onde as pessoas estavam a deixar a comida, o que sai da lavra (som inaudível) mandioca, se for milho deixa milho, ginguba deixa aí, kisaka mesmo assim, em folha, deixa aí⁹⁶⁶.

Conforme discuti no capítulo anterior, nas bases também funcionavam ações sociais, como o trabalho de enfermagem, educação, alimentação, trabalho com crianças e

⁹⁶² Ibidem, p. 36.

⁹⁶³ Ibidem, p. 68.

⁹⁶⁴ MESSIANT, 2000, Op. Cit, p. 830.

⁹⁶⁵ Ibidem, p. 832.

⁹⁶⁶ G.80. Entrevista de Francisca Adão Zombo. Angola, 2010.

educação de adultos, transportes de equipamentos e material. Contudo, visto os ataques iminentes, em sobreaviso, dependiam “do momento e das circunstâncias” de guerra⁹⁶⁷.

De acordo com a angolana Julieta Massampala, as mulheres guarneciam e fortificavam as bases, e ofereciam a estrutura para que outros fossem às frentes de combate. Além disso, muitas delas iam às mobilizações nas aldeias, na tentativa de impulsionar as populações, “para poderem aceitar, para poderem, então, aderir a luta”⁹⁶⁸.

Na documentação da PIDE, existe inclusive referência de mulheres vindas da base Mandume III⁹⁶⁹ em missão de politização e propaganda em aldeias na região da Camela. A notícia referia-se ao fato de que havia muitas jovens e mulheres que recebiam instruções políticas, tendo algumas seguido para as zonas de ação, seja na sensibilização, no transporte de material, como vigias ou espãs. E isso independia do uso ou não de fardas militares⁹⁷⁰.

Foi comum também a presença, de passagem, dos destacamentos militares nas povoações do interior de Angola. Domingas Panza relata, por exemplo, que chegado o “cienfuegos”, convocavam aqueles com 18, 19 anos para formar “grupo de guerrilheira”, “segurar armas na mão, ensinar como se desmonta arma, como que se faz o tiro, como que se faz a patrulha”. Além de segurar armas, relata que cavavam túneis e faziam trincheiras.

Salomé Chihuahama explica que nas áreas rurais, durante a guerra de libertação, muitos não tinham conhecimento exato do que estava acontecendo. Então, a mobilização era momento em que além de informar o contexto de luta anticolonial, buscavam explicar o porquê de as famílias deverem ceder os filhos para a guerra. A angolana narra que “os pais tinham que saber que é em prol da pátria que estavam a entregar os seus filhos, para que não fosse assim uma surpresa”⁹⁷¹.

Nesse período, predominava a ideia da imprescindibilidade do aumento do nível cultural e político dos populares, sobretudo de mulheres, como forma de fortalecer e garantir sua politização⁹⁷². Segundo registros de época, isso justificaria a necessidade de

⁹⁶⁷ KULANDA, Op. Cit, 2019.

⁹⁶⁸ Entrevista de Julieta Massampala - (LIMA/UNITA) - Luanda, 2019.

⁹⁶⁹ Sobre tal base, Augusta Conchiglia relatou ser “de grandes dimensões, com construções de capim e de ramos de madeira cortados, com que se faziam casas, mesas, armazéns, etc”. Para chegar a esta base, segundo a fotógrafa, “devia-se andar de noite para atravessar as savanas sem cobertura florestal, andar num chão de areia e navegar em canoas rudimentares nas imensas lagoas que se formavam nessa região em tempo da chuva”. CONCHIGLIA, Op. Cit, 2019, p. 16. O nome “mandume” referência também a rei, que em 1911, resistiu a força militar dos portugueses.

⁹⁷⁰ G.80. Entrevista de Domingas Augusto Panzo. Angola, 2010.

⁹⁷¹ Entrevista de Salomé Epolua Chihuahama - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

⁹⁷² ADN. FNLA – Estrutura Militar do ELNA. 10.09.1968, p. 33; ADN – OMA - O papel da mulher na

uma “sensibilização” das populações. Portanto, uma preocupação com a politização das massas do interior. E isso teria estimulado uma concentração de esforços, junto às massas camponesas, consideradas por alguns desses movimentos, “as bases das forças produtivas de Angola”⁹⁷³.

Portanto, não era de estranhar a menção na documentação da PIDE de que havia na Associação das mulheres de Angola (AMA) “comissões de senhoras” cuja função essencial “era a mentalização de todas as mulheres no sentido de também cooperarem no movimento pela independência, trabalhando nas lavras, preparando os alimentos e cuidando das crianças”⁹⁷⁴.

Ou seja, havendo também uma tentativa de convencimento do uso da força do trabalho agrícola na manutenção de uma economia de guerra, onde mulheres camponesas, por meio do trabalho que já exerciam nas lavras, seriam essenciais. Tais atividades, vistas, segundo a angolana Domingas Panzo, enquanto “**tarefas militares**”, o trabalho de “fazer, ir nas roças, cortar os cafés, os cafeeiros, as bananeiras, cortar os paus na estrada, cavar fossas nas estradas para os carros não passar”, constituídos enquanto ações fundamentais de guerra⁹⁷⁵.

Na perspectiva de Deolinda Rodrigues, quando da sua permanência nas zonas de guerrilha da II Região em Cabinda, a mais famosa das regiões militares do MPLA, eram nomeados de “**trabalhos da revolução**” as seguintes tarefas : “fazer kisaka pisada, fubá, lavras, ajudar os guerrilheiros, esclarecer-lhes politicamente (...), enfim, empunhar o fuzil da liberdade”⁹⁷⁶.

Tal fato faz supor que o recurso à mão de obra de mulheres camponesas das diferentes áreas rurais de Angola, no trabalho com lavras e alimentação, foi uma das medidas de equilíbrio e manutenção de uma economia de guerra anticolonial, muito utilizada pelos movimentos de libertação.

Por economia anticolonial compreendo as tarefas econômicas de pequena escala (agrícolas, trocas, criação de animais). Além disso, a autogestão do que era produzido e cultivado nas lavras; o desempenho de mulheres na manutenção de condições básicas de sobrevivência, poder de autogerir, organizar e conseqüentemente sustentar, mediante

revolução angolana. 22.10.1964.

⁹⁷³ AHM – F7/B/SSR3 - cx.224 - Angola, 1960-1969.

⁹⁷⁴ Idem.

⁹⁷⁵ G.80. Entrevista de Domingas Augusto Panzo. Angola, 2010.

⁹⁷⁶ RODRIGUES, Limbânia Jimenez. *Heroínas de Angola*. Luanda: Mayamba, 2010, p. 56-57.

trabalho agrícola — atividade costumeira no meio em que essas mulheres estavam inseridas — a retaguarda de uma guerra que não se manteria sem o trabalho delas.

As angolanas buscavam mudar/manter não só suas vidas como também a de uma rede de pessoas a quem estavam vinculadas, ao mesmo tempo em que moviam uma força contra hegemônica, no anseio de conseguirem melhores condições de vida e humanizar o que até então era objetificado: sua força de trabalho.

Conforme explicou a pesquisadora Lucia de Sá, “o trabalho contratado ou forçado foi uma forma de aferição do nível instrumental da sociedade colonizada para uso da sociedade colonial”. Nas comunidades rurais, o colonialismo manteve-se através de mecanismos de exclusão econômica, social e cultural⁹⁷⁷.

A produção alimentar agrícola, a busca e provisão de água para utilização nas bases, o artesanato, a confecção de roupas, os cuidados com a saúde e instrução — alfabetização — todas essas ocupações fizeram parte do rol de atividades femininas — de mulheres camponesas — na luta anticolonial. A guerra desorganizou a produção e o transporte de produtos primários, havendo poucos recursos. Do ponto de vista econômico, portanto, o peso feminino residiu na responsabilidade pela produção alimentar, transformação de produtos, comercialização ou troca, particularmente nas zonas onde a guerra mais se fazia sentir⁹⁷⁸.

Isso talvez explique o grande número de raptos de mulheres e crianças no que se refere ao mesmo tempo ao desequilíbrio de uma economia colonial portuguesa, já que isso poderia interferir diretamente no aumento ou não da atividade agrícola nas lavras; e sustentação de uma economia anticolonial, por meio da força de trabalho realizado prioritariamente nas bases, por mulheres, com o trabalho agrícola.

A pesquisadora Laís Rodrigues, nos lembra que prover a nutrição e a proteção é um papel coletivo de extrema importância na cultura africana. Em Angola, as mulheres são tradicionalmente as responsáveis por assegurar a alimentação da família e a criação dos filhos. Nos diferentes meios rurais, historicamente, são elas que cultivam a agricultura de subsistência e asseguram fontes de recursos para a manutenção de seus lares. E, assim como homem, são responsáveis, de formas diferentes, pela gestão familiar⁹⁷⁹.

⁹⁷⁷ SÁ, Ana Lúcia Lopes de. *A ruralidade na narrativa angolana do século XX, elementos de construção da nação*. Portugal: Universidade da Beira Interior, 2012, p. 155. Tese de Doutorado. Disponível em http://www.adelinotorres.info/teses/ana_lucia_de_sa_a_ruralidade_na_narrativa_angolana.pdf. Acesso em 25/11/2020.

⁹⁷⁸ LAGERSTRÖM, Op. Cit., 2009, p. 126.

⁹⁷⁹ QUEIROZ, Laís Helena Custódio Rodrigues de. *Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda*. Brasília, 2017, p. 92. Dissertação de mestrado ; apud GRASSI,

Então, pertencentes a uma organização social onde essas mulheres são tradicionalmente as responsáveis pelo trabalho agrícola, elas combinavam uma atividade tradicional com um mundo em transformação, em decorrência do contexto de guerra, marcado também por mudanças no consumo de alimentos, deslocamentos incessantes e redefinições na gênese do tecido social angolano.

A documentação da DGS/Luso refere-se, por exemplo, à notícia de que os movimentos de libertação passariam a raptar homens e mulheres válidos, por precisarem deles para o trabalho nas lavras e para o transporte de material. O documento registra que tal informação poderia indicar a intenção do MPLA de reforçar a luta anticolonial com “material” e “pessoal”⁹⁸⁰.

Tal lógica foi aplicada também pelas autoridades administrativas e militares portuguesas no reconhecimento e potencial de produção de bens pelo trabalho dessas mulheres na agricultura. A certificação delas enquanto dinamizadoras e provedoras dos alimentos que também foram a base econômica de subsistência de luta anticolonial.

Na zona leste de Angola, em decorrência da guerra, foi verificado pelas autoridades portuguesas que a alimentação fornecida à população da região do Muié era insuficiente. Realizadas reuniões com a população, salientou-se a necessidade de trabalhar nas lavras, mas, devido à falta de material indispensável ao amanho das terras, a população não “demonstrou o mínimo interesse por qualquer atividade”⁹⁸¹. O que agravava sensivelmente a situação econômica das populações, mas também das autoridades portuguesas. A população sabia da importância do trabalho agrícola em tempos de guerra.

De modo geral, em alguns aldeamentos a alimentação era insatisfatória, devido ao fato de novas lavras não permitirem o autoabastecimento das populações⁹⁸². Houve, inclusive, campanhas realizadas pelas autoridades administrativas portuguesas, junto às populações, no sentido de orientar e controlar a agricultura do arroz, campos de criação de soja, amendoim e trigo, viveiros de árvores de fruto e ensaio de cultura de cafeeiros⁹⁸³.

Marzia. O Papel da Mulher Empresária Angolana no Desenvolvimento do País: Empresárias de Luanda e Benguela. *Economia Global e Gestão* Vol. III, 1/2, 209-226, 1998.

⁹⁸⁰ AHM – F7/B/SR12/SSR3 - cx.246 - Angola, 1959-1971.

⁹⁸¹ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 277- Angola, 1960 – 1974.

⁹⁸² Idem.

⁹⁸³ Idem.

Por causa das dificuldades de guerra, os angolanos não dispunham de poder de compra e muitas vezes por não poderem manter-se nas regiões onde habitavam, ou alegando tradicionalismo e proximidade de lavras, abandonavam o trabalho agrícola⁹⁸⁴.

Maria da Conceição Neto menciona, por exemplo, que a situação do campesinato se viu agravada com a luta anticolonial. No caso do norte de Angola e de outras regiões do país, a onda repressiva além de ter levado à evasão para os países vizinhos, aumentou as expropriações de terras das famílias negras. Nesse caso, o chamado “reordenamento rural”, que foi a concentração camponesa em grandes aldeamentos estrategicamente colocados “para controlar as populações e impedir a extensão da guerrilha nacionalista, travou a tendência para a individualização e aumento da propriedade do agricultor africano tradicional”⁹⁸⁵. O aumento da imigração branca restringiu a utilização de áreas férteis e “pôs em causa os sistemas tradicionais de aproveitamento do solo e o próprio equilíbrio ecológico já ameaçado”⁹⁸⁶.

O Programa de Reordenamento Rural, instituído pelos colonizadores em 1962, no objetivo de controlar a dispersão e a pouca fixação à terra da população rural de Angola, tinha em vista a ideia de destinar as lavras não só a subsistências, mas também aos mercados. Neste período de guerra, coube às Juntas de Povoamento a coordenação provinciais de ordenamento agrário, tomada como forma de promoção das populações. A “promoção”, nos termos aqui discutidos no primeiro capítulo.

Tendo em vista que a população rural de Angola vivia essencialmente da agricultura ou de atividades a elas ligadas, os colonizadores propunham o abandono da tradicional agricultura de queimada, largamente praticada em Angola, por novas técnicas de trabalho da terra e de criação de gado. O cultivo da terra pelos modernos processos, com o emprego de máquinas em larga escala. Pretendiam reunir progressivamente inúmeras lavras, dispersas, de modo a fomentar o aparecimento de pequenas propriedades agrícolas. Para tanto, circunscrevia-se a planificação do reordenamento a pequenas zonas, sobado ou regedoria tradicional, que permitia um tratamento de conjunto. Medidas tomadas em várias regiões de Angola, como nos distritos do Uíge, Huíla, Huambo, Bié e Cuanza Sul, tendo em vista o contexto de guerra.

⁹⁸⁴ RÔLO, Jerônimo da Silva. *Reordenamento Rural em Angola, contribuição para o seu estudo*. Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966. Dissertação de Licenciatura.

⁹⁸⁵ NETO, Maria da Conceição. As fronteiras por dentro da nação – divisões étnicas, sócio-econômicas e sócio-políticas numa perspectiva histórica. In *Angola: a crise e o desafio democrático*. Luanda, 24 a 26 de agosto de 1992, p.10.

⁹⁸⁶ Idem.

Em outras palavras, com as condições especiais desdobradas da eclosão da luta de libertação, e atenção estrangeira, em relação às medidas governamentais em Angola, houve programas de governo de incentivo a melhores condições de vida no campo. No entanto, pode-se afirmar “que a tendência dominante do processo então em curso, era expropriação, a pauperização e proletarização das massas camponesas”⁹⁸⁷.

Ou seja, a atuação do governo colonial português não mudou, em sua essência, “as relações básicas de exploração e opressão do colonizador sobre o colonizado, embora tenha sido marcada, em alguns aspectos, por alterações visíveis no conjunto da sociedade colonial em Angola”⁹⁸⁸.

Vale lembrar que, com isso, busco destacar o protagonismo de mulheres camponesas na luta anticolonial, no cultivo de gêneros alimentícios, nas bases, essenciais à manutenção, e busca de fortalecimento de uma economia de guerra. Nesse contexto, a insistência nos ataques à economia colonial portuguesa, e meios de que se serviam os colonialistas para os dominarem, foi uma constante⁹⁸⁹.

No Arquivo Histórico Militar, encontrei registro que reclamava o fato de os militantes dos movimentos de libertação deixarem, nos locais de ataques, cartas escritas, em que referem que vão atacar a economia portuguesa. E caso continuem, a economia das regiões poderia vir a ser prejudicada⁹⁹⁰.

Além do trabalho nas lavras de bases dos movimentos anticoloniais que mulheres, prioritariamente, executavam, atacar a economia colonial significava a investida contra as roças de café, as plantações de algodão e cana-de-açúcar, a sabotagem de postos de luz, linhas férreas, o incêndio de tratores e máquinas agrícolas⁹⁹¹. Ações que promoviam um clima de insegurança entre os colonizadores. Assim, por exemplo, o corte de alguns milhares de cafeeiros, levados a efeitos por grupos do MPLA, numa fazenda do Conselho de Nambuangongo, o segundo contra a mesma fazenda em um espaço de um ano, insere-se nesse quadro de investidas de combate à economia colonial portuguesa⁹⁹².

De igual modo, ataques contra fazendas que efetuavam preparativos para a colheita do café, nos Distritos do Uíge, Lunda e Cuanza Norte, dificultavam as atividades inerentes à recolha e escoamento daquele produto⁹⁹³. O roubo de vestuário e alimentos do

⁹⁸⁷ Idem.

⁹⁸⁸ Idem.

⁹⁸⁹ AHM – F7/B/SR12/SSR3 - cx.245 - Angola, 1959-1971.

⁹⁹⁰ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 275- Angola, 1960 – 1974.

⁹⁹¹ AHM – F7/B/SR12/SSR3 - cx.244 - Angola, 1959-1971.

⁹⁹² AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 275- Angola, 1960 – 1974.

⁹⁹³ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 273- Angola, 1960 – 1974.

acampamento da fazenda Nova Nelas, situado junto da povoação Beira Alta, é de mesma motivação: sabotar, ao mesmo tempo que abastecer⁹⁹⁴. Localizamos ainda nesse processo a denúncia de que um grupo da FNLA, constituído por 50 pessoas, entre eles mulheres e crianças, “roubaram gado bovino, suíno e caprino” de uma fazenda, gêneros alimentícios necessários ao autoabastecimento das populações⁹⁹⁵.

Em outro registro, há notícia de que **havia diminuído**, em relação às semanas anteriores, as atividades dos considerados “inimigos” no que diz respeito ao rapto de população e roubos de gado bovino⁹⁹⁶. As sabotagens partiam de lugares até então simplesmente ignorados pelas autoridades portuguesas, tratando-se de “mera brincadeira de raparigas africanas”, como a intenção de colocar pedras na estrada, Distrito da Huíla, em 1968⁹⁹⁷.

Desse campo de investidas, de boicote à economia colonial, mulheres inseriam-se como força motora de uma engrenagem de guerra, dando a sua força de trabalho aos movimentos de libertação. Com base em sua experiência, Joisse Salumbeza explica que “cultivar e ter um milho (som inaudível) para conseguir ajudar também (som inaudível) as tropas a trabalhar”⁹⁹⁸.

Por outro lado, nas instruções aos responsáveis militares, em serviço junto às massas, não roubar o que o povo possuía, como cabras, galinhas, porcos, ou tirar das suas lavras alimentos sem autorização antecipada, era a recomendação⁹⁹⁹. Dessa indicação, a ideia de que sem o apoio voluntário das massas camponesas, e respeito às tradições locais, como a deferência pelo que era cultivado por essas populações e o apreço aos mais velhos, as ações contra a ordem colonial falhariam.

O apoio aos guerrilheiros e à guerra anticolonial passava pelo trabalho nas lavras e tudo o que a guerrilha precisava para se manter: medicamentos, roupas, dinheiros, armas, transporte de material, informações.

A título de exemplo, no que diz respeito ao tráfego de mercadorias, foram iniciadas investigações pela PIDE, em 1963, não concluídas, sobre o que se tratava de uma rede de abastecimento dos movimentos de libertação, possivelmente de alguns

⁹⁹⁴ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 275- Angola, 1960 – 1974.

⁹⁹⁵ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito Uíge – 28.12.1973.

⁹⁹⁶ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 276- Angola, 1960 – 1974.

⁹⁹⁷ ADN – PIDE/ANGOLA – Comportamento das populações – Distrito da Huíla – 15.02.1969.

⁹⁹⁸ G. 80. Entrevista de Joisse Salumbeza, sem data.

⁹⁹⁹ AHM – F7/B/SSR3 - cx.224 - Angola, 1960-1969.

medicamentos, panos e especialmente sal. De acordo com o documento, o reabastecimento era realizado da seguinte maneira:

- a) Emissários vindos da mata Sanga, Zala ou Nambuagongo dirigem-se às sanzalas Quihita e Quicusso, onde contactar com um ou mais elementos da Sanzala a quem entregam o dinheiro que possuem;
- b) O “contacto” divide o dinheiro em pequenas frações da ordem do 5\$00, 2\$00 ou 1\$00, **distribuído por tantas mulheres quanto as frações conseguidas;**
- c) **As mulheres dirigem-se a casas comerciais** do Ambriz ou Ambrizete e **compram mercadorias**, em especial sal, sem levantar qualquer suspeita dado que por instruções particulares da autoridade administrativa todo o comerciante pode vender até um máximo de 5 a 10 kg por nativo, sem qualquer controle.
- d) Regressam depois à sanzala, entregam o sal ao “contacto” e estes aos “terroristas”¹⁰⁰⁰.

É nessa lógica que mulheres, além de trabalhar nas lavras, abastecer as bases de alimentos, comprar mercadorias e fornecer aos movimentos anticoloniais, levavam sal e fósforos à RDC, ao atravessarem clandestinamente a fronteira, transportando produtos nacionais para o país vizinho. A compra de grandes quantidades de sal e fósforo foi considerada indício de atividades “subversivas”, bem como a de “grandes quantidades de cobertores e panos”¹⁰⁰¹.

Referindo-se ao transporte de material da base de Mandume III para o do Cassamé, Deolinda Já expõe: “o nosso trabalho aí éramos carregadores, levávamos materiais, munições e armas para levar de uma base a outra”¹⁰⁰². De motivação semelhante, na entrevista de Francisca Zombo, quando perguntada por quem foi enviada quando foi ao Congo, responde: “(...) pelos comandantes, buscar materiais e roupas para nós vestirmos”¹⁰⁰³.

Antonieta Cesaltina Kulanda, reportando-se às memórias dos pais, sobre o relato de experiência da participação deles na luta anticolonial, descreve que a mãe era orientada a fazer transporte de material de guerra, carregando-os em cestos sobre a cabeça, enquanto ela e os irmãos ficavam com as irmãs mais velhas¹⁰⁰⁴. A entrevistada, nascida em 1974, relembra a participação das mulheres na luta anticolonial com base na história de sua mãe. Memórias que fazem parte da história da luta de libertação de Angola, e que também

¹⁰⁰⁰ AHM – AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.240 – Angola.

¹⁰⁰¹ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades suspeitas – Distrito da Lunda. 08.08.1969.

¹⁰⁰² G.80. Entrevista de Deolinda Já. Angola, 2013.

¹⁰⁰³ G.80. Entrevista de Francisca Adão Zombo. Angola, 2010.

¹⁰⁰⁴ Entrevista de Antonieta Cesaltina Kulanda - LIMA/UNITA- Luanda, 2019.

formaram o conhecimento histórico das jovens gerações angolanas, embora existam poucos registros escritos sobre isso.

Ainda com base na memória dos familiares diretos que participaram da guerra, a depoente Timbia Esperança acrescenta que houve mulheres que transportavam comida desde as aldeias até as bases¹⁰⁰⁵. Vez ou outra, deslocavam-se patrulhas de 3 ou 4 pessoas aos povos vizinhos à procura de gêneros alimentícios¹⁰⁰⁶. A mulher comum, portanto, além do trabalho nas lavras, teria contribuído nos transportes clandestinos de comida e material de guerra.

Por ser atividade comum em contexto de luta de libertação, não é de estranhar o fato de, em 1969, autoridades congolosas fronteiriças fazerem com que mulheres africanas¹⁰⁰⁷ que “iam vender peixe” regressassem a território nacional, não permitindo o trânsito¹⁰⁰⁸. Ou, a referência de detenção no posto fixo nº 2 de Luanda, de duas africanas que transportavam, num cesto, quatro garrafas de álcool puro¹⁰⁰⁹. As angolanas foram retidas presumindo-se que pretendessem transacionar o material com os movimentos de libertação.

Ainda em Luanda, também a apreensão de grandes quantidades de vestuário, material e mantimentos, destinados ao possível reabastecimento do “inimigo iminente”¹⁰¹⁰. Ou seja, do transporte de material de guerra, feito por mulheres, resultou no receio e desconfiança das autoridades administrativas e policiais portuguesas da contribuição dessas mulheres na luta anticolonial, também no transporte de materiais. Limbânia Jimenez Rodrigues explica que:

O reforço bélico a partir de Luanda resultava praticamente impossível, embora a frente guerrilheira ficasse apenas a cem quilômetros da capital, dadas as condições de repressão feroz e o rigoroso controlo da polícia que imperava na capital, onde se concentravam dezenas de milhares de soldados portugueses e a sinistra polícia do regime fascista, a PIDE, a qual eliminava através da prisão, do campo de concentração, a tortura e a morte, todo o angolano sobre quem recaísse a mínima suspeita de atividade patriótica. Apesar disso, os grupos clandestinos

¹⁰⁰⁵ Entrevista Timbia Esperança- LIMA/UNITA – Luanda, 2019.

¹⁰⁰⁶ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 277- Angola, 1960 – 1974.

¹⁰⁰⁷ Suponho que “africanas” para referir-se às mulheres angolanas, visto tratar-se do território nacional de Angola. Mas como os colonizadores militares pouco demarcavam as diferenças no geral, e mais ainda de mulheres anônimas, na documentação, pode tratar-se de referência à mulher africana de outro país do continente que contribuía com a luta de libertação. Talvez ainda, uma forma de distingui-las das mulheres brancas.

¹⁰⁰⁸ ADN – PIDE/ANGOLA – República Popular do Congo – 09.07.1969.

¹⁰⁰⁹ AHM – F7/B/SR12/SSR3 - cx.243 - Angola, 1959-1971.

¹⁰¹⁰ Idem.

ali estabelecidos conseguiram fazer chegar aos guerrilheiros medicamentos, roupa e comida em pequenas quantidades¹⁰¹¹.

A apreensão de grandes quantidades de vestuários, calçados, material escolar e mantimentos¹⁰¹², assim como a destruição de núcleos de cubatas e lavras (mandioca, milho, bananeiras, mamoeiros, batatas-doces, etc), captura de munições, mulheres e crianças foi considerado, pelos colonizadores, atividades de “contra-subversão”¹⁰¹³.

Na documentação da PIDE, encontrei relato que afirmava a descoberta de grande quantidade de lavras de milho e mandioca, **bem tratadas**, que não foram totalmente destruídas por carência de meios; a existência de cubatas com indícios de ocupação recente¹⁰¹⁴. Julieta Massampala resume: “os colonos atacavam as aldeias (...) e entoscavam as lavras em que os produtos alimentares ficavam”¹⁰¹⁵. Quando isso ocorria, Vitorina Massata acrescenta, “tanto o povo como os guerrilheiros sobreviviam de frutas silvestres”¹⁰¹⁶. Francisca Zombo, completa

(...) às vezes o inimigo mesmo que tivéssemos comida nas lavras, não poderíamos ir nas lavras, então onde recuamos, se encontrasse essa “gingaba”, é que sabe que tínhamos que cavar essa gingaba, na mesma noite tinha que ferver e na mesma noite tinha que descascar e cortejar porque é muito amargo, tinha que cortejar as rodela, depois dia seguinte metíamos na água e na mesma noite (som inaudível) rio próximo de onde vivemos, tínhamos que meter no sambo que está aí na porta, então tinha que meter no sambo, lavar muito bem e pôr na água. Se mete, por exemplo, umas três horas ou vinte horas, daqui lá para as oito horas do dia seguinte a amargura toda acaba. (...) e tínhamos ainda outras coisas que a gente podíamos comer quando tivessem fome é este, esta cola e este gengibre. Se encontrasse num sítio onde a gente fugisse ele nos salvava. Este é o gengibre, esta é a cola. Corta um bocadinho da cola, um bocadinho de gengibre e bebia água, mesmo que pudesse recair, já não recaia¹⁰¹⁷.

A angolana Deolinda Kangamafuka explica que em determinada altura, dado o avanço da guerra, havia período em que não conheciam o campo e nem a alimentação. Assim, além das frutas silvestres, alimentavam-se também dos tubérculos. Narra¹⁰¹⁸:

¹⁰¹¹ RODRIGUES, Op. Cit, 2010, p. 89.

¹⁰¹² AHM – F7/B/SR12/SSR3 - cx.243 - Angola, 1959-1971.

¹⁰¹³ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 276- Angola, 1960 – 1974.

¹⁰¹⁴ Idem.

¹⁰¹⁵ Entrevista de Julieta Massampala – LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

¹⁰¹⁶ G.80. Entrevista de Vitorina Ntumba Massata – Angola, 2013.

¹⁰¹⁷ G.80. Entrevista de Francisca Adão Zombo. Angola, 2010.

¹⁰¹⁸ G. 80. Entrevista de Deolinda Kangamafuka – Angola, 2010.

(...) vivíamos através do tubérculo, gingamba, kissadi. Se chegássemos numa área que não tivesse essas coisas, é mesmo ficar assim, povo a morrer sem alimentação. Era muito difícil na alimentação, porque a sítios mesmo, conforme tá essa mata toda, para encontrar esses kissadi ou gingamba, era mesmo difícil. As tropas tinham que caminhar, nos deixavam num sítio: “fiquem aqui, vamos localizar a área onde tiver essas comida”. Só assim que nas matas podíamos comer. Iam, nos deixavam, se encontrassem, voltavam a nos dizer (...) pá: “vamos sair daqui, vamos para a área onde encontramos água”. Nem água as vezes, há áreas que nós passávamos três, quatro dias, não tínhamos água. Então, é assim que vinham buscar a população para ir se instalar naquela área, ir. Nós chegávamos as vezes, 18 horas a metermo-nos nas kiangas, éramos obrigadas a nós metermos nas kiangas. Kinga quer dizer uma coisa, como está aquela (...) tás a ver!? aquela brincadeira aí, nós chamávamos um conjunto das cordas, da seca, paus secos, que em kimbundu chamávamos de Kiangá. Aí procura a noite, se encontrasse kissadi, era cavar mesmo, a noite, só para ver se os filhos não acabavam de morrer com fome. Nossa alimentação foi essa. E há áreas que nós íamos, nem coconote aparecia. Era um sofrimento muito enorme mesmo.

Nas fontes, de 1969, existe uma ocorrência que se refere ao fato de o MPLA sentir “grandes dificuldades nos reabastecimentos em virtude das casas comerciais da região fronteiriça/Zâmbia, se encontrarem sem mercadoria”¹⁰¹⁹. No mesmo ano, há também um registro de grupo portador de uma carta do comandante Totó que pedia a um “elemento de ligação” para lhe arranjar sal, fio de pesca, anzóis, roupas, linhas, cadernos e esferográficas¹⁰²⁰, sinalizando a carência de material em acampamentos do MPLA.

No Distrito do Uíge, localizei registro das atividades guerrilheiras contra fazendas e grupos de trabalhadores, com o objetivo de obter dinheiro, roupas e gêneros alimentícios, intenção que, segundo as autoridades portuguesas, revelava a necessidade dos movimentos de se abastecer de gêneros e agasalhos¹⁰²¹.

No interior de Angola, na DGS, houve o registro de muitas notícias articuladas no que dizia respeito a informações sobre a carência de vestuário com que se debatiam os militantes dos movimentos de libertação e as populações de algumas áreas. Tal fato, ao mesmo tempo em que promovia uma investida contra mulheres que trabalhavam como lavadeiras nos rios, demonstrou a forma, embora muitas vezes arbitrária, de sustento da luta anticolonial, por meio de material básico como no fornecimento de vestuário. Nas

¹⁰¹⁹ AHM – F7/B/SR12/SSR3 - cx.246 - Angola, 1959-1971.

¹⁰²⁰ Idem.

¹⁰²¹ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 274- Angola, 1960 – 1974.

bases, compreendendo as necessidades e finalidades da luta de Libertação Nacional, mulheres costuravam e confeccionavam roupas.

No Cuanza Norte, em 1971, segundo os registros da DGS, encontrei referências de homens armados que teriam “roubado roupas, incluindo fardas da Guarda rural, que uma mulher estava lavando na fazenda Santa Filomena”¹⁰²².

No Moxico, em notícia semelhante, do mesmo ano, houve o registro de roubo de vestuário de uma mulher que se encontrava nas lavras. Nessa mesma região, no ano seguinte, localizei uma ocorrência de interceptação de “algumas mulheres nas proximidades do Lumeje, tirando-lhes o que possuíam, inclusive o vestuário”¹⁰²³. O registro ainda de ataque de duas mulheres, próximo do povo Cambeje, na área de Vista Alegre, tendo-lhes roubado todas as roupas¹⁰²⁴. Além do roubo de roupas, encontrei nota também de espoliação de gêneros alimentícios e de lavras existentes nas proximidades de regiões, como no Moxico.

É evidente o fato de serem notícias que tentavam responsabilizar os movimentos anticoloniais pelas desordens e desvios resultantes do contexto de guerra. De outro modo, demonstra como mulheres foram parte do processo de luta anticolonial, oferecendo — voluntariamente ou não — a “cobertura” do que depois foi reconstituído nas brigadas de trabalho das bases, onde mulheres, compunham **exército de força de trabalho feminino**. Por exemplo, na falta de vestuário, Francisca Zombo explica que usavam um determinado tipo de casca de árvore para fazer roupa, como a de bananeira.

(...) essa é da bananeira (mostra a saia) nós que éramos pioneiras, as moças mesmo grandes faziam isso aqui como saia, conforme viram ontem ou anteontem que eu meti essa saia. Esta saia é de casca de bananeira, se tiveram uma saia pelo menos rasgada, de um tecido dentro, essa aqui cobria, em vez de ver o seu corpo, já não via o corpo
¹⁰²⁵.

Outro tipo de vestuário era aquele feito do andulo¹⁰²⁶, segundo a angolana, um “grande vestuário”; “aquele nós batíamos, tínhamos que ter a saia, a blusa, o pano, o

¹⁰²² ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Cuanza Norte – 20.02.1971.

¹⁰²³ ADN – DGS/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 11.07.1972.

¹⁰²⁴ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 276- Angola, 1960 – 1974.

¹⁰²⁵ G.80. Entrevista de Francisca Adão Zombo. Angola, 2010.

¹⁰²⁶ Trata-se também de cidade e município da província do Bié onde o abrigo subterrâneo ali montado por Jonas Savimbi é atração turística. Ver em <http://www.redeangola.info/roteiros/andulo/>. Acesso em 07/07/2021. Possivelmente, relaciona-se à material da localidade do Andulo.

cobertor”¹⁰²⁷. Domingas Kissanga narra “andulo, nós tivemos de bater, saíram no pau, o pau vira no pano”. Explica que “quando tiram do pau é só meter na água, nem sabão, nem nada, só lava mesmo, só assim, com a água simples e vestir”. Para secar, narra que “só um dia mesmo, se é muito grande e tem grossura, dois dias, mas como pouca grossura assim está é só um dia e já está seco; também não fica muito seco, tem que ficar um bocado úmido para cair bem no corpo”¹⁰²⁸. A entrevistada conclui afirmando “(...) é melhor bater o andulo para eu viver melhor. (...) para subir com a bandeira”¹⁰²⁹.

Suponho então, naquilo que diz respeito às atividades de retaguarda, essenciais no contexto de guerra, como o uso das “matérias da terra” para produzir vestuário, o “conserto de vestuário das forças combatentes”, o “fornecimento e preparo de alimentos” e/ou o “servir de elemento de ligação entre guerrilheiros”, mulheres se sobressaíam, nas ações que ocorriam nas bases, mas também fora delas, nas aldeias e clandestinidade¹⁰³⁰.

Considero que tal exercício de experiência da resistência foi sistematizado pelas mulheres das Organizações Femininas dos movimentos de libertação, e depois expandido como atuações possíveis das mulheres na guerra. Foi teoria formulada que partiu da experiência. Conforme texto de propaganda da OMA, publicitado em Brazaville, em 1964, as mulheres que participaram ativamente e diretamente na luta de libertação — no que diz respeito às atividades sinalizadas até aqui — mantinham o equilíbrio econômico-social nas aldeias, pequenas povoações e campos de refugiados de guerra¹⁰³¹.

Nas margens do rio Luena, por exemplo, existia acampamento do MPLA, com grande contingente populacional. Neste, a população dedicava-se à pesca, cujo produto era revertido para sustento da luta anticolonial, não só visando a agricultura de subsistência, mas também para transacionar por outros artigos de necessidade, com o auxílio dos habitantes da região, que se deslocavam com essa finalidade¹⁰³².

Ainda nas margens desse rio, foi registrado que principalmente na “orla das matas” existiam grutas onde os sujeitos dos movimentos de libertação e as populações se escondiam, ou seja, eram usadas como abrigos. As entradas das grutas eram pequenas e ficavam normalmente camufladas e cobertas de capim¹⁰³³.

¹⁰²⁷ Idem.

¹⁰²⁸ G.80 – Entrevista de Domingas Albano Kissanga. Angola, 2010.

¹⁰²⁹ Idem.

¹⁰³⁰ ADN – OMA - O papel da mulher na revolução angolana. 22.10.1964.

¹⁰³¹ Idem.

¹⁰³² ADN – DGS – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 11.03.1972.

¹⁰³³ ADN – DGS – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 17.06.1970.

Tal fato sinalizava a força de um mundo rural, adaptado e reorganizado em função das circunstâncias e condicionalismos locais que, durante a luta anticolonial, destacou-se por meio do que ali existia em potencial. No caso da participação de mulheres, a partir dos trabalhos costumeiramente executados por elas, seja nas atividades mais simples, ou nas mais trabalhosas, como na produção do material para iluminar durante a noite¹⁰³⁴. Francisca Zomba ressalta:

(...) Esse archote já nos ajudou muito, foi a nossa luz nas matas e isso as vezes quando for de dia para fazer o almoço, senão tiver um bocadinho de carvão que vocês apagou, se tiver pelo menos cinco ou seis archotes a gente conseguia fazer muito com ele o almoço, pra não fazer fumaça, pro inimigo não poder nos ver. E nos acendíamos, depois de nós acender, conseguíamos aluminar o sítio por onde nos tivemos a fazer o jantar. (...) uma hora ou trinta minutos. Se for bom, bem seco, não demora. Isso não demora porque quando acende nem vale a pena. (...) Lá para acendermos o fogo tínhamos uma pedrinha, tinha que raspare [raspar] umas coisas que ficam na panela, esqueci já o nome em português. Em quimbundo chamava-se “ococo” tem umas partes nas palmeiras que a gente raspávamos (som inaudível) estendíamos... o fogo com esses archotes (...)se fosse bué pessoas, cada qual levava o seu archote¹⁰³⁵.

A sobrevivência nas aldeias e bases dos movimentos de libertação, em matéria alimentar e produção de material, durante a luta anticolonial, continuou a depender das mulheres, gerando uma economia de autossustentabilidade. Constituíam “ponto de apoio” também aos grupos em trânsito naquela e outras áreas, principalmente na época de chuvas, dado que no tempo seco havia uma mudança de itinerário, nas deslocações entre as regiões militares e de fronteiras¹⁰³⁶. Como dito anteriormente, nelas, as populações eram instruídas e sensibilizadas a compor as várias atividades da retaguarda de guerra.

Nas bases, por exemplo, as sentinelas, figuras de destaque na maioria das regiões militares dos movimentos de libertação, eram as responsáveis por guardar um posto, realizar a vigilância do trabalho nas lavras ou resguardar os caminhos dos rios, e trilhos de acesso que conduziam às bases, lavras ou núcleos de cubatas.

Na documentação, mais precisamente no Cuando Cubango, foi registrado que quando as populações trabalhavam nas lavras, havia sentinelas armadas que ocupavam, durante o dia, posição elevada¹⁰³⁷. Em notícia semelhante, de 1969, por informação de

¹⁰³⁴ G.80. Entrevista de Francisca Adão Zombo. Angola, 2010.

¹⁰³⁵ G.80. Entrevista de Francisca Adão Zombo. Angola, 2010.

¹⁰³⁶ ADN – DGS – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 14.01.1972.

¹⁰³⁷ AHM – F7/B/SR12/SSR3 - cx.246 - Angola, 1959-1971.

uma africana apresentada na PIDE, o apontamento de que durante a noite ficavam sentinelas junto ao quartel da UPA, permitindo que outros fossem dormir “para os povos de Shaianga, Mujimbo e Jamba”, onde possuíam mulheres. Durante o dia, trabalhavam na construção das casas¹⁰³⁸.

Ainda com base nesses registros, existe uma menção de que sentinelas vigiavam o trilho de acesso onde vivia a população das antigas sanzalas Cassumba, Pata-Pata e Cote. Para atingir a base, atravessava-se o R. Matári¹⁰³⁹, numa zona de plantação de café, passava-se numa lavra de mandioca, entrava-se na mata, onde estava a base denominada¹⁰⁴⁰. Foi comum a presença de sentinelas nos caminhos de acesso às lavras e bases dos movimentos de libertação.

Em uma das ações das tropas portuguesas nas bases consideradas inimigas, na margem esquerda do rio Tumba, afluente do Cassai, foi registrado que a sentinela, junto com seu grupo, de número não estimado, reagiu fortemente, contra a captura de munições, documentos e pessoas¹⁰⁴¹.

De acordo com a angolana Salomé Epolua Chiuhamá, havia o conhecimento de que próximo às bases estavam ali senhoras como sentinelas. Elas buscavam informações para saber as áreas seguras de movimentação. A depoente explica que

(...) tanto nas bases quanto nas aldeias, todas as manhãs tinha que sair sentinelas que iam junto do rio, para ver se havia pegadas de estranhos, de botas dos militares. Então, vinha avisar se ali havia alguma coisa, mesmo na base também, ninguém podia buscar água sem que primeiro fosse a patrulha. (...) não podia fazer fogo porque a fumaça, ela depois se concentrava ao longo do rio. Eles vão saber que ali há população. (...) as pessoas podiam detectar a presença do inimigo através do cigarro, porque o tabaco tem um cheiro especial e os sentidos estavam muito, muito apurados. (com adaptações)¹⁰⁴².

A entrevistada explica que os sentidos como a visão, o olfato, a audição, eram fundamentais para quem ocupava o posto de sentinela. Completa:

(...) um cheiro estranho, era logo comunicar. A visão, e as noites, dentro das matas não há luz, não há nada, mas, com o tempo, a visão ficava tão apurada que mesmo a noite vocês estão a andar, não precisa de uma lanterna, também não se tinha lanterna mais. E a audição, lá nas aldeias,

¹⁰³⁸ Idem

¹⁰³⁹ Na fonte é assim referido. Acredito que seja a referência de um rio.

¹⁰⁴⁰ Idem.

¹⁰⁴¹ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 275- Angola, 1960 – 1974.

¹⁰⁴² Entrevista de Salomé Epolua Chiuhamá - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

dentro das bases, era proibido ter galos. Nas aldeias sim, mas próximo das bases não há galos porque galos, a qualquer momento, galo canta. Mas lá na aldeia eles tinha, tinham, sabiam como se defender, e sabiam também onde iam se esconder.

No geral, as mulheres angolanas que exerciam a função de sentinelas são referidas como os “ouvidos”, os “olhos” e a “boca” dos movimentos de libertação. Ainda na perspectiva da angolana Salomé Chiuhamá, “a ambição, a vontade efêmera, era de acabar com o sofrimento”¹⁰⁴³.

A entrevistada narra que as pessoas faziam leituras particulares e próprias do contexto de guerra. E, muitas vezes, quando iam para as bases, ajudavam no que fosse necessário, como por exemplo, na falta de escolas, enfermeiras, alimentação. Completa Salomé, “porque é dentro das matas, com as populações que viviam naquelas matas, que nós tínhamos que trabalhar”¹⁰⁴⁴.

Então, tanto nas bases quanto nas aldeias, todas as manhãs, tinham que sair sentinelas, que primeiramente visitavam os trilhos dos rios, para ver se havia pegadas de estranhos, das botas dos militares. Depois disso, elas avisavam se havia ali alguma coisa fora do comum, “mesmo na base também, ninguém podia buscar água, sem que primeiro fosse a patrulha de senhoras”¹⁰⁴⁵.

Da base (...) fazia-se tudo. Para a nossa segurança, íamos para as lavras, e quando você vai para as lavras, não tínhamos assim muita bagagem, era uma (som inaudível). Você não deixa os teus utensílios (som inaudível) você não sabe se na retaguarda a base será atacada, então o mínimo que você podia levar, você leva já. E, lá nos instruíam que tem que haver um ponto de recuo, caso haja um ataque. O ponto de reencontro é no (...). Então, enquanto as mulheres cultivavam, eu não tinha filhos ainda, as que tinham filhos era trabalhar e amarrar as crianças as costas. Era amarrar e trabalhar e uma, duas senhoras, estavam assim, num ponto, um bocadinho distante, para fazer a vigilância. Quando houvesse alguma coisa estranha, então avisavam, se vocês iam num local determinado... reencontro. As pessoas treinavam com a roupa que tinham, não tinha assim... era aquilo que a pessoa tinha. (...) Então, era mesmo assim, você tava cultivar com a tua criança mesmo aqui, se há um ataque, você não vai deixar a criança. Você vai estar a cultivar, mas o teu filho está a andar contigo. Qualquer coisa é melhor abandonar a enxada e correr com a criança¹⁰⁴⁶.

¹⁰⁴³ Idem.

¹⁰⁴⁴ Idem.

¹⁰⁴⁵ Idem.

¹⁰⁴⁶ Idem.

Seja no trabalho agrícola, no cultivo ou produção de alimentos, no transporte de material ou informação essas mulheres contribuíam na composição do que viria a ser uma Angola futura. Tais atuações permitiram outras formas de compreensão dessas mulheres no imaginário coletivo, enquanto sujeitos ativos, autoras, de uma economia social de guerra.

Ao articularem espaços mediados por relações de solidariedade e cooperação, essas mulheres não se intimidaram com as imposições do contexto de guerra. Elas adaptaram suas lides a uma conjuntura de desigualdades, conflitos e tensões sociais cotidianas. Combinaram atividades de ordens diferenciadas também com enfrentamentos individuais, não formalizados, em processo de transformação e adaptação.

De acordo com o que discuti no quarto capítulo desta tese, ao trabalho dessas mulheres foi acrescido as atividades de luta de libertação. Contudo, não houve um repensar das tarefas reprodutivas da mulher, ou seja, “das tarefas invisíveis que já ocupavam bastante tempo, e que contribuíam para aumentar o seu tempo de trabalho, no âmbito da divisão sexual do trabalho”¹⁰⁴⁷. A ideia de que a retaguarda era investida de trabalho tedioso, por não se tratar de regiões onde ocorriam combates abertos, é enganosa. Nesse contexto, a retaguarda foi força de defesa e sobrevivência de uma guerra que não se fez somente com armas de fogo. Maria José Antônio Bulenvu explica que:

Nessa frente, como eu digo, as mulheres nunca estiveram de trás (som inaudível). (...) Os regedores incentivavam as mães, as camponesas, os produtos que tivessem. (...) Quer dizer a mulher já vem a dar o seu todo em prol, foi isso que eu disse a vez passada (referindo-se à primeira vez que encontrou a pesquisadora). Tanto que mais quando se refugiaram pras matas elas, muitas delas perderam filhos (...). Muitos filhos foram sacrificados na revolução (som inaudível) papel da mulher, imagine, naquele momento o seu filho sacrificado? Para quê...é duro. Mas sacrificam o seu filho e você continua nessa revolução, vai buscar o comer... vai fazer aquilo, era um papel triplo, quadruplo, não consigo perceber...é um papel muito grande e as mulheres foram muito sacrificadas. Além do sacrifício de perder o filho, imagina aquela mãe, é combatente e militar, tem que pegar na arma, querendo ou não, quer seja ela faca, pedra, porque no princípio começaram com isso, armamento não tinham, começaram com as pedras, começaram com os canhoes, os canhangulos, é uma arma que eles fabricavam, de fabrico, e foram lutando.... (Cipriana acrescenta que a arma era feita de pau)

1048

¹⁰⁴⁷ CASIMIRO, Isabel. *Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora*. Disponível em <https://nigs.ufsc.br/files/2017/08/SAMORA-e-o-G%C3%A9nero-II-2001.pdf>. Acesso em 26/05/2021, p. 6.

¹⁰⁴⁸ Entrevista de Cipriana Domingues Miguel Kauaa e Maria José Antônio Bulenvu – AMA/FNLA - Luanda, 2019.

Maria versa sobre os sacrifícios e dificuldades que mulheres enfrentavam a partir da experiência de guerra. Além disso, reclama a centralidade e a valorização de suas atividades. Conforme a entrevistada expõe e busquei esboçar até aqui, essas mulheres, como “combatentes”, nesse trabalho entendidas como guerrilheiras, e militares, usavam armas de diferentes tipos, faca, pedra, enxada, ancinho, pau, canhangulos como armamento de guerra.

Nas bases, as diferentes redes de solidariedade ali formadas por essas mulheres incluíram a capacidade de iniciativa, bravura, reciprocidade, tolerância, compreensão, comunicação, busca de alternativas e solução de problemas. O que pode parecer soluções simples, mas que no contexto de guerra, onde a iminência do “agora” se fazia presente, permitia a criação de espaços de renegociação que fugiam inclusive da tradicional dominação masculina¹⁰⁴⁹, da disciplinarização dos corpos, do mando, segundo o qual os homens estariam na frente de combate e as mulheres no trabalho tedioso de retaguarda.

Essas mulheres aproveitaram os níveis sensíveis das estruturas de guerra para se inserir, entendendo-se enquanto guerrilheiras, nos trabalhos agrícolas e militares que executavam, nas bases dos movimentos de libertação. Centrada na experiência materna, e falando sobre a participação da mulher, em referência aos trabalhos realizados nas zonas libertadas da UNITA, ao longo da década de 1970, Antonieta Cesaltina Kulanda explica:

(...) a dado passo a mãe também era outra vez orientada a fazer o transporte de material de guerra. As mulheres faziam este papel de apoiar a retaguarda militar. (...) transportavam na cabeça, na cabeça uns tantos quilos, (som inaudível) explosivos, colocavam aquilo, faziam rodilhas, colocavam na cabeça e eram longas marchas para encontrar, eram um encontro do exército, das forças armadas. Chegavam até uma zona, onde tinha a parte administrativa do..., a logística do exército e elas regressavam para as bases sociais de apoio, eram assim chamadas, “bases sociais de apoio”. Era o que minha mãe fazia, participavam em campanhas. A minha mãe já fez trabalhos de ação social. Recebia os feridos de guerra, tinham que ser tratados pelas mulheres, lavar as roupas dos feridos, fazer comida dos feridos, cuidar da sua alimentação, era o trabalho delas. E cuidar da base, porque não podia haver lixo em parte alguma. O que eu aprendi naquele meio era a solidariedade, nós éramos todos famílias, o pai de uma amiga minha era automaticamente meu pai. Nós, na revolução, estendemos o laço familiar para além do laço sanguíneo, éramos todos familiares. Havia uma suposta fraternidade, unidade. (...) tínhamos aquele sistema de onde come uma

¹⁰⁴⁹ Esse “tradicional” que faz eco às práticas culturais em que o homem e a mulher são vistos de formas particulares e específicas, em uma ação imposta pela própria situação cultural.

criança, duas, três, quatro, cinco podem comer. Tínhamos aquele sentimento que não posso ser a única a matar, a aldrabar o estômago e deixá-lo sem orientação de um adulto. A própria criança já sabe estou a comer essa broa feita de massango ou de milho, estou a comer essa broa, um pedacito tenho que dar ao fulano de tal que está a passar fome. E o sistema que se tinha criado até nas bases de arranjar comida, havia lavras¹⁰⁵⁰.

O trabalho nas bases e solidariedade daí resultante da luta anticolonial faz eco nas atividades realizadas por mulheres também no pós-independência. Trabalho realizado, como as angolanas costumam reforçar, “lado a lado” e em colaboração com os homens. Apesar da entrevistada romancear os supostos laços existentes nas bases, ao enfatizar a solidariedade e unidade sem distinções, nestas zonas libertadas, mulheres representavam força importante de produção, ainda que homens também executassem tais atividades.

Como já foi discutido nos capítulos anteriores, importante ressaltar que reconhecer a agência e protagonismo dessas mulheres nas bases dos movimentos de libertação não significa negar que havia ali lutas e disputas entre grupos, entre homens e mulheres, mas também entre mulheres, em função da posição social, do lugar de nascimento, da cor da pele, do grau de escolaridade, instrução e outras tensões inviabilizadas¹⁰⁵¹.

Selina Makana revela, por exemplo, que uma distinção comum entre a UNITA e o MPLA é que enquanto o último encorajou as mulheres a se juntarem aos homens no combate, as lideranças políticas da UNITA não permitiram que as mulheres fossem à linha de frente. Segundo a investigadora, a UNITA só permitiu que as mulheres se juntassem às bases de suas unidades militares na década de 1980. O que significa que as angolanas recebiam treinamento, mas não eram autorizadas a ir à linha de frente. O que, por si só, abre leque para muita discussão.

Além das hierarquizações e disputas entre grupos referidas acima, os assédios e as violações, assinalados nos depoimentos das ex-guerrilheiras¹⁰⁵². Em dezembro de 1964, em seu diário, Deolinda Rodrigues registra¹⁰⁵³:

¹⁰⁵⁰ Entrevista de Antonieta Cesaltina Kulanda - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

¹⁰⁵¹ MAKANA, Selina. Motherhood as Activism in the Angolan People's War, 1961–1975. In *Meridians: feminism, race, transnationalism* 15, no. 2 (2017): 353–381, p. 15.

¹⁰⁵² Com base em narrativas de trauma, Makana aborda o tema minuciosamente em sua tese de doutorado. MAKANA, Shieunda Selina. What the Body Remembers: Traumatic Narratives of War and the Wounded Female Body as Witness. In *The War Needed Women: Gender and Militarization in Angola, 1961-2002*. University of California: Berkeley, 2017. Degree of Doctor of Philosophy.

¹⁰⁵³ RODRIGUES, Deolinda. *Diário de um exílio sem regresso*. Luanda: Mayamba, 2017.

A fome, a insegurança e a situação, em geral, fazer descarrilar os nossos guerrilheiros cada vez mais reclamantes e exigentes. Coitados! O que me desgosta e revolta é a atitude sexual deles demais para com as mocinhas do povo: começam logo a apalpá-las. Parece que assim estão a mobilizar o povo ao contrário¹⁰⁵⁴.

As narrativas como as de Deolinda e outras mulheres, denunciadoras das violências inscritas nos corpos das mulheres em tempos de guerra, nos convidam a compreensão destes traumas, mesmo quando muitas destas mulheres preferem manter essas histórias privadas.

Selina Makana ressalta que existe um consenso geral entre estudiosas feministas de que quando as tensões de guerra aumentam, o crescimento da violência sexual é diretamente proporcional a tal aumento. Segundo a autora, na maioria das vezes, a violência sexual, compreendida aqui como uma categoria mais ampla que envolve estupro, prostituição e gravidez forçadas, foi usada como uma estratégia de guerra, para causar destruição maciça e controle da população¹⁰⁵⁵. A apropriação do corpo de mulheres africanas para usufruto, por meio da brutalidade ou desigualdades econômicas, foi reiteradas vezes utilizada como símbolo de opressão. Neste sentido, o estupro não pode ser interpretado apenas como efeito colateral da guerra, mas também, em muitos casos, como uma linha de frente¹⁰⁵⁶ destes combates armados. Em um dos capítulos de sua pesquisa, Makana aprofunda as narrativas de trauma e múltiplas formas como elas são representadas nos corpos das mulheres.

De acordo com a investigadora, embora não existem dados quantitativos que demonstrem a magnitude das formas de violência sexual e de gênero dentro dos movimentos nacionalistas, o período da luta armada testemunhou a existência desses tipos de violência. É fato também que no pós-independência, principalmente no contexto da guerra fratricida, entre os próprios angolanos, esses incidentes foram amplamente divulgados por diferentes organizações dos Direitos Humanos¹⁰⁵⁷. O trauma invisível da violência sexual tem sido inerente à vida das mulheres angolanas¹⁰⁵⁸. Suas narrativas ressaltam a relação entre masculinidade violenta e o controle/violação dos corpos das mulheres.

¹⁰⁵⁴ Ibidem, p. 95.

¹⁰⁵⁵ MAKANA, op. cit., 2017, p. 95.

¹⁰⁵⁶ Ibidem, p. 100

¹⁰⁵⁷ Ibidem, p. 100-101.

¹⁰⁵⁸ Idem.

Apesar de tratar do período da guerra civil angolana, momento posterior ao analisado nesta investigação, o livro de memórias de Florbela Catarina Malaquias, *Heroínas da dignidade*, por exemplo, revela o nome de muitas vítimas, maioritariamente femininas, que sofreram situações de violência e tortura¹⁰⁵⁹. Na Jamba, uma das principais zonas político-militares da UNITA, mulheres e meninas angolanas foram sacrificadas sob o olhar de milhares de pessoas¹⁰⁶⁰, sendo a própria autora uma das vítimas. Malaquias denuncia situações de perseguições e coações impulsionadas por perversos sexuais, casos de mortes provocadas por feminicídios. Era frequente punirem-se mulheres, revela: “As culpadas eram elas, as mulheres. E chamaram-nas bruxas¹⁰⁶¹”.

Florbela Malaquias discute inclusive as diferenciações sociais existentes nesta zona da UNITA, entre as próprias mulheres. Revela que as mulheres dos oficiais tinham o privilégio de receber roupas de qualidade¹⁰⁶². E que as mulheres mais estudadas, principalmente aquelas com o quinto ano do liceu do ensino colonial português, eram as mais procuradas. Segundo a autora, “porque os militares faziam das mulheres formadas seus troféus sexuais”¹⁰⁶³. Uma foram separadas dos maridos; outras, mães e filhos, estupradas, vítimas dos caprichos sexuais de muitos militares.

A referida autora denuncia o caso do setembro vermelho, de 07 de setembro de 1983, onde, segundo ela, “Savimbi perpetrara um feminicídio coletivo, queimando vivas mulheres por razões da sua condição de sexo feminino e por menosprezo e discriminação da condição de mulher”¹⁰⁶⁴. Outras fontes apontam como razão supostas práticas de feitiçaria que provocava pânico e desencorajava muito homens a seguir na linha de frente. Além de um certo desafio a autoridade do próprio Jonas Savimbi. Também supõe-se que houvesse outros motivos, como do aproveitamento e ajustes de contas por outras razões, tal como a cobiça à mulher alheia ou pura vontade e capricho sexual.

Segundo Malaquias, Jonas Savimbi, principal expoente e liderança da UNITA, nunca disfarçou o ódio que nutria pelas mulheres, e a circunstância de supremacia propiciada pela guerra colocava-o em uma condição de abuso de poder¹⁰⁶⁵. A autora menciona o caso de Eunice Sapassa, que fora presidente da LIMA, a organização

¹⁰⁵⁹ MALAQUIAS, Florbela Catarina. *Heroínas da Dignidade*. Luanda: Book Link, 2019. p. 10.

¹⁰⁶⁰ Ibidem. p. 14.

¹⁰⁶¹ Ibidem. p. 70.

¹⁰⁶² Ibidem. p. 80.

¹⁰⁶³ Ibidem. p. 112.

¹⁰⁶⁴ Ibidem. p. 169.

¹⁰⁶⁵ Idem.

feminina da UNITA, brutalmente assassinada por esquartejamento¹⁰⁶⁶. Além de Sapassa, cita o caso de Judith Bonga, Victória Chitata, Clara Miguel, Aurora Catalayo, Isabel Kalitangui, Maria da Piedade, Tita Malaquias, Xica Chingunji e outras que foram silenciadas e condenadas a todo tipo de privação¹⁰⁶⁷. Segundo a jornalista, “os crimes contra a humanidade não prescrevem, para que, apesar da passagem do tempo, se possa realizar a justiça, assegurar a reparação e garantir a não-repetição”¹⁰⁶⁸.

É óbvio que Deolinda Rodrigues, Selina Makana e Florbela Malaquias encontram-se em planos diferentes. Makana é pesquisadora e narra dados de investigação com base em suas experiências de pesquisa. As outras, Rodrigues e Malaquias, em circunstâncias diferenciadas, foram vítimas de abusos nos maquis, observaram situações de opressão e narraram suas experiências. Independentemente das guerras, com suas narrativas, chamo atenção para problema pouco explorado na historiografia, como é o caso da violência sexual. Essas narrativas de trauma, de dor e humilhação, impactam na memória nacional. Elas intervêm diretamente no curso dos eventos históricos aqui analisados e nos oferecem histórias alternativas às narrativas oficiais de guerra. Não somente, histórias silenciadas, esquecidas e apagadas por eventos históricos traumáticos como é o caso destes conflitos armados aqui analisados.

Sobre o período da luta armada pela independência de Angola, no diário de Deolinda Rodrigues, no relato de sua permanência nas zonas de guerrilha da Segunda Região em Cabinda, no CIR de Dolisie e no acampamento Kalunga, em 1966, ela informa

Visitamos a lavra dos guerrilheiros (milho e mandioca) e da escola (mandioca, bananeiras, ananases). Um bom começo. Durante pelo menos um mês, mobilizamos as senhoras para os **trabalhos da revolução**: fazer kisaka pisada, fuba, lavras, ajudar os guerrilheiros, esclarecer-lhes politicamente...falta-lhes sabão...comem ervilhas... Não têm cigarros há várias semanas. Falta-lhes medicamentos. Que a OMA ajude regularmente com: 1) fuba, 2) farinha, 3) cigarros, 4) rebuçados, 5) compota. (...) Durante a tarde um avião português passou perto... Altas horas da noite ouvimos “disparos”. Avisamos ao professor: afinal só era barulho da queda de bambus. “Dormimos” sossegados¹⁰⁶⁹.

Isso quer dizer que, mesmo com certas diferenciações sociais ali prevalentes, as angolanas se dividiam conforme suas habilidades, havendo aquelas mulheres que, nas

¹⁰⁶⁶ Ibidem. p. 176.

¹⁰⁶⁷ Ibidem. p. 139-146.

¹⁰⁶⁸ Ibidem. p. 205.

¹⁰⁶⁹ RODRIGUES, 2017, op. cit., p. 146.

aldeias, assim como nas bases, cultivavam, depois pisavam a fuba e preparavam o alimento. Faziam trabalho agrícola. Aquelas que buscavam informação e falavam, umas com as outras, explicando a situação que estavam passando. E aquelas que transportavam material e confeccionavam vestuários usando os “produtos da terra”. Sem falar nas táticas utilizadas por aquelas mulheres anônimas que participavam nos interrogatórios com os portugueses, para proteger a si e outros. Isto é, “contribuíam com aquilo que podiam”, por meio de arranjos cooperativos¹⁰⁷⁰.

Como busquei demonstrar, também fazendo uso das palavras das mulheres angolanas, elas são parte do processo de luta anticolonial, entendendo-se e compreendendo-se a partir desse lugar. O que deixa entrever que na mecânica de guerra, elas fabricam a si e sua própria atuação, e com base nisso inseriam-se em um trabalho de luta anticolonial. É como resume uma das entrevistadas, “o despertar o interesse de ter as mulheres ao lado, foi por conta das lutas feitas pelas próprias mulheres”¹⁰⁷¹.

Foi iniciativa autogestionada que além de colaborar com o que intitulo de “economia anticolonial”, permitiu sobrevivências. Tal fato, levanta questões de gênero a respeito da compreensão do lugar ocupado por essas mulheres na luta anticolonial. Como as diferentes formas de atuação feminina estiveram sujeitas a reinvenções e adaptações de estruturas sociais resultantes do contexto de guerra.

5.3. A ação anticolonial dos boatos sobre as retaguardas

Ao longo do período de guerra anticolonial foram recorrentes os deslocamentos de mulheres e crianças que, ao deixarem suas casas e povoações, em decorrência do clima de insegurança, ou por terem suas lavras e cubatas destruídas, dirigiam-se para as regiões de fronteiras com Angola a fim de buscarem melhores condições de vida¹⁰⁷². Embora nem sempre encontrassem, visto o grande número de pessoas refugiadas e as dificuldades inerentes a esse processo, como a falta de segurança, alimentação, vestuário, etc.

Sobre isso, encontrei relato informativo, de 1968, que faz referência a um dos acampamentos da UPA, e aos deslocamentos forçados a que, devido à guerra, parte das populações do interior eram submetidas. Nesses deslocamentos, mulheres, velhos e crianças eram os mais afetados.

¹⁰⁷⁰ Entrevista de Salomé Epolua Chiuhamu - LIMA/UNITA -Luanda, 2019.

¹⁰⁷¹ Entrevista de Maria José António Bulenvu- AMA/FNLA - Luanda, 2019. (com adaptações)

¹⁰⁷² AHM -F7/B/SR12/SSR3 - cx.241 - Angola, 1959-1971.

Nos acampamentos que apoiam os quartéis da UPA no interior de Angola, só se fazem queimadas para se prepararem as lavras, depois das 17 horas porque depois dessa hora os aviões não passam. Quando se deslocam grupos com mulheres e crianças do interior de Angola para a RDC e vice-versa. A viagem é sempre demorada e pode demorar cerca de um mês. Os grupos têm cerca de 100 elementos. Cada elemento leva um carregamento de comida que lhe dura entre 5 e 10 dias. Os alimentos são à base da mandioca, ginguba e fuba. Costumam caçar durante a viagem; quando acabam os alimentos, antes do grupo chegar a seu destino, alimentam-se de Coconote (a casca do dendê), raízes e frutos do mato. Progridem normalmente de sol a sol, fazendo altos para descanso e comer por volta do meio-dia e 4 horas da tarde. Quando fazem estes altos, escondem-se dentro de uma mata e destacam vigias para cima dos morros mais próximos. Ao anoitecer escolhem outra mata onde fazem camas de capim para ali dormirem. Se está muito frio fazem fogueira para se aquecerem e tapam-se com cascas de árvores batidas (pau de kindulo). Costuma morrer gente durante a viagem por cansaço, fome ou doença, principalmente velhos, crianças e mulheres. Quando isto acontece, enterram-nos naquele local. Quando veem vestígios das NT (nossas tropas), latas, pontas de cigarros, papéis, etc, ou rastro das NT em terreno arenoso, afastam-se com medo e escolhem outro caminho. Nunca utilizam os trilhos batidos pelas NT. Os elementos da frente (observadores) que vão armados, vão abrindo trilhos através do capim para o grosso do grupo poder passar. Nunca utilizam os mesmos trilhos com medo das NT os terem descoberto e, portanto, haver probabilidades de os terem armadilhado montado emboscadas¹⁰⁷³.

Nas emissões estrangeiras, como por exemplo a de Lusaka, da Zâmbia, de alcance considerável em algumas regiões de Angola, transmitida na língua banto “luena”, convidavam os angolanos para as regiões fronteiriças de modo a se “alistarem como soldados e aprenderem a lutar quando fosse necessário”¹⁰⁷⁴. Nas propagandas escritas e orais, ressaltava-se a “solidariedade africana”, a formação de uma “frente unida” e o “entrar em Angola com arma na mão”¹⁰⁷⁵.

Em boletim da DGS, localizei uma reclamação do que consideravam “pequenos indícios técnicos de subversão”, especialmente através da propaganda radiofônica que, aliada a uma série de boatos, conduzia cenário favorável aos constantes deslocamentos de angolanos e angolanas¹⁰⁷⁶.

De acordo com essa documentação, buscava-se a colaboração dos refugiados “como um processo de acabar com a mão de obra e pagamento de impostos de forma a

¹⁰⁷³ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.245 - Angola, 1959-1971.

¹⁰⁷⁴ ADN – SCCIA – Propaganda radiofônica – Zâmbia - 16. 09. 1965.

¹⁰⁷⁵ ADN – PIDE/ANGOLA – Actividade anti-portuguesa – Congo Brazza – 06.09.1965.

¹⁰⁷⁶ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.243 - Angola, 1959-1971.

dar um golpe decisivo na economia colonial”¹⁰⁷⁷, já que não haveria mão de obra agrícola nas grandes plantações dos portugueses.

Em 1967, referindo-se à região de Cabinda, e enfatizando o que já havia sido ressaltado em *supintrep* anterior (relatório de informações), os militares da DGS assinalavam que “as preocupações de natureza econômica eram as dominantes”. Advertiam as autoridades portuguesas que a situação piorava em virtude de “medidas impopulares”. Afirmavam: “se não tomarem para já as medidas adequadas ou imediatamente eficazes que demonstrem claramente que se pretende vencer a crise, pois já há quem se interroge se não haverá deliberada intenção de a aumentar”¹⁰⁷⁸.

A documentação da PIDE destacava o elevado número de nativos, visto assim por quem se reconhecia como sendo colono, *em especial mulheres*, que pretendiam seguir para Cabinda, com vista a passarem mais facilmente para o Congo-Leopoldville¹⁰⁷⁹. O que demonstra a força das regiões de fronteira nesse período de guerra. Mulheres “marchavam” no interior de Angola, em caminhadas longas e com refeições limitadas, em busca de sobrevivência.

A entrevistada Salomé Tinhamé, em uma caminhada inversa, voltando da Zâmbia para a província do Moxico, depois de viver na clandestinidade, e decidida a voltar para contribuir nos trabalhos de base da UNITA, conta que levou 11 dias até a referida província¹⁰⁸⁰. Explica: “mas aquilo era marchar porque era dentro do território do inimigo”¹⁰⁸¹. Diz que tinham que andar noite e dia e “andar mesmo depressa”. Narra que havia vezes que, depois da marcha, tinha os joelhos e os dedos inflamados¹⁰⁸². Completa:

Nessas caminhadas vi que tínhamos que começar de novo, porque é dentro das matas, com as populações que viviam naquelas matas, que nós tínhamos que trabalhar. Então era preciso começar pelos adultos a alfabetização, pelas crianças, era mesmo começar, mas sem condições, sem livros. Você tinha que puxar da sua cabeça para poder ensinar. E depois também, naquelas matas que nós fomos, eram línguas locais.

¹⁰⁷⁷ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.239 - Angola, 1959-1971.

¹⁰⁷⁸ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 272- Angola, 1960 – 1974.

¹⁰⁷⁹ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.241 - Angola, 1959-1971.

¹⁰⁸⁰ As narrativas das mulheres da UNITA que entrevistei muitas vezes são omissas em relação ao período de luta anticolonial, muito provavelmente pelo contexto, por ter sido um dos últimos movimentos a se constituir, já em 1966. No geral, as informações concentram-se na memória de velhos e no período mais recente da guerra, passados em meados dos anos de 1970. Vale ressaltar que a UNITA se constitui, de fato, no período que segue à independência. Saliento que em muitos depoimentos, muitos deles, homens e mulheres, tinham em mente um inimigo diferente do colono, e falam da invasão russo-cubana a qual combatiam.

¹⁰⁸¹ Que pode fazer referência tanto às regiões controladas pelos portugueses quanto pelo MPLA, ou ainda de outros, já que se trata de depoimento de mulher associada à UNITA.

¹⁰⁸² Entrevista de Salomé Epolua Chihuahama - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

Tinha que se aprender um bocadinho dessas línguas locais, para poder fazer uma interação, por que as pessoas não falavam português, falavam o Chockwe, o Nganguela, o Umbundu.¹⁰⁸³

Assim, nessas “marchas” de longas distâncias, passavam e reconheciam as bases, que eram distantes umas das outras e assistiam, como testemunhas, e muitas vezes participantes diretas, voluntariando-se nas bases, como no caso de Salomé, as dificuldades decorrentes da guerra. Destaco que “marcha” é uma palavra polissêmica, quando referida pelas mulheres da Unuta. Pode significar desde trajetórias individuais a coletivas. No período colonial, essas “marchas” não eram tão comuns, mas a interlocutora pode estar referindo-se à década de 1970, quando a guerra tomava contornos mais definidos e os circuitos de pessoas no interior do país começava a ser mais frequente¹⁰⁸⁴.

Com o refúgio e as incessantes marchas no interior de Angola, principalmente depois dos anos 1970, à medida que os anos de guerra se prolongavam, informações e contrainformações a respeito da luta anticolonial foram sendo construídas. Informação e contrainformação não convencionalizadas institucionalmente. Trata-se de informações circuladas por pessoas comuns, mulheres em sua maioria, sem a preocupação de seu uso, na utilização indiscriminada de mensagens utilizadas como forma de transmissão e comunicação. Ou seja, que não recebe um treinamento para o uso da informação.

Tendo em vista o contexto de guerra, havia um clima de suspeita entre as populações, fazendo circular boatos que muitas vezes geravam, segundo a documentação, situações de “desorientação” e “alarme”. Conforme informa a angolana Timbia Esperança, “era assim que algumas famílias sabiam o que se passava”¹⁰⁸⁵.

Dessa maneira, por meio das conversas no dia a dia, boatos, nas notícias que circulavam nas rádios, nas propagandas anticoloniais e mesmo nas canções de guerrilha, entoadas por mulheres, as diferentes populações do interior de Angola informavam-se e a partir daí passavam também a se posicionar na guerra.

Com efeito, havia uma grande propagação de boatos, visto tratar-se, segundo o manual de tática de guerrilha¹⁰⁸⁶, de autoria do líder militar cubano Alberto Bayo, mas muito utilizado pelo MPLA, em seus planos estratégicos e táticos, de forma como

¹⁰⁸³ Idem.

¹⁰⁸⁴ Elas também fazem menção à “grande marcha” como a retirada de Savimbi e militantes da UNITA de Luanda para o Planalto Central; da fuga por centenas de quilômetros no interior de Angola ao longo da qual muitos pereceram, na ocasião da declaração da independência pelo MPLA, asserção de Luanda como área de influência, e instituição da guerra civil. Logo, a interlocutora pode também estar se referindo a período depois da independência, nos idos de 1976 a 1990, projetados no relato do período de luta anticolonial.

¹⁰⁸⁵ Entrevista de Timbia Esperança - LIMA/UNITA – Luanda, 2019.

¹⁰⁸⁶ AHM – Manual de tática de Guerrilha – Relatório de contra-informação – Luanda, 13.08.1962

poderiam contribuir os voluntários na luta anticolonial. Sendo contra os colonialistas, a “ser espalhados aos quatro ventos e ampliados quanto possível”¹⁰⁸⁷. Trata-se de sociedade na qual o veículo de informação basilar era a expressão oral.

Em um dos documentos de transcrição de uma das emissões da rádio do posto clandestino da União Indiana “Voz da Liberdade”, da UPA/FNLA, em 1960, um africano cujo nome não foi descrito na fonte, mas que publicou um artigo no Semanário *Free Goa* já alertava: “o branco subestima o grande poder da palavra e da propaganda falada, o sistema especial de comunicação rápida dos africanos”¹⁰⁸⁸.

O que considero mais uma forma de protagonismo desses povos, incluindo aí a agência de mulheres comuns, no destaque da oralidade como ferramenta importante. Elas contribuía também por meio de suas palavras e experiências com a guerra, marchas, trabalhos nas aldeias e bases, informando outros, pelo seu poder de comunicação.

Nas ocorrências da DGS, por exemplo, foi comum autoridades militares portuguesas usarem os dizeres dessas populações como objeto de prova, nos comentários de que “recebeu informações de nativos”¹⁰⁸⁹, “ouviram-se nas proximidades”¹⁰⁹⁰, “verificou-se correr entre os nativos”¹⁰⁹¹, “circulam em toda a província”¹⁰⁹², “correram nos bairros periféricos”¹⁰⁹³, “chegaram informações acerca da extraordinária proliferação de boatos”¹⁰⁹⁴. Tais registros, mas não somente, também as fontes orais, demonstram a relevância da forma como essas populações observavam e vivenciavam a guerra. Ancorados nos testemunhos orais, os relatórios e interrogatórios da PIDE/DGS têm valor considerável também como forma de registro das múltiplas sensibilidades anticolonialistas existentes na época.

A título de exemplo, de acordo com a documentação da PIDE/DGS, alguns boatos que circularam em 1964, entre os africanos da área do povoado de Óbidos, conselho de Icolo e Bengo (Catete), deixaram populações alarmadas por sugerir que em Luanda “andavam a envenenar pretos, tendo já muitos morrido”¹⁰⁹⁵.

Das averiguações, concluiu-se que o boato devia ser da responsabilidade de um “camionista”, que teria passado na povoação de Golungo e teria dito aos africanos “que

¹⁰⁸⁷ Ibidem, p. 114.

¹⁰⁸⁸ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.238 - Angola, 1959-1971.

¹⁰⁸⁹ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.239 - Angola, 1959-1971.

¹⁰⁹⁰ Idem.

¹⁰⁹¹ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.241 - Angola, 1959-1971.

¹⁰⁹² AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.243 - Angola, 1959-1971.

¹⁰⁹³ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 272- Angola, 1960–1974.

¹⁰⁹⁴ ADN – Luanda – 06.12.1966.

¹⁰⁹⁵ ADN – Boatos que circulam em Angola – 23.11.64.

estavam condenados a morrer, pois que em Luanda já poucos havia e que até a sua esposa tinha falecido”¹⁰⁹⁶. Ainda segundo a fonte, depois, ao boato foi dada nova forma, por uma angolana que teria “imaginado” como se daria o envenenamento, afirmando ser através da fuba.

No caso desse boato especificamente, de envenenamento, pode ser tanto um relato que transmite uma notícia como uma narração ou avaliação que decorre dessa notícia. Se esses ruídos afetavam membros das famílias, vizinhos, amigos, entre outros, tais indivíduos mostravam-se interessados.

O período de guerra foi momento em que as pessoas se comunicavam e, também, através da palavra dita, formulavam suas análises dos acontecimentos resultantes da luta anticolonial. Com a guerra, o clima de insegurança que se instaurou adquiriu características próprias. Criava-se um imaginário justificador de ações anticoloniais, disseminado também por pessoas comuns. Os boatos expressavam a contestação e dificuldades de um convívio social imposto pelo colonizador, ainda que muitas vezes não intencional; informam acontecimentos circunscritos ao ambiente angolano de guerra.

Em 1967, citando caso parecido, circularam na província de Luanda vários boatos que correram nos bairros periféricos, nos Musseques, referindo-se a que os europeus iam envenenar os gêneros alimentícios destinados aos africanos. De acordo com a documentação, esse fato teria gerado um “clima de excitação” no qual se registraram “incidentes violentos”, havendo necessidade de averiguações para identificar as causas¹⁰⁹⁷.

Sobre esses rumores, pela documentação, a DGS costumava abrir inquéritos e realizar diligências no sentido de identificar os responsáveis. Tal fato aponta a preocupação da polícia portuguesa no sentido da tentativa de se evitar o “clima de insegurança” e medo instaurados, também responsáveis pelas movimentações de povos, mulheres e crianças.

Ao que constato, essa atmosfera gerava novas adesões à luta anticolonial, a desistência no trabalho das lavras dos colonizadores, o trabalho voluntário nas zonas libertadas, o aumento dos deslocamentos. Fatos que conseqüentemente prejudicavam e ameaçavam a permanência destes no país. Essas narrativas ou a circulação delas originavam-se tanto da necessidade de modificar realidades quanto da simples descrição de um determinado acontecimento.

¹⁰⁹⁶ ADN – Boatos que circulam em Angola – 19.11. 1964.

¹⁰⁹⁷ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 272- Angola, 1960 – 1974.

Em 1962, no jornal *ABC – Diário de Angola*, em texto nomeado “Esclarecimentos de origem oficial sobre o tema de um boato”, já se denunciava o boato como uma arma que se podia considerar clássica no tipo de guerra que os movimentos de libertação impunham, de guerrilha. O autor constata ser “rendoso” visto ter aceitação na grande maioria da população, o que, em sua perspectiva, causava “prejuízos sérios” e facilitava a “ação” dos movimentos de libertação “sobre as *retaguardas*”¹⁰⁹⁸. Ou seja, favorecia a inserção das ideias políticas desses movimentos nas povoações, e entre mulheres, que cumpriam funções prioritariamente na retaguarda de guerra.

Um ano mais tarde, mas no *Jornal do Congo*, da cidade de Carmona no Uíge, em trabalho intitulado “boato e companhia”, as contestações continuam¹⁰⁹⁹, reclamava-se da tarefa genérica do boato em função da guerra. No texto, destacava-se o fato de o boato servir para preparar ou aproveitar ambientes, enquanto arma psíquica. Ressaltava-se a necessidade de informações quanto à origem do boato, análise de sua porção de verdade ou de sua estruturação. A publicação é um ataque aos boatos, contra as infiltrações e espionagens, tarefas típicas do universo de mulheres na luta anticolonial.

Em boletim do Quartel General da Região Militar de Angola para a imprensa, reclamava-se da variabilidade temática dos boatos que, segundo o documento, “abrange um campo tão vasto que se tornava impossível analisar cada um por si”. O autor do documento sugere inclusive respostas para a contenção dos rumores. Afirma¹¹⁰⁰:

Julga-se que uma boa solução para se deter esta onda de boatos seria a de, além do procedimento legal contra esses colaboracionistas do “inimigo”, divulgar o seu nome em letras bem destacadas na imprensa e na rádio como traidores à pátria. Talvez o receio desta propaganda negativa seja o único meio para estas línguas venenosas.

Segundo as fontes da DGS, o boato gerava “alterações da ordem pública”, causava “crimes”, “incidentes”, “atividades deprimentes”, “aliciamentos”. Foi forma de expressão fora dos padrões coloniais e de elites escolarizadas, portadoras também de ideias e propagandas políticas.

Em 1964, por exemplo, na província do Cuanza Sul, no Novo Redondo¹¹⁰¹, foi registrado que verificou-se correr entre os nativos o boato de que haveria incidentes na

¹⁰⁹⁸ *Jornal ABC – Diário de Angola*, agosto de 1962.

¹⁰⁹⁹ *Jornal do Congo* – 12.12.1963.

¹¹⁰⁰ ADN – Boletim Informativo das Forças Armadas em Angola, notícias para a imprensa – 14 a 21 de agosto de 1963.

¹¹⁰¹ Atualmente Sumbe, cidade e município de Angola, capital da província do Cuanza Sul.

época do Natal. Segundo essa mesma polícia, já em anos anteriores se verificaram os mesmos boatos. O autor do documento explica que “é normal o aparecimento de boatos próximo de datas sensíveis” e recorda que desde 1964 vinha sendo executado pela UPA, corroborada pela MPLA, forte campanha de incentivo das populações à luta anticolonial, e às sabotagens¹¹⁰².

Nota-se, portanto, que os depoimentos analisados oferecem detalhes de acontecimentos passados e cotidianos desse período de guerra. Percebe-se que é um contexto de informações dinâmicas, vinculadas a diferentes espaços e atividades. Eram histórias possíveis, ainda que o caráter de tais informações fosse duvidoso. Parece ser a marca de uma época, típica do contexto de guerra.

Dessas atitudes consideradas “inconvenientes” resultou a detenção pela PSP de africanos que propalavam o boato de que nos aldeamentos circunvizinhos a Luanda, “apareciam pela noite um branco e alguns pretos que cortavam a cabeça as pessoas que ali se encontravam”. Os acusados foram entregues à PIDE para averiguações¹¹⁰³.

Em 1967, na zona mineira de Lucapa, corria o boato de que “a independência ia chegar no dia 20”, o mesmo acontecendo na zona de Cambulo, onde a “independência seria no dia 22”. Todas essas notícias sobre a luta anticolonial e a esperada “libertação” confundiam as autoridades coloniais e criavam um ambiente propício a uma massificação de ideias políticas que contestavam a dominação colonizadora em Angola.

Em 1969, na Zona Leste de Angola, um tratorista, residente no aldeamento dessa região, informou que a sua companheira ouvira da mulher do soba que: “os tropas, juntamente com os brancos só estariam descansados até o fim do ano e daí em diante podiam contar com a grande revolução”¹¹⁰⁴.

Esses relatórios buscavam informar as situações de guerra, o cotidiano das províncias, diante das notícias e informações circuladas para entidades competentes, os serviços de informações portuguesas¹¹⁰⁵.

Homens e mulheres, portanto, tornavam-se colaboracionistas dos movimentos de libertação embora continuassem, como a DGS descreve, algumas vezes, para o caso dos

¹¹⁰² AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.241 - Angola, 1959-1971.

¹¹⁰³ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.246 - Angola, 1959-1971.

¹¹⁰⁴ Idem.

¹¹⁰⁵ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 271- Angola, 1960 – 1974.

povos quiocos¹¹⁰⁶, “por submissão, a capinar e limpar os locais destinados a edificações de novas aldeias¹¹⁰⁷, em teoria, a mando do colonizador.

Assim, atuavam dentro de espaços conquistados ou concedidos e obtinham o poder da informação que, apesar de instável, de maneira implícita, moviam-se de modo a tecer acordos e negociações junto à polícia portuguesa, mas também aos movimentos de libertação.

As propagações de boatos definiam possibilidades de avanço e recuo de mulheres na guerra, expressando ainda uma reação contra a presença do colono em Angola. O domínio das línguas locais assumia assim, abertamente, uma atitude anticolonial. As autoridades portuguesas já assinalavam a proximidade, a título de exemplo, dos quiocos com os movimentos de libertação, tratando-os por “nossa família”, por falarem a mesma língua¹¹⁰⁸. O que sinaliza a língua como elementos de identificação primordial no remoto mundo rural angolano, revelando “relações e ligações sociais muito estreitas entre pessoas que compõem a comunidade de língua e cultura”¹¹⁰⁹.

Tais sujeitos, criaram uma rede de informações, de forma e usos diferenciados, surgidas dos mais diferentes pontos, estruturada em função de “ver” e “ouvir dizer”, nas memórias e participação de indivíduos comuns na guerra, ainda que não soubessem exatamente os interesses imediatos em questão. Contribuíam para produzir visões e percepções sobre a guerra em Angola.

Na documentação, existia inclusive a preocupação em saber se os soldados colonialistas procuravam “mulheres, em que lugares, e horas”¹¹¹⁰. Tal fato demonstra a força de atuação das mulheres africanas, gerando inquietações nas lideranças dos movimentos de libertação, a ponto de fazer o registro de tal informação no manual da Fapla. Em diferentes situações de convivência, as mulheres africanas foram vistas enquanto potenciais testemunhas, informadoras, da luta anticolonial, pelo ver e ouvir dizer.

¹¹⁰⁶ Importante assinalar que as grafias dos nomes mudam de acordo com a documentação. Algumas grafias aparecem no português colonial, outras nas línguas nacionais, outras ainda nas línguas locais. Neste trabalho, mantenho o registro da documentação e sempre quando posso sinalizo as mudanças em nota de rodapé.

¹¹⁰⁷ ADN – PIDE/ANGOLA. Atividade terrorista em Angola – Distrito do Bié – 11.12.1967.

¹¹⁰⁸ Idem.

¹¹⁰⁹ SÁ, Op. Cit, 2012, p. 161.

¹¹¹⁰ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.244 - Angola, 1959-1971.

5.4. Das informações motivadas por mulheres: as angolanas como testemunhas oculares de guerra

Como demonstrei até aqui, é incontável o número de mulheres que contribuíram no projeto de formação dessa nova sociedade por meio do trabalho participativo. Elas laboravam, testemunhavam e informavam as contingências da guerra. Nos autos da DGS, referenciavam as localizações dos acampamentos, efetivos, segurança, ofereciam sinalizações, identificavam armas através de fotografias.

São elas quem, através do seu testemunho e das suas subjetividades, integrantes de diferentes “nós”, colocavam portugueses e os movimentos de libertação a par das condições sociais de guerra, das razões, convicções, suscetibilidades, medo, inseguranças que, por sua vez, implicavam suas escolhas no contexto de luta anticolonial.

As africanas informavam e movimentavam-se a partir de estruturas localizadas, também buscando se beneficiar, pelo seu poder de informação. Nas fontes administrativas e policiais portuguesas é referido que algumas delas são raptadas por diferentes sujeitos dos movimentos de libertação e depois, em fuga, apresentavam-se aos postos administrativos para prestar informações. Não podemos inferir ao certo os interesses em questão. Na luta emergente pela vida e segurança foram vários os caminhos “políticos” que, inseridos em situações imediatas, pautavam-lhes as ações.

A título de exemplo, em 1971, a africana Buçaco¹¹¹¹ prestou esclarecimentos sobre um acampamento do MPLA e afirmou existir, em suas proximidades, uma concentração de população, na maioria mulheres, da qual era responsável uma tal Mariquinha¹¹¹². De mesmo ano, a africana Umpulo, sequestrada em uma das operações militares dos portugueses, diz ter ouvido que a segurança dos acampamentos dos movimentos de libertação era garantida por sentinelas armadas¹¹¹³. Outra depoente, a africana Cagita Luma Cassai afirmou que os homens dos movimentos de libertação abasteciam-se de mandioca das lavras de uma antiga aldeia¹¹¹⁴.

Na região do Moxico, em 1968, um industrial que trabalhava no corte de madeira disse que uma africana afirmara que os considerados “terroristas” tinham raptado o seu

¹¹¹¹ Como forma de resguardar a integridade das informantes, seus nomes originais foram preservados. Faço uso de pseudônimos, em substituição aos seus nomes originais. Utilizo a referência do lugar onde essas mulheres se apresentavam.

¹¹¹² ADN-DGS – Acampamentos do MPLA – 22.05.1972.

¹¹¹³ ADN-DGS – Acampamentos do “MPLA” – 04.08.1971.

¹¹¹⁴ ADN-DGS – Acampamentos do “MPLA” – 29.01.1972.

marido e que tencionavam, igualmente, raptar toda a população da área. Diante dessas informações, segundo a fonte, todas as pessoas que trabalhavam no corte de madeira não queriam regressar ao local¹¹¹⁵.

Esses relatos anunciam as nuances das atuações de mulheres em contexto de guerra, a relevância social do que as africanas comunicavam, por conhecimento, experiência, saber, ver, participar e ouvir dizer da luta anticolonial. Nos pequenos fragmentos destacados, as africanas versavam da existência de acampamento de mulheres, da segurança das bases dos movimentos de libertação, de seu abastecimento, no trabalho agrícola, o constante rapto de pessoas e materiais e o surgimento de boatos. Tais indícios nos permitem tecer algumas considerações das experiências dessas sujeitas na guerra, revelando as relações entre a população, portugueses, movimentos de libertação e mulheres.

Como dito anteriormente, a escuta de conversas particulares, o certificar-se da existência de lugares onde eram guardados armamentos, a espionagem, informação, sabotagens eram identificados como modos possíveis de atuação das mulheres angolanas. Tais atividades foram instrumentalizadas, a depender do contexto, tanto por portugueses, quanto pelos movimentos de libertação. Mais do que isso, mulheres movimentavam-se partindo das brechas, o que as desafiava e as colocava no papel de protagonistas, por agências diferenciadas e próprias.

Nas fontes, existem registros de interceptação de mulheres para pedir informações sobre a localização das lavras¹¹¹⁶. Foi comum o fato de homens dos movimentos de libertação contatarem a população que trabalhava nas lavras a quem pediam alimentação e perguntavam se tinham conhecimento de alguma operação militar portuguesa naquela área¹¹¹⁷. Tais casos nos dão a dimensão do cotidiano de guerra, no modo como foi desenvolvendo-se ao longo de seus trezes anos.

Socialmente, segundo os documentos analisados, houve casos de africanas pertencentes a diferentes sobados que, acompanhando homens fardados e armados, teriam abandonado a região onde se encontravam para fugir da fome que passavam, em consequência da destruição das lavras onde trabalhavam¹¹¹⁸.

¹¹¹⁵ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 19.06.1968.

¹¹¹⁶ ADN – DGS – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Distrito do Moxico – 14.04.1963.

¹¹¹⁷ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 15.01.1972.

¹¹¹⁸ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 18.08.1970.

Além do reconhecimento de serem os olhos e as vozes desse contexto de guerra, as atividades dessas mulheres teriam inclusive despertado o interesse da DGS no sentido de conhecer os nomes de algumas delas e identificar suas organizações e escolhas políticas, quando fosse o caso¹¹¹⁹.

Tal fato aponta para o caráter ambíguo e ambivalente que muitas dessas mulheres assumiram, quer como guerrilheiras, quer enquanto informantes da PIDE/DGS. Tanto os movimentos de libertação como a PIDE tinham os seus informantes (mulheres, homens, crianças, sobas). Alguns por aliciamento, outros por persuasão e outros ainda por coerção. Como os registros acima assinalaram, havia também as relações íntimas entre a PIDE e mulheres. No que se refere aos movimentos de libertação, o MPLA, por exemplo, incorporou homens e mulheres na PIDE como informantes, muitos, ex-milicianos.

Desse modo, no cotidiano de uma vida marcada pela guerra, mulheres criavam suas próprias estratégias e espaços de manobra. Não é o fato de nos maquis os homens dominarem numericamente em termos de poder social e militar, que anulava o poder de ação das angolanas. Ao contrário, isso abriu espaço para que mulheres se comprometessem, embora estivessem situadas de maneira diferente em relação à luta anticolonial, a partir e dentro dela. Ressalto, no entanto, que, no diz respeito aos interrogatórios da PIDE/DGS, os testemunhos devem ser objeto de crítica, uma vez que se tratava de ocasião em que havia muita pressão exercida sobre os detidos, das respostas extorquidas, e, também das estratégias dos interrogados, “táticas essas que podem ser pessoais ou de grupo, de proteção ou de afirmação política”¹¹²⁰.

Não podemos desconsiderar ainda o grau de desconhecimentos ou de confusão das interrogadas; sem falar na ignorância daqueles que interrogavam, alguns dos quais não faziam supor as intenções individuais e/ou coletivas dessas mulheres.

Nesses testemunhos, algumas dessas mulheres comuns identificam não só os problemas ocasionados pela guerra ou as táticas militares desdobradas desse contexto, mas também os conflitos existentes entre os próprios movimentos de libertação. Ou seja, fazendo com que elas tivessem uma dimensão da guerra que até então muitos desconheciam. Ao mesmo tempo que combatiam o colonialismo português, conforme Mbah aponta, “a FNLA e o MPLA vão a dada altura combater em três frentes: contra as

¹¹¹⁹ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Moxico – 25.03.1969.

¹¹²⁰ MESSIANT, Op. Cit, 2000, p. 852.

tropas coloniais portuguesas, entre eles, e enfim, contra um terceiro movimento, a UNITA”¹¹²¹.

É o que tentou explicar uma mulher africana que juntamente com três crianças, ao apresentar-se às autoridades portuguesas, mencionou que desde o início da luta anticolonial no Distrito do Cuando Cubango passou a residir nas matas, a princípio, em região sobre o controle da UNITA, até ser contatada por homens do MPLA. Estes, segundo a fonte, disseram que naquela região tinham o objetivo de “lutar contra a UNITA”, “ocupar as regiões sob sua influência”, e “conseguir o apoio da população”¹¹²².

A angolana mostra que havia conflitos de um lado com os portugueses, mas, por outro, entre os próprios movimentos de libertação. Esses casos demonstram a potência das informações de guerra, motivadas por mulheres. É também o caso de comerciante que vai a DGS e informa que teve conhecimento, por meio de uma africana, de que os homens da UNITA abandonariam as sabotagens para “se dedicarem a fazer emboscadas na estrada”¹¹²³. Cabe ressaltar que os comerciantes portugueses foram um recurso importante para a manutenção do Estado colonial. Em determinados contextos, a presença do Estado era feita por eles e pelos chefes de Posto, a estrutura hierárquica mais alta em muitas localidades de Angola colonial. Tal fato assinala a força da informação motivada por mulheres comuns angolanas.

De mesma fonte, outra mulher, “raptada” por um grupo do ELNA e posteriormente informadora das tropas portuguesas, refere-se a que pessoas do MPLA aderiram à FNLA, aguardando oportunidade de seguirem para a República Democrática do Congo (RDC), com a finalidade de ser instruídos segundo as normas do ELNA¹¹²⁴.

Encontrei ainda uma ocorrência na qual o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) da FNLA mantinha informadoras mulheres que, por sua vez, abordavam africanos desconhecidos procurando saber a sua proveniência e atividades¹¹²⁵. Além disso, a denúncia revelava que o MPLA utilizava “raparigas politizadas” para pesquisa de informações que depois levavam para as lideranças nas matas¹¹²⁶.

¹¹²¹ MBAH, Jean Martial Arsene. *As Rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) – 1961-1975*. Luanda: Mayamba, 2010, p. 28.

¹¹²² ADN – DGS/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Cuando Cubango – 20.06.1970.

¹¹²³ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Moxico – 22.05.1969

¹¹²⁴ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 277- Angola, 1960 – 1974.

¹¹²⁵ Idem.

¹¹²⁶ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.245 - Angola, 1959-1971.

Nesse quadro de luta anticolonial, apesar do número considerado excessivo, em 1967, foi registrado o fato de que estavam em Nganda Sundi 160 mulheres da UPA que pretendiam infiltrar-se em “TN” (tropas portuguesas) para recolha de informações¹¹²⁷.

Também nas aldeias, e mesmo nas chamadas “áreas de recuperação”, segundo a fonte, em região do Cuando-Cubango, africanos aparentemente desconhecidos procuravam contatos com pessoas da população, mas prioritariamente “mulheres”, “velhos” e “crianças” para “obtenção de informações sobre dispositivos de segurança e armamento existentes”¹¹²⁸.

Assim como os africanos, a DGS já havia notado que em alguns “reagrupamentos” existiam pessoas dos movimentos de libertação que periodicamente apareciam nas vilas e aldeias na busca de dialogar com as populações e recolher informações¹¹²⁹.

Ou seja, além de reconhecer os conflitos travados no cotidiano de guerra, pela experiência, que, voluntaria ou involuntariamente, as obrigavam a participar da luta, na condição de informantes, espiãs ou observadoras-participantes, faziam escolhas ativas nesse processo dinâmico de atualização inerente ao contexto da luta de libertação.

A própria entrevistada Domingas Augusto Panza, capturada pela PIDE, quando perguntada se tinham acordo daquilo que deviam e não deviam dizer, revela que faziam acordos com as outras colegas de luta sobre o que falar. Ela responde: “sim, sim, porque quando te perguntam, essa pergunta você não responde assim porque senão trai os responsáveis que nós deixamos nas matas”¹¹³⁰.

Em contexto de guerra, elas tinham noção do que estava em jogo. Tal fato aponta que dentro de um mesmo projeto de integração quer colonialista quer nacionalista das populações, existiram, ou coexistiram, diferentes maneiras de atuação na luta.

5.5. Canções como meio de contestação de guerra

A reação contra a presença do colono foi experienciada também pela via das canções de guerrilha, vozeadas nas ruas, trabalhos de lavras, aldeias, igrejas, levando ao seio dos angolanos e angolanas toda a força de canções que também reclamavam “liberdade” em línguas nacionais. Conforme a pesquisadora Tatiana Pinto expõe, “neste

¹¹²⁷ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.244 - Angola, 1959-1971.

¹¹²⁸ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 278- Angola, 1960 – 1974.

¹¹²⁹ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Moxico – 23.03.1969.

¹¹³⁰ G.80. Entrevista de Domingas Augusto Panzo. Angola, 2010.

período foi produzido uma quantidade considerável de canções que divulgaram este projeto político nacional”¹¹³¹. Levando em conta o alcance das rádios, a difusão através deste meio indicava a penetrabilidade da narrativa anticolonial na sociedade¹¹³².

Para a angolana Antonieta Cesaltina Kulanda, pelo poder da comunicação oral e da palavra falada nos núcleos populacionais do interior de Angola, as canções eram consideradas uma arma mobilizadora, a busca de uma semântica angolana. Kulanda explica que em cada circunstância, a depender do acontecimento, criavam-se canções de temáticas variadas; entoadas nas línguas nacionais, o Kimbundu, kikongo, o tchokwé, o Nganguela. Expõe: “em todas as línguas tinham canções revolucionárias”, reivindicavam-se valores culturais negados pelo colonialismo¹¹³³.

Timbia Esperança reitera que essas músicas serviam também para contar a história; “não se tratava apenas da melodia”. Narra que a letra da música sempre dizia alguma coisa dos antigos reis, ou contava uma história de sofrimento, ou ainda motivava as mulheres a irem para o combate. Conta que a música era mais uma forma de “dizer a nossa história”¹¹³⁴. Explica:

As músicas cantam os nomes (...) (cita os nomes em uma das línguas nacionais e diz - referindo-se a pesquisadora: a senhora talvez não entenda muito bem, mas para nós tinha um valor grande). E assim fomos aprendendo. Eu, por exemplo, há aí nomes que eu não conhecia, dos reis anteriores que combateram o colonialismo, que resistiram ao colonialismo, da época de 1482, quando o português entrou em Angola, e tudo isso. Essas músicas relatavam essa história toda¹¹³⁵.

A entrevistada canta uma música em língua nacional e explica seu significado: “os grandes rios têm o seu início numa pequena nascente e onde eles desaguam são grandes”, referindo-se ao período de lutas em Angola¹¹³⁶.

Para Salomé Chiuhamá, pelo poder da oralidade, em um mundo onde o testemunho oral é meio de transmissão de informações, a canção era o primeiro incentivo para as mulheres lutarem, de compreenderem sua situação de colonizadas. Referindo-se às atividades da UNITA, ela explica que foi por “meio das canções que aprendiam o que

¹¹³¹ PINTO, op. cit., 2011. p. 15.

¹¹³² Idem.

¹¹³³ Entrevista de Antonieta Cesaltina Kulanda - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

¹¹³⁴ Entrevista de Timbia Esperança - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

¹¹³⁵ Entrevista de Timbia Esperança - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

¹¹³⁶ Para efeitos de discussão e confrontação, seria muito útil ver os textos por escrito, na língua original e em português, mas isso não foi possível.

tinham que fazer, todas as tarefas que a direção sinalizasse, porque a direção era o centro principal, que dava as orientações para todos”¹¹³⁷.

Salomé, fazendo esforço de lembrança, tenta vozeir uma das canções. Canta, e depois explica o que o significado da música em português: “nosso partido da UNITA, vá avante com o programa que você traçou, é um programa que vai nos levar a libertação”¹¹³⁸. Narra ainda que “em cada área, há sempre alguma coisa de valor. É o conjunto desses valores que faz a mulher de Angola se levantar”¹¹³⁹.

Em entrevista realizada e cedida pela pesquisadora Margarida Paredes, a angolana Olivia Tchindongo é outra que sinaliza a importância da oralidade, por meio da canção, no período de guerrilha¹¹⁴⁰. Explica que quando os canais de comunicação se apresentavam confusos, a canção era forma de transmissão de mensagens. Canta em uma das línguas nacionais e depois traduz a letra da música para o português: “povo, povo, vem para lutarem a guerra, porquê no tempo da independência, vocês e nós, vamos ficar alegre”. Referindo-se a uma época passada, diz: “até nós, as crianças, tínhamos um canto de (...) “mulher nessa idade pouca importa, o que importa é lutar, lutar, serem livres e liquidar os heróis coloniais”. Olivia Tchindongo expõe: “aquele era nosso cântico”¹¹⁴¹.

Julieta Massampala reitera, citando outra canção: “olhamos para a estrada e não aparecia nenhum jovem, porque todo jovem foram na frente de combate, a lutar contra o colonialismo”¹¹⁴². A palavra falada ou cantada era a mais acessível para a maioria das mulheres, pois, como discuti no capítulo dois desta tese, muitas delas não eram alfabetizadas. Então, a comunicação discursiva encontrava ressonância.

Busco enfatizar a forma não convencional de mulheres agirem em tempos de guerrilha. Seja por meio de boatos, informações ou canções, contribuíam, com base na oralidade, informando, incentivando e criando um imaginário de luta anticolonial. Isso fez com que outros se informassem e se posicionassem na guerra.

Elas usavam o poder de comunicação oral para se inserirem na luta, além, evidentemente, como foi demonstrado, de sua força de trabalho. O poder da comunicação oral, circulação da informação e dos boatos contra portugueses criaram clima propício de

¹¹³⁷ Entrevista de Salomé Epolua Chiuama - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

¹¹³⁸ Conforme sinalizei anteriormente, em muitos sentidos a “libertação” referida pelos militantes da UNITA assume outro significado, podendo se referir ainda à libertação da aliança russa-cubana com o MPLA.

¹¹³⁹ Idem

¹¹⁴⁰ PAREDES, Margarida. Entrevista de Olivia Tchindongo. Luanda, 2010.

¹¹⁴¹ Idem.

¹¹⁴² Entrevista de Julieta Massampala - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

aparecimento das canções de guerrilha como arma de luta anticolonial, e isso remete ao poder de atuação de mulheres angolanas, de mulheres comuns na guerra.

Houve maneiras diferenciadas de fazer circular informações a partir da oralidade. Em alguns casos não identificamos seu emissor e receptor, apesar disso, em sua transmissão existia, implícita, uma ideia de “verdade”; circulavam informando pessoas, ao mesmo tempo que as situando na guerra.

Não à toa, na DGS, no Cuanza Norte, em 1970, registrou-se boletim reclamando que depois de um baile, pela madrugada, “num período de grande animação”, foram “entoadas canções aconselhando a população a fugir para a RDC”. Segundo o documento, “as canções incluíam palavras obscenas dirigidas aos portugueses”¹¹⁴³.

Já em Malanje, onde foram distribuídos panfletos com letras adaptadas dos cânticos da igreja, notando-se que a missa estava mais cheia que de costume, destacava-se a importância dos jovens na luta¹¹⁴⁴. O referido panfleto “nós os jovens” dizia:

Refrão: Aleluia! Aleluia! Aleluia!
Nós, os jovens, queremos liberdade, aleluia, aleluia!
Liberdade de pensamento e de ação, aleluia, aleluia!

Nós, os jovens, temos fé no mundo novo, aleluia, aleluia!
Mundo novo de justiça e na verdade, aleluia, aleluia!

Nós, os jovens, temos sede de paz, aleluia, aleluia!
Uma paz que seja duradoura, aleluia, aleluia!

Nós, os jovens, somos contra a guerra, aleluia, aleluia!
Contra a guerra, contra o ódio e o racismo, aleluia, aleluia!¹¹⁴⁵

Embora a música não tenha sido cantada durante a missa, possivelmente por suspeita de vigília, percebe-se a importância dessas canções em contexto de luta anticolonial, gerando também, assim como os boatos, a preocupação da DGS.

Boatos, informações, canções, trabalho nas lavras demonstram situações e perspectivas diferenciadas do contexto de guerra. Versam sobre o modo como mulheres comuns vivenciaram e mais do que isso participaram desse acontecimento, inclusive utilizando recursos linguísticos para expressar revolta, não conformidade. Criava-se, assim, uma credibilidade de guerra junto a pessoas comuns, encorajando populações e

¹¹⁴³ ADN – DGS/ANGOLA – Atividades subversivas – Distrito do Cuanza Norte – 04.06.1970.

¹¹⁴⁴ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 274 - Angola, 1960 – 1974.

¹¹⁴⁵ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 274 - Angola, 1960 – 1974.

descrevendo situações “aparentemente” verdadeiras. As informações transmitidas por esses meios contribuíam para o conhecimento das estruturas de guerra.

5.6. “Mulheres de armas”: “nós fazíamos a cobertura da retaguarda”

Produzido em 1962, o panfleto *Pergunta a um guerrilheiro* é texto escrito por Alberto Bayo¹¹⁴⁶ e capturado pela polícia portuguesa das publicações do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), embora tenha circulado e sido apreendido também em Angola. É informativo político-militar para treinamento geral de guerrilheiros, não mencionando região ou tipo de guerrilha particular¹¹⁴⁷.

Segundo a DGS, em Angola, teria sido divulgado no objetivo de estabelecer uma espécie de “linha de conduta comum” entre os movimentos nacionalistas. É documento que pode ter servido de orientação para os combatentes, em suas atividades.

No que diz respeito ao gênero, é fonte que demarca a divisão sexual do trabalho e traça lugar de atuação de mulheres na guerrilha. Neste, o trabalho de “fazer o policiamento para evitar roubos e violações”, “colher informações em áreas ainda não dominadas”, “buscar água e cuidar da alimentação”, “fazer serviços de enfermagem”, “trabalhos de costura necessários” são atividades de guerrilha que, segundo o manual, deveriam ser realizadas prioritariamente por mulheres. Nele, é recomendado ainda, o “trabalho de carpintaria”, de “estabelecer ligações com as zonas não dominadas”, “organizar seções de espionagem e contra-espionagem”, “trabalhos de fortificação”, “armazenamento de comidas”, “responsabilizar-se pelos utensílios que houver: picaretas, machados, etc” e, como mulheres de confiança, “por víveres e munições” bem como da “proteção de bombardeamentos”¹¹⁴⁸.

Esse manual revela as hierarquizações que, no contexto de guerrilha, muitas vezes, encarceravam-nas em determinadas atividades, por ser considerado um trabalho mais fácil, que as mulheres poderiam fazer, como os de sabotagens de estrada.

É texto que tem aspecto enclausurante na divisão dos papéis na guerrilha, e, por outro lado, demarca formas de atuações possíveis em uma guerrilha, além daquelas já

¹¹⁴⁶ Antigo combatente comunista da Guerra de Espanha, pertencente ao DRIC, Diretório Republicano Ibérico de Libertação.

¹¹⁴⁷ AHM – Manuel de tática de Guerrilha – Relatório de contra-informação – Luanda, 13.08.1962.

¹¹⁴⁸ AHM – Manuel de tática de Guerrilha – Relatório de contra-informação – Luanda, 13.08.1962

estabelecidas, no caso de Angola, mais para o final da guerra, já em 1974, com a inserção mais formal de mulheres nos destacamentos militares dos movimentos de libertação, fardadas, com roupa camuflada, e de armas na mão.

Com esse documento, e discussões realizadas ao longo deste capítulo, busco evidenciar que as mulheres que executavam trabalhos aparentemente sem armas, em atividades consideradas “tediosas” e “menos arriscadas”, ao realizar as **tarefas militares** como cavar, roçar, plantar, sabotar, informar entendiam-se enquanto guerrilheiras, independentemente do uso de armas de fogo, mantendo assim as regiões libertadas.

Em teoria, o próprio manual levanta a diversidade de atividades exercidas por mulheres em uma guerrilha, apesar de aspecto enclausurante e naturalização da divisão sexual do trabalho. Com isso não tenho a intenção de tratar essa divisão como algo trivial, mas trazer à tona as experiências e formas de atuações possíveis de mulheres anônimas, como guerrilheiras, que não fazem parte dessa ideia de excepcionalidade feminina militar para participar na luta.

As mulheres aqui em cena não foram gerais, militares, soldadas, no sentido pleno do termo. Seus corpos não necessariamente conseguiram ou tiveram a oportunidade de serem adequados, pensando em uma disciplinarização militar, ou nas representações que as mulheres soldadas vão disputar; “as masculinidades sem homens e que são construídas em corpos de mulheres, ou seja, as masculinidades femininas”¹¹⁴⁹. Contudo, participaram, dando o que dispunham em potencial, executando os trabalhos da revolução, de armas, com a enxada, o ancinho ou o facão.

O que significa pensar que houve formas alternativas de vivência da guerra por mulheres que depois não foram reconhecidas como guerrilheiras. Com isso busco asseverar agência que conforma uma ideia muito específica dessas sujeitas agirem ainda que dentro de condição subordinadora, como foi o caso das angolanas que viviam no interior do país e tiveram suas vidas e cotidianos afetados em vista do contexto de guerra anticolonial.

Elas foram a base de apoio, a cobertura, de umas das forças possíveis dos grupos armados de luta anticolonial, nas diferentes atividades que supostamente lhes caberiam na guerrilha. Assim sustentaram uma economia de guerra, ainda que, em determinados momentos, já não houvesse o que cultivar devido aos ataques incessantes de guerrilha.

¹¹⁴⁹ PAREDES, Op. Cit, 2015, p. 390.

Na entrevista de Olivia Tchindongo, a angolana, capturada pelo MPLA em 1967 aos 16 anos, explica: “nós éramos guerrilheiras mesmo”, dando a entender que, embora sem um preparo militar e uso de farda, isso não minorava a sua participação na guerra¹¹⁵⁰. Elas participavam do processo. Já em entrevista realizada em Luanda, em 2019, Cipriana Kauaa reclama: “eu trabalhei muito pela revolução, mas infelizmente não sou conhecida”¹¹⁵¹. Embora pertencessem a movimentos diferentes, a depoente Guilhermina Tchiteculo, da UNITA, confirma: “nós fazíamos a cobertura da retaguarda porque muitas vezes é bom ir a frente com a retaguarda segura. E a retaguarda era nossa!”¹¹⁵², referindo-se à atuação dessas mulheres e tarefas militares que exerciam durante a guerra de libertação, inserindo-se dentro de uma estrutura de guerra que era muito maior do que apenas a frente aberta de combate. Ou seja, afirmam-se também como sustentáculo de guerra, e compreendem o que faziam como uma atividade militar.

O documentário realizado pela Geração 80 e ATD, *Mulheres de armas*, lançado em outubro de 2019, já sinalizava para o debate e para as discussões que pensam sobre e a partir da experiência de mulheres anônimas¹¹⁵³. Apesar de material curto, traz à tona, por exemplo, na fala de mulheres, a busca de alternativas para manter o cotidiano, principalmente em vista da escassez do tempo para cultivar e trabalhar provocados pela guerra. Além disso, privilegia temas como a educação, a crença, a fé e a canção como armas de combate, descentrando atividades e quebrando hierarquizações entre homens e mulheres, mas principalmente entre as próprias mulheres angolanas. A produção, em suma, corrobora a ideia de que a luta anticolonial se manteve também não só com a presença de mulheres *com* armas, mas também *de* armas.

É óbvio que nas próprias bases existiam hierarquizações. As mulheres ditas “combatentes” tinham um estatuto social menor que o daquelas que usavam farda, portavam armas e vinham dos centros urbanos de Angola, e também da clandestinidade. Não é novidade que as mulheres “de armas” não tiveram o estatuto de guerrilheira, embora tendo exercido atividades fundamentais, militares, na luta.

Selina Makana explica que essa falta de apreço pelas mulheres não fardadas que atuaram na luta de libertação contribuiu para o silenciamento das vozes e experiências

¹¹⁵⁰ PAREDES, Op. Cit, 2010 (entrevista de Olivia Tchindongo).

¹¹⁵¹ Entrevista de Cipriana Domingues Miguel Kauaa e Maria José Antônio Bulenvulu – AMA/FNLA - Luanda, 2019.

¹¹⁵² Entrevista de Guilhermina Tchiteculo - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

¹¹⁵³ Referência ao documentário “Mulheres de Armas”, realizado pela Geração 80 e ATD, publicado em outubro de 2019, sobre a participação das mulheres na independência de Angola. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6XZAGQi5gks&t=608s>. Acesso em 13/07/2021.

das mulheres na história de Angola¹¹⁵⁴. Na perspectiva da pesquisadora, a invisibilidade das mulheres que exerceram outras tarefas militares “levou alguns estudiosos e ativistas a advogar que mais mulheres entrassem no mundo do combate como uma avenida para o respeito igual”¹¹⁵⁵. Além disso, a exclusão de mulheres da esfera militar acabou por relegá-las a papéis supostamente passivos.

Makana considera os testemunhos das angolanas não apenas enquanto histórias de participação na luta anticolonial, mas também enquanto narrativas que expressam a agência de mulheres comuns, bem como o que perceberam dos seus papéis e atividades no corpo político do que depois veio a ser considerado uma nação¹¹⁵⁶. A luta de libertação, portanto, ofereceu espaços para que mulheres comuns atuassem enquanto sujeitos políticos em diferentes lugares, protagonistas de sua própria história.

Para tanto, busquei demonstrar o modo como elas fabricaram a si e sua atuação na guerra, entendendo-se como parte do processo de luta anticolonial. A participação delas em todos os espaços, na circulação de ideias e informações, no tráfego de materiais (vestuários, alimentos, informações), mas principalmente no cultivo das lavras das bases dos movimentos de libertação, manteve uma economia de subsistência, uma autossuficiência e a sobrevivências da guerrilha. Nesse cenário de guerra, retaguarda que serviu como escudo humano e também base de apoio. Foi resistência social, com base em atividades próprias e uso do que existia no universo rural angolano em potencial como artifício de guerra.

A sobrevivência, autonomização de determinados grupos populacionais e controle sobre os mecanismos de produção e reprodução econômico-social enquadram-se na caracterização desse universo rural. Assim como a linhagem e a línguas como fatores de identificação e criação de vínculos de solidariedade, relações e ligações sociais próximas. Durante a luta anticolonial, esse universo rural foi mobilizado, também como lugar de trocas entre mundos culturais e políticos distintos¹¹⁵⁷.

Como podemos perceber, existia grande contingente de mulheres, anônimas, de diferentes níveis de instrução, idades, profissões e consciência política do seu papel que,

¹¹⁵⁴ MAKANA, Shieunda Selina. Conducting Feminist Ethnography of War in Africa: Dilemmas and Insights In *The War Needed Women: Gender and Militarization in Angola, 1961-2002*. University of California: Berkeley, 2017. Degree of Doctor of Philosophy. Makana.

¹¹⁵⁵ Ibidem, p. 73.

¹¹⁵⁶ Ibidem, p. 26-27

¹¹⁵⁷ SÁ, Op. Cit, p. 161.

exercendo funções em diferentes campos de atuação, comprometeram-se com o projeto de construir uma Angola independente do jugo colonial português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fundamento maior desta pesquisa foi conferir visibilidade histórica e dizibilidade historiográfica às mulheres angolanas anônimas, algumas delas camponesas, que participaram da luta anticolonial, de 1961-1974. Para tanto, procedi ao exame crítico da historiografia, mapeei fontes, realizei e visualizei entrevistas como forma de sustentar a hipótese de que, ainda que não tenham recebido o estatuto de não guerrilheiras, engajaram-se na luta, na condição de “mães-guerrilheiras”, executando os “trabalhos da revolução”, fazendo a “cobertura da retaguarda”, colaborando, atuando, gerindo, nutrindo e sustentando o poder para/dos movimentos de libertação.

Com isso, busquei combater a ideia de uma narrativa e experiência unívoca na guerra, de uma imagem homogeneizadora, unitária e nacional da mulher na luta de independência. Tal proposta enfocou experiências pouco exploradas na historiografia, o papel de mulheres anônimas, na realização dos trabalhos militares, agrícolas e manuais, que realizavam, no propósito de manter e sustentar as bases dos movimentos de libertação, e a guerrilha, em si. Foi constatado que havia uma interdependência entre a legitimidade da autoridade dos movimentos de libertação e o trabalho exercido por essas mulheres, no interior das bases, e muitas vezes nas Províncias de Angola, como forma de garantir o sucesso da luta.

Com atividades desenvolvidas pelas mulheres, fazer kisaka, fuba, cortar cafeeiros, as bananeiras, tirar ou colocar paus da estrada, cavar as fossas para os carros não passem, trabalhar nas lavras, com alimentação, na alfabetização, entoando canções de guerrilha, entre outras atividades, elas foram peças centrais dentro da estrutura de guerrilha, mantendo as bases guerrilheiras. Assim como no caso excepcional das mulheres guerrilheiras que combateram fardadas e com armas na mão, e das mulheres soldadas militarizadas, mais lembradas na documentação e historiografia.

Quer devido ao trabalho forçado instituído pela colonização portuguesa, quer em vista da guerra, como consequência da ausência dos homens, povoados inteiros foram mantidos por mulheres, velhos e crianças. Muitos destes compreendidos como zonas política e militarmente “libertadas”. Vale lembrar que o trabalho de guerrilha inclui, mas não esteve sujeito somente à atuação de civis armados. Reconhecer isso não significa tratar-se de “guerra desencarnada”, ou da imagem idealizada de uma guerra sem mortos, feridos, mutilados de guerra, estupros, deslocamentos incessantes, migrações forçadas e

violências de toda ordem. Da luta anticolonial, não há informações credíveis sobre o número de mortos. Conforme mencionei no prelúdio desta tese, muitos documentos dos movimentos de libertação foram sequestrados e perdidos. Contudo, um trabalho de arquivo, empírico, no que foi preservado, quer nas fontes portuguesas, quer na documentação dos movimentos de libertação, poderia indicar censos - dados estatísticos mais apurados capazes de demonstrar os saldos da guerra. A ausência de um debate crítico sobre a violência – física e estrutural - na guerra de libertação, seus silêncios profundos, tem gerado “zonas cinzentas” na história do nacionalismo angolano, mesmo porque esse debate envolve a legitimidade de uma estrutura de governo no contexto pós-colonial.

Na guerra, a divisão sexual do trabalho não sofreu grandes alterações e os papéis sociais dessas mulheres enquanto mães, esposas, irmãs, filhas e trabalhadoras invisíveis foram reforçados. O incentivo às mulheres para ocuparem novos papéis, principalmente depois de 1974, mais no final da guerra, foi parte integrante da presença e discurso de emancipação paulatinamente elaborado pelas próprias angolanas, com base em suas experiências de luta. Mas no percurso de guerra, muitas delas usaram o ambiente militar como forma de ascensão e empoderamento. Não foi o caso da maioria das mulheres anônimas, algumas delas camponesas, aqui em cena.

Pela natureza do trabalho, as atuações e experiências das mulheres camponesas tendeu a ser secundarizada na guerrilha e também nas narrativas de guerra. Não houve um repensar das atividades que elas exerceram na luta e sobretudo do acúmulo de tarefas para prover o universo guerrilheiro. Foram as mulheres angolanas anônimas, algumas delas camponesas, que aliaram o trabalho doméstico e de alimentação com as tarefas ligadas à luta de libertação, na agricultura, alimentação dos guerrilheiros, segurança das zonas libertadas, treinamentos militares e até na participação em combates abertos com os portugueses. Tais facetas de atuação, em muitas vezes, próprias da vida da mulher rural, ligada à execução de tarefas produtivas, teve importância econômica para a subsistência familiar, da comunidade e também dos movimentos de libertação. Partindo destes lugares, identifiquei possibilidades de participação, em determinadas circunstâncias, nas atividades e decisões políticas importantes para a comunidade.

Diferentemente das mulheres militarizadas, que vão para a frente de combate, e subvertem condutas morais e sociais dominantes, tendo a arma como um forte marcador simbólico de empoderamento, essas mulheres fazem uso do lugar-comum para se resguardarem e protegerem, mas não apenas a si; oferecem toda uma estrutura de luta anticolonial, em sua cobertura e retaguarda, muito embora não tenha havido uma

reconsideração de suas tarefas produtivas e reprodutivas, tarefas invisíveis que já ocupavam há muito tempo e aumentavam o seu trabalho em tempos de guerrilha.

A ideia da tese, então, foi destacar a forma engenhosa de mulheres angolanas anônimas se afirmarem e destacarem, como sujeitas atuantes e participantes de uma luta que não se fez apenas com armas. Com isso busquei escapar do discurso de vitimização dessas mulheres e da narrativa que privilegia seu sofrimento em desvantagem de um macrocosmo masculino ou mesmo de um universo heroico de mulheres guerrilheiras armadas. Procurei focar, por meio de indícios diferenciados, seu protagonismo e atuação.

Para tanto, abri caminhos de interpretações que buscaram recuperar inclusive as estratégias e especificidades de um universo colonial português, vividos sob as justificações do lusotropicalismo, embora à sombra do *Estatuto do Indigenato*, que teve mulheres angolanas como preocupação. Reconhecer isso foi compreender que essas mulheres anônimas foram alvo e também padeceram os efeitos do colonialismo, com formas anteriores de “coisificação” e “promoção social da mulher”, nos termos dos colonizadores. Nesse processo, mulheres e homens foram alvos de um colonialismo tardio que lhes negavam a humanidade. Além do mais, busquei demarcar diferenças de classe, raça, etnia, gerações, sexualidade no engajamento e luta contra a dominação colonial, quando assim foi possível.

Dessa forma, essas mulheres insurgem-se ao lado dos homens desde os tempos anteriores ao deflagrar da guerra, em papéis secundarizados, é certo, mas nem por isso menos importante, ou digno de ser dito. As experiências dessas mulheres como provedoras da guerrilha não foram valorizadas, seu papel como guerrilheiras não foi reconhecido. Contudo, não podemos esquecer do grande contingente populacional de guerrilheiras-camponesas, guerrilheiras-agricultoras, guerrilheiras-professoras, guerrilheiras-costureiras, atuantes na luta anticolonial.

A estrutura de guerrilha e os movimentos de libertação dependeram desse apoio, político e militar. Tornar o movimento dessas mulheres visíveis abre novas possibilidades de interpretação. Fornece evidências de uma imensidão de práticas dissidentes renegadas às construções pretendidas de uma versão oficial da história do nacionalismo em Angola.

Como a guerra ocorreu efetivamente nas regiões do interior de Angola, isso permitiu que ideias e temáticas sobre a luta anticolonial fossem difundidas e tivessem alcance entre as mulheres anônimas, algumas delas camponesas, fazendo com que toda uma estrutura “tradicional”, pensada aqui como algo dinâmico, fosse mobilizada em favor da luta de libertação.

Meu argumento alicerçou-se: elas mantiveram uma “economia anticolonial”, trabalhando nas lavras dos movimentos de libertação, nas atividades de pequena escala (agrícolas, trocas, criação de animais, víveres) a buscar manter certa autonomia para a luta, independente da administração portuguesa. A essência guerrilheira foi camponesa. Era atividade costumeira dessas mulheres. As angolanas camponesas percebiam seu envolvimento como inerente à vida rural.

No caso dessas diferentes regiões do interior de Angola, como Moxico, Bié, Uíge, Lunda, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Huíla, Cuando-Cubango, Huambo, Cabinda e Malanje, o enfrentamento de soberanias locais ao poder do colonialismo foi uma constante. As lideranças locais também criaram estratégias como forma de garantir atuação própria e de suas comunidades, a depender das circunstâncias, juntamente com os movimentos de libertação, e até mesmo com portugueses.

Demonstrando grande estratégia política e diplomática, foi com o propósito de garantir a segurança da comunidade e preservar sua liberdade que no Moxico, a rainha Nyakatolo, por exemplo, procurava mediar a comunicação entre a população da sua comunidade com o MPLA. O que ao mesmo tempo que lhe dava poder frente a esse movimento de libertação, legitimava sua autoridade junto às comunidades que liderava. E as mulheres anônimas, algumas delas camponesas, não estavam à parte desse processo.

É dessa forma que a relação entre a cultural oral, escrita e visual no combate contra o colonizador foi usada como verdadeira armas tanto no campo das ideias quanto no sentido de incentivar ações. Isso contribuiu para que um sem-número de mulheres longe de estarem passivas ou conformadas com a condição social que lhes era atribuída, rompessem paradigmas, trabalhando nas bases dos movimentos de libertação ou simplesmente contribuindo fora dessas zonas guerrilheiras. O fato de essas mulheres serem iletradas não as impediu de ter acesso à informação e participação política, como busquei demonstrar no capítulo 3.

É evidente, no entanto, a ocorrência de algumas mulheres usarem a guerra em benefício próprio, por vingança ou tramas particulares desconhecidas, inclusive denunciando os movimentos de libertação para os portugueses. Elas sabiam o que estavam em jogo. Os interesses, conflitos e disputas de poder intrínsecos ao universo colonial angolano se acirraram com a guerra. Isso contribuiu para que acampamentos de movimentos de libertação fossem mais vigiados, sobas e rainhas perseguidos e mulheres sentissem medo e insegurança. E, pautando-se na mesma lógica das lideranças das elites angolanas, também usassem os movimentos de libertação no objetivo de ser protegidas, se

beneficiar, dizer o que viram, o que observaram, relatar suas dificuldades e descontentamentos. Elas se incluem na guerra fazendo uso de suas atividades produtivas e reprodutivas.

Não rompem com o discurso dos movimentos de libertação que, de certa forma, as excluiu de posições importantes, em vista do analfabetismo, mas se apropriam dele, fundando em seu interior, por meio das atividades que realizavam nas bases e guerrilha, suas próprias concepções de emancipação, segurança e liberdade.

Ou seja, por meio de estratégias possíveis à época, usam a guerra em seu benefício e segurança. Contribuem como sujeitos históricos presentes por meio dos trabalhos agrícolas que realizavam, o que para os limites sociais da época representa certa artimanha. Mas isso não significou que elas estabeleceram uma relação uniforme com os movimentos de libertação. Como vimos nos capítulos 4 e 5, havia certas hierarquizações nas bases guerrilheiras, entre homens e mulheres, mas também entre as próprias angolanas, e fora delas. Os reflexos dessas experiências aparecem nos relatos de e sobre a época.

Com este trabalho não tive a pretensão de esgotar possibilidades sobre a experiência e atuação das mulheres angolanas na luta anticolonial. Acredito que a delimitação por regiões específicas, o que não foi o caso desta tese, talvez possa adensar outras perspectivas dando maior visibilidade a essas mulheres. Conforme comentado, minha tentativa foi de compreender como se inseriram na engrenagem de guerra, como forma de fazer a guerrilha avançar. Foquei região específica quando assim a fonte ou a entrevistada expressou, procurando não suprimir as diferenças de região, de classe, de idade, de raça ou até mesmo das recorrentes opressões vivenciadas por/entre essas mulheres. Seus relatos de experiências indicaram diferenças de distintas ordens, sinalizando os traços da diversidade que caracterizam a região de Angola.

O interesse pela história dessas mulheres angolanas anônimas, algumas delas camponesas, surgiu desde o doutorado-sanduíche, em minha segunda visita a Luanda, em 2019, quando visualizei algumas das entrevistas realizadas para o documentário *Independência*, com mulheres das diferentes áreas rurais de Angola, na produtora Geração 80. Foi quando despertei para o universo das mulheres anônimas e camponesas de Angola. Embora tenha parecido uma abordagem extensa, em vista da quantidade de fontes, visualização e realização de entrevistas, foi a forma que encontrei de privilegiar e trazer à tona os aspectos diferenciados da atuação e histórias dessas mulheres.

Tratou-se, portanto, de investigação composta de múltiplas experiências e análises, de densidades diferenciadas. Verifiquei, após estudos e pesquisas, as verossimilhanças, experiências e as opções dessas mulheres no contexto da luta armada. Em especificidade: **na guerra anticolonial angolana.**

REFERÊNCIAS

FONTES

PERIÓDICOS CONSULTADOS

LUANDA

O angolense
Jornal de Angola
Semanário Unidade e luta
O Lobito
O correio
Jornal Notícia
O Namibe
Jornal da Huíla
Diário da manhã
Jornal do Congo
Diário de Notícias
Angola/Revista
Diário de Luanda
Jornal de Benguela
O debate
O apostolado
Província de Angola

LISBOA

Jornal ABC – Diário de Angola
Revista Ilustrada

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

F7/B/SSR3, Angola, 1960-1969
Cxs. 223, 224

F7/SR8 – Directivas de Angola, 1961 - 1964
Cx. 204

F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971
Cxs. 238, 239, 240, 241, 242,243, 244, 245, 246, 247, 248

F7/B/SR13/SSR4 – SSR. 4 - Angola, 1960 - 1974
Cxs. 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279

ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

ADN/SGDN/2REP/168/0599/010 – Atitudes das populações, 1964 – 1969

ADN/SGDN/2REP/168 - Situação em Angola -Atitude das populações, 1963 – 1970

ADN/SGDN/2REP/158/0571/014 - “AMA - Associação das Mulheres de Angola”, 1966 – 1972

ADN/SGDN/2REP/158/0572/025 - “OMA – Organização das Mulheres de Angola”, 1965 - 1967

ADN/SGDN/2REP/143 - Atividade do Inimigo por Distritos em Angola, 1965 – 1974

ADN/SGDN/2REP/142 - “Atividade do Inimigo em Angola”, 1967

ADN/SGDN/2REP/114 - Informações da PIDE sobre Angola, 1966 – 1969

ADN/SGDN/2REP/114/0431/003 - “Relatórios sobre a situação política interna da Província de Angola”, 1968 – 1969

ADN/SIPFA/002-05/0008/041 - Cobertura radiodifusão em Angola, 1966 - 1968

ARQUIVO DA ATD

ATD. OMA. I Seminário. Declaração Geral. 10 de outubro a 7 de novembro de 1965

ATD-OMA. A evolução histórica da mulher na sociedade. In *Seminário sobre a Formação Revolucionária*. Centro de Instrução Revolucionário – CIR. Luanda, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

ATD. MPLA. *O que deve ser estudos nos grupos e comitês de ação*. 1965.

ATD. Documento sobre a situação em Angola. Segundo relato de angolanos chegados do interior do país. Informação de 5 de julho de 1962.

ATD. LARA, Wanda. *Arte e combate – Cartazes e postais do acervo da ATD*. Luanda: Associação Tchiweka de Documentação, 2017.

ATD - OMA. A mulher em Angola. In *Seminário sobre a Formação Revolucionária*. Centro de Instrução Revolucionário – CIR. Luanda, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

ATD – OMA. O papel da mulher na luta armada. In *Seminário sobre a Formação Revolucionária*. Centro de Instrução Revolucionário – CIR. Luanda, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

ATD-OMA. A evolução histórica da mulher na sociedade. In *Seminário sobre a Formação Revolucionária*. Centro de Instrução Revolucionário – CIR. Luanda, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

ATD-OMA. Programa de atividades da OMA. In *Seminário sobre a Formação Revolucionária*. Centro de Instrução Revolucionário – CIR. Luanda, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

ATD. OMA. Relatório de atividades do MPLA e da OMA. In *Seminário de Formação Revolucionária*. CIR, 10 de outubro a 7 de novembro de 1965.

ATD. *Angola revista*. Dezembro, 1974

ATD -OMA. In *Boletim Angola, Cultura e Revolução*. Boletim de nº 6, 1965.

ATD. OMA. As mulheres Angolanas, panfleto do MPLA, 1965

ARQUIVO ANTT

ANNT. O membro da OMA e a Revolução. Brazzaville. 26 de janeiro de 1965

ANNT. Relatório Imediato. República Democrático do Congo. Assunto: Kinkusu. 9 novembro de 1964

ANNT. Propaganda da OMA. 18 de julho de 1970.

ANNT. Panfletos do MPLA. 24 de janeiro de 1963.

ANNT. Propaganda, panfletos na cidade. Luanda, 07 de fevereiro de 1963.

ANNT. Propaganda do MPLA. Sem data.

ANNT. Propaganda, panfletos na cidade. Luanda, 07 de fevereiro de 1963.

ENTREVISTADAS PELA AUTORA

2018

Rosa Pedro Afonso Garcia
Verônica Aminata Gaube
Ruth Kanjila Jamba
Miraldina Olga Marcos Jamba
Cristina Dibala
Palmira Pascoal Bernardo

2019

Antonieta Cesaltina Kulanda
Maria José Antônio Bulenvu
Salomé Epolua Chihuahama

Guilhermina Tchiteculo
Julieta Massampala Burgue
Maria J Deolinda
Timbia Esperança
Cipriana Domingos Miguel Kauaá

ENTREVISTAS VISUALIZADAS/ PRODUTORA GERAÇÃO 80

Amélia Massoje Namoginga
Domingas Augusto Panzo
Domingas Albano Kissanga
Domingas António Kizembe
Deolinda Já
Deolinda Kangamafuka
Emília Josia Numbo
Francisca Adão Zombo
Isabel Figueiredo Numbo
Joisse Salumbeza
Marta Miguel
Nakayombo Kassala
Vitorina Ntumba Massata

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ALEXANDRE, João. *História de Angola – alguns subsídios para o seu estudo*. Luanda: Kilombelombe, 2016.

AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (orgs). *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Tradução de Maria Ferreira; revisão da tradução de Alexandre dos Santos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Fozes, 2017.

ASANTE, Molefi Kete. *The Afrocentric Idea*. Philadelphia: Temple University Press, 1988.

ASSIS, Yérsia. *África e seus legados: entrecruzando Brasil e Angola nos caminhos do ensino superior*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2021. Tese de Doutorado.

AMADIUME, Ifi. *Re-inventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture*, London, Zed Books, 1987.

_____. “Theorizing matriarchy in Africa: Kinship ideologies and systems in Africa and Europe, in OYEWUMI, Oyeronke (ed). *African gender studies: a reader*. Hampshire (England): Palgrave Mamillan, 2005 (83-98).

ARGENTA, Milena. *Marcas da Etnicidade – Indumentária e pertença étnica no Curoca, sudoeste de Angola*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Dissertação de Mestrado.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBEITOS, Arlindo. A raça e o racismo: algumas incidências sobre Angola. In Mulembra. 6 (12). 2016. Disponível em <https://journals.openedition.org/mulemba/603>. Acesso em 20/08/2021.

BARBOSA, M. F. Nação, um discurso simbólico da modernidade. *Crítica Cultural*, Palhoça, v. 6, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/734. Acesso em 24/11/2021.

BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. In *África*, São Paulo. V31-32, 2011/2012. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/115352>. Acesso em 15/09/2021.

BATSÍKAMA, Patrício. A mulher na luta de libertação e na construção do Estado-Nação em Angola: o caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. In *Revista Cantareira* – Edição 25/Jul-Dez.

_____. Poder no Feminino. Caso da Deolinda Rodrigues “Langidila”. In *Revista Áfricas*. Vol. 7, nº 13, ano 2020.

BERGER, John. *Para entender uma fotografia*. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2017. Tradução de Paulo Geiger.

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Universidade Federal Fluminense, UFF, 2002. Tese de Doutorado.

_____. História, Memória e Luta: possibilidades e dificuldades. In: Arquivo Nacional de Angola (org). *Actas do colóquio da luta clandestina à proclamação da independência nacional*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola/Ministério da Cultura, 2012.

_____. Possibilidades e dificuldades da pesquisa em temas africanos. In PANTOJA, Selma; ROCHA, Maria José. *História da África nos currículos da Educação Básica*. Brasília, DP Comunicação Ltda, 2004.

_____. *Dos Jornais às Armas, trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Veja Editora, 1999.

_____. Angola: intelectuais e luta pela independência. In *Anais do X Encontro Regional de história*. UERJ, 2002.

_____. O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960). In *Análise Social*, 225, LII (4º), 2017. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n225a08.pdf>. Acesso em 11/01/2022.

BIRMINGHAM, David. *Breve história da Angola moderna (Séc. XIX-XXI)*. Lisboa: Guerra e Paz, 2017.

BOSSET, Juliana. *A cidade e a guerra. Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)*. Niterói, 2014. Dissertação de mestrado.

_____. Lazer em Luanda. O controlo do tempo livre dos trabalhadores e a manutenção da ordem colonial. In *Análise social*, 225, L II (4º), 2017. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n225a06.pdf>. Acesso em 24/08/2020.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

BRANCO, Sofia. *As mulheres e a guerra colonial – mães, filhas, mulheres e namoradas. A retaguarda dos homens na frente de batalha*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2015.

BRINKMAN, Inge. War, Witches and traitors: cases from the MPLA's Eastern Front in Angola (1966-1975) In *The Journal of African History*, 44 (2003).

CAFÉ, Maria Mambo. In *Café da manhã*, rádio Luanda Antena Comercial – LAC. http://cafelac.podomatic.com/entry/2013-11-03T12_44_47-08_00. Acesso em 28/04/2021

CAFUSSA, Alberto Colino. As implicações da identidade nacional na projeção externa de Angola. In. *Mulemba*. 5 (9)/2015. Disponível em <https://journals.openedition.org/mulemba/358>. Acesso em 14/09/2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion, MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Paulo. Angola: Estrutura Social da Sociedade Colonial. In *Revista Angolana de Sociologia*. 7/2011. Disponível em <https://journals.openedition.org/ras/1185>. Acesso em 21/08/2021.

CASTELO, Cláudia. O projeto-piloto de extensão rural do Andulo (Angola): conhecimento, desenvolvimento e contra-subversão. In *Open Edition Journals Ler História*. Lisboa, 76, 2020. Disponível em <https://journals.openedition.org/lerhistoria/6347>. Acesso em 30/04/2021.

CASTRO, Cláudia Gomes; BAGGIO, Kátia Gerab; DORELLA, Priscila Ribeiro. Imagens de uma revolução: historiografia e os cartazes de propaganda política cubanos In *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 15, jan./jun. 2015.

CHINCHILLA, Julieta. (2021). La construcción de una “nueva” mujer argelina: diario de

una guerrillera. In *Revista Páginas*, 13(32). Disponível em <https://doi.org/10.35305/rp.v13i32.511>. Acesso em 21/09/2021

CIRNE, Michelle. *A produção necessária das intelectuais feministas africanas no campo dos estudos de gênero e a agência do Codesria*. Revista África(s), v. 04, n. 08, jul./dez. 2017.

CARNEIRO, Jaime Madaleno da Costa. *Reflexões sobre a situação em Angola*. Luanda: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda, 2018.

CASIMIRO, I. M. Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora. In: Antonio Sopa. (Org.). *Samora Homem do Povo*. 1ed. Maputo: Maguezo Editores, 2001, v. 1. Disponível em <https://nigs.ufsc.br/files/2017/08/SAMORA-e-o-G%C3%A9nero-II-2001.pdf>. Acesso em 26/05/2021.

_____. *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004.

COLLINS, Hill. La política del pensamiento feminista negro. In *¿Qué son los estudios de mujeres?*, NAVARRO, Marysa & STIMPSON, R. Catharine (Orgs). Argentina, Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1998.

_____. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. In *Caderno Pagu*, v. 51, 2017.

_____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 31, N. 1, Janeiro/Abril 2016.

_____. Epistemologia feminista Negra In *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, COSTA-BERNARDINO, Joaze; TORRES-MALDONADO & GROSGOUEL, Ramon. (Orgs.) 1 ed. Belo Horizonte: Autência Editora, 2018.

_____. Mammies, Matriarcas e Outras imagens de controle. In. *O pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORNELL, Drucilla; VAN MARLE, Karin. *Ubuntu feminism: Tentative reflections*. *Verbum et Ecclesia*. 36(2), Art. #1444. Disponível em <https://verbumeteclesia.org.za/index.php/ve/article/view/1444/2493>, (traduzido para uso didático por Juliana Gonçalves Caceres).

COSTA, Renata Jesus da. *Colonialismo e gênero entre os Ovimbundu: relações de poder no Bailundo (1880-1930)*. 2014. Brasília, PPGHIS, Universidade de Brasília, 2014. - Tese (Doutorado).

COUTINHO, A. S. B. Militantes invisíveis: as cabo-verdianas e o movimento independentista (1956-1974). In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 28 (1), 2020. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n168316>. Acesso em 10/06/2021.

CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA. História do MPLA. (Vol. I 1940-1966). Luanda: 2008.

CONCHIGLIA, Augusta. *Agostinho Neto, da guerrilha aos primeiros anos da independência*. Luanda: Fundação Agostinho Neto, 2019.

D'ALMEIDA, Luísa. As imagens em movimento: uma fonte necessária para a investigação e o ensino da História Moderna de Angola colonial e pós colonial. A cinemateca nacional como arquivo histórico fílmico – um projeto esquecido? IN *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola*, construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Angola: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

D'ANTAS, Lizete. *Grupo feminino de Santa Cecília e o clero católico progressista nos anos sessenta*. Luanda: Instituto Nacional das Industrias Culturais – INIC, 2012.

DAVIDSON, Basil. A luta pela independência na África portuguesa. In *Jornal o correio*. 1974.

_____. *Os camponeses e a Revolução*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1975.

DIAS, Daiana Castilho. *Um outro lado da Guerra colonial*. História das Mulheres que participaram da luta pela libertação de Angola (1961-1975). Brasília: UnB, 2002. Dissertação de Mestrado.

DIAS, R. Jill & SILVA, Rosa Cruz. Prefácio. In *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola* (4-9 de agosto de 1997b). Luanda, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

DOMINGOS, Wili Cardoso. Vozes de mulheres: gênero e cidadania em Angola. In *Espacialidades, Revista eletrônica dos discentes do mestrado em história da UFRN*. V. 13, n° 1, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17607>. Acesso em 02/08/2021.

DOV, Nah. Mulherismo africana - uma teoria afrocêntrica. In *Jornal de Estudos Negros*, Vol. 28, Nº 5, maio de 1998. Disponível em <https://xdocs.com.br/doc/mulherisma-africana-uma-teoria-afrocentrica-nah-dovepdf-280ljk5rp98w>. Acesso em 22/07/2021.

DUCADOS, Henda. *Angolan Women's Survival in Times of War in an All-Men's Show*. Disponível em: <http://www.angonet.org/docs/pmu/Angolan%20Women's%20Survival%20-%20Henda%20Ducados.pdf>. Acesso em 16/02/2021.

DURÃO, Gustavo. Intelectuais africanos e pan-africanismo: uma narrativa pós-colonial. In *Tempo & Argumento*. Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 212-242, jul./set. 2018.

EBOH, Marie Pauline. Androcentric web and gynist philosophy. *Quest: An African Journal of Philosophy*. Vol. XIV, nº 1-2. 2000.

EBUNOLOWA, Stounsa Mobolanle. Feminism: The quest for na African Variant. *The Journal Pan African Studies*, vol 3, n. 1, 2009.

ERRÁEZ, Ximena Ron. Hacia la desoccidentalización de los feminismos – Un análisis a partir de las perspectivas feministas poscoloniales de Chandra Mohanty, Oyeronke Oyewumi y Aída Hernández In *Realis*, v 4, nº 1, Jan-Jun. 2014.

ESPEL, Idarraga Leire; LANDALUZE, Iker Zirion. Los feminismos africanos. Las mujeres africanas “en su próprios términos” In *Relacioines Internacionales*, número 27, Octubre 2017, Enero 2015.

FALOLA, Toyin. Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África. In *Afro-Ásia*, 36 (2007).

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Mille. *De Angola à Nilo Peçanha: Traços da trajetória histórica e da resistência cultural dos povos kongo/angola na região do Baixo Sul*. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC. Salvador, 2020. Tese de Doutorado.

FREUDENTHAL, Aida. A Baixa de Cassanje: algodão e revolta. In *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 18-22, 1995-1990.

FERREIRA, Aurora da Fonseca. A contribuição da mulher na formação do saber e do conhecimento. In *A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente*. MATA, Inocencia & PADILHA, Laura Cavalcante. Lisboa: Edições Colibri, 2018.

FERREIRA, Thuilia Farias. *Africanas: gênero e feminismo em perspectiva afrocentrada*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2020. Dissertação de Mestrado.

FERNANDES, J. A. Soares. *A mulher africana – alguns aspectos da sua promoção social em Angola*. Lisboa: Instituto Superir de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. *Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980*. Salvador: IFBA, 2012. Tese de Doutorado.

_____. Emancipação feminina em questão: tensões e disputas simbólicas na independência angolana. In *AbeAfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 6, n. 6, Outubro de 2021. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/view/48178>. Acesso em 11/01/2022.

GARCIA, Rita. Luanda como ela era, 1960 – 1975 – *Histórias e memórias de uma cidade inesquecível*. Lisboa: Oficina do Livro, 2016.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. In *Proj. História*. São Paulo, 24, jun. 2002, p. 8 Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10610/0> Acesso em 20/03/2021.

GODINHO, Patrícia. “As outras vozes”: percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. In *Odeere, revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB*. Ano 1, v. 1, nº 1. 2016. Disponível em <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1536>. Acesso em 10/06/2021.

GOMES, Pedro David. *Lazer, Cultura Popular e Colonialismo em Luanda: sociabilidades e resistências translocais numa história sobre música e automóveis (1957-1975)*. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. Lisboa, 2020. Tese de Doutorado.

HALL, Stuart. O Espetáculo do Outro. In *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HAMPATÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In *História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.

HEIMER, Franz-Wilhelm. *Estrutura social e descolonização em Angola*. Paris, 1971. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223893641S4fXU7py7Oh19YJ3.pdf>. Acesso em 24/08/2020.

_____. *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*. Um ensaio em Sociologia política. Lisboa, A regra do Jogo, 1980.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Mulheres africanas em Portugal – o discurso das imagens (séculos XV-XXI)*. República portuguesa. Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, 2019.

_____. *Território e identidade. O desmantelamento da terra africana e a construção da angola colonial (c. 1872-c. 1926)*. Sumário pormenorizado da lição síntese apresentada a provas para obtenção do título de professor agregado do 4º grupo (História) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003.

_____. A sociedade colonial em África: ideologias, hierarquias, quotidianos. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUR, Kirti (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999.

HEYWOOD, Linda M. Angola and the Violent Years 1975-2008: Civilian Casualties. In *Portuguese Studies Review* 19 (1-2), 311-332, (2011).

_____. UNITA and Ethnic Nationalism in Angola. In *The Journal of Modern African Studies* / Volume 27 / Issue 01 / March 1989.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In *Revista crítica de Ciências Sociais*, 80, 2008.

HUDSON-WEEMS, Clenora. *Mulherismo africana, recuperando a nós mesmas*. Tradução de Wanessa A. S. P. Yano. 1ª ed. São Paulo: Editora Ananse, 2020.

JAHIC, Tea. *Angola e a luta pela emancipação nacional*. Croácia, Zagreb, 2014. Monografia de Graduação.

KASEMBE, Dya. *As mulheres honradas e insubmissas de Angola*. Luanda Sul/Angola: Mayamba, 2010.

_____ & CHIZIANE, Paulina. *O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome*. Luanda, Angola: Nzila, 2008.

KEITA, Boubacar Namory. *Contribuição Endógena para a Escrita da História da África Negra. Ensaio sobre a obra de Cheikh Anta Diop*. Luanda, Mayamba, 2015.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora de Livros Cobogó, 2019.

KOSSOY, Borys. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). *Tendências e Impasses: O Feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAGERSTRÖM, Birgitta. *As angolanas*. Stockholm, Suécia, 2009. Disponível em <http://www.diva-portal.se/smash/get/diva2:291616/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em 24/11/2020.

LENCLUD, Gérard. La Tradition n'est plus ce qu'elle était... Sur la notion de tradition et de société traditionnelle em ethnologie. In *Terrain*, 9, p. 110-123. Disponível em <https://journals.openedition.org/terrain/3195>. Acesso em 06/04/2021.

LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de Independência. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. In *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24 (3): 398, setembro/dezembro/2016, Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2016000300997&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 15/02/2021.

LOPES, Carlos. A Pirâmide invertida- historiografia africana feita por africanos. In: *Actas do 'Colóquio Construção e Ensino da História de África* Lisboa, Linopazas, 1995.

LOPES, Cristina Maria Gomes. Quotidianos das crianças na Guiné Colonial. In. *A Infância em contexto colonial*. Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2018. Dissertação de Mestrado. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/16702/1/disserta%C3%A7aoVFinalComCapa.pdf>. Acesso em 09/08/2021.

LOURENÇO, João Pedro da Cunha. *La prensa de la Independência, la independência de la prensa: El Diário de Luanda en el proceso de transición e independência de Angola (Abril/1974-Novembro/1975)*. Programa de Doctorado en Historia Comparada Social, Política y Cultural. Bellaterra (Barcelona), septiembre/2006. Dissertação de Mestrado.

MACHEL, Samora. Os fundamentos da alienação da mulher. In MANOEL, J. & LANDI, G (orgs). *Revolução africana, uma antologia do pensamento marxista*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2019.

MCFADDEN, Patrícia. Perspectivas feministas africanas de pós-colonialidade. In *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*. V. 04, n. 04, abril de 2020. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/view/40935/22507>. Acesso em 24/07/2021.

MALAQUIAS, Florbela Catarina. *Heroínas da Dignidade*. Luanda: Book Link, 2019.

MAKANA, Shieunda Selina. What the Body Remembers: Traumatic Narratives of War and the Wounded Female Body as Witness. In *The War Needed Women: Gender and Militarization in Angola, 1961-2002*. University of California: Berkeley, 2017. Degree of Doctor of Philosophy.

_____. Motherhood as Activism in the Angolan People's War, 1961–1975. In *Meridians: feminism, race, transnationalism* 15, no. 2 (2017): 353–381.

MBAH, Jean Martial Arsene. *As Rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) – 1961-1975*. Luanda: Mayamba, 2010.

MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2015.

MAUD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual em perspectiva histórica. In *Revista Brasileira de história da Mídia*. V. 2, nº 2 (2013).

_____. Através da imagem: fotografia e história interfaces. In *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 73-98, 1996. Disponível em https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. Acesso em 20/03/2021.

MABEKO-TALI, Jean Michel. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Luanda, Editorial Nzila , 2001.

MATA, Inocência & PADILHA, Laura Cavalcante. Introdução. In *A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente*. MATA, Inocência & PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs). Lisboa, Edições Colibri, 2018.

MATA, Inocência. (org). *A Rainha Nzinga Mbandi, História, Memória e Mito*. Lisboa, Colibri, 2012.

_____. Estudos Pós-Coloniais. Desconstruindo Genealogias Eurocêntricas. In *Civitas*, Porto Alegre, vol. 14, n. 1, jan.-abr. 2014. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16185/10957>. Acesso em 05 de Julho de 2017.

MAGALHÃES, Nancy Alessio & MATSUMOTO, Roberta K. *Entreveres – memórias*

de estudantes angolanos e de moradores kalunga (Brasil-Angola). Brasília: LGE Editora, 2009.

_____. A. *Narradores: vozes e poderes de pensadores*. História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, n° 05, junho de 2002, p. 45- 70.

MATEUS, Dalila Cabrita. *A PIDE/DGS na guerra colonial: 1961-1974*. Lisboa: Terramar, 2003.

MENESES, Maria Paula. Autodeterminação em Moçambique: Joana Semião, entre a história oficial e as memórias de luta In *Discursos memorialistas africanos e a construção da História*/ MATA, Inocência. (Coord.) Macau, Edições Colibri, 2017.

_____. Sobre os movimentos de libertação africanos e o 25 de Abril (É apenas Fumaça). Disponível em https://open.spotify.com/episode/75PKICvTpDg0YQC4Tgv9Sq?si=olwzkNF7S_mhw_392F8B9g&utm_source=whatsapp. Acesso em 11/05/2021.

MESSIANT, Christine. *Angola, Les Voies de L’Ethnisation et de la Décomposition Lusotopie*, Fev. 1994.

_____. “Em Angola, até o passado é imprevisível”. A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, críticas, necessidades atuais de investigação. Construindo o passado angolano: as fontes e a interpretação. In *Actas do II Seminário Internacional sobre História de Angola*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estud. afro-asiát.* [online]. 2001, vol.23, n.1.

MOORMAN, Marissa J. Intimating Nationalism: Gender in the MPLA’s maquis. In PANTOJA, Selma; BERGAMO, Edvaldo A. SILVA, Ana Claudia da. (Org’s). *Angola e as angolanas: memória, sociedade e cultura*. São Paulo: Intermeios, Brasília: PPGDSCI; FAPDF, 2016.

_____. Dueling bands and good girls: Gender, music, and nation in luanda's musseques, 1961-1974. In *International Journal of African Historical Studies*, 37,2 (2004), p. 255-288.

MONTEIRO, Eurídice Furtado. Crioulidade, colonialidade e gênero: as representações de Cabo Verde. In *Estudos Feministas*. Florianópolis, 24 (3): 398, setembro/dezembro, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/MtxhThgppd5dVr3pC5BkrcT/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02/08/2021.

MOUZINHO, Aurêa; CUTAIA, Sizaltina. Reflections on Feminist Organising in Angola. In *Feminist African*. N. 22, 2017. Disponível em <http://www.agi.ac.za/agi/feminist-africa/22>. Acesso em 17/05/2021.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra - História e Civilizações*, tomo I (até o século XVIII). Lisboa: Vulgata, 2003.

_____. *África Negra. História e Civilizações, tomo II. Do Século XIX aos nossos dias*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 450.

MPLA. *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1).

MUDIMBE, V. Y. *The invention of Africa*. Bloomington, Indiana University Press, 1988.

_____. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda/Mangualde (Portugal): Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2013.

NARAYAN, Uma. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In *Gênero, Corpo, conhecimento/ JAGGAR, Alison M & BORDO, Susan R.* (Orgs); tradução de Britta Lemos de Freitas. – Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

NETO, Maria da Conceição. “Nós é que sabemos” – reflexões em torno da Memória e da História. In: Arquivo Nacional de Angola (org). *Actas do colóquio da luta clandestina à proclamação da independência nacional*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola/Ministério da Cultura, 2012.

_____. Breve Introdução Histórica In *Angola: Processos políticos na luta pela Independência*. MEDINA, Maria do Carmo (org), Luanda, Faculdade de Direito da UAN (2ª edição ampliada Coimbra, Almedina, 2012), 2003.

_____. *Angola no século XX até 1974*. In: *O Império Africano: séculos XIX e XX*. VALENTIM, Alexandre (orgs). Lisboa: Edições Colibri, 2000.

_____. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. In *Lusotrope, 1997*, p. 354. Disponível em https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1997_num_4_1_1105. Acesso em 24/08/2020.

_____. De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. In *Cadernos de Estudos Africanos* 33 (33), dezembro, 2017. Disponível em <https://journals.openedition.org/cea/2206> Acesso em 24/08/2020.

_____. Igrejas cristãs e o nacionalismo angolano: o paradoxo católico. In *Mulemba – Revista da Faculdade de Ciências Sociais da UAN* – 2013, Vol. III nº 6.

_____. As fronteiras por dentro da nação – divisões étnicas, sócio-econômicas e sócio-políticas numa perspectiva histórica. In *Angola: a crise e o desafio democrático*. Luanda, 24 a 26 de agosto de 1992.

_____. A memória como matéria inflamável: reflexões a partir do caso angolano. In *Mulemba*. 2016.

_____. Um pouco mais de história pode ser útil, na confusão reinante...In *Novo Jornal*. 06 de abril de 2021. Disponível em: <https://novojournal.co.ao/opiniao/interior/um-pouco-mais-de-historia-pode-ser-util-na-confusao-reinante-101656.html> Acesso em 10/06/2021.

_____. Março de 1961. O início da guerra no Norte de Angola. Disponível em <https://www.publico.pt/2021/07/22/politica/ensaio/marco-1961-inicio-guerra-norte-angola-1971216>. Acesso em 18/08/2021.

_____. 15 de março de 1961: a UPA e a Revolta do Norte de Angola. In. *As voltas do passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*. CARDINA, Miguel & MARTINS, Bruno Sena. Lisboa, 2018.

NETO, Manuel Brito. *História e Educação em Angola: do colonialismo ao MPLA*. Campinas, SP. 2005. Dissertação de Mestrado.

N'GANGA, João Paulo. *O pai do nacionalismo angolano – As memórias de Holden Roberto*. São Paulo: Editora Parma, 2008.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África em perspectiva. Caminhos e descaminhos da historiografia africana e africanista. In. *Revista Múltipla*, Brasília, 10 (16): 9 – 40, junho, 2004.

_____. *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005)*. Brasília: tese de doutorado, UnB, 2007.

OMA. *Heroínas, Revista da mulher angolana*. Luanda, nº 3, novembro de 2014.

_____. Entrevista de Luzia Inglês, Secretária-Geral da OMA. In *Heroínas, Revista da Mulher Angolana*. Luanda, nº 04, janeiro de 2016.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, C; FRY, Peter (Orgs.) *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, 2007.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceitualizando o gênero: os fundamentos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, COSTA-BERNARDINO, Joaze; TORRES-MALDONADO & GROSFOGUEL, Ramon. (Orgs.) 1 ed. Belo Horizonte: Autênciã Editora, 2018.

_____. *La invención de las mujeres – Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Colombia, Astraea, 2017.

PACHECO, Fernando. *Autoridades Tradicionais e Estruturas Locais do Poder em Angola: Aspectos Essenciais a ter em conta na Futura Administração Autárquica*. Luanda, 2002.

PANTOJA, Selma. Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, Sécs. XVIII e XIX. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/pantoja.rtf>. Acesso em 18/04/2019.

_____. e THOMPSON E. As culturas africanas na encruzilhada dos mundos. In: PANTOJA, S; BERGAMO, E. (Org.). *África contemporânea em cena – perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Intermeios, 2015.

_____. Historiografia africana e os ventos sul: desenvolvimento e história. In: *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 8, dez. 2016.

PAREDES, Margarida. *Combater duas vezes Mulheres na Luta Armada em Angola*. Lisboa: V/H, 2015.

_____. Biografias, memórias coloniais e legados pós-coloniais. In *Revista Ideação*, nº 35, Jan./Jun. 2017.

_____. Deolinda Rodrigues, da família metodista à família MPLA, o papel da cultura na política, In *Cadernos de estudos africanos*, 20 (2010), p. 11-26. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8306>. Acesso em 08/02/2021.

_____. A construção da memória a partir dos testemunhos de mulheres ex-combatentes em Angola: uma memória de ressentimentos In *Discursos memorialistas africanos e a construção da História*/ MATA, Inocência. (Coord.) Macau, Edições Colibri, 2017.

_____. entrevista de Olivia Tchindongo. Luanda, 2010.

PAIM, Márcio. Pan-africanismo: vertentes políticas, libertação africana e a eliminação da unidade pan-africana pelos golpes de Estados e Assassinatos políticos. In. *Revista Convergência crítica*. N. 8. 2016. Disponível em <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/36516>. Acesso em 16/09/2021.

PAULINE, Marie. Androcentric web and gynist philosophy. *Quest: An African Journal of Philosophy*. Vol. XIV, No. 1-2, 2000.

PENONI, Isabel. Cilende: o baile das máscaras no Festival da Cultura Luvale (Angola) In *Revista de antropologia USP*. São Paulo, v. 3, n. 1, julho, 2018.

PEREGRINO, Miriane. *Luanda Slam: a literatura angolana fora da página*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Tese de Doutorado.

_____. *Muhatu* e a virada do *spoken word* em Angola. In *Mulemba*, V. 11, n. 21, 2019. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/31264>. Acesso em 14/05/2021.

PEREIRA, Aline Afonso. Contributo das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres. In *Codesria*.

2008. Yaoundé, Cameroun. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6550>. Acesso em 02/08/2021.

PEREIRA, I. n. n. *Os Bakongo de Angola: Religião, Política e Parentesco num Bairro de Luanda*. São Paulo: Serviço de comunicação social. FFLCH/USP. 2008. Tese de Doutorado.

PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Leya, 2013.

PINTO, Tatiana Pereira Leite. Modernidade X tradição: homem novo e o “problema” racial e étnico em Angola In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

PINTO, Alberto de Oliveira. O colonialismo e a “coisificação da mulher no cancionário de Luanda, na tradição oral angolana e na literatura colonial portuguesa In PINTO, Alberto de Oliveira. *Angola e as retóricas coloniais, roupagens e desvendamentos*. Lisboa, Cafilesa – Soluções Gráficas, Ltda, 2012.

_____. *História de Angola, da pré-história ao início do século XXI* (2ª edição). Lisboa, Mercado das Letras, 2016.

PINTO, João Paulo Henrique. *A identidade nacional angolana – definição, construção e usos políticos*. Rio de Janeiro: UFF, 2016. Dissertação de Mestrado.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

QUEIROZ, Laís Helena Custódio Rodrigues de. *Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda*. Brasília, 2017, p. 92. Dissertação de mestrado.

QUITARI, Garcia Neves. Agricultura familiar em Angola: as armadilhas conceituais da classificação dicotômica. In *Mulemba, Revista Angolana de Ciências Sociais*. Angola 40 anos de independência: memória, identidades, cidadania e desenvolvimento. 5 (10) | 2015.

RABELLO, Rosana Baú. Dya Kassembe e a representação das vozes de mulheres angolanas. In *Caderno Seminal Digital*, ano 23, nº 27, v. 1, jan-jun/2017.

REIS, Maria do Céu Carmo. Représentation sociale de la Femme dans le Discours Nationaliste: Le cas de la Génération des années 50 em Angola. In *África, Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, nº 10, 1987.

RIBEIRO, Luciara. *Modernismos Africanos nas Bienais de São Paulo (1951-1961)*. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História da Arte. Guarulhos, 2019. Dissertação de Mestrado.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *África no Feminino -As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial*. Lisboa, edições Afrontamento, 2007.

RIBEIRO, Katiúsica & NJERI, Aza. Mulherismo africana: práticas na diáspora brasileira. In *Currículo sem Fronteiras*, v. 19, n. 2, maio/ago. 2019. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/2d47/dfa528d9af54df758d0cc6cce91f0afcc9e7.pdf>.

RÔLO, Jerônimo da Silva. *Reordenamento Rural em Angola, contribuição para o seu estudo*. Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966. Dissertação de Licenciatura.

ROCHA, Júlia Tainá Monticeli. “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução”: da organização da mulher angolana à organização da mulher moçambicana (1961-1975). In *Cadernos de África Contemporânea*. Vol. 03, nº 5, ano 2020. Disponível em <http://www.capeirahumanidadeseletras.com.br/ojs2.4.5/index.php/cac/article/view/300/267>. Acesso em 02/08/2021.

ROQUE, Fátima; SILVA, Helena; VILHENA, Luiza; PALLA, Maria; AVILEZ, Maria; PINTO, Maria. *Seis portuguesas em terras da UNITA*. Lisboa, Bertrand, 1988.

SÁ, Ana Lúcia Lopes de. *A ruralidade na narrativa angolana do século XX, elementos de construção da nação*. Portugal: Universidade da Beira Interior, 2012. Tese de Doutorado.

SALAMI, Mina. *Sete questões no pensamento feminista africano*. Disponível em <https://www.ondjangofeminista.com/txt-con/2017/3/14/sete-questes-chave-no-pensamento-feminista-africano>. Acesso em 26/02/2021.

SANTOS, Jacqueline Lima. *Imaginando uma Angola pós-colonial: a cultura HipHop e os inimigos políticos da Nova República*. Campinas: Unicamp, 2019. Tese de Doutorado.

SANTANA, Jacimara Souza. *Mulher e notícias: os discursos sobre as mulheres de Moçambique na revista tempo (1976-1985)*. Salvador, 2006. Dissertação de Mestrado.

_____. A participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias In *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Nº 4 dez/2009.

SERRA, Filomena. Visões do Império: a 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns. In *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*. V. 5, n. 1, jan./2016-jun./2016. Disponível em <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4516>. Acesso em 17/08/2021.

SILVA, Santa Julia. *O Reino do Bailundo e os modos de viver e narrar as tradições: fragmentos de uma Angola Contemporânea*. Campinas: Unicamp, 2020. Tese de Doutorado.

SILVA, Maria da Conceição Tavares. Subsídios para o estudo da situação da mulher indígena em Luanda. In *Anais do Colóquio sobre problemas humanos nas regiões tropicais*. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 51, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

SILVA, Dayane Augusta Santos da. *Vivência religiosa feminina no Brasil colonial*. Brasília: UnB, 2009. Monografia de graduação.

_____. *Em tempos de visitas: inquisição, circulação e oralidade escrava na Bahia (1590-1620)*. Brasília: UnB, 2014. Dissertação de Mestrado.

_____. Mujeres angoleñas en la lucha anticolonial: historiografía, fuentes y memoria. In *Páginas*, Revista digital de la Escuela de Historia Universidad Nacional de Rosario. / año 13 – n° 32 Mayo-Agosto, 2021. Disponível em: <http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas>. Acesso em 14/06/2021.

_____. Gênero e os feminismo(s) africano(s). In *Revista Transversos*. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n°. 22, 2021. pp. 268-287. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/58416/38935>. Acesso em 01/10/2021.

SILVA, Eugénio Alves da. Tradição e identidade de gênero em Angola: ser mulher no mundo rural. In *Revista Angolana de Sociologia*. 8/2011. Disponível em <https://journals.openedition.org/ras/508>. Acesso em 26/01/2022.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Apresentação. In *Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX*/coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SIRINELLI, Jean- François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína.(orgs) *Usos e Abusos da História Oral*. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

SONEGO, M. J. F. A fotografia como fonte histórica. In *História*. Rio Grande, 1 (2): 113-120, 2010. Disponível em <https://periodicos.furg.br/hist/article/download/2366/1248>. Acesso em 20/03/2021.

SOW, Fatou. “The social sciences in Africa and gender analysis”. In: Iman, A.; Mama, A.; Sow, (eds.). *Engendering African Social Sciences*. Dakar: CODESRIA Book Series, 1997.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

_____; Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

TANGA, Lino. *O Ensino Indígena em Angola e o Papel dos Missionários*. Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado.

TAVARES, Ana Paula Ribeiro. *História e Memória – estudo sobre as sociedades Lundas*

e Cokwe de Angola. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

TRAÇA, Mbeto. *Do EPLA ÀS FAPLA*. Luanda, Mayamba, 2013.

VASILE, Iolanda. “Essa dama bate bué” e o cânone literário angolano. In. *Studia ubb philologia*, LXVI, 4, 2021, p. 239 – 250. Disponível em https://www.academia.edu/65084975/ESSA_DAMA_BATE_BU%C3%89_E_O_C%C3%82NONE_LITER%C3%81RIO_ANGOLANO. Acesso em 02/02/2022.

VASQUES, Georgina. *Da mãe que não fui: a experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX*. Universidade do Paraná. Curitiba, 2015. Tese de doutorado.

VICENTE, Felipa. “Rosita” e o império como objeto do desejo”. Disponível em <https://www.buala.org/pt/corpo/rosita-e-o-imperio-como-objecto-de-desejo>. Acesso em 17/08/2021.

YOUNG, Lola. “Mission Persons: Fantasising Black Women in Black Skin, White Masks”. In READ, Alan. (ed) *The Fact of Blackness. Franz Fanon Visual Representation*. London: Bay Press, 1996, p. 88. Disponível em: https://monoskop.org/images/4/43/The_Fact_of_Blackness_Frantz_Fanon_and_Visual_Representation_1996.pdf. Acesso em 01/09/2021.

ZAMPARONI, Valdemir. Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas. In *Africana Studia*. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nº 7, 2004, p. 315. Disponível em https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/projetos/9585/zamparoni_africanastudia_2004_escravatura_ao_trabalho_forcado.pdf. Acesso em 17/08/2021.

ZELEZA, Paul. Gender biases in African historiography In: Aisha Imam; Amina Mama; Fatou Sow (eds). *Engendering African Social Sciences*. Dakar: codersia, 1997. Disponível em https://www.cognella.com/pdf/korieh_sneak_preview.pdf Acesso em 17/02/2021.

ANEXOS

ANEXO I



Rainha Nhyakatolo com 112 anos. Foto retirada do livro LAGERSTRÖM, Birgitta. *As angolanas*.

Stockholm, Suécia, 2009, p. 96. Disponível em [http://www.diva-](http://www.diva-portal.se/smash/get/diva2:291616/FULLTEXT01.pdf)

[portal.se/smash/get/diva2:291616/FULLTEXT01.pdf](http://www.diva-portal.se/smash/get/diva2:291616/FULLTEXT01.pdf). Acesso em 24/11/2020.



Povos e línguas nacionais de Angola

de acordo com distribuição geográfica de 1970:

- Ovambo ou Cuanhama
- Herero
- Xindonga
- Ganguela
- Ovimbundo ou Umbundo
- Nhyaneka-Humbe ou Nhianeca
- Bakongo ou Quicongo
- Quimbundo, Mbundu ou Ambundu
- Chokwe ou Lunda-Tchokwe
- Khoisan

Povo	Idioma
Bakongo	Kikongo
Mbundu	Kimbundu
Lunda Cokwe	Tutchokwe
Ganguela	Tchiganguela
Ovimbundu	Umbundo
Nhaneca-humbe	Lunhaneka
Ovambo	Kwanyana
Herero	Tchiherero
Bosquímanos	Khoisan

ANEXO III

MODELO DE TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Por meio do presente acordo cedo meus direitos de imagem e som, resultantes de entrevistas gravadas em suporte digital e de registros visuais de fotografia, única e exclusivamente para a instituição acima mencionada, para integrarem materiais escritos e áudio-visuais, em realização e a serem produzidos nessa instituição, em pesquisas sob a responsabilidade de Dayane Augusta Santos da Silva. Apenas a mencionada está autorizada a proceder à reprodução e à publicação dessas referidas informações. Manifesto expressamente que o conteúdo dessas gravações e materiais escritos e visuais poderá ser consultado por pessoas somente a partir desses registros e publicações editados por essa acima referida pesquisadora. Declaro ainda que temos pleno conhecimento de que, nessa pesquisa, serão realizados os seguintes procedimentos: observação, entrevista semiestruturada, aplicação de questionário e análise de documentos diversos. Afirmo ainda que temos ciência de que o pesquisador manterá em caráter confidencial todas as respostas que comprometam nossa privacidade e tenho conhecimento de que receberemos informações atualizadas durante o estudo, ainda que isto possa afetar nossa vontade de continuar dela participando. Por fim, afirmo estarmos cientes de que a participação neste estudo é voluntária e que poderemos desistir a qualquer momento, não havendo previsão de gastos ou remuneração. Declaro também que nos foi esclarecido de que o resultado da pesquisa somente será divulgado com objetivo científico-acadêmico, mantendo-se em sigilo nossas identidades. E por estarmos de pleno acordo com os termos ajustados e mencionados neste documento, assinamos o presente instrumento em duas (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

LUANDA, _____ de _____ de _____.

CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº _____ ÓRGÃO
EMISSOR _____
ENDEREÇO _____
TELEFONE(s) _____
E-MAIL _____

ANEXO IV

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Por meio deste documento e por indicação da professora Rosa Cruz e Silva me apresento a Organização das Mulheres Angolanas (OMA) no dia 22 de agosto de 2018. Sou investigadora de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB) e professora de História no Instituto Federal de Brasília (IFB). Venho a Angola/Luanda com financiamento público, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Governo do Distrito Federal (FAP-DF), com o objetivo de fazer pesquisas no acervo histórico da OMA sobre a atuação das mulheres na luta armada no período de 1961 a 1975. Além de realizar pesquisas no acervo da organização, pretendo ainda realizar entrevistas com as veteranas da OMA, pessoas que participaram da fundação e são filiadas ao partido e a própria organização, a fim de descobrir um pouco mais da importância histórica desta organização e da atuação das mulheres da OMA na política. Avalio, na condição de estudante, ser de fundamental relevância para execução e sucesso do meu trabalho de doutorado o acesso aos arquivos documentais e bibliográficos localizados nesta organização. Levando em consideração a valiosa relação histórica existente entre nossos países e a conhecida e necessária circulação de intelectuais e pesquisadores angolanos e brasileiros nas universidades, arquivos públicos e bibliotecas nesses dois espaços. Solicito, portanto, dentro das possibilidades, a recepção e acesso ao acervo da Organização das Mulheres Angolanas.

Atenciosamente,

Luanda, 22 de agosto de 2018

Dayane Augusta Santos da Silva

ANEXO V

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Por meio deste documento me apresento a Liga da Mulher Angolana (LIMA/UNITA). Sou investigadora de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB) e professora de História no Instituto Federal de Brasília (IFB). Venho a Luanda com o objetivo de fazer pesquisas sobre a atuação das mulheres na luta anticolonial no período de 1961 a 1975, no acervo histórico da LIMA/UNITA. Além de realizar pesquisas no acervo do partido e da organização, pretendo ainda realizar entrevistas com as veteranas da LIMA/UNITA, pessoas que participaram da fundação e são filiadas a própria organização, a fim de descobrir um pouco mais da importância histórica desta organização e da atuação das mulheres da UNITA na luta de libertação. Avalio, na condição de estudante, ser de fundamental relevância para execução e sucesso do meu trabalho de doutorado o acesso aos arquivos documentais e bibliográficos localizados nesta organização. Levando em consideração a valiosa relação histórica existente entre nossos países e a conhecida e necessária circulação de intelectuais e pesquisadores angolanos e brasileiros nas universidades, arquivos públicos e bibliotecas nesses dois espaços. Solicito, portanto, dentro das possibilidades, a recepção da Liga da Mulher Angolana (LIMA/UNITA), acesso ao acervo e indicação de pessoas para entrevistar.

Atenciosamente,

Luanda, 18 de outubro de 2019

Dayane Augusta Santos da Silva
Telefone 938141959 (UNITEL)
Doutoranda em História
Professora do Instituto Federal de Brasília

ANEXO VI

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Por meio deste documento me apresento a Associação das Mulheres Angolanas (AMA/FNLA). Sou investigadora de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB) e professora de História no Instituto Federal de Brasília (IFB). Venho a Luanda com o objetivo de fazer pesquisas sobre a atuação das mulheres na luta anticolonial no período de 1961 a 1975, no acervo histórico da FNLA/AMA. Além de realizar pesquisas no acervo do partido e da organização, pretendo ainda realizar entrevistas com as veteranas da AMA/FNLA, pessoas que participaram da fundação e são filiadas ao partido e a própria organização, a fim de descobrir um pouco mais da importância histórica desta organização e da atuação das mulheres da FNLA na luta de libertação. Avalio, na condição de estudante, ser de fundamental relevância para execução e sucesso do meu trabalho de doutorado o acesso aos arquivos documentais e bibliográficos localizados nesta organização. Levando em consideração a valiosa relação histórica existente entre nossos países e a conhecida e necessária circulação de intelectuais e pesquisadores angolanos e brasileiros nas universidades, arquivos públicos e bibliotecas nesses dois espaços. Solicito, portanto, dentro das possibilidades, a recepção da Associação das Mulheres Angolanas (AMA/FNLA), acesso ao acervo e indicação de pessoas para entrevistar.

Atenciosamente,

Luanda, 18 de outubro de 2019

Dayane Augusta Santos da Silva
Telefone 938141959 (UNITEL)
Doutoranda em História
Professora do Instituto Federal de Brasília

ANEXO VII

MONUMENTO EM HOMENAGEM ÀS HEROÍNAS ANGOLANAS



Inaugurado em março de 1986. Fotografia da autora, Dayane Augusta Santos da Silva.

ANEXO VIII

ANÁLISE DOS JORNAIS/2018				
JORNAL	ANO	ACERVO	TÍTULO	OBS
Jornal de Angola	Julho de 1960	BNA	A mulher dos nossos dias	
Angola/Revista	12/1974	BNA	O papel da mulher na Revolução angolana	Versa da participação política, exploração tradicional e colonial, alambamento
	12/1974		Discurso de Samora Machel (1ª Conferência da mulher em Moçambique_	
	12/1974		Música e Nacionalismo	
	12/1974		Estatuto da OMA	
Província de Angola	1971	BNA	A promoção social da mulher através dos centros extra-escolares da mocidade portuguesa	
			Os dez mandamentos da esposa	
			Velhos princípios ultrapassados e o atual viver da mulher	Sinalizada quanto as profissões ocupadas por mulheres
	1972		Direitos...e dona de casa	Fala das dificuldades da situação da mulher em Angola
			Perseguição a mulheres que trabalhavam no campo na região de Cantanhede	Assédio no campo
			O neocolonialismo e Angola	Concepção de povo (filhos de Angola independente da epiderme)
	1974		Igreja metodista distingue mulher de Angola	
	03/1975		Comemorado o dia da mulher angolana	
			Benguela, a OMA comemorou o dia da mulher angolana	
	02/1975		Agostinho Neto e as militantes da OMA	
Semanário ABC	1974	ATD	A mulher angolana na revolução	Letra ruim, rever original
Semanário de Opinião e Informação	1974	ATD	Depoimento de Maria do Carmo Medina e outras militantes	Documento importante

Semanário Unidade e luta	1981	ATD	OMCV: não há mulher sociedade liberta com a mulher inferiorizada. Das mulheres de Cabo Verde.	Apesar do ano, ver se há alguma informação importante
O Lobito	1973	ATD	Porque nascem as guerrilheiras?	Discussão sobre o surgimento da guerrilha
O correio	1974	ATD	A luta pela independência na África portuguesa	Depoimento de Basil Davidson.
O angolense	1975	ATD	Quem deve ou não ser angolano?	
			OMA/dia da mulher angolana	
Província de Angola	1972	BNA	As quitandeiras também falam do custo de vida	
			Quitandeira: pés descalços	
			e filho às cosas procura o melhor negócio	
			A mulher na igreja e no mundo de hoje	
	09/1972		Como eu tenho saudades da minha Luanda de antigamente	Buscar texto na BNA/ visualização ruim
			As primeiras mulheres brancas chegaram a Luanda em 1595	Texto sem continuação/ rever
			Mãe preta	Ida à cidade, desencantamento/negação de suas raízes
	10/1972		A mulher angolana a propósito de um encontro de jovens	Definição de mulher angolana
			A mulher (trabalhadora) de Angola	Comparação das mulheres angolanas com os direitos da mulher portuguesa
			A colaboração da mulher na defesa das terras angolanas é um valor que vem de muitos séculos	Colaboração idealizada
			Por que não mulheres cobradoras nos transportes coletivos de Luanda?	
			Regente agrícola também é profissão de mulher	
			A mulher de hoje passa demasiado tempo na rua	
			Movimento nacional feminino	Texto de um movimento de mulheres portuguesas em Angola. (não vou usar)
Jornal Notícia	1974	BNA	A UNITA na luta política	Mulher de guerrilheiro
Província de Angola	1975	BNA	A imagem e a palavra	Quem deseja a guerra em Angola? Foto mulheres do Vietnã

	1975		Comunicado da organização da mulher angolana	Denúncia contra a FNLA (“atos de vandalismos”/ abusos contra uma militante da OMA)
Diário de Luanda	06/1975	ATD	Novo corpo diretivo da seção de Luanda de LIMA	
			Entusiástico apoio a UNITA no Lobito por centenas de mulheres	
	03/1975		As mulheres só serão livres quando se sentirem dignificadas e respeitadas (mensagem da presidente da LIMA)	
			As normas da ONU para o ano internacional da mulher	Ano de 1975 foi declarado pela ONU a década internacional da mulher
	07/1975		Semana da Unidade Nacional	Reconhece o fato das mulheres angolanas terem participado da luta nos momentos mais críticos
			Atualidade africana, as mulheres em África	Emancipação à escala do continente. Sinaliza quanto ao fato das mulheres brancas terem menos barreiras para serem livres do que as mulheres negras.
			Organizar a cúpula (reestruturar a organização. Um dos objetivos do Seminário da OMA)	Tradicionalxmoderno; papel da igreja; maior participação de mulheres da área rural
	1975		1º seminário regional da OMA	Constata que a guerra não afetou tanto Luanda. Conceitua de que mulheres estão falando (camponesas, operárias, domésticas...)
Revista Notícia			Mesa redonda com a FNLA	Pergunta sobre a importância de ser mulher de revolucionário
Diário de Luanda		ATD	Núcleo feminino da UNITA promoverá livremente um grande comício da mulher angolana	
			A mulher na revolução angolana	

ANEXO IX

ANÁLISE DOS JORNAIS/2019				
JORNAL	ANO	ACERVO	TÍTULO	OBS
Jornal o debate, semanário de crítica e atualidade	04/1961	HEMEROTECA/LISBOA	A mulher portuguesa	importante
	06/1961		Mulheres de Portugal	importante
Jornal o apostolado	05/1961		Problemas da mulher africana localizados em Luanda, 1961	Notícia sobre texto de Maria da Conceição
	06/1961		A mulher portuguesa dirige da metrópole entemecedoras palavras de reconforto para todas as suas irmãs vítimas de terrorismo na Província	
	08/1961		Missões católicas e Ensino no Ultramar	
Jornal Diário da Manhã	04/1964		Vinte e cinco anos da mocidade portuguesa feminina	Formação de mulheres “cristãs” e “portuguesas” importante
Jornal O Namibe, trissemanário de Moçamedes	09/1962		Não se fiem em boatos	
Jornal Diário da Manhã	05/1963		Angola 1963	
Jornal Diário de Notícias	10/1969		A unidade de Portugal em África – brancos ou negros, já só portugueses sem distinção de raças, nas nossas províncias	importante
Jornal Diário da Manhã	07/1965		Mulheres, feminilidade, feminismo por Jean Marcus. A negra africana ainda não civilizada.	importante
	11/1967		Os negros de Angola nunca estiveram tão bem.	
	09/1967		Os três ramos das forças armadas batem-se por Portugal nas três frentes	explorar
Jornal do Congo	02/1963		A escola e a Sanzala	Uigé. importante
	03/1963		A escola e a Sanzala – população escolar e corpo docente	importante
	12/1963		Boato e companhia	
	05/1962		Opiniões livre: as mulheres de Portugal europeu: atenção à manobra	
	03/1968		Esta palavra afris ou o movimento de paz	Muito importante

Jornal de Benguela	10/1964		A missão da mulher [portuguesa] em Angola, do tente coronel Hermes de Oliveira	Importante Promoção social/língua
	10/1964		A mulher portuguesa em África	Muito importante. Escrito por mulher portuguesa, descendentes de brancos, ou seria angolana?
Jornal da Huíla	08/1974		Depoimentos sobre uma Angola de Futuro	
Tribuna dos Musseques	05/1967	Hemeroteca de Lisboa	Luanda, a cidade e os mercados	
	05/1967		Quintandeiras e o tradicionalismo. Os chafarizes dos musseques	
	06/1967		Angola não é só Luanda	
	08/1967		Uma viagem a terra dos gingas	Discursa sobre quitandeiras
	1967		A influência da promoção da mulher africana na promoção social	importante
	07/1968		Da mulher para mulher	importante
	08/1968		Notícia da obrigatoriedade do ensino primário	
	06/1969		Guerra se ganha com adesão das populações	importante
Jornal ABC – Diário de Angola	08/1963		Descrição de Luanda em 1963	
	09/1963		O espetáculo musical como patrimônio da Nação tem o direito de ser amparado	
Revista Ilustrada	1968/1969		A vida e a obra da mocidade portuguesa feminina. Centros extra-escolares para promoção social da mulher	
			Dossiê terrorismo com relatos de Guerra. “Da mata, um grito de vida	
Jornal ABC – Diário de Angola	03/1962		O dote, problema apaixonante que abrange toda a África	
	08/1962		Esclarecimentos de origem oficial sobre o tema de um boato	Boato como arma do inimigo Texto importante
	11/1964		Comemoração do Dia da mãe e dia da mocidade portuguesa feminina	
	02/1965		Repercussão de um artigo da ABC, “A emissora oficial vai elaborar programas em dialetos autóctones”	Uigé importante

	02/1966		Contribuição da rádio para a educação musical	
	03/1966		Problemas da rádio, ainda sobre a necessidade de se criarem programas em dialetos regionais	importante
	03/1966		Os programas em dialetos regionais na difusão da língua portuguesa e no ensinamento rural	
	07/1966		Mulheres combatentes	

ANEXO X

QUADRO DE FOTOS – PESQUISA NA ATD/2019				
PASTA	FOTO	ACERVO	DESCRIÇÃO	OBS
Mulheres	FFe-001	ATD	Mulheres nas bases dos movimentos de libertação	
	FFe-05	ATD	3ª região MPLA, mulher com criança no colo e carregamento nas costas	
	FFe-07	ATD	Mulheres nas aldeias	
	FFe-010	ATD	Mulheres nas lavras	
	FFe-014	ATD	Mulheres estudando nas bases	
	FFe-026	ATD	Mulheres batendo fubá (mundo rural)	
	FFe-032	ATD	Mulheres carregando palha	
	FFe-041	ATD	Mulher com criança na lavra	
Crianças	FFc-06	ATD	Criança segurando arma	
Fotos ATD	DH-026	ATD	Mulheres camufladas de capim com armas	
	FFe-09	ATD	Mulher com arma	
Trabalho nas bases	EEC-02	ATD	Trabalho nas bases	
	GIC-04	ATD	Menina carregando palha	
	GIC-011	ATD	Trabalho coletivo nas bases	
Várias zonas	FO-02	ATD	Mulheres em diferentes zonas/bases	
3ª região	HIA-08	ATD	Mulher na base servindo comida	
	H1A-011	ATD	Mulheres nas bases	
	HI-018	ATD	1971, base Kanonguesse. 3ª R. foto clássica, de mulher de arma com filho	
	HIE-07	ATD	1971 Shipango, mulheres nas bases	
3ª região, zona C	GIB-06	ATD	1969-1970, mulheres batendo comida (trabalhos logísticos do CIR)	
	GIB-08	ATD	1969, mulheres carregando comida	
	BBC-018	ATD	Mulheres carregando palha	
Guerrilheiros	GIB-085	ATD	Mulheres nas bases	

	GIB-086	ATD	Mulheres nas bases	
DG 2ª região, vida nas bases	DG-028	ATD	Foto de mulher e casa palha	
2ª região, vida nas bases	EEc-068	ATD	Meninas batendo fubá	
3ª região (Gika)	GIB-04	ATD	1969, mulheres, crianças juntas com mini baldes na cabeça	
3ª região	H1A - 010	ATD	Mulheres nas bases	
	H1E - 06	ATD	Casamento, Isabel - 1971	
2ª região, vida nas bases	EEc - 05	ATD	Foto de plantação na base	
3ª região. Zona C	G1B - 05	ATD	1969-1970. Pioneiros CIR, carregando carne	
Guerrilheiros	EEe - 034	ATD	Mulheres e criança realizando trabalhos agrícolas com enxada nas lavras	
		Augusta Conchiglia	Trabalho nas bases	
2ª região. Zona A. Tchimbuidindi-Tchipungo-Tchimpense	EEe-073	ATD	Foto de crianças em fila com armas de madeira na mão	
Fotos para Álbum DEC	BBc-031	ATD	Foto de menina com arma envolta ao corpo	
Fotos para Álbum DEC	BBc-035	ATD	Foto de menina de arma	
Álbum, crianças	G1D-025	ATD	Foto de crianças brincando de fotografar	

ANEXO XI

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR – AHM/ PESQUISA DE 2019			
Referência no arquivo	Data	Temas abordados	Observações
F7/SR8 – Directivas de Angola, 1961 - 1964 PT - AHM – FO – 007 – B – 8 – cx. 204-2	Sem data	- Documento com classificação das notícias	Boato
F7/B/SSR3, Angola, 1960-1969 PT-AHM-FO-007-B-10-3-cx.223-16-16	1959	- Sobre alterações da ordem pública – crimes e incidentes - Boatos de que haveria “revolta de pretos”	Boato
F7/B/SSR3, Angola, 1960-1969 PT - AHM – FO – 007 – B – 10 – 3 – cx.223 – 16 – 02	1960	- Luanda – uma emissora clandestina - Transmissão de fundo musical	Canção
F7/B/SSR3, Angola, 1960-1969 PT - AHM – FO – 007 – B – 10 – 3 – cx.223 – 16-4	1960	- Distrito do Moxico e da Lunda. - Padres e seminaristas “autóctones” fazem propaganda a favor da independência - Comerciante local agredido por “indígena”	
F7/B/SSR3, Angola, 1960-1969 PT - AHM – FO – 007 – B – 10 – 3 – cx.224 -20	1968	- Manual da EPLA – Exército Popular de Libertação de Angola - Sentinela - Deveres de um sentinela - 1ª Conferência Nacional do MPLA (plano de recuperação acelerada da mulher angolana) - Cartilha FNLA – Estrutura Militar do ELNA/ Estrutura civil, político-administrativa - Como agir no meio do povo - O que o guerrilheiro deve fazer (saber se procuram mulheres) - Órgãos dentro do quadro da organização civil - AMA/comissões nos núcleos inimigos. Apoio aos Movimentos de Libertação	Sentinela
F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971	1962	- Propagandas e boatos	boato

PT - AHM – FO – 007 – B – 12-3 – cx. 239 – 49			
F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971 PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.239 – 50	1963	- Propaganda subversiva/utilização das rádios	
F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971 PT - AHM – FO – 007 – B – 12-3 – cx.240 – 54	1963	- Distribuição de panfletos por soba (ações políticas) - Notícia de mulheres que vão para Luanda/morte de mulheres e crianças - “Correm notícias”, “Correm boatos”...	Soba/boatos
F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971 PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.241 - 58	1964	- Boatos e atividades deprimentes/Ataques “terroristas” no natal	Boatos
F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971 PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.243 – 62	1965	- O que é o perintreps - notícia de apreensão de grandes quantidades de vestuário, calçado, material escolar e mantimentos	Apreensões
F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971 PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.243 – 65	1966	- Emissão de rádio transmite comunicado de sabotagem - Sabotagem de estradas - Técnica de subtração ao controle/ esconder dinheiro ou papeis considerados importantes	Usar na apresentação
F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971 PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – cx.243- 66	1966	- Diversos/referência a companhia de boatos nas províncias - Boatos tendenciosos que trazem a população alarmada - Rapto de sobas e professores / ensino-tradução a refugiados da Zâmbia - Notícia de duas africanas que transportavam álcool puro num cesto que foram detidas - Notícia dos mais variados boatos/rumores	Boatos
F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971 PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.244 - 68	1967	- Captura de um dos elementos das tropas e ferimento da sentinela que o vigiava - prisão de sobas por suspeita de possuírem armas	Sentinela/soba

<p>F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971</p> <p>PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.244 - 69</p>	<p>1967</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Notícia de um grupo de escritores soviéticos que traduzem e compilam versos, poemas e poesias de Angola - Utilização de mulheres para espionagem (em torno de 160) - Comunicado/pedido de organização dos angolanos para apoiar os guerrilheiros/ missão de todos da comunidade - Notícia de que a UPA tenciona enviar mulheres para as matas com pistola escondida nas vestes/utilização de raparigas na espionagem/rádios e notícias - Mulheres/crianças “coagidas” por elementos “terroristas” - Africanas faz referência na rádio para que a população apoio os desertores em fuga/incitamento de mulheres a cumprir tarefas na luta e nas cidades - Fuga de mulheres 	<p>Mulheres espionagem/informações</p> <p>Tarefas das mulheres nas cidades</p> <p>Fuga de mulheres das sanzalas (032)</p>
<p>F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971</p> <p>PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.244 - 71</p>	<p>1968</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <u>Notícia de emissão em dialeto nacional fazendo apelo à população rural</u> - Notícia de conflito entre um africano e uma sentinela - instruções à população para se dedicar à produção agrícola 	
<p>F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971</p> <p>PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.245 – 73</p>	<p>1968</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Notícia sobre como atuam/descrição dos deslocamentos feitos por mulheres e crianças no interior de Angola para a RDC 	<p>Importante!</p>
<p>F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971</p> <p>PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx. 245 – 74</p>	<p>1968</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Notícia de que o MPLA “usa” raparigas para espionagem 	
<p>F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971</p> <p>PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – B – 2 cx238 - 45</p>	<p>1960</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fala de um africano dizendo que o branco subestima o grande poder da palavra falada 	<p>Boatos</p>
<p>F7/B/SR13/SSR4 –Angola, 1960 - 1974</p> <p>PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – 4 – cx. 277 – 51 (pasta 2)</p>	<p>1970</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio da igreja e missões aos Movimentos de Libertação 	<p>“boatos”; “rumores”; “espionagem”.</p> <p>Ver estrutura dos documentos *Onde mulheres aparecem é onde elas estão.</p>

F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971 PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.241 - 56	1964	<ul style="list-style-type: none"> - PSD detecta caixotes com documentos enterrados/ cartas, livros, documentos datilografados de propaganda comunista, etc - Comunicado dizendo que é natural a venda de armas e tudo mais devido as dificuldades da guerra - Mulheres que deixam o sobado; mulheres que se dirigem a Cabinda/deslocamentos forçados - “Inimigos” que foram impedidos de se infiltrar pela pronta reação de uma sentinela -Notícia de documentos capturados/referência a existência de uma lista de soldadas meninas 	Usar na apresentação de “documentos capturados”
F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971 PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.241 – 57	1964	<ul style="list-style-type: none"> - Notícia de soba que desfruta de prestígio - Notícia de delegação da OMA que distribui alimentos na fronteira 	Referência a movimento “mulelistas”/ não diz o que é.
F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971 PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.243 – 64	1966	<ul style="list-style-type: none"> - Referência a captura de artigos, documentos, munições... - Extrato de documentos de propaganda que cita mulheres 	Usar na apresentação
F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971 PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.246 – 76	1969	<ul style="list-style-type: none"> - Sentinela faz guarda - Descrição de acampamento de maioria mulher com missão de cultivar e colher os produtos das lavras - Soba fala com população - Filho de soba raptado/notícia da PIDE de mulheres que recebem instrução para fazer politização/sentinela em cada caminho de acesso - Soba da região aconselha africanos a afastarem-se para o interior da Zâmbia - ELNA mantém vários informadores, entre eles mulheres - Sentinelas junto ao “quartel” dos povos Shuianga, Mujimbo e Jamba - Descrição das atividades nacionalistas nas cidades 	Sentinelas
F7/B/SR12/SSR3 – Angola, 1959-1971 PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.246 - 78	1969	<ul style="list-style-type: none"> - Africanos que propalam boatos - Mulher que ouve da mulher do soba notícias - Soba que mantém contatos com elementos do MPLA 	Sobas
PT - AHM – FO – 007 – B – 12 – 3 – cx.246 – 79	1970	- Declaração/captura de homem e mulher para trabalhar nas bases/obrigatoriedades da	Captura de mulheres para

		instrução militar para raparigas de 12 aos 15 anos	trabalhar nas lavras.
F7/B/SR13/SSR4 –Angola, 1960 - 1974 PT - AHM – FO – 007 – B – 13– 4 – cx.270 - 34	1966		Faz referência a Seminário de mulheres da África Ocidental
F7/B/SR13/SSR4 –Angola, 1960 - 1974 PT - AHM – FO – 007 – B – 13– 4 – cx.271 – 36	1967	<ul style="list-style-type: none"> - Transmissão em dialeto Luena referenciando o número de mortos e feridos causados pela FAP - Modos de atuação/atividades gerais do MPLA/ O comentário cita pontos, como a discussão da política colonial que esclarece familiares - Modos de atuação nas vilas/aldeias nas atividades particulares (ouvir conversas de patrões) - Modos de atuação/ cita espionagem - Referência a africana que organiza reunião entre católicos e protestantes - Mulher raptadas e coagida a entregar o marido/rapto de soba - Explicação do que é o relatório do SCCIA 	<p>Importante</p> <p>Geração de boatos e informação como modos de atuação</p>
F7/B/SR13/SSR4 –Angola, 1960 - 1974 PT - AHM – FO – 007 – B – 13– 4 – cx.272 – 38	1967	- Existência de boatos de que os europeus queriam envenenar gêneros alimentícios em Luanda	boatos
F7/B/SR13/SSR4 –Angola, 1960 - 1974 PT - AHM – FO – 007 – B – 13– 4 – cx.274 – 45	1969	<ul style="list-style-type: none"> - Atitudes inconvenientes, missa em Malanje com distribuição de panfletos com letras adaptadas aos cânticos da igreja - Soba que vai a RDC estudar possível fixação - Mulher que presencia rapto - Mulher que aciona armadilha anti-pessoal - notícia de vários raptos de mulheres 	Cantos de guerrilha
F7/B/SR13/SSR4 –Angola, 1960 - 1974 PT - AHM – FO – 007 – B – 13– 4 – cx.275 – 47	1969	- Notícia de colaboração da população com os Movimentos de Libertação/ troca de fubá, sabão, fósforos e sal..	
F7/B/SR13/SSR4 –Angola, 1960 - 1974		<ul style="list-style-type: none"> - Referência a cartas descritas deixadas nos locais de ataques, em que se referem que vão atacar a economia portuguesa - Homem, mulher e criança que foram raptados declaram...referenciações 	Ataque a economia portuguesa

PT - AHM – FO – 007 – B – 13- 4 – cx.275 - 48		- Notícia de reação a um assalto de sentinela e um grupo/ referência a destruição de cubatas	Rapto para trabalho nas lavras. Segundo a fonte, em constante vigilância
F7/B/SR13/SSR4 –Angola, 1960 - 1974 PT - AHM – FO – 007 – B – 13- 4 – cx.276 – 49	1970	- Captura de mulheres, crianças, documentos e armamentos (medicamentos/munições)	Aparece muitos casos de raptos de mulheres e crianças
F7/B/SR13/SSR4 –Angola, 1960 - 1974 PT - AHM – FO – 007 – B – 13- 4 – cx.276-50	1970 (?)	- Grupo armado rouba roupa de mulheres - Notícia de grupo de crianças que aciona granada ofensiva - Notícia de que segundo declaração de uma africana regressada das matas, os “terroristas” já se encontram área de Cangumbe - Notícia segundo declaração de uma africana/ataque a aldeia Mungamba	Também tem muitas notícias de rapto de mulheres e crianças
F7/B/SR13/SSR4 –Angola, 1960 - 1974 PT - AHM – FO – 007 – B – 13- 4 – cx.277– 52	1970	- Referência a nomes de acampamentos e documentos capturados que revelam região/localização “inimiga” - Declaração de mulher raptada por um grupo da ELNA que diz que pessoas do MPLA aderiram a FNLA - Notícia sobre a utilização indiscriminada de mensagens utilizadas como forma de transmissão e “comunicação”	Boatos Referência a novas designações de alguns acampamentos do MPLA
F7/B/SR13/SSR4 –Angola, 1960 - 1974 PT - AHM – FO – 007 – B – 13- 4 – cx.278 - 53	1971	- Africanos desconhecidos que procuram contato com elementos da população, principalmente mulheres, velhos e crianças para informações	

<p>F7/B/SR13/SSR4 -Angola, 1960 - 1974</p> <p>PT - AHM - FO - 007 - B - 13- 4 -cx.278 - 54</p>		<p>- Tentativa de extorsão de 50 contos ao administrador do Conselho do Bailundo, através de carta, com ameaças de perigo, envio ao mesmo, escrito por uma mulher, vendedora de peixe, “useira e vezeira em tal tipo de chantagem”</p>	
--	--	--	--

ANEXO XII

ARQUIVO ADN/2019				
Referência do documento/arquivo	Data	Tema	Observações	
	1962	Tática de Guerrilha/ Pergunta a um guerrilheira por Alberto Bayo	(a partir da página 6) Introdução do capítulo Nº 12, 13 e 22 (sobre o serviço feito por mulheres) Nº 30 (diferença entre espião e contra espião) Nº 114 (boatos que devem ser espalhados) Nº 124 (sentinelas) Pág. 67 da cartilha da FNLA (espionagem contra inimiga)	
ADN – PIDE/ANGOLA – Apresentação de populações – 09.10.1969.	1969	Disputa de apoio dos sobas	Item “c” sobas	
ADN – PIDE/ANGOLA – Apresentação de populações – 05.09.1969.	1969	Mulheres que não querem ficar junto de determinado soba “por falta de prestígio”	Habilidades no uso de uma auto proteção no contexto de guerra	
ADN – PIDE/ANGOLA – Emissões suspeitas – 02.08.1969.	1969	Emissões suspeitas em dialetos locais		
ADN – PIDE/ANGOLA – Actividades suspeitas - Distrito da Lunda – 08.08.69		Habitantes da aldeia que compram cobertores e panos em grandes quantidades para envio a RDC	Habilidades do cotidiano	
ADN – PIDE/ANGOLA – Actividades suspeitas - 20.11.1965	1965	Boato de que a independência chegaria em 20/11/1965	boato	
ADN – Boatos que circulam em Vila – 23.11.64	1964	Boato de que “em Luanda andava a envenenar os pretos”	Documento importante boato	
ADN – PIDE/ANGOLA – Actividades subversivas – Distrito do Bié – 19.04.1969	1969	Conflito entre sobas por apoiarem os brancos	sobas	
ADN – DGS/ANGOLA – Actividade subversivas –	1970	Baile que entoa canções que incluem palavras obscenas dirigidas aos portugueses	canção	

Distrito do Cuanza Norte – 04.06.1970.			
ADN – PIDE/ANGOLA – comportamentos das populações – Distrito da Huila – 15.02.1969.	1969	Colocar pedras nas estradas/conclui tratar de mera brincadeira de raparigas africanas	habilidades
ADN – PIDE/ANGOLA – Actividades suspeitas – 01.05.1968.	1968	Mulheres que levam clandestinamente sal e fósforo a RDC	habilidades
ADN – PIDE/ANGOLA – telegrama expedido – 06.12.1966.	1966	Informe a PIDE quanto a proliferação de boatos que se verifica na província de Luanda	Cruzar com relato do caminhoneiro/comida envenenada boatos
ADN – PIDE/ANGOLA – Actividades terroristas no Distrito do Moxico – 20.10.1966.	1968	A pedido de Savimbi, pessoa que se infiltra em aldeia para convencer sobas a serem adeptos da emancipação do território de Angola	sobas
ADN – PIDE/ANGOLA – Actividades terroristas no Distrito do Moxico – 11.06.1966.	1966	Reunião com rainha Nhacatolo/população “indiferente” ao que fora dito	rainha
ADN – PIDE/ANGOLA – Actividades terroristas no Distrito do Moxico – 11.06.1966.	1966	Corre boato de que a rainha soube previamente da fuga de povos para a Zâmbia/ rainha ia fugir e filho interfere na fuga	rainha
ADN – PIDE/ANGOLA – República Popular do Congo – 09.07-1969.	1969	As autoridades congolosas fazem regressar a Angola mulheres que iam vender peixes	habilidades
ADN – SCCIA – Zâmbia – Propaganda Radiofônica – 16.09.1965.	1965	Incitação dos nativos em línguas nacionais por meio das rádios/Luena e Quioco	
ADN – DGS/ANGOLA – Propaganda da OMA – 18.07.1970.	1970	Notícia da imprensa zambiana de 1970/propaganda externa sobre a OMA/ criação de destacamentos militares femininos/missões	
ADN – DGS/ANGOLA – Propaganda da OMA – 18.03.1965.	1965	Propaganda da OMA citando pontos importantes de guerra	
ADN – OMA - O papel da mulher na revolução angolana. 22.10.1964.	1965	O papel da mulher na Revolução angolana	Brazaville, 1965 Documento importante
ADN – PIDE/ANGOLA – Actividades do MPLA – 01.03.1968.	1968	MPLA/ introdução de culturas alimentares no Moxico	
ADN – PIDE/ANGOLA – Superintrep nº 24		Sentinelas, o que devem fazer	sentinelas
ADN – PIDE/ANGOLA – Superintrep nº 24		Deveres de um agente de transmissão	informação
ADN – DGS/ANGOLA – Situação política no Distrito do Cuanza Norte – 25.05.1970.	1970	Situação política no Distrito do Cuanza Norte	População que colaboram devido aos laços familiares
ADN – PIDE/ANGOLA – mapa Angola		Mapa das províncias, inclui fronteiras	

ADN – DGS/ANGOLA – Actividade terrorista em Angola – Distrito do Cuando Cubango – 27.10.1970.	1970	Mulher que denuncia ataque “terrorista”	habilidades
ADN – DGS/ANGOLA – Actividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Cuando Cubango – 20.06.1970.	1970	Mulher informa os objetivos de ataques do MPLA na região/cita desacordos com a UNITA	habilidades
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Bié – 16.10.1971	1971	Carta junto de corpos em dialeto “lunda”/pedido para que as pessoas não fiquem junto dos brancos	
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito de Luanda – 04.08.1972.	1972	“terroristas” da ELNA roubaram vestuário a lavadeiras	
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Zaire – 09.05.1970.	1970	Identifica a presença de muitas sentinelas numa determinada área, por isso é muito difícil chegar ao quartel sem ser detectado	sentinelas
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Cuanza Norte – 20.02.1971.	1971	<u>Roubo de roupas</u> que mulher estava lavando, incluindo fardas	
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 11.12.1971.	1971	<u>Roubo de vestuários</u> de mulher	
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 28.06.1971.	1971	<u>Rapto de africanas e roubo de gêneros alimentícios</u>	
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 03.03.1971	1971	Grupo de africanas que se dirigem as lavras a procura de gêneros alimentícios	Habilidades
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 14.12.1970.	1970	Populações capturadas ou raptadas nos aldeamentos que são entregues ao “comissário político” a fim de serem instruídos	
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 18.08.1970.	1970	“terroristas” fardados e armados que se fazia acompanhar de elevado número de mulheres/mulheres que dizem ter abandonado sua região por causa da fome	habilidades
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 10.08.1970	1970	Mulheres que trabalhavam na lavra de mandioca e foram raptadas	habilidades
ADN-PIDE/ANGOLA – panfleto da UNITA – sem data		Panfleto da UNITA falando do apoio de sobas	sobas
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 17.06.1970	1970	Notícia quanto a existência de grutas, orla das matas, próximo aos rios, que as populações utilizavam como abrigos	habilidades

ADN – DGS/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 19.03.1970	1970	A soba Nhamingetti que mantém contato com “terroristas”	soba
ADN – DGS/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 17.03.1970	1970	Rapto de soba	soba
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 22.05.1969	1969	Comerciante que teve notícias por africana sobre “sabotagem” terrorista	
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 25.03.1969	1969	Jovens e mulheres que são politizados nos acampamentos/polícia tenta descobrir o nome das mulheres	Acampamento Mandume III/ comentar sobre os nomes dos acampamentos.
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 03.03.1969	1969	Rapto de mulheres que apanhavam mandiocas	habilidades
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 19.02.1969	1969	Soba Chizanda instiga população a não colaborar com autoridades portuguesas	soba
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 19.06.1968	1968	Informação de africana que faz com que toda pessoa que trabalha no corte de madeiras não regresse ao local	habilidades
ADN-PIDE/ANGOLA – Mapa de Angola – sem data		Mapas de Angola	
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 08.06.68	1968	Africana fugida que se apresenta ao posto administrativo	habilidades
ADN – DGS/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Uigé – 28.12.1973.	1973	Grupo da FNLA que inclui mulheres e crianças roubaram gado bovino, salino e caprino da fazenda	habilidades
ADN – DGS/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Uigé – 25.07.1973.	1973	Ataque de caminhoneta por várias mulheres e crianças e roubos de gêneros alimentícios	habilidades
ADN – DGS/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 28.06.1973.	1973	Savimbi recebe espiões no seio da UNITA	
ADN – DGS/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 14.04.1973.	1973	Interceptação de mulher para pedir informação	informação
ADN – DGS/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 11.07.1972.	1972	Mulheres interceptadas, tirando-lhes o que possuíam, inclusive o vestuário	

ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 01.05.1972.	1972	Duas mulheres que se apresentaram prestam declarações	informação
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 11.03.1972.	1972	Acampamento do MPLA nas margens do rio Luena	Referência se repete em 3435
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 26.02.1972	1972	Numeroso grupo de mulheres que apanhavam mandioca	habilidade
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 11.02.1972	1972	Grupo armado contacta com mulheres que se encontravam nas lavras e levaram a mandioca que possuíam	habilidade
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 17.01.1972	1972	“terroristas” contacta população que trabalha nas lavras para pedir informações	Informação Comentário com indicação de mudança de itinerário, na época de chuvas.
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito da Lunda – 05.09.1970.	1970	Soba verifica rapto de homens e mulheres/referencia a construção de aldeia para população raptada	
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito da Lunda – 20.08.1970	1970	Africana Laurinda Felix se apresenta e presta declarações	informação
ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito da Lunda – 13.09.1968.	1968	Todos os sobas tinham conhecimento de que “o inimigo” atacariam o aquartelamento local das nossas tropas	Soba/informação
ADN – PIDE/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito da Luanda – 15.10.1968	1968	Mãe de uma das mulheres do “comandante” Itembo que presta informações	
ADN – PIDE/ANGOLA – boletim informativo das forças armadas, notícias para a imprensa – 29.08.1963.	1963	Notícias para a imprensa sobre o boato	boato
ADN – PIDE/ANGOLA – Quartel IN Zâmbia – 04.08.1966	1966	Denuncia de que a rainha Nhacotolo estará comprometida com os terroristas/máxima autoridade tradicional dos Luenas	Rainha
ADN – PIDE/ANGOLA – Quartel IN Zâmbia – 04.08.1966	1966	Informação dos emissários da rainha Nhacotolo	rainha
ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento da “UNITA” – 01.08.1972. (3710)	1972 3739 1971	Mulheres africanas que referenciam acampamentos	informação Vários dos documentos citam nomes

ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 19.10.1972 (3716). ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 31.07.1972 (3721) ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 18.07.1972 (3724) ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 11.07. 1972 (3725) ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 04.07.1972 (3737) ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 04.07.1972 (3729) ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 22.05.1972 (3731) ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 22.04.1972 (3733) ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 12.04.1972 (3734) ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 04.04.1972 (3735) ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 29.01.1972 (3737) ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 01.09.1971 (3739) ADN – DGS/ANGOLA – Acampamento do MPLA – 04.08.1971 – (3741) ADN – DGS/ANGOLA – Actividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 16.04.1968 (3781)	3741 1971 3781 1968		Mulheres identificam armas por meio de fotografias 3731, fala da presença de sentinelas 3739, faz referência a acampamento feminino 3734, informação sobre mulheres capturadas pelos portugueses
ADN – PIDE/ANGOLA – Quartel IN Zâmbia – 04.08.1966	1966	Notícia de que a rainha Nhacotolo estaria comprometida com os “terroristas”	Rainha repete
ADN – PIDE/ANGOLA – Quartel IN Zâmbia – 04.08.1966	1966	Informação dos emissários da rainha Nhacotolo, regresso a Angola	Informação refete no documento de número 3822
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades do inimigo em Angola – 15.06.1966.	1966	Emissora que difunde notícia no dialeto Luena	

ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terroristas em direção a Angola – 31.05.1966	1966	Notícia de que elementos “terroristas” possuem barcos de borracha para atravessar o rio. O chefe seria Jaime Jamba, filho da rainha Nhacotolo	Rainha
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito da Luanda – 11.04.1968	1968	Notícia de “terroristas” que vão a Luanda participar do funeral	
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Bié – 11.12.1967.	1967	“Vacina” contra a penetração das balas dos brancos/depoimento de um catequista	
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 12/13.11.1967	1967	“Esclarecimentos” sobre a forma como as populações apoiam os “terroristas”	Depoimento de Chibinga.
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 24.09.1967.	1967	Notícia de soba comandante do MPLA	Soba
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Zona Leste – 27.10.1967	1967	Declaração de uma nativa sobre a colaboração dos sobas com os militantes do MPLA	Informação
ADN – PIDE/ANGOLA – Atividades terrorista em Angola – Zona Leste – 20.05.1967.	1967	Notícia de que a rainha Nhacotolo pretende mudar para a área que não seja considerada “amiga dos portugueses”	Rainha
ADN – PIDE/ANGOLA – “Rainha” Nhacotolo – 29.07.1966	1966	Sobre a rainha Nhacotolo/ Luenas e Lundas	Rainha
ADN – PIDE/ANGOLA – Fronteira Leste de Angola/ Deslocados angolanos na Zâmbia – 24.06.1966.	1966	Notícia sobre os deslocados angolanos na Zâmbia (rainha Nhacotolo)	Rainha

ANEXO XIII

TABELA AHU/2019			
Referência do documento/arquivo	Data	Tema	Observações
ADN		Doc sobre o Distrito da Lunda	texto: da vida do nativo: sua valorização. Versa sobre a promoção social como imperativo histórico e político do progresso moral e material dos angolanos
		Texto sobre a promoção social no Distrito de Lunda	
		Texto trabalho e mão de obra	
		Texto sobre agricultura no Distrito do Huambo	
		Texto sobre Malanje, breves considerações sobre os valores indígenas.	

ANEXO XIV

TABELA ANTT/2019		
Data	Tema	Observações
1967	Atual posição das investigações relacionadas com a difusão panfletária na cidade de Benguela	
1963	Propaganda do MPLA no muceque rangel	
	Propaganda panfletos na cidade	
	Propaganda em Luanda como indício dos bons resultados obtidos em outras zonas de mais fácil penetração	
	Acentuação do clima de insegurança	
	Destruição de pontes sobre o rio Linhuca	
	Panfleteo “queremos uma revolução social que liberte o homem ao mesmo tempo que a terra”.	
	Panfleteo direcionado ao povo de Cabinda	
1962	Texto angolano	
	Panfleteo l'.angola sous l' opression colonialiste portugaise	
	Postais ilustrados que vieram de Paris pelo correio	
	Oração da independência d'Angola	
	Propaganda do MPLA entregue a DGS	
	Panfletos introduzidos nas estações postais da metrópole ou nos correios de Moçamedes	
1967	Propaganda do IN Notícia de diferentes pontos das províncias (**)	
	Propaganda do MPLA – Distrito do Huambo	
	Frases injuriosas	
	Panfleteo de carácter subversivo entregue a DGS	Em IMG 1820 panfleteo “morrer viva”.
	Panfleteo	“não se esqueçam ladrões que a refrega não cessará sem vermos Angola independente”
	Sobre o jornal “Tribuna dos Muceques”	
	Doc sobre a base de Guena	Segundo a documentação, a base disporia de alojamentos subterrâneos Em IMG1965, referência a associação das mulheres católicas de Angola
	Doc sobre acampamento do MPLA cujas picadas de acesso são vigiadas por sentinelas	

	Fala de medicamentos, supridos pelos recurso das plantas medicinais	Documento observa atuação dos comitês de ação dos acampamentos, recolhendo alimentação para os “terroristas” Curso de enfermagem que distribui os instruendos por diferentes “quarteis”.
1970	Notícia da criação de destacamentos militares armados na área de guerra em Angola Entrevista com elemento e chefe do grupo de propaganda externa da OMA/ enumera as missões da OMA antes da formação dos destacamentos militares	Talvez tenha sido desdobramento também da morte das heroínas
	Imagem de mulheres da OMA com armas	
	Comentário da rádio Tanzânia – ficha da OMA	
	Doc contendo comentário referente a eficácia da propaganda feita pelo MPLA	
	Propaganda da OMA, sobre captura das heroínas	
	Entrevista de Lucília Neto sobre a fuga de elementos angolanos para os países vizinhos	
	Atividades do inimigo em Angola	Informa que do Congo foram enviados para Songololo artigos de vestuário e máquina de costura.
	Rádio “voz de Ghana”, texto sobre a OMA	
	O membro da OMA e a revolução	Documento repete na ADN e AHM Conceitua “revolução”: “não é só a conquista da liberdade pelos homens, mas também que consideravam a mulher como um ser inferior ao homem fazendo dela um dos objetos das mais variadas discriminações
	Sobre Maria AnaPaz	
		faz referência a projeto de criação de uma União de Mulheres de Angola
	Referência a entrada em Angola de familiares dos elemento do MDIA que se encontra em S. Nicolau – Moçamedes.	
1974	Doc sobre atividades da UNITA	Notícia sobre a criação da LIMA, missão de incentivar as mulheres a colaborar o mais possível na causa do movimento, contribuir para a promoção das mulheres

		menos evoluídas e evitar questões de tribalismo
	Documento sobre a emissão do MPLA de 1968 na rádio voz da revolução congolosa, 3º congresso das mulheres africanas	Doc repete em 2360
	Doc sobre Maria Anapaz.	
	Doc sobre o Movimento Nacional Feminino/Portugal	
	Processo da PIDE contra Maria do Ceu Carmo Reis	
	Doc sobre o Movimento Nacional Feminino/Portugal	
	Extrato de doc sobre o Movimento Nacional Feminino	Fala sobre a valorização da mulher africana pelo MNF “necessidade de valorizar a mulher africana, dando-lhe alguma noção de higiene, puericultura, costura, etc. O MNF estava já a ensaiar essa valorização a nível posto administrativo
	Doc com dados sobre a base de Kinkunzu	
	Sobre a base de kinkunzu	Doc que descreve segundo afirmou oficial, que chegaram a base 3 caminhos carregados de feijão, fubá e peixe, mas as provisões acabaram depressa porque o pessoal é muito. Há cerca de 3.200 pessoas na “base” para alimentar

